CAROLINA BRAMBILA BEGA

**CURADORIA ESPECIAL –
Tutela da Vulnerabilidade Processual: análise da
efetividade dessa atuação**

Tese apresentada à Comissão Julgadora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Direito Processual, sob a orientação do Professor Associado Rodolfo de Camargo Mancuso.

**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO – SP**

2012

CAROLINA BRAMBILA BEGA

**CURADORIA ESPECIAL –
Tutela da Vulnerabilidade Processual: análise da
efetividade dessa atuação**

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO – SP

2012

CAROLINA BRAMBILA BEGA

CURADORIA ESPECIAL –

**Tutela da Vulnerabilidade Processual: análise da efetividade dessa
atuação**

Tese apresentada à Comissão Julgadora da Faculdade
de Direito da Universidade de São Paulo, como
exigência parcial para a obtenção do título de Doutora
em Direito Processual, sob a orientação do Professor
Associado Rodolfo de Camargo Mancuso

DATA:

Banca Examinadora:

Ao pequeno,
Que pequeno tornou-se grande
Paciência, fogueira, compreensão, companheiro.

Uma borboleta amarela?
Ou uma folha seca
Que se desprende e não quis pousar?

Haicai de Outono. Mário Quintana

RESUMO

O trabalho apresenta um estudo sistematizado da curadoria especial, focando especialmente em sua efetividade para a tutela de vulneráveis processuais. Após abordar a vulnerabilidade no âmbito do processo civil, indica que as hipóteses em que há previsão de atuação do curador especial são situações em que a parte está em condições de especial dificuldade para exercer plenamente seus direitos. É apresentado o histórico da curadoria especial até o contexto atual, em que passa a ser função institucional da Defensoria Pública. Analisa pormenorizadamente as peculiaridades da atuação do curador especial na tutela dos direitos do réu revel citado por edital ou com hora certa, do réu preso e do incapaz sem representante legal ou cujos interesses colidam com os de seu representante. A efetividade da curadoria especial é evidenciada pela forma com que a atividade é desempenhada em cada fase do processo. Além disso, apresenta análise de julgados do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que tratam da atuação do curador especial, demonstrando que, em diversas oportunidades, o exercício desta função traz resultados positivos, ainda que parcialmente, ao litigante vulnerável. Aborda, ainda, dados sobre a curadoria especial no Estado de São Paulo, apontando que a quantidade de processos em que há esta atuação é proporcionalmente pequena em relação ao movimento judiciário total, bem como que o montante empregado diretamente para seu custeio é razoável. O trabalho expõe, ademais, a percepção de defensores públicos do Estado de São Paulo que exercem a atribuição de curadores especiais, por meio de questionário a eles aplicado. Por fim, conjugando todos os dados apresentados, demonstra que a curadoria especial é efetiva para garantir a ampla defesa e o contraditório das partes em situação de vulnerabilidade processual.

Palavras-Chave: “curadoria especial”, “vulnerabilidade”, “efetividade”, “Defensoria Pública”.

ABSTRACT

This research introduces a systemized study of the special curator's activity by emphasizing its capacity to provide protection for those in situation of procedural vulnerability. Overcoming the study of the procedural vulnerability, the research shows that the legal rules that determine the special curator's activity are related to litigants that are in special situations which compromise the practice of its legal rights in court. After providing the special curators development history, the research leads to the allocation of the curator function on to the Public Defender's Office. The research also analyses the capacity of such activity in order to protect the rights of the defendant in default cited by edict, of the arrested defendant, and of the minor or disable group lacking legal capacity without legal guardian or trustee. Furthermore, the research checks out how the performance of the special curator activity is able to provide a way of overcoming harmful effects from procedural vulnerability in several stages of the civil procedure. Moreover, the research verifies case-laws regarding the special curator activity in the Brazilian Supreme Court of Justice, Brazilian Federal Court of Justice and State of São Paulo's Court of Appeals. In several opportunities the results are well-founded to the litigant in procedural vulnerability. The information presented regarding the special curator's activity in the State of São Paulo is able to demonstrate that the legal proceeding quantity and its direct costs are reasonable. An opinion poll on the special curator activities among the Public Defenders reveals their evaluation regarding this subject. Finally, the research put together all the information provided, concluding that the special curator's activity is able to assist and assure the full defense and the right of adversary proceedings for those in procedural vulnerability situation.

Key-Words: “special curator”, “vulnerability”, “effectiveness”, “Public Defender”.

RIASSUNTO

La ricerca concerne l'attività del curatore speciale, specialmente l'efficacia nel preservare i diritti delle persone in condizione procedurale vulnerabile. Dopo aver trattato della vulnerabilità procedurale, indica che le ipotesi in cui è previsto l'intervento del curatore speciale sono situazioni in cui la parte è in difficoltà per compiere atti dinanzi all'autorità giudiziaria. La ricerca presenta la storia del curatore speciale fino a quando diviene attribuzione dell'assistenza legale gratuita. Analizza come il curatore speciale agisce nella difesa del convenuto giudicato in contumacia, del reo detenuto e dell'incapace privo di rappresentante legale o i cui interessi confliggono con quelli del rappresentante. L'efficacia della sua attività è dimostrata dalla capacità di difendere i diritti dei soggetti vulnerabili in ogni fase del processo civile. Inoltre, presenta l'analisi della giurisprudenza della Corte Costituzionale, della Corte di Giustizia e del Tribunale di San Paolo, sull'attività del curatore speciale e dimostra che, in diversi casi, l'esercizio di questa funzione porta risultati positivi ai litiganti in condizione procedurale vulnerabile. La ricerca indica pure, dopo lo studio di diversi dati che si riferiscono allo Stato di San Paolo, che la quantità di processi in cui si svolge quest'attività è proporzionalmente piccola rispetto al movimento giudiziario totale, ed anche che la somma impiegata direttamente per sostenerne le spese è ragionevole. La ricerca presenta, inoltre, l'opinione dei "defensori pubblici" che svolgono la funzione di curatori speciali, attraverso un questionario che gli è stato sottoposto. Infine, unendo tutti i dati presentati, dimostra che l'attività del curatore speciale è efficace per garantire la difesa legale ed il contraddittorio delle parti in situazione di vulnerabilità procedurale.

Parole-chiave: "curatore speciale", "vulnerabilità", "efficacia", "defensori pubblici".

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. ABORDAGEM SOBRE VULNERABILIDADE E GRUPOS VULNERÁVEIS	19
2.1. Igualdade como forma de inclusão de grupos vulneráveis	24
2.2. O princípio do contraditório e a possibilidade de efetiva participação.....	31
2.3. Tutela da vulnerabilidade processual	36
2.4. Curadoria como tutela da vulnerabilidade processual	38
2.4.1. A vulnerabilidade processual do réu revel citado fictamente.....	39
2.4.2. A vulnerabilidade processual do incapaz	44
2.4.3. A vulnerabilidade processual do preso.....	46
3. O EXERCÍCIO DA CURADORIA ESPECIAL.....	49
3.1. Breve notícia histórica.....	49
3.1.1. As Ordenações do Reino	49
3.1.2. Legislação nacional	54
3.2. Atuação do Ministério Público no exercício da curadoria especial	60
3.3. A curadoria especial como função institucional da Defensoria Pública	64
3.3.1. Funções típicas e atípicas da Defensoria Pública	65
3.3.2. Definição de necessitado e correlação com a abrangência das funções típicas da Defensoria Pública.....	67
3.3.3. A atuação da Defensoria Pública no exercício da curadoria especial	72
4. ASPECTOS DA CURADORIA ESPECIAL.....	77
4.1. Noções conceituais.....	77
4.2. Curadoria especial processual e curadoria especial material – Notas distintivas	78
4.3. A curadoria especial processual – Proposta de classificação.....	81
4.3.1. Aspecto da vulnerabilidade	82
4.3.2. Possibilidade de contato com o interessado	84
4.3.3. Qualidade do sujeito	85

4.4. Natureza jurídica – Abordagem	86
4.4.1. Curadoria especial como representação judicial	87
4.4.2. Curadoria especial como substituição processual	89
5. RÉU REVEL CITADO POR EDITAL OU COM HORA CERTA.....	95
5.1. Citação por edital	97
5.2. Citação com hora certa.....	99
5.3. Apontamentos sobre a revelia	101
5.3.1. Conceito e teorias sobre a natureza jurídica da revelia	101
5.3.2. A revelia nos casos de citação ficta	103
5.3.3. Efeitos da revelia - Sistemas.....	105
5.3.4. Efeitos da revelia no Código de Processo Civil	106
5.3.5. Não aplicabilidade dos efeitos da revelia aos casos de citação ficta.....	111
5.3.5.1. Não aplicação do ônus da impugnação especificada ao curador especial	113
5.3.5.2. A utilização da prerrogativa da negativa geral pelo curador especial	114
5.3.5.3. Ausência de inversão do ônus da prova	117
5.3.5.4. O julgamento antecipado da lide e a atuação de curador especial.....	118
5.4. Deveres do curador especial.....	121
5.5. Limites de atuação do curador especial	124
5.5.1. Possibilidade de o curador especial demandar	127
5.5.2. Intervenção de terceiros.....	131
5.5.3. Desnecessidade de curador especial para réus incertos e desconhecidos no Processo Civil	135
5.5.4. Curadoria especial e notificações	139
5.6. Fase instrutória	140
5.6.1. Direito à prova	141
5.6.2. Prova, atuação positiva e colaboração	143
5.6.3. Curadoria especial e prova	147
5.7. Execução	151
5.7.1. Impugnação ao cumprimento de sentença.....	157
5.7.2. Necessidade de intimação pessoal para a incidência da multa prevista no art. 475-J, CPC.....	158

6. INCAPACIDADE E CURADORIA ESPECIAL.....	161
6.1. Curadoria especial do incapaz sem representante legal	165
6.2. Curadoria especial do incapaz com interesses colidentes com os de seu representante legal.....	168
6.3. Interdição e curadoria especial.....	170
6.4. Curadoria especial e sucessões.....	177
6.5. Curadoria especial do demente	180
6.6. Atendimento do incapaz pelo curador especial.....	183
 7. CURADORIA ESPECIAL DO RÉU PRESO	 187
7.1. Curadoria especial do réu preso revel e do réu preso não revel.....	188
7.2. Momento da atuação do curador especial	193
7.3. A negativa geral nas hipóteses de réu preso.....	194
7.4. Atendimento do réu preso	195
 8. A EFETIVIDADE DA ATUAÇÃO DO CURADOR ESPECIAL	 197
8.1. As fases processuais e a atuação do curador especial	200
8.1.1. Observância dos requisitos legais e da regularidade da citação	200
8.1.2. Apresentação de defesa	202
8.1.2.1. A defesa no rito sumário.....	210
8.1.2.2. Atuação concomitante de mais de um curador especial	211
8.1.3. Curador especial e audiência	212
8.1.4. Produção de provas.....	213
8.1.5. Interposição de recurso pelo curador especial.....	215
8.1.6. Fase executiva	216
8.1.7. Consequências da ausência de curador especial.....	217
8.2. A atuação do curador especial na jurisprudência	218
8.2.1. Atuação do curador especial no Supremo Tribunal Federal	221
8.2.2. Atuação do curador especial no Superior Tribunal de Justiça	228
8.2.3. Atuação do curador especial no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	240
8.3. A atuação do curador especial no Estado de São Paulo.....	257
8.4. A percepção dos defensores públicos sobre a atuação em curadorias especiais.....	263
8.5. Síntese do Capítulo	283

9. CONCLUSÃO	291
10. BIBLIOGRAFIA	307
APÊNDICE A – Banco de dados de jurisprudência.....	332
APÊNDICE B – Banco de dados contendo as respostas ao questionário aplicado aos defensores públicos	391

1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta os principais aspectos da curadoria especial, demonstrando sua efetividade para a tutela dos direitos dos vulneráveis processuais.

Aponta que a vulnerabilidade, considerada como a especial dificuldade do sujeito de exercitar seus direitos com plenitude perante o sistema de justiça, pode decorrer de situações processuais específicas, que causem desequilíbrio entre os litigantes. A curadoria especial seria, portanto, forma de garantir a ampla defesa e o contraditório das partes em posição de suscetibilidade.

As hipóteses em que a legislação determina a atuação do curador especial indicam sua vocação para a tutela dos interesses de vulneráveis processuais. Ao réu revel citado por edital ou com hora certa é necessário garantir o contraditório real, pois é possível que não tenha conhecimento da demanda proposta, já que a citação foi obtida de maneira precária, por meio de uma ficção jurídica. O incapaz que não possui representante legal ou cujos interesses sejam colidentes com os de seu representante está em situação de clara vulnerabilidade, tanto que o legislador o impediu de atuar diretamente no processo. O réu preso, por sua vez, em razão da própria privação de liberdade, encontra limitações para a prática de atos processuais. Nas situações mencionadas, a atuação do curador especial preserva os interesses das partes, defendendo seus direitos e zelando pela observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Após a abordagem dos principais aspectos da curadoria especial, sua natureza jurídica, as classificações possíveis e o histórico desta atividade, são destinados capítulos específicos para tratar das peculiaridades de cada uma das hipóteses de atuação do curador especial. Referidos capítulos enfocam o exercício da função em cada fase do processo, e como esta atuação pode contribuir para a eficácia da tutela dos interesses dos litigantes vulneráveis.

Por fim, o trabalho trata, especificamente, da efetividade da curadoria especial, isto é, de sua aptidão para a garantia dos direitos da ampla defesa e do contraditório de partes em condição de especial vulnerabilidade, demonstrando que sua finalidade tem sido adequadamente observada.

Este tema foi escolhido porque, embora a curadoria especial já fosse prevista em nosso ordenamento jurídico, foi incluída no rol das funções institucionais da Defensoria Pública pela Lei Complementar Federal n. 80, de 12 de janeiro de 1994, o que ensejou novas dúvidas sobre a importância desta atuação, bem como sobre as atribuições do defensor público no exercício desta função. A pesquisa demonstra que as hipóteses em que ocorre a atuação de curador especial referem-se a situações de vulnerabilidade no âmbito do processo, razão pela qual, em decorrência da interpretação ampla do conceito de necessitado, esta atribuição insere-se nas funções típicas da Instituição.

A relevância do tema deve-se, principalmente, ao fato de que a curadoria especial tutela a vulnerabilidade no âmbito do processo, servindo para garantir a igualdade, o contraditório e a ampla defesa aos litigantes que possuem dificuldades para exercer seus direitos com plenitude perante o sistema de justiça.

Em contribuição original à ciência jurídica brasileira, o trabalho enfoca a atuação do curador especial sob a perspectiva da efetividade demonstrando, sob diversos prismas, sua aptidão para garantir um processo equilibrado, em que todas as partes tenham as mesmas condições de fazer valer suas alegações, participando e influenciando decisivamente na convicção do juiz e, conseqüentemente, na tutela jurisdicional que será prestada.

A originalidade da tese é verificada, desta maneira, na contextualização da curadoria especial como atribuição institucional da Defensoria Pública e na demonstração das implicações do exercício desta função. Além disso, apresenta estudo atualizado e inédito sobre julgados dos Tribunais pátrios que tratam da curadoria especial, demonstrando como esta pode ser efetiva e trazer reais benefícios ao jurisdicionado.

Apresenta, ademais, dados do Estado de São Paulo que demonstram que a quantidade de processos que versam sobre o assunto é moderada, implicando em gastos razoáveis para o custeio direto do exercício desta atividade. A elaboração de gráficos e

planilhas com o intuito de ilustrar as informações colhidas e de embasar as conclusões propostas resultam em um diagnóstico completo da curadoria especial, e na reafirmação de sua vocação para a tutela dos interesses daqueles que estão em situação desfavorável na relação processual.

A tese preconiza, ainda, uma sensibilização dos operadores do direito sobre a função exercida pelo curador especial, no intuito de potencializar sua efetividade, chamando a atenção para a relevância da atividade e para a necessidade de que seja desempenhada com o afinho e a dedicação que lhe são inerentes.

Quanto à metodologia empregada, a pesquisa realizada envolve uma série de atividades e estratégias de investigação com fontes de dados primários, ou seja, de elaboração e análise própria, enfocando quatro principais aspectos.

A primeira atividade consiste no levantamento de informações referentes à atuação em curadorias especiais no Estado de São Paulo. Esta coleta de dados foi realizada na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com base em informações constantes do processo do Conselho Superior da Defensoria Pública n. 134/2011, do portal da transparência da Defensoria Pública e do Sistema de Pagamento de Advogados (SPA), gerenciado pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP). Os dados sobre o volume de atuação em curadorias especiais passaram a ser especificados na Instituição a partir de janeiro de 2011, de modo que se optou pela análise das informações referentes ao primeiro semestre deste ano.

Foi realizada, também, uma pesquisa da jurisprudência relativa à atuação do curador especial no Supremo Tribunal Federal (STF), no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP). Para a identificação da proporção de acórdãos com referência à curadoria especial, a busca foi feita em todos os anos disponíveis para consulta online no portal da internet de cada Tribunal. Entretanto, para a construção do banco de dados contendo informações acerca dos recursos referentes à curadoria especial, foi necessário estabelecer um recorte temporal para o estudo realizado no âmbito do TJ/SP, devido ao elevado volume de processos sobre este tema – cerca de 2 mil ao ano. Deste modo, optou-se pela realização da pesquisa nos julgados referentes ao primeiro semestre de 2011, em razão de sua atualidade e para a manutenção do mesmo

período em que foram obtidas as informações sobre a atuação do curador especial no Estado de São Paulo, permitindo correlacionar e manejar em conjunto estes dados. O recorte temporal não foi aplicado à pesquisa realizada no STF e no STJ, em razão da menor quantidade de decisões abrangidas por estes Tribunais, tendo sido analisados todos os julgados sobre o assunto.

Cumprе ressaltar que o objetivo do levantamento destes dados é a realização de uma análise exploratória e descritiva da jurisprudência referente à curadoria especial em cada Tribunal mencionado e não uma análise explicativa, que demandaria, entre outros fatores, um recorte temporal igual em todos os Tribunais pesquisados.¹

O banco de dados construído, que consta do Apêndice A, reúne informações sobre o número do processo, tipo de recurso, nome do relator, data de julgamento, classificação do assunto principal referente à curadoria especial e o tipo de resultado encontrado. Em razão da extensão, houve redução em relação ao banco de dados virtual original, em que a redação das ementas dos acórdãos também está colacionada.

Os julgados analisados foram empregados, também, para exemplificar situações e afirmações formuladas ao longo da tese, especialmente quando abordada a atuação do curador especial nas diversas fases do processo.

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a efetividade da atuação, foi aplicado um questionário aos defensores públicos do Estado de São Paulo que exercem a função de curador especial. O questionário foi encaminhado a, aproximadamente, 270 (duzentos e setenta) defensores e foram recebidas 108 (cento e oito) respostas.

O resultado obtido por meio da aplicação dos questionários não pode ser generalizado para todos os defensores públicos do Estado de São Paulo, uma vez que os respondentes não foram selecionados aleatoriamente, mas auto-selecionados. Segundo Mario Triola,² as pesquisas em que os próprios entrevistados decidem se serão incluídos,

¹ WOOLDRIDGE, Jeffrey M. *Introdução à Econometria - Uma Abordagem Moderna*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

² TRIOLA, Mario F. *Introdução à Estatística*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1999. p. 7.

em geral, não são representativas da população como um todo, pois frequentemente optam por participar apenas aqueles que já têm uma opinião firmada sobre o assunto. Desse modo, os resultados encontrados devem ser analisados apenas em relação ao universo de entrevistados, que constitui 40% (quarenta por cento) dos defensores públicos que exercem a atribuição de curadores especiais.³ Por outro lado, a análise exploratória destes dados representa um indicativo importante sobre a percepção desses defensores e é utilizada para embasar as conclusões propostas. As respostas a este questionário constam do Apêndice B, cujas informações foram reduzidas em relação ao banco de dados digital original, excluindo-se as opiniões e observações formuladas pelos entrevistados, em razão de sua extensão.

A pesquisa abrangeu, outrossim, as modalidades documental e bibliográfica, com a análise de legislação atual e histórica. O método histórico é utilizado em capítulo próprio, para contextualizar a origem da curadoria especial e seu atual panorama. As notas sobre direito estrangeiro não foram reunidas em um capítulo autônomo, mas inseridas pontualmente na medida em que se revelaram úteis para o assunto tratado.

O estudo empírico foi reunido ao teórico para esclarecimento das características da curadoria especial e para reforçar as conclusões acerca da efetividade desta função. O trabalho limitou-se a tratar da curadoria especial prevista no Código de Processo Civil, não abrangendo situações especificadas em legislações esparsas ou em outros ramos do direito.

Desta maneira, as estratégias adotadas no estudo envolvem tanto abordagens quantitativas quanto qualitativas, procurando traduzir em números as informações e opiniões coletadas, classificadas e analisadas, mas, ao mesmo tempo, descrevendo e interpretando informações que não podem ser quantificáveis.

Todo o levantamento dos dados e o enfoque apresentados foram realizados em contribuição original à ciência jurídica. A reunião das informações, o seu

³ Os resultados poderiam ser generalizados caso fosse selecionada uma amostra aleatória de 136 (cento e trinta e seis) defensores públicos para responder ao questionário, para um nível de confiança de 90% (noventa por cento) e erro amostral de 5% (cinco por cento). Para o cálculo da amostra cf. TRIOLA, Mario F. *Introdução à Estatística*, cit., passim.

correlacionamento e as conclusões extraídas foram feitas de maneira inédita no presente trabalho.

2. ABORDAGEM SOBRE VULNERABILIDADE E GRUPOS VULNERÁVEIS

O conceito de grupos vulneráveis tem sido aliado ao estudo das minorias, levando em consideração, especialmente, aspectos pessoais, étnicos, religiosos, de gênero, sociais e de idade.

As 100 Regras de Brasília sobre acesso à justiça das pessoas em condição de vulnerabilidade, aprovadas pela XIV Conferência Judicial Ibero-americana, definem que podem ser assim conceituadas aquelas pessoas que “por razão da sua idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas e/ou culturais, encontram especiais dificuldades em exercer com plenitude perante o sistema de justiça os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico”.⁴

O mesmo texto acrescenta que poderão constituir causas de vulnerabilidade, entre outras, a incapacidade, a pertença a comunidades indígenas ou a minorias, a vitimização, a migração e o deslocamento interno, a pobreza, o gênero e a privação de liberdade. Estabelece que a concreta determinação desta condição, em cada país, deverá levar em consideração características específicas, como o nível de desenvolvimento social e econômico local.⁵

Elida Séguin, abordando o tema, explica que “existe certa confusão entre minorias e grupos vulneráveis. As primeiras seriam caracterizadas por ocupar uma posição de não dominância no país onde vivem. Os grupos vulneráveis podem constituir num grande contingente numericamente falando, como as mulheres, crianças e idosos.

⁴ A XIV Conferência Judicial Ibero-americana ocorreu em Brasília, de 04 a 06 de março de 2008. CONFERÊNCIA JUDICIAL IBERO-AMERICANA. Regras de Brasília sobre Acesso à Justiça das Pessoas em Condição de Vulnerabilidade. Seção 2, Regra (3). Disponível em [http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio /0/100%20Regras%20de%20Acesso%20%c3%a0%20Justi%c3%a7a.pdf]. Acesso em 26/08/2011.

⁵ CONFERÊNCIA JUDICIAL IBERO-AMERICANA. Regras de Brasília sobre Acesso à Justiça das Pessoas em Condição de Vulnerabilidade. Seção 2, Regra (4). Disponível em [http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio /0/100%20Regras%20de%20Acesso%20%c3%a0%20Justi %c3%a7a.pdf]. Acesso em 26/08/2011.

Para alguns são grupos vulneráveis, posto destituídos de poder, mas guardam a cidadania e os demais elementos que poderiam transformá-los em minorias. [...] Outro aspecto interessante de grupos vulneráveis é que, com certa frequência, eles não tem sequer a noção de que estão sendo vítimas de discriminação ou que seus direitos estão sendo desrespeitados: eles não sabem sequer que têm direitos”.⁶ Nos dizeres de Paulo Valério Dal Pai Moraes a vulnerabilidade é “um conceito de relação, indicando uma circunstância em que um dos pólos do relacionamento se encontra com potência superior ao outro pólo, estando, portanto, com possibilidade de maculá-lo, ofendê-lo, melindrá-lo”.⁷

Entendemos que o conceito de vulnerabilidade, normalmente atrelado à condição pessoal do indivíduo (portanto material), pode ser estendido a hipóteses que se configurem no âmbito do processo, em que o litigante, em razão de situação processual determinada, encontre dificuldades para o exercício de direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico.

A transposição do conceito de vulnerabilidade para o âmbito processual visa a demonstrar que, mesmo em situações específicas do processo, pode haver uma suscetibilidade tamanha que agrida a pessoa no seu próprio direito a ter direitos.

A configuração da vulnerabilidade em situações processuais, caso não sanada, pode arranhar a isonomia e a paridade de armas, causando prejuízos ao próprio sistema de justiça. Elida Séguin, tratando sobre grupos vulneráveis, lembra que há grande correlação entre estes e democracia e cidadania, ressaltando que a “intimidade entre esses conceitos demonstra uma interdependência, pois a forma como se aborda a questão das minorias e dos grupos vulneráveis pode provocar sérios arranhões à democracia de um país”.⁸

⁶ SÉGUIN, Elida. *Minorias e Grupos Vulneráveis: Uma Abordagem Jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 12.

⁷ MORAES, Paulo Valério Dal Pai. A Vulnerabilidade Tributária do Consumidor. In *Revista de Direito do Consumidor*. vol. 51, jul. 2004. p. 198. Prossegue o autor, na mesma obra, esclarecendo que a vulnerabilidade é “uma realidade material inafastável, indicando a possibilidade de algo ou alguém ser ofendido, maculado, melindrado ou lesado em algum tipo de relacionamento subjetivo ou mesmo com objetos, situações ou coisas. A importância do princípio da vulnerabilidade está, desta forma, no seu conteúdo eminentemente material e pré-jurídico, elementos estes que, não estando embasados em conceitos abstratos e meramente formais, indicam com clareza solar os melhores caminhos pelos quais a humanidade poderá se orientar, caso, efetivamente, deseje paz e harmonia de vida”. (Ibid, p.198)

⁸ SÉGUIN, Elida. *Minorias e Grupos Vulneráveis: Uma Abordagem Jurídica*, cit., p. 1.

Neste contexto, vale trazer a lume que as Regras de Brasília sobre acesso à justiça das pessoas em condição de vulnerabilidade indicam, justamente, a revisão de alguns procedimentos e requisitos processuais como forma de facilitar este acesso das pessoas em condição de vulnerabilidade, propondo a flexibilização tanto do procedimento como de requisitos exigidos para a prática de atos processuais.⁹

Em interessante tese defendida sobre o assunto, Fernanda Tartuce Silva admite a possibilidade de reconhecimento de vulneráveis processuais, conceituando esta especial vulnerabilidade como “a suscetibilidade do litigante que o impede de praticar os atos processuais em razão de uma limitação pessoal involuntária ensejada por fatores de saúde e/ou de ordem econômica, informacional, técnica ou organizacional de caráter permanente ou provisório”.¹⁰

No campo processual, o Código de Defesa do Consumidor trata expressamente da vulnerabilidade, razão pela qual é apontado como referência no assunto.¹¹ Referida legislação reconhece esta especial suscetibilidade da parte frente ao mercado de consumo, consignando que a vulnerabilidade ali prevista “não envolve somente a pessoa pobre, desprovida de recursos financeiros, mas todo aquele que não tenha condições econômicas, técnicas, estruturais ou processuais para demonstrar seu direito”,¹² devendo tal condição ser apreciada em cada caso concreto, sem que possa ser

⁹ CONFERÊNCIA JUDICIAL IBERO-AMERICANA. Regras de Brasília sobre acesso à justiça das pessoas em condição de vulnerabilidade. Seção 4. Disponível em [<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/0/100%20Regras%20de%20Acesso%20c3%a0%20Justi%20a7a.pdf>]. Acesso em 26/08/2011.

¹⁰ SILVA, Fernanda Tartuce. *Vulnerabilidade como Critério Legítimo de Desequiparação no Processo Civil*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2011. p. 172.

¹¹ BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. Art. 4º. “A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito a sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: I. reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo”. Em nosso ordenamento jurídico, também trata da vulnerabilidade o Decreto Federal n. 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos, e prevê como objetivo estratégico V a “redução da violência motivada por diferenças de gênero, raça ou etnia, idade, orientação sexual e situação de vulnerabilidade”. Para esta finalidade, prevê como ação programática, a ser implementada pelo Ministério da Justiça; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República: “Garantir aos grupos em situação de vulnerabilidade o conhecimento sobre serviços de atendimento, atividades desenvolvidas pelos órgãos e instituições de segurança e mecanismos de denúncia, bem como a forma de acioná-los”.

¹² HOFFMAN, Paulo. Inversão do Ônus da Prova Prevista no Código de Defesa do Consumidor – Critério de Julgamento (sob a ótica do juiz) e Critério de Procedimento (para o fornecedor). In CARVALHO, Fabiano; BARIONI, Rodrigo. *Aspectos Processuais do Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 229 e 230.

definido critério único para sua configuração, sob pena de serem criados ônus e injustiças ilegítimos. Paulo Valério Dal Pai Moraes explica que a vulnerabilidade não é um conceito criado pelo direito, embora tenha assumido posição de destaque no mundo jurídico atual “por causa do Código de Defesa do Consumidor, que a evidenciou como realidade juridicizada. Vulnerabilidade é, portanto, um fenômeno natural e por isso não pode deixar de ser considerada quando da apreciação judicial ao caso concreto”.¹³

Este reconhecimento da vulnerabilidade como decorrência de um aspecto específico da relação, que não condiz com o sujeito em si, mas com o sujeito inserido em determinado contexto (mercado de consumo, por exemplo), demonstra que o conceito de vulnerabilidade é de larga aplicabilidade, desde que verificada real suscetibilidade na relação vivenciada.

Sobre a suscetibilidade no âmbito do processo, esclarece Paulo Otero que “a humanização repercute demandando análise mais cuidadosa e personalizada dos litigantes – especialmente se estiverem em situações extremas. Em tempos de massificação do processo e de adoção de técnicas de julgamento ‘em bloco’ e apreciação ‘por amostragem’, é importante lembrar que certos litigantes precisam ser tratados de maneira particularizada nos feitos por sua diferenciada condição”.¹⁴

Como se nota, o conceito de vulnerabilidade transposto para a esfera processual abarca situações de limitação involuntária que impedem a parte de praticar atos a contento. Trata-se de situação específica que dificulta a capacidade do litigante de demonstrar seus direitos ou de exercê-los plenamente no âmbito do processo.

Neste sentido, importante levar em consideração que, na seara das minorias, este conceito é considerado volátil e aberto, de modo que determinada pessoa pode ora integrar um contingente minoritário ora um majoritário, não havendo, portanto, fixação em relação a quem se aplique.¹⁵ A vulnerabilidade, destarte, decorre de situação específica de

¹³ MORAES, Paulo Valério Dal Pai. *A Vulnerabilidade Tributária do Consumidor*, cit., p. 198.

¹⁴ OTERO, Paulo. *Pessoa Humana e Constituição: Contributo para uma Concepção Personalista do Direito Constitucional*. In LEITE NETO, Diogo (coord). *Pessoa Humana e Direito*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 366.

¹⁵ Elida Séguin, citando o exemplo do homem branco, economicamente estável e homossexual, esclarece que o “tema fica ainda mais complexo e abrangente quando lembramos que as pessoas são atores sociais e, como

exposição e fragilidade, que pode, eventualmente, vir a ser superada (mas que deve ser sanada pelo Estado enquanto não ultrapassada). Outrossim, a vulnerabilidade reconhecida em determinada situação pode não ser verificada para o mesmo sujeito em situação diversa.

Desta forma, embora tradicionalmente pensemos em grupos vulneráveis como crianças, mulheres, idosos, homossexuais e deficientes, devemos ter em mente que a cada dia surgem novos grupos ou são reconhecidos tratamentos discriminatórios diversos, recebidos por determinadas pessoas em razão de uma característica diferenciadora.¹⁶ As minorias, em razão da incapacidade para defender seus interesses eficazmente, devem ser objeto de proteção do Estado.¹⁷ De se reconhecer, dentro deste contexto de exclusões, que situações processuais específicas, em que haja afronta aos princípios constitucionais, podem levar à configuração da vulnerabilidade processual de determinado litigante.

Constatada a possibilidade da existência de vulnerabilidades referentes à própria relação processual, fica claro que devem ser buscados mecanismos para que o litigante suscetível possa exercer seus direitos com igualdade. Neste contexto, a determinação legal de que será dado curador especial ao réu revel citado fictamente, ao réu preso e ao incapaz sem representante legal ou cujos interesses sejam colidentes com os de seu representante, pode estar interligada com a especial atenção do Estado para com estas situações em que a parte está impossibilitada de defender autonomamente seus interesses no processo.

Mas como verificar, no plano concreto, a ocorrência desta vulnerabilidade processual? Ela está mesmo presente nos casos em que o legislador determina que se dê curador especial? Para que possamos fazer esta investigação é necessário levar em conta as garantias da isonomia e do contraditório.

tal, dependendo das circunstâncias, podem desempenhar papéis diferentes e integrar ora um contingente minoritário ou um majoritário”. (SÉGUIN, Elida. *Minorias e Grupos Vulneráveis: Uma Abordagem Jurídica*, cit., p. 15).

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Fernanda Tartuce esclarece que o reconhecimento da situação de vulnerabilidade processual permite “a esses litigantes um tratamento jurídico diferenciado para que sua suscetibilidade não comprometa fatalmente a atuação em juízo e que seja assegurada a igualdade de oportunidades mediante a superação dos óbices que os acometeram”. (SILVA, Fernanda Tartuce. *Vulnerabilidade como Critério Legítimo de Desequiparação no Processo Civil*, cit., p. 210).

2.1. Igualdade como forma de inclusão de grupos vulneráveis

A igualdade foi concebida e discutida sob diferentes enfoques ao longo do tempo e do espaço. No Estado liberal clássico, o reconhecimento da igualdade decorria do repúdio ao Estado absolutista, que valorizava o indivíduo exclusivamente de acordo com sua condição e origem social. Neste período, a igualdade teve sua concepção fundada nos ideais da Revolução Francesa, de que todos deveriam ser tratados de forma igualitária perante a legislação. Importava que a lei tratasse os sujeitos da mesma maneira e que houvesse direitos iguais, reconhecendo-se uma igualdade formal, que não levava em consideração a essência da igualdade ou as marcantes desigualdades políticas e econômicas da época.

Sobre os aspectos relevantes do processo civil no Estado liberal, esclarece Igor Raatz dos Santos que o “elemento formal insinua-se mediante rígida previsão dos atos processuais, com a disponibilidade privada da tutela jurisdicional, a exigência de certeza jurídica e o acolhimento do princípio da igualdade abstrata das partes. Dá-se primazia à tutela pecuniária, uma vez que, sendo todos os bens iguais, poderiam ser transformados em dinheiro, restando impensável uma tutela específica. [...] O papel do juiz cinge-se à declaração da lei, sendo vedado interpretá-la, o que corrobora um regime de irresponsabilidade frente às partes, seja no andamento do processo, seja na aplicação do direito”.¹⁸

A partir do Estado social inicia-se uma modificação no conceito de igualdade, que passa a ser visto como uma finalidade a ser alcançada pelo próprio Estado. Ganha destaque a concepção de igualdade material, conjugada com a igualdade formal. Destaca Ada Pellegrini Grinover que “a transição entre o Estado liberal e Estado social promove alteração substancial na concepção do Estado e de suas finalidades. Nesse quadro, o Estado existe para atender ao bem comum e, conseqüentemente, satisfazer

¹⁸ SANTOS, Igor Raatz dos. Processo, Igualdade e Colaboração - Os Deveres de Esclarecimento, Prevenção, Consulta e Auxílio como Meio de Redução das Desigualdades no Processo Civil. In *Revista de Processo*. vol. 192, fev. 2011. p. 47.

direitos fundamentais e, em última análise, garantir a igualdade material entre os componentes do corpo social”.¹⁹

A mesma doutrinadora prossegue explicando que a Constituição Federal de 1988 fixou, em seu art. 3º, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil e, “para atingir esses objetivos fundamentais (aos quais se acresce o princípio da prevalência dos direitos humanos: art. 4.º, II, da CF 1988), o Estado tem que se organizar no *facere e praestare*, incidindo sobre a realidade social. É aí que o Estado social de direito transforma-se em Estado democrático de direito”²⁰ que temos hoje configurado.

Embora a igualdade tenha recebido tratamentos diversos na doutrina, por vezes como princípio, por vezes como direito fundamental e, ainda, como garantia processual, nota-se que é possível sua análise sob estas três perspectivas sem qualquer prejuízo ou contradição. Sua aplicação representa um aspecto político relevante, que exige o comprometimento dos agentes públicos para a efetiva concretização da proposta isonômica. Deste modo, não são admitidos discursos que sustentem a possibilidade de sua limitação, sob o argumento de que configuraria princípio e não garantia.²¹ Ao revés, é essencial que haja esforços para a sua implementação, ainda que possam ser experimentadas dificuldades para a consecução deste objetivo.²² Aliás, “os direitos fundamentais consagrados na Constituição constituem situações subjetivas instrumentais, cujo reforçamento constitucional não teria nenhum significado se as correspondentes garantias não permitissem restaurá-las integralmente no caso concreto”.²³

Sobre o assunto, Dinamarco esclarece que os dispositivos constitucionais referentes aos grandes princípios ganham eficácia imperativa mediante as correspondentes

¹⁹ GRINOVER, Ada Pellegrini. O Controle de Políticas Públicas pelo Poder Judiciário. In *Revista de Processo*. vol. 164, out. 2008. p. 9.

²⁰ Ibid.

²¹ “En el modelo del Estado Social, más allá de la crisis por la que hoy atraviesa, los derechos plasmados en la Constitución no son sólo garantías jurídico-formales, sino derechos plenos y operativos que exigen efectiva realización material. Su violación o su falta de virtualidad impone directamente al Estado un deber de aseguramiento positivo, una acción encarnada a vencer los obstáculos del camino hacia su concreción [...] De ahí que las garantías de igualdad procesal ostenten jerarquía constitucional y que la cuestión de la igualdad ante la ley se traduzca ahora en el tema de la igualdad ante la justicia”. (BERIZONCE, Roberto Omar. Algunos Obstáculos al Acceso a la Justicia. In *Revista de Processo*. vol. 68, out. 1992. p. 67).

²² SILVA, Fernanda Tartuce. *Vulnerabilidade como Critério Legítimo de Desequiperção no Processo Civil*, cit., p. 55.

²³ OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro. *Teoria e Prática da Tutela Jurisdicional*. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 82.

garantias, cuja inobservância é dotada de sanção de validade ou de eficácia. Por esta razão, os dispositivos constitucionais são encarados como garantias, sendo usual a utilização indiferente e unívoca dos vocábulos princípio ou garantia quando se tratar de linhas mestras do processo, como a igualdade, o contraditório e a ampla defesa.²⁴

Tratando da importância da igualdade para o Estado democrático de direito e da necessidade de garantia de sua implementação, Paulo Bonavides esclarece que “o centro medular do Estado social e de todos os direitos de sua ordem jurídica é indubitavelmente o princípio da igualdade. [...] De todos os direitos fundamentais a igualdade é aquele que mais tem subido de importância no Direito Constitucional de nossos dias, sendo, como não poderia deixar de ser, o direito-chave, o direito-guardião do Estado social”.²⁵

O artigo 5º, *caput*, e seu inciso “I”, da Constituição Federal estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.²⁶ Relativamente ao processo civil, o princípio da igualdade indica que os litigantes devem receber tratamento igualitário, nos termos do previsto no art. 125, I, Código de Processo Civil.²⁷

Explicam Cintra, Grinover e Dinamarco que falar em isonomia significa que “as partes e os procuradores devem merecer tratamento igualitário, para que tenham as mesmas oportunidades de fazer valer em juízo as suas razões”.²⁸

É evidente que, para tanto, o legislador e o juiz devem atentar para que seja respeitada a igualdade entre os litigantes, cumprindo ao legislador a instituição de normas

²⁴ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. 6. ed. vol. 1. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 199 et seq.

²⁵ BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 376.

²⁶ BRASIL. Constituição Federal. Art. 5º. “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I. homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

²⁷ BRASIL. Código de Processo Civil. Art. 125. “O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, competindo-lhe: I. assegurar às partes igualdade de tratamento”.

²⁸ CINTRA, Antonio C. de A. et al. *Teoria Geral do Processo*. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 53. Sobre o assunto, Celso Agrícola Barbi esclarece que “o mandamento dirige-se, em primeiro lugar, ao legislador, para que elabore as leis processuais de modo a fixar essa igualdade. Mas dirige-se, em segundo lugar, ao juiz, para que ele, na parte em que tem arbítrio, procure assegurar às partes igualdade de tratamento. No exercício desse poder, no entanto, não pode o juiz pretender igualar a situação das partes quando a própria lei lhes deu tratamento diverso”. (BARBI, Celso Agrícola. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 14. ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 395).

que mitiguem eventuais desigualdades existentes.²⁹ Desta forma, do ponto de vista estático (estruturação do processo), o processo deverá ser organizado de forma isonômica, evitando privilégios e corrigindo eventuais desigualdades a partir da previsão de técnicas processuais que possibilitem essa finalidade. Essa perspectiva deve ser adotada pelo legislador, que pode estabelecer diferenças de tratamento em situações constitucionalmente justificáveis. Do ponto de vista dinâmico, a igualdade relaciona-se à direção do processo, que deverá assegurar a paridade de tratamento às partes. Neste prisma, a igualdade decorre da atuação do juiz no caso concreto.³⁰

Sobre o assunto, Cássio Scarpinella Bueno assevera que “a isonomia ou igualdade deve ser entendida no sentido de que o Estado-juiz deve tratar de forma igualitária os litigantes. Seja dando-lhes igualdade de condições de manifestação ao longo do processo, seja criando condições para que esta igualdade seja efetivamente exercitada”.³¹

A igualdade, portanto, é reconhecida como um dos princípios orientadores da democracia, pois apenas de sua aplicação efetiva pode decorrer um sistema incluyente, que se preocupe com minorias e grupos vulneráveis.³² Desta forma, necessária a observação deste princípio, principalmente porque as partes nem sempre possuem as mesmas condições econômicas, sociais e técnicas para atuação no processo. O reconhecimento da própria vulnerabilidade decorre diretamente do princípio da igualdade, considerando que somente pode ser reconhecido como igual aquele que não está subjugado por outro.³³

²⁹ GONÇALVES, Marcos Vinicius Rios. *Novo Curso de Direito Processual Civil*. 3. ed. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 27. Giuseppe Chiovenda já esclarecia que alguns princípios são qualificados de gerais, no sentido de que são comuns a todas as leis modernas, dentre eles o princípio da igualdade das partes, que estabelece que as partes devem colocar-se no processo em absoluta paridade de condições. Explica o autor que “isso se manifesta sobretudo no princípio do contraditório (*audiatur et altera pars*), na repartição do ônus da prova, no princípio de que a prova contrária é um direito, nas normas asseguradoras da defesa e da comunicação recíproca de documentos, no princípio da aquisição processual e semelhantes”. (CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*. Paolo Capitanio (trad.). 4. ed. Campinas: Bookseller, 2009. p. 149).

³⁰ SANTOS, Igor Raatz dos. Processo, Igualdade e Colaboração - Os Deveres de Esclarecimento, Prevenção, Consulta e Auxílio como Meio de Redução das Desigualdades no Processo Civil, cit., p. 47.

³¹ BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso Sistematizado de Direito Processual Civil*. 4 ed. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 161.

³² SÉGUIN, Elida. *Minorias e Grupos Vulneráveis: Uma Abordagem Jurídica*, cit., p. 30.

³³ MORAES, Paulo Valério Dal Pai. O Ministério Público e o Controle Prévio e Abstrato dos Contratos de Massa. In *Revista de Direito do Consumidor*. vol. 26, abr. 1998. p. 166.

Explica Fernanda Tartuce Silva a importância da garantia de aplicação da isonomia quando tratamos de grupos vulneráveis, tendo em vista que “a tutela das minorias encontra guarida no princípio da igualdade em aliança com os objetivos da República. É inquestionável o mérito do art. 3º da Constituição brasileira por valorizar a igualdade e indicar ao Estado formas obrigatórias de atingi-la, mas é na isonomia que reside o fundamento da maior proteção”.³⁴

Desta forma, devem ser assegurados mecanismos que permitam a neutralização de dificuldades existentes, além da necessidade de que o Estado (legislador e juiz) atue efetivamente na prevenção da criação e do fomento de desigualdades, conferindo efetividade ao princípio.³⁵

As medidas para a neutralização das desigualdades devem ser adotadas na medida em que sejam necessárias ao reestabelecimento da paridade de armas,³⁶ ainda que o desequilíbrio se revele apenas no plano processual específico. Os mecanismos que acarretam a desequiparação servem, justamente, para buscar a consecução da isonomia material. Sobre o assunto, explica Cássio Scarpinella Bueno que “o mero tratamento desigual, por si só, não agride, necessariamente, a isonomia constitucional. O que revela é que o tratamento desigual seja suficientemente justificável, isto é, que ele seja adequado para equilibrar, perante o Estado, situação de desequilíbrio estranho ao processo ou, quando menos, que surge no próprio plano do processo”.³⁷

Como se pode notar, não há dúvidas de que o princípio da igualdade seja um dos pilares do Estado democrático de direito, servindo para garantir a necessária paridade dos litigantes no processo. A dificuldade que se coloca é, diante de uma determinada

³⁴ SILVA, Fernanda Tartuce. *Vulnerabilidade como Critério Legítimo de Desequiparação no Processo Civil*, cit., p. 58. Para Canotilho, o princípio da igualdade é estruturante do regime geral dos direitos fundamentais. O autor afirma que, “por isso se considera que essa igualdade é um pressuposto para a uniformização do regime das liberdades individuais a favor de todos os sujeitos de um ordenamento jurídico. A igualdade jurídica surge, assim, indissociável da própria liberdade individual”. (CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2006. p 58).

³⁵ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 213.

³⁶ “Chama-se a isso paridade de armas: o procedimento deve proporcionar às partes as mesmas armas para a luta”. (DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. 12. ed. vol. 1. Salvador: Jus Podivm, 2010. p. 59).

³⁷ BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso Sistematizado de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 161.

situação de desrespeito à isonomia, verificar em que medida são aplicáveis e legítimos eventuais critérios distintivos.³⁸

Celso Antonio Bandeira de Mello destinou-se ao estudo do conteúdo jurídico do princípio da igualdade e propôs três enfoques para a demonstração da existência de critério distintivo válido perante uma situação de desequiparação: o elemento fator de desigualação (discrímen), que deve ser analisado diante do razoável para a situação concreta; a correlação lógica abstrata entre o discrímen e a disparidade estabelecida no tratamento jurídico, isto é, a relação de adequação existente entre estes elementos; e a consonância da correlação lógica com os interesses do sistema constitucional, o respeito aos valores da ordem jurídica, como a dignidade da pessoa humana.³⁹

O autor aduz que, quando observados estes três enfoques, o tratamento desigual não ensejará a quebra de isonomia, pois o que se estará buscando será justamente a igualdade substancial no processo.⁴⁰

Também tratando do princípio da igualdade e da legitimidade da adoção de critérios distintivos, Gomes Canotilho assevera que a igualdade é violada “quando a desigualdade de tratamento surge como arbitrária. O arbítrio da desigualdade seria condição necessária e suficiente da violação ao princípio da igualdade. Embora ainda hoje seja corrente a associação do princípio da igualdade com o princípio da proibição do arbítrio, este princípio, como simples princípio de limite, será também insuficiente se não transportar já no seu enunciado normativo material, critérios possibilitadores da valoração das relações de igualdade ou desigualdade. Esta a justificação de o princípio da proibição do arbítrio andar sempre ligado a um critério material objetivo. Este costuma ser

³⁸ Sobre o assunto, Bandeira de Mello indaga: “Quem são os iguais e quem são os desiguais?” (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 11).

³⁹ Ibid. p. 21.

⁴⁰ Tais critérios para a distinção de situações em que há inobservância ao princípio da igualdade são criticados por Hédio Silva Jr., para quem “merece reflexão o fato de que a adoção do critério da correlação lógica coloca o problema de que dita correlação não expressa um conteúdo descritivo, mas sim uma apreciação axiológica, um senso de razoabilidade, de plausibilidade, enfim, um juízo de valor, que, não bastasse permitir a apropriação arbitrária do reconhecimento da ocorrência ou não da logicidade do fator de discrímen, deixa em aberto a questão da interpretação autêntica, entregando assim a solução do problema às conveniências ou aos caprichos do grupo de poder capaz de impor sua interpretação do que seja correlação lógica”. (SILVA JR., Hédio. O Princípio da Igualdade e os Direitos de Igualdade na Constituição de 1988. In *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. vol. 38, jan. 2002. p. 168).

sintetizado da forma seguinte: existe uma violação arbitrária da igualdade jurídica quando a disciplina jurídica não se basear num: (i) fundamento sério; (ii) não tiver um sentido legítimo; (iii) estabelecer diferenciação jurídica sem um fundamento razoável”.⁴¹

Desta forma, desde que haja relação de causa e efeito entre o tratamento diferenciador e a desigualdade, e este tratamento respeite os valores maiores da ordem jurídica, possível a aplicação de *discrímen* que vise possibilitar oportunidades equânimes em juízo, especialmente quando constatada a vulnerabilidade involuntária de uma das partes. Conforme os ensinamentos de Cândido Dinamarco, “neutralizar desigualdades significa promover a igualdade substancial, que nem sempre coincide com uma formal igualdade de tratamento porque esta pode ser, quando ocorrentes essas fraquezas, fonte de terríveis desigualdades”.⁴²

Temos, destarte, que o que diferencia a discriminação vedada da discriminação não-vedada é o critério de natureza constitucional.⁴³ Assim, nem toda discriminação será sancionada, mas apenas e tão-somente aquela que resultar em violação de direitos e em desigualação ilegítima,⁴⁴ o que significa que devem ser aceitas determinadas formas de desequiparação, desde que constitucionalmente justificáveis.

Portanto, a preocupação consiste na impossibilidade de que a lei estabeleça mecanismos compensatórios que não se coadunem com os princípios da justiça, da liberdade e da solidariedade, devendo subsistir apenas as diferenciações que sejam necessárias à sobrevivência do Estado.⁴⁵ A isonomia funciona, neste contexto, como verdadeiro freio à discriminação e às injustiças.

⁴¹ CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional*, cit., p. 577.

⁴² DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 213.

⁴³ Guilherme Braga Peña de Moraes explica que o princípio da igualdade “não é absoluto, ao contrário, corresponde a um princípio relativo, uma vez que o conceito de igualdade é sempre relativo, o que permite ao Estado promover desequiparações entre os homens, visando suprimir as diferenças econômicas e sociais que os separam em um mesmo espaço e tempo, desde que fundadas em elementos de desequiparação objetivamente observáveis, que prestigiem, com proporcionalidade, valores consubstanciados pela Constituição Federal”. (MORAES, Guilherme Braga Peña. *Assistência Jurídica, Defensoria Pública e o Acesso à Jurisdição no Estado Democrático de Direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997. p. 10).

⁴⁴ SILVA JR., Hédio. O Princípio da Igualdade e os Direitos de Igualdade na Constituição de 1988, cit., p. 168.

⁴⁵ AMARAL FILHO, Adilson Paulo Prudente do. A Remessa Oficial e o Princípio da Igualdade. In *Revista de Processo*. vol. 80, out. 1995. p. 215.

A utilização de critérios distintivos em situações em que ocorre desequilíbrio é válida para a manutenção da isonomia, principalmente quando considerada a vulnerabilidade de um dos litigantes. Deste modo, a aplicação da isonomia “visa conferir a concreta oportunidade de participação no processo de pessoas em situação vulnerável para evitar que as dificuldades inerentes à sua desfavorável e involuntária condição comprometam o reconhecimento e a efetivação de seus direitos”.⁴⁶

A igualdade está intimamente ligada à garantia do contraditório,⁴⁷ especialmente quando tratamos da tutela de grupos vulneráveis. Isso porque, o contraditório justo e equilibrado é condição para a paridade de armas no processo, servindo para garantir que a participação seja o mais equilibrada possível.

2.2. O princípio do contraditório e a possibilidade de efetiva participação

Eventuais afrontas ao princípio da igualdade podem ensejar suscetibilidades no âmbito do processo que impeçam a parte de defender seus direitos adequadamente, conforme observamos no item anterior. Para prevenir estas diferenças, a Constituição Federal estabelece que aos litigantes sempre devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa.⁴⁸

Já esclareciam Cintra, Dinamarco e Grinover que o contraditório constitui-se dos elementos “informação” e “possibilidade de reação”, como forma ampla de consagração do direito de igualdade, asseverando que ele deve ser “entendido como ciência bilateral dos atos e termos do processo, com a possibilidade de contrariá-los; e seu

⁴⁶ SILVA, Fernanda Tartuce. *Vulnerabilidade como Critério Legítimo de Desequiparação no Processo Civil*, cit., p. 206.

⁴⁷ Explica Dinamarco que “o contraditório não é aspecto da isonomia nem constitui projeção desta. O que os relaciona intimamente é essa convergência funcional, somada ao fato de que ambos são importantíssimas premissas democráticas e, portanto, manifestações do zelo do Estado contemporâneo pelas liberdades públicas. [...] Contraditório equilibrado é contraditório com igualdade”. (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 215).

⁴⁸ BRASIL. Constituição Federal. art. 5º, LV. “Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

fundamento constitucional é a ampla garantia do direito ao processo e do acesso à justiça”.⁴⁹

Sobre o tema, vale trazer à colação o entendimento de Nelson Nery Jr., que esclarece que o princípio do contraditório “além de se constituir fundamentalmente em manifestação do princípio do estado de direito, tem íntima ligação com o da igualdade das partes e o direito de ação, pois o texto constitucional, ao garantir aos litigantes o contraditório e a ampla defesa, quer significar que tanto o direito de ação como o direito de defesa são manifestações do princípio do contraditório”.⁵⁰

As condições para o exercício do contraditório pelas partes devem ser concretas, de modo que a possibilidade de ação e de reação seja real. Para tanto, o contraditório não deve ser encarado apenas sob o ponto de vista negativo/defensivo, como resistência à pretensão de outrem. Deve ser apto a oferecer a oportunidade de o litigante influenciar ativamente no desenvolvimento do processo e na formação da convicção do magistrado (e, portanto, no resultado do julgamento).⁵¹

A doutrina tradicional abordava o contraditório relacionado apenas ao binômio “informação-possibilidade de reação”, mas atualmente admite-se a necessidade de que, a este binômio, seja acrescido o elemento “participação”. Sobre o assunto, esclarece Castro Lopes que “o contraditório é constituído por esses três aspectos perfeitamente distintos. A informação é sempre obrigatória para que o adversário possa comparecer em juízo e ser ouvido. A reação é sempre possível, embora não obrigatória. E a participação, no sentido de poder influenciar na formação do convencimento do juiz, completa o trinômio”.⁵²

⁴⁹ CINTRA, Antonio C. de A. et al. *Teoria Geral do Processo*, cit., p. 269.

⁵⁰ NERY JR., Nelson. *Princípios do Processo na Constituição Federal*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 209.

⁵¹ Comoglio, Ferri e Taruffo estabeleceram como conteúdo mínimo do contraditório: a igualdade substancial das partes, a possibilidade de defesa técnica qualificada, a adequação das possibilidades de alegação e produção de provas capazes de influenciar o convencimento do juiz (COMOGLIO, Luigi Paolo; FERRI, Corrado; TARUFFO, Michele. *Lezione sul Processo Civile*. 5. ed. vol. 1, Bologna: Il Mulino, 2011. p. 70).

⁵² CASTRO LOPES, Maria Elizabeth de. Princípio do Contraditório. In: OLIVEIRA NETO, Olavo (Org.). *Princípios Processuais Cíveis na Constituição*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 106. Cintra, Grinover e Dinamarco explicam que é por isso que as partes, em relação ao juiz, “não tem papel de antagonistas, mas sim de ‘colaboradores necessários’: cada um dos contendores age no processo tendo em vista o próprio interesse, mas a ação combinada dos dois serve à justiça na eliminação do conflito ou controvérsia que os envolve”. (CINTRA, Antonio C. de A. et al. *Teoria Geral do Processo*, cit., p. 55).

Cássio Scapinella Bueno aduz que, em razão da compreensão de que as partes devem estar aptas a influenciar na convicção do magistrado, o princípio do contraditório se relaciona intimamente com a ideia de participação, devendo o destinatário da atuação do Estado ter, ao menos, condições reais e efetivas de influenciar, em alguma medida, a decisão que será proferida.⁵³

Leonardo Greco aborda o princípio do contraditório justamente sob o ângulo da participação das partes, que devem ter ampla possibilidade de influir na decisão judicial em igualdade de condições, pressupondo esta audiência bilateral como corolário do princípio da participação democrática. Explica o doutrinador que “o contraditório ganhou proteção humanitária muito grande, sendo, provavelmente, o princípio mais importante do processo. Ele é um mega-princípio que, na verdade, abrange vários outros e, nos dias atuais, não se satisfaz apenas com uma audiência formal das partes, que é a comunicação às partes dos atos do processo, mas deve ser efetivamente um instrumento de participação eficaz das partes no processo de formação intelectual das decisões”.⁵⁴

De acordo com estes ensinamentos, o contraditório também poderia ser dividido em formal (garantia de possibilidade de participação, direito de ser ouvido) e substancial (possibilidade de a parte ser ouvida em condições de influenciar a decisão do magistrado).⁵⁵ Luiz Guilherme Marinoni reforça este entendimento de que o juiz deve participar do contraditório, ao asseverar que referido princípio é fortalecido pela participação ativa do julgador, pois não bastariam oportunidades iguais àqueles que não

⁵³ BUENO, Cassio Scapinella. *Curso Sistematizado de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 140 e 141. Prossegue o autor esclarecendo que “o princípio do contraditório deve ser entendido como diálogo, como cooperação, é participação também no plano do processo [...] Contraditório é a forma pela qual se efetivam os princípios democráticos da República brasileira, que viabiliza ampla participação no exercício das funções estatais”. (Ibid., p. 141).

⁵⁴ GRECO, Leonardo. *Instituições de Processo Civil*. 2. ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 541. O autor prossegue esclarecendo que “o contraditório participativo precisa ser efetivado até em relação às questões que, por expressa disposição legal, o juiz pode ou deve apreciar de ofício, como as relativas às condições da ação ou à falta de pressupostos processuais que possam acarretar nulidades. (Ibid., p. 541)

⁵⁵ DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1. cit., p. 52. Para Ramos, Ruiz e Sanchez, o princípio do contraditório consiste “en la efectiva posibilidad de que toda persona que se halle expuesta a ser afectada en su posición jurídica por una resolución judicial, pueda influir en el contenido de la misma, adquiriendo conocimiento de los materiales en que ha de fundarse, tomando postura respecto a los mismos y participando en la introducción en el proceso de esos materiales”. (RAMOS, Manuel Ortells; RUIZ, Juan Camara; SANCHEZ, Ricardo Juan. *Derecho Procesal. Introducción*. Valencia: Punto y Coma, 2000. p. 225 e 226).

são iguais. Neste sentido, o juiz não poderia desconsiderar as desigualdades sociais que o próprio Estado visa eliminar.⁵⁶

Cada uma das partes deve possuir oportunidade de participar do processo de tríplice maneira: participar pedindo, participar alegando e participar provando. Para Dinamarco, a garantia do contraditório significa que “a lei deve instituir meios para a participação dos litigantes no processo e o juiz deve franquear-lhes esses meios. Significa também que o próprio juiz deve participar da preparação do julgamento a ser feito, exercendo ele próprio o contraditório. A garantia deste resolve-se, portanto, em um direito das partes e uma série de deveres do juiz”.⁵⁷

Temos, assim, que a participação deve ser focada na ideia de que os litigantes possam atuar no processo de modo a influenciar efetivamente seu julgamento, bem como que esta participação seja equânime, garantida pelo legislador e pelo juiz.⁵⁸ É o primado da dignidade humana que impõe que as partes possam influir efetivamente nas decisões judiciais, de forma isonômica, e não apenas formalmente.⁵⁹

A ideia de contraditório como garantia de participação e colaboração na construção do provimento jurisdicional, coloca em destaque o caráter democrático da atividade de exercício de poder desenvolvida no processo e também a necessidade de ordenação de tal participação com vistas aos fins desejados.⁶⁰ Lembra Marinoni que o processo, “é o módulo legal que legitima a atividade jurisdicional, e, atrelado à

⁵⁶ MARINONI, Luiz Guilherme. *Novas Linhas do Processo Civil*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 102.

⁵⁷ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 220.

⁵⁸ Daniel Mitidiero identifica, à vista de pressupostos sociais, lógicos e éticos, três modelos processuais civis: processo isonômico, assimétrico e cooperativo. O processo isonômico é concebido pela indistinção entre o indivíduo e o Estado, o que propicia uma relação de paridade entre indivíduo e poder-público. Neste modelo, ao contraditório é deferida a função de tornar possível o diálogo judicial e a busca da verdade é constante, mas entendida como tarefa exclusiva das partes. O processo assimétrico constitui-se de uma separação entre o indivíduo e o Estado, que está acima de seu povo. O Estado apropria-se do direito, aplicando o direito posto ao caso concreto. Neste modelo, o contraditório é mera bilateralidade da instância, e a procura pela verdade é tarefa do Estado na condução ativa do processo. O processo cooperativo, por sua vez, parte da ideia de que o Estado tem o dever de propiciar condições para a organização de uma sociedade livre, justa e solidária, sendo fundado na dignidade da pessoa humana. Neste modelo, o contraditório é instrumento para a viabilização do diálogo e da cooperação no processo, que implica a previsão de deveres de conduta tanto para as partes como para o órgão jurisdicional (o juiz tem a função redimensionada, assumindo papel paritário na condução do processo e assimétrico na decisão da causa). A busca da verdade, neste modelo, é tarefa do juiz e das partes, sendo objetivo cujo alcance interessa inequivocamente ao processo. (MITIDIERO, Daniel. *Colaboração no Processo Civil*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 113 e 114).

⁵⁹ GRECO, Leonardo. *Instituições de Processo Civil*. vol. 1, cit., p. 545.

⁶⁰ REICHELDT, Luis Alberto. O Conteúdo da Garantia do Contraditório no Direito Processual Civil. In *Revista de Processo*. vol. 162, ago. 2008. p. 330.

participação, colabora para a legitimidade da decisão. É o conduto que garante o acesso de todos ao Poder Judiciário, e, além disto, é o conduto para a participação popular no poder e na reivindicação de concretização e de proteção dos direitos fundamentais”.⁶¹

Deste modo o contraditório presume a mitigação das diferenças entre os litigantes, pois as partes precisam estar em grau de igualdade para que sejam aptas a postular, a defender e a demonstrar seus direitos. Os litigantes devem ser ouvidos e devem poder expor ao julgador os argumentos que pretendem ver acolhidos, de modo que possam influir na formação de sua convicção e, portanto, na decisão que virá a ser proferida.⁶² Esta atuação exige a viabilidade da participação no processo (da mesma maneira e em condições equalizadas) e demonstra que eventual desequilíbrio no exercício do contraditório - que envolve a informação, a possibilidade de reação e a participação - pode levar à prestação de uma tutela jurisdicional injusta.⁶³

Esclarecida a abrangência do princípio do contraditório, passaremos a analisar como a vulnerabilidade atinge cada uma das hipóteses que ensejam a atuação do curador especial e como este óbice pode ser superado por meio do exercício desta função, que visa assegurar a observância, ainda que mínima, dos princípios da igualdade e do contraditório no processo.

⁶¹ MARINONI, Luiz Guilherme. Da Teoria da Relação Jurídica Processual ao Processo Civil do Estado Constitucional. In *Revista dos Tribunais*. vol. 852, out. 2006. p. 11.

⁶² Sobre a atuação ativa do magistrado, adverte Guilherme Luis Santos que “se o processo não é monopólio das partes, também se deve atentar para que a autoridade do juiz nunca venha a ser confundida ou transformada em autoritarismo sobre as partes, sob pena de se ferir, no seio de um dos Poderes da República, o princípio político da participação democrática. Se, hoje, o processo moderno em algumas jurisdições de todo o mundo (como ocorre aqui no Brasil) se move para um modelo de uma magistratura ativa na fase instrutória, isso não significa que o juiz possa desprezar o princípio do contraditório, impedindo a participação das partes ou criando surpresas no meio do processo, sem a prévia ciência ou manifestação das partes”. (SANTOS, Guilherme Luis Quaresma Batista. Algumas Notas sobre o Contraditório no Processo Civil. In *Revista de Processo*. vol. 194, abr. 2011. p. 69).

⁶³ Fredie Didier ressalta que o contraditório também é reflexo do princípio democrático na estruturação do processo. “Democracia é participação, e a participação no processo opera-se pela efetivação da garantia do contraditório. O princípio do contraditório deve ser visto como exigência para o exercício democrático de um poder”. (DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 52).

2.3. Tutela da vulnerabilidade processual

No presente trabalho demonstraremos que a curadoria especial é meio apto à tutela da vulnerabilidade processual em determinadas situações previstas pela legislação. Mas qual o sentido atribuído a esta tutela?

O vocábulo tutela, de acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, significa proteção exercida em relação a alguém ou a algo mais frágil, enquanto tutelado é o que tem ou recebe referida proteção, amparado, defendido.⁶⁴

No âmbito jurídico, tutela pode significar tanto o encargo jurídico de representar na vida civil, como o oferecimento, pelo Poder Judiciário, de solução aos conflitos a ele apresentados.⁶⁵

No processo civil a tutela jurisdicional é a outorga à pessoa, ou ao grupo de pessoas que tenha o direito alegado, isto é, que tenha razão. Dinamarco esclarece que a “tutela jurisdicional é o amparo que, por obra dos juízes, o Estado ministra a quem tem razão num litígio deduzido em processo. [...] Receber tutela jurisdicional significa obter sensações felizes e favoráveis, propiciadas pelo Estado mediante o exercício da jurisdição”.⁶⁶

No mesmo sentido, explica Cassio Scarpinella Bueno que “tutela é proteção, é salvaguarda. ‘Tutela jurisdicional’ é a proteção, a salvaguarda que o Estado deve prestar naqueles casos em que ele, o próprio Estado, proibiu a ‘autotela’, a ‘justiça pelas próprias mãos’. A ‘tutela jurisdicional’, neste sentido, deve ser entendida como a contrapartida garantida pelo Estado de atribuir os direitos a seus titulares na exata medida em que uma tal atribuição faça-se necessária por alguma razão”.⁶⁷ A tutela jurisdicional se refere,

⁶⁴ TUTELA. HOUAISS Antonio; VILLAR Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. p. 2.790.

⁶⁵ Ibid., p. 2.790.

⁶⁶ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 107. Prossegue o autor esclarecendo que “em um processo no qual litiguem dois sujeitos em posições antagônicas, só um deles receberá a tutela jurisdicional. Poderá ser o autor, mas também poderá ser o réu, conforme a convicção do juiz e, consequentemente, conforme o teor da sentença que pronunciar”. (Ibid., p. 108).

⁶⁷ BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso Sistematizado de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 303.

portanto, ao resultado do processo, havendo sua concessão quando o litigante obtém o efeito prático desejado. Mas, mais do que proteção a direitos, deve significar “proteção às pessoas a quem a situação jurídica de vantagem é reconhecida”.⁶⁸

Alguns autores tem sustentado que a tutela jurisdicional não se limitaria à resposta final do Estado, mas também à preservação do direito das partes no curso do processo, isto é, a tutela jurisdicional serviria inclusive para designar os meios tendentes à consecução do resultado.⁶⁹ Para Flávio Yarshell, “embora a preservação da igualdade ou do contraditório, por exemplo, seja instrumental, ela não perde o caráter de autêntica tutela. Mais ainda: reconhecer a existência de uma tutela do processo é também reconhecer que existe uma tutela dos sujeitos que integram a relação processual; ou, em outras palavras, uma tutela dos direitos e posições jurídicas decorrentes dessa mesma relação”.⁷⁰

Para Fernanda Tartuce Silva não há como afastar a conclusão de que há tutela para ambas as partes no processo, a despeito de serem vencedoras ou vencidas, tendo em vista que da interpretação do direito processual civil à luz da Constituição deve ser extraído o significado que dê maior efetividade às garantias constitucionais.⁷¹

No presente trabalho demonstraremos que a determinação de que o curador especial deva atuar em determinadas hipóteses processuais liga-se à circunstância de que o legislador pretendeu conferir especial proteção a litigantes em condição de vulnerabilidade. Embora não se refira diretamente ao fato de que aquele sujeito tenha ou não razão quanto ao direito alegado, a curadoria especial permite que a parte atue de maneira equânime e tenha a efetiva oportunidade de influir na decisão Estatal, contribuindo para que ela seja a mais justa possível.

⁶⁸ LEONEL, Ricardo de Barros. *Tutela Jurisdicional Diferenciada*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 77 e 78.

⁶⁹ MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Processo Civil Moderno*. 2. ed. vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 70.

⁷⁰ YARSHELL, Flavio Luiz. *Tutela Jurisdicional*. 2. ed. São Paulo: DPJ, 2006. p. 31. Comentando este posicionamento, Carlos Alberto Alvaro de Oliveira argumenta que, no seu entender, “incluir no conceito de tutela o meio, o processo, implica elasticê-lo demasiadamente, o que não contribui para melhor compreensão do tema, porque em face da generalização perde-se o que é essencial ao próprio conceito. Tudo passa a ser tutela e nada é tutela”. (OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro. *Teoria e Prática da Tutela Jurisdicional*, cit., p. 105).

⁷¹ SILVA, Fernanda Tartuce. *Vulnerabilidade como Critério Legítimo de Desequiparação no Processo Civil*, cit., p. 102.

Desta forma, embora possa conduzir à ideia de que haveria a tutela jurisdicional no sentido de preservação dos princípios maiores da igualdade e do contraditório, de modo a verdadeiramente resguardar os interesses daqueles que integram a relação processual, tendemos a concluir que, na realidade, trata-se mais do uso comum do vernáculo, no sentido de se referir a uma especial proteção exercida em face do litigante mais fraco, no caso, da proteção exercida pelo curador especial face ao vulnerável processual.

2.4. Curadoria como tutela da vulnerabilidade processual

Demonstrados os aspectos determinantes para a configuração da vulnerabilidade processual, bem como verificado que eventuais ofensas aos princípios da igualdade e do contraditório podem acarretar a criação ou o agravamento destas situações de suscetibilidade, cumpre ainda demonstrar porque concluímos que a curadoria especial foi criada para a tutela de situações processuais de vulnerabilidade.

Embora as hipóteses de atuação do curador especial estejam dispersas no Código de Processo Civil o art. 9º de referida legislação estabelece as principais situações em que esta atuação ocorrerá. As hipóteses ali elencadas se referem ao incapaz que não tenha representante legal ou cujos interesses sejam colidentes com os de seu representante, ao réu preso e ao réu revel fictamente citado.⁷²

O pano de fundo para que o legislador tenha escolhido estas hipóteses como situações em que, necessariamente, se dará curador especial, reside no fato de que em tais condições é patente a dificuldade que terá a parte (incapaz, presa ou ausente) de exercer com plenitude perante o sistema de justiça os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico. Neste contexto, se defender, provar e participar de maneira equânime do processo tornam-se atividades de difícil desempenho. Por meio da curadoria especial o legislador buscou manter a paridade de armas e permitir que os princípios da igualdade e do

⁷² BRASIL. Código de Processo Civil. Art. 9º. “O juiz dará curador especial: I - ao incapaz, se não tiver representante legal, ou se os interesses deste colidirem com os daquele; II - ao réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora certa. Parágrafo único. Nas comarcas onde houver representante judicial de incapazes ou de ausentes, a este competirá a função de curador especial.”

contraditório pudessem ser garantidos.⁷³ Explica Fadel que a providência se justifica como medida de política judiciária e visa a resguardar o equilíbrio processual.⁷⁴

A determinação de que seja dado curador especial nas situações elencadas é, portanto, forma de consagração do princípio da igualdade. O discrimen decorrente da atuação do curador permite que os litigantes recebam tratamento igualitário e influam de maneira decisiva na formação da convicção do magistrado. Introduzido o assunto, passaremos a abordar cada uma das situações em que há a previsão de atuação do curador especial e sua relação com a vulnerabilidade processual.

2.4.1. A vulnerabilidade processual do réu revel citado fictamente

O artigo 9º, II, Código de Processo Civil, estabelece que será dado curador especial ao réu revel citado por edital ou com hora certa.⁷⁵ Nestas situações, o contraditório, entendido como o direito à informação, com vistas a permitir a reação e a efetiva participação, fica bastante prejudicado, pois este tipo de citação não permite a certeza de que o réu sabe da existência do processo e de que, portanto, teve a possibilidade de se defender.

Ocorrendo a revelia do citado fictamente, justamente por não haver certeza da ciência da demanda contra ele ajuizada, há o entendimento de que sua defesa deve ser garantida, assegurando-se minimamente a participação no processo.

A falta de confiabilidade do elemento “informação”, que integra o contraditório, leva à incompletude do princípio porque, sem informação não pode haver

⁷³ Tal hipótese foi expressamente identificada por Cintra, Grinover e Dinamarco como tutela do direito à igualdade quando afirmaram, sobre este princípio, que “o art. 125, inc. I, do Código de Processo Civil proclama que compete ao juiz ‘assegurar às partes igualdade de tratamento’; e o art. 9º determina que se dê curador ao incapaz que não o tenha (ou cujos interesses colidam com os do representante) e ao réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora-certa. [...] Diversos outros dispositivos, nos códigos processuais, consagram o princípio da igualdade”. (CINTRA, Antonio C. de A. et al. *Teoria Geral do Processo*, cit., p. 53).

⁷⁴ FADEL, Sergio Sahione. *Código de Processo Civil Comentado*. 7. ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1988. p. 60.

⁷⁵ Trataremos dos aspectos que envolvem a citação ficta no capítulo 5, tendo o presente item apenas o intuito de demonstrar a vulnerabilidade que enseja a atuação do curador especial em favor do réu revel citado por edital ou com hora certa.

reação. Não bastasse isso, não há igualdade quando apenas um dos litigantes participa, sem que o outro tenha sequer tido esta possibilidade. Configura-se, destarte, a vulnerabilidade processual, que merece especial proteção. O legislador aplicou como critério distintivo mínimo a atuação do curador especial, mas deve o juiz estar atento para a necessidade de outras medidas compensatórias.

A vulnerabilidade processual se configura na citação ficta em razão da falta de possibilidade de reação do réu, e da consequente inviabilidade de sua participação. Neste sentido, a curadoria especial visa a conferir igualdade processual, permitindo que o demandado exerça adequadamente seus direitos no processo.⁷⁶

Para impedir a paralisação indeterminada do feito, nos casos de revelia decorrente de citação ficta, presume-se que há um desconhecimento da parte (que é muito provável, diga-se), que determina que a reação ocorra sempre, como forma de conferir efetividade ao contraditório obtido de maneira precária, por meio de uma presunção legal. Ensina Cândido Dinamarco que, embora no contraditório a reação seja apenas permitida, há casos em que esta “se impõe como absolutamente indispensável, falando a doutrina, em relação a eles, em contraditório efetivo. É o que se dá quando a citação tiver sido feita por meios precários, como a publicação de editais, vindo o réu a permanecer revel. A lei manda que o juiz dê curador a esse demandado (art. 9º, inc. II), com o *munus* de oferecer obrigatoriamente a defesa, sob pena de nulidade de todos os atos processuais subsequentes. Faz-se necessária uma reação que em casos normais somente será possível, justamente porque a informação não foi feita de modo confiável. Não se sabe se o réu não respondeu à inicial porque não quis, ou porque não soube da sua propositura”.⁷⁷

⁷⁶ Sobre o assunto: “A igualdade real, exigência do princípio da isonomia, consiste em 'tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades'. É exatamente isso que a nomeação de curador especial representa. Um réu normalmente citado e que se encontra em plenas condições de produzir defesa, merece sofrer todos os efeitos da revelia, caso permaneça inerte. Já um réu fictamente citado, por ser grande a probabilidade de não vir a ter conhecimento da ação, merece especial proteção. Não se poderá dispensar ao réu fictamente citado o mesmo tratamento dispensado ao réu realmente citado (que teve ciência inequívoca da ação), sujeitando-o aos nocivos efeitos da revelia”. (MENDES, Francisco de Assis Filgueira. Declaração Ex Officio de Nulidade Absoluta em Sede de Ação Rescisória Rejeitada no Mérito. In *Revista de Processo*. vol. 164, out. 2008. p. 361).

⁷⁷ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 223 e 224. Nesta mesma linha, José Roberto dos Santos Bedaque aduz que o contraditório “é princípio lógico-formal do processo e tem a função de assegurar às partes a necessária paridade de armas, mediante o mecanismo da contraposição de teses. As partes devem ter efetiva oportunidade de participação e de defesa, antes de ser pronunciado qualquer julgamento. [...] Contraditório é pressuposto de inviolabilidade do direito de defesa, cuja observância constitui condição essencial para sua efetivação. Representam as duas expressões – ‘defesa’ e ‘contraditório’ – visões diversas da mesma realidade, consistente em garantir às partes a possibilidade de

Também Nelson Nery Jr. esclarece que os casos de curadoria especial em razão de revelia do réu citado por edital ou com hora certa seriam os únicos de exigência do contraditório necessário no processo civil. Para este autor, “o contraditório no processo civil tem o significado da bilateralidade da audiência, isto é, implica possibilitar-se às partes que, em todas as fases do procedimento, se façam ouvir. O contraditório real seria exigível, em nosso sistema jurídico, apenas no processo penal. Há, contudo, uma exceção a essa regra no que respeita à defesa do réu revel citado fictamente, a cargo do curador especial”.⁷⁸

Percebemos que o legislador, diante da impossibilidade de garantia da informação do contendor, mas preocupado com a vulnerabilidade daquele que, provavelmente sem conhecer a existência de processo ajuizado contra si⁷⁹ não teria direito à paridade de armas e ao exercício do contraditório, optou por mitigar esta condição de suscetibilidade com uma tutela mínima – sob pena de absoluto cerceamento do direito de defesa.⁸⁰ O réu citado fictamente, afastado da possibilidade de reação e participação, deve ter a garantia de zelo pelas questões formais do processo e pela discussão do direito que o permeie. Embora no mais das vezes não tenha o curador especial condições de discutir as questões de fato abordadas, em inúmeras ocasiões pode lograr êxito na defesa, ainda que parcial, dos interesses do ausente.

real participação no desenvolvimento do processo, objetivando a tutela de seus interesses”. (BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do Processo e Técnica Processual*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2007. p. 484 e 485).

⁷⁸ NERY JR., Nelson. *Princípios do Processo na Constituição Federal*, cit., p. 245. Explica Silva Lopes que a contradição de caráter obrigatório é imperiosa pela expressiva razão de não se conhecer com segurança se não ocorreu resposta por desinteresse ou porque não se tomou real conhecimento da ação proposta. (LOPES, José Fernando da Silva. *O Ministério Público e o Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 1976. p.32).

⁷⁹ Ainda que se admita que o réu tenha conhecimento do processo, devemos argumentar que provavelmente sofre de uma tamanha falta de informação que não consegue compreender o quão prejudicial é a sua não participação. Ora, é unânime que as partes são as maiores interessadas e quem melhor poderia apresentar a própria defesa em juízo. Sobre o assunto, explica Dinamarco que “as partes, conhecendo os fatos até porque os vivenciaram na maior parte dos casos, sabem de quais pessoas poderão valer-se como testemunhas, conhecem realidades captáveis mediante perícias (contábeis, médicas, de engenharia etc), têm documentos ou sabem onde estão. Daí seu interesse em participar e a legitimidade da exigência constitucional de que se lhes dê oportunidade para isso”. (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 221). Ainda, há grande possibilidade de que, nestes casos, haja outro tipo de vulnerabilidade do litigante pois, como adverte Barbosa Moreira, “o mal da desinformação jurídica afeta todas as classes e segmentos da sociedade brasileira”, mas é “óbvio, por outro lado, que o déficit de informação afete principalmente a população de baixa ou nenhuma renda”. (BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Desinformação Jurídica*. In *Temas de Direito Processual*. 6ª série. São Paulo, Saraiva, 1997. p. 294).

⁸⁰ Ensina Hugo Nigro Mazzilli que “para assegurar a igualdade constitucionalmente prevista, existe o curador especial, que busca um equilíbrio processual não meramente aritmético, mas fundado na razoável igualdade entre as possibilidades de exercício de ação e defesa”. (MAZZILLI, Hugo Nigro. *Curadoria Especial*. In *Revista dos Tribunais*. vol. 584, jun. 1984, p. 288).

Acertadamente conclui Rita Ganesini que “a razão de ser da nomeação do curador à lide consiste no fato de o réu não ter sido citado pessoalmente. Trata-se de hipótese de citação ficta, que não nos dá a certeza de ter o interessado tomado realmente ciência de que contra ele está correndo uma ação. [...] Se se cumpre, de um lado, o princípio da bilateralidade da audiência, ligando-se o réu ao processo, mas tendo-se em vista que isto é feito sob um aspecto presumivelmente formal, para que o princípio do contraditório não fique definitivamente mutilado há que se dar àquele que foi citado por edital ou com hora certa, que não comparece a Juízo, o curador especial”.⁸¹

Sob este viés, pode-se inferir que a nomeação do curador especial é inerente à garantia do contraditório, pois busca assegurar alguma efetividade à reação e à defesa quando não é possível afirmar que o réu tem conhecimento do processo ajuizado contra ele. Visa, assim, à manutenção da paridade de armas e à não condenação injusta e imponderada.⁸² É forma de garantir a isonomia processual das partes, reduzindo a desigualdade gerada pela citação presumida.⁸³ O pano de fundo que permeia a curadoria especial, portanto, é a manutenção do equilíbrio de forças entre os litigantes, permitindo

⁸¹ GIANESINI, Rita. *Da Revelia no Processo Civil Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977. p. 100. No sentido de que a atuação do curador especial visa a garantia do contraditório efetivo e do direito de defesa: “No caso em que o réu, citado de forma ficta, não comparece em juízo para contestar, o CPC, zelando pelo direito de defesa, impõe a nomeação de curador especial para apresentar defesa em nome do revel citado por edital ou por hora certa (art. 9º, II, CPC). Tal providência toma em consideração o fato de que a citação, embora necessária nas circunstâncias, é ficta. Por isso mesmo, o CPC, para facilitar a atuação do curador especial, outorga-lhe o poder de apresentar a chamada defesa por negativa geral”. (MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de Processo Civil*. 4. ed. vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 322). Ainda, cf. o ensinamento de Cristiano Chaves de Farias, para quem “a nomeação de curador especial, então, é imperativa, cogente, porque sobre a citação ficta (seja com hora certa, seja pela via editalícia) pesa a presunção de que poderá o réu não ter tido efetivo conhecimento da existência da demanda. Visa, então, a garantir contraditório efetivo e real quando não se tem certeza de que o réu tem ciência da ação em face dele aforada. Daí decorrer, destarte, se tratar de múnus público imposto com vistas a preservar o direito de defesa, consubstanciando bilateralidade do processo”. (FARIAS, Cristiano Chaves de. A Atividade Processual do Curador Especial e a Defesa do Revel Citado Fictamente (Garantia do Contraditório). In *Revista dos Tribunais*. vol. 791, set. 2001. p. 135).

⁸² Cássio Scarpinella Bueno esclarece que “é fundamental, destarte, que sejam criadas condições concretas ao exercício do contraditório, não sendo suficiente a mera possibilidade ou eventualidade de reação. Ela tem de ser real. Ademais, a depender da qualidade do conflito de direito material levado para solução perante o Estado-juiz e dos fatos processuais, o estabelecimento do contraditório é expressamente determinado pela lei processual civil. Assim, por exemplo, quando o art. 302, II, diante de direitos indisponíveis, proíbe a possibilidade de julgamento sem a produção de outras provas, vedada a presunção que pode decorrer da inércia do réu, e quando o art. 9º, II, impõe para o réu revel citado não pessoalmente a nomeação de um ‘curador especial’, forma de garantir, em um e em outro caso, um efetivo contraditório, que não se contenta em ser meramente potencial ou, menos do que isto, presumido, ficto”. (BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso Sistematizado de Direito Processual*. vol. 1, cit., p. 140).

⁸³ FARIAS, Cristiano Chaves de. A Atividade Processual do Curador Especial e a Defesa do Revel Citado Fictamente (Garantia do Contraditório), cit., p. 32.

um tratamento paritário que assegure que o processo se desenvolva segundo os princípios do contraditório e do devido processo legal.

De se ressaltar, no que se refere à igualdade, que a curadoria especial é forma de desequiparação legítima, na medida em que há uma compensação da vulnerabilidade do réu por meio da atuação do curador especial em sua defesa.⁸⁴ A ausência é superada mediante o exercício desta função, considerada *discrímen* razoável e importante para a manutenção do equilíbrio da relação processual.⁸⁵ A necessidade de garantir a igualdade no processo indica uma vulnerabilidade tão grande que enseja a atuação do curador como forma de equilibrar a relação processual que, sem a sua atuação, permaneceria desbalanceada. Por essa razão “não é difícil notar que a aparente quebra dos princípios da isonomia, dentro do processo, em casos tais, está intimamente ligada ao princípio da igualdade real e proporcional, que impõe tratamento desigual aos desiguais, vislumbrando que, supridas as diferenças, se consiga atingir a igualdade substancial”.⁸⁶

Importa consignar, ademais, que de acordo com a teoria da parcialidade positiva do juiz, caberá também ao magistrado conduzir o processo de forma a garantir esta igualdade quando uma das partes estiver evidentemente em situação de hipossuficiência. Assim, “constatada a impossibilidade de plena (im)parcialidade do juiz, parte-se, desta maneira, para uma direção em que, havendo vítimas do sistema dominante no âmbito da relação jurídica processual, o juiz deverá atuar de forma que ele possa reconhecer a diferença socioeconômica e cultural dos sujeitos da relação jurídica processual civil ou penal, e em razão dessa diferença objetivamente e racionalmente constatável, permita-se conduzir por ela de maneira que possa efetivamente garantir a aplicação do devido

⁸⁴ Em sentido contrário, Fernanda Tartuce Silva, ao analisar a questão do réu que citado de forma ficta não compareceu, entende que “não se pode afirmar, contudo, que a ocorrência de vulnerabilidade constitui fundamento para a diferenciação porque ela precisa ser aferida pelo cotejo da situação do indivíduo: é preciso conhecer – ou pelo menos ter notícia de – dados reais que circundam sua vida para verificar se falta dinheiro para se defender, se a moradia dele é de difícil acesso, se padece de comprometedora desinformação ou desestruturação pessoal etc. [...] No caso do ausente, a situação é ignorada: não sendo possível localizar elementos que autorizem afirmar ser ele vulnerável, conclui-se que a defesa do ausente em juízo pelo curador especial é decorrência necessária da citação ficta e não se relaciona com a vulnerabilidade, resultado de uma escolha do legislador para assegurar algum grau de contraditório”. (SILVA, Fernanda Tartuce. *Vulnerabilidade como Critério Legítimo de Desequiparação no Processo Civil*, cit., p. 225). Respeitosamente, discordamos da posição da autora, pois acreditamos que há desinformação e vulnerabilidade técnica do réu, ainda que presumida, e que esta pode se relacionar à situação vivenciada e não apenas ao sujeito em si.

⁸⁵ Aplicação dos critérios sugeridos por BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade*, cit., p. 21.

⁸⁶ MENDES, José Manoel Frazão. A Nova Constituição, a Contumácia e a Curadoria Especial. In *Revista de Direito da Defensoria Pública do Rio de Janeiro*. n. 4, 1990. p. 117.

processo legal constitucional, o contraditório, o direito constitucional de ação e a ampla defesa, enfim, observar um processo com todas as garantias”.⁸⁷ Isso porque, embora a suscetibilidade do réu seja mitigada com a atuação do curador, pode remanescer algum grau de desigualdade em razão de uma limitação inerente à função do curador, que desconhece, na maioria das vezes, as questões de fato discutidas na demanda.

Por esta razão, deve o magistrado seguir atento às hipóteses em que há a atuação de curador especial, zelando pelo fiel desempenho da função. Deve, ainda, observar os dispositivos que determinam a não incidência dos efeitos da revelia e a impossibilidade de julgamento antecipado da lide, deferindo a produção das provas necessárias e relevantes. Ao curador, por sua vez, cabe o desempenho diligente de suas atribuições, garantindo ao revel a oportunidade de um julgamento justo, com razoável igualdade entre o exercício do direito de ação e do direito de defesa.

2.4.2. A vulnerabilidade processual do incapaz

A capacidade processual ou capacidade de estar em juízo é pressuposto processual de validade do processo, e consiste na possibilidade de o sujeito figurar como parte. Em caso de ausência de capacidade processual, o litigante deverá ser representado ou assistido. Capacidade de estar em juízo “é capacidade de atuação processual”.⁸⁸

Não possuem esta capacidade aqueles a quem a lei civil (art. 3º e art. 4º do Código Civil) considera absoluta ou relativamente incapazes e que, portanto, não estão em pleno exercício de seus direitos. O incapaz, nos termos da citada legislação, é aquele que não pode exercer pessoalmente os atos da vida civil e que, para praticá-los, precisa de autorização, representação ou assistência de outrem. Este pressuposto processual, portanto, consiste na adequada representação em juízo das pessoas que têm capacidade de ser parte, mas que não podem atuar no processo por conta própria.

⁸⁷ SOUZA, Artur César de. A Parcialidade Positiva do Juiz (Justiça Parcial) como Critério de Realização no Processo Jurisdicional das Promessas do Constitucionalismo Social. In *Revista dos Tribunais*. vol. 857, mar. 2007. p. 48 e 49.

⁸⁸ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 2. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 282.

O incapaz, desta forma, precisa de suprimento desta condição para estar em um dos pólos da demanda. Se não possuir representante legal ou se houver colisão de interesses com o seu representante no caso concreto, o juiz “dar-lhe-á curador *ad hoc* – o qual atuará por ele exclusivamente no processo em que tiver sido nomeado, sem tornar-se seu representante para os atos da vida civil em geral”.⁸⁹

A situação de fragilidade do incapaz é tão grande que o legislador o impediu de exercer pessoalmente os atos da vida civil e, conseqüentemente, de atuar diretamente no processo. Desta forma, diante da configuração de vulnerabilidade em razão de sua idade, estado físico, mental ou outras causas que o impeçam de exercer com plenitude seus direitos, haveria imenso desequilíbrio processual se não houvesse um mecanismo para suprir esta diferenciação.

A reforçar o entendimento de que a incapacidade é condição de vulnerabilidade, inclusive processual, esta é expressamente prevista nas Regras de Brasília sobre acesso à justiça das pessoas em condição de vulnerabilidade como hipótese causadora de vulnerabilidade e, portanto, que demanda especial atenção do Estado.⁹⁰

Assim, o incapaz necessita de um representante legal para atuar no processo. Em não possuindo representante, ou em caso de conflito de interesses, ficará em posição de absoluta suscetibilidade.

O legislador, prevendo este desequilíbrio processual determinou que, nas hipóteses mencionadas, será dado curador para a defesa de seus direitos no processo específico. O fator de desequiparação, nestes casos, é razoável, pois pretende permitir que o incapaz supere o óbice de sua falta de representação e possa litigar em condições equânimes. A atuação do curador especial é medida que possui correlação lógica com a situação que visa sanar, razão pela qual o *discrímen* pode ser considerado legítimo, além de constitucionalmente adequado.⁹¹

⁸⁹ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 2, cit., p. 283.

⁹⁰ CONFERÊNCIA JUDICIAL IBERO-AMERICANA. Regras de Brasília sobre Acesso à Justiça das Pessoas em Condição de Vulnerabilidade. Seção 2, Regra (4). Disponível em [http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/0/100%20Regras%20de%20Acesso%20%c3%a0%20Justi%c3%a7a.pdf]. Acesso em 26/08/2011.

⁹¹ Aplicação dos critérios sugeridos por BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade*, cit., p. 21.

Trata-se, portanto, de medida assecuratória dos interesses do incapaz, forma de tutela de sua vulnerabilidade (processual) constatada no caso concreto.

2.4.3. A vulnerabilidade processual do preso

O último grupo tratado no art. 9º do Código de Processo Civil, ao qual o legislador determinou que seja dado curador especial é o dos réus presos. Aos réus presos, independentemente do tipo de prisão ou de sua origem, configurado o impedimento a seu direito de ir e vir, impõe-se a nomeação de curador especial, em razão da presunção à restrição ao seu direito de defesa.⁹²

A situação de prisão do réu inegavelmente lhe retira a ampla possibilidade de oferecimento de defesa. Terá maior dificuldade de contatar e de contratar um advogado, de reunir provas e de saber onde estão os documentos necessários à apresentação de sua defesa. Terá, também, mais dificuldade de indicar testemunhas.

Todos possuem direitos que devem ser resguardados, inclusive os transgressores. O crime não lhes retira esta característica. Aliás, a própria segregação do mundo exterior é experiência dolorosa por retirar do indivíduo sua autodeterminação, de modo que esta situação não pode ser agravada acima do necessário sob pena, inclusive, de violação aos Direitos Humanos.⁹³

A privação da liberdade constitui limitação à possibilidade de prática de atos processuais, que leva à necessidade de especial atenção do Estado. Explica Elida Séguin que os presos indubitavelmente constituem um “grupo vulnerável, a mercê de seus carcereiros e com a sociedade querendo cobrar uma dívida acima da possibilidade de pagar do devedor. O tema é prenhe de preconceitos, intolerâncias e mágoas, tanto por parte do

⁹² MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *Código de Processo Civil Interpretado e Anotado: Artigo por Artigo, Parágrafo por Parágrafo*. 3. ed. Barueri: Manole, 2011. p. 241.

⁹³ SÉGUIN, Elida. *Minorias e Grupos Vulneráveis: Uma Abordagem Jurídica*, cit., p. 111 e 117.

preso, quanto da sociedade que sofreu a violência e reage com tanta ou mais agressividade”.⁹⁴

Costa Machado ensina que o direito de defesa é interesse relevantíssimo, cuja concretização não pode ficar “à mercê de fatores imponderáveis que cercam o preso, de forma que o próprio Estado, nesta hipótese, toma para si o dever de defender, com o que legitima o processo e a efetividade da jurisdição. [...] Dada a restrição à liberdade do réu, é muito provável que este não se defenda ou, se se defender, faça-o mal, de sorte que só uma atividade defensiva séria do curador compensará a hipossuficiência processual que é inerente a quem esteja sujeito a tais circunstâncias”.⁹⁵

Por esta razão, a nomeação de curador especial ao réu preso visa conferir efetividade à sua defesa, resguardando seus direitos. As pessoas em situação de prisão possuem grande dificuldade organizacional e de informação, justamente em razão da restrição à sua liberdade. Tem prejudicadas as condições de conhecer os aspectos de sua vida civil por perder sua gerência de fato, o que limita tanto o conhecimento do que exatamente ocorreu como o acesso aos meios de prova, além do natural distanciamento que pode existir na relação com seu procurador judicial.⁹⁶

O perfil do preso no País reafirma sua situação de vulnerabilidade: a grande maioria da população carcerária é composta por homens, jovens e de baixa escolaridade, além do relevante aspecto da superlotação das prisões.⁹⁷

A condição de privação de liberdade também foi reconhecida pelas Regras de Brasília como causa de vulnerabilidade, que impede o sujeito de exercer com plenitude

⁹⁴ SÉGUIN, Elida. *Minorias e Grupos Vulneráveis: Uma Abordagem Jurídica*, cit., p. 109. A autora explica que “a assistência jurídica é *conditio sine qua non* para conceber a reclusão como processo de diálogo entre os seus destinatários e a comunidade. É um dever do Estado e não um favor, mas ela se revela precária, eis que apesar de agasalhada na Constituição Federal, vários estados ainda não dispõem de Defensoria Pública estruturada ou a tem funcionando precariamente”. (Ibid., p. 122).

⁹⁵ MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1989. p. 202.

⁹⁶ SILVA, Fernanda Tartuce. *Vulnerabilidade como Critério Legítimo de Desequiparação no Processo Civil*, cit., p. 223 e 224.

⁹⁷ Dados Consolidados do Sistema Penitenciário do Brasil, divulgados pelo Ministério da Justiça - Departamento Penitenciário Nacional, demonstram que no final de 2009, a população prisional total chegava a 473.626 pessoas para 294.684 vagas. A população masculina equivale a 93% deste total. Além disso, 59% dos presos tinham até 29 anos e 53% não possuíam sequer o ensino fundamental completo. Disponível em [http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJC4D50EDBPTBRIE.htm]. Acesso em 03/09/2011.

seus direitos.⁹⁸ Não bastasse isso, é justamente o reconhecimento da vulnerabilidade processual do preso também no âmbito do processo civil que ensejou a previsão de que o curador deve atuar em seu favor.⁹⁹

A curadoria especial é fator de desigualação que visa permitir ao preso o pleno exercício de seus direitos. É critério razoável e pertinente à dificuldade enfrentada pela pessoa em situação de prisão, constituindo legítimo e acertado *discrímen* implementado pelo legislador.¹⁰⁰

Desta forma, diante da dificuldade do preso para exercitar com plenitude seus direitos, em razão de sua vulnerabilidade e exclusão social, quando demandado em processo judicial, o legislador determina que o curador especial atue para garantir a equalização da relação processual, de modo que esta atividade defensiva compense a vulnerabilidade processual da parte.¹⁰¹

⁹⁸ CONFERÊNCIA JUDICIAL IBERO-AMERICANA. Regras de Brasília sobre acesso à justiça das pessoas em condição de vulnerabilidade. Seção 2, Regra (4). Disponível em [[http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/0/100%20Regras%20de%20Acesso %20 %c3%a0%20 Justi%c3%a7a.pdf](http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/0/100%20Regras%20de%20Acesso%20%c3%a0%20Justi%c3%a7a.pdf)]. Acesso em 26/08/2011.

⁹⁹ A mera situação de a pessoa ser egressa do sistema prisional é reconhecida pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo como fator que evidencia a exclusão social para fins de avaliação de sua hipossuficiência, o que demonstra que, com maior razão, a situação de prisão deve ser especialmente tutelada. Vide Deliberação n. 89 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, de 08 de agosto de 2008. Artigo 2º, § 4º. “O limite do valor da renda familiar previsto no inciso I deste artigo será de quatro salários mínimos federais, quando houver fatores que evidenciem exclusão social, tais como: d) entidade familiar composta por idoso ou egresso do sistema prisional”. Disponível em [<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Conteudos/Materia/MateriaMostra.aspx?idItem=2485&idModulo=5010>]. Acesso em 03/09/2011.

¹⁰⁰ Aplicação de critérios sugeridos por BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade*, cit., p. 21.

¹⁰¹ MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 166.

3. O EXERCÍCIO DA CURADORIA ESPECIAL

3.1. Breve notícia histórica

3.1.1. As Ordenações do Reino

No direito português anterior às Ordenações, o autor era imitado na posse dos bens do revel para forçar-lhe o comparecimento, sendo a revelia falta suscetível de severa punição.¹⁰²

As Ordenações Afonsinas foram as primeiras unificações da legislação portuguesa. Visavam à harmonização do direito disperso, e foram promulgadas em 17 de julho de 1446. O Livro III dispunha sobre o processo civil. Oportuno lembrar que elas representam o coroamento da evolução legislativa empreendida durante vários reinados, levando à coordenação e à unidade do direito então vigente.¹⁰³ Trata-se de uma compilação de leis em estilo decretório.

Nas Ordenações Afonsinas, eram previstas quatro formas para a realização da citação: *per palha*, em que o próprio demandante portava o mandado ao demandado, na presença de testemunhas; por porteiro, modalidade mais comum, semelhante à citação por mandado;¹⁰⁴ por tabelião, quando era realizada para chamar alguém de fora do território do rei; e por éditos, quando se desconhecesse o paradeiro ou o réu se encontrasse em lugar inacessível, perigoso ou sujeito às epidemias.¹⁰⁵ Explicam Komatsu e Sanseverino que a

¹⁰² CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 3. ed. vol. 3. Rio de Janeiro: Forense, 1979. p. 450.

¹⁰³ AZEVEDO, Luiz Carlos de. *O Direito de Ser Citado: Perfil Histórico*. São Paulo: Resenha Universitária/FIEO, 1980. p. 275.

¹⁰⁴ Ainda sobre os efeitos da revelia nas Ordenações Afonsinas, de se destacar que, “em ação pessoal, se o revel fosse menor de idade e citado na pessoa de seu tutor ou curador, a execução recairia sobre os bens destes últimos; se estes não os possuísem, a execução recairia sobre os bens do juiz que houvesse nomeado o tutor ou curador; somente na hipótese de nenhum destes ter bens é que a execução recairia sobre os bens do menor, que poderia posteriormente buscar junto a estes o ressarcimento pelos prejuízos que lhe fossem causados”. (BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e Seus Efeitos*. São Paulo: Atlas, 2006. p. 32).

¹⁰⁵ CRUZ E TUCCI, José Rogério; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de História do Processo Civil Lusitano*. São Paulo: RT/Coimbra, 2009. p. 74.

citação por éditos ocorria quando a pessoa que devia ser citada não era certa, ou se fosse certa não era certo nem sabido o lugar onde estava, ou quando o local fosse sabido se tratasse de pessoa poderosa, que costumava tratar mal aqueles que a citavam, ou morasse em lugar onde não se pudesse ir com segurança, por ser perigoso ou pestilencial.¹⁰⁶

A revelia foi prevista de modo que, se a ação fosse pessoal e o autor provasse suas alegações, seria o réu condenado e poderia ser executado em seus bens. Assim, nas hipóteses de revelia, a sentença deveria acolher o pedido do autor, desde que houvesse prova suficiente de suas alegações.¹⁰⁷ Nos casos de ação real, o autor obtinha a definitiva imissão na posse do bem. O réu apenas podia embargar a sentença se provasse pagamento, quitação ou alguma razão muito forte para que não pudesse ter comparecido ao processo. Neste último caso, ser-lhe-ia facultado o comparecimento tardio.¹⁰⁸ A *restitutio in integrum* somente era cabível nos casos de menoridade, ausência por estar servindo a república ou outra justa razão reconhecida pelo magistrado.

As Ordenações Afonsinas tiveram vida curta e pouca publicidade, por não terem sido impressas. D. Manoel, pensando em aproveitar as vantagens da imprensa recém introduzida em Portugal, optou por rever, atualizar e aperfeiçoar a codificação portuguesa, promulgando as Ordenações Manuelinas em 1514, com nova publicação do texto revisto em 1521.¹⁰⁹ Não houve grandes modificações na nova codificação, a despeito do texto mais aprimorado e preciso. Diferentemente das Ordenações anteriores, as Manuelinas não eram mera compilação de leis, sendo consideradas umas das primeiras codificações modernas.¹¹⁰ As regras de processo civil foram mantidas no Livro III.

¹⁰⁶ KOMATSU, Roque; SANSEVERINO, Milton. *A Citação no Direito Processual Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977. p. 22.

¹⁰⁷ CRUZ E TUCCI, José Rogério; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de História do Processo Civil Lusitano*, cit., p. 75.

¹⁰⁸ TUCCI, Rogério Lauria. *Da Contumácia no Processo Civil Brasileiro*. São Paulo: José Bushatsky Editor, 1964. p. 51 a 53.

¹⁰⁹ Na ocasião foi determinado que as cópias da primeira impressão fossem queimadas, sob pena de multa e degradação. Cf. VELASCO, Ignácio M. Poveda. O Direito Nacional Português: As Ordenações do Reino. In *Revista da Faculdade de Direito da USP*, 1984. Disponível em [http://helciomadeira.sites.uol.com.br/PDF/AULAS/HD2/HD2_P6.pdf]. Acesso em 14/09/2011. Para Komatsu e Sanseverino é um erro dizer que a edição de 1521 não passa de uma segunda edição pois, na realidade, ela constituiria um segundo Código. A primeira edição seria a Ordenação primitiva e a segunda a Ordenação revista. (KOMATSU, Roque; SANSEVERINO, Milton. *A Citação no Direito Processual Civil*, cit., p. 24).

¹¹⁰ VELASCO, Ignácio M. Poveda. O Direito Nacional Português: As Ordenações do Reino, cit., passim.

As Ordenações Manuelinas preservaram as citações por mandado, por carta e por éditos, deixando de ser utilizada a modalidade *per palha*. Também foram acrescentados dispositivos com o intuito de evitar a procrastinação dos feitos.¹¹¹

A revelia continuou regulamentada, mas afastou-se a possibilidade de arrebato da posse dos bens do réu por esta razão.¹¹² Reconheceu-se, ainda, a possibilidade de seu comparecimento tardio, desde que antes da sentença, recebendo o feito no estado em que se achasse.¹¹³ Após a sentença, seria cabível apenas oposição por embargos à execução. A restituição por inteiro poderia ser utilizada pelo menor de 25 (vinte e cinco) anos prejudicado pela sentença, bem como pelo enfermo, irregularmente citado.

Pontes de Miranda explica que o curador à lide é peculiaridade do direito português reinícola, fosse o réu ou o autor incapaz (*inventum iuris nostri*).¹¹⁴ A previsão constava do Livro III, Título 86 das Ordenações Manuelinas, que tratava do menor de vinte e cinco anos, como seria citado e dado curador à lide. O parágrafo 4º previa que seria dado curador à dita demanda, que deveria fazer juramento (*iuramentum de bene defendendo*), e defender o menor o melhor que pudesse. Se o feito corresse sem que lhe fosse dado o curador à lide, a sentença seria nula.

Em 1603, no reinado de Filipe II, foram publicadas as Ordenações Filipinas, nas quais foram mantidos os mesmos princípios do direito anterior.¹¹⁵ A intenção do monarca foi a de demonstrar respeito pelas instituições portuguesas, além de atualizar a legislação vigente.

¹¹¹ CRUZ E TUCCI, José Rogério; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de História do Processo Civil Lusitano*, cit., p. 96.

¹¹² Humberto Bara Bresolin explica que no período das Ordenações Manoelinas, “quer se tratasse de ação real, quer se tratasse de ação pessoal, o processo deveria prosseguir normalmente, sem condenação automática do réu como consequência da revelia, restando vedado ao autor imitir-se na posse dos bens do revel. Deveria o autor, assim, mesmo diante da revelia do réu, fazer prova de suas alegações, para receber julgamento favorável à sua pretensão”. (BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e Seus Efeitos*, cit., p. 33 e 34).

¹¹³ TUCCI, Rogério Lauria. *Da Contumácia no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 53 a 55.

¹¹⁴ MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. t. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1974. p. 288. Também Tornaghi explica que a expressão “curador à lide” vinha das Ordenações e os praxistas portugueses reivindicavam a invenção deste tipo de curador. (TORNAGHI, Hélio. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 112).

¹¹⁵ Explica-se, no entanto, que o real intuito da atualização não era apenas a constante evolução das relações sócio-jurídicas, mas principalmente visava a restringir a influência do Direito Canônico em Portugal, realçada após a aceitação das normas do Concílio de Trento por D. João III. (CRUZ E TUCCI, José Rogério; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de História do Processo Civil Lusitano*, cit., p. 115 e 116).

Nas Ordenações Filipinas, o Livro III continuou destinado ao processo civil. Mencionada legislação teve longo período de vigência, inclusive no Brasil, sendo as matérias de processo civil gradativamente revogadas pelas legislações supervenientes, até o século XIX.¹¹⁶

As Ordenações previam que a citação deveria ser realizada pessoalmente, salvo se o réu se escondesse (caso em que caberia a citação em familiar ou vizinho) ou se estivesse ausente (quando poderia ser citado na pessoa de procurador).¹¹⁷ Previam, ainda, a citação por edital, sendo os prazos dilatados em razão da distância em que estivesse o demandado.¹¹⁸ Os dois últimos tipos de citação eram considerados fictos porque “não efetuados na pessoa do citando, mas perfeitamente cabíveis, visto que as partes tinham o direito de obter tutela jurisdicional e não podiam ficar aguardando o retorno do réu ausente ou oculto”.¹¹⁹

Egas Moniz de Aragão esclarece que as Ordenações Portuguesas sempre se preocuparam com os riscos inerentes à autorização para que fosse empregado o método de citação por éditos, que se funda na esperança de sua propagação através de meios de comunicação para chegar ao conhecimento do citando (o que, obviamente, pode não

¹¹⁶ CRUZ E TUCCI, José Rogério; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de História do Processo Civil Lusitano*, cit., p. 116.

¹¹⁷ Komatsu e Sansevino explicam que a citação era, em regra, pessoal. Abria-se uma exceção quando o citado se escondia ou era ausente da terra, de maneira que não podia ser achado, devendo ser citado à porta da casa de sua morada, perante sua mulher ou familiares da casa, vizinhos e amigos, aos quais era requerido que o notificassem para que aparecesse perante o juiz que o mandava citar. Essa seria a origem da citação por hora certa que, segundo Pontes de Miranda, teria raízes romano-germânicas. (KOMATSU, Roque; SANSEVERINO, Milton. *A Citação no Direito Processual Civil*, cit., p. 23).

¹¹⁸ As Ordenações eram rigorosas no que se refere à autorização para a citação por edital. Conforme descrito em seu Livro III, Título I, §8º: “O quarto modo de citar é por éditos e estes se têm quando a pessoa, que há de ser citada, não é certa e se é certa não é certo, nem sabido, o lugar onde está. E posto que seja certo e sabido, se o lugar for perigoso, por onde com razão a citação se não deve fazer em pessoa do que se requer ser citado, em estes casos e outros semelhantes, por onde se a citação não possa, ou não deva fazer em pessoa, mandamos que sejam dados pregões pelas praças dos lugares onde os réus por Direito devem e podem ser demandados e postos alvarás de éditos nos Pelourinhos e em outros lugares semelhantes, por que hão de ser citados aqueles a que o caso pertence, que a certo dia, nos ditos pregões e éditos assinados, hajam de aparecer perante os que mandarem fazer a citação. E passado o termo procedam os Juízes como for de Direito. E quando a citação houver de ser feita por éditos, deve-se o juiz primeiro informar por inquirição se o réu pode razoadamente ser achado e seguramente citado pelo Porteiro, ou por sua carta citatória, sem perigo do que o há de citar. Porque onde a citação assim pode razoadamente ser feita, não se devem fazer éditos. E fazendo-se em outra maneira, os Juízes de maior alçada a devem revogar e todo processo que dela proceder. E quando os éditos se houverem de pôr, se fará neles menção da dita diligência, que foi feita por inquirição”. Assim também dispunham as Ordenações Manuelinas [L. III. T. 1, §8º] e Afonsinas [L. III, T. §§ 11 e 12]. Texto original disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/afonsinas/13p6.htm>. Acesso em 22/08/2011.

¹¹⁹ CRUZ E TUCCI, José Rogério; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de História do Processo Civil Lusitano*, cit., p. 125.

ocorrer), ressaltando que “essa orientação secular compunha um sistema cujo objetivo era assegurar a seriedade do ato. À parte cumpria não só afirmar, como também provar os fatos que autorizavam o emprego da citação por edital; somente depois de proceder a essa demonstração, por documentos ou testemunhas, é que o juiz, se convencido, determinava a prática do ato, de que, conseqüentemente, assumia a responsabilidade”.¹²⁰

No que se refere à revelia, foram mantidas as disposições que previam que o feito prosseguia sem a presença do réu, mas não continuava sendo vedada a imissão na posse de seus bens. Além disso, o demandado podia comparecer antes da sentença, recebendo o processo no estado em que estivesse.¹²¹ Após a sentença poderia intervir por meio de embargos. A *restitutio in integrum* continuava a ser possível ao menor de 25 (vinte e cinco) anos, ao enfermo e ao preso indevidamente citados. Servia, também, para requerer a devolução de prazo em razão de justo motivo.

A curadoria especial estava regulamentada nos Livros I e III, havendo previsão de que aos menores, embora já tivessem tutor ou curador especial, se revéis, deveria ser dado curador especial para a lide. O curador à lide juraria defender o menor o melhor que pudesse, sendo que a sentença seria dada por nenhuma se tal procedimento não fosse atendido. Aos ausentes que não tivessem curador idôneo, seria dado curador pelo juiz dos órfãos ou pelo provedor da comarca, oficiosamente ou a pedido de seus parentes ou de qualquer pessoa do povo, mas apenas se ignorado seu domicílio e se não fosse sabido se era vivo ou morto.¹²²

Sobre os presos, dispunha o item 3.9.12. que “o preso ou encarcerado em cadeia pública por autoridade de Justiça, ou em sua casa sobre sua homenagem, não poderá ser citado, enquanto assim for preso. Porém, poderá ser citado, para responder, depois que for solto. E procedendo o juiz contra o preso em feito cível por citação, que lhe for feita na cadeia, ou em casa sobre sua homenagem, tal processo seja nenhum, sabendo o juiz como tal citação foi feita ao preso, e não o sabendo, o processo valerá, porém o preso poderá

¹²⁰ ARAGÃO, Egas Moniz de. Citação por Edital de Pessoas já Falecidas – Extinção do Processo sem Julgamento, por falta de Pressuposto Necessário à sua Constituição. In *Revista Forense*. vol. 325, jan./fev./mar. 1994. p. 120.

¹²¹ TUCCI, Rogério Lauria. *Da Contumácia no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 55 a 58.

¹²² PORTUGAL. Ordenações Filipinas. Livro I, título 90 e Livro III, título 41, §9º. Disponível em [http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/13p6.htm]. Acesso em 22/08/2011.

desfazer por via de restituição da cláusula geral”. A citação do enfermo igualmente tornava nulo o processo.¹²³

3.1.2. Legislação nacional

O Brasil colônia foi regrado pelas leis lusitanas,¹²⁴ tendo continuado a vigorar em nosso território a legislação portuguesa mesmo após a Independência, de modo que as regras de processo civil, previstas no Livro III das Ordenações Filipinas e na legislação posterior continuaram vigentes.¹²⁵

O Decreto n. 737, de 25 de novembro 1850, foi a primeira grande obra de codificação brasileira, sendo inicialmente aplicável apenas aos feitos comerciais. Os processos cíveis continuaram regidos pelas Ordenações Filipinas até 1890 quando, por meio do Decreto n. 763, de 19 de setembro de 1890, foi determinada pelo Governo Provisório a aplicação daquele também aos feitos cíveis.¹²⁶ Todavia, pouco antes disso (em 1871), havia sido aprovada a Consolidação das Leis do Processo Civil, elaborada pelo Conselheiro Antonio Joaquim Ribas, por incumbência do Governo Imperial,¹²⁷ que previa a possibilidade de citação por despacho do juiz, por mandado, com hora certa, por precatória ou por éditos.

¹²³ CRUZ E TUCCI, José Rogério; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de História do Processo Civil Lusitano*, cit., p. 286.

¹²⁴ Explica Cléber Francisco Alves que “desde o início da colonização portuguesa a defesa das pessoas pobres perante os tribunais era considerada uma obra de caridade, com fortes traços religiosos, seguindo o modelo que se achava presente por toda a Europa durante a idade média. Essa era, de um modo geral, a ideia que inspirava as Ordenações do Reino de Portugal que vigoraram no Brasil, em alguns casos, mesmo depois de proclamada a independência. Assim, por exemplo, foram transportados para a América portuguesa os dispositivos das Ordenações Filipinas que asseguravam a nomeação de um curador para menores e loucos, duas categorias frágeis cuja impossibilidade para defenderem seus próprios interesses em muitos aspectos, especialmente diante da complexidade dos ritos e procedimentos adotados nos tribunais, bastante se assemelha à dificuldade que as pessoas mais pobres e sem recursos econômicos para contratar advogado enfrentariam”. (ALVES, Cléber Francisco. O Percorso Histórico da Consolidação do Direito de Acesso Igualitário à Justiça no Brasil. In *Revista de Processo*. vol. 184, jun. 2010. p. 331).

¹²⁵ CRUZ E TUCCI, José Rogério; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de História do Processo Civil Lusitano*, cit., p. 177. As Ordenações Filipinas vigoraram no Brasil por período mais largo que em Portugal, onde foram revogadas no ano de 1867.

¹²⁶ TUCCI, Rogério Lauria. *Da Contumácia no Processo Civil Brasileiro*, cit., p.59.

¹²⁷ KOMATSU, Roque; SANSEVERINO, Milton. *A Citação no Direito Processual Civil*, cit., p. 25.

O mencionado Decreto n. 737/1850, previa a citação por edital para os casos em que o paradeiro do réu fosse desconhecido,¹²⁸ bem como a designação de curador especial ao citado desta forma que permanecesse revel.¹²⁹ Também ao preso, havia disposição específica quanto à necessidade de designação de curador *in litem*, sem o que o processo restava obstado.¹³⁰ A ausência de curador especial era expressamente tida como causa de nulidade, ainda que o preso possuísse advogado constituído.

No que se refere à revelia, o Decreto manteve a orientação do direito português de que a causa seguiria até o final, mas o réu poderia comparecer a qualquer momento, recebendo o processo no estado em que estivesse.¹³¹

A apelação não era negada ao revel, mas deveria ser apresentada no prazo de dez dias da publicação da sentença. Decorrido este prazo, caberia embargos infringentes, desde que com prova incontinenti do prejuízo. Havia a possibilidade de utilização da *restitutio in integrum*, em que era possível alegar a nulidade do processo nas hipóteses em que a citação fosse efetuada em pessoa ou situação não permitida (menor de 14 anos, surdo-mudo, pródigo etc).

Com o advento da Constituição de 1881, a competência para legislar sobre direito processual foi conferida às unidades do sistema federativo, tendo sido promulgado

¹²⁸ BRASIL. Decreto n. 737/1850. Art. 53. “A citação por edicto tem lugar: §1º Quando fôr incerto, ou inacessível por causa de peste ou guerra, o lugar em que se achar o ausente, que tem de ser citado (art. 45 § 10); §2º Quando fôr incerta a pessoa que tem de ser citada; §3º Quando deverem ser citados os interessados na avaria grossa (art. 772 Código), não sendo conhecidos os seus procuradores; § 4º Para a intimação de protesto judicial ao devedor ausente de que se não tiver notícia (art. 153 n. 3 Código); § 5º Em geral, quando forem desconhecidos os interessados em qualquer acto ou diligencia judicial, que seja necessario intimar as partes”. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1800-1850/d737.htm]. Acesso em 13/09/2011.

¹²⁹ BRASIL. Decreto n. 737/1850. Art. 54. “Passado o termo marcado nos editais, com certidão do official é havida a parte por citada, e nomeando o juiz curador ao ausente, com ele correrá o feito os seus devidos termos”. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1800-1850/d737.htm]. Acesso em 13/09/2011.

¹³⁰ BRASIL. Decreto n. 737/1850. Art. 739. “Quando os que forem citados para responder a qualquer acção commercial, ou já estiverem em juizo, forem presos, terão para se defenderem o dobro dos termos e dilações marcadas neste Regulamento; e não começará, nem seguirá a causa, sem que se lhes nomêe um curador *in litem*, sob pena de nullidade, tenham ou não Advogado ou procurador judicial constituídos”. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1800-1850/d737.htm]. Acesso em 13/09/2011. Aqui, embora o texto se refira a causas comerciais, ressalte-se que o Decreto n. 763/1890 determinou que as regras deste regulamento fossem aplicadas, também, aos feitos cíveis.

¹³¹ BRASIL. Decreto n. 737/1850. Art. 57. “Accusada a primeira citação em audiencia, si não comparecer a parte citada por si ou por seu procurador, seguirá a causa á sua revelia até afinal; mas em todo caso comparecendo parte lançada será admittida a proseguir no feito nos termos em que este se achar”. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1800-1850/d737.htm]. Acesso em 13/09/2011.

pelo Governo Federal o Decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890, que organizou a Justiça Federal.¹³² A revelia foi regulamentada neste estatuto reproduzindo o que era previsto no Regulamento n. 737/1850. No que se refere ao curador especial, o Decreto n. 848/1890, manteve as previsões de nomeação ao revel citado por editais¹³³ e ao preso, independentemente de possuir advogado constituído.¹³⁴ Passou-se a admitir, ainda, embargos de restituição ao revel.¹³⁵

Posteriormente foi baixado o Decreto n. 3.084, de 5 de novembro de 1898, que consolidou as disposições referentes à Justiça Federal. Este Decreto disciplinou a nomeação de curador à lide ao menor, nos casos de revelia; ao louco e ao pródigo; ao ausente citado por editais, que não comparecesse para defender-se; e ao preso, tivesse ou não procurador constituído.¹³⁶

Para o revel citado por edital, a legislação manteve a previsão de que, após a expedição dos editais, a parte seria dada por citada, sendo-lhe nomeado curador especial, com o que seguia normalmente o feito.¹³⁷

Importante apontar, entretanto, que o Regulamento n. 737/1850, vigorou nos estados até a promulgação dos respectivos Códigos de Processo Civil. Em São Paulo, por exemplo, apenas em 1930 houve a promulgação do Código local.¹³⁸

¹³² TUCCI, Rogério Lauria. *Da Contumácia no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 60.

¹³³ BRASIL. Decreto n. 848/1890. Art. 111. “Passado o termo marcado nos editaes, com certidão do official, e havia a parte por citada, e, nomeando o juiz curador ao ausente, com elle correrá o feito em seus devidos termos”. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d848.htm]. Acesso em 13/09/2011.

¹³⁴ BRASIL. Decreto n. 848/1890. Art. 385. “Quando os que forem citados para responder a qualquer acção se acharem presos, ou o forem já se achando em juízo, terão para se defender o dobro dos termos e dilações marcado neste decreto, e não começará nem proseguirá contra elles a causa sem que se lhes nomeie um curador in litem sob pena de nullidade, tenham ou não advogado ou procurador judicial constituídos”. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d848.htm]. Acesso em 13/09/2011.

¹³⁵ BRASIL. Decreto n. 848/1890. Art. 334. “Os embargos de restituição só serão admittidos, quando os embargantes não tiverem sido partes desde o principio da causa, ou tiver corrido a causa à revelia”. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d848.htm]. Acesso em 13/09/2011.

¹³⁶ BRASIL. Decreto n. 3.084/1898. Parte Terceira. Art. 11. “Dar-se-ha curador á lide, sob pena de nullidade do processo: a) ao menor, ainda que tenha pae ou tutor, si o feito for tratado á revelia, e, no caso contrario, o juiz tomará o compromisso ao respectivo procurador; b) ao louco ou prodigo interdicto por sentença; c) ao ausente citado por editaes, que não compareça para defender-se; d) ao preso, tenha ou não constituído procurador que o defenda”. Disponível em [http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=3084&tipo_norma=DEC&data=18981105&link=s]. Acesso em 12/09/2011.

¹³⁷ BRASIL. Decreto n. 3.084/1898. Parte Terceira. Art. 49. “Passado do termo marcado nos editaes, com certidão do official, é havida a parte por citada e nomeando o juiz curador ao ausente, com elle correrá o feito os seus devidos termos”. Disponível em [http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=3084&tipo_norma=DEC&data=18981105&link=s]. Acesso em 12/09/2011.

O Código Paulista de 1930 seguiu a orientação tradicional do direito português, sendo a revelia disciplinada nos mesmos termos anteriores, prevendo que o processo correria sem o réu, mas que este poderia recebê-lo no estado em se achasse, em caso de comparecimento tardio.¹³⁹ No que se refere ao curador especial, manteve a previsão de necessidade de sua nomeação para o incapaz, ao citado editalmente e ao preso, mas apenas na hipótese de revelia.¹⁴⁰

O Código de Processo Civil nacional, publicado pelo Decreto n. 1.608, de 18 de setembro de 1939, que entrou em vigor em 1º de março de 1940, trouxe algumas inovações no que se refere à revelia, que foi disciplinada em disposições esparsas.¹⁴¹ Dispunha que seria considerado revel o citado que não apresentasse defesa no prazo legal.¹⁴²

Previu que os prazos correriam contra o revel, independentemente de sua intimação,¹⁴³ podendo ele intervir em qualquer fase, recebendo o processo no estado em que se encontrasse.¹⁴⁴ Foi prevista, ainda, a *restitutio in integrum*, de modo que o revel poderia obter a anulação do processo demonstrando motivo de força maior para a configuração da revelia.¹⁴⁵

¹³⁸ TUCCI, Rogério Lauria. *Da Contumácia no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 62.

¹³⁹ SÃO PAULO. Lei Estadual n. 2.421/1930. Art. 205. “Não comparecendo o réu, proseguirá a causa à sua revelia, mas, se comparecer posteriormente, receberá o feito no estado em que se achar”. Disponível em [http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1930/lei%20n.2.421,%20de%2014.01.1930.htm]. Acesso em 13/09/2011.

¹⁴⁰ SÃO PAULO. Lei Estadual n. 2.421/1930. Art. 63. “Dará o juiz curador à lide: I - Ao menor, interdito ou ausente, cujo representante legal deixe correr o feito à revelia; II - Ao preso e ao citado editalmente, quando revéis; III - Ao interdictando, se não tiver advogado”. Disponível em [http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1930/lei%20n.2.421,%20de%2014.01.1930.htm]. Acesso em 13/09/2011.

¹⁴¹ TUCCI, Rogério Lauria. *Da Contumácia no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 63.

¹⁴² Embora este não tenha sido adotado como conceito válido de revelia, por ser identificado pela doutrina como incompleto.

¹⁴³ Calmon de Passos sustenta que a previsão de que os prazos correriam contra o revel independentemente de intimação ou de notificação era a única sanção específica para a revelia. (CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 3, cit., p. 451).

¹⁴⁴ BRASIL. Código de Processo Civil, 1939. Art. 34. “Considerar-se-á revel o citado que não apresentar defesa no prazo legal, contra ele correndo os demais prazos independentemente de intimação ou notificação. Parágrafo único. Qualquer que seja a fase em que se encontre o processo, nele poderá intervir o revel”. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1608.htm]. Acesso em 13/09/2011.

¹⁴⁵ BRASIL. Código de Processo Civil, 1939. Art. 38. “Si, por motivo de força maior, qualquer ato ou diligência deixar de ser praticado no prazo, o juiz poderá permitir-lhes a realização, mediante requerimento fundamentado e devidamente instruído”. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1608.htm]. Acesso em 13/09/2011. Explica Tucci que embora a *restitutio in integrum* não fosse prevista exclusivamente ao revel, mas em termos amplos (ao contrário do que ocorria nas legislações

Houve alteração na forma da citação por edital,¹⁴⁶ de modo que “a responsabilidade pela realização da citação por edital passou dos ombros do juiz para os do litigante que afirma, sem necessidade de provar, a existência dos fatos que a autorizam. De outro lado, o que resultar errado em decorrência do emprego de tal modo de citar prejudica a parte que fez a afirmação e assumiu, por isso, a responsabilidade pelas consequências”.¹⁴⁷

No que se refere ao curador especial, dispunha o Código de Processo Civil de 1939, que fosse dado curador à lide ao citado por edital ou com hora certa e ao preso, apenas quando revéis. Aqui, em âmbito nacional, incluem-se os casos de citação com hora certa, bem como restringe-se a atuação do curador especial ao preso apenas aos casos de revelia.¹⁴⁸ De se ressaltar, ademais, que não era aplicado o efeito da revelia previsto no art. 209, referente à admissão de veracidade dos fatos não impugnados, às hipóteses de atuação de curador especial.¹⁴⁹

Houve ampla discussão acerca da adoção ou não do sistema da *ficta confessio* pelo legislador brasileiro de 1939, tendo em vista o disciplinado pelo art. 209 do

anteriores em que o rol para utilização deste mecanismo era reduzido), “o revel pode deixar de comparecer em juízo, não contestando o pedido inicial, em virtude de algo inevitável, insuperável, e, por isso, pleitear a restituição ao estado anterior que, uma vez obtida, afasta todo e qualquer efeito da contumácia: procede-se, então, como se esta jamais tivesse acontecido”. (TUCCI, Rogério Lauria. *Da Contumácia no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 183).

¹⁴⁶ BRASIL. Código de Processo Civil, 1939. Art. 178. “São requisitos da citação edital: I – a afirmação do requerente, ou a certidão do oficial da justiça, relativas às circunstâncias previstas no n. I do artigo anterior; II – a afixação do edital na sede do juízo, certificada pelo escrivão; III – a publicação do edital, no prazo máximo de quinze (15) dias, uma vez no órgão oficial do Estado e, pelo menos duas (2) vezes, em jornal local, onde houver. IV – a determinação, pelo juiz, do prazo, que variará entre vinte (20) e sessenta (60) dias e correrá da data da primeira publicação. § 1º Transcorrido o prazo marcado no edital, considerar-se-á perfeita a citação. § 2º Aos autos juntar-se-ão exemplares do órgão oficial e do jornal, ou pública-forma, ou certidão do anúncio de que trata o n. III deste artigo”.

Art. 179. “A parte que, dolosamente, afirmar os requisitos constantes do n. I do artigo anterior, contrariando a verdade, incorrerá na multa de um a dois contos de réis (1:000\$0 a 2:000\$0), sem prejuízo da absolvição da instância, si o requerer o prejudicado”. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1608.htm]. Acesso em 13/09/2011.

¹⁴⁷ ARAGÃO. Egas Moniz de. Citação por Edital de Pessoas já Falecidas – Extinção do Processo sem Julgamento, por Falta de Pressuposto Necessário à sua Constituição, cit., p. 121.

¹⁴⁸ BRASIL. Código de Processo Civil, 1939. Art. 80. “A representação dos absolutamente incapazes e a assistência aos relativamente incapazes caberão, em juízo, aos pais, tutores ou curadores. § 1º Nas comarcas onde não houver representante judicial de incapazes, ou de ausentes, o juiz dará curador à lide: a) ao incapaz, se não tiver representante legal, ou se colidirem os interesses de um e de outro; b) ao preso e ao citado por edital, ou com hora certa, quando revéis”. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1608.htm]. Acesso em 13/09/2011.

¹⁴⁹ “Embora o procedimento contra o revel presumido (ou contra o preso contumaz) tenha curso independentemente de qualquer comunicação, incumbirá ao autor o ônus de provar os fatos alegados. E se o contumaz apresentar-se tardiamente, beneficiar-se-á da atividade do curador que lhe foi dado”. (TUCCI, Rogério Lauria. *Da Contumácia no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 176).

referido Código.¹⁵⁰ “Dentre tantos, Liebman, José Frederico Marques, Gabriel Resende Filho, Pedro Batista Martins e, principalmente, Calmon de Passos, entendiam que o artigo 209 e, consequentemente, a admissão de veracidade por ele determinada, não se aplicava aos casos de revelia, mas sim aos casos de apresentação de defesa lacunosa, na qual o réu comparecia ao processo mas, na resposta, deixava de impugnar um ou mais dos fatos alegados pelo autor. Buzaid compartilhava da mesma posição. Segundo tal doutrina, remanesceria no ordenamento de então a tradição romana herdada pelo direito luso-brasileiro de exigir que, mesmo diante da revelia do réu, o autor fizesse prova dos fatos constitutivos de seu direito”.¹⁵¹

A despeito da divergência, a redação deste artigo indicava que o contrário poderia resultar do conjunto das provas, de modo que podia o revel produzir provas para afastar a presunção de veracidade dos fatos constitutivos do direito do autor.¹⁵² Além disso, a parte final amenizava os rigores de tal dispositivo, sendo assente que a falta de verossimilhança das alegações, bem como o livre convencimento do magistrado poderiam afastar o reconhecimento das alegações incontestes como verdadeiras.¹⁵³

Com o advento do atual Código de Processo Civil (Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973), o tema da curadoria especial passou a ser disciplinado no art. 9º, I e II, estando a revelia regulamentada nos artigos 319 e seguintes.

¹⁵⁰ BRASIL. Código de Processo Civil, 1939. Art. 209. “O fato alegado por uma das partes, quando a outra o não contestar, será admitido como verídico, si o contrário não resultar do conjunto das provas”. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De11608.htm]. Acesso em 13/09/2011.

¹⁵¹ BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e Seus Efeitos*, cit., p. 38 e 39. Nas palavras de Liebman: “o art. 209 não se aplica no processo à revelia, e a falta da contestação não é suficiente para autorizar que se admitam como verídicos os fatos alegados pelo autor”. (LIEBMAN, Enrico Tullio. Anotações feitas em CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*, cit., p. 1109, nota 617). Em sentido contrário, argumentava Tucci que “a revelia induz à *confissão ficta* dos fatos alegados pelo autor, que só pode ser superada pela verificação objetiva da verdade em sentido contrário”. (TUCCI, Rogério Lauria. *Da Contumácia no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 160).

¹⁵² Este entendimento foi consolidado em 1963, com a aprovação da Súmula 231, do STF: “O réu revel, em processo cível, pode produzir provas desde que compareça em tempo oportuno”.

¹⁵³ Neste contexto, nomeação de curador à lide ao presumidamente citado e ao preso é vista por Tucci como um benefício concedido ao contumaz, no evidente intuito de equilibrar os rigorosos efeitos da revelia, pois haveria involuntária contumácia no caso do revel fictamente citado. O autor, entretanto, não concorda com a medida, entendendo tratar-se de autêntico favorecimento ao revel, injustificável principalmente em razão da possibilidade de obtenção de *restitutio in integrum*, se provasse que a contumácia era devida a motivo por ele inevitável. A despeito disto, entende que, diante da previsão legal, esta formalidade deveria ser observada, sob pena de nulidade. (TUCCI, Rogério Lauria. *Da Contumácia no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 173 et seq.). Em que pesem as abalizadas colocações, entendemos que o fator de discriminação é legítimo, mormente nos tempos atuais, em que a citação ficta não enseja qualquer remédio.

3.2. Atuação do Ministério Público no exercício da curadoria especial

Embora não constasse na Lei Orgânica nacional como atribuição dos membros do Ministério Público, a curadoria especial foi, até 1988, atividade institucional por ele desenvolvida em alguns Estados da Federação, tendo sido inclusive regulamentada em alguns deles.¹⁵⁴

No Estado de São Paulo, por exemplo, o Ministério Público exerceu esta atividade até 1991.¹⁵⁵ Ela era exercida a par da função de *custos legis*, com esta não se confundindo, o que acarretou grande divergência acerca da atuação de promotores, exercendo funções diversas, no mesmo processo.

Sobre o tema, Carlos Francisco Bandeira Lins indagava como seria possível esta dicotomia, pois “se é o Ministério Público que fiscaliza a atuação do curador especial, tal como fiscaliza a atuação do pai ou de qualquer outro representante do incapaz, como pode o mesmo Ministério Público vir a exercer a própria função de curador especial, cujo correto desempenho lhe incumbe fiscalizar”?¹⁵⁶ Havia posicionamento no sentido de que,

¹⁵⁴ Costa Machado entende que, a despeito das divergências, o encargo previsto no art. 9º, CPC, era função do Ministério Público. Escorado em José Fernandes da Silva Lopes, elenca os seguintes argumentos para sustentar sua atuação: a tradição do direito brasileiro e lusitano em que a defesa do ausente e do incapaz é feita pelo Ministério Público e a inserção no Código de parágrafo com especial intenção de vincular a curatela especial à atuação do representante judicial de ausentes e incapazes que é o Ministério Público. Argumenta, ainda, que foi a Lei Federal (CPC, art. 9º) que atribuiu ao *parquet* a função de exercer a curatela especial, de sorte que nenhuma Lei Estadual poderia dar a outro ente esta função. A missão não seria conferida por Lei Orgânica, mas pelo próprio Código de Processo Civil. (MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 140 et seq.).

¹⁵⁵ No Estado de São Paulo a curadoria de ausentes, exercida pelo Ministério Público, tinha sua atividade regulamentada pelo artigo 41 da Lei Complementar Estadual n. 304/82, nos seguintes termos: “São atribuições do promotor de justiça curador judicial de ausentes e incapazes: II- Funcionar como curador especial do réu revel, citado por edital ou com hora certa, e que não tenha ciência da ação que lhe está sendo proposta, bem como em favor do réu preso”. A Lei Complementar Estadual n. 667/91 revogou referido dispositivo. Antes da citada Lei Complementar vigorou o Decreto-lei Complementar Estadual n. 12, de 9 de março de 1970, cuja redação era mais ampla. Seu artigo 35 previa: “É atribuição do Curador de Ausentes e Incapazes funcionar como curador à lide nas causas em que for interessado incapaz, ausente ou preso, e cujo representante legal ou procurador deixar correr o feito à revelia; ou réu, citado por edital ou com hora certa, quando revel, respeitadas as atribuições das curadorias especializadas”.

¹⁵⁶ LINS, Carlos Francisco Bezerra da Rocha Bandeira. Curador Especial – Colidência de Interesses do Representante Legal com os do Incapaz. In *Revista de Processo*. vol 18, abr./jun. 1980. p. 216 e 217. No mesmo sentido: “Não poderia o Curador de Família defender o ausente (atuação vinculada) e ao mesmo tempo zelar imparcialmente pela questão de estado (atuação de ‘custos legis’). Nestas condições, ou bem é fiscal da lei ou bem é advogado da parte: interesse protetivo ligado a uma das partes e fiscalização não se conciliam”. (MAZZILLI, Hugo Nigro. Curadoria de Ausentes e Incapazes. In *Série Cadernos Informativos APMP*. São Paulo: APMP, 1988. p. 64).

apenas nos casos de interesses contraditórios, outro órgão do MP seria chamado a intervir, ficando ambas as funções, via de regra, para o mesmo órgão.¹⁵⁷

Talvez esta confusão dos papéis atribuída ao Ministério Público, que muitas vezes exercia ambas as tarefas – de *custos legis* e de curador especial - tenha contribuído para o fim desta atuação.

A inclusão, no Código de Processo Civil de 1973, do interesse público como uma das funções institucionais do Ministério Público, iniciou o processo de alteração de suas atribuições. A utilização ampla da expressão “interesse público” e sua atuação como seu guardião deu nova cara à Instituição. O processo se completou com a redação da Constituição Federal de 1988, que o tornou defensor da sociedade e conferiu-lhe independência institucional.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a função, que já era tida como atípica para o *parquet*, vez que estranha à sua destinação global,¹⁵⁸ tornou-se ainda mais distante de suas atribuições institucionais.¹⁵⁹

¹⁵⁷ Sobre o tema, tratando desta divergência, cf. GUEDES, Heitor Nogueira. Curador Especial – Atribuição Legal. In *Revista Forense*. vol. 251, jul./ago./set. 1975. p. 158. No sentido de que apenas um órgão do Ministério Público poderia officiar por processo, em razão da unidade e indivisibilidade da Instituição: “Vemos, então, que não há dois Ministérios Públicos em defesa do interesse público, ainda que haja menores ou incapazes nos dois pólos da relação processual. Só um curador-geral officiará nos autos em nome do Ministério Público, pois a nobre Instituição é una e indivisível e só um pronunciamento pode haver em seu nome, mesmo porque só pode existir um interesse público. Pode este interesse estar representado por várias posições no processo, todas dignas de defesa, mas defesa processual, que um só Ministério Público fiscalizará”. (SALVADOR, Antonio Raphael Silva. Ministério Público - Intervenção - Impossibilidade de haver dois Representantes Funcionando no mesmo feito em Posições Processuais Diversas. In *Revista dos Tribunais*. vol. 627, jan. 1988. p. 263. Sobre o assunto, vide o seguinte acórdão: “Ministério Público - Curador de família - Cumulação no mesmo processo da função de curador de ausentes e incapazes - Inadmissibilidade - Funções diferenciadas - Independência das regras do art. 9.º, I, e 82, I, do CPC - Declaração de voto. Em que pese à circunstância de que os curadores de ausentes e incapazes, tanto quanto os da família e sucessões, sempre atuam como fiscais da lei, é inquestionável que suas funções diversificam-se do processo conforme sejam as tarefas. Assim, quando exijam a natureza do feito e a presença de ausentes e incapazes na relação processual, mais de um curador deve intervir, tendo em vista o exercício mais adequado e útil das atribuições respectivas”. (TJ/SP. AI 73.803-1. 5ª Câmara. Rel. Des. Ralpho Waldo. j. 28/08/1986. In *Revista dos Tribunais*. vol. 618, abr. 1987. p. 62). Também no sentido de que o curador especial ingressa em juízo como representante da parte e o promotor de justiça como fiscal da lei, a presença do primeiro não dispensando a do segundo, vide: RJTJSP 84/292. Ainda, “O exercício da curadoria especial do revel citado por edital é incompatível com o exercício da curadoria de família pelo mesmo representante do Ministério Público”. (RT 495/175).

¹⁵⁸ MAZZILLI, Hugo Nigro. Curadoria de Ausentes e Incapazes, cit., p. 11.

¹⁵⁹ Conforme explicita Marcus Vinicius Rios Gonçalves, “no Estado de São Paulo, o Ministério Público exerceu o encargo de curador especial até 1991, quando a Lei Complementar Estadual n. 667/91 revogou o art. 41, II, da Lei Complementar 304/82. Não era mesmo função típica do Ministério Público. Agora, incumbe em caráter exclusivo à Defensoria Pública tal atividade”. (GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Novo Curso de Direito Processual Civil*. 3. ed. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 123).

Podemos conjecturar que, entre outros fatores, a explicação da modificação da competência para o exercício da curadoria especial passa pela evolução histórica do papel do Ministério Público no ordenamento jurídico brasileiro, principalmente em razão da tendência de migração de suas atribuições, na esfera cível, da atuação em defesa de interesses individuais para a defesa de direitos coletivos da sociedade. Explica Ronaldo Porto Macedo Jr. que a “Constituição Federal de 1988 conferiu um novo perfil institucional ao Ministério Público. A partir da própria análise do texto constitucional pode-se perceber que promotor de justiça passou a definir-se fundamentalmente por suas atribuições como órgão agente em favor dos interesses sociais. [...] Certo é, igualmente, a existência de um descompasso entre este novo perfil de órgão agente em favor dos interesses sociais e públicos e as atribuições tradicionais de pareceristas em feitos onde estavam em questão interesses eminentemente individuais, ainda que considerados por lei como indisponíveis (o que poderia igualmente ser questionado como, por exemplo, os interesses ligados à área da família, sucessões etc.)”.¹⁶⁰

Rogério Bastos Arantes argumenta que a iniciativa de rever o conjunto de suas atribuições e de descartar aquelas consideradas menos relevantes (as atividades referentes à defesa de direitos individuais, ainda que indisponíveis, dentre elas a curadoria especial), diminuindo a quantidade e melhorando a qualidade (priorizando assim a defesa de direitos sociais e o ajuizamento de demandas coletivas), partiu do próprio Ministério Público. O autor aduz que “a Constituição também criou novas oportunidades de ação política para o Ministério Público e deu novo impulso à normatização de outros direitos difusos e coletivos. Nenhuma das várias leis criadas após 1988, relativas a direitos metaindividuais, deixou de reservar funções excepcionais ao Ministério Público. Além

¹⁶⁰ MACEDO JR., Ronaldo Porto. A Evolução Institucional do Ministério Público Brasileiro. In SADEK, Maria Tereza (org.). *Uma Introdução ao Estudo da Justiça*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. p. 82 e 83. O autor esclarece que no início do século o Ministério Público somou atribuições em diversas áreas do processo civil, como a defesa dos incapazes, acidentes do trabalho, massas falidas, defesa dos interesses dos ausentes etc. e que, com a evolução da Instituição, estas funções o tornaram um fiscal dos interesses públicos em feitos que, cada vez menos, continham interesses públicos. Prossegue esclarecendo que “a Lei Complementar Estadual Paulista n. 667, de 1991, em consonância com o novo perfil constitucional do Ministério Público, retirou do promotor de justiça o dever de atuar na defesa dos réus ausentes (citados fictamente) e réus presos. A defesas destes interesses privados e muitas vezes disponíveis nada tinha a ver com a defesa dos interesses sociais. Antes, ao contrário, era frequente encontrar um promotor de justiça atuando em defesa de interesse que contrapunha o interesse social”. (Ibid., p. 79 e nota de rodapé 21).

disso, o que essas novas leis sobre direitos substantivos não fizeram, as Leis Orgânicas da própria Instituição (da União, a Nacional, e as Estaduais) se encarregaram de fazer”.¹⁶¹

Por outro ângulo, Fábio Kerche entende que a criação deste novo modelo de Ministério Público no Brasil resultou, além da atuação intensa do próprio Ministério Público (ressaltando, entretanto, que os interesses internos à própria Instituição não eram sequer unificados e que havia pretensões de outras classes em jogo durante o processo constituinte), de uma escolha dos próprios parlamentares. A importância dos políticos responsáveis pela criação legislativa teria sido fundamental neste processo de transformação do Ministério Público (até porque nem todas as demandas foram atendidas e muitas foram aceitas com modificações), de modo que os constituintes optaram por este modelo, em razão de uma “visão da sociedade e do papel do Estado que permitia a existência de uma organização independente e com amplos poderes para se responsabilizar pela defesa da sociedade”.¹⁶²

Independentemente dos motivos (todos absolutamente legitimados pelo resultado obtido) para a tendência de alteração das atribuições do Ministério Público, consolidada na Constituição Federal de 1988, a lacuna já existente com relação à atuação do curador especial (regulamentada e exercida pela Instituição em alguns Estados), tornou-se ainda maior.¹⁶³

¹⁶¹ ARANTES, Rogério Bastos. *Ministério Público e Política no Brasil*. São Paulo: Sumaré/Educ, 2002. p. 24 e 25. O autor explica detidamente a evolução histórica das atribuições e do papel do Ministério Público na referida obra, especialmente no capítulo 1.

¹⁶² KERCHE, Fabio. *O Ministério Público no Brasil. Autonomia, Organização e Atribuições*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientação Prof. Dra. Maria Thereza Sadek, 2002. p. 17. O autor prossegue explicando que o “projeto de autonomia do Ministério Público foi bem sucedido porque os próprios parlamentares constituintes desejavam uma organização distante do jogo político-partidário responsável pela fiscalização dos ocupantes de cargos públicos”. (Ibid., p. 18). O autor aborda o tema no decorrer da obra, especialmente no capítulo 1.

¹⁶³ Para Nelson Nery Jr., a atuação não fazia mesmo parte das atribuições do Ministério Público: “Não é da índole do Ministério Público, nem faz parte de sua função institucional, a defesa de interesses privados, que possam ir de encontro, em tese, ao interesse público do qual ele é o tutor natural. Daí não ser função do Ministério Público a curadoria de ausentes, atividade tipicamente de defesa de interesses privados, vinculados, que se encaixa nas funções do advogado. Isto porque o curador de ausentes é substituto processual, parte portanto, devendo funcionar obrigatoriamente em favor do ausente. Só por isto já se verifica não ser função do Ministério Público, que não tem e nem pode ter compromissos com interesses privados, por vezes escusos, que podem até vir em detrimento do verdadeiro interesse público. O fato de o Código dispor que esta função, de curador especial, é exercida, nas comarcas onde houver, pelo curador judicial de ausentes e incapazes (art. 9.º, parágrafo único), significa única e exclusivamente que ao Ministério Público pode ser cometida tal atividade. Daí não se pode inferir, contudo, por sua função institucional”. (NERY JR., Nelson. *Intervenção do Ministério Público nos Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária*. In *Revista de Processo*. vol. 46, abr. 1987. p. 7).

Em alguns locais o Ministério Público continuou atuando¹⁶⁴ e, em outros, os juízes nomeavam advogados para exercer tal incumbência, mas a situação de dubiedade gerava incerteza no desempenho desta relevante função.

3.3. A curadoria especial como função institucional da Defensoria Pública

A Defensoria Pública foi criada, em âmbito nacional, pela Constituição Federal de 1988, tendo nascido, portanto, no mesmo momento em que ocorria a alteração das atribuições institucionais do Ministério Público.¹⁶⁵

Seis anos após o advento da Constituição Federal, houve a promulgação da Lei Complementar Federal n. 80, de 12 de janeiro de 1994, que regulamenta a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados – Lei Orgânica da Defensoria Pública –, que incluiu a curadoria especial como uma das atribuições desta nova Instituição.¹⁶⁶

Nos termos do artigo 4º, XVI, da Lei Complementar n. 80/94, é função institucional da Defensoria Pública atuar como curador especial, nos casos previstos em lei.¹⁶⁷

¹⁶⁴ Conforme já dissemos, no Estado de São Paulo, o Ministério Público exerceu esta função até o ano de 1991.

¹⁶⁵ “A Defensoria Pública não é novidade. Sua existência como instituição é que surgiu recentemente. Os Códigos de Processo e Organizações Judiciárias tratavam do assunto, no intuito de assegurar aos necessitados a defesa ampla em juízo. [...] A estruturação da Defensoria Pública dava-se, algumas vezes, dentro do Ministério Público, como cargo inicial de carreira, outras vezes ocorria como integrante da estrutura do Serviço Jurídico do Estado. Nas faculdades de Direito também existe o serviço como forma de aprendizado dos alunos, supervisionado por professores. Também em organizações de fundo social surgiu a assistência judiciária como forma e amparo aos necessitados. [...] A criação da Defensoria Pública como instituto de Direito Administrativo no ‘âmbito federal e sua organização nos Estados veio ao encontro dos anseios de uma justiça colocada à disposição dos pobres no sentido legal’”. (BARBI, Humberto Agrícola. *Advocacia Geral da União, Advocacia e Defensoria Pública*. In *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*. vol. 33, out. 1991. p. 448).

¹⁶⁶ Explica Guilherme Braga Peña de Moraes que, antes do advento da Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública, “enquanto em algumas unidades da Federação, a Instituição já exercia tal atribuição (exemplo: Estado do Rio de Janeiro, por força da Lei Complementar número 6 ou Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro), outras unidades da Federação assim não procediam, como o Estado de São Paulo, em que a atribuição era exercida pelo Ministério Público”. (MORAES, Guilherme Braga Peña. *Assistência Jurídica, Defensoria Pública e o Acesso à Jurisdição no Estado Democrático de Direito*, cit., p. 51).

¹⁶⁷ A despeito da grande reforma implementada na Lei nacional da Defensoria Pública pela Lei Complementar n. 132/2009, houve apenas renumeração deste inciso – tendo a curadoria especial, antes

A partir de então, a curadoria especial passou a ser atribuição legal dos defensores nos locais em que a Defensoria Pública está instalada. Indubitavelmente, esta atividade foi atribuída à Instituição, representando uma nova fase para este instituto, levantando dúvidas acerca de seu exercício, das atribuições a ele inerentes, de seus limites e de sua importância, que enfrentaremos no presente trabalho.

Importante consignar, entretanto, que tal atuação (exercida pela Defensoria Pública), não afasta - de modo algum - a atuação do Ministério Público como fiscal da lei quando cabível (nos casos que envolvam incapazes, por exemplo). Trata-se de atividades diferentes, com finalidades diversas, sendo muitas vezes necessário o exercício concomitante de ambas as funções (de curador especial e de *custos legis*).¹⁶⁸

3.3.1. Funções típicas e atípicas da Defensoria Pública

As funções institucionais da Defensoria Pública (em âmbito nacional previstas no art. 4º, Lei Complementar n. 80/94, entre as quais se inclui a curadoria especial), têm sido classificadas tradicionalmente em funções típicas e funções atípicas.

As funções típicas seriam aquelas exercidas em relação às pessoas economicamente necessitadas, que dependeriam, portanto, da avaliação econômico-financeira do interessado e da constatação de sua impossibilidade de contratação de advogado, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

Por outro lado, são tidas como funções atípicas todas aquelas atribuídas à Defensoria Pública legalmente, e que independem da avaliação da situação econômico-financeira do interessado. Nesse sentido, explicita-se que é possível “distinguir as funções

prevista no inciso VI, passado a ser prevista no inciso XVI do artigo 4º, sem qualquer alteração em sua redação.

¹⁶⁸ Araken de Assis se preocupa em ressaltar que a presença do curador especial não afasta a necessidade de atuação, nos casos legais, do *custos legis*: “Disto resulta que a presença de curador de modo algum exclui – e, na verdade, jamais afastou – a obrigatória intervenção do MP na demanda em que figurar incapaz, por força do art. 82, I. O ofício do MP é diferente daquele delineado para o curador, cabendo-lhe fiscalizar a atuação deste último e a dos demais figurantes no processo”. (ASSIS, Araken de. Suprimento da Incapacidade Processual e da Capacidade Postulatória (I). In *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*. n. 7, set./out. 2000. p. 157).

da Instituição em típicas e atípicas. Típicas seriam aquelas funções exercidas pela Defensoria Pública na defesa de direitos e interesses dos hipossuficientes. E atípicas seriam aquelas outras exercidas pela Defensoria Pública independentemente da situação econômica daquele ou daqueles beneficiados com a atuação da Instituição”.¹⁶⁹

Sobre o assunto, vale conferir a elucidativa lição de Cléber Francisco Alves, que consigna que “além das funções institucionais consideradas ‘típicas’, aparecem também as denominadas funções ‘atípicas’ em que a atuação da Defensoria Pública é exigida por lei independentemente da situação econômica do eventual beneficiado. Isso ocorre sempre que a Defensoria Pública é chamada a atuar na representação de partes que, por qualquer motivo, não tenham constituído advogado, por exemplo, sempre que a questão *sub judice* envolve direitos indisponíveis, como é o caso da liberdade, na área do direito criminal. Sua atuação se justifica nesses casos, para garantir a efetividade dos princípios constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal. [...] Mesmo nas causas cíveis, quando o réu estiver em lugar ignorado não tendo sido possível efetivamente haver certeza de que ele tenha tomado conhecimento de que é parte num processo judicial, caberá à Defensoria Pública exercer a representação processual dos interesses desse réu ausente, desempenhando o múnus de curador especial, tal como determinado inciso VI do referido art. 4º”.¹⁷⁰

Dentro deste contexto, o exercício da curadoria especial pela Defensoria Pública tem sido alocado no rol de suas atribuições atípicas, posto que tal atribuição é determinada legalmente e seu desempenho independe da avaliação da situação econômico-financeira do beneficiário.

Em que pese este entendimento já esteja bastante consolidado nas escassas obras doutrinárias que versam sobre a Defensoria Pública, devemos ressaltar que a Instituição não é apenas voltada à defesa dos pobres em sentido estrito. Este

¹⁶⁹ MORAES, Silvio Roberto Mello. *Princípios Institucionais da Defensoria Pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. p. 24. Ainda sobre o tema, confira-se posicionamento idêntico de Ligia Maria Bernardi: “Não se confundem as funções da Defensoria Pública que compreendem: àquelas exercidas em defesa de direitos e interesses dos hipossuficientes, diretamente ligada à assistência judiciária a necessitado, atuação típica; e àquela outra exercida independentemente da situação econômica/financeira do beneficiado como a atuação do curador especial, atuação atípica”. (BERNARDI, Ligia Maria. *O Curador Especial no Código de Processo Civil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 167).

¹⁷⁰ ALVES, Cleber Francisco. *Justiça para Todos - Assistência Jurídica Gratuita nos Estados Unidos, na França e no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. p. 320.

posicionamento, há muito, foi superado. Tal modificação tem implicação direta na divisão tradicional entre funções típicas e atípicas. Vejamos:

3.3.2. Definição de necessitado e correlação com a abrangência das funções típicas da Defensoria Pública

Os conceitos de necessidade e de insuficiência de recursos constitucionalmente aventados para fins de assistência jurídica integral e gratuita não abrangem apenas a ausência de recursos financeiros. É importante frisar a pluralização do fenômeno da carência, que inclui a ausência de recursos jurídicos, sociais, informacionais, técnicos e organizacionais.

Não é de hoje que este tema vem sendo amplamente debatido. Em estudo publicado há mais de uma década Ada Pellegrini Grinover já asseverava que “são carentes organizacionais as pessoas que apresentam uma particular vulnerabilidade em face das relações sócio-jurídicas existentes na sociedade contemporânea. [...] Todos aqueles, enfim, que no intenso quadro de complexas inteirações sociais hoje reinante, são isoladamente frágeis perante os adversários poderosos do ponto de vista econômico, social, cultural ou organizativo, merecendo, por isso mesmo, maior atenção com relação a seu acesso à ordem jurídica justa e à participação por intermédio do processo”.¹⁷¹ Em parecer, a mesma doutrinadora esclarece que “mesmo que se queira enquadrar as funções da Defensoria Pública no campo da defesa dos necessitados e dos que comprovarem insuficiência de recursos, os conceitos indeterminados da Constituição autorizam o entendimento – aderente à ideia generosa do amplo acesso à justiça – de que compete à instituição a defesa dos necessitados do ponto de vista organizacional, abrangendo portanto os componentes de grupos, categorias ou classes de pessoas na tutela de seus interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos”.¹⁷²

¹⁷¹ GRINOVER, Ada Pellegrini. Acesso à Justiça e o Código de Defesa do Consumidor. In *O Processo em Evolução*. Rio de Janeiro: Forense, 1996. p. 116.

¹⁷² Referido parecer foi publicado em: GRINOVER, Ada Pellegrini. A Legitimidade da Defensoria Pública para Ação Civil Pública. In *Revista de Processo*. vol. 165, nov. 2008. p. 97.

A dilatação do conceito de necessitados, que passa a abranger aqueles a quem o estado deve necessariamente assegurar o contraditório e a ampla defesa, independentemente da avaliação da capacidade econômica, porque entendidos como vulneráveis (organizacionais e/ou jurídicos), propicia uma visão ampla à garantia constitucional do acesso à justiça. Desta forma, por mais fracos “não se devem entender simplesmente os mais pobres do ponto de vista econômico, financeiro. Em uma sociedade extremamente complexa, como a atual, melhor evitar reducionismos. As carências contemporâneas são as mais díspares, não se podendo eleger um único modelo para fins de proteção, em detrimento das demais espécies. A ideia do acesso à justiça é a mais abrangente e generosa possível”.¹⁷³

No mesmo sentido, esclarece Leandro Coelho de Carvalho que “ao referir-se a ‘necessitados’, o constituinte não limitou a exegese aos financeiramente carentes, embora seja esta a finalidade precípua da Defensoria Pública. Em determinados casos, previstos no ordenamento, a instituição pode (deve) atuar mesmo sem aferição do estado de carência. É o que ocorre na curadoria especial, atribuição constitucional exclusiva (art. 4º, VI, da LC 80/94)”.¹⁷⁴

As cláusulas constitucionais que regulamentam a Defensoria Pública (“essencial”, “necessitados”, “integral”, “insuficiência de recursos”) conferem uma margem de manobra ao legislador e ao intérprete, para a construção do perfil institucional adequado à realidade social vivenciada. O fenômeno da carência tem merecido compreensão abrangente e multifacetada, a permitir o acesso amplo à justiça.¹⁷⁵ De fato, “o adjetivo composto – jurídico integral – é revelador de uma dupla finalidade do dispositivo em exame: a) a assistência transcende o Juízo, não se contenta em ser ‘judiciária’; é jurídica, isto é, efetiva-se onde estiver o Direito; b) a assistência é integral, ou seja, não se esgota na parte, na unidade, mas visa integrar as seções e facetas de um todo. Visa, em

¹⁷³ SOUZA, José Augusto Garcia. Solidarismo Jurídico, Acesso à Justiça e Funções Típicas e Atípicas da Defensoria Pública: A Aplicação do Método Instrumentalista na Busca de um Perfil Institucional Adequado. In *Revista de Direito da Defensoria Pública do Rio de Janeiro*. vol. 19, abr. 2004. p. 236.

¹⁷⁴ CARVALHO, Leandro Coelho de. As Atribuições da Defensoria Pública sob a Ótica do Acesso à Ordem Jurídica Justa. In *Revista de Processo*. vol. 156, fev. 2008. p. 208.

¹⁷⁵ SOUSA, José Augusto Garcia de. A Legitimidade da Defensoria Pública para a Tutela dos Interesses Difusos: Uma Abordagem Positiva. In *Revista de Processo*. vol. 175, set. 2009. p. 192.

uma palavra, coordenar os diversos grupos sociais, desintegrados do conjunto por sua marginalização”.¹⁷⁶

As cláusulas que regulamentam a atuação da Defensoria Pública, inclusive para fins de aferição da capacidade econômica da parte, são abstratas e tratam de necessidade jurídica, que não necessariamente condiz com necessidade econômica. A própria referência ao prejuízo do sustento ou da própria família para legitimar a assistência jurídica¹⁷⁷ é subjetiva, eis que, embora dotado de recursos, pode existir alguma situação que implique esta impossibilidade ao sujeito (doença grave de pessoa na família, por exemplo). Por conseguinte, “a aferição da necessidade jurídica já se afigura, de ordinário, uma operação axiológica infensa a subsunções rígidas. Isso de certa forma diminui a distância entre funções típicas e atípicas. A necessidade jurídica, todavia, continua dentro da esfera das funções típicas”.¹⁷⁸

A interpretação ampla do conceito de necessitado foi recentemente admitida pelo Superior Tribunal de Justiça, em julgamento que reconheceu que este conceito não se restringe às pessoas economicamente hipossuficientes, mas sim a “todos os socialmente vulneráveis”.¹⁷⁹

Como se nota, a atuação da Defensoria Pública não está adstrita à defesa dos interesses subjetivos de pessoas carentes economicamente, vez que com a ampliação e modernização do conceito de necessitado, passa a Instituição a ter atribuições de tutela também daqueles considerados necessitados sob o aspecto jurídico, isto é, daqueles que não tem possibilidade de mobilização ou de busca do acesso à justiça, principalmente nos

¹⁷⁶ CARVALHO, Pedro Armando Egydio de. A Defensoria Pública: Um Novo Conceito de Assistência Judiciária. In *Revista dos Tribunais*. n. 689, mar. 1993. p. 303. Prossegue, o mesmo autor, inquirindo qual a “identidade destes setores postos à margem da sociedade. Quem são eles? A pergunta beira as raias da afronta, uma vez que ante a evidência não é lícito questionar, basta ver. Os mencionados grupos estão aí à mostra, em escancarada nudez: os sem-terra, os sem-casa, os favelados, os presos, os negros, os homossexuais, os economicamente fracos, os menores infratores, os menores abandonados, os índios, os idosos, os desempregados, os aposentados, as vítimas, todos eles divorciados da prática do direito estatal para constituírem, no sugestivo dizer de Boaventura de Sousa Santos, uma nova ordem, o direito de Pasárgada”. (Ibid., p. 303)

¹⁷⁷ BRASIL. Lei n. 1.060/1950. Art. 2º, parágrafo único: “Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família”. Frise-se que referida legislação, anterior à Constituição Federal, trata da assistência judiciária, bem mais restrita do que a assistência jurídica integral e gratuita prevista na Carta Magna.

¹⁷⁸ SOUSA, José Augusto Garcia de. A Legitimidade da Defensoria Pública para a Tutela dos Interesses Difusos: Uma Abordagem Positiva, cit., p. 241.

¹⁷⁹ STJ. AREsp 50.212/RS. Rel. Min. Herman Benjamin. j. 21/10/2011.

casos em que assim é determinado por lei, como ocorre com a curadoria especial. Esta forma de entender o fenômeno da carência, desconectado do parâmetro econômico e podendo claramente ser alargado para incluir os grupos vulneráveis (como o incapaz, o preso e o ausente), demonstra a necessidade também de uma leitura instrumentalista das funções institucionais da Defensoria Pública.¹⁸⁰

Nos parece que perde força e se torna estranho, diante deste cenário, que a divisão entre funções típicas e atípicas leve apenas em consideração a necessidade/dever de se analisar a carência econômica da parte no caso concreto. A tipicidade ou não das atribuições tem mais a ver com a sua atuação própria ou peculiar, e não tanto com a situação econômica.¹⁸¹ A atuação peculiar da Instituição se volta para o atendimento dos carentes e dos grupos vulneráveis, que podem ser evidenciados sob diversos aspectos. Dentro deste contexto, a inclusão da curadoria especial no rol das atribuições atípicas nos parece que não mais se sustenta. Aliás, o próprio critério utilizado para esta divisão parece destituído de razão diante desta nova forma de enxergar o fenômeno da carência e da vulnerabilidade.

Desde a colonização, a atuação em prol dos incapazes é vista como assemelhada àquela que tutela o pobre, justamente pela parecida dificuldade que terão na contratação de advogado para a apresentação de sua defesa. Não há como negar que tanto o réu preso como o incapaz que não possui representante legal, o incapaz cujos interesses colidam com os de seu representante, e o réu que sequer sabe que figura em processo judicial – todos estes clássicos casos de curadoria especial – estão em tamanha situação de vulnerabilidade jurídica e social que não haveria outra instituição legitimada para a garantia da defesa de seus interesses que não a Defensoria Pública. A inclusão da curadoria especial no rol de suas atribuições é decorrência da própria vocação institucional para a defesa dos desfavorecidos (ainda que esta vulnerabilidade ocorra no âmbito processual). O conceito de necessitado, não tendo sido restringido pela Constituição, pode ser ampliado pela Lei e pela interpretação sistemática de que à Defensoria Pública incumbe a prestação de assistência jurídica integral, sob todos os aspectos.

¹⁸⁰ SOUZA, José Augusto Garcia. *Solidarismo Jurídico, Acesso à Justiça e Funções Típicas e Atípicas da Defensoria Pública: A Aplicação do Método Instrumentalista na Busca de um Perfil Institucional Adequado*, cit., p.242.

¹⁸¹ Para Nelson Nery “a lei nada ressalvou quanto a essa função institucional da Defensoria Pública, de sorte que ela é típica e exclusiva dos defensores públicos”. (NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 193).

Explica Silvio Moraes que a importância da Defensoria Pública “extrapola os limites traçados pelos artigos 134 da Constituição Federal e 1º da LC n. 80, para alcançar a própria garantia e efetividade do Estado Democrático de Direito, já que ela é o instrumento pelo qual irá viabilizar o exercício, por parte de cada cidadão hipossuficiente do Brasil, dos direitos e garantias individuais que o Constituinte tanto se preocupou em assegurar ao povo brasileiro”.¹⁸²

A corroborar com este entendimento, a Lei Complementar n. 80/1994, estabelece como objetivo da Defensoria Pública a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, princípios estes que estão fragilizados pela condição de particular vulnerabilidade do sujeito, e que devem ser tutelados pelo curador especial.

Não bastasse isso, a 41ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em junho de 2011, aprovou, por unanimidade, a Resolução 2.656, que trata das garantias de acesso à justiça, sendo o primeiro ato normativo aprovado pela organização que aborda o tema do acesso à justiça como um direito humano, fundamental e autônomo, que permite exercer e proteger outros direitos.

Referido documento destaca o trabalho realizado pelos defensores públicos, em diversos países, na defesa dos direitos fundamentais dos indivíduos, especificamente os serviços de assistência jurídica gratuita que possibilitam o fácil e oportuno acesso de todas as pessoas à justiça, sobretudo daquelas que se encontram em situação especial de vulnerabilidade. Afirma, em seu item 3, a importância fundamental do serviço de assistência jurídica gratuita para a promoção e a proteção do direito ao acesso à justiça de todas as pessoas, em especial daquelas que se encontram em situação especial de vulnerabilidade.¹⁸³

Desta feita, o trabalho desempenhado pela Defensoria Pública na defesa das pessoas em condições de vulnerabilidade passa a ser reconhecido inclusive internacionalmente, reforçando a legitimidade desta atuação.

¹⁸² MORAES, Silvio Roberto Mello. *Princípios Institucionais da Defensoria Pública*, cit., p. 17.

¹⁸³ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). AG/RES. 2656 (XLI-O/11). Garantias de Acesso à Justiça: O Papel dos Defensores Públicos Oficiais. Disponível em [http://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/11698/AG_RES_2656_pt.pdf]. Acesso em 22/09/2011.

Estes conceitos largos de integralidade e de necessidade, bem como a própria vocação da Instituição, demonstram que a curadoria especial é, de fato e de direito, função institucional típica da Defensoria Pública, principalmente se verificado seu precípuo escopo de garantia da igualdade e do direito ao contraditório destes grupos vulneráveis.

3.3.3. A atuação da Defensoria Pública no exercício da curadoria especial

Conforme demonstramos no item anterior, desde 1994 o exercício da curadoria especial é função institucional da Defensoria Pública, por mandamento legal expresso. Sustentamos que esta atuação, a par de ser exercida independentemente da avaliação da situação econômico-financeira do curatelado,¹⁸⁴ condiz com sua vocação institucional, eis que voltada à tutela de vulneráveis processuais. Em que pese este entendimento, necessário enfrentar a questão da ausência de Defensoria Pública em alguns Estados da Federação, bem como sua precária instalação em outros locais, que impede a presença de defensores públicos em todas as comarcas.¹⁸⁵

No que se refere à curadoria especial, encontramos posicionamento no sentido de que o Ministério Público, desde que facultado pela legislação local, poderia continuar a exercer esta atividade, principalmente nos locais em que a Defensoria Pública ainda não esteja instalada.¹⁸⁶

¹⁸⁴ Corroborando com este entendimento, o Conselho Superior da Defensoria Pública da União editou, em junho de 2009, a Resolução n. 32, segundo a qual “o exercício da curadoria especial não depende de considerações sobre a necessidade econômica do seu beneficiário”.

¹⁸⁵ O III Diagnóstico da Defensoria Pública, publicado pelo Ministério da Justiça no ano de 2009, demonstra que a Instituição estaria presente em apenas 41,09% do total de Comarcas existentes nos Estados em que ela está instalada. No Estado de São Paulo, por exemplo, apenas 8,09% das Comarcas seriam atendidas pela Defensoria Pública. Disponível em [http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={597BC4FE-7844-402D-BC4B-06C93AF009F0}]. Acesso em 05/09/2011. Cumpre ressaltar que são três os Estados em que ainda não há Defensoria Pública: Goiás e Paraná (embora exista legislação que regulamenta a Defensoria Pública, ainda não houve sua efetiva instalação), e Santa Catarina (em que não há legislação criando a Defensoria Pública).

¹⁸⁶ Araken de Assis esclarece que “o art. 4º, VI, da LC n. 80/94, definiu como função institucional do defensor público ‘atuar como curador especial, nos casos previstos em lei’, e, desta maneira, dissociou o MP da dupla função protetiva e fiscalizadora. Entretanto, para a 3ª Turma do STJ o MP pode funcionar, residualmente, como representante judicial de incapazes, existindo ‘norma local nesse sentido’. Quando a curadoria for do defensor público, goza ele de todas as prerrogativas do seu cargo, a exemplo do prazo em dobro (art. 44, I, da LC n. 80/94)”. (ASSIS, Araken de. Suprimento da Incapacidade Processual e da Capacidade Postulatória (I), cit., p. 156 e 157). Costa Machado entende que diante da ausência de previsão legal, o Ministério Público não

Outrossim, corrente doutrinária tem admitido a atuação de advogados designados pelo juiz ou, ainda, de terceiros sem capacidade postulatória,¹⁸⁷ nos locais em que não haja Defensoria Pública. Sobre o assunto, afirma Fredie Didier que “somente se não houver Defensoria Pública na localidade – e abstraída a questão constitucional já levantada -, deverá o juiz atribuir o múnus ao órgão do Ministério Público ou a qualquer advogado, *ex officio* ou a requerimento da parte ou do Ministério Público, ou, ainda, a qualquer pessoa capaz e alfabetizada. Nomeada pessoa capaz que não seja advogado, deverá o curador especial constituir advogado para regularizar a capacidade postulatória – razão mais do que bastante para justificar a recomendação de que o magistrado deve designar alguém que, além de poder representar processualmente, possa também suprir a capacidade postulatória”.¹⁸⁸

Não há como negar a possibilidade de atuação do Ministério Público nos casos em que, autorizado por lei local a agir, não exista órgão da Defensoria Pública disponível embora, conforme consignamos anteriormente, a função não seja mais tão condizente com suas finalidades após o advento da Constituição Federal de 1988. No mesmo sentido, careceria de senso afirmar a impossibilidade de nomeação de advogado para o exercício da curadoria especial, principalmente nos locais em que esta atividade não é mais desempenhada pelo Ministério Público e que não há, tampouco, unidade da Defensoria Pública instalada.¹⁸⁹

poderia mais atuar como curador especial em favor do preso ou do revel (inciso II), mas indaga se não poderia o MP, que já intervém como assistente diferenciado do incapaz, assumir a condição de seu curador especial em casos extremos de urgência, impossibilidade ou grande dificuldade de se nomear um advogado ou defensor público: “Temos para nós que sim, uma vez que tal defesa dos interesses do incapaz, ainda que sofrendo transfiguração em sua natureza jurídica (de assistência diferenciada para legitimação extraordinária ou substituição processual que nada tem de estranha ao MP – o MP substitui processualmente o idoso), não compromete em absoluto o objetivo final do CPC que é a intransigente sustentação da posição material do incapaz no processo. A total compatibilidade da função constitucional do MP com a curatela especial, nestes casos do inciso I do art. 9º (CF, 127, *caput*), justifica plenamente o exercício de poderes ampliados pelo *parquet* substituto processual, posto que tudo deve se dar em prol da mais efetiva proteção jurídica do incapaz”. (MACHADO, Antonio Cláudio da Costa. *Código de Processo Civil Interpretado e Anotado: Artigo por Artigo, Parágrafo por Parágrafo*, cit., p. 237 e 238).

¹⁸⁷ Neste sentido, cf.: “O curador especial, quando for conferido ao incapaz (art. 9º, I), realiza, exatamente, as funções que competiriam ao representante do incapaz, ou seja, seu pai, sua mãe, seu tutor ou curador. Quando atribuído ao réu preso ou ao revel citado por edital ou com hora certa (art. 9º, II), realiza as funções da parte que não pode estar no processo. Daí decorre que o curador especial não necessita ser advogado, caso em que deverá nomear um para exercer a capacidade postulatória”. (FORNACIARI JR., Clito. Curador Especial, Revelia e Julgamento Antecipado da Lide. In *Revista de Processo*. vol. 1, jan. 1976. p. 88).

¹⁸⁸ DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 257.

¹⁸⁹ No Estado de São Paulo, por exemplo, com a revogação da legislação que permitia a atuação do Ministério Público, desde 1991 ele parou de exercer esta função. Outrossim, como a Defensoria Pública está

Entretanto, não parece haver sentido na nomeação de curador especial que não possua capacidade postulatória, conforme comumente afirmado. Neste ponto pode haver confusão entre a curadoria especial tratada neste trabalho – atuação meramente processual no caso concreto –, e a curadoria especial de direito material, representação legal da parte em todos os atos de sua vida civil. O curador material não precisa possuir capacidade postulatória, devendo sua nomeação observar a ordem legal prevista no Código Civil. Possui, ainda, poderes para exercer todos os atos necessários à tutela do incapaz enquanto estiver representando-o legalmente, de modo que sua atuação não se limita a um processo judicial específico.¹⁹⁰

Sobre o assunto, chamamos atenção para a diferenciação entre os dois institutos (curadoria especial processual e curadoria especial material). Nos casos de curadoria especial processual, causa estranheza a nomeação de pessoa capaz, mas sem capacidade postulatória, para exercer tal função, por se tratar de verdadeira “curadoria à lide” no caso concreto.¹⁹¹ Poderia o magistrado nomear este tipo de curador, corretamente,

presente em apenas 29 (vinte e nove) Comarcas do Estado, há a necessidade de designação de advogados dativos para o desempenho da curadoria especial nas demais localidades, através de convênio mantido entre a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil/SP. Espera-se o incremento gradativo da Defensoria Pública, com a observância do plano plurianual que prevê a criação de 100 (cem) cargos ao ano, até atingir o total de 800 (oitocentos) cargos de defensores públicos, quantidade estimada para sua instalação em todas as cidades do Estado.

¹⁹⁰ Cumpre esclarecer que, em sentido contrário, Pontes de Miranda argumentava que o curador *ad litem* pode ser pessoa que não seja advogado, e já podia no velho direito português, constituir procurador judicial e até extrajudicial. De todo modo, o autor confirma que sua atividade é no plano processual e a despeito da *res in iudicium deducta*. (MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. t. 1, cit., p. 289). Tal posição deve-se ao entendimento do autor de que o curador especial é órgão protectivo, tendo o dever de providenciar a representação ou de fazê-lo pessoalmente, hipótese em que exerce o poder de outorga simultaneamente ao ofício. (Ibid., p. 292). Também Tornaghi entende que não é necessário que o curador especial seja advogado porque sua função seria suprir a incapacidade de estar em juízo de modo que, assim como o representante legal, também poderia constituir advogado para tal atuação. (TORNAGHI, Hélio. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 1, cit., p. 114). Para Bedaque, embora seja mais simples designar alguém com capacidade postulatória, não é imprescindível que o curador seja advogado, caso em que a pessoa indicada deverá constituir um advogado para a prática dos atos processuais. (BEDAQUE, José Roberto dos Santos. In MARCATO, Antonio Carlos (coord). *Código de Processo Civil Interpretado*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 33).

¹⁹¹ Dinamarco explica que a expressão “curador à lide” era usual no direito brasileiro (CPC- 39, art. 80, §1º), mas o “estatuto vigente procurou, com toda razão, substituir por esta de que tratamos (curador especial); lide não é sinônimo de processo, como muitas palavras e expressões antigas dão impressão de que fosse. No entanto, em dois dispositivos continua a lei a dizer curador à lide (CPC, arts. 1.179 e 1.182, §1º)”. (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Notas para um Dicionário de Direito Processual Civil*. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 77). Hélio Tornaghi concorda com a alteração, posto que foi restituído o sentido verdadeiro à palavra “lide”, daí ter o Código atual preferido a expressão curador especial. (TORNAGHI, Hélio. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 1, cit., p. 112). De outra banda, Costa Machado critica o repúdio à expressão justamente porque, a despeito da boa intenção, a alteração utilizada acabou por causar confusão entre os institutos. (MACHADO, Antonio Cláudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público*

em sendo o caso de incapacidade de parte (o que jamais ocorre nos casos de citação ficta, réu preso ou colidência de interesses), desde já sanando a ausência de representante legal. Esta providência, entretanto, teria o condão apenas de suprir a capacidade de estar em juízo, sendo necessária, ainda, a atuação de um advogado ou defensor público.

Diante da pequena abrangência da atuação da Defensoria Pública em sede nacional, a redação do artigo 9º, parágrafo único, Código de Processo Civil, se adapta à realidade atual, principalmente se levarmos em consideração o fato de que a Instituição ainda não possui estrutura suficiente para suprir toda a demanda, razão pela qual não se deve vedar a possibilidade de atuação complementar do Ministério Público ou de advogados designados pelo Juízo.¹⁹²

A redação do Projeto de Lei da Câmara n. 8.046, de 2010, que introduz a reforma do Código de Processo Civil, estabelece, a nosso ver de maneira correta, que a função do curador especial será exercida pela Defensoria Pública, salvo se não houver defensor público na comarca ou subseção judiciária, hipótese em que o juiz nomeará advogado para desempenhar a função.¹⁹³

Desta forma, aguardamos a aprovação de referido Projeto de Lei, com a redação exposta, que esclarece que a atividade, embora seja função institucional da Defensoria Pública, pode ser exercida por advogado na sua ausência. A redação também não deixa dúvidas acerca da necessidade de que o curador especial, por exercer substituição processual, deva sempre possuir capacidade postulatória, afastando a hipótese de atuação de terceiro designado.

no Processo Civil Brasileiro, cit., p. 140 e 141). De todo modo, a alteração é mais de forma do que de fundo, pois apenas houve mudança no *nomen juris*, conservando-se intacta a essência da atribuição. (KOMATSU, Roque; SANSEVERINO, Milton. *A Citação no Direito Processual Civil*, cit., p. 171). Embora a expressão pudesse ser considerada útil para a distinção do curador de direito material, apontada sua imprecisão técnica e seu desuso, utilizaremos apenas o termo curador especial para tratar do assunto abordado neste trabalho.

¹⁹² Em defesa da privatividade da função, Cléber Francisco Alves argumenta que o parágrafo único do art. 9º, do Código de Processo Civil, teria sido revogado com o advento da Lei Complementar n. 80/94 esclarecendo que “essa atribuição passou a ser privativa da Defensoria Pública, ficando assim revogado o parágrafo único do art. 9º do Código de Processo Civil, tendo em vista o disposto no art. 4º, inciso VI, da Lei Complementar n. 80/94. Assim, somente se justifica a nomeação de advogado particular para desempenhar esse múnus processual em caso de inexistência do serviço da Defensoria Pública perante o órgão judicial respectivo”. (ALVES, Cleber Francisco. *Justiça para Todos - Assistência Jurídica Gratuita nos Estados Unidos, na França e no Brasil*, cit., p. 320, nota de rodapé 181). Guilherme Braga Peña de Moraes também entende que a referida função institucional é privativa da Defensoria Pública. (MORAES, Guilherme Braga Peña. *Assistência Jurídica, Defensoria Pública e o Acesso à Jurisdição no Estado Democrático de Direito*, cit., p. 51).

¹⁹³ Redação do artigo 72, parágrafo único, do Projeto de Lei da Câmara n. 8.046/2010.

Portanto, a curadoria especial, embora seja atribuição da Defensoria Pública, pertinente à sua vocação institucional de tutela de grupos vulneráveis, pode ser exercida por advogados nomeados pelo magistrado quando não houver sede da Instituição na localidade.

4. ASPECTOS DA CURADORIA ESPECIAL

4.1. Noções conceituais

A curadoria especial é forma de substituição processual¹⁹⁴ que visa ao equilíbrio do processo em que uma das partes está em situação de vulnerabilidade, garantindo, assim, o respeito aos princípios constitucionais da isonomia e do contraditório.

Insere-se no rol de funções institucionais da Defensoria Pública (art. 4º, XVI, Lei Complementar n. 80/94), devendo ser exercida com zelo, eis que necessária à garantia do contraditório e da ampla defesa daqueles que estão em particular dificuldade para exercitar seus direitos com plenitude perante o sistema de justiça. Nesta medida, configura-se fator de desequiparação legítimo, decorrência lógica da situação de desigualdade entre os litigantes, proporcionando a superação de suscetibilidades impeditivas à prática de atos processuais e ao exercício pleno de direitos.

A curadoria especial é, portanto, mecanismo adequado para a tutela do vulnerável processual, que confere efetividade à sua defesa, permitindo a participação equânime e real no processo civil. É atividade pontual, exercida apenas no âmbito do processo em que a condição de vulnerabilidade é identificada.

Traçadas as noções conceituais da curadoria especial, necessário explicitar as notas distintivas da curadoria especial prevista na legislação civil, bem como verificar a possibilidade de sistematização das situações em que deve haver a atuação do curador especial no processo civil.

¹⁹⁴ A natureza jurídica da curadoria especial será aprofundada no item 4.4.

4.2. Curadoria especial processual e curadoria especial material – Notas distintivas

O presente trabalho trata da curadoria especial prevista no Código de Processo Civil, que não se confunde com a curadoria especial regulamentada pelo Código Civil, que também é comumente chamada de “curadoria material”.

A curadoria material é o “instituto protetivo dos maiores de idade mas incapazes, isto é, sem condições de zelar por seus próprios interesses, reger sua vida e administrar seu patrimônio”.¹⁹⁵ Sua finalidade, além de protetiva, é assistencial, de caráter supletivo da capacidade, de modo que cabe ao curador reger a pessoa incapaz e administrar seus bens. A curatela, no âmbito do direito de família, abrange os portadores de deficiência, os pródigos e os nascituros.

A ordem legal de preferência¹⁹⁶ deve ser observada no momento de escolha do curador especial, respeitando-se os interesses do curatelado. Diante da gravidade de suas consequências (reconhecimento da incapacidade civil do sujeito), a curatela civil depende de processo judicial de interdição. Além disso, admite gradações de acordo com a capacidade do interditando de manifestar sua vontade, podendo ser total ou parcial. A curatela material leva em consideração os princípios do cuidado como valor jurídico, da dignidade da pessoa humana e da solidariedade.

¹⁹⁵ DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 543. A doutrinadora explica que a curatela não se confunde com a tutela que, por sua vez, é um múnus público concedido, de preferência, a um parente, para zelar por uma pessoa menor de idade e administrar os seus bens (poder-dever) quando a criança ou o adolescente deixe de viver sob o poder familiar dos genitores. O curatelado/tutelado é dependente do curador, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários. (Ibid., p. 532 et seq.) Sobre a diferenciação entre a tutela e a curatela no direito civil, Paulo Lobo esclarece que ambas tem por “finalidade a representação legal e administração dos bens de uma pessoa por outra, em virtude da incapacidade da primeira de gestão de sua vida e de seus interesses. A tutela tem como pressuposto a menoridade do protegido. Já a curatela tem como pressuposto a deficiência mental parcial ou total do protegido ou outra circunstância que imponha a representação de alguém”. Explica, o mesmo autor, que para fins do ECA, a tutela é a segunda etapa de inserção da criança em família substituta. (LOBO, Paulo. *Direito Civil. Famílias*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 388 e 389).

¹⁹⁶ O Código Civil, em seu art. 1.775, prevê a seguinte ordem legal: cônjuge ou companheiro, pai ou mãe, descendente que se mostrar mais apto, sendo que os mais próximos precedem os mais remotos. Na falta destas pessoas a escolha competirá ao juiz. Paulo Lobo ressalta que a ordem de preferência observa a probabilidade de maior afetividade e disponibilidade para o cuidado. (Ibid., p. 398).

A curatela material, que envolve o dever de cuidado dos bens e da pessoa, não se confunde com a curatela processual, objeto do presente estudo. A curatela processual leva em consideração a vulnerabilidade da parte no âmbito do processo. Não se destina apenas à tutela de interesses de incapazes, mas também à tutela dos interesses do réu revel citado fictamente, do preso e do incapaz que, possuindo representante legal, está em conflito de interesses com ele em uma situação concreta. Possui o objetivo específico de permitir que estas pessoas, enquanto litigantes vulneráveis, possam exercer com plenitude seus direitos, em atenção aos princípios da igualdade e do contraditório.

Desta forma, a curadoria especial que estamos tratando envolve situações eminentemente processuais, cuja atuação se restringe aos limites do processo.¹⁹⁷ A curadoria material, por sua vez, perdura enquanto persistir a incapacidade do curatelado, e se estende a todos os atos de sua vida civil.

Embora a diferenciação se mostre cristalina nas hipóteses em que a parte possui capacidade de estar em juízo, mas apenas circunstancialmente necessita da atuação do curador especial para suprir sua vulnerabilidade - como nos casos de citação ficta,¹⁹⁸ de réu preso e naqueles em que há colidência de interesses entre o incapaz e seu representante legal (pois aqui, a capacidade de estar em juízo poderia ser integrada pelo representante

¹⁹⁷ Também defende que se trata de instituto de direito processual, Marcello Rabello de Mendonça, que coloca que “é justamente por tudo isso que adotamos, no caso, a denominação de ‘representante judicial’, destacando-a do ‘representante legal’, pois o curador especial representa-o apenas no processo, em juízo, nas lides advindas daquele aludido conflito de interesses ou da ausência de quem detenha sua representação legal para os atos da vida civil.” (MENDONÇA, Marcello Rabello. Curador Especial – Conceito – Formas de Atuação – arts. 9º, I e 1.042, II, do CPC. In *Revista dos Tribunais*. vol. 562, ago. 1982. p. 272).

¹⁹⁸ Também não deve ser confundida a curadoria do revel citado por edital com a curadoria do ausente em sentido estrito. Explica José Antonio de Paula Santos Neto que a curadoria do ausente decorre da ausência propriamente dita, em sentido técnico e declarada por decisão judicial, enquanto a curadoria processual advém da não presença que leva à revelia. A ausência é de direito substantivo e a revelia de direito adjetivo. Desta forma, o curador à lide tem sua atuação jungida ao processo específico para o qual foi nomeado, limitando-se a prestar uma assistência de caráter processual. Além disso, o autor sustenta que apenas será atribuído curador especial ao ausente (processual) na única hipótese de colidência passageira e circunstancial dos interesses desse com os do curador (material - hipótese do art. 9º, I, segunda parte), isto é, quando esta colidência não for de molde a ensejar a exoneração do curador material. (SANTOS NETO, José Antonio de Paula. *Da Ausência*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001. p. 209 e 210). Ainda sobre o assunto, o mesmo autor colaciona o seguinte julgado: “A turma julgadora põe necessárias ressalvas à doutrina do Dr. Curador à lide: o revel em cujo nome fala, não se equipara ao ausente, assim definido no art. 463 e seguintes do Código Civil. O revel é um réu que deixa de acudir à citação, correndo a causa sem ele, que não pode encontrar na sua ausência um motivo de impedimento à ação ou de sua paralisação. O ausente é pessoa, demandada ou não, que tendo bens e relações jurídicas, desaparece, sem deixar procurador que lhos administre. A revelia é um instituto de direito processual, ao passo que a ausência é do âmbito do direito substantivo. O ausente só se considera revel, quando é chamado a Juízo e deixa de acudir; e o revel, demandado em Juízo, só se tornará ausente se assim for declarado judicialmente. No caso da ausência amparam-se os bens em geral do ausente; no caso de revelia, o amparo é limitado aos interesses judiciais”. (In *Revista dos Tribunais*. vol. 182, fascículo 594. p. 271).

legal que, apenas no caso concreto, possui interesses conflitantes com os do incapaz) -, pode haver confusão naquelas situações em que há a configuração da incapacidade civil, mas a parte não possui representante legal (CPC, art. 9, I, primeira parte). Nesta hipótese, a curadoria especial processual pode ser necessária para garantir o bom andamento do processo, mas é provisória e limitada, embora a incapacidade possa ser permanente, apenas adiando momentaneamente o problema da ausência de representante legal (material) do incapaz.¹⁹⁹

Por esta razão, o juiz, se competente para tanto, desde logo poderá constituir representante definitivo para o incapaz.²⁰⁰ Assim, “dotado o juiz da demanda de competência em razão da matéria, promoverá de modo permanente, compromissando tutor ou curador para o incapaz, e, assim, cortando o problema pela raiz. Esta providência é útil e proveitosa inclusive fora do processo”.²⁰¹ Nos casos em que o juiz não possua esta competência, a atuação do curador especial em favor do incapaz – prevista na lei processual –, será necessária para garantir o andamento do feito, impedindo que fique obstado até a regularização de sua representação.

Verifica-se, portanto, a necessidade de buscar, sempre que possível, solução definitiva à questão da falta de representação legal do incapaz, não devendo o magistrado e a parte adversa aterem-se à cômoda resolução para a situação processual concreta. A preocupação com a real proteção dos interesses do vulnerável poderá levar à resolução definitiva da falta de representação daquele que, sem representante legal, permanece suscetível em todos os atos de sua vida civil (e não apenas no âmbito processual). A curadoria especial processual, nestes casos, serve apenas ao fim de permitir o

¹⁹⁹ Esclarece Celso Agrícola Barbi que “a incapacidade processual, vale dizer, a falta de capacidade para estar em juízo, ocorre, por exemplo, quando o menor não se apresenta assistido, ou representado, pela pessoa legalmente encarregada, quando o louco interditado não está representado por seu curador. Trata-se de falta de representação e não de irregularidade desta”. (BARBI, Celso Agrícola. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 1, cit., p. 116). Tal assertiva demonstra a necessidade da nomeação de representante legal definitivo ao incapaz que, sem esta providência, permanece em situação de vulnerabilidade.

²⁰⁰ Frise-se que nem poderia o curador especial processual responsabilizar-se pela administração dos bens ou da vida do incapaz, o que inviabilizaria, inclusive, as demais atividades do defensor público diante da enorme sobrecarga de trabalho vivenciada. Com efeito, a Resolução n. 39, de 10 de março de 2010, do Conselho Superior da Defensoria Pública da União – CSDPU, estabelece, em seu artigo 4º, que “a função institucional de curadoria especial, prevista no art. 4º, inciso XVI, da LC n. 80/94 c/c os arts. 9º, 218, §§ 2º e 3º, 302, parágrafo único, 1.042, 1.179, 1.182, §1º, todos do Código de Processo Civil, não abrange as modalidades de tutela e curatela previstas no ordenamento civil material, Título IV, do Livro IV, do Código Civil, arts. 1.728 a 1.783”.

²⁰¹ ASSIS, Araken de. *Suprimento da Incapacidade Processual e da Capacidade Postulatória*, cit., p. 133.

desenvolvimento regular do processo, suprimindo a dificuldade do incapaz para a prática dos atos necessários à sua defesa em uma demanda específica.

Sobre a necessidade de distinção entre a curadoria processual e a material, explica-se que antigamente era utilizado o “conceito histórico, preciso, da expressão – curadoria à lide – a fim de evitar confusões e mal entendidos. O curador à lide, ou *in litem*, não é, no processo, o representante legal do incapaz; é, apenas, o seu defensor na causa, o seu advogado no processo e por isso mesmo funciona ao lado daquele representante, suprimindo-lhe a revelia ou as deficiências da defesa que venha produzindo”.²⁰² Embora a expressão “curadoria à lide” por não ser adequada, não seja mais adotada,²⁰³ possuía a vantagem de evitar que se confundissem os institutos de direito civil e de direito processual. Entretanto, em que pese a denominação unívoca “curadoria especial”, as diferenciações da essência destas atividades saltam aos olhos, de modo que, esclarecidos os limites do tema que estamos tratando, passaremos à análise dos tipos de curadoria especial previstos no Código de Processo Civil.

4.3. A curadoria especial processual – Proposta de classificação

O Código de Processo Civil prevê diversas situações em que há necessidade de atuação de curador especial. Os casos estão dispersos no corpo de referida legislação e foram reunidos no rol abaixo:

- réu preso (art. 9º, II, CPC);
- réu revel citado por edital ou com hora certa (art. 9º, II, CPC);
- incapaz, se os interesses deste colidirem com os de seu representante legal (art. 9º, I, segunda parte, CPC);
- ausente (art. 1.042, I, CPC);
- incapaz, se concorrer na partilha com o seu representante (art. 1.042, II, CPC);
- incapaz, se não tiver representante legal (art. 9º, I, primeira parte, CPC);
- réu demente ou impossibilitado de receber a citação (art. 218, §§ 2º e 3º, CPC);

²⁰² ESTELITA, Guilherme. *O Ministério Público e o Processo Civil*, p. 35. Apud LINS, Carlos Francisco Bezerra da Rocha Bandeira. *Curador Especial – Colidência de Interesses do Representante Legal com os do Incapaz*, cit., p. 18.

²⁰³ Cf. nota de rodapé n. 191.

- interditando, nos casos em que a interdição for requerida pelo órgão do Ministério Público (art. 1.179 c/c 1.182, §1º, CPC).

Tendo em vista as situações estabelecidas como hipóteses de atuação do curador especial e a forma como estão distribuídas, propomos sua sistematização de acordo com três critérios diversos. A possibilidade de classificar a curadoria especial sob diferentes prismas visa proporcionar ao leitor um recorte de alguns vieses do instituto, bem como introduzir questões que serão enfrentadas ao longo do trabalho de maneira sistemática. Desta forma, propomos que as situações que ensejam a atuação de curador especial, no âmbito do processo civil, sejam classificadas sob os seguintes aspectos: a) da vulnerabilidade; b) do contato com o curatelado; c) do sujeito.

4.3.1. Aspecto da vulnerabilidade

Sob o ângulo da vulnerabilidade, existem situações em que esta se restringe ao âmbito do processo, atuando a curadoria especial como forma de equilíbrio das relações processuais. Por outro lado, há situações em que a própria vulnerabilidade material acarreta, por via transversa, a vulnerabilidade processual. Nestes casos, existe vulnerabilidade processual, mas ela é decorrência direta da situação vivenciada pelo sujeito. Sob este aspecto, a curadoria especial pode ser subdividida em curadoria especial própria e curadoria especial imprópria.²⁰⁴

A curadoria especial própria abrangeria as situações em que a vulnerabilidade restringe-se ao processo. Nestes casos, utilizamos o termo “própria” para indicar que a curadoria é o instituto que visa suprir a vulnerabilidade do litigante *no processo*. Se o interessado vier a figurar como parte em outra relação processual, muito provavelmente não haverá necessidade de atuação de curador especial. A condição de vulnerável se refere à relação jurídica processual determinada.

²⁰⁴ Fredie Didier também classifica a curadoria especial em duas categorias: “a representação processual do curador à lide visa regularizar a relação jurídica processual: i) integrando a capacidade processual de incapaz que não tenha representante ou cujos interesses estejam em choque com os do seu representante; ii) garantindo a paridade de armas e equilibrando o contraditório, quando atua na defesa do demandado, nas hipóteses do inciso II do art. 9º, que são incapazes processuais”. (DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 255).

Nas hipóteses de curadoria especial própria a parte possui plena capacidade para estar em juízo, embora esteja em uma condição processual vulnerável.²⁰⁵ Nesses casos o litigante, embora tenha capacidade de estar em juízo, não reúne condições adequadas ao exercício do direito de defesa.²⁰⁶

Entretanto, quando a situação de vulnerabilidade estiver relacionada à condição própria do sujeito, e esta condição não puder ser suprida ou esgotada com a atuação do curador especial, esta curadoria será imprópria, eis que não é remédio apto, por si só, a dirimir a vulnerabilidade. Diversamente daqueles casos elencados como próprios, a situação aqui prevista não é transitória. Verifica-se a necessidade de solução definitiva, que não advirá com a atuação do curador especial. Assim, embora a curadoria especial se exaure no processo, enquanto a situação de vulnerabilidade perdurar deverá haver a nomeação de curador especial sempre que aquela pessoa estiver em juízo (além de poder sofrer eventuais prejuízos por não possuir quem zele por seus interesses, reja sua vida e administre seu patrimônio).

Nas hipóteses de curadoria imprópria, verifica-se a extrema vulnerabilidade do litigante que não tem quem possa resguardar seus interesses, administrar seus bens, sua vida e, tampouco, representá-lo processualmente ou nos demais atos de sua vida civil.

De acordo com este critério, as seguintes situações seriam classificadas como curadoria especial própria (vulnerabilidade estritamente processual): réu revel citado por edital ou com hora certa (art. 9º, II, CPC); incapaz, quando seus interesses colidirem com os de seu representante legal (art. 9º, I, CPC);²⁰⁷ ausente (art. 1.042, I, CPC),²⁰⁸

²⁰⁵ Melhor dizendo, não é possível afirmar que possua esta capacidade mas, de todo modo, este fator não seria determinante para a atuação de curador especial. Nesta linha, Ovídio Baptista explica que “nas hipóteses do inc. II do art. 9º, o juiz não supre a incapacidade do réu preso ou do revel, mas apenas sua ocasional impossibilidade de fazerem-se representar no processo. Eles poderão ser incapazes, não todavia por estarem presos ou tornarem-se revéis”. (BAPTISTA DA SILVA, Ovídio A. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2. ed. vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 85).

²⁰⁶ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. In MARCATO, Antonio Carlos (coord.). *Código de Processo Civil Interpretado*, cit., p. 32.

²⁰⁷ Nesta situação, embora incapaz, esta condição é suprida pela atuação do representante legal. Entretanto, como no caso concreto ocorre a vulnerabilidade em razão da colidência de interesses, torna-se imperiosa a nomeação de curador especial. Aqui, como nas demais hipóteses elencadas nesta categoria, a vulnerabilidade é pontual apenas para o processo específico, pois o incapaz possui representante legal responsável pela administração de sua pessoa e de seus bens nos demais atos da vida civil.

²⁰⁸ Trataremos do significado da expressão “ausente” no item 6.4.

incapaz, se concorrer na partilha com o seu representante (art. 1042, II, CPC).²⁰⁹ Seriam casos de curadoria especial imprópria (vulnerabilidade processual decorrente da vulnerabilidade material): incapaz, se não tiver representante legal (art. 9º, I, primeira parte, CPC); réu demente ou impossibilitado de receber a citação (art. 218, §§ 2º e 3º, CPC); interditando, nos casos em que a interdição for requerida pelo órgão do Ministério Público (art. 1.179 c/c 1.182, §1º, CPC); réu preso (art. 9º, II, CPC).²¹⁰

Esta classificação visa elucidar os tipos de vulnerabilidade tutelados pela curadoria, permitindo uma análise mais aprofundada das conclusões propostas.

4.3.2. Possibilidade de contato com o interessado

Outra classificação possível fraciona os tipos de curadoria especial naquelas em que o curador possa manter contato com o sujeito, obtendo dele argumentos para a sua atuação em juízo, especialmente quanto aos fatos e elementos de prova; e naquelas em que o curador especial não possa manter contato com o interessado, de modo que, na maioria das vezes, não possuirá elementos acerca da relação de fato que está sendo discutida no processo. Sob este aspecto, a curadoria especial poderá ser direta (possibilidade de contato com o interessado) ou indireta (impossibilidade de contato com o interessado).

Nas hipóteses em que o interessado esteja preso ou seja incapaz (sem representante legal ou com interesses colidentes com os de seu representante, demente ou interditando), será possível, hipoteticamente, que o curador especial o contate diretamente (ou seja por ele contatado), apresentando defesa baseada nos argumentos fornecidos.²¹¹ Esta curadoria é chamada de “direta”.

²⁰⁹ A situação se compara à da colidência de interesses entre o incapaz e o representante legal, conforme será analisado no item 6.4.

²¹⁰ O preso, conforme abordamos no item 2.4.3., integra grupo socialmente vulnerável, e deve contar com a atuação de curador especial sempre que for demandado, enquanto a privação de sua liberdade perdurar.

²¹¹ Embora não esteja vinculado a estas informações, por atuar como substituto processual. Como substituto processual, o curador é parte e esta “condição de parte no processo habilita o substituto a atuar segundo suas próprias vontades e escolhas, sem vínculos às do substituído”. (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual*. vol. 2, cit., p. 308).

Não há possibilidade de contato com o interessado quando o réu for revel citado por edital ou com hora certa, ou for ausente. Esta curadoria é denominada “indireta”.

A presente divisão possui relevância por permitir verificar a necessidade de contato do curador especial com o interessado, o que pode implicar diretamente na efetividade de sua atuação, conforme abordaremos ao longo do trabalho.

4.3.3. Qualidade do sujeito

Ainda tratando da classificação da curadoria especial, temos que as diversas hipóteses elencadas no Código de Processo Civil, quanto à qualidade do sujeito, se resumem a três: ausente, preso e incapaz. Embora diversas situações possam envolver estes sujeitos, o fato que determina a atuação do curador será uma destas qualidades indicadas.

Assim, para o incapaz, a atuação do curador especial ocorrerá quando não possuir representante legal, seus interesses forem conflitantes com os de seu representante, não puder receber a citação, for interditando etc. Em todas estas situações, embora os contextos sejam diversos, a qualidade do sujeito é a mesma: é o fato de ser *incapaz* que acarreta a atuação do curador especial.

No que se refere ao ausente, a despeito de ter sido citado por edital ou com hora certa, ou mesmo no processo de inventário, *é a condição de revelia diante da citação ficta* que acarreta a atuação do curador especial. A qualidade de ausente do sujeito é fator determinante nestas hipóteses.

Por fim, ao preso se dará curador especial, independentemente do tipo de prisão e dos motivos que levaram a ela. Havendo o cerceamento da liberdade haverá atuação do curador especial.

Segundo este critério, que leva em consideração a qualidade do sujeito, dividiremos o estudo realizado no presente trabalho, cujo capítulo 5 analisará a curadoria

especial do réu revel citado fictamente, o capítulo 6 tratará do incapaz, e o capítulo 7 do réu preso.

A opção por abordar primeiramente a atuação do curador especial em favor do réu revel citado por edital ou com hora certa, não seguindo a ordem prevista nos incisos do art. 9º, Código de Processo Civil, deve-se ao fato de que, muitos dos temas abordados e conclusões relacionadas a esta hipótese são extensíveis ao exercício da função em favor de incapazes que não possuam representante legal ou cujos interesses sejam conflitantes com os de seu representante e de réus presos. Desta forma, a descrição minuciosa da atuação na hipótese em comento contribuirá para a melhor compreensão da atividade do curador especial descrita nos capítulos subsequentes.

4.4. Natureza jurídica – Abordagem

A despeito da antiguidade da curadoria especial no direito brasileiro, os trabalhos doutrinários que a abordam e tratam de sua natureza jurídica são bastante divergentes. As correntes majoritárias classificam a natureza jurídica da curadoria especial como representação judicial ou como substituição processual.²¹²

Para diferenciar os entendimentos, vale trazer à colação os ensinamentos de Moacyr Amaral Santos, que explica que “dá-se a figura da substituição processual quando alguém está legitimado para litigar em juízo, em nome próprio, como autor ou réu, na defesa de direito alheio. Quem litiga, como autor ou réu, é o substituto processual: fá-lo em nome próprio, na defesa de direito de outrem, que é o substituído. O substituto processual é parte, no sentido processual. Quer na posição de autor, quer na de réu, o substituto processual é sujeito da relação processual, da qual participa em nome próprio, não em nome do substituído. [...] Nisso difere a substituição processual da figura da representação, em que o representante não é parte, mas apenas representante da parte, que é o

²¹² Outra possibilidade seria considerar a curadoria especial como forma de apresentação, que difere da representação na medida em que ocorre quando expressa a vontade do próprio órgão ou do Estado. A expressão “apresentação” é de Pontes de Miranda, que argumenta que os atos processuais do órgão são atos dele, e não do representante, sendo que a entidade não é representada, mas é apresentada: se faz presente. (MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. t. 1, cit., p. 240 e 241). Entretanto, na curadoria especial, não se trata de apresentar a Instituição Defensoria Pública, mas sim de defender os interesses do réu revel citado fictamente, do incapaz ou do preso.

representado. Enquanto na substituição processual o substituto age em nome próprio, na representação o representante age em nome do representado”.²¹³

Assim, temos que na substituição processual o substituto é parte, age em nome próprio, mas defendendo direito alheio. Na representação, por sua vez, o representante não é parte (apenas a representa) e age em nome da própria parte.

Passaremos a verificar ambas as posições doutrinárias,²¹⁴ a fim de concluir qual a natureza jurídica da atuação do curador especial.

4.4.1. Curadoria especial como representação judicial

A curadoria especial é entendida, por ampla corrente, como representação judicial da parte. Para esses doutrinadores, a curadoria especial seria o exercício de mandato legal de defesa da parte, que não seria substituída pelo curador, mas apenas por ele representada. A questão estaria, portanto, adstrita à representação judicial (pressuposto processual), que não diz com a legitimidade de parte (condição da ação).²¹⁵

Para sustentar este entendimento, argumenta-se que, se a forma de atuação da curadoria especial está “vinculada aos ditames dos arts. 9º, I, e 1.042, II, ambos do CPC, poder-se-á dizer que o curador especial é o defensor do réu por força de mandato, de natureza legal, que lhe é outorgado, decorrente da representação processual que, pelo Estado, é deferida àqueles que se encontram nas situações mencionadas nesses incisos”.²¹⁶

Na mesma direção, Araken de Assis sustenta que “no processo em que se dá curador especial, com efeito, parte é o incapaz, o réu preso, o réu revel citado por edital ou

²¹³ SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*. 7. ed. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 1980. p. 349.

²¹⁴ Para Pontes de Miranda, entretanto, “o curador à lide não é parte nem representa, é órgão proctetivo”. Seria o princípio do prosseguimento protegido. (MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. t. 1, cit., p. 292 e 293).

²¹⁵ A eventual falta de legitimidade da parte poderá, inclusive, ser utilizada como matéria de defesa a ser arguida pelo curador especial. Não se trata de verificar a legitimidade do curatelado já que, configurada a hipótese legal, ocorrerá a atuação do curador especial. A ele caberá analisar todas as formalidades do processo, inclusive as condições da ação e os pressupostos processuais.

²¹⁶ MENDONÇA, Marcello Rabello de. Curador Especial – Conceito – Formas de Atuação – arts. 9º, I e 1.042, II, do CPC, cit., p. 270.

com hora certa. O ingresso do curador, nesses casos, restabelece a paridade de armas e o equilíbrio, rompido pelo *handicap* intrínseco da posição do incapaz e do réu preso ou revel. Essencialmente, a função do curador é defensiva, atuando em proteção e ou em defesa daqueles a quem é chamado a representar”.²¹⁷

Em trabalho específico sobre o tema, Ligia Maria Bernardi também conclui pela representação, argumentando que “a natureza jurídica do curador especial é a de ser legitimado extraordinariamente para atuar em proteção ou em defesa daqueles a quem é chamado a representar, e não como substituto processual”.²¹⁸ Além disso, sustenta-se, a favor desta posição que, topograficamente, o artigo 9º está inserido no Título II (das partes e dos procuradores), Capítulo I (da capacidade processual), o que daria a entender que, em se tratando de falta de capacidade processual, o curador especial atuaria como representante da parte.²¹⁹

Para esta corrente doutrinária, portanto, o curador especial seria representante do vulnerável processual, dotado de mandato legal para atuar em juízo representando seus interesses.

Em que pesem as explicações sobre a natureza desta atuação, nos parece que não seria possível admitir que o curador atua como representante do ausente (como no caso do réu revel citado por edital, por exemplo). Ademais, nos casos de incapacidade, o incapaz sequer poderia constituir seu representante legal. Além disso, há limitações ao exercício desta função que não condizem com a qualidade de representante, tal como o fato de não poder transacionar, por exemplo.

Outro argumento contrário a esta posição refere-se à situação do réu preso que pode, por exemplo, ingressar nos autos através de advogado devidamente constituído, o que não dispensa a atuação do curador especial conforme veremos no capítulo 7. Nesta

²¹⁷ ASSIS, Araken de. Suprimento da Incapacidade Processual e da Capacidade Postulatória (I), cit., p. 156.

²¹⁸ BERNARDI, Ligia Maria. *O Curador Especial no Código de Processo Civil*, cit., p. 4 e 5.

²¹⁹ Aliás, a ordem topográfica da regra é criticada por Hélio Tornaghi, aduzindo que a capacidade processual não é alterada por ser o litigante preso ou revel, o que diminui ou desaparece é somente a possibilidade física, material, de estar em juízo. (TORNAGHI, Hélio. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol 1, cit., p. 111). Com escólio neste autor, Costa Machado tece a mesma crítica, sugerindo que o artigo seja realocado, por exemplo, no Título “Da resposta do réu”. (MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 141). Cumpre esclarecer que a localização do dispositivo não é alterada no Projeto de Lei Complementar n. 8.046, de 2010.

hipótese, o curador especial atuaria de maneira concomitante com o representante legal da parte, sendo no mínimo estranho dizer que haveria a concessão de mandato legal ao curador.

Nos parece, outrossim, que não podem as circunstâncias processuais determinar a natureza jurídica da atuação do curador especial. Deste modo, no nosso sentir e respeitadas as posições contrárias, também não atenderia à melhor técnica a admissão de que a curadoria seja modalidade de representação legal em algumas situações, adotando-se natureza jurídica diversa para cada hipótese em que há a previsão de atuação do curador especial.²²⁰

Diante das considerações formuladas, a corrente que defende que a natureza jurídica da atuação do curador especial é representação judicial não nos parece ser a mais acertada. Por esta razão, passaremos a abordar outra possibilidade.

4.4.2. Curadoria especial como substituição processual

A corrente doutrinária majoritária sustenta que o curador especial é, na verdade, substituto processual.²²¹ Neste caso, agiria em nome próprio, representando direito alheio (legitimação extraordinária).²²² Como substituto processual, o curador especial atuaria como parte no processo.²²³

²²⁰ É o que sustenta José Manoel Frazão Mendes, argumentando que o curador especial ora desempenha seu múnus como substituto processual (nos casos previstos no artigo 9º, II, CPC, quando se tratar de réu preso ou de réu ausente, e na hipótese do art. 1042, I, CPC), ora atua como representante judicial (nos casos em que supre a falta de capacidade para estar em juízo do incapaz, nas hipóteses previstas no art. 9º, I e art. 1.042, II, CPC). (MENDES, José Manoel Frazão. *A Nova Constituição, a Contumácia e a Curadoria Especial*, cit., p. 114 e 115).

²²¹ Para Pontes de Miranda a terminologia “substituição processual” é equivocada, pois: “o nome ‘substituição processual’, usado por Giuseppe Chiovenda, para designar os casos em que o sujeito da relação jurídica processual não é o titular da relação de direito material, é impróprio. Exatamente ‘substituição’ é o que não se dá. [...] Desde que passamos à concepção da relação jurídica processual como publicística, perdeu a significação, que poderia ter, de ‘anormalidade’, a não-coincidência entre os dois sujeitos; por outro lado, a distinção entre a pretensão à tutela jurídica e a pretensão de direito material ainda mais viva põe a irrelevância da especialidade. Dizer ‘substituído’ o titular da relação de direito material é persistir, inconscientemente, e tal foi o caso de Giuseppe Chiovenda, na atmosfera da concepção privatística.”. (MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. t. 1, cit., p. 241). A despeito da crítica, tendo em vista a consagração da expressão na doutrina brasileira, a adotaremos no presente trabalho.

²²² Para a maior parcela dos doutrinadores as designações “substituição processual” e “legitimação extraordinária” são sinônimos. Há vertente, no entanto, que entende que a substituição processual seria

O substituto processual é aquele que, “autorizado por lei, pleiteia, em nome próprio, direito alheio. Substituído é o titular do direito. Definindo-se ‘partes’ como ‘aquele que, em nome próprio, pede a tutela jurisdicional’ (autor) e ‘aquele contra o qual (ou em face do qual) se formula o pedido’ (réu), tem-se que parte no processo é o substituto, não o substituído. [...] Para se adaptar o conceito à concepção da ação como direito abstrato de agir, é preciso esclarecer que o substituto processual defende alegado direito alheio, ou que defende interesse alheio, que só a sentença dirá se é ou não merecedor de tutela jurisdicional”.²²⁴

Para esta corrente, que entende que a curadoria especial seria forma de substituição processual, o curador especial exerceria a função em nome próprio, defendendo o direito do substituído (curatelado).²²⁵ Atuando em nome próprio em defesa dos interesses e direitos de vulneráveis, sua atividade se desenvolve para assegurar a

espécie do gênero “legitimidade extraordinária”, ocorrendo apenas nos casos de legitimação extraordinária autônoma (quando o legitimado extraordinário está autorizado a conduzir o processo independentemente da participação do titular do direito litigioso). A despeito disto, optamos por adotar ambas as expressões como sinônimas, até porque, nos casos de curadoria especial (ausente, preso e incapaz) a atuação do curador especial é suficiente para a regularidade do contraditório que visa assegurar. Sobre o assunto cf. DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. vol 1, cit., p. 205 e seguintes.

²²³ “A substituição processual é entidade que, de acordo com o pensamento da doutrina, consiste em demandar a parte, em nome de outrem, a tutela de um direito controvertido que alguém entende possuir. É faculdade excepcional, pois, em regra, a titularidade da ação vincula-se à posse do pretendido Direito Material subjetivo envolvido na lide. O substituto processual, do mesmo modo que o titular da pretensão, é parte, entendida, assim, esta como a pessoa que invoca a proteção jurídica do Estado e toma a posição de autor ou a que contra quem a ação é promovida, que chama-se réu”. (DELGADO, José Augusto. Aspectos Controvertidos da Substituição Processual. In *Revista de Processo*. vol. 47, jul. 1987. p. 7).

²²⁴ TESHEINER, José Maria Rosa. Ação Popular, Substituição Processual e Tutela do Direito Objetivo. In *Revista de Processo*. vol. 167, jan. 2009. p. 398 .

²²⁵ Explicando didaticamente as razões de sustentar ser o curador especial substituto processual, argumenta Wilson Marques que “como a contestação não pode ser oferecida pelo réu, não pode oferecê-la, em nome próprio o curador especial, que réu não é; também não pode oferecê-la, representado por seu curador especial, o próprio réu revel, citado por editais ou hora certa, exatamente por ser revel, ou seja, porque já perdeu o prazo de que dispunha para contestar. Aliás, seria ilogismo desconcertante considerar-se revel o demandado, que não contestou a ação, e, depois, admitir-se que outrem conteste por ele”. Conclui, desta forma, que o curador especial é substituto processual, por agir em nome próprio, defendendo direito do revel. (MARQUES, Wilson. O Papel do Curador Especial no Processo Civil. In *Revista da EMERJ*. vol. 5, 1999. p. 118). Costa Machado leva em consideração, para concluir pela substituição processual, o fato de a atuação na curadoria especial ser vinculada, ou seja, se prestar à defesa de interesses específicos do réu preso ou ausente, sendo parte e defendendo tais interesses a qualquer custo; além de ser exclusiva, isto é, a qualidade de única, privativa, sem concorrente. “A pessoa que se encontra revestida pela lei de legitimidade a título de substituição processual atua no processo como sujeito processual, ativo ou passivo, único. [...] Enquanto houver, portanto, um substituto processual, nem o substituído, nem ninguém poderá intervir para se colocar ao lado do substituto como litisconsorte ativo ou passivo”. (MACHADO, Antonio Cláudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 149 e 153). Acerca dos aspectos apontados, podemos considerar que a atuação é vinculada, no sentido de que deva defender os interesses do vulnerável processual. Sobre a exclusividade, apenas nos casos de réu preso, quando este não permanecer revel, ou nos casos em que o interdito nomeie advogado, esta poderia inoportunar. Nas demais hipóteses, a atuação da parte *per se* afasta a atuação do curador especial.

igualdade e consequente contradição no plano processual.²²⁶ Cândido Dinamarco explica que o substituto processual é o sujeito que, não sendo parte na relação de direito material, recebe da lei uma legitimação extraordinária (art. 6º, CPC). Não é o titular do direito e não possui poder de representação. Age em nome próprio, mas em defesa dos reais interessados na tutela que vem postular.²²⁷ Desta forma, o substituto processual é parte, ao contrário do representante.

Nelson Nery Jr. esclarece que é “opinião dominante que o curador especial de ausentes é substituto processual do réu revel citado com hora certa ou por edital (art. 6º, CPC). [...] Sendo substituto processual, poderá praticar qualquer ato no processo, em nome próprio, na defesa do direito alheio, desde que não importe comprometimento ou disponibilidade do direito material do réu revel substituído”.²²⁸

Corroborando com este entendimento, esclarece Hugo Nigro Mazzilli que “ainda que órgão do Ministério Público (quando a lei local lhe atribua esta função, cf. art. 9º, parágrafo único, do CPC), - é o curador especial um verdadeiro substituto processual, a quem a lei confere legitimação extraordinária para, em nome próprio, defender direito do ausente”.²²⁹

A curadoria especial seria, desta maneira, forma de substituição processual, devendo o substituto (parte no processo), defender os interesses daquele a quem substitui, embora não figure na relação jurídico-material controvertida. Há, assim, dissociação entre a qualidade de parte e a titularidade do direito material alegado, mas o substituído, embora não atue no processo, é atingido de maneira direta pela sentença e pela coisa julgada.

Conforme já explicitamos, a curadoria especial destina-se à defesa dos interesses do vulnerável processual, que não possui condições de defender seus interesses

²²⁶ LOPES, José Fernando da Silva. *O Ministério Público e o Processo Civil*, cit., p. 22.

²²⁷ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Notas para um Dicionário de Direito Processual Civil*, cit., p. 270.

²²⁸ NERY JR., Nelson. A Citação com Hora Certa e a Contestação do Curador Especial. In *Revista de Processo*. n. 55, jul./set. 1989. p. 10. Também Moacyr Amaral Santos entendia ser hipótese de substituição processual a do Ministério Público, atuando em nome próprio, na defesa dos interesses de ausentes. (SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 349). Vide, ainda, no sentido de que o “curador à lide é substituto da parte revel” (RT 468/60).

²²⁹ MAZZILLI, Hugo Nigro. Curadoria de Ausentes e Incapazes, cit., p. 51. Também entendem que o curador especial é substituto processual GRECO, Leonardo. *Teoria da Ação no Processo Civil*. São Paulo: Dialética, 2003. p. 14. e OLIVEIRA, Waldemar Mariz de. *Substituição Processual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1971. p. 150.

no processo (ou porque não teve ciência da demanda, ou porque está preso, ou porque é incapaz). O exercício desta função possui previsão legal atendendo, portanto, a requisito necessário à configuração da legitimação extraordinária.²³⁰ Além disso, claro está que o curador especial defende os interesses do curatelado, sendo que em relação a este último é que será verificado o preenchimento dos pressupostos processuais subjetivos. Também não é possível negar que a coisa julgada repercute diretamente na esfera do substituído.²³¹ Não bastasse isso, o fato de que ao substituto processual caiba apenas, ordinariamente, os poderes processuais relacionados à gestão do processo, não sendo possível a disposição do direito material, torna inequívoco que a natureza jurídica da curadoria especial é a substituição processual.²³²

Explica Costa Machado que para que possa exercer esta defesa de maneira efetiva, o curador especial substitui o vulnerável no processo. O órgão da Instituição apresenta uma defesa sua, substituindo o réu no processo, não permitindo que seu direito se perca. Intervém para apresentar a defesa, ocupando a partir de então a posição passiva da relação processual, com todas as prerrogativas e encargos que lhe são inerentes. “Se coloca em lugar de, faz em vez de, se põe ou é posto em lugar de outra pessoa”.²³³ Trata-se de proteção de direitos cujos titulares estão em condições desfavoráveis para promover esta defesa, de tal forma que o curador especial atua para protegê-los equilibrando posições, assegurando a igualdade das partes e tornando efetivo, o quanto possível, o real direito à contradição.²³⁴

²³⁰ Arruda Alvim esclarece que esse requisito pode ser denominado “princípio geral da substituição processual no que diz respeito à orientação ulterior do legislador, no direito brasileiro, qual seja a de que somente por lei é admissível que essa ocorra, com descarte da chamada substituição processual voluntária”. (ALVIM, Arruda. *Notas Atuais Sobre a Figura da Substituição Processual*. In *Revista de Processo*. vol. 106, abr. 2002. p. 18).

²³¹ “A atividade que ele exerce (substituto processual), tem necessariamente influência e eficácia com relação ao sujeito do direito pelo qual ele litiga; pois seria absurdo que a lei autorizasse a qualquer um alegar em juízo direitos alheios e, ao mesmo tempo, não reconhecesse à sua atividade plena eficácia com referência aos direitos alegados”. (CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*, cit., p. 792 e 793). Sobre o tema, ainda: “O que caracteriza a legitimidade extraordinária, não só no processo, como também nos demais campos do direito, é a possibilidade de atos do assim legitimado influírem na esfera patrimonial alheia”. (ARMELIN, Donaldo. *Legitimidade para Agir no Direito Processual Civil Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979. p. 128).

²³² “Dizer que o substituto processual é parte não implica dizer que ele possa realizar todas as atividades de parte. Pode haver atividades de parte a que a lei somente atribua importância desde que emanem daquele que é titular da relação substancial (juramento, confissão, renúncia aos atos, renúncia à ação, reconhecimento da ação). [...] Semelhantes atividades não as poderia exercer o substituto; a atividade dele é, pois, circunscrita por sua própria condição”. (CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*, cit., p. 793).

²³³ MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 150 e 151.

²³⁴ LOPES, José Fernando da Silva. *O Ministério Público e o Processo Civil*, cit., p. 21.

Grande parte da doutrina especifica que o substituto processual deve ter algum interesse direto no deslinde da demanda.²³⁵ Ora, se de fato necessário for tal requisito, a pertinência se relaciona ao interesse do Estado-legislador de proporcionar a efetivação dos princípios da igualdade e do contraditório no processo,²³⁶ tutelando a vulnerabilidade processual da parte no caso concreto.

Nesta linha de interpretação, Calmon de Passos explica, de maneira elucidatória, que “somente na substituição processual se defere a alguém o poder de, em nome próprio, postular direito alheio, isto ocorrendo não em virtude de incapacidade jurídica ou hipossuficiência econômica do titular do direito, nem por motivo de outorga negocial de poderes, mas sim em razão de haver *um interesse juridicamente protegido do substituto que, sem a outorga legal da legitimação extraordinária, poderia sofrer prejuízo jurídico*. Em nome da economia processual e da segurança dos direitos próprios, a ordem jurídica defere, como bem situado por Allorio, um modo técnico de proteção, mediante o exercício da pretensão de outrem apta a refletir, também em termos de tutela, na esfera jurídica do substituto”.²³⁷

²³⁵ “O fato, porém, de ser o substituto processual autorizado por lei a comparecer em juízo pelo direito alheio, decorre de uma relação em que aquele se encontra com o sujeito dele. Esta relação, em que ele se encontra com o titular, constitui o interesse como condição da substituição processual, apresentado, pois, como coisa bem diferente do interesse como condição da ação que se faz valer”. (CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*, cit., p. 792). O interesse também é requisito abordado por Calmon de Passos ao esclarecer que não é apenas “da literalidade da lei que decorre a legitimação extraordinária, sim, tem ela fulcro primário na conexão dos interesses, conexão esta, entretanto, que por si só também não autoriza a atribuição de legitimação extraordinária, tal o resguardo da ordem jurídica com o senhorio dos direitos, pelo que se reclama, também, a expressa determinação legal. Observa-se, do exposto, que duas condições são exigidas, de modo essencial, para que se configure a legitimação extraordinária: conexão de interesses e expressa determinação legal”. (CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Substituição Processual. Especificidade das Ações Coletivas e das Decisões de Mérito nelas Proferidas*. In *Revista de Direito do Trabalho*. vol. 123, jul. 2006. p. 284).

²³⁶ Embora, conforme explica Scarpinella não possamos omitir “a existência de autores que negam terminantemente qualquer relevância prática na pesquisa em torno de se saber qual o interesse de agir do substituto processual caso a caso. [...] De acordo com esta leitura, não há, entendem esses doutrinadores, que se perquirir, em cada caso de substituição processual (que, de modo efetivo, guarde relação com prévia autorização legal ou sistemática), qual seja o interesse jurídico que faz com que o substituto proponha a ação. Na verdade, o interesse do substituto reduz-se à possibilidade de agir, na forma traçada na lei, tendendo a se confundir, portanto, com a pesquisa em torno de se saber se, para o caso concreto, há ou não legitimidade para, agindo em nome próprio, o substituto tutelar direito alheio”. (BUENO, Cássio Scarpinella. *A Legitimidade Ativa no Mandado de Segurança Coletivo: Art. 5.º, LXX, da CF/1988*. In *Revista de Processo*. vol. 88, out. 1997. p. 185). Para esta outra corrente, portanto, a legitimação, ainda que extraordinária, decorre da simples previsão expressa no ordenamento jurídico (o que acontece nas hipóteses de curadoria especial).

²³⁷ CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Substituição Processual. Especificidade das Ações Coletivas e das Decisões de Mérito nelas Proferidas*. cit., p. 284. Destacamos.

Outro ponto de especial peculiaridade é que a legitimidade do curador especial não pode ser aferida desde o início do processo em todas as situações legais previstas. Nas hipóteses de citação ficta, apenas após a sua efetivação é possível verificar a condição de revel do réu. Nos casos de réu preso, pode ser que nem sempre esta condição seja de conhecimento desde logo do autor, e que venha a ser verificada no decorrer do processo (com a tentativa de citação, por exemplo). O conflito de interesses entre o incapaz e o representante legal e a própria condição de incapacidade (sem que exista um representante) também podem não ser conhecidas *a priori*. Portanto, na substituição processual de que estamos tratando, a legitimidade do curador especial pode vir a ser reconhecida após a formação da relação processual.²³⁸

A conclusão de que a natureza jurídica da curadoria especial é a substituição processual se adéqua à realidade e aos fins para o qual ela foi criada.²³⁹ Desta forma, o curador especial atua como substituto processual do vulnerável, defendendo seus interesses, mas em nome próprio.

²³⁸ Já identificava tal situação Costa Machado ao explicar que: “normalmente a definição da legitimidade ativa e passiva para qualquer ação ocorre no momento de sua propositura. [...] Já quanto à legitimação do Ministério Público para defender o revel, tal definição *a priori* inexistente. A titularidade passiva da ação só vem a ser possuída pelo *parquet* em função de um fato processual específico, a revelia. É lógico, portanto, que a legitimação, nessa hipótese, surge quando a relação processual já se encontra formada e integrada pela citação, vale dizer, quando o processo já existe e se mostra subjetivamente íntegro”. (MACHADO, Antonio Cláudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 152).

²³⁹ A condição de substituto processual, embora incidentalmente, já foi reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça. Neste sentido, vide: “Processo civil. Curador especial. Embargos à execução. Substituto Processual. Pena de litigância de má-fé. Fundamentação adequada Indispensável. Uso regular de recurso previsto em lei. Litigância de má-fé não caracterizada. - *O curador especial quando opõe embargos à execução na defesa de réu revel atua como substituto processual*, sujeitando-se também aos deveres e sanções impostos pelos arts. 14 a 18 do CPC. - A pena por litigância de má-fé exige a devida fundamentação. - O simples fato de haver o litigante feito uso de recurso previsto em lei não significa litigância de má-fé. Recurso Especial provido”. (STJ. REsp 622366/RJ. Rel. Min. Nancy Andrighi. j. 21/06/2005. DJ 01/07/2005). Destacamos. Ainda: “Curador especial. Réu revel citado por edital. Legitimidade para recorrer. Na qualidade de substituto processual da parte, o curador especial está legitimado a recorrer. Art. 9., n. II, do CPC. Recurso Especial conhecido e provido”. (STJ. REsp 23595/RJ. Rel. Min. Barros Monteiro. j. 09/02/1993. DJ 05/04/1993).

5. RÉU REVEL CITADO POR EDITAL OU COM HORA CERTA

A citação é o “ato pelo qual se transmite ao demandado a ciência da propositura da demanda – tornando-o parte do processo –, completa a estrutura tríplice da relação processual. A partir dela estarão presentes os três sujeitos indispensáveis à preparação válida e à emissão eficaz do provimento jurisdicional”.²⁴⁰ É o ato de cientificação do réu para que possa exercer seu direito de defesa. É através da citação que se completa a relação processual, estabilizando o processo. O ato citatório, portanto, permite que o demandado, sabendo da existência da demanda, possa exercer seu direito de defesa.

Explica Luiz Carlos de Azevedo que o direito de defesa existe na mesma intensidade que o de demandar, e é afirmado pelo conhecimento correto e regular da ação que foi proposta ao réu. “É a necessidade de atender ao princípio do contraditório, dando-se ciência às partes dos atos processuais, e possibilitando-lhes, assim, a resposta e a contrariedade”.²⁴¹

A citação deve ser realizada, preferencialmente, de maneira real, em regra pelo correio. Quando esta for inadequada ou frustrada, realizar-se-á por meio de oficial de justiça. A citação real é preferencial justamente por conferir a certeza jurídica de que o réu foi cientificado da propositura da demanda. Apenas nos casos de impossibilidade da citação real, o Código de Processo Civil prevê a realização de citação de maneira ficta, isto é, quando não há certeza, mas mera suposição, de que o réu foi cientificado.

O Código de Processo Civil prevê duas formas de citação ficta, que exigem a configuração estrita das condições legais previstas para que se aperfeiçoem. A *ratio* da citação ficta é impedir que o processo fique obstado por causa da não localização de um (ou de alguns) dos litigantes. Assim, com o escopo de assegurar o acesso à justiça, impedindo que o processo fique suspenso, foi criada uma ficção jurídica que flexibiliza o direito de participação no processo. É em razão desta ficção que, na maioria das vezes, não

²⁴⁰ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 2, cit., p. 506.

²⁴¹ AZEVEDO, Luiz Carlos de. *O Direito de Ser Citado: Perfil Histórico*, cit., p. 356.

permite que o réu tenha sequer conhecimento da demanda, que se prevê uma forma especial de tutela de seus direitos, consistente na atuação do curador especial, nos termos do disposto no art. 9º, II, segunda parte, Código de Processo Civil.²⁴² A atividade do curador especial permite a equalização do processo e a possibilidade de contraditório real.

Como esta modalidade de citação é excepcional, devem ser observados diversos requisitos para que seja validamente realizada.²⁴³ Entretanto, as partes autoras, muitas vezes no afã de ter sua demanda julgada procedente rapidamente, pulam etapas que poderiam ser cumpridas antes da citação ficta. Forçam a manifestação do oficial de justiça pela ocultação, argumentam que o processo já se arrasta há tempos, requerendo insistentemente a citação por edital/com hora certa. Entretanto, em que pese o direito à razoável duração do processo, alçado à garantia fundamental (art. 5º, LXXVIII, Constituição Federal), não podemos olvidar a prioridade de que a citação do réu ocorra pessoalmente, preservando-se outros princípios fundamentais, especialmente os do contraditório e da ampla defesa.²⁴⁴ Apenas na verdadeira impossibilidade será viável a citação pela forma ficta.

Justamente por se tratar de citação ficta, não há como assegurar que o réu revel, citado por editais ou com hora certa, tenha deixado de contestar porque não quis ou porque não teve conhecimento da ação proposta contra ele. E exatamente por não haver uma convicção real sobre a ocorrência da citação que, se não comparecer a juízo o demandado, haverá a atuação do curador especial, garantindo seu direito de defesa.

²⁴² Explica Fadel que é exatamente por não haver uma convicção real da ocorrência da citação que o juiz deve dar um curador especial se o réu não comparecer a juízo quando citado fictamente. (FADEL, Sergio Sahione. *Código de Processo Civil Comentado*. vol. 1, cit., p. 61).

²⁴³ “Seja qual for o método empregado para a realização das citações e intimações, deve-se atender, sempre, a certos requisitos de forma, sem os quais o ato resultará, inevitavelmente, invalidado; isto não implica em afirmar que a forma se sobrepõe ao conteúdo; mas é indiscutível a exigência daquela, principalmente para que se evite a ocorrência de descompassos prejudiciais aos interesses das partes em litígio”. (AZEVEDO, Luiz Carlos de. *O Direito de Ser Citado: Perfil Histórico*, cit., p. 358).

²⁴⁴ Nesse sentido: “Ora, se por um lado é essa dúvida acima mencionada que justifica tal intervenção protetiva, por outro lado não é menos certo que tudo deve ser feito para tornar essa citação ficta um meio residual, totalmente de exceção, para chamar os réus ao processo – ato este de ímpar gravidade, que gera o que em doutrina se pode chamar verdadeiramente de ‘o direito de ser citado’”. (MAZZILLI, Hugo Nigro. *Curadoria de Ausentes e Incapazes*, cit., p. 52). Ainda sobre a excepcionalidade desta modalidade de citação, explicam Milton Sanseverino e Roque Komatsu que “a citação editalícia, porque se trata de citação ficta por excelência, é forma excepcional de citar, que só se justifica em circunstâncias verdadeiramente extraordinárias. Todos os esforços devem ser envidados no sentido de realizar a citação pessoal. Somente quando esta se revelar impossível, depois de esgotados todos os meios, é que se recorrerá à citação por edital”. (KOMATSU, Roque; SANSEVERINO, Milton. *A Citação no Direito Processual Civil*, cit., p. 142).

Passemos, então, a verificar as duas modalidades de citação ficta, em que hipóteses podem ser utilizadas e como atua o curador especial na defesa dos interesses do revel fictamente citado.

5.1. Citação por edital

A citação por edital está prevista nos artigos 231, 232 e 233 do Código de Processo Civil, e se aperfeiçoa por meio da publicação de editais que possuem natureza pública. Justamente em razão de sua natureza pública, os editais tornam-se de conhecimento geral, presumindo que passem a ser, também, de conhecimento do réu. É chamada de ficta porque, neste caso, a citação não é recebida diretamente pelo demandado, razão pela qual apenas pode ocorrer em situações excepcionais e observadas as formalidades legais.²⁴⁵

A citação por edital pode ser essencial (quando não houver outra forma de citação possível), ou acidental (último recurso, apenas admitido após esgotados todos os meios para a localização do demandado).²⁴⁶ Isso significa que a citação por edital somente se aperfeiçoará validamente quando se tornar inviável a forma pessoal.

Para que possa ocorrer a citação por edital o réu deve ser desconhecido, isto é, ignorados pelo demandante sua qualificação e elementos identificadores, ou incerto, sobre o qual se tem dúvidas, aquele que não pode ser determinado. A dificuldade de identificação pode decorrer, por exemplo, da grande quantidade de pessoas na relação, da ocultação, da dificuldade para descobrir sua qualificação, dentre outros motivos. Aqui, o desconhecimento é subjetivo, ignora-se a própria pessoa do réu.²⁴⁷

Será também cabível a citação por edital quando o local em que o réu se encontrar for ignorado, incerto ou inacessível. Estas são as hipóteses mais frequentes desta modalidade de citação. Sabe-se quem é o réu, ele é conhecido e certo, mas não é possível

²⁴⁵ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Novo Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 358.

²⁴⁶ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil Comentado Artigo por Artigo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 231.

²⁴⁷ THEODORO JR., Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 31. ed., vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p. 233.

saber seu paradeiro. Lugar ignorado é o que não se conhece, incerto é o local sobre o qual não se tem certeza e inacessível aquele que não se pode alcançar, embora conhecido.²⁴⁸ Para que seja possível a citação por edital é preciso que o réu tenha sido procurado em todos os endereços que constem dos autos, bem como que seu endereço tenha sido diligenciado, não havendo outros meios para localizá-lo. Aqui, o desconhecimento é objetivo, pois se conhece o réu, mas não se sabe como encontrá-lo.²⁴⁹

Verifica-se a necessidade de esgotamento de todos os meios possíveis à sua localização, com a indicação dos endereços conhecidos e a expedição de ofícios à órgãos públicos e privados para verificar informações constantes de seus cadastros. Apenas não havendo nenhuma pista do paradeiro do demandado será possível a citação por esta modalidade.²⁵⁰

Por configurar forma de citação ficta, em que se presume a ciência da parte, a citação por edital deve seguir minuciosamente as exigências previstas para sua realização, segundo o rito da publicação e da afixação do edital disposto nos arts. 231 e seguintes do Código de Processo Civil. É maneira de impedir que a ação fique obstada, garantindo o direito de defesa, ainda nestas hipóteses.

O edital deve conter os mesmos requisitos do mandado de citação²⁵¹ e deve ser afixado na sede do juízo, sendo tal ocorrência certificada pelo escrivão nos autos. Além disso, deve ser publicado no órgão oficial, e pelo menos duas vezes em jornal local, ultimando-se todas as publicações no período de 15 dias, para que se alcance o maior

²⁴⁸ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil Comentado Artigo por Artigo*, cit., p. 231. Como causas de inacessibilidade são comumente citadas guerra, revolução, epidemia e recusa no cumprimento de carta rogatória. A lei prevê a divulgação da citação por edital em caso de inacessibilidade também por meio de rádio, com o objetivo de alcançar a maior divulgação possível da citação. Esta exigência é vista com apreensão por Komatsu e Sanseverino, que sustentam que a medida aumentará as despesas com o processo, além de ter resultados práticos altamente aleatórios. (KOMATSU, Roque; SANSEVERINO, Milton. *A Citação no Direito Processual Civil*, cit., p. 144).

²⁴⁹ THEODORO JR., Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 233.

²⁵⁰ Não se exige mais a produção de provas sobre o desconhecimento do paradeiro do réu através de depoimentos pessoais ou exibição de documentos. (MIRANDA, Francisco Cavalcante Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. t. 1, cit., p. 291).

²⁵¹ Os requisitos estão previstos no art. 225, CPC, sendo: nomes das partes e respectivos domicílios; finalidade da citação com as especificações constantes na inicial, com sucinta descrição da causa de pedir e do pedido; advertência de que, não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu como verdadeiros os fatos articulados pelo autor; cominação, se houver; dia, hora e lugar do comparecimento; cópia do despacho; prazo para a defesa e assinatura do escrivão ou do juiz.

número possível de pessoas.²⁵² Cópias das referidas publicações deverão ser juntadas aos autos para comprovação.

O juiz fixará, ainda, prazo de espera (de vinte a sessenta dias), que começa a fluir da publicação do primeiro edital, a partir do que se considera aperfeiçoada a citação. Do término deste prazo de dilação fixado pelo juízo, fluirá o prazo para que o demandado ofereça defesa.

Como a citação ficta coloca o réu em situação de vulnerabilidade, tanto que enseja a atuação do curador especial, todas as formalidades elencadas devem estar presentes para que seja considerada válida.²⁵³ Esta modalidade de citação pode ser tão gravosa ao demandado, que a sua utilização indevida pelo autor, de maneira dolosa, além da nulidade da citação realizada, acarreta a aplicação de multa, nos termos do artigo 233, CPC.

5.2. Citação com hora certa

A segunda modalidade de citação ficta é a citação com hora certa. Embora seja espécie de citação por mandado, não é feita diretamente na pessoa do réu, mas em um terceiro. A citação com hora certa é um incidente da citação por mandado, possuindo caráter de subsidiaridade.²⁵⁴

Para que seja possível a realização da citação nesta modalidade, é preciso que o oficial de justiça tenha procurado o réu por três vezes,²⁵⁵ sem o encontrar (requisito objetivo), bem como que possua fundada suspeita de que ele esteja se ocultando para não ser citado (requisito subjetivo).

²⁵² A publicação será feita apenas no órgão oficial se o autor for beneficiário da gratuidade judiciária.

²⁵³ Explica Dinamarco que na situação prevista no art. 9º, II, CPC, o réu é processualmente ausente, o que não se confunde com o instituto da ausência disciplinado no Código Civil. (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Notas para um Dicionário de Direito Processual Civil*, cit., p. 77). O mesmo autor explica que, para os efeitos que nos interessam, ausente é o revel que foi citado por edital ou com hora certa. (Idem. *Fundamentos do Processo Civil Moderno*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986. p. 329).

²⁵⁴ KOMATSU, Roque; SANSEVERINO, Milton. *A Citação no Direito Processual Civil*, cit., p. 137.

²⁵⁵ O Código restaurou o sistema do antigo Regulamento n. 737/1850, que dispunha substancialmente de forma idêntica. O CPC de 1939 falava apenas em procurar no mesmo dia, em horas diferentes, sem especificar a quantidade de vezes. (KOMATSU, Roque; SANSEVERINO, Milton. *A Citação no Direito Processual Civil*, cit., p. 138).

Para que a citação com hora certa seja regular é necessário que o oficial de justiça informe na certidão todas as ocasiões em que procurou o réu, bem como as razões que o levam a desconfiar da ocultação. A suspeita de ocultação deve ser fundamentada, não podendo se confundir com a ausência do local por motivos justificados. Neste sentido, adverte Hugo Nigro Mazzilli que “não encontrar não se confunde com suspeitar fundamentadamente de ocultação. É comum que o meirinho apenas tenha recebido informações de que o réu não se encontrava em sua residência - o que não induz, por si próprio, à ideia de ocultação”.²⁵⁶

Constatada a ocultação, o oficial de justiça intimará pessoa da família, vizinho, porteiro ou terceiro de que voltará em dia e hora determinados a fim de realizar a citação designada. Se na data marcada o réu não estiver presente para que se aperfeiçoe o ato, o oficial deverá se informar das razões da ausência, dando por realizada a citação caso permaneça a suspeita de ocultação.

A contrafé será entregue ao terceiro intimado, do que será lavrado certidão, sendo ainda necessário o envio de carta dando ciência ao réu do ocorrido.²⁵⁷ Transcorrido o prazo de resposta, que se conta da data da juntada do mandado aos autos, o réu será considerado revel, e haverá a atuação do curador especial.

Este tipo de citação, embora realizado por oficial de justiça, também não permite a certeza de que o demandado tenha sido devidamente cientificado da propositura da ação, razão pela qual, caso permaneça revel, ocorre a atuação do curador especial.

²⁵⁶ MAZZILLI, Hugo Nigro. Curadoria de Ausentes e Incapazes, cit., p. 53. Sobre o tema, o Item 8, Capítulo VI das Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, estabelece que nas citações com hora certa, o oficial de justiça descreverá minuciosamente os fatos e circunstâncias que despertaram a suspeita de ocultação, realizando a citação, preferencialmente, em pessoa da família.

²⁵⁷ Para que a citação com hora certa se aperfeiçoe, deve haver o preenchimento dos seguintes requisitos: “a) o citando deve ser procurado em sua residência (citação *ad domum*), não podendo, em regra, ser procurado em seu local de trabalho; b) deve ser procurado por três vezes, em dias e horários diferentes, de tal sorte que seja possível encontrar-se o réu em um deles; c) deve o oficial de justiça suspeitar de que o réu se oculta para evitar a citação; d) deve o oficial de justiça certificar, pormenorizadamente, em que consistiu referida suspeita, de modo a permitir o controle de seu ato pelo juiz; e) para ser aperfeiçoada a citação com hora certa deve o escrivão remeter a carta de hora certa”. (NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria. *Código de Processo Civil Comentado*, cit., p. 480).

Nota-se, portanto, o rigor que deve ser observado pelas partes e pelo juízo para a efetivação da citação com hora certa ou por edital, que devem ser excepcionais, ocorrendo apenas nas hipóteses legais e observadas as formalidades descritas.

5.3. Apontamentos sobre a revelia

5.3.1. Conceito e teorias sobre a natureza jurídica da revelia

O Código de Processo Civil estabelece que, para que haja a atuação de curador especial, a citação deve ser realizada por edital ou com hora certa. Além desta circunstância (citação ficta), o réu deve permanecer revel.

Significa dizer, que para que o curador especial atue, é necessário, além de ser citado fictamente, que o réu permaneça inerte durante o prazo para sua manifestação – isto é, que seja declarado revel.

Várias teorias foram criadas acerca da natureza jurídica da revelia.²⁵⁸ “Teorias mais antigas, inspiradas em concepções privatistas do processo, por conceberem a revelia como insubordinação, tendem a atribuir severos efeitos punitivos ao revel; ao passo que teorias mais modernas, fundadas em premissas publicísticas, veem a revelia como simples e lícita inatividade do réu, razão pela qual amenizam suas consequências nocivas ao ausente e criam mecanismos para evitar que ele seja injustamente desfavorecido”.²⁵⁹

A presença das partes já foi tida como essencial para que o processo pudesse se desenvolver, razão pela qual a ausência do réu era tida como ato ilícito. O uso da força, neste contexto, era legítimo, pois apenas com o comparecimento dos litigantes havia a instauração da instância.

²⁵⁸ Sobre o assunto, cf. TUCCI, Rogério Lauria. *Da Contumácia no Processo Civil Brasileiro*, cit., capítulo XI; CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 3, cit., p. 461 et seq.; BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e Seus Efeitos*, cit., capítulo 3; SOUZA, Artur César de. *Contraditório e Revelia – Perspectiva Crítica dos Efeitos da Revelia em Face da Natureza Dialética do Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. item 6.4; MEDEIROS, Maria Lúcia L. C. *A Revelia sob o Aspecto da Instrumentalidade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. item 2.3.

²⁵⁹ BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e Seus Efeitos*, cit., p. 58.

Após esta teoria, denominada doutrina penal da contumácia (em razão de ser o contumaz punido pelo simples fato da ausência), surgiu a chamada teoria da renúncia, que entendia o não comparecimento do réu como uma situação lícita, mas considerava que, ao não comparecer em juízo, ele estaria renunciando ao direito material discutido no processo, ou ao direito processual de defesa (segunda fase da mesma teoria). Ela foi criticada porque a renúncia impediria o arrependimento e, considerada a possibilidade de o réu intervir no processo a qualquer tempo (embora recebendo-o na fase em que estiver), não seria possível aceitá-la.²⁶⁰

Após, surgiu a teoria da autodeterminação, que sustenta que todos são livres para se autodeterminar no processo, razão pela qual o não comparecimento seria o não exercício de uma faculdade de agir. A parte poderia, nesta perspectiva, tanto cooperar com o desenvolvimento do juízo, como utilizar a faculdade de abster-se.²⁶¹ Como consequência, esta teoria traria na preclusão a impossibilidade de praticar o ato omitido. Entretanto, a revelia trata de uma situação objetiva, ou seja, a simples inatividade no processo, não levando em consideração a vontade ou não do réu.

Por fim, a teoria mais recente, concebida por Chiovenda, compreende a revelia como inatividade. Esta teoria considera apenas o elemento objetivo do não comparecimento, prescindindo da verificação do elemento subjetivo voluntariedade.

Chiovenda esclarece que o que constituiria a revelia é a “falta de comparecimento de uma parte no processo”.²⁶² Os autores pátrios que estudaram o tema chegaram a conclusões semelhantes. Para Calmon de Passos, “a contumácia é uma forma de inatividade que se traduz na ausência da parte, no seu não comparecimento. Contumaz era o que descumpria o dever ou desatendia a necessidade do seu comparecimento. Não mais se compreendendo o comparecimento como dever dos litigantes, sobreviveu o termo expressando o fenômeno novo, que apenas conserva do antigo o traduzir também o fato do não comparecimento da parte em juízo. [...] Aqui a história do instituto nos mostra, com doutrina abundante, que a contumácia é apenas o fenômeno da omissão no comparecer”.²⁶³

²⁶⁰ CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Da Revelia do Demandado*. Salvador: Livraria Progresso, 1960. p. 42.

²⁶¹ TUCCI, Rogério Lauria. *Da Contumácia no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 111.

²⁶² CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*, cit., p. 1.107.

²⁶³ CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Da Revelia do Demandado*, cit., p. 13.

Também sobre a teoria da inatividade, explica Tucci que “é hoje geralmente aceita, e por ela reconhece-se que, longe de algo ilícito ou punível, é a contumácia a expressão da livre disponibilidade dos próprios direitos e interesses; e, num outro aspecto, ainda incidindo no desenvolvimento do processo, nada obsta à consecução de seu escopo, que é até simplificado, dada a falta de contraditório. [...] A legislação nacional, não contemplando o dever de comparecimento, deixa de perquirir, em qualquer hipótese, sobre a voluntariedade do ato”.²⁶⁴

Neste mesmo sentido, Chiovenda explica que é possível deduzir um princípio de muita relevância para a exata inteligência do instituto da revelia, pois “a lei não considera, efetivamente, na revelia, o elemento subjetivo da voluntariedade, senão só o elemento objetivo do não comparecimento”.²⁶⁵

Portanto, “contumácia, ou revelia,²⁶⁶ é o não comparecimento em juízo da parte, omitindo-se totalmente na efetivação de suas pretensões”.²⁶⁷ Umberto Bara Bresolin conclui, com acerto, que “a revelia do réu, no processo civil de conhecimento, é a situação de inatividade total do demandado que, regularmente citado, desatende por completo o ônus de responder e não comparece ao processo”.²⁶⁸

5.3.2. A revelia nos casos de citação ficta

A revelia pode ser conceituada como a inércia do réu, a ausência de atendimento ao ônus de responder.²⁶⁹ A falta de resposta no prazo legal induz à revelia e,

²⁶⁴ TUCCI, Rogério Lauria. *Da Contumácia no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 113e 114.

²⁶⁵ CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*, cit., p. 1.112.

²⁶⁶ Sobre a diferenciação entre contumácia e revelia, cumpre esclarecer que a doutrina majoritária compreende que a contumácia é gênero, do qual a revelia é espécie. A contumácia compreenderia, sob este ângulo, qualquer inatividade no processo, enquanto a revelia seria restrita à não apresentação da resposta pelo réu. Outra corrente considera revelia e contumácia termos sinônimos, principalmente diante da análise de aspectos históricos e de direito estrangeiro. Explica Calmon de Passos que “a preferência por uma ou outra expressão depende da tradição legislativa e doutrinária. Inutilmente se procurará no Código de Processo Civil italiano o instituto da revelia, nele só se conhece a contumácia. Por outro lado, inutilmente se procurará em nosso Código, como no revogado, e por igual no argentino ou no espanhol, o instituto da contumácia; eles só conhecem o da revelia. Também as Ordenações e os Códigos Estaduais mencionavam apenas a revelia”. (CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 3, cit., p. 461).

²⁶⁷ TUCCI, Rogério Lauria. *Da Contumácia no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 123.

²⁶⁸ BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e Seus Efeitos*, cit., p. 85.

²⁶⁹ “Revelia é um fato, enquanto que efeito da revelia é um efeito jurídico que esse fato omissivo pode gerar no processo. [...] Imponha-se ou não o efeito da revelia previsto no art. 319 do Código de Processo Civil,

nos casos de citação ficta, à necessidade de atuação de curador especial para a garantia do contraditório efetivo.²⁷⁰

Sendo a revelia configurada pela mera inatividade da parte e, principalmente, não levando o legislador em consideração o elemento subjetivo (voluntariedade), não há como negar que, mesmo nos casos de citação ficta, seja possível falar em revelia.

Tratando justamente da ocorrência da revelia nos casos de citação ficta, argumenta Bresolin que esta “modalidade de citação não obsta a caracterização da revelia. Tanto é revel o réu que, citado por oficial de justiça, deixa de responder, quanto o é aquele citado por edital que igualmente permanece inerte e não comparece no processo. Diferença há quanto aos efeitos da revelia: como se verá adiante, se a citação for ficta (por edital ou com hora certa), o réu será representado por curador especial (art. 9º, II, CPC)”.²⁷¹

Desta forma, a inércia do réu nos casos de citação por edital ou com hora certa também configura a revelia, justamente porque a sua ocorrência depende apenas do não comparecimento do interessado, independentemente dos motivos ou da voluntariedade. É justamente a verificação da revelia, nos casos de citação ficta, que enseja a atuação do curador especial.

aquele que não responde à demanda inicial é um revel, e como tal suportará outra das consequências de sua omissão, que será a dispensa de sua intimação ao longo de todo o procedimento (art. 322).” (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Notas para um Dicionário de Direito Processual Civil*, cit., p. 137).

²⁷⁰ Ligia Maria Bernardi entende que a redação do art. 9, II, CPC, está equivocada ao mencionar a expressão “revelia”, pois naqueles casos, ela não existiria: “Segundo o instituto da revelia, réu revel é aquele que, citado pessoalmente não comparece em juízo, ou, se comparece, não apresenta defesa, isto é, não exerce seu direito de defesa, permanecendo voluntariamente inativo. O réu citado fictamente não comparece pessoalmente em juízo por inação involuntária, porque não teve conhecimento da citação, atuando em seu favor o curador especial. Assim, não há como assemelhar-se as duas situações. Uma, a do réu citado pessoalmente e que não apresenta defesa. A outra, do réu citado com hora certa ou por edital que tem sua defesa exercitada processualmente através do curador especial que é legitimado extraordinariamente para representá-lo processualmente”. (BERNARDI, Ligia Maria. *O Curador Especial no Código de Processo Civil*, cit. p. 20). No mesmo sentido, de que revelia não existiria: “por outro lado, o art. 9º, n. II, manda dar curador especial ao revel citado por edital ou com hora certa e ao réu preso, o que leva à conclusão de que esse curador terá a função de contestar a ação em nome do réu, o que exclui a figura da própria revelia”. (THEODORO JR., Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 351). Não nos parece, salvo melhor juízo, ser esta a posição mais adequada, vez que há revelia: o que não incidem são seus efeitos.

²⁷¹ BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e Seus Efeitos*, cit., p. 85, rodapé 64.

5.3.3. Efeitos da revelia - Sistemas

A revelia pode acarretar diferentes efeitos, conforme o sistema adotado pela legislação vigente. São identificados pela doutrina três grandes sistemas que podem reger os efeitos da revelia: *secundum praesentem*, *ficta litiscontestatio* e *ficta confessio*.²⁷²

No sistema *secundum praesentem* a omissão da parte implica no acolhimento da pretensão do comparecente, ou seja, a ausência leva à perda da demanda automaticamente, adjudicando-se a lide em favor do presente. Este sistema atualmente está reconhecidamente em desuso.

O sistema da *ficta litiscontestatio* é aquele que não dispensa que o autor faça prova de suas alegações, mesmo no caso de revelia. Isso significa que os fatos sempre serão tidos por impugnados, o que exige que o demandante prove suas alegações, sob pena de improcedência (há uma ficção de controvérsia sobre os fatos). Tal sistema é adotado por países como Itália, França e Espanha.

O terceiro sistema é o da *ficta confessio* que, diversamente do anterior, admite como verdadeiros os fatos não contestados. Desta forma, no caso de ausência, reputam-se verdadeiros os fatos alegados, ficando o autor dispensado de prová-los. Este sistema é adotado por países como Alemanha, Áustria, Portugal, bem como pela nossa legislação atual.

Assim, se no Código de Processo Civil de 1939 havia dúvida acerca do sistema adotado, tendo em vista a redação conferida ao artigo 209,²⁷³ com o advento do Código de 1973, houve a inequívoca filiação de nossa legislação ao sistema da *ficta confessio*.²⁷⁴

²⁷² Sobre o assunto vide: TUCCI, Rogério Lauria. *Da Contumácia no Processo Civil Brasileiro*, cit., parte segunda; CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 3, cit., p. 461 et seq.; BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e Seus Efeitos*, cit., capítulo 2; SOUZA, Artur César de. *Contraditório e Revelia – Perspectiva Crítica dos Efeitos da Revelia em Face da Natureza Dialética do Processo*, cit., item 6.4.

²⁷³ Vide item 3.1.2.

²⁷⁴ Calmon de Passos tece severas críticas a esta alteração de opção legislativa, pois ao adotar o sistema da *ficta confessio* o legislador deixou de considerar que no Brasil há “lugares onde as partes, sem que isso

A adoção deste sistema para os efeitos da revelia é vista como uma “tendência mundial de se tratar o revel de modo mais severo, visando basicamente a celeridade e a simplificação dos procedimentos. Sem dúvida, na adoção da *ficta confessio* há uma opção política pelos princípios da eficácia e rapidez, que de certa forma opõe-se ao princípio do contraditório e de justiça da decisão. Esta tendência pode ser observada pelos ordenamentos que anteriormente adotavam o princípio da *ficta litiscontestatio* e passaram, com as alterações em seus ordenamentos, a adotar o princípio da *ficta confessio* para reger os efeitos da revelia (como o Uruguai e o México)”.²⁷⁵

Desta forma, o Código de Processo Civil atual tornou mais severos os efeitos da revelia, adotando o sistema da *ficta confessio*.²⁷⁶ Passaremos a tratar dos efeitos da revelia, considerando o sistema adotado pela nossa legislação, bem como sua incidência nos casos de citação ficta.

5.3.4. Efeitos da revelia no Código de Processo Civil

Os artigos 319 e seguintes do Código de Processo Civil tratam dos efeitos da revelia, isto é, das consequências jurídicas que podem advir da inércia do réu

constitua raridade, nem mesmo sabem o real significado de uma citação e, recebendo-a das mãos do oficial (quando a recebem), procuram na cidade o coronel ou o cumpadre letrado, para que o orientem a respeito”. Conclui que “os cultos, os bem providos, ou bem nascidos e bem situados financeira e geograficamente, esses dificilmente serão revéis. Mas os outros, os que se situam fora da cerca, ou dentro do cercado, esses dificilmente não serão revéis de fato ou de direito. E eles foram esquecidos”. (CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 3, cit., p. 340).

²⁷⁵ BENUCCI, Renato Luís. Os Efeitos da Revelia na América Latina e nos Países da *Common Law*. In *Revista de Processo*. vol. 106, abr./jun. 2002. p. 176. No mesmo sentido, explica Dinamarco que “as disposições contidas nos arts. 302 e 319 do Código de Processo Civil têm o notório objetivo de aceleração processual mediante a facilitação da prova, ao favorecerem a dispensa da prova e dos fatos alegados, reduzindo com isso a cognição a cargo do juiz e podendo desaguar na possibilidade do julgamento antecipado do mérito”. (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. 5. ed. vol. 3. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 569).

²⁷⁶ “Nosso Código de Processo Civil mudou o tratamento dado tradicionalmente à revelia pelo direito luso-brasileiro. No regime anterior, a omissão do réu em contestar a ação não lhe acarretava as severas consequências agora impostas pelos arts. 319 e 324 do atual estatuto processual”. (BAPTISTA DA SILVA, Ovídio A.; GOMES, Fábio Luiz. *Teoria Geral do Processo Civil*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 262).

regularmente citado. Deste modo, a revelia não deve ser confundida com os efeitos que produz.²⁷⁷

O primeiro e mais gravoso dos efeitos da revelia está em reputarem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor (que, em razão da inércia, não foram contestados pelo réu).²⁷⁸ Esta é a principal consequência da adoção, pela nossa legislação, do sistema da *ficta confessio*.²⁷⁹ Os fatos não impugnados ficam afastados do objeto da prova e, por não terem sido controvertidos, são admitidos como verdadeiros. Este efeito é denominado efeito material da revelia.²⁸⁰

Tal efeito é agravado pelo previsto no art. 302, CPC, que estabelece que o réu deve manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial. Isso significa que não basta que o réu responda, ele deve impugnar especificamente cada um dos fatos mencionados pelo autor, sob pena de presumirem-se verdadeiros. Assim, ao réu não apenas é atribuído o ônus de defender-se, mas também o de fazê-lo de forma específica.

A despeito da revelia, o autor não poderá alterar o pedido ou a causa de pedir. Caso deseje alguma alteração, deverá proceder a nova citação do réu, devolvendo-lhe o prazo para defesa.

²⁷⁷ “Efeito da revelia não é o mesmo que revelia. Esta é a própria inatividade. Aquele, uma consequência jurídica da inatividade”. (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 3, cit., p. 560).

²⁷⁸ BRASIL. Código de Processo Civil. Art. 319. “Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor”.

²⁷⁹ A despeito da adoção deste sistema, a doutrina nacional critica o rigoroso regime dos efeitos da revelia no Código de Processo Civil pátrio, por ter desprezado mecanismos de proteção adotados em sistemas semelhantes. Explica Milton Paulo de Carvalho que “o nosso Código aproximou-se do sistema germânico quanto à presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor, mas não acolheu a diversificação de soluções que aquele sistema apresenta, não prevendo, por exemplo, nem o julgamento conforme o estado da causa (não confundir com o nosso julgamento conforme o estado do processo), em que a parte presente, apesar da revelia da outra, se submete à prova do alegado, nem a obtenção de sentença contumacial, que aplica a presunção de veracidade dos fatos mas fica sujeita ao recurso de oposição (*Einspruch*)”. (CARVALHO, Milton Paulo. Efeitos da Revelia (Exame Comparativo do Assunto nas Legislações Processuais Cíveis Alemã, Italiana, Portuguesa e Brasileira). In *Revista de Processo*. vol. 69, jan. 1993. p. 21).

²⁸⁰ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil Comentado Artigo por Artigo*, cit., p. 327; MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *Código de Processo Civil Interpretado e Anotado: Artigo por Artigo, Parágrafo por Parágrafo*, cit., p. 701.

Outro efeito da revelia, decorrente do primeiro, é a possibilidade de o juiz proferir o julgamento antecipado da lide, diante da incontrovérsia dos fatos.²⁸¹ A presunção de veracidade²⁸² leva à desnecessidade de produção de provas, razão pela qual se permite o julgamento antecipado da lide. “O Código, aqui, foi coerente com as suas premissas, efetivamente, se considerarmos que, revel o réu, a matéria de fato está definitivamente estabelecida, porque aceita a veracidade dos fatos narrados pelo autor na inicial, é claro que a consequência lógica é a desnecessidade da realização de audiência”.²⁸³

Cumprе ressaltar, entretanto, que a presunção de veracidade, além de relativa, refere-se apenas às alegações de fato, e não ao direito invocado.²⁸⁴ Isso significa que a consequência jurídica desejada pode não decorrer dos fatos narrados. Além disso, caberá ao juiz examinar a verossimilhança e probabilidade das alegações do demandante.²⁸⁵ Desta forma, a revelia não implica necessariamente a vitória do autor, principalmente se as consequências jurídicas pleiteadas não decorrerem dos fatos afirmados ou se as alegações não forem verossímeis.²⁸⁶ O juiz dará às alegações “o valor

²⁸¹ BRASIL. Código de Processo Civil. Art. 330. “O juiz conhecerá imediatamente do pedido, proferindo sentença: II - quando ocorrer a revelia”.

²⁸² Sobre a natureza jurídica de tal efeito da revelia, cumpre ressaltar que há divergência doutrinária, não sendo pacífico tratar-se de presunção. Já foi considerado, por exemplo, que se tratasse de confissão ficta, de modo que o réu admitiria a veracidade dos fatos por ele não contestá-los (nesse sentido: MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. t. 4. Rio de Janeiro: Forense, 1974. p. 182; DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 521). Parte minoritária da doutrina entende tratar-se de inversão do ônus da prova (nesse sentido: BRESOLIN, Humberto Bara. *Revelia e Seus Efeitos*, cit., p. 129). A maior parte dos autores, entretanto, reconhece tratar-se de presunção relativa, em razão da instrumentalidade do processo, levando em consideração a possibilidade de prova contrária do réu e a livre convicção do magistrado (nesse sentido: SOUZA, Artur César de. *Contraditório e Revelia – Perspectiva Crítica dos Efeitos da Revelia em Face da Natureza Dialética do Processo*, cit., p. 196; THEODORO JR., Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 350; GRECO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil Brasileiro*. 22. ed. vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 154; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 3, cit., p. 561).

²⁸³ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. A Resposta do Réu no Sistema do Código de Processo Civil. In *Revista de Processo*. vol. 2, abr./jun. 1979. p. 261.

²⁸⁴ Neste sentido: STJ. REsp 6431-RS. Rel. Min. Dias Trindade. j. 15/04/1991. Também sobre o assunto: “Revelia – Efeitos – Matéria de direito – Não incidência. A ocorrência de revelia processual por si só, não induz ao entendimento de que o pedido deduzido na inicial deve ser incondicionalmente agasalhado. A revelia produz efeito de confissão no tocante tão somente à matéria de fato, e não à matéria de direito, que deverá sempre ser levada em consideração no julgamento da causa”. (2º TACivilSP. Apelação 595.400-00-0. Rel. Des. Américo Angélico. j. 20/02/2001).

²⁸⁵ O artigo 20 da Lei n. 9.099/95, dispõe, claramente, que a presunção de veracidade pode ser afastada, ao estabelecer que “Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz”. Destacamos. A redação, mais moderna, coaduna com o entendimento de que se trata de presunção relativa que, portanto, pode ser afastada.

²⁸⁶ Sobre o assunto, Costa Machado ensina que “o juiz poderá não levá-la em conta (presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor) caso tenha dúvidas decorrentes de documentos ou outras provas dos autos ou, simplesmente, decorrentes da falta de verossimilhança dos fatos alegados. Presentes tais dúvidas no espírito do juiz, pode este, a despeito da revelia e do disposto neste artigo, sanear o processo e designar audiência

que sua inteligência aconselhar, feito o confronto com o conjunto dos elementos de convicção eventualmente existentes nos autos e levando em conta a racional probabilidade de que os fatos hajam ocorrido como disse o autor”.²⁸⁷

Sobre este assunto, Nelson Nery e Rosa Nery explicam que “mesmo não podendo o réu fazer prova de fato sobre o qual pesa a presunção de veracidade, como esta é relativa, pelo conjunto probatório pode resultar a comprovação da prova em contrário àquele fato, derrubando a presunção que favorecia o autor”.²⁸⁸ Outrossim, intervindo o revel, ainda que tardiamente, poderá exercer a faculdade de produzir provas, desde que tenha comparecido em tempo oportuno para tanto.²⁸⁹

A despeito da celeridade que os efeitos da revelia podem conferir ao processo, importante ressaltar que o objetivo de oferecer a correta prestação da tutela jurisdicional deve ser sopesado, de modo que sejam resguardadas garantias mínimas à pacificação social com justiça. Esta é a principal razão para que os efeitos da revelia possam ser mitigados no caso concreto.²⁹⁰

para que o autor faça prova oral dos fatos aduzidos. Pode, ainda, determinar a produção de outras provas de ofício”. (MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *Código de Processo Civil Interpretado e Anotado: Artigo por Artigo, Parágrafo por Parágrafo*, cit., p. 701).

²⁸⁷ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 3, cit., p. 561.

²⁸⁸ NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado*, cit., p. 594. Ainda sobre a possibilidade de não haver julgamento antecipado da lide nos casos de revelia: “mesmo não tendo sido oferecida contestação pelo réu, pode existir dúvida no espírito do julgador sobre os fatos afirmados pelo autor e, nesse caso, com base nos arts. 130 e 131 do CPC, está o juiz autorizado a determinar de ofício a realização de prova de fato que seja importante para o deslinde da causa. [...] Enfim, o julgamento antecipado da lide acontecerá (apenas) quando o juiz entender presentes os elementos necessários para a formação de seu convencimento”. (MEDEIROS, Maria Lúcia L. C. A Revelia e a Antecipação de Tutela. In *Revista de Processo*. vol. 113, jan./fev. 2004. p. 97).

²⁸⁹ Supremo Tribunal Federal. Súmula 231. “O réu revel, em processo cível, pode produzir provas desde que compareça em tempo oportuno”.

²⁹⁰ A presunção de veracidade não é absoluta pois “não se pode admitir que, diante do não-comparecimento do réu ao processo, deva o juiz simplesmente fechar os olhos à realidade, fazer ouvidos moucos ao seu próprio convencimento e aceitar como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, apenas porque não impugnados pelo réu, como poderia resultar de uma interpretação puramente técnica do disposto no artigo 319 do Código de Processo Civil. Tal efeito da revelia não pode distorcer o sentido de justiça e da instrumentalidade do processo, nem produzir as enormes iniquidades que adviriam da aplicação do direito a fatos que não ocorreram, afastando o processo de seu escopo de pacificação com justiça, em prejuízo de toda a sociedade. Pelo contrário, principalmente porque ausente o réu, entendemos que o juiz, se não estiver convencido da veracidade dos fatos alegados pelo autor, deve assumir postura ativa na instrução probatória, como único caminho possível para descobrir como os fatos se passaram na realidade e, aplicando sobre tal base a vontade concreta do direito, permitir que o processo possa outorgar tutela a quem tem razão à luz do direito material, quer seja o autor, quer seja o réu revel”. (BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e Seus Efeitos*, cit., p. 107).

Outro importante efeito da revelia consiste em correrem os prazos contra o revel, independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório,²⁹¹ o que não afasta a possibilidade de que possa intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que estiver.²⁹² Este efeito da revelia é o mais tradicional em nosso ordenamento, constando das Ordenações Filipinas e das legislações que a sucederam.²⁹³ Supõe o legislador que, “como o réu citado e portanto ciente da propositura da demanda, não teve interesse sequer em responder e comparecer ao processo, descumprindo o principal dos ônus que lhe cabe, enquanto permanecer ausente – e, por isso, desinteressado da sorte do processo – seria inútil comunicá-lo dos demais atos e termos do procedimento”.²⁹⁴ Este efeito é denominado efeito processual da revelia.²⁹⁵

A não intimação do revel, entretanto, não afasta, conforme já dito, a possibilidade de ingresso na relação processual posteriormente, momento a partir do qual deverá ser intimado. Este efeito da revelia, portanto, “é restrito à dispensa de intimação do revel e não à proibição dele participar do processo, desde que o faça na oportunidade processual sem intimação. Apenas se dispensa a intimação do réu, mas não lhe retira o princípio do contraditório, podendo comparecer aos autos e praticar o ato que lhe convier”.²⁹⁶ Assim, embora não haja a intimação do revel, ele tem o direito de praticar os

²⁹¹ Marinoni e Mitidiero entendem que o revel deve ser obrigatoriamente intimado da sentença, em razão do direito fundamental ao contraditório. (MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil Comentado Artigo por Artigo*, cit., p. 327). Também neste sentido CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 3, cit., p. 384. Tratando deste assunto, Débora Fioratto defende a intimação pessoal da sentença de mérito ao revel, sob pena de supressão do devido processo constitucional, e explica que é tendência universal, mesmo nos sistemas mais díspares, tratar uniformemente o revel quanto à ciência da sentença contra ele proferida. Leciona a autora que, “na França, a sentença proferida no julgamento *par default* deve ser intimada ao contumaz. Excede-se mesmo o legislador, exigindo que essa intimação seja feita por um oficial especialmente designado pelo tribunal, enquanto nos julgamentos comuns a ciência é dada por oficial escolhido pelos próprios demandantes. Essa mesma exigência existia no Código italiano de 1865 e se o atual aboliu não eliminou a exigência da intimação pessoal das sentenças de qualquer espécie ao contumaz. Também no direito alemão se determina a intimação da sentença contumacial, para que dela possa recorrer o demandado. Por igual no Direito austríaco, no espanhol e no argentino”. (FIORATTO, Débora Carvalho. *Estudo de Direito Processual Civil Comparado – O Instituto da Revelia nos Ordenamentos Jurídicos Brasileiro e Espanhol*. In *Revista Ciência Jurídica*. vol. 152, mar./abr. 2010. p. 256).

²⁹² BRASIL. Código de Processo Civil. Art. 322. “Contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório. Parágrafo único. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar”.

²⁹³ BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e Seus Efeitos*, cit., p. 93.

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 158.

²⁹⁵ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil Comentado Artigo por Artigo*, cit., p. 327.

²⁹⁶ SOUZA, Gelson Amaro de. Da Revelia. In *Revista de Processo*. vol. 80, out. 1995. p. 185.

atos processuais como se intimado fosse, sendo seu prazo igual ao da parte constituída nos autos.²⁹⁷

5.3.5. Não aplicabilidade dos efeitos da revelia aos casos de citação ficta

A própria legislação afasta a incidência dos efeitos da revelia anteriormente verificados nos casos de citação ficta, justamente em razão da impossibilidade de certeza de que o revel conhece a ação proposta. Assim, a despeito da configuração da revelia, não incidem seus efeitos.

É assente na doutrina que os artigos 319 e 302 do Código de Processo Civil devem ser lidos sistematicamente, para que o sistema processual seja compreendido como um todo.²⁹⁸ Assim, como por força do parágrafo único do artigo 302 do CPC,²⁹⁹ afasta-se do curador especial o ônus da impugnação especificada, resta afastada, também, a incidência do principal efeito da revelia que é o de reputarem-se verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.

Isso porque, referida norma, ao afastar o ônus da impugnação especificada da atuação do curador especial, por via de consequência afasta a presunção de veracidade dos fatos afirmados, pois estes, pela simples atuação do curador especial, ficam absolutamente controvertidos. Por isso, “nas situações preconizadas pelo art. 9º, II, CPC, muito embora caracterizada a revelia daquele que, citado por edital ou por hora certa deixou de contestar ou apresentar qualquer outra forma de defesa, não há falar em presunção de verdade dos fatos articulados na inicial, pois a norma determina a nomeação obrigatória de curador especial para defendê-lo. Ressalte-se que o curador deverá, obrigatoriamente, apresentar defesa, preferencialmente contestação, mesmo que por negativa geral”.³⁰⁰

²⁹⁷ NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado*, cit., p. 595.

²⁹⁸ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 3, cit., p. 559.

²⁹⁹ BRASIL. Código de Processo Civil. Art. 302, parágrafo único. “Essa regra, quanto ao ônus da impugnação especificada dos fatos, não se aplica ao advogado dativo, ao curador especial e ao órgão do Ministério Público”.

³⁰⁰ SOUZA, Artur César de Souza. *Contraditório e Revelia – Perspectiva Crítica dos Efeitos da Revelia em Face da Natureza Dialética do Processo*, cit., p. 210.

Decorre desta determinação legal, portanto, que ainda que revel o réu, se citado fictamente, a ele não serão aplicáveis os efeitos da revelia, tampouco o ônus da impugnação específica. Nem poderia ser diferente. O fato de a defesa ser exercida por curador especial, que desconhece os fatos narrados na exordial impede, na maioria das vezes, a impugnação determinada. A aplicação destes efeitos mitigaria, em muito, o exercício da função do curador especial.

A atividade do curador especial, nos casos de citação ficta, visa a equilibrar a relação processual, permitindo ao réu que não teve a oportunidade de se defender e que, portanto, está em situação de vulnerabilidade processual, praticar atos processuais e exercitar seus direitos, em atenção ao princípio da igualdade e do contraditório.

Desta forma, diante da dificuldade do curador especial, que apenas atua após a configuração da revelia e, normalmente, não possui elementos para impugnar os fatos afirmados na inicial, não há a incidência da presunção de veracidade estabelecida no art. 319, CPC, sob pena de tornar inútil a própria razão de ser da curadoria especial.

Esclarece Nelson Nery que a não aplicação dos efeitos da revelia é o indício e a garantia de contraditório efetivo e da paridade de armas nos casos de citação ficta, pois não é “a simples nomeação de curador especial o reflexo do avanço brasileiro, mas sim, as consequências daí advindas, estas sim espelhando a adoção do princípio da igualdade real do qual vimos falando. A principal delas é a não verificação dos efeitos da revelia, descrito no art. 319, do CPC, justamente porque não tem o curador especial o ônus da impugnação especificada (art. 302 e parágrafo único do CPC)”.³⁰¹

Portanto, a despeito da revelia, não se fala em presunção de veracidade dos fatos articulados na inicial, já que nos casos de citação por edital ou com hora certa a lei determina o contraditório real. O curador especial, desta forma, deverá obrigatoriamente contestar o feito, tornando controvertidos os fatos e o direito, ensejando o trâmite regular do processo, inclusive com dilação probatória, se necessário.

³⁰¹ NERY JR., Nelson. A Citação com Hora Certa e a Contestação do Curador Especial, cit., p. 12.

Por via oblíqua, resta também obstado o efeito da revelia que possibilita o julgamento antecipado da lide, eis que será possível a ampla produção de provas. Por fim, cumpre ressaltar que o curador especial, na qualidade de substituto processual, deve ser intimado de todos os atos do processo e pode manifestar-se na qualidade de parte, em igualdade de condições com os demais litigantes, afastando-se também o efeito previsto no artigo 322, CPC.

5.3.5.1. Não aplicação do ônus da impugnação especificada ao curador especial

Conforme já consignado, o parágrafo único do art. 302, CPC, afasta do curador especial – além do advogado dativo e do órgão do Ministério Público – o ônus da impugnação especificada dos fatos. Isto significa que a legislação não exige que haja manifestação precisa do curador sobre todos os fatos narrados na petição inicial, sob pena de presunção de veracidade.

A presunção decorrente do não cumprimento do ônus de impugnação específica é substancialmente equiparada ao efeito da revelia, que é a presunção de veracidade de todas as alegações de fato contidas na petição inicial. Embora equiparada à revelia, esta presunção possui dimensões menores, pois não se aplica a todos os fatos, mas apenas aos não impugnados especificamente.³⁰²

Esta regra, de que o réu deve manifestar-se precisamente sobre os fatos descritos na exordial, fica mitigada nos casos de atuação de curador especial, em razão da impossibilidade de se aferir se o réu teve oportunidade de defesa.

Nas hipóteses em que há citação ficta, deve haver a garantia do contraditório efetivo, ainda que o curador l não possua elementos para a apresentação da contestação. Os

³⁰² DINAMARCO, Cândido Rangel. *Notas para um Dicionário de Direito Processual Civil*, cit., p. 192. O autor ainda explica que a imposição do ônus da impugnação específica visa ao veto às clássicas contestações por negação geral, nas quais o advogado não punha em questão fato algum, mas se precavia com este tipo de contestação genérica. Atualmente, as defesas genéricas apenas são admitidas nas hipóteses do art. 302, parágrafo único. (Ibid., p. 192).

fatos apresentados na inicial são controvertidos mesmo que a defesa seja genérica, mantendo-se ao autor o ônus de provar os fatos constitutivos de seu direito (art. 333, I, CPC).

Explica Cândido Dinamarco que “ao réu patrocinado por defensor dativo não se impõe o ônus da impugnação especificada, porque o legislador tem consciência das dificuldades enfrentadas pelos órgãos da defensoria para prestar seus serviços a toda a massa de beneficiários com a desejada eficiência. [...] O réu defendido por curador especial é o revel trazido ao processo por citação ficta (art. 9º, inc. II) e, como ordinariamente o defensor nomeado não tem sequer contato com ele, é natural que pouco ou nada tenha a alegar sobre o mérito; daí a sensatez da exclusão da presunção de veracidade, nessa hipótese”.³⁰³

Desta forma, o curador especial, embora deva bem desempenhar a defesa do ausente (analisando detidamente o feito e apresentando sua defesa), quando faltarem outros elementos, poderá contestar por negativa geral, porque a ele não se aplica o ônus da impugnação específica.³⁰⁴

5.3.5.2. A utilização da prerrogativa da negativa geral pelo curador especial

Ocorrendo a revelia em razão da citação ficta do réu, não incide a presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor e nem o ônus da impugnação específica, cabendo a apresentação de defesa genérica pelo curador especial, principalmente em razão da ausência de contato pessoal com a parte.³⁰⁵ Isso não significa, entretanto, que o defensor público, atuando como curador especial, esteja limitado a manifestar-se genericamente.

³⁰³ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual*, vol. 3, cit., p. 540.

³⁰⁴ O Projeto de Lei da Câmara n. 8.046, de 2010, que trata da reforma do Código de Processo Civil, introduz expressamente o defensor público no rol daqueles a quem não se aplica o ônus da impugnação especificada, previsto atualmente no parágrafo único do artigo 302, CPC. Desta forma, tal ônus nunca seria imposto à parte representada judicialmente pela Defensoria Pública, o que se justifica em razão da hipossuficiência presumida e do grande volume de feitos em que há atuação da Instituição.

³⁰⁵ “É que, em tais circunstâncias, o relacionamento entre o representante e o representado não tem a intimidade ou profundidade que é comum entre os clientes e seus advogados normalmente contratados”. (THEODORO JR., Humberto. *Comentários ao CPC*. vol. 5. Rio de Janeiro: Forense, 1978. p. 405).

A contestação por negativa geral é *faculdade* do curador especial, justamente para permitir a defesa real, quando não houver outros elementos disponíveis. A negativa geral é - e deve ser utilizada como - tese meramente subsidiária, buscando o curador especial elementos de direito (e, eventualmente, até de fato) que possam ser apontados em defesa do citado fictamente. Não é restrita sua atuação à apresentação de defesa por negação geral, podendo e devendo ir além dela, se houver meios para tanto.

O curador especial deve verificar a presença das condições da ação e dos pressupostos processuais, além de apresentar eventuais defesas de mérito. O curador especial realiza a “defesa dos interesses do curatelado, tão somente munido das informações constantes nos autos, ou seja, com aqueles subsídios que o próprio autor já informou ao juízo (e que, por força de corolário lógico, são do seu – autor – interesse). Entretanto, na atual sistemática processual, com a prevalência desta forma de citação, ainda que com as dificuldades que lhe impõe ao cumprimento do encargo, é importante a participação do curador especial. Ao menos a análise dos aspectos técnicos e jurídicos pode e deve ser feita. A lisura no proceder do autor, a análise da documentação acostada e a postulação de providências eventualmente cabíveis (como, por exemplo, a requisição de informações e documentos) e que, por força de ausência do réu, não podem ser por ele trazidas”³⁰⁶ devem ser realizadas pelo curador especial, na qualidade de substituto processual.

A não incidência do ônus da impugnação específica, portanto, apenas configura uma possibilidade - diante da possível ausência de elementos - do curador especial oferecer defesa em termos genéricos. Como forma de equilibrar o processo, o curador dispõe do mecanismo da negativa geral a fim de superar os óbices ao exercício do contraditório. Por isso, “é fundamental compreender que a referida regra contida no art. 302 jamais simbolizou uma autorização legal para descaso do defensor público. Queremos dizer que o ato de defesa do réu revel citado fictamente não pode ser interpretado como intervenção puramente mecânica da Defensoria Pública, visando tão somente ao afastamento dos efeitos da revelia”.³⁰⁷ Deve o defensor buscar elementos em prol da defesa

³⁰⁶ SPENGLER NETO, Theobaldo. A Citação Edital nas Ações sob a Égide da Gratuidade Judiciária. In *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*. vol. 21, jan./fev. 2003. p. 122.

³⁰⁷ VARGAS, Cirilo Augusto. *Poderes Instrutórios do Curador Especial*. Disponível em [http://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=8717]. Acesso em 06/10/2010. Reiterando que a negativa geral é mera faculdade do curador especial quando lhe faltarem outros argumentos: “Ao curador especial, nesses casos

efetiva do ausente, tolhido de seu direito de participação. A curadoria especial garante a igualdade das partes, traduzindo-se na paridade de armas conferida ao vulnerável processual por imposição legal.

O exercício desta atividade permite a defesa do réu, ainda que não seja possível saber seu paradeiro ou contatá-lo. O relacionamento pessoal é fundamental para a apresentação da defesa de fato, cujos argumentos são fornecidos pelo interessado, que conhece o quanto descrito na inicial e possui elementos para contrapor o ali argumentado. Na ausência deste contato, cabe ao curador especial, principalmente, a discussão sobre o direito e, especialmente, sobre os requisitos formais do processo. Sabemos, portanto, que “a isenção do ônus da impugnação específica, nestes casos, se justifica em função da impossibilidade do relacionamento direto e necessário que se faz sentir e que deve existir entre as pessoas referidas e o réu, porque o que alegarão, quanto à matéria de fato, é transmitido pelo demandado”.³⁰⁸

Sobre o tema, valioso trazer à colação o entendimento de Ligia Bernardi, que esclarece que a “função do curador especial nada mais é do que exercitar, por delegação legal, o direito de defesa em favor daquele que não teve conhecimento pessoal da ação. O curador especial intervém e aparece no processo para exercer a defesa do réu citado fictamente, pois quem garante que, se o réu tivesse tomado conhecimento pessoalmente da ação, não utilizaria plenamente o seu direito de defesa?”.³⁰⁹

De fato, o curador especial defende interesses de outrem e não pode, simplesmente, abrir mão de tornar esta defesa efetiva, limitando-se a contestar por negativa geral. A análise minuciosa do processo deve ser realizada para que não haja disposição dos direitos da parte, sob nenhum aspecto.³¹⁰ A defesa deve ser ampla, geral e irrestrita,

extremos, onde não disponha ele de elemento algum, fático ou jurídico para defesa, a lei lhe faculta contestar, ainda que seja por negação geral, o que obsta aos efeitos da revelia (art. 302, parágrafo único)”. (MAZZILLI, Hugo Nigro. Curadoria Especial, cit., p. 289).

³⁰⁸ SANTOS, Cezar. O Ônus da Impugnação Específica do Novo CPC. In *Revista Brasileira de Direito Processual*. vol. 42, 1983. p. 18.

³⁰⁹ BERNARDI, Ligia Maria. *O Curador Especial no Código de Processo Civil*, cit., p. 85 e 86.

³¹⁰ Sobre a atuação do curador especial, “importante destacar que esse dever de promover defesa é tão sério que a própria legislação processual faculta ao curador especial, para evitar a ocorrência da revelia, quando não dispuser de elementos específicos, a contestação por negativa genérica”. (FARIAS, Cristiano Chaves de. A Atividade Processual do Curador Especial e a Defesa do Revel Citado Fictamente (Garantia do Contraditório), cit., p. 37).

garantindo a efetividade do mecanismo legalmente criado para garantir a isonomia processual.

De toda forma, ainda que a defesa seja realizada em termos vagos, resumidos ou imprecisos, ou mesmo por negação geral - por falta de elementos que permitam a impugnação especificada -, a contestação do curador especial afasta o efeito da revelia de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor.

5.3.5.3. Ausência de inversão do ônus da prova

Outro ponto que merece ser abordado é o fato, às vezes erroneamente atrelado à curadoria especial, de que a não obrigatoriedade de impugnação especificada inverte o ônus da prova. A inversão do ônus da prova não ocorre nos casos de atuação do curador especial. Na verdade, permanece com o autor o ônus de desincumbir-se de provar os fatos constitutivos de seu direito.

No ponto, Hugo Nigro Mazzilli explica que “não que a contestação do curador especial, inverte o ônus da prova, como se costuma ouvir; na verdade, ainda que feita de forma inespecificada, tem apenas o efeito de valer como se fora uma contestação especificada, de fato por fato, daqueles alegados pelo autor na inicial. A distribuição dos ônus probatórios continua a ser a mesma que haveria se, no mesmo caso, o réu tivesse comparecido e negado especificadamente os fatos narrados na inicial (art. 333, do CPC)”.³¹¹

Verifica-se, portanto, que “não há falar em inversão do ônus da prova quando há contestação genérica do curador especial, mas sim em ônus normal da prova, seguindo a regra geral do CPC sobre a matéria. É que a contestação genérica, autorizada pela lei, faz com que os fatos articulados na exordial se tornem todos controvertidos, incumbindo ao autor a prova dos fatos constitutivos de seu direito”.³¹²

³¹¹ MAZZILLI, Hugo Nigro. Curadoria de Ausentes e Incapazes, cit., p. 51.

³¹² NERY JR., Nelson. *Princípios do Processo na Constituição Federal*, cit., p. 246.

Desta maneira, a defesa apresentada pelo curador especial, ainda que em termos genéricos, tem o condão de tornar controvertidos os fatos afirmados, justamente porque não há a incidência do ônus da impugnação específica. Absolutamente controvertidas as afirmações do autor, o ônus da prova quanto aos fatos constitutivos de seu direito estará mantido.

Ligia Bernardi esclarece que “o curador especial, ao contestar por negação geral, não só detém faculdade de ordem legal, como igualmente está exercendo ou oferecendo defesa contra o mérito, tecnicamente denominada de defesa direta, permanecendo o autor com o ônus da prova dos fatos constitutivos de seu pedido e da obrigação do réu”.³¹³

Assim, o curador especial está isento de impugnar especificadamente os fatos afirmados pelo autor, mas não deve poupar esforços na defesa do ausente, buscando defendê-lo como se presente fosse. Além disso, mantém-se com o autor o ônus de demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, conservando-se a regra geral de distribuição do ônus da prova estabelecida no artigo 333 do Código de Processo Civil. Caso o autor não logre êxito em desincumbir-se do ônus legal, a demanda deverá ser julgada improcedente.

5.3.5.4. O julgamento antecipado da lide e a atuação de curador especial

O julgamento antecipado da lide é cabível nas hipóteses previstas no art. 330 do Código de Processo Civil, isto é, quando a questão for unicamente de direito ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência ou, ainda, quando ocorrer a revelia.

No caso da curadoria especial do réu citado fictamente, embora ocorra a revelia, não incidem seus efeitos. A apresentação de defesa pelo curador especial torna controvertidos todos os fatos afirmados pelo autor, razão pela qual o processo deve seguir

³¹³ BERNARDI, Ligia Maria. *O Curador Especial no Código de Processo Civil*, cit., p. 68.

seu curso normal, inclusive com a produção de provas. Isso significa que não pode o juiz, baseando-se na revelia, realizar o julgamento antecipado da lide.

Nos casos de revelia em razão de citação ficta resta afastado o efeito previsto no art. 319, CPC, e “o processo seguirá nos termos determinados pelo artigo 324 do Código de Processo Civil: o juiz mandará que o autor especifique as provas que pretende produzir em audiência. Os pontos de fato alegados pelo autor como constitutivos de seu direito, ainda que não impugnados pelo réu, excepcionalmente ingressam no objeto da prova e seguir-se-á a chamada fase instrutória do processo. Não haverá, portanto, julgamento antecipado da lide (artigo 330, inciso II, do Código de Processo Civil)”.³¹⁴

Também Nelson Nery explica que “o autor deverá fazer a prova dos fatos constitutivos do seu direito. Do contrário, de nada adiantariam as regras dos arts. 9º, II e 302, parágrafo único, do CPC. Se o juiz, nada obstante reconhecer que o curador especial pode contestar genericamente, dispensar a prova porque não houve impugnação especificada, estaria negando vigência àqueles dois dispositivos legais, e, contrariamente ao Direito, dando operatividade ao art. 319 do CPC, de aplicação interdita quando se tratar de revelia em virtude de citação ficta”.³¹⁵

A impossibilidade de julgamento antecipado da lide com base na revelia ocorre em razão de o ônus de provar a matéria fática permanecer com o autor, devendo haver a devida instrução para a formação da convicção do magistrado que, quando não conseguir formá-la, deverá julgar a demanda improcedente.³¹⁶

³¹⁴ BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e Seus Efeitos*, cit., p. 121. Também no sentido de que não cabe julgamento antecipado da lide: “Ele (o curador especial) está liberado do ônus da impugnação específica dos fatos (artigo 302, parágrafo único), pelo que não pode haver julgamento segundo o estado do processo, por força da revelia ou de ausência de contestação”. (COSTA, Coqueijo. *Revelia no CPC e na CLT*. Rio de Janeiro: Ed. Trabalhistas, 1975. p. 21).

³¹⁵ NERY JR., Nelson. A Citação com Hora Certa e a Contestação do Curador Especial, cit., p. 14.

³¹⁶ Esse entendimento também pode ser verificado na jurisprudência: “Ação de reconhecimento de união estável c.c. partilha de bens, precedida de cautelar de separação de corpos. Extinção da ação principal por falta de interesse processual. Inadmissibilidade. Eventual inexistência de bens não exclui o interesse ao reconhecimento da entidade familiar. Contestação apresentada por curador especial que torna controvertidos os fatos da inicial. Indispensável dilação probatória para comprovação da união estável para posterior partilha dos bens. Julgamento antecipado que caracterizou em cerceamento de defesa. Sentença anulada. Recurso provido”. (TJ/SP. Apelação 3855014000. Rel. Des. A Santini Teodoro. j. 02/09/2008). No mesmo sentido: “Menor. Adoção cumulada com destituição de pátrio poder. Progenitora citada por edital e representada por curadora que ofereceu contestação. Julgamento antecipado da lide. Impossibilidade. Questão que envolve filiação, portanto, questão de estado, revelando direito indisponível. Recurso de curador especial provido para anular a sentença”. (TJ/SP. Apelação Cível 103.722-0/6. Rel. Des. Fábio Quadros. j. 04/08/2003).

Em que pese não haver a possibilidade de julgamento antecipado da lide com base na revelia (inciso II), há possibilidade de que este ocorra nos casos em que a questão versada for exclusivamente de direito (inciso I) e o direito for disponível. Assim, nos “casos em que cabe a nomeação de curador especial, essa circunstância não impede o julgamento antecipado, como algumas vezes se tem apressadamente afirmado. Mesmo tendo o curador *ad litem* o dever de contestar, e ficando por isso excluída a antecipação do julgamento segundo o art. 330, II, pode concretizar-se a outra hipótese do mesmo artigo, a de seu inciso I”.³¹⁷

Corroborando com este entendimento, José Carlos Barbosa Moreira esclarece que “configurado algum dos casos acima (dentre eles a contestação oferecida pelo curador especial do revel citado por edital ou com hora certa), apesar da revelia, o juiz só poderá apreciar desde logo o pedido se concorrerem os pressupostos do art. 330, I, cabendo-lhe, do contrário, marcar audiência preliminar, se a causa versar sobre direitos que admitam transação (art. 331, *caput*, na redação da Lei n. 10.444), ou proferir decisão de saneamento escrita”.³¹⁸

Desta forma, conclui-se que o julgamento antecipado da lide, quando houver atuação do curador especial, apenas poderá ocorrer se a questão for unicamente de direito e o direito versado for disponível. Havendo questões de fato (que sempre estarão controvertidas) ou sendo indisponíveis os direitos discutidos (ainda quando as questões forem apenas de direito), não será possível o julgamento antecipado, devendo ser realizada a instrução probatória e seguido o curso normal do processo. Neste caso, permanece com o autor o ônus de provar os fatos constitutivos de seu direito (ônus da prova normal), inclusive produzindo as provas que forem necessárias para este desiderato. O julgamento antecipado fica, portanto, restrito ao disposto no artigo 330, I do Código de Processo Civil, não sendo aplicável o dispositivo que trata da revelia, justamente pela não incidência de seus efeitos.

³¹⁷ FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. *Comentários ao CPC*. vol. 8. Rio de Janeiro: Forense, 1980. p. 687.

³¹⁸ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *O Novo Processo Civil Brasileiro*. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p. 98.

5.4. Deveres do curador especial

O curador especial deve desempenhar sua atividade de maneira diligente, de forma a desincumbir-se de sua função, defendendo o revel citado por edital ou com hora certa da maneira mais efetiva possível. Não há dúvidas de que a principal atribuição do curador especial é a de apresentar a defesa do vulnerável processual, na maioria das vezes sob a forma de contestação – meio de defesa por excelência.

Conforme esclarece Nelson Nery Jr., “a missão específica do curador especial é contestar a ação, que na verdade se revela em função coativa, dado que sua atribuição decorre de múnus público, que é o de assegurar a efetiva defesa do réu revel citado fictamente, em benefício da paz social que o processo visa proteger”.³¹⁹

Verifica-se, portanto, que não basta que o curador especial apenas se manifeste nos autos, a ele cabe a defesa real – normalmente por meio de contestação -, ainda que não possua elementos específicos para fazê-lo.³²⁰ Não faria sentido o curador especial, cuja função é justamente tutelar o vulnerável processual, substituindo-o no processo e garantindo o contraditório, não apresentar sua defesa.³²¹ A “curatela especial existe para suprir a ausência de defesa por incerteza quanto à cientificação do réu, de sorte que o curador contesta ou contesta!”.³²²

Sobre a obrigatoriedade da apresentação de defesa pelo curador especial, esclarece José Roberto Oliva que “permitida ao curador é a contestação por negação geral,

³¹⁹ NERY JR., Nelson. *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*, cit., p. 246.

³²⁰ José Roberto dos Santos Bedaque, ao tratar do curador especial (de incapazes), especificamente se referindo ao membro do Ministério Público, esclarece, quanto aos seus deveres, que sempre deverá: “a) fazer o possível para que os fatos alegados pelo incapaz fiquem provados; b) procurar sempre a interpretação da norma que favoreça o incapaz; c) se não for possível a defesa do incapaz, pela falta absoluta de prova dos fatos ou pela não subsunção destes à norma abstrata, jamais assumir posição favorável aos interesses disponíveis da parte capaz. Se o incapaz não tiver direito algum, em que pese o esforço desenvolvido pelo curador no processo, tanto no aspecto fático, quanto no jurídico, ainda assim a missão entregue pelo legislador ao Ministério Público foi fielmente desempenhada”. (BEDAQUE, José Roberto dos Santos. A Curadoria de Incapazes. In *Revista Justitia*. vol. 51, out/dez. 1989. p. 23).

³²¹ Em sentido contrário, de que poderia o curador especial se omitir, tendo em vista que “não há nulidade na ausência de expressa contestação do curador à lide, nomeado ao réu, pois não se trata de atividade estreitamente demarcada, e sim atividade livre, atuando o nomeado como entender em sua consciência”. (RT 419/160).

³²² MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., 164.

não a absoluta ausência de contestação”.³²³ Ora, a contestação por negativa geral visa, justamente, permitir ao curador especial a superação dos óbices para a apresentação de defesa em todas as ocasiões, mesmo naquelas em que não haja argumentos disponíveis. Na falta de elementos específicos, a atividade mínima do curador será a de contestar genericamente. Também não pode o curador especial deixar de defender o réu, opinando, por exemplo, pela procedência do pedido. Afinal, “o curador à lide deve contestar o pedido do autor. Ainda que parcos ou insuficientes os elementos obtidos para a defesa, não há outro modo de bem desincumbir-se do *múnus* a ele conferido. Absurdo seria que se juntasse à revelia da parte a omissão do procurador oficial!”.³²⁴

Este é o principal dever do curador: oferecer a defesa do fictamente citado, com os elementos disponíveis. Caso não seja apresentada esta defesa, ainda assim não haverá a incidência dos efeitos da revelia. Como já dissemos, estes estão afastados por lei e, mesmo que o curador especial se omita, não incidirão.³²⁵

Se houver omissão, o curador especial, quando for advogado dativo, poderá ser destituído pelo magistrado. Eventual substituição do curador não implicará qualquer prejuízo ao citado fictamente, pois não há alteração na circunstância de tratar-se de vulnerável jurídico (o que ocorre é simples a transferência do encargo de defesa a outro curador especial).³²⁶

³²³ OLIVA, José Roberto Dantas. Revel Citado por Edital: Nomeação de Curador Especial é Imanente ao Princípio do Contraditório? In *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*. vol. 16, mar. 2002. p. 10.

³²⁴ TUCCI, Rogerio Lauria. *Da Contumácia no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 176.

³²⁵ Sobre o assunto, confira-se o seguinte excerto: “Processual Civil – ré citada por edital – nomeação de curador especial – contestação – falta de impugnação – revelia não configurada – interpretação extensiva da regra inserta no parágrafo único do art. 302 do CPC – Recurso Especial – Falta de prequestionamento dos arts. 5º da LICC e 85 do Código Civil I. [...] II. A revelia tem aplicação factual, pois acarreta a incontrovérsia dos fatos alegados pelo autor. Isto não representa a automática procedência do pedido, eis que a revelia somente alcança os fatos e não o direito a que se postula. A lei processual resguarda os direitos do réu citado por edital, impondo-lhe a nomeação de um curador especial. Se o réu não contesta a ação, através do curador que lhe foi nomeado, está ele imune aos efeitos da revelia. Interpretação extensiva ao parágrafo único do art. 302, CPC. III. Recurso Especial não conhecido”. (STJ. REsp 252152/MG. Rel. Min. Waldemar Zveiter. j. 20/02/2001).

³²⁶ Acerca da inércia do curador, cf.: “Inútil seria a mera intimação do Ministério Público, para que ele nada fizesse; a intimação o é para um determinado fim, o de defender o revel. [...] Em suma, o curador especial, uma vez nomeado, tem a missão específica de contestar a ação; caso não o faça, mister se faz a nomeação de um novo curador, com dispensa do anterior. Em sendo representante do Ministério Público o curador especial, a falta de contestação acarreta-lhe responsabilidade funcional”. (Julgados do TACivilSP 46/136). É comum a afirmação de que é possível a troca do curador especial em caso de negligência. Entretanto, nos casos em que a curadoria especial for exercida pela Defensoria Pública, a unidade e indivisibilidade da Instituição não permitem esta substituição, mas apenas a sanção administrativa através da Corregedoria-Geral própria, tal qual ocorria quando a função era desempenhada pelo Ministério Público.

Se o curador especial nomeado “faz-se inativo, impõe-se o seu afastamento, nomeando-se quem de fato desempenhe as atribuições do cargo. Ao faltoso serão impostas as sanções cabíveis, seja ele membro do Ministério Público, onde à instituição couber o desempenho da função, ou advogado. A lei, quando previu a nomeação de curador especial, fê-lo objetivando a efetivação do contraditório: a omissão do curador, no particular, é falta funcional que não pode merecer tratamento idêntico à falta do mandatário constituído por via de um negócio jurídico de direito privado. O curador especial tem o dever de atuar e, se omisso, deve ser removido, sofrendo as sanções cabíveis, sem que sua omissão tenha repercussões contra a parte cujos interesses deveria patrocinar”.³²⁷

Desta maneira, ao curador especial incumbe o dever de tutelar os interesses do fictamente citado, através da apresentação do meio de defesa cabível e, subsidiariamente, da defesa por negativa geral. Deve se esforçar na busca de argumentos que afastem os fatos constitutivos do direito do autor restando, caso não encontre outros elementos ou não tenha a possibilidade de controverter especificamente todas as alegações, a impugnação genérica.³²⁸

Ligia Maria Bernardi explica que o curador especial “ao responder a ação do autor, pode aduzir questão de direito e de fato, sendo que, quanto aos fatos alegados pelo autor, não incide o ônus da impugnação especificada, conforme claramente dispõe o parágrafo único do art. 302, do Código de Processo Civil, podendo contestar por negação geral”.³²⁹ Assim, ao curador especial cabe o exercício de todos os atos para a defesa do réu ausente. Neste âmbito, ele pode principalmente contestar, mas também pode apresentar embargos, manifestações, requerer a produção de provas, recorrer etc.³³⁰

³²⁷ CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 3, cit., p. 380.

³²⁸ O curador “deverá oferecer contestação, pena de nulidade do processo”. (JTACivilSP 46/139). Ainda, “Em caso de citação presumida, a falta de contestação é acontecimento impossível, pois ao curador especial incumbe, precisamente, apresentá-la”. (ARAGÃO, Egaz Moniz. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2. ed, vol. 2. Rio de Janeiro: Forense, 1976. p. 286).

³²⁹ BERNARDI, Ligia Maria. *O Curador Especial no Código de Processo Civil*, cit., p. 20.

³³⁰ Ligia Maria Bernardi vai além, ao sustentar que “o curador especial pode recorrer no processo, ajuizar ações incidentais, como a denunciação da lide, opor embargos de devedor, impetrar ação mandamental, propor ações cautelares, ou seja, praticar todos os atos necessários à defesa dos direitos e, ou interesses das pessoas às quais o legislador entendeu oportuno proporcionar especial tutela processual”. (BERNARDI, Ligia Maria. *O Curador Especial no Código de Processo Civil*, cit., p. 29). O tema é especificamente abordado nos itens seguintes do trabalho.

O curador especial tem o dever de defender, de maneira diligente, o réu revel citado por edital ou com hora certa. Deve analisar as condições da ação e os pressupostos processuais. Deve abordar as questões de direito cabíveis, principalmente se dos fatos alegados não decorrer o direito pleiteado. Deve apresentar divergências doutrinárias e jurisprudenciais sobre as afirmações formuladas. Pode contradizer os fatos, se possuir argumentos para tanto, principalmente se forem impossíveis ou inverossímeis.

Deve verificar, ademais, a possibilidade/necessidade de produção de provas orais, periciais ou documentais, pleiteando sua realização. Deve participar de eventuais audiências, podendo recorrer nas hipóteses cabíveis.

Desta forma, o processo segue seu curso normal, sendo o curador especial parte legítima para atuar como qualquer outro litigante, tendo a função institucional (e portanto o dever) de promover a melhor defesa possível do réu revel citado por edital ou com hora certa.

5.5. Limites de atuação do curador especial

Conforme aduzido, o principal dever do curador especial é apresentar a defesa do réu revel citado fictamente na forma cabível (no mais das vezes mediante contestação). A defesa torna os fatos constitutivos do direito do autor controvertidos, empreendendo o curador especial esforços para torná-la o mais efetiva possível.

Dentro deste contexto, discutem-se os demais atos que podem ser exercidos pelo curador especial, no intuito de defender o ausente.³³¹ O curador especial tem o dever

³³¹ No ponto, Cassio Scarpinella Bueno explica que, embora o art. 297, CPC, dê a entender que as “respostas” a serem ofertadas pelo réu, quando citado para responder ao pedido de prestação de tutela jurisdicional que lhe é formulado pelo autor, são a “contestação”, as “exceções” e a “reconvenção”, o dispositivo é insuficiente para albergar todos os comportamentos que o réu pode assumir. Além de oferecer “contestação, excepcionar ou reconvir, o réu poderá também ajuizar a chamada ‘ação declaratória incidental’, requerer o desmembramento do ‘litisconsórcio’, ‘nomear à autoria’, ‘denunciar a lide’, ‘chamar ao processo’, oferecer ‘impugnação ao valor da causa’ e requerer os benefícios da justiça gratuita. [...] E mais, a insuficiência do art. 297 repousa também em outro fator. Ele se refere, apenas e tão somente, ao que o Código de Processo Civil trata como ‘processo de conhecimento’, esquecendo-se, o próprio Código (e isto mesmo antes das Reformas do Código de Processo Civil), que o réu – aquele em face de quem o pedido de prestação de tutela jurisdicional é dirigido – também pode exercer ‘defesa’, no que seu Livro II chama de ‘processo de execução’, no que o Livro III chama de ‘processo cautelar’ e no que o Livro IV chama de ‘procedimentos

de atuar na defesa do réu, não podendo abrir mão de seus direitos sob nenhum aspecto, principalmente porque, embora seja substituto processual, a ele não são outorgados poderes especiais.³³²

Não pode o curador realizar nenhum ato que implique em renúncia, disposição de direitos, confissão, transação, reconhecimento jurídico do pedido, que levariam ao descumprimento de seu dever e ao cerceamento do direito de defesa do revel.³³³

Explica Cristiano Chaves de Farias que “o curador especial nomeado ao réu revel citado fictamente tem de promover defesa, não podendo anuir ao pedido, pena de aquebrantar o contraditório e causar desigualdade processual. Em outras palavras, o curador especial nomeado não terá outra alternativa senão promover defesa, de modo a garantir o contraditório, formando a essencial bilateralidade do processo”.³³⁴

O curador especial desempenha papel protetivo dos interesses do ausente. Equilibra a relação processual ao atuar em defesa daquele que não teve oportunidade de se manifestar. Torna a relação processual mais équa, interferindo na livre convicção do julgador ao atuar nos autos. Pode apresentar defesa, postular a produção de provas, manifestar-se e recorrer. Entretanto, excetuando-se a defesa, que é atividade obrigatória (podendo, inclusive, ser feita por negativa geral), os demais atos devem ser exercidos apenas quando o curador especial possuir elementos para tanto.

especiais””. (BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso Sistematizado de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 515 e 516).

³³² Ressalte-se que o fato de tornar controvertidos os argumentos do autor faz com que seja necessária a concordância do curador especial até para a desistência do feito. Neste sentido, cf. “Não pode o autor desistir da demanda (art. 267, VIII, CPC) sem que o consinta o curador especial, mesmo nos casos de revelia decorrente de citação por edital ou por hora certa. A defesa apresentada pelo curador faz o réu presente em juízo, razão pela qual é imprescindível o consentimento do curador especial à proposta de revogação da demanda feita pelo autor”. (DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 256 e 257).

³³³ “Como a pretensão discutida em juízo não lhe pertence, não pode o substituto processual praticar atos de disposição do direito material como a transação, renúncia e reconhecimento jurídico do pedido. Para tanto, deverá ter anuência expressa do substituído”. (NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado*, cit., p. 170).

³³⁴ FARIAS, Cristiano Chaves de. A Atividade Processual do Curador Especial e a Defesa do Revel Citado Fictamente (Garantia do Contraditório), cit., p. 15.

O curador especial pode oferecer defesa processual ou de mérito, direta ou indireta.³³⁵ Pode, ainda, requerer a produção de provas, tal como a oitiva de testemunhas, depoimento pessoal do autor, juntada de documentos, perícias, realização de diligências, expedição de ofícios, dentre outros. Deve acompanhar a produção das provas requeridas (por ele ou pela parte contrária), participando das audiências (embora não possa transacionar), formulando reperguntas, contraditando testemunhas, apresentado quesitos, enfim, desempenhando ativamente sua função. Não pode, entretanto, depor pessoalmente porque, embora atuando como substituto processual (e, portanto, na qualidade de parte), não possui conhecimento dos fatos discutidos.³³⁶

Não é obrigado a requerer a produção de provas ou a recorrer, tratando-se de possibilidades que se apresentam para o bom exercício de sua função. Mas não se tratam de meras faculdades, no sentido de poder ou não realizar livremente estes atos, mas possibilidades que se apresentam caso possua argumentos para tanto.³³⁷ Não deve o curador protelar indevidamente o feito, mas pode realizar os atos que visem à defesa do ausente quando houver indícios (de fato ou de direito) que o permitam fazê-lo, justamente para tornar sua atuação a mais efetiva possível.

Por este motivo, entendemos que, a princípio, não pode o curador desistir de recurso interposto, já que a simples interposição pressupõe a existência de argumentos. A desistência, se ocorrer, deve ser por motivo superveniente e fundamentado, que não

³³⁵ Araújo explica que “a defesa contra o processo pode ser direta ou indireta. A primeira refere-se aos pressupostos processuais e condições da ação, e a segunda se faz pela apresentação de exceções processuais. No que concerne ao mérito, a defesa também pode ser direta ou indireta. Aquela se dirige contra o pedido, nos seus fundamentos de fato e de direito, e esta, embora admitindo como verdadeiros os fatos articulados, opõe ao direto pleiteado pelo autor outros fatos, que o impedem, extinguem ou lhe obstam os efeitos”. (ARAÚJO, Francisco Fernandes de. O Curador Especial no Processo de Execução. In *Revista de Processo*. vol. 42, abr. 1986. p. 91).

³³⁶ Não poderia mesmo a audiência ocorrer validamente sem a presença do curador especial porque “o prejudicado pelo não-exercício dos direitos processuais probatórios será o ausente, que a lei faz questão de defender a todo custo; o direito de defesa do revel que se materializa também na atividade instrutória é questão de interesse público (interesse indisponível), por isso não pode ser postergada”. (MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 197 e 198).

³³⁷ “A interposição de recurso não é, contudo, dever, mas direito de que se valerá o substituto caso entenda conveniente. Entra em jogo aqui a percepção e a sensibilidade do curador para decidir se apela ou não. É claro que se houver argumentos sustentáveis para atacar a sentença deve o curador recorrer. Inexistindo, seria uma afronta à liberdade de julgamento e à convicção jurídica do curador exigir-lhe um recurso sem o menor respaldo. É que o recurso é ato voluntário e só pela instituição do duplo grau obrigatório, que não incide neste caso, se lhe retira tal natureza. Assim, vale plenamente a liberdade de decisão expressa pela disponibilidade do direito de recorrer, que tem caráter nitidamente processual”. (MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 198).

prejudique qualquer direito do réu.³³⁸ Além disso, há obrigação de responder aos recursos interpostos pela parte adversa, mormente quando se tratar de apelação, pois neste caso a própria decisão judicial servirá como fundamento para a defesa. Havendo decisão favorável ao ausente, o curador especial deve envidar esforços para impedir sua reforma, mediante a apresentação da resposta cabível ao recurso interposto.

Além disso, o curador especial pode formular exceções de incompetência absoluta e relativa, de suspeição e de impedimento, por se tratarem de matérias evidentemente processuais e arguidas no âmbito do processo.³³⁹ Pode, ainda, oferecer impugnação ao valor da causa.

5.5.1. Possibilidade de o curador especial demandar

Há divergência na doutrina e na jurisprudência acerca da possibilidade de o curador especial demandar, como por exemplo, propor reconvenção, impetrar mandado de segurança, ajuizar ação cautelar, dentre outros.

³³⁸ Não concordamos tratar-se de mera faculdade, como aduz a doutrina, ao dizer, por exemplo, que o curador especial “não é obrigado a recorrer, mas pode renunciar ao poder de recorrer bem como desistir do já interposto; pode deixar de exercer, renunciar ou desistir do exercício de poderes processuais (produção de prova etc.), porque em todos estes casos não estará dispondo do direito material do réu”. (NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado*, cit., p. 192). Também para Hugo Nigro Mazzilli, “não está o curador especial obrigado a recorrer quando o ausente ficto sucumbe na demanda. Não deve, porém, praticar atos de extrema disponibilidade do conteúdo processual, sendo normalmente de todo desconveniente que desista de prazo recursal ou do próprio recurso já interposto (em doutrina há quem sustente a impossibilidade de tal desistência; defendemos, como exceção, o princípio contrário). Entretanto não podemos deixar de anotar que é recomendação do Ato n. 1/84 – PGJ/CSMOO/CGDP não se desistir, em hipótese alguma, de prazo de recurso (art. 95)”. (MAZZILLI, Hugo Nigro. *Curadoria Especial*, cit., p. 290). Entendemos que, em que pesem os abalizados entendimentos, havendo matéria a ser arguida, deve o curador especial, zelando pelos interesses do ausente, realizar os atos necessários à sua efetiva defesa, pois não pode dispor de seus direitos de maneira nenhuma. Além disso, ressaltamos que o curador especial não possui poderes especiais e que, até na advocacia comum, estes são necessários para a desistência de recurso interposto. Nesse sentido: “Desistência de recurso interposto. A cláusula *ad judicium* não dá ao advogado poderes para desistir de recurso já interposto, pois para desistir a lei exige poderes especiais, incidindo na espécie a segunda parte do CPC 38”. (STF. Ag. 78852-6 SP. Rel. Min. Celso de Mello. DJU 28/06/1996).

³³⁹ No sentido de que pode formular exceções: “O curador especial tem por função precípua oferecer a defesa do réu, elidindo os efeitos fáticos da revelia. Negar-lhe o direito de formular exceções será cercear a defesa do demandado, porquanto se de preclusão quanto à defesa se pudesse cuidar, essa preclusão operaria de modo absoluto e não apenas em caráter restrito, limitando-se ao oferecimento, pelo curador, de defesa indireta de mérito”. (CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 3, cit., p. 499).

No sentido de que estes atos não seriam possíveis, argumenta Fredie Didier que as funções do curador especial “são basicamente defensivas. Não se lhe permite a propositura de reconvenção ou ação declaratória incidental, que não possuem função defensiva”.³⁴⁰ Arruda Alvim também não admite o ajuizamento de reconvenção, mas reconhece a possibilidade de oposição de embargos de terceiro, nomeação à autoria, chamamento ao processo e a denúncia da lide nos casos de evicção.³⁴¹

Também Costa Machado entende que não haveria a possibilidade de exercício de reconvenção pelo curador especial pois, na qualidade de legitimado extraordinário substitui “processualmente o réu revel, para que este não sofra um prejuízo jurídico sem que, ao menos artificialmente, se lhe tenha permitido uma defesa que diminua a vantagem inicial do autor. Toda a atuação se volta, pois, a este mister: defender o ausente a qualquer custo. Muito diferente, por outro lado, é a posição daquele que, embora réu, e tendo fundamento para contra-atacar, exerça, por sua vez, uma pretensão contra o autor por meio da reconvenção. Os objetivos são completamente distintos e inconciliáveis: a substituição processual do réu pelo Ministério Público é voltada para o direito de defesa somente”.³⁴²

Em sentido contrário, aduzindo que seria possível reconvir e ajuizar ações, como por exemplo, mandado de segurança, sustenta Humberto Theodoro que “ao curador incumbe velar pelo interesse da parte tutelada, no que diz respeito à regularidade de todos os atos processuais, cabendo-lhe a ampla defesa dos direitos da parte representada, e podendo, até mesmo, produzir atos de resposta como a contestação, a exceção e a reconvenção, se encontrar elementos para tanto, pois a função da curatela especial dá-lhe poderes de representação legal da parte, em tudo que diga respeito ao processo e à lide nele debatida”.³⁴³

³⁴⁰ DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 256.

³⁴¹ ALVIM, Arruda. *Manual de Direito Processual Civil*. 8. ed. vol. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. p. 45. José Roberto dos Santos Bedaque também entende que não pode o curador especial reconvir ou ajuizar ação declaratória incidental. (BEDAQUE, José Roberto dos Santos. In MARCATO, Antonio Carlos (coord.) *Código de Processo Civil Interpretado*, cit., p. 67).

³⁴² MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 179. No sentido de que não poderia demandar, o Ato n. 1/84 – PGJ/CSMP/CGMP, em seu artigo 107, dispunha que, tendo em vista que o papel do curador especial é de substituto processual do ausente, deve oferecer defesa e não ação, excepcionados os embargos do devedor.

³⁴³ THEODORO JR., Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 72.

Ainda sobre este tema, Ligia Bernardi assevera “ser dever do curador especial fazer a defesa de seu curatelado tão efetiva quanto possível, para tanto contestando, produzindo provas, suscitando as exceções, reconvindo, recorrendo, opondo embargos, impetrando mandado de segurança, etc., ou seja, exercendo plenamente o direito de defesa”.³⁴⁴

Também no sentido de que o curador poderia demandar, Marcello Mendonça sustenta que “pela própria literalidade do art. 315 do CPC, não há como se tornar defeso ao curador especial o oferecimento de reconvenção, máxime porque, se o fizermos, uma *capitis deminutio* se imporá àquela representação processual autorizada e determinada pelo Estado, através da lei, no que tange àqueles que se encontram em qualquer das situações aqui consideradas, isto é aquelas dos ns. I e II dos arts. 9º e 1.042, respectivamente, do CPC”.³⁴⁵ Para Silva Lopes, o curador especial, atuando como substituto processual, goza dos mesmos direitos e faculdades processuais que se atribui ao substituído, tendo legitimação não apenas para contestar mas para, em nome próprio, atuar como se o substituído fosse, em defesa de seus interesses ou direitos. Por esta razão conclui que, se o curador está legitimado a defender, e se defender é usar dispositivamente da resposta, ele poderia contestar, excepcionar e mesmo reconvir, eis que a reconvenção pode ser o melhor meio de exercitar a defesa e, não poucas vezes, o único meio de exercê-la convincentemente.³⁴⁶

Entendemos que, tendo em vista que a curadoria especial visa a efetivar o direito fundamental da ampla defesa, garantindo a isonomia processual, não é admissível a proibição de determinados atos ao curador, se forem realizados no estrito interesse do ausente. Não podem prejudicá-lo, porque os poderes do curador especial são restritos. Entretanto, o fato de exercer o contraditório real impõe que assegure verdadeiramente a paridade processual de armas.³⁴⁷

³⁴⁴ BERNARDI, Ligia Maria. *O Curador Especial no Código de Processo Civil*, cit., p. 154.

³⁴⁵ MENDONÇA, Marcello Rabello de. Curador Especial – Conceito – Formas de Atuação – arts. 9º, I e 1.042, II, do CPC, cit., p. 271. Araken de Assis também entende que o curador especial pode oferecer reconvenção. Para ele, a “consequência lógica da possibilidade de interpor recursos chancelou o uso, contra os provimentos judiciais, das ações autônomas de impugnação, tais como o mandado de segurança contra ato judicial. Vencida a barreira da legitimação extraordinária, como se percebe na ação especial de segurança, tudo se concebeu ao curador: poderá embargar a execução (Súmula n. 196, STJ) ou oferecer reconvenção”. (ASSIS, Araken de. Suprimento da Incapacidade Processual e da Capacidade Postulatória (I), cit., p. 156).

³⁴⁶ LOPES, José Fernando da Silva. *O Ministério Público e o Processo Civil*, cit., p. 34.

³⁴⁷ É possível encontrar julgados que admitem o ajuizamento de ações pelo curador especial para garantir os direitos do substituído. Nesse sentido: “Curadoria especial. Art. 9º, parágrafo único, do CPC. Ajuizamento de

Desta forma, em prol da defesa do ausente, o curador especial possui ampla possibilidade de atuação, especialmente quando de sua omissão puder advir preclusão que impeça o réu de realizar o ato em outra oportunidade. Assim, eventualmente, o curador poderá demandar, desde que seja necessário à tutela dos interesses do réu revel citado fictamente.³⁴⁸ Esta atuação, entretanto, deverá ser limitada ao caso concreto, isto é, a matéria arguida não pode extrapolar os limites da lide pois, sendo a atuação do curador meramente processual, este possui poderes restritos. Pode, portanto, ajuizar ação cautelar ou impetrar mandado de segurança contra ato judicial, quando de sua inércia puder decorrer prejuízo à defesa do curatelado. Além disso, poderá ajuizar reconvenção para evitar perimento de direito (prazo prescricional próximo, por exemplo), desde que possua argumentos para tanto.³⁴⁹

Verifica-se, portanto, que os limites à atuação do curador especial estão intimamente relacionados à amplitude da defesa que deve ser por ele exercida, garantindo-se todos os meios possíveis e necessários para a manutenção da igualdade processual e da paridade de armas. Os limites de sua atuação estão baseados na indisponibilidade dos

Mandado de Segurança contra ato judicial. Possibilidade. O curador *ad litem*, inclusive quando integrante do Ministério Público (CPC, art. 9º, parágrafo único), representa com plenitude a parte (quer demandante, quer demandada), considerada merecedora de especial tutela jurisdicional, cabendo-lhe impugnar as decisões judiciais tanto mediante recursos, como utilizando ações autônomas de impugnação, tais como o mandado de segurança contra recurso provido, a fim de que o tribunal de origem aprecie a ação mandamental, afastada a prefacial de ilegitimidade da curadoria especial para ajuizá-la”. (STJ. Recurso em MS 1.768-0-RJ. Rel. Min. Athos Carneiro. In *Revista do STJ*. vol. 46. p. 551/524).

³⁴⁸ Entendendo que é possível o ajuizamento de ação declaratória incidental pelo curador especial, quando o réu é revel: “ao curador especial não existe o ônus da contestação específica, tal como o vemos no art. 302, parágrafo único, de forma que se o curador especial contestar, genericamente, tanto a relação prejudicada quanto a prejudicial, com base neste pronunciamento, cabe a declaratória incidental”. (ALVIM NETO, José Manoel de Arruda; MOREIRA, José Carlos Barbosa; PELUSO, Antônio César. A Revelia e a Ação Declaratória Incidental. In *Revista de Processo*. vol. 10, abr. 1978. p. 213).

³⁴⁹ No sentido de ser possível o uso da reconvenção, pelo curador especial, o Des. Pereira Calças, do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, traça interessante paralelo com os embargos à execução, o seguinte julgado: “Reconvenção - Apresentação por curador especial nomeado para defender réu ausente - Admissibilidade desde que existam elementos para a sua propositura. Evidente que o curador especial, nomeado para substituir o representante legal dos réus incapazes ou fictamente citados, cumpre o ônus processual de praticar todos os atos possíveis para defender os interesses de seu curatelado. A reconvenção, apesar de ser um contra-ataque, ou uma ação movida pelo réu contra o autor, em face da conexão e em atenção à economia processual, é considerada por nosso ordenamento processual como uma das formas de resposta do réu, mercê do que, pode ela ser utilizada pelo curador especial, desde que ele tenha elementos para fazê-lo. [...] Portanto, seguindo o entendimento doutrinário e jurisprudencial firmado a respeito da possibilidade do curador especial apresentar embargos de devedor no processo de execução, bem como considerando a natureza da reconvenção, que muito se aproxima da natureza jurídica dos embargos, onde o réu, apesar de assumir uma posição ativa, não perde sua condição de réu, de se concluir que o curador especial tem legitimidade para reconvir em nome do réu ausente, desde que ele tenha elementos para apresentar a reconvenção”. (TJ/SP. AI 216.338-2/0. Rel. Des. Pereira Calças. j. 22/06/1993. In *Revista dos Tribunais*. vol. 701, mar. 1994. p. 81). Destacamos.

direitos defendidos (amplitude) e na ausência de poderes especiais em razão da vinculação à legitimação extraordinária (contenção).

5.5.2. Intervenção de terceiros

A intervenção de terceiros ocorre quando alguém que não é originalmente parte na causa ingressa no processo alheio.³⁵⁰ Pode acontecer por razões e de formas diversas, sendo que a posição e os poderes do terceiro no processo também variam. Com efeito, “há terceiros que remanescem terceiros, apesar de terem passado a integrar o processo (assistentes), e outros que, no momento em que passam a integrar o processo, assumem a condição de parte”.³⁵¹

A razão que possibilita a intervenção do terceiro no processo é o fato de que ele possa ser, de alguma maneira, afetado pela decisão judicial que vier a ser proferida naqueles autos. Há intervenções que são espontâneas (em que a iniciativa de integrar a demanda é do próprio terceiro), e aquelas que são provocadas pelas partes do processo.

No que se refere às intervenções de terceiro pertencentes ao segundo grupo (nomeação à autoria, denunciação da lide e chamamento ao processo), há controvérsia acerca da possibilidade deste incidente ser provocado pelo curador especial. Passemos a analisar cada uma delas.

A nomeação à autoria consiste em nomear o réu a parte legítima, nas hipóteses legais previstas nos arts. 62 e 63, CPC. Isso significa que ele deve nomear o verdadeiro proprietário ou possuidor quando for mero detentor (art. 62, CPC); ou nomear o

³⁵⁰ “Terceiro é toda pessoa que não seja parte no processo”. (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 2, cit., p. 369). Adverte Borges que não há unanimidade no que pertine à conceituação da figura do terceiro: “Uma corrente liderada por Ramiro Podetti, sustenta que terceiro é todo aquele que intervém no processo, visando a substituição, o auxílio ou não de um dos sujeitos principais da relação. Para o insigne processualista argentino enquadram-se nesta conceituação não somente as figuras, tais como a assistência e a denunciação da lide, mas também o litisconsórcio, a substituição e a sucessão processual. Outra restringe a figura do terceiro àquelas hipóteses em que ele ingressa no sentido de auxiliar (*ad adjuvandum*) ou de excluir (*ad excludendum*) um dos sujeitos da relação processual, não incluindo dentre elas o litisconsórcio, a substituição e a sucessão processual”. (BORGES, Marcos Afonso. *Intervenção de Terceiro*. In *Revista de Processo*. vol. 68, out. 1992. p. 7).

³⁵¹ WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso Avançado de Processo Civil*. 11. ed. vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 303.

terceiro quando tiver agido por ordem ou cumprimento de suas instruções, sem ter tido qualquer poder de decisão (art. 63,CPC).³⁵² A nomeação à autoria leva à exclusão do réu do processo, que é sucedido pelo nomeado. É incidente destinado à correção da legitimação passiva da demanda.

A nomeação à autoria possui caráter defensivo e não prejudica, de maneira nenhuma, o réu. Pelo contrário. Se aceita, acarreta sua exclusão do pólo passivo, além de evitar eventual condenação por perdas e danos em razão de omissão (pois ele tem o dever de nomear a pessoa correta). O sentido da obrigatoriedade, neste caso, “liga-se ao nascimento de direitos no plano material em relação a uma possível indenização por perdas e danos, na medida em que estes efetivamente tiverem ocorrido”.³⁵³ Assim, a obrigatoriedade refere-se à cominação em perdas e danos contra aquele que deveria proceder à nomeação mas não o fez, ou o fez de maneira incorreta. Além disso, caso a nomeação seja recusada (pelo autor ou pelo nomeado), o processo seguirá seu curso normal.

Desta maneira, não havendo qualquer risco de prejuízo aos interesses do réu, bem como em se tratando de uma forma de defesa, entendemos que o curador especial pode e deve nomear à autoria nas hipóteses cabíveis.³⁵⁴

A denunciação da lide, por sua vez, está associada ao exercício do direito de regresso e pode ser requerida tanto pelo autor como pelo réu. Possui natureza jurídica de ação (direito de ação do denunciante contra o denunciado), embora não forme um novo processo. Ela amplia o objeto da lide (objetiva e subjetivamente) ao atribuir ao juiz, além da decisão sobre a questão principal, a decisão acerca da existência ou não do direito de regresso em face do denunciado. O terceiro terá o duplo papel de auxiliar o denunciante no litígio com o adversário comum, e de figurar como demandado no segundo litígio.³⁵⁵

³⁵² DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 2, cit., p. 392.

³⁵³ WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso Avançado de Processo Civil*. vol. 1, cit., p. 311.

³⁵⁴ Admitem que o curador especial possa nomear à autoria: ALVIM, Arruda, *Manual de Direito Processual Civil*, vol. 2, cit., p. 45; BERNARDI, Ligia Maria. *O Curador Especial no Código de Processo Civil*, cit., p. 29; MACHADO, Antonio Cláudio da Costa. *Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., 184.

³⁵⁵ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 2, cit., p. 394.

É cabível em razão da existência de direito de regresso nas hipóteses de evicção (inciso I); de possuidor direto ao possuidor indireto ou proprietário (inciso II); em qualquer outra hipótese em que, pela lei ou por contrato, houver direito de indenização, pela via regressiva, contra o terceiro (inciso III).

O objetivo da denunciação da lide é, primordialmente, a economia processual, evitando a necessidade de mover nova ação (regressiva) contra o terceiro, além da harmonização dos julgados (impedindo que na segunda ação o desfecho seja diverso do da primeira). Se não houver a denunciação, na ação autônoma de regresso terá o denunciante que demonstrar a inexistência de negligência em sua atuação no primeiro processo. Caso tenha agido com culpa, sua negligência compensará o dever de indenizar, de modo que pode sucumbir em face do garante. A obrigatoriedade prevista na redação do art. 70, CPC, tem a finalidade de “evitar que na eventual ação autônoma de regresso se rediscuta o mérito da primeira ação, cuja sentença não encerra a força de coisa julgada contra aquele que, por não ter sido denunciado, não foi parte no feito”.³⁵⁶

Portanto, embora o *caput* do art. 70, do Código de Processo Civil, estabeleça que a denunciação da lide é obrigatória, tal previsão refere-se apenas àquele processo, de modo que não há perda do direito de regresso, que poderá vir a ser exercido posteriormente (esse direito apenas não poderá mais ser arguido naqueles mesmos autos). A exceção é a hipótese prevista no inciso I (evicção), em que há obrigatoriedade da denunciação, sob pena de perda do direito à indenização.

Pela denunciação da lide liquida-se na mesma sentença o direito que tenha o denunciante contra o denunciado, de modo que tal decisão valha como título executivo em favor do denunciante, caso perca a demanda principal.³⁵⁷

A denunciação da lide é ação autônoma e não impede o exercício do direito de regresso posteriormente. Assim, salvo nos casos do inciso I (evicção) em que há esta obrigatoriedade,³⁵⁸ nas demais hipóteses apenas poderá o curador especial fazê-lo se

³⁵⁶ GRECO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil Brasileiro*. vol. 1, cit., p. 176.

³⁵⁷ *Ibid.*, p. 172.

³⁵⁸ Embora hoje já exista controvérsia quanto a esta obrigatoriedade: “Modernamente, a jurisprudência tem-se dividido quanto à obrigatoriedade da denunciação na hipótese do inciso I, porque muitos juízes têm entendido ser severa demais a sanção de perda do direito de regresso. Essas decisões fundam-se em que, se o

verificar algum risco para o ausente, como por exemplo, a iminência da prescrição do direito regressivo.³⁵⁹

A terceira modalidade de intervenção de terceiros provocada é o chamamento ao processo. Através do chamamento ao processo é formado litisconsórcio passivo facultativo por iniciativa do réu.

É o incidente pelo qual o réu pode chamar codevedores, em razão de fiança ou de solidariedade, para que participem do processo na condição de corréus, ampliando o pólo passivo. O chamamento ao processo é facultativo, de modo que o réu não perde o direito de cobrar dos coobrigados, em ação autônoma, se não proceder ao chamamento. Entretanto, ao requerer a intervenção dos terceiros pode obter celeridade e economia processual, pois o título se formará contra todos eles.

O chamamento amplia subjetivamente a lide, e altera seu objeto, somando à pretensão do autor também a pretensão do chamador ao reconhecimento da obrigação ao(s) chamado(s).³⁶⁰

Com relação à fiança, entende-se que somente será possível invocar o benefício de ordem na execução se houver o chamamento no processo de conhecimento. Desta forma, na fase de execução, o fiador apenas poderá nomear bens à penhora do devedor principal (exercendo o benefício de ordem), se na fase de conhecimento o tiver chamado ao processo. Caso isso não tenha sido feito, não haverá título executivo contra o

evicto perder o direito de regresso apenas por não ter feito a denúncia, o alienante ficará em definitivo com o proveito obtido da alienação de algo que não lhe pertencia. Terá, portanto, um enriquecimento sem causa”. (GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Novo Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 196 e 197). A despeito desta corrente, entendemos que, diante da possibilidade de divergência, e portanto, de prejuízo ao ausente, o curador especial deve denunciar a lide nos casos de evicção.

³⁵⁹ Admite a denúncia da lide irrestrita pelo curador especial: BERNARDI, Ligia Maria. *O Curador Especial no Código de Processo Civil*, cit., p. 29. Admitem a denúncia da lide pelo curador apenas nas hipóteses do inciso I: NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado*, cit., p. 192; ALVIM, Arruda. *Manual de Direito Processual Civil*, vol. 2, cit., p. 45; FARIAS, Cristiano Chaves de. A Atividade Processual do Curador Especial e a Defesa do Revel Citado Fictamente (Garantia do Contraditório), cit., p. 135. Não admitem a denúncia pelo curador especial, em nenhuma hipótese: BEDAQUE, José Roberto dos Santos. In MARCATO, Antonio Carlos (coord.). *Código de Processo Civil Interpretado*, cit., p. 33; DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 256. Para estes últimos não há possibilidade de denúncia da lide nas hipóteses do inciso I, porque também neste caso ela não é obrigatória, não acarretando a perda do direito de regresso.

³⁶⁰ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 2, cit., p. 410.

devedor principal, e a penhora não poderá atingir seus bens, sendo necessária a propositura de ação autônoma.

Na solidariedade passiva, a sentença condenará todos ao pagamento da dívida, mas o credor poderá exigir integralmente o débito de qualquer dos devedores. Esses poderão, nos mesmos autos, executar os demais devedores nas respectivas cotas-partes.

A ausência de chamamento ao processo não acarreta prejuízo ao réu, exceto pela necessidade de eventual outra ação de conhecimento contra os codevedores, razão pela qual é chamado de intervenção de terceiros facultativa.

Como o chamamento ao processo não configura ação mas mera convocação para formação de litisconsórcio, concluímos que pode o curador especial fazê-lo.³⁶¹

Desta forma, quanto à intervenção de terceiros, deverá o curador especial, nas hipóteses legais, nomear à autoria e denunciar à lide nos casos de evicção. Além disso, poderá chamar ao processo quando entender conveniente aos interesses do ausente.

5.5.3. Desnecessidade de curador especial para réus incertos e desconhecidos no Processo Civil

O Código de Processo Civil determina que a citação será feita por edital quando incerto ou desconhecido o réu (231, I, CPC). Este dispositivo se aplica aos casos em que não é possível determinar quais sejam os citandos como, por exemplo, nas ações de usucapião, nas ações demarcatórias, entre outras.

Hugo Nigro Mazzilli elenca as principais hipóteses em que há citação por edital de réus incertos ou desconhecidos, verificados “nas ações de usucapião (art. 942,

³⁶¹ Admitem o chamamento ao processo pelo curador especial: BERNARDI, Ligia Maria. *O Curador Especial no Código de Processo Civil*, cit., p. 29; BEDAQUE, José Roberto dos Santos. In MARCATO, Antonio Carlos (coord.). *Código de Processo Civil Interpretado*, cit., p. 67; ALVIM, Arruda. *Manual de Direito Processual Civil*, vol. 2, cit., p. 45; DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 256; MACHADO, Antonio Cláudio da Costa. *Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., 184.

II);³⁶² nas de anulação e substituição de títulos ao portador (art. 908, I); nos protestos, interpelações e notificações (art. 870, I e II). Casos também há em que o chamamento a juízo se dirige a pessoas nem sempre previamente determinadas: é o que ocorre na citação de eventuais confinantes nas ações demarcatórias (art. 953); na de eventuais herdeiros ou sucessores (como no inventário, na habilitação para o processo, na arrecadação de bens jacentes, cf. artigos 999 §1º; 1056, I; 1057; 1152; 1164). No próprio processo de insolvência, requerido pelo devedor, nem sempre terá ele meios de indicar todos os credores por títulos de larga circulação (art. 760, I); por isso, a citação editalícia se estenderá a todos os eventuais credores ou seus cessionários”.³⁶³

Em todas estas hipóteses, em que os réus são desconhecidos ou incertos, a citação é editalícia, razão pela qual se indaga se haveria a atuação de curador especial nestes casos.

A doutrina é quase pacífica ao afirmar que, em sendo a curadoria especial forma de garantia da igualdade processual e do contraditório, não pode o curador especial defender o interesse de réus que sequer sabe se existe. A citação por edital, nestes casos, serve apenas para dar publicidade do processo a eventuais interessados. Esclarece Hugo Nigro Mazzilli que “a citação editalícia genérica é antes meio legal de publicidade em certas ações, do que meio para obter uma revelia indeterminada. Aliás, o não comparecimento de terceiros assim citados mais configuraria a presunção de sua inexistência do que a de sua contumácia”.³⁶⁴

Fato é que o curador especial é nomeado aos réus citados por edital e que permaneçam revéis, não havendo exceção legalmente prevista. Entretanto, no caso de réus incertos, sequer é possível atribuir a eles a revelia pois, conforme explica Paulo de Faria e Silva, “a falta de defesa não torna revéis os interessados ‘incertos e desconhecidos’ citados

³⁶² A redação deste artigo foi alterada pela Lei n. 8.951/94, cuja redação passou a referir-se a réus (certos) em lugar incerto e eventuais interessados, excluindo a expressão “réus ausentes, incertos e desconhecidos” utilizada na legislação revogada.

³⁶³ MAZZILLI, Hugo Nigro. Curadoria de Ausentes e Incapazes, cit., p. 57 e 58.

³⁶⁴ MAZZILLI, Hugo Nigro. Réus Incertos ou Desconhecidos no Processo Civil. In *Justitia*. vol. 47, jan./mar. 1985. p. 39.

através de éditos. É inconcebível a revelia genérica, inespecífica, ou de pessoas indeterminadas ou até mesmo inexistentes”.³⁶⁵

Apenas aos réus certos, cuja tentativa de citação pessoal sempre deve ser observada, é que – caso não localizados e citados fictamente – será nomeado curador especial. Nas hipóteses de réus incertos, aperfeiçoa-se a citação por edital diretamente, sem qualquer diligência no sentido de sua localização, justamente porque não há sequer como afirmar que existam. São supostos interessados que devem ser cientificados da existência da demanda porque a decisão final poderá gerar efeitos *erga omnes* (como ocorre na ação de usucapião, por exemplo). Nestes casos, a citação editalícia visa apenas dar publicidade ao processo.

A necessidade de citação de réus certos e incertos pode estar inserida no mesmo dispositivo legal e pode, inclusive, ser feita através dos mesmos editais. A primeira parte do art. 942, CPC, por exemplo, estabelece que deve haver a citação daquele que constar do registro do imóvel usucapiendo, bem como dos confinantes, casos em que não há referimento a réus incertos. A segunda parte do mesmo dispositivo estabelece que a citação de eventuais interessados deve ser realizada diretamente por editais. Ou seja, a legislação prevê a necessidade de citação de réus determinados e daqueles incertos.

Os réus certos (que são parte) não se confundem, portanto, com os “terceiros eventuais interessados (que) não serão propriamente citados, mas convocados a, querendo, impugnar a pretensão do autor. Ingressando no processo e ofertando contestação fundada, assumirão, daí sim, a condição de réus”.³⁶⁶ Deste modo, os eventuais interessados serão apenas comunicados da demanda (por edital) para eventualmente apresentar impugnações.

Os interesses indeterminados serão tutelados pelo fiscal da lei (o órgão do Ministério Público, cuja atuação é obrigatória neste tipo de processo), e não pelo curador.

³⁶⁵ SILVA, Paulo Penteado de Faria. Curador à Lide em Ação de Usucapião. In *Revista dos Tribunais*. vol. 526, ago. 1979. p. 14. No mesmo sentido: “Entendemos que o juiz só deverá nomear curador especial para os réus certos citados por edital, mas não para os incertos e desconhecidos que, em não comparecendo, deverão ser dados como inexistentes. A nomeação de curador especial para estes levaria ao absurdo de ter o curador de contestar a ação, mas em nome de quem? Para quê? Defendendo qual direito?” (PINTO, Nelson Luiz. Ação de Usucapião - Principais Aspectos Processuais. In *Revista de Processo*. vol. 65, jan. 1992. p. 19).

³⁶⁶ MARCATO, Antonio Carlos. *Procedimentos Especiais*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 180.

O “curador especial só tem o réu certo na sua existência, cuja revelia tenha sido decretada. Descabe curadoria especial para réus incertos ou desconhecidos. [...] Nesse caso, não temos réu certo citado por edital, e sim um chamamento ficto de terceiros hipotéticos, que não podem ser substituídos por curadoria especial, porque não se lhes decreta revelia, requisito indispensável para configurar-se a legitimação extraordinária do substituto processual”.³⁶⁷

Sobre o tema, julgado do TJ/SP corretamente interpreta que “a intervenção de curador especial está subordinada às consequências da revelia e esta se circunscreve a réus certos, qualificados na inicial e que, citados, não tenham contestado a ação (art. 319). [...] Razão, assim, não há para se lhes dar curador especial, bastando, a respeito, a intervenção do Ministério Público como fiscal da lei. Em suma: a intervenção de curador especial está limitada ao réu que, devidamente qualificado na inicial, tiver sido citado por editais e restar revel por não ter contestado a ação, situação processual diversa dos interessados ausentes, incertos e desconhecidos, citados editalmente nas ações de usucapião de terras particulares”.³⁶⁸

Desta forma, réus incertos e desconhecidos (eventuais interessados) contam com a fiscalização do Ministério Público, que atua como *custos legis*, em prol do bem

³⁶⁷ MAZZILLI, Hugo Nigro. Curadoria de Ausentes e Incapazes, cit., p. 57. O mesmo autor prossegue esclarecendo que “só se justifica curadoria especial para o réu certo, ainda que não na sua identificação nominal, mas pelo menos na sua existência. Em outras palavras: se há com certeza a pessoa citada, ainda que não se saiba seu nome; ou se é sabido o nome, mas não se conhece a pessoa a quem este corresponda; ou se não se sabe quem é a pessoa, mas há dados concretos para sua identificação (pessoa indeterminada, mas determinável), em todos esses casos cabe curadoria especial ao ausente fictamente citado. Mas em favor de pessoas incertas ou desconhecidas na sua própria existência descabe curadoria especial. Defender pessoa inexistente seria um ato sem escopo; é inadmissível defender um interesse não concreto, em cabal afronta ao art. 3º do Código de Processo Civil”. (Ibid., p. 59).

³⁶⁸ TJ/SP. In *Revista dos Tribunais*. vol. 485. p. 81 e 82. No mesmo sentido: RT 658/89; RT 527/84; RT 506/54. Vide, ainda: “O edital a que se refere o CPC (no art. 942) é para dar conhecimento do pedido de usucapião ao público em geral, a fim de que possíveis interessados e, por isso mesmo, incertos, saibam da questão e, assim, tenham a oportunidade de agir. A falta de comparecimento de possíveis interessados não justifica a nomeação de curador à lide, para a defesa de interesse tão vago quanto na realidade, inexistente”. (RT 343/336). No mesmo sentido: “Usucapião - Curador especial - Réus incertos e desconhecidos citados por edital - Tutela desnecessária - Defesa a ser realizada pelo próprio representante do Ministério Público. Não há necessidade de nomear curador especial em ação de usucapião para réus incertos e desconhecidos citados por edital, dado que são defendidos pelo próprio representante do Ministério Público”. (TJ/SP. Apelação 120.708-1. Rel. Des. Flavio Pinheiro. j. 03/04/1990. In *Revista dos Tribunais*. vol. 658, ago. 1990. p. 89). No mesmo sentido foi decidido o IUI na Apelação Cível 29.761-1, quando se firmou a tese seguinte: “Não há necessidade de nomear curador especial em ação de usucapião para os réus incertos ou desconhecidos citados por edital”. (RJTJSP 88/333).

comum, abrangendo, portanto, os interesses daqueles que não se pode identificar (ou que sequer é possível saber se existem). Para eles não há nomeação de curador especial.³⁶⁹

Os sujeitos específicos da relação, por sua vez, sendo determinados (ou determináveis, ainda que em local incerto), devem ser citados pessoalmente e, na impossibilidade, fictamente. Em caso de revelia destas partes determinadas/determináveis citadas fictamente, será nomeado curador especial para apresentação da defesa cabível.

5.5.4. Curadoria especial e notificações

Os protestos, notificações e interpelações previstos no art. 867 e seguintes, do Código de Processo Civil, não passam de formas de manifestação de vontade. O protesto tem por finalidade “afirmar a titularidade de um direito ou manifestar a intenção de exercê-lo. A notificação visa à comunicação de um fato determinado. A interpelação objetiva à produção de efeito jurídico a partir de uma ação ou omissão do interpelado. Em nenhum desses casos há ordem judicial para que o protestado, notificado ou interpelado faça alguma coisa. O órgão jurisdicional atua simplesmente como mediador da comunicação”.³⁷⁰ Buscam dar ciência acerca de fato, situação ou relação jurídica, promover a conservação e ressalva de direitos, ou manifestar qualquer intenção de modo formal.

Não haverá a nomeação de curador especial nestes casos, tendo em vista que sequer há previsão de apresentação de defesa neste tipo de processo.³⁷¹ Não atua o curador porque “nas notificações, não cabe contestação – daí porque não há o ônus de defender (art. 871 do CPC). Nem, por outro lado, possibilidade de atuação de curadoria especial”.³⁷² Como servem apenas à comunicação de vontade, com o seu cumprimento esses processos se exaurem, o que não deixa margem para o exercício da função de curador.

³⁶⁹ “Observe-se que a citação ficta dos terceiros incertos não enseja a nomeação de curador especial que os defenda, afastada, portanto, a incidência do art. 9º, II, do CPC”. (MARCATO, Antonio Carlos. *Procedimentos Especiais*, cit., p. 182).

³⁷⁰ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil Comentado Artigo por Artigo*, cit., p. 7.941.

³⁷¹ Sobre o tema, dispõe o art. 871, CPC, que “o protesto ou interpelação não admite defesa nem contraprotesto nos autos”.

³⁷² MAZZILLI, Hugo Nigro. *Curadoria de Ausentes e Incapazes*, cit., p. 65.

Estes procedimentos prescindem de qualquer resposta, razão pela qual não se justifica a atuação do curador especial, cuja principal atividade é defender e velar pelos interesses do ausente.³⁷³ Outrossim, não há nem menos possibilidade de qualquer manifestação nos autos, que são entregues ao autor passadas 48hs. A medida não representa a criação nem a extinção de direitos e tampouco há sentença, nem mesmo de extinção, mas mero ato administrativo que determina a entrega dos autos.³⁷⁴

Outro ponto que merece destaque é que o fato de que eventual “irregularidade ou invalidade do procedimento favorecem ao próprio requerido que, num futuro processo, poderá alegá-las como defesa, vale dizer, ao requerido não interessam a validade e regularidade e sim os vícios, tanto do ponto de vista estritamente formal como substancial”.³⁷⁵ Portanto, quando for movida a ação principal, o curador poderá apontar os vícios que ocorreram no procedimento de interpelação, sendo esta a melhor defesa que pode oferecer ao ausente, pois se a fiscalização ocorresse no próprio processo constituiria, na verdade, uma assessoria ao autor.³⁷⁶

Desta forma, não há que se falar em nomeação de curador especial nos protestos, notificações e interpelações, pois nestes não é possível a apresentação de defesa e nem há prosseguimento do feito após o cumprimento do ato.³⁷⁷

5.6. Fase instrutória

A ausência do ônus da impugnação especificada nas hipóteses em que ocorre a atuação de curador especial torna controvertidos os fatos constitutivos do direito

³⁷³ Nos casos do parágrafo único do art. 870, CPC (alienação de bens), o curador especial poderá se manifestar, ocasião em que buscará defender os interesses do réu, pois é após esta audiência que o juiz decidirá se publica ou não os editais. Nesta hipótese, o objetivo é dar ciência com eficácia *erga omnes*.

³⁷⁴ Neste sentido: “Não é lícito ao juiz, em processo de notificação, apreciar o mérito, examinar matéria de fundo, julgar o direito ou não do requerente, o que só se admite em ação própria. Destarte, não poderá declarar a improcedência da medida pretendida, condenando o promovente nas custas e honorários, quando é vedado julgamento dando sentido contencioso a feito especialmente de jurisdição graciosa”. (RT 542/216).

³⁷⁵ MACHADO, Antonio Cláudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 189.

³⁷⁶ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Fundamentos do Processo Civil Moderno*, cit., p. 331.

³⁷⁷ Caso discorde, o réu poderá ajuizar outro processo autônomo, o contraprotesto. Não caberia ao curador especial fazê-lo.

do autor levando, no mais das vezes, à necessidade de produção de provas, pois às partes não basta simplesmente alegar os fatos.³⁷⁸

A prova é o instrumento hábil para demonstrar a existência dos fatos afirmados (elemento objetivo), além de o meio apto a formar a convicção no espírito do julgador sobre o fato demonstrado (elemento subjetivo).³⁷⁹ Provar é estabelecer de algum modo, a certeza de um fato ou a veracidade de uma afirmação.³⁸⁰ As provas fornecerão ao juiz elementos para decidir a procedência das alegações, contribuindo para a formação de seu convencimento sobre os fatos controvertidos do processo. A prova é “um conjunto de atividades de verificação e demonstração, mediante as quais se procura chegar à verdade quanto aos fatos relevantes para o julgamento”.³⁸¹

Possui como objeto os fatos que embasam a pretensão das partes, e sua finalidade é formar a convicção do magistrado sobre eles. São produzidas com a finalidade de gerar o convencimento em relação à verdade. A prova incide sobre as questões controversas, pertinentes e relevantes e, em cada caso, seu peso estará relacionado à importância das questões de fato discutidas.

5.6.1. Direito à prova

O direito à prova é conceituado por Dinamarco como um conjunto de oportunidades oferecidas às partes para que possam demonstrar a veracidade do que afirmam em relação aos fatos relevantes para o julgamento do processo.³⁸² Este direito é inerente à garantia do devido processo legal e do justo processo, sendo a atividade probatória necessária para a observância do contraditório e da igualdade: para tanto, o acesso aos meios de prova também deve ser amplo e igualitário.³⁸³

³⁷⁸ THEODORO JR., Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 367.

³⁷⁹ LOPES, João Batista. *A Prova no Direito Processual Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 22.

³⁸⁰ COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos del Derecho Procesal Civil*. Buenos Aires: Depalma, 1974. p. 215.

³⁸¹ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 3, cit., p. 42.

³⁸² *Ibid.*, p. 46.

³⁸³ O direito à produção de provas no processo, de modo a obter o acolhimento de sua pretensão ou a rejeição da pretensão formulada pelo adversário, isto é, de modo a influir no resultado do julgamento ao qual ficarão submetidos, é um direito processual fundamental das partes em litígio. (YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. *Revelia e Direito à Prova*. In *Revista de Processo*. vol. 185, jul. 2010. p. 35).

Explica Barbosa Moreira que é por meio da prova que o juiz tem acesso ao conhecimento dos fatos, de modo que a probabilidade de uma decisão justa cresce na razão direta do rendimento dos mecanismos probatórios. Quanto mais abundante a prova, menor a margem de erro na hora do julgamento.³⁸⁴

Para Comoglio, “i rapporti fra le parti e il giudice, nell’istruzione della causa, rappresentano il nodo nevralgico di qualsiasi modello processuale, costituendo un attendibile banco di prova della sua efficienza. Ma essi rappresentano, pure, un terreno di delicata verifica per l’effettività delle garanzie costituzionali attinenti al processo”.³⁸⁵ É através da prova que se garante a igualdade e o contraditório real.

Justamente por integrar o contraditório, a prova não deve ser negada quando visar demonstrar fato relevante para o processo. Mesmo nos casos de atuação do curador especial, estando controversos os fatos arguidos pelo autor, a instrução probatória será não apenas desejável como, no mais das vezes, necessária.³⁸⁶ Ora, se o meio probatório requerido possuir “nexo objetivo com o objeto da prova, tem o órgão jurisdicional de admiti-la, sob pena de sufocar-se o caráter democrático que caracteriza o processo civil no Estado Constitucional. Há aí, inequivocamente, prova necessária à instrução do processo”.³⁸⁷ Havendo controvérsia fática, o direito à prova será inerente à própria possibilidade de defesa.

³⁸⁴ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Alguns Problemas Atuais da Prova Civil. In *Revista de Processo*. vol. 53, jan./mar. 1989. p. 122. Também Scarpinella aduz que “não é por razão diversa que se fala tanto em ‘legitimação pelo contraditório e pelo devido processo legal’, querendo-se com isto destacar que a manifestação do Estado – de todo ele, não só do Estado-juiz – será tanto mais legítima quando maior for a possibilidade de os destinatários de seus atos, de suas decisões, que têm caráter imperativo e vinculante, poderem se manifestar para influenciar a autoridade competente antes de ela decidir”. (BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso Sistematizado de Direito Processual*. vol. 1, cit., p. 141).

³⁸⁵ COMOGLIO, Luigi Paolo. Garanzie Costituzionali e Giusto Processo (Modelli a Confronto). In *Revista de Processo*. vol. 90, abr./jun. 1998. p. 120.

³⁸⁶ Observa Carreira Alvim que a conduta omissiva do réu não gera a conclusão lógica de que a ação deva, sempre, ser julgada procedente, seja porque é relativa a presunção de veracidade dos fatos alegados (o próprio autor pode, eventualmente, nem ter direito à ação ajuizada ou o juiz pode considerar improvisados os fatos não contestados); seja porque o tipo de direito reclamado encontra-se entre aqueles onde o autor, obrigatoriamente, tenha de produzir prova; seja, ainda, pelo fato de o réu ter sido citado com hora certa ou por edital, hipóteses nas quais será nomeado curador especial, cujo representante não tem o dever de impugnar especificamente os fatos, não se aplicando em tais condições os efeitos da revelia. (ALVIM, J. E. Carreira. Revelia nos Juizados Especiais Estaduais e Federais. In *Revista de Processo*. vol. 109, jan./mar. 2003. p. 57).

³⁸⁷ MITIDIERO, Daniel. *Colaboração No Processo Civil*, cit., p. 146.

O direito à prova compõe, desta maneira, o princípio do contraditório e o direito de defesa de forma que, para que seja possibilitado o real acesso à ordem jurídica justa, deve ser garantida a possibilidade de ampla produção probatória, tanto por iniciativa das partes como por iniciativa do juiz, interessado que é no contraditório efetivo e no acerto da decisão a ser proferida.³⁸⁸

A prova não é realizada, portanto, apenas no interesse das partes, mas visa, antes de tudo, à possibilidade da correta aplicação do direito e à prestação da justa tutela jurisdicional. É mecanismo que auxilia na concretização dos escopos sociais do processo de pacificação social com justiça.³⁸⁹

5.6.2. Prova, atuação positiva e colaboração

O juiz não precisa assumir posição meramente passiva, baseada no princípio dispositivo puro, em que cabe exclusivamente às partes a produção de provas, permanecendo ele estático. Esse raciocínio deve ser mitigado para que se possa buscar a solução mais justa para o processo. Por este motivo, o julgador pode interferir na produção da prova, principalmente se verificar haver meios não colocados pelas partes, determinando de ofício a sua produção (art. 130, CPC).

Se o magistrado permanece inativo, contentando-se com as provas requeridas quando há outros meios possíveis, há risco ao bom desempenho da atividade jurisdicional e ameaça de eventuais injustiças.³⁹⁰ Esta atuação ativa, ao contrário de comprometer sua imparcialidade, contribui para que a decisão seja correta, resultante da maior quantidade de elementos disponíveis. “O poder instrutório do juiz existe para

³⁸⁸ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Garantia da Amplitude de Produção Probatória, Garantias Constitucionais do Processo Civil. In TUCCI, José Rogério Cruz (coord). *Garantias Constitucionais do Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 168 e 169.

³⁸⁹ “A prova não é feita no interesse exclusivo das partes, mas, antes e acima dele no interesse da verdade, para que haja correta aplicação do Direito. Correta aplicação é aquela que corresponde à incidência, que tem alicerce nos fatos da vida. Por conseguinte, correta aplicação do Direito é a que assenta em fatos verdadeiros, logo, a deficiência da prova atinge não somente o interesse da parte, mas também desvirtua e desfigura, igualmente, a função jurisdicional”. (CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 8. ed., vol. 3, cit., p. 459).

³⁹⁰ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Novo Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 429.

assegurar a tranquilidade necessária para um julgamento adequado e razoável, quando a prova reunida no processo não for suficiente para seu convencimento”.³⁹¹

A possibilidade de o juiz interferir na produção de provas visa também garantir a igualdade entre as partes, especialmente quando uma delas estiver em posição de vulnerabilidade. A necessidade de se assegurar esta equiparação dos litigantes justifica a postura positiva do julgador,³⁹² de modo a equilibrar eventuais diferenças existentes, que podem decorrer de desigualdades econômicas, culturais ou processuais, exigindo que ele diligencie o que a parte não soube ou pôde diligenciar, com a finalidade de outorgar a tutela a quem tem razão. Este raciocínio é amplamente aplicável ao revel, ainda mais quando citado fictamente, pois “muitas vezes a ausência de resposta do réu, longe de resultar da vontade deliberada de não comparecer ao processo ou da falta de interesse em resistir à pretensão do autor, ou ainda da falta de razão do réu, decorre principalmente do seu baixo nível de instrução, de dificuldades econômicas na contratação de advogado etc”,³⁹³ situação que se agrava quando a citação é realizada de forma ficta.

Neste sentido, explica Bedaque que, não raro, a omissão das partes decorre de fatores econômicos, sociais ou culturais e não à intenção própria de dispor de seus direitos. E esta hipossuficiência de um dos litigantes não deve levar à uma decisão injusta, pois isso “representaria um verdadeiro fracasso da atividade jurisdicional, cuja finalidade é promover a atuação da norma aos fatos efetivamente verificados. Somente assim se alcançará a verdadeira paz social. Inadmissível que eventuais desigualdades impeçam este resultado. Por isso, torna-se absolutamente necessário que o magistrado desenvolva atividades probatórias, quando imprescindíveis à correta apuração dos fatos”.³⁹⁴

³⁹¹ WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso Avançado de Processo Civil*. vol. 1, cit., p. 483.

³⁹² Tratando da parcialidade do juiz, Artur Cesar de Souza explica que a imparcialidade não deve ser considerada apenas no aspecto negativo, mas também sob o aspecto positivo, em que o juiz pondera de forma adequada e prévia à tomada de decisões, todos os interesses juridicamente relevantes. O autor explica que “para que se possa falar em processo justo e equo, não basta que o princípio da (im)parcialidade fosse conduzido apenas como conteúdo de critérios negativos ou proibitivos. Para se alcançar tal desiderato, é imprescindível que o juiz também considere na decisão as diferenças das circunstâncias sociais, econômicas, culturais etc, que são imanentes da relação jurídica processual. Somente se estiver consciencioso da totalidade dessa circunstâncias introduzidas na relação, é que o juiz estará em condições de ser eticamente (im)parcial”. (SOUZA, Artur Cesar. *A Parcialidade Positiva do Juiz (Justiça Parcial) como Critério de Realização no Processo Jurisdicional das Promessas do Constitucionalismo Social*, cit., p. 64 e 65).

³⁹³ BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e Seus Efeitos*, cit., p. 105.

³⁹⁴ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Poderes Instrutórios do Juiz*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 74 e 75.

Se um melhor julgamento repousa na possibilidade de aplicação correta da norma aos fatos, estes devem restar demonstrados da maneira mais abrangente possível. Tal argumento propicia que o julgador atue ativamente na fase instrutória, suprindo eventuais deficiências e omissões das partes. Isso não compromete sua parcialidade, a uma porque esta atividade é complementar a dos litigantes,³⁹⁵ a duas porque não sabe de antemão a quem beneficiará a prova a ser produzida³⁹⁶ e, ainda, porque ao agir assim está buscando formar sua convicção para a boa prestação da tutela jurisdicional.

Com efeito, “as desigualdade econômicas e culturais são capazes, quando incontroladas, de conduzir o processo à produção de resultados distorcidos em razão de insuficiências probatórias daquele que não se defendeu melhor porque não pode”,³⁹⁷ devendo o magistrado promover o equilíbrio do processo. As normas processuais asseguram a equiparação das partes em termos pois, quando a desigualdade é muito acentuada não logram êxito, por si só, em garantir a paridade, sendo necessário que o equilíbrio seja observado também pelo julgador no caso concreto.

Em razão do quanto exposto, os poderes instrutórios do juiz devem ser considerados de maneira ampla, pois somente mediante a produção das provas é possível a melhor e mais justa prestação da tutela jurisdicional.

Além da participação mais positiva do juiz na instrução probatória, a doutrina também tem admitido a possibilidade de dinamização do ônus da prova. Explica Mitidiero que, em determinados casos concretos, a distribuição apriorística do ônus da prova pode se afigurar insuficiente. Nestas situações “o órgão jurisdicional, atento à circunstância de o direito fundamental ao processo justo, ao nosso devido processo legal processual, implicar direito fundamental à prova, dinamizar o ônus da prova, atribuindo-o

³⁹⁵ Para Câmara e Bedaque a atividade probatória do juiz não é realizada apenas subsidiariamente à das partes, mas junto com elas, por ser ele sujeito interessado no resultado do processo. (BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Poderes Instrutórios do Juiz*, cit., p. 159; CAMARA, Alexandre Freitas. Poderes Instrutórios do Juiz e Processo Civil Democrático. In *Revista de Processo*. vol. 153, nov. 2007. p. 36).

³⁹⁶ Com razão, Câmara sustenta que se o juiz que determina a produção da prova pudesse ser considerado parcial em favor daquele a quem a prova beneficiasse, aquele que permanece passivo e não determina a produção da prova também seria parcial em favor daquele a quem a produção da prova prejudicaria. (Ibid., p. 36).

³⁹⁷ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 3, cit., p. 53.

a quem se encontre em melhores condições de provar. Cumprirá o órgão judicial, dessarte, com o seu dever de auxílio, inerente à colaboração”.³⁹⁸

Assim, a teoria da carga dinâmica da prova³⁹⁹ permite a aplicação diferenciada do encargo de provar em situações determinadas. Esta possibilidade, que busca assegurar a justiça no caso concreto, atribuindo o ônus probatório à parte que possui melhores condições de provar é especialmente valiosa para as hipóteses em que um dos litigantes está em condição de especial suscetibilidade. Altera-se a distribuição deste ônus para que o vulnerável não seja vítima de suas impossibilidades e possa contar com o auxílio dos demais sujeitos da relação jurídica, em uma perspectiva cooperativa, de modo que os elementos probatórios relevantes venham à seara judicial.⁴⁰⁰

De se ressaltar, portanto, que a adoção, pelo magistrado, da posição de agente colaborador do processo não se resume à ampliação dos seus poderes instrutórios ou de efetivação das decisões judiciais, abrangendo também uma postura de diálogo para com as partes, esclarecendo suas dúvidas, pedindo esclarecimentos e dando orientações necessárias quando for o caso, prestigiando-se, assim, o diálogo e o equilíbrio.⁴⁰¹

Os dispositivos previstos no Código de Processo Civil, nos arts. 130 (que permite a produção de provas pelo juiz), art. 131 (que propicia o julgamento permeado pelo livre convencimento motivado) e art. 339 (que dispõe que todos devem colaborar para a descoberta da verdade real), fundamentam o dever cooperação e diálogo, de modo a evitar que a decisão final tenha por base a falta de informação e não a verdade apurada.⁴⁰²

³⁹⁸ MITIDIERO, Daniel. *Colaboração no Processo Civil*, cit., p. 142.

³⁹⁹ “O ônus da prova incumbe à parte que detiver conhecimentos técnicos ou informações específicas sobre os fatos, ou maior facilidade na sua demonstração, não requerendo qualquer decisão judicial de inversão do ônus da prova”. (CAMBI, Eduardo. *A Prova Civil: Admissibilidade e Relevância*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 341). O princípio da colaboração e a teoria da carga dinâmica da prova não são expressamente previstos no ordenamento jurídico brasileiro, mas têm sido abordados pela doutrina e pela jurisprudência diante da grande capacidade para a proteção dos direitos de vulneráveis.

⁴⁰⁰ SILVA, Fernanda Tartuce. *Vulnerabilidade como Critério Legítimo de Desequiparação no Processo Civil*, cit., p. 300.

⁴⁰¹ DIDIER JR., Fredie. O Princípio da Cooperação: Uma Apresentação. In *Revista de Processo*. vol. 127, set. 2005. p. 76. Na mesma obra, autor ainda explica que o princípio da cooperação informa e qualifica o contraditório, e gera para o magistrado os deveres de esclarecimento, de consultar e de prevenir (este último refere-se ao dever de apontar as deficiências das postulações das partes para que possam ser supridas). Para Miguel Teixeira de Sousa seriam quatro os deveres essenciais, espécies do gênero cooperação: dever de esclarecimento, dever de prevenção, dever de consulta e dever de auxílio. (SOUSA, Miguel Teixeira de. *Estudos sobre o Novo Processo Civil*. 2. ed. Lisboa: Ed. Lex, 1997. p. 65).

⁴⁰² GOUVEIA, Lucio Grassi de. A Função Legitimadora do Princípio da Cooperação Intersubjetiva no Processo Civil Brasileiro. In *Revista de Processo*. vol. 172, jun. 2009. p. 33 e 34. O mesmo autor esclarece

Somadas todas as possibilidades aventadas, de atribuição de poderes instrutórios amplos ao magistrado - do que decorre a possibilidade de sua atuação positiva, atentando sempre às eventuais dificuldades dos litigantes que podem interferir na justa decisão -; da possibilidade de dinamizar o encargo probatório, atribuindo-o àquele que possua mais e melhores condições de provar; e de valoração ampla da prova produzida, demonstra-se que a postura colaborativa dos sujeitos do processo torna-se fator crucial para o julgamento justo e equo. A colaboração franca e solidária das partes e do juiz é determinante para a obtenção eficaz e célere da justa composição da controvérsia.

5.6.3. Curadoria especial e prova

A curadoria especial tutela os interesses de vulneráveis processuais em razão de sua especial dificuldade para o exercício de seus direitos, implicando na garantia de proteção ao contraditório e à ampla defesa. Esta tutela especial inclui a necessidade de o curador participar ativamente da fase instrutória, inclusive indicando provas a serem produzidas. Dependendo dos fatos alegados pelo autor da produção de provas - vez que controvertidos - estas deverão ser realizadas, não podendo ser negada a dilação probatória requerida pelo curador especial.

Significa dizer que o curador especial pode pleitear a produção de provas, sob pena de a defesa do ausente tornar-se atividade meramente simbólica. Em havendo provas requeridas sobre fatos relevantes, estas não podem ser afastadas.

Se coubesse ao curador especial apenas contestar, afastando os efeitos da revelia, bastaria que a legislação previsse que ao réu citado fictamente não se aplicariam seus efeitos (podendo inclusive ser extinta a figura do curador especial). Decerto que a curadoria especial representa muito mais. Representa a real possibilidade de defesa do réu revel citado por edital ou com hora certa, com todos os meios a ela inerentes. E real

que a cooperação intersubjetiva em direito processual significa “trabalho em comum, em conjunto, de magistrados, mandatários judiciais e partes, visando a obtenção, com brevidade e eficácia, da justa composição do litígio”. (Ibid., p. 35). A cooperação busca transformar o processo civil em uma comunidade de trabalho, responsabilizando tanto as partes como os julgadores por seus resultados. (SOUSA, Miguel Teixeira de. *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, cit., p. 62).

possibilidade de defesa inclui a possibilidade de influenciar na convicção do magistrado e, consequentemente, na tutela jurisdicional que será prestada.

Para tanto, pode requerer a produção de provas porque “a defesa do réu ausente, atividade compulsória do defensor público, concede ao curador especial rigorosamente os mesmos poderes instrutórios, se comparada com a defesa da pessoa presente. Nesse sentido, não pode sofrer limitação baseada no equivocado raciocínio de que a defesa do réu ausente é mero formalismo destinado a afastar os efeitos da revelia”.⁴⁰³

A ausência de obrigatoriedade de impugnação específica acarreta, frequentemente, a necessidade de instrução probatória para a demonstração das alegações do demandante. Portanto, nos casos em que há citação ficta, via de regra, não haverá possibilidade de julgamento antecipado da lide,⁴⁰⁴ devendo o autor provar e o réu contraprovar os fatos discutidos (principalmente – mas não apenas - quando o litígio envolver direitos indisponíveis).

Ressaltamos que a participação do curador na instrução probatória não deve ser vista como simples atividade protelatória. Nem sempre isso acontece. Relata Hugo Nigro Mazzilli que “sob o ponto de vista do juiz, há vezes em que os protestos probatórios feitos pelo curador especial são recusados, como se fosse possível aplicar a presunção de veracidade dos fatos não impugnados especificamente (art. 319) mesmo quando há contestação por negativa geral”.⁴⁰⁵

Se a não incidência dos efeitos da revelia, especificamente do ônus da impugnação especificada determina a manutenção do ônus de provar os fatos constitutivos de seu direito com o autor, pode o curador especial requerer a dilação probatória necessária para demonstrar a não configuração dos fatos alegados. Se for pertinente, não deve ser rejeitada, sob pena de violação do contraditório, da igualdade das partes e do dever de cooperação.

⁴⁰³ VARGAS, Cirilo Augusto. *Poderes Instrutórios do Curador Especial*. Disponível em: [http://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=8717]. Acesso em 06/10/2010. p. 98.

⁴⁰⁴ Exceto se a questão for apenas de direito, conforme abordado no item 5.3.5.4.

⁴⁰⁵ MAZZILLI, Hugo Nigro. *Curadoria Especial*, cit., p. 288.

Ainda sobre o tema, importante trazer à colação o ensinamento de Nelson Nery Jr., ao esclarecer que “se o juiz nada obstante reconhecer que o curador especial pode contestar genericamente, dispensar a prova porque não houve impugnação especificada, estaria negando vigência àqueles dois dispositivos legais, e, contrariamente ao direito, dando operatividade ao art. 319 do CPC, de aplicação interditada quando se tratar de revelia em virtude de citação ficta”.⁴⁰⁶

A manutenção do ônus da prova com o autor é que determina a possibilidade de sua ampla produção, com vistas à formação da convicção do magistrado. A prova dos fatos apenas poderá ser legitimamente afastada quando for irrelevante ou não guardar pertinência com o julgamento da causa ou, sendo relevante, for também notória ou objeto de presunção legal (já que em razão da atuação do curador especial não cabe confissão nem incontrovérsia).

Além disso, deve o julgador permanecer atento à desigualdade processual dos litigantes, intervindo sempre que verificar que, em razão desta condição de suscetibilidade, alguma prova relevante deixou de ser produzida. Cabe ao magistrado, colaborando para o justo deslinde do feito, propiciar a construção da decisão coparticipada, dando efetiva possibilidade para que os litigantes conheçam e intervenham na matéria de fato e de direito, de modo que a decisão judicial seja fruto de uma reflexão entre todos os sujeitos do processo.⁴⁰⁷

Não bastasse isso, o juiz ainda deve levar em consideração, no desempenho da atividade jurisdicional, os aspectos sociais, econômicos e culturais das partes, em especial a vulnerabilidade réu revel no caso concreto. Deve ponderar os aspectos instrumentais necessários para a construção de uma sociedade mais justa e sem desigualdades, buscando o melhor julgamento possível.⁴⁰⁸

⁴⁰⁶ NERY JR., Nelson. A Citação com Hora Certa e a Contestação do Curador Especial, cit., p. 14.

⁴⁰⁷ GOUVEIA, Lúcio Grassi de. A Função Legitimadora do Princípio da Cooperação Intersubjetiva no Processo Civil Brasileiro, cit., p. 50 e 51.

⁴⁰⁸ Esta atuação tem sido reconhecida como a versão positiva da parcialidade do juiz, que informa materialmente o agir do magistrado, para que ele leve em consideração os aspectos necessários à garantia da construção de uma sociedade mais justa. O aspecto negativo está caracterizado na proibição de se inclinar a favor de determinada parte ou outro fator discriminatório. (SOUZA, Artur César. A Parcialidade Positiva do Juiz (Justiça Parcial) como Critério de Realização no Processo Jurisdicional das Promessas do Constitucionalismo Social, cit., p. 69).

Assim, “as garantias constitucionais do processo civil asseguram não apenas o acesso à justiça formal e abstratamente considerado, mas também um processo justo e equo, capaz de proporcionar em concreto a efetividade da tutela jurisdicional através de resultados práticos que ofereçam adequada proteção a quem tiver razão à luz do direito material, quer seja ele o autor, quer seja o réu. Para que tal objetivo possa ser atingido, impõe-se ao juiz, sempre que necessário, assumir postura ativa para assegurar a igualdade substancial entre as partes e impedir que eventuais disparidades técnicas, econômicas e culturais possam afastar o processo de seu nobre objetivo de conduzir à ordem jurídica justa”.⁴⁰⁹

Ao reconhecer a condição de vulnerabilidade do ausente, o magistrado deve permanecer atento a esta situação, colaborando com a atuação do curador especial quando verificar dificuldades ou deficiências no desempenho desta função.

Ainda no que se refere à instrução probatória, a teoria da carga dinâmica da prova poderá ser especialmente útil, tendo em vista que o litigante vulnerável, ao deixar de produzir a prova que lhe cabe, muitas vezes não o faz por opção, mas por óbice processual ao qual não deu causa.⁴¹⁰ Neste contexto, é necessário considerar um sistema em que o ônus da prova é atribuído a quem possui melhores condições de suportá-lo (no mais das vezes as partes presentes). Através da aplicação desta teoria, que atribui a quem possui maior facilidade a demonstração da prova, acentua-se a colaboração entre os sujeitos processuais no caminho para a consecução da finalidade de obter a justa prestação da tutela jurisdicional.

Possui o curador especial, portanto, a mesma possibilidade de requerer a produção de provas do que qualquer parte presente, devendo participar ativamente da fase instrutória. O julgador, por sua vez, atento à condição de vulnerabilidade do réu revel citado fictamente, poderá atuar positivamente, indicando provas e flexibilizando os ônus de sua produção, de modo a garantir a efetiva igualdade processual e o julgamento justo.

⁴⁰⁹ BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e Seus Efeitos*, cit., p. 97 e 98.

⁴¹⁰ SILVA, Fernanda Tartuce. *Vulnerabilidade como Critério Legítimo de Desequiparação no Processo Civil*, cit., p. 299.

5.7. Execução

Houve grande discussão acerca da possibilidade de o curador especial atuar em embargos à execução. Principalmente em razão da natureza jurídica dos embargos (ação de conhecimento autônoma), já se argumentou o curador não teria legitimidade para opô-los. Isso ocorreria porque, “sendo o curador especial substituto processual, a sua legitimação, que é extraordinária, dependeria de previsão expressa da lei”.⁴¹¹ Desta forma, não tendo o curador especial legitimidade para propor demandas em nome do substituído, haveria dúvidas quanto a possibilidade de sua atuação nos embargos.

A questão da atuação de curador especial nos embargos girava em torno, justamente, do fato de que não constituiriam defesa, mas uma ação autônoma.⁴¹² Entretanto, a despeito de serem concebidos como ação autônoma, os embargos possuem nítido caráter defensivo, sendo a forma possível de defesa nas ações de execução. Não bastasse isso, a ideia de permitir a igualdade no âmbito do processo é larga, e não se restringe apenas aos processos de conhecimento. A atuação do curador especial, por constituir especial proteção ao vulnerável não deve ser reduzida. Desta forma, “os embargos do devedor, na sistemática do processo executivo, não passam de um meio criado pelo legislador para dar ao sujeito passivo a possibilidade de defender-se contra a agressão patrimonial representada pela penhora. Tecnicamente, não se trata de contestação, é verdade, mas é fora de discussão, por outro lado, o seu caráter defensivo”.⁴¹³

Além da natureza jurídica dos embargos, outros pontos de discussão versavam sobre a existência de revelia e de contraditório nos processos de execução.

⁴¹¹ MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 175. No trecho transcrito o autor explica as razões pelas quais poderia não ser admissível a atuação de curador, embora não concorde com elas.

⁴¹² No sentido de que apenas poderia o curador especial apresentar objeções, que não dependeriam de ação própria (embargos) para argumentação: “o curador especial terá legitimidade para opor embargos sempre que a matéria articulada não depender, necessariamente, por natureza, de ser oposta por meio de embargos, muito embora haja previsão legal para que o seja”. (ARAUJO, Francisco Fernandes de. *O Curador Especial no Processo de Execução*, cit., p. 102). Entretanto, cumpre ressaltar que o novo regime da execução extrajudicial praticamente afastou a utilidade das exceções e objeções pré-processuais, que foram criadas para permitir ao executado a defesa sem a necessidade de prévia garantia. Como a penhora não é mais condição para a oposição dos embargos, não há muito mais utilidade nelas (salvo quando, por exemplo, forem arguidas após o momento processual adequado).

⁴¹³ MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 175.

Argumentava-se que a curadoria especial seria necessária apenas nos casos em que houvesse revelia, que se resumiriam aos processos de conhecimento e cautelar.⁴¹⁴ Em que pese este entendimento, necessário novamente ressaltar que a revelia não se confunde com seus efeitos.⁴¹⁵ Assim, embora não se fale em efeito da revelia nos processos de execução, a revelia em si ocorre quando o executado permanece inerte. E ocorrendo a revelia, justifica-se a aplicação do previsto no art. 9º, II, CPC.⁴¹⁶

No que se refere ao contraditório, há muito tempo foi superada a ideia de que a execução estaria alheia à sua incidência, já que é atividade jurisdicional e, portanto, submete-se aos princípios constitucionais que a regem.⁴¹⁷ Portanto, o contraditório existe no processo de execução, tanto por ser aí garantida a necessária informação sobre os atos

⁴¹⁴ No sentido de que não há revelia no processo de execução, Humberto Theodoro nega os efeitos da revelia, por ser “especialíssima” a posição do credor, na execução. (THEODORO JR., Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 280). No mesmo sentido, Santos vislumbra que o próprio termo “impugnação”, serviu para afastar os efeitos da revelia (SANTOS, Ernane Fidelis dos. *Manual de Direito Processual Civil*. 4. ed, vol. 2. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 59). Na jurisprudência, vale trazer à colação o seguinte excerto: “Não há, pois, revelia do executado. É um mero ausente, não um revel. Outrossim, incorrente a figura da revelia, o juiz não deverá nomear o curador especial, aludido no art. 9º, II, ao executado citado por edital ou com hora certa e que não se fez representar na execução”. (RT 496/15).

⁴¹⁵ Celso Agrícola Barbi, embora não reconheça a possibilidade de, a rigor, se falar em revelia nos processos de execução entende que “o essencial para a interpretação do texto legal não é o conceito de revelia, mas sim a motivação e a finalidade da lei. O motivo da norma legal, como já se disse antes, é não haver certeza de que o réu tenha tomado conhecimento da propositura da ação; e a finalidade é dar-lhe, nesse caso, alguma defesa, porque sua omissão reforça a suposição de que ele não ficou ciente da propositura da ação”. (BARBI, Celso Agrícola. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 1, cit., p. 85).

⁴¹⁶ No sentido de que há revelia no processo de execução, cf. “Não importa, na realidade, se se trata de réu, executado ou requerido; o que interessa à lei é à citação ficta não ter se seguido a defesa própria e possível por parte do sujeito passivo no respectivo processo. Ante a *ratio* da curatela especial do art. 9º, II, portanto, não há lugar para restrições, pena de inutilização do instituto e violação da garantia que a lei quis outorgar”. (MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 176). Corroborar este entendimento LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Embargos à Execução*. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 260.

⁴¹⁷ TALAMINI, Eduardo. A Objeção na Execução (Exceção de Pré- Executividade) e as Leis de Reforma no Código de Processo Civil. In SANTOS, Ernani Fidelis et al. (coord.). *Execução Civil. Estudos em Homenagem ao Professor Humberto Theodoro Jr.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 577. Mesmo reconhecendo a natureza jurisdicional da execução, Liebman entendia que na atividade executiva “não há mais equilíbrio entre as partes, não há contraditório; uma delas foi condenada e sobre este ponto não pode mais, em regra, haver discussão”. (LIEBMAN, Enrico Tullio. *Processo de Execução*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1968. p. 37). Há autores que defendem que na execução há contraditório, embora mitigado: “É evidente que o contraditório na execução é menos amplo, o que não quer dizer que ele não exista”. (GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Novo Curso de Direito Processual Civil*. 2. ed. vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 16). Entretanto, na acepção moderna do princípio do contraditório, configurado como o direito das partes a um diálogo participativo, não há mais espaço para que se reconheça apenas a existência de um contraditório mitigado em tais processos. O fato de o contraditório ser uma garantia de diálogo não permite que se possa limitar a sua eficácia plena apenas ao processo de cognição. Assim, tanto nos embargos quanto na impugnação ao cumprimento de sentença incide o contraditório amplo, levada em consideração a própria natureza deste tipo de processo. Nesse sentido, cf. SANTOS, Guilherme Luis Quaresma Batista. Algumas Notas sobre o Contraditório no Processo Civil. In *Revista de Processo*. vol. 194, abr. 2011. p. 69; NERY JR., Nelson. *Princípios do Processo na Constituição Federal*, cit., p. 236.

processuais, como também por ser assegurada a participação do devedor no controle da regularidade da execução.⁴¹⁸ “Os princípios do contraditório e da ampla defesa atuam plenamente na execução, observadas as peculiaridades dessa fase processual”.⁴¹⁹ Além disso, importa consignar que a natureza autônoma dos embargos à execução decorre de mera opção legislativa de afastar a discussão acerca da existência ou não da dívida do processo executivo.⁴²⁰

Aliás, é justamente em razão da existência do contraditório no processo executivo que se justifica a atuação do curador especial com poderes para opor embargos à execução.⁴²¹ Esta possibilidade de atuação restou pacificada no direito brasileiro em 1997, em razão da edição da Súmula 196, do Superior Tribunal de Justiça,⁴²²

⁴¹⁸ SILVA, Bruno Campos. Novos Rumos do Processo de Execução no Brasil - Aspectos Referentes à Defesa Endoprocessual do Executado. In *Revista de Processo*. vol. 118, nov. 2004. p. 119.

⁴¹⁹ LOPES, João Batista. Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa na Reforma da Execução Civil. In SANTOS, Ernani Fidelis et al. (coord). *Execução Civil. Estudos em Homenagem ao Professor Humberto Theodoro Jr.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 82.

⁴²⁰ A ideia de dissociação, baseada no princípio da autonomia entre cognição e execução, aconselhou sua ordenação em processos distintos, conforme apontava Liebman. (LIEBMAN, Enrico Tullio. *Processo de Execução*, cit., passim). Embora seja inegável esta opção do legislador, não há muita razão para que os embargos sejam considerados sempre como ação autônoma pois, no mais das vezes, se assemelham à mero incidente processual. (MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Os Embargos à Execução de Título Extrajudicial. In SANTOS, Ernani Fidelis et al. (coord). *Execução Civil. Estudos em Homenagem ao Professor Humberto Theodoro Jr.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 628).

⁴²¹ GUERRA, Marcelo Lima. *Execução Forçada - Controle de Admissibilidade*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. Ainda, sobre o mesmo assunto: “A matéria, porém, tem suscitado divergência jurisprudencial e doutrinária, dando-se sentido amplo à natureza dos embargos do devedor, como sendo defesa e, portanto, havendo necessidade de preservar o devedor, mormente quando citado por edital, por força do art. 6º do CPC”. (LIMA, Alcides de Mendonça. A Revelia nos Embargos do Devedor. In *Revista de Processo*. vol. 33, jan. 1984. p. 192).

⁴²² São citados como precedentes de referida Súmula, dentre outros, os seguintes julgados: “Processual civil. Execução. Devedor citado por edital. Nomeação de curador especial: necessidade. Embargos à execução propostos pelo curador especial: admissibilidade. Precedentes. Recurso Especial provido. I - o juiz deve nomear curador especial ao devedor citado fictamente, e que não compareceu ao processo de execução. II - o curador especial, representante judicial do devedor citado fictamente, pode ajuizar ação de embargos a execução. Inteligência dos arts. 9º, II, 319, 598, 621, 632, 652 e 654, do CPC, do art. 5. Del 4.657/1942 e do art. 5º, LV, da CF/1988. Aplicação do enunciado da Sum. 9/TACIVRJ. III - precedentes do STF: RE 108.073/MG. Precedentes do STJ: REsp 35.061/RJ, REsp 24.254/RJ, REsp 32.623/RJ, REsp 37.652/RJ e REsp 27.103/RJ. VII - Precedentes do extinto TFR: AC 62.202/PR, AG 46.897/GO E AG 40.974/SP. Recurso Especial conhecido e provido”. (STJ. REsp 28114/RJ. Rel. Min. Adhemar Maciel. j. 03/03/1997); “Processual Civil - Execução - Citação Editalícia - Embargos de Devedor - Nomeação do curador especial - Lei 5.471/71 - Artigos 9, II, 319, 320, 322 e 601, CPC. 1. Afastando-se a exegese literal, compreende-se que, embora o executado não seja citado para contestar, mas para impugnar, não comparecendo, no seu significado amplo, viceja a revelia. O curador oficia, com amplitude, admitindo-se que deduza os pontos possíveis. O sistema do código não se compadece com a interpretação que restrinja o conceito de revelia. 2. A jurisprudência do STJ acolheu entendimento no sentido de que o curador especial (*ad litem*) tem legitimidade para opor embargos do devedor em execução, onde o executado, citado por edital, remanesce revel. Trata-se, segundo a doutrina, de exigência de defesa do revel pelo curador e tem fundamento no princípio do contraditório, pois não se sabe se ele - o réu revel - não quis contestar ou não pode, ou mesmo não soube da citação”. (STJ. REsp 35061/RJ. Rel. Min. Milton Luiz Pereira. j. 23/03/1995); “Processual

que dispõe que “ao executado que, citado por edital ou por hora certa, permanecer revel, será nomeado curador especial, com legitimidade para apresentação de embargos”.⁴²³

Se há revelia e contraditório, bem como a determinação de que a atividade executiva deva se desenvolver do modo menos sacrificante possível para o executado (art. 620, CPC), deve ser observado seu direito de defesa também na execução. O dever primordial do curador especial é, portanto, o de apresentar a defesa do réu citado fictamente, ainda que esta não esteja propriamente consubstanciada na apresentação de contestação, mas do meio legal cabível que vise à efetivação desta garantia.

A despeito da pacificada necessidade de atuação do curador especial no âmbito executivo, bem como de seu dever de defender o executado, ainda discute-se em que medida pode/deve atuar neste tipo de processo. Há controvérsia sobre a obrigatoriedade de oposição dos embargos de devedor, bem como da utilidade da utilização da negativa geral nestas hipóteses.

Parte da doutrina aduz que seria descabida a oposição de embargos por negativa geral no processo de execução pois “não está entre os efeitos dos embargos afastar os efeitos da revelia. O curador especial só deve apresentá-los se efetivamente tiver elementos ou defesas. Do contrário, deve esclarecer que os deixa de opor por falta de elementos específicos, mas que acompanhará a execução, para verificar se os direitos do devedor estão sendo respeitados”.⁴²⁴

Civil - Embargos do Devedor - Curador especial - Legitimidade - Executado citado por edital - Precedentes STJ. Ao executado, citado por edital, que permanece revel, é dado curador especial com legitimidade para opor embargos do devedor, em atendimento ao princípio do contraditório. Recurso não conhecido”. (STJ. REsp 24254/RJ. Rel. Min. Francisco Peçanha Martins. j. 06/02/1995).

⁴²³ Wilson Marques diverge da Súmula 196, ao apontar que, na execução, por não existir contestação, não existe revelia. Sustenta que “a posição jurídica das partes (no processo de conhecimento e no de execução) também é diferente. Na cognição elas estão em posição de igualdade e equilíbrio, pois não se sabe qual delas está com a razão e nada pode ser feito sem que todas elas sejam ouvidas ou possam fazer-se ouvir, de acordo com o princípio do contraditório. [...] Mas pelo contrário, na execução não há mais equilíbrio entre as partes, não há contraditório [...] e, portanto, defesa, ampla, ou não”. (MARQUES, Wilson. O Papel do Curador Especial no Processo Civil, cit., p. 119 et seq.).

⁴²⁴ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Novo Curso de Direito Processual Civil*. vol. 3, cit., p. 146. No mesmo sentido: “pudesse o curador especial contestar a execução por negação geral, pois isto tornaria os fatos controvertidos, conforme visto, inclusive quanto à própria e presumida certeza e liquidez do título, e, em tais condições, ficaria o exequente com o ônus de provar a regular constituição do mesmo. E não seria razoável submeter o exequente a tão árdua e onerosa tarefa, porque munido de título com natural eficácia, somente destronável pela produção de prova em contrário, que, evidentemente, não lhe compete, e também o curador especial não teria condições de ofertar essa prova, porquanto, para fazê-lo, teria de propor uma ação para a qual não está legitimado. Aliás, por desconhecer totalmente os fatos intrínsecos e subjacentes à

Em que pese este entendimento, se se trata de processo em que há contraditório e revelia, há necessidade de que a defesa seja apresentada, ainda que sem elementos específicos. Caberá ao autor demonstrar ser credor do executado, comprovando a certeza, liquidez e exigibilidade do título apresentado. Deve haver equilíbrio entre o escopo da execução (satisfação do exequente) e a necessidade de que esta se faça do modo menos gravoso ao devedor. Assim, o curador especial age, como substituto processual que é, de maneira ampla e irrestrita. Pode opor embargos e objeções de pré- executividade.⁴²⁵ Além disso, deve acompanhar o processo no que se refere aos pressupostos da atuação jurisdicional, à validade dos atos processuais, atuando em qualquer incidente do processo de execução, observando sempre o princípio do menor gravame ao executado.

No que se refere aos embargos, tanto podem impugnar o mérito, como ser puramente processual.⁴²⁶ Podem ser apresentadas as matérias específicas (art. 745, CPC), mas também qualquer outra que poderia ser alegada no processo de conhecimento. Assim, pode negar o débito, arguir sua extinção, impugnar o valor da cobrança, discutir sua exequibilidade, discutir pressupostos processuais ou condições da ação, arguir a nulidade da execução, alegar a impenhorabilidade de bens, a penhora incorreta ou a avaliação equivocada, a forma de administração do bem penhorado, o excesso de execução etc. Em suma, mesmo no processo de execução o réu deve ser ouvido e ter oportunidades de participar, seja através de embargos, seja através do acompanhamento diligente do processo, que no caso do ausente, apenas pode ser feito mediante o exercício da função do curador especial.

formação do título, nem teria o curador condições de fazer qualquer prova seu respeito”. (ARAÚJO, Francisco Fernandes de. *O Curador Especial no Processo de Execução*, cit., p. 104). No mesmo sentido: “Diante disso, forçoso reconhecer que, de nada adianta conferir ao curador especial a prerrogativa de embargar (contestar) por ‘negativa geral’, porquanto essa resultaria em balde, perdurando a presunção legal de liquidez, certeza e exigibilidade do título. [...] No mais, em que consistirá sua intervenção? Estimular o juiz a conhecer questões naturalmente submetidas ao seu crivo por dever de ofício? O modestíssimo escopo não justifica a perda de tempo e o acréscimo de despesas”. (CAMARGO, Claudio Lima Bueno de. *Da Curadoria Especial nas Execuções* - Súmula n. 196 do STJ. In *Revista LEX*. vol. 111, nov. 1998. p. 14 e 15).

⁴²⁵ Em prol da atuação do curador especial “temos defendido a amplitude da defesa do executado. Não para que este obtenha protelações incabíveis ou oponha defesas abusivas. Mas para que certas situações, independentemente da penhora e dos embargos, desde logo, pura e simplesmente, fiquem esclarecidas”. (CRUZ, José Raimundo Gomes. *O Processo de Execução e a Reforma do Código de Processo Civil*. In *Revista de Processo*. vol. 98, abr. 2000. p. 91).

⁴²⁶ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 4. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 658.

Por fim, faremos um breve apontamento sobre a atuação do curador em embargos de terceiro. Nas hipóteses de execução em que haja penhora de bens, em relação às quais deva a mulher do executado ser intimada, verificamos duas situações distintas. Se não houve intimação, não tem o curador especial (que esteja substituindo o marido) legitimidade para opô-los, pois é substituto processual do executado. Neste caso, deverá alertar o juiz sobre a irregularidade, para que seja determinada a intimação da esposa (inclusive recorrendo contra eventual decisão que negar este ato). Entretanto, se a esposa for intimada fictamente e permanecer revel, tem ela o direito de ser defendida por um curador especial “porquanto estará em situação que pode razoavelmente ser equiparada à do executado citado fictamente”.⁴²⁷ Aqui o escopo também é essencialmente defensivo, tal como nos embargos à execução.⁴²⁸

Desta forma, concluímos que o curador especial pode realizar atos para a defesa dos direitos do ausente, que não se resumem a contestar à ação. Ele pode apresentar embargos à execução e ao mandado monitório,⁴²⁹ que são as formas de defesa cabíveis nestes tipos de demanda,⁴³⁰ podendo também opor embargos de terceiro.

Atualmente, o processo autônomo de execução, em razão das alterações legais ocorridas em 2005 e 2006 (Leis n. 11.232 e 11.382), é utilizado para os títulos extrajudiciais e, em hipóteses excepcionais, para títulos judiciais (parágrafo único do art. 475-N e art. 730, ambos do CPC). Nos casos de títulos judiciais, não há mais processo

⁴²⁷ ARAUJO, Francisco Fernandes de. O Curador Especial no Processo de Execução, cit., p. 108.

⁴²⁸ Em sentido contrário, entende que não tem o curador especial legitimidade para defender os interesses do terceiro pois eles apresentarão embargos se entenderem convenientes, não gozando de um direito à contradição obrigatória: MAZZILLI, Hugo Nigro. *Manual do Promotor de Justiça*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1991. p. 401.

⁴²⁹ No sentido de que deve haver a nomeação de curador especial quando houver revelia em hipótese de citação ficta em ação monitória: “Ação Monitória - Revelia - Citação - Efetivação via edital - Admissibilidade - Hipótese em que deve ser nomeado curador especial para exercer a defesa através de embargos - Inteligência do art. 1.102 do CPC”. (STJ. REsp 175.090. Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar. j. 29/10/1998. DJU 28/02/2000. In *Revista dos Tribunais*. vol. 779, set. 2000. p. 191).

⁴³⁰ Mazzilli defende que, além dos embargos, há possibilidade de promoção de exceção de pré-executividade: “Observe-se, contudo, que, quando o curador especial só tiver questões de ordem pública para objetar não precisará opor embargos, podendo apresentá-las diretamente nos autos, sob forma de cota ou petição, pois são matérias que podem e devem ser alegadas a qualquer tempo e conhecidas até de ofício (art. 267, incs. IV e VI, e §3º, do CPC). Entretanto, quanto a questões que visem à desconstituição do título exequendo, é mister embargar para apresentá-las”. (MAZZILLI, Hugo Nigro. *Curadoria de Ausentes e Incapazes*, cit., p. 56). No mesmo sentido: “Por regra, a falta de pressupostos processuais e de condições da ação, matérias de ordem pública, que o juiz deve apreciar de ofício em qualquer tempo ou grau de jurisdição (art. 267, §3º), a qualquer momento poderá o executado suscitar-las, independentemente de oferecimento de embargos do executado. É o que a doutrina vem denominando de exceção de pré-executividade”. (GRECO, Leonardo. *O Processo de Execução*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 196). Sobre o assunto, verificamos na nota de rodapé nº 412 que a dispensa de garantia do juízo para oposição de embargos praticamente inutilizou este tipo de incidente.

autônomo, mas cumprimento de sentença, sequência do processo de conhecimento (em que não se prevê nova citação do réu).

5.7.1. Impugnação ao cumprimento de sentença

Nos títulos judiciais que devam ser objeto de cumprimento de sentença, nos termos dos artigos 475-I e seguintes do Código de Processo Civil, o curador especial que atuou na fase cognitiva continuará atuando na fase de execução,⁴³¹ estando habilitado a apresentar impugnação para alegar alguma das matérias enumeradas no art. 475-L, CPC.

Na impugnação, que é o meio de defesa do devedor na fase de cumprimento de sentença, não há nova ação (como ocorre nos embargos), mas mero incidente processual,⁴³² de modo que não há possibilidade de questionamento acerca da existência de contraditório, que resta evidente. Além disso, o fato de não constituir nova demanda afasta o argumento de que poderia haver falta de legitimidade para a atuação do curador especial, ou a não incidência da revelia, cuja verificação ocorreu na fase de cognição.

Desta forma, atuará o curador especial na fase de cumprimento de sentença, devendo acompanhá-lo e oferecer impugnação, tudo em prol do equilíbrio processual e da garantia da participação do ausente. Outrossim, na hipótese de preenchimento dos requisitos do art. 475-M, CPC, a requerimento do curador especial, o efeito suspensivo deverá ser atribuído à impugnação.

⁴³¹ Desde que permaneça a situação de vulnerabilidade processual verificada.

⁴³² No sentido de que se trata de incidente processual, vide: ALVIM, Arruda. A Natureza Jurídica da Impugnação Prevista na Lei 11.232/2005. In WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (org.). *Aspectos Polêmicos da Nova Execução*. vol. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 50; CARNEIRO, Athos Gusmão. Do Cumprimento de Sentença conforme a Lei n. 11.323/2005. Parcial Retorno ao Medievalismo? Por que não? In WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (org.). *Aspectos Polêmicos da Nova Execução*. vol. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 54; GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Novo Curso de Direito Processual Civil*. vol. 3, cit., p. 206. Não ignoramos, entretanto, a existência de parcela de doutrinadores que entende que permanece a natureza jurídica da execução civil, diante do que nos reportamos aos argumentos utilizados para justificar e defender a atuação do curador especial nos embargos à execução. No sentido de que se trata de ação, cf. NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado*, cit., p. 731. Ainda assim, os autores reconhecem que a despeito da “natureza jurídica mista de ação e de defesa, os embargos e a impugnação ao cumprimento da sentença são os únicos meios de defesa colocados à disposição do devedor na execução, de sorte que se tem reconhecido ao curador especial o direito de deduzi-los em defesa do devedor”. (Ibid., p. 193).

5.7.2. Necessidade de intimação pessoal para a incidência da multa prevista no art. 475-J, CPC

A notificação para pagamento, sob pena da incidência da multa prevista no art. 475-J, CPC, tem sido amplamente discutida, inclusive no que se refere ao curador especial. Tendo em vista que o cumprimento de sentença não configura processo autônomo, não se faz necessária nova citação do réu, mas a parte contrária deve ser intimada da penhora e avaliação dos bens, a partir de quando se inicia o prazo para o oferecimento de eventual impugnação.⁴³³ A legislação prevê que esta intimação será feita na pessoa de seu advogado (art. 475-J, §1º, CPC).

Embora alguns juízes procedam a este tipo de intimação na pessoa do curador especial, necessário destacar que ele não possui qualquer contato com o réu, razão pela qual não poderia ser intimado para pagamento sob pena de aplicação de multa. Não há como cominar tal penalidade quando não se pode afirmar, sequer, que a parte tenha conhecimento da existência da demanda, muito menos da condenação sofrida. Verificamos, portanto, que se torna obrigatória “nova intimação (pessoal) do réu-devedor nas hipóteses de revelia decretada em virtude das chamadas citações fictas (por hora certa ou edital). Realmente, é uma ponderação que visa prestigiar ao máximo o direito de defesa”.⁴³⁴

⁴³³ A prévia garantia do juízo deixou de ser requisito para a oposição de embargos, o que foi uma das mais relevantes inovações da Lei 11.382/2006, correndo o prazo dos embargos da juntada do mandado de citação cumprido. Tal garantia, entretanto, passou a ser exigida para a impugnação ao cumprimento de sentença. Nesses casos, em equiparação ao que ocorria em relação aos embargos à execução antes da alteração legislativa, não se pode exigir a segurança do juízo pelo curador especial. Entendemos estar o curador especial dispensado de oferecer esta garantia, aplicando-se o já decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que está “dispensado o curador especial de oferecer garantia ao Juízo para opor embargos à execução. Com efeito, seria um contra-senso admitir a legitimidade do curador especial para a oposição de embargos, mas exigir que, por iniciativa própria, garantisse o juízo em nome do réu revel, mormente em se tratando de Defensoria Pública, na medida em que consubstanciaria desproporcional embaraço ao exercício do que se constitui um munus público, com nítido propósito de se garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa”. (STJ. REsp 1110548/PB. Corte Especial. Rel. Min. Laurita Vaz. j. 25/02/2010). O mesmo pode ser dito em relação ao §1º do art. 739-A, CPC, que condiciona a concessão de efeito suspensivo aos embargos à garantia do juízo, que não é aplicável à atuação do curador especial.

⁴³⁴ NOGUEIRA, Antonio de Pádua Soubhie. Súmula 410 do STJ: Breve Análise Crítica. In *Revista de Processo*. vol. 190, dez. 2010. p. 231. Corroboram este entendimento: FRIGINI, Ronaldo. Considerações sobre o art. 475-J do CPC. In BRUSCHI, Gilberto; SHIMURA, Sérgio (coord.). *Execução Civil e Cumprimento da Sentença*. vol. 2. São Paulo: Método, 2007. p. 522; RODRIGUES, Rosalina Pinto da Costa. O Termo Inicial para a Contagem do Prazo de 15 Dias Previsto no Art. 475-J do CPC - Análise do Posicionamento do STJ. In *Revista de Processo*. vol. 183, mai. 2010. p. 289.

Por esta razão, a intimação pessoal do réu deve ser feita, iniciando-se nova fase de tentativa de sua localização.⁴³⁵ Assim, “se o réu for defendido por curador especial, ou por órgãos de assistência judiciária, com o a Defensoria Pública, a intimação deverá ser pessoal”,⁴³⁶ não podendo esta recair sobre o curador especial. Não há como presumir que o réu revel tenha tido ciência do trânsito em julgado da condenação, imputando-lhe automaticamente a multa. Além disso, não se pode presumir o inadimplemento voluntário da obrigação, *ratio* previsão contida no art. 475-J, CPC.

Sobre o tema, já é possível verificar diversos julgados que reputam necessária a intimação pessoal do devedor para cumprimento do disposto no art. 475-J, do CPC, quando o réu é defendido por curador especial. Isso porque, “na hipótese, não se vislumbra mínima relação de mandato estabelecida entre o defensor público e o devedor, ausente contato entre representante e representado quando aquele exerce nos autos verdadeiro múnus público. É dizer, completamente ineficaz o ato intimatório realizado na pessoa do curador especial quando não se tem a menor notícia do paradeiro do devedor, a quem efetivamente se destina o ônus processual consistente no cumprimento voluntário da sentença”,⁴³⁷

⁴³⁵ O Projeto de Lei da Câmara n. 8.046/2010, que institui a reforma do Código de Processo Civil, altera a redação do Capítulo que regulamenta o cumprimento de sentença, estabelecendo em seu artigo 500, §2º, que o devedor será intimado para cumprir a sentença: “I. pelo DOE, na pessoa de seu advogado constituído; II. por carta com aviso de recebimento, quando representado pela Defensoria Pública ou não tiver procurador constituído nos autos; III. por edital, quando tiver sido revel na fase de conhecimento”. Resta saber se a hipótese de curadoria especial será abrangida pelo item II ou pelo item III da referida norma, quando a Defensoria Pública estiver exercendo a curadoria especial. Parece-nos que nos casos de réu revel citado por edital, não havendo a possibilidade de intimação por carta com aviso de recebimento, porque desconhecido seu paradeiro, seria aplicável o inciso III, que prevê nova intimação por meio de editais.

⁴³⁶ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Novo Curso de Direito Processual Civil*. vol. 3, cit., p.201.

⁴³⁷ TJ/SP. AI 349801-1. Rel. Des. Francisco Casconi. j. 31/08/2010. Também neste sentido: “Cumprimento de sentença – Ação de cobrança - Intimação do executado, na pessoa do curador especial, para efetuar o débito no prazo do art. 475-J do CPC – Impossibilidade – Curadoria que tem por finalidade assegurar a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa – decisão mantida – Recurso não provido”. (TJ/SP. AI 150076-0. Rel. Des. Maia da Rocha. j. 11/08/2010). Vide, ainda, os seguintes julgados: TJ/SP. AI 1.206.473-0/9. Rel. Des. Celso Pimentel. j. 04/11/2008; TJ/SP. AI 1.229.690-0/1. Rel. Silvia Rocha Gouvea. j. 03/03/2009; TJ/SP. AI 1.080.745-0/2. Rel. Des. Julio Vidal. j. 12/12/2006; TJ/SP. AI 268328-1. Rel. Cesar Lacerda. j. 01/09/2010; TJ/SP. AI 1144757009. Rel. Des. Jayme Queiroz Lopes. j. 28/02/2008. Sobre o assunto, também já decidiu o STJ que “a imposição da multa do art. 475-J do CPC ao réu-revel implicaria responsabilizá-lo objetivamente pelo não pagamento, já que não há como lhe imputar a culpa pela conduta, a qual pressupõe ciência acerca da condenação e a consequente resistência em cumpri-la. Mesmo com o advento do Código Civil de 2002, a regra no direito civil brasileiro continua sendo a responsabilidade subjetiva, consoante se depreende da análise dos seus arts. 186 e 927, de modo que a incidência da responsabilidade objetiva depende de expressa previsão legal, inexistente no caso do art. 475-J do CPC. Nas hipóteses em que o cumprimento da sentença voltar-se contra réu-revel citado fictamente, a incidência da multa de 10% do art. 475-J do CPC exigirá sua prévia intimação, nos termos do art. 238 e ss. do CPC.

Visando a atuação do curador especial à garantia do contraditório e da ampla defesa e, não possuindo poderes especiais ou contato com o ausente, não aplicável a regra do 475-J, CPC, que, de fato, constituiria gravame excessivo ao réu. A intimação para pagamento da dívida sob pena de multa, nestes casos, deve sempre ser realizada na pessoa do devedor, que poderá cumprir voluntariamente a sentença ou decidir pelo inadimplemento, sancionado na forma da Lei. Deve ser assegurado que o réu possa ingressar nesta nova fase do procedimento para cumprir o julgado ou oferecer impugnação. Se permanecer silente, o curador especial, que já atuou na fase de conhecimento, prosseguirá, sendo intimado para oferecer a impugnação cabível.⁴³⁸

Desta maneira, embora possa o curador especial oferecer a impugnação de que trata o art. 475-L, CPC, bem como pleitear o efeito suspensivo nas hipóteses cabíveis, haverá a necessidade de intimação do próprio devedor para o cumprimento voluntário da sentença, sob pena de incidência da multa prevista no art. 475-J, CPC, sendo ineficaz a intimação do curador especial para esta finalidade.

Persistindo a circunstância ensejadora da citação ficta do réu, nada impede que sua intimação para pagar seja realizada por igual meio”. (STJ. REsp 1.009.293/SP. Rel. Min. Nancy Andrighi. j. 06/04/2010).

⁴³⁸ PAVAN, Dorival Renato. Cumprimento da Sentença em Face do Revel. In *Revista de Processo*. vol. 141, nov. 2006. p. 140.

6. INCAPACIDADE E CURADORIA ESPECIAL

Sempre que houver ausência de capacidade processual, também chamada de capacidade de estar em juízo, que consiste na possibilidade de atuação processual, o litigante deverá ser representado ou assistido. O conceito de incapacidade é de direito material, com reflexos no plano adjetivo. A incapacidade é aferida pelo que dispõe os artigos 3º e 4º do Código Civil, que elencam as pessoas que não estão em pleno exercício de seus direitos e que, para praticá-los, necessitam de representação ou de assistência de outrem.

Desta forma, embora toda pessoa possua capacidade de ser parte, nem todas são detentoras de capacidade de estar em juízo, razão pela qual não podem praticar pessoalmente os atos do processo, necessitando da intervenção de um terceiro para a sua assistência ou representação. Essa intervenção estabelecida legalmente visa à proteção destas pessoas e deve ser considerada excepcional. Como exceção, deve ser tratada com particular atenção, sempre se respeitando o sujeito naquilo que possa realizar com autonomia.

A necessidade de garantia do equilíbrio processual e de dar voz ao litigante, ainda que incapaz, ensejou a previsão de que ser-lhe-á dado curador especial, que o substituirá processualmente, quando não possuir representante legal ou quando os seus interesses forem conflitantes com os de seu representante no processo específico. Aqui, a finalidade da curadoria especial também é a de assegurar a igualdade das partes, já que o incapaz está em situação de vulnerabilidade, garantindo o equilíbrio e a oportunidade de contradição.

Conforme abordamos no item 4.2., embora o conceito de incapacidade seja verificado nos termos da lei civil, a curadoria especial processual, de que trata este estudo, não deve ser confundida com a curadoria especial material. Enquanto a curadoria material perdura por todo o período em que o sujeito permanecer incapaz, devendo o curador zelar

por seus interesses, reger a sua vida e administrar seu patrimônio, a curadoria processual restringe-se aos limites do processo.

A curadoria processual que decorre da incapacidade do sujeito (por nós denominada curadoria imprópria),⁴³⁹ destina-se a suprir a condição de vulnerabilidade daquele que, por razões de idade, estado físico, mental ou circunstâncias sociais, encontre especial dificuldade para exercer com plenitude seus direitos perante o sistema de justiça. Explica Bedaque que esta atuação em favor do incapaz é função tipicamente processual, tendo o curador o dever específico de defender os interesses da parte em determinado processo e nada mais. A atuação do curador, portanto, não se estende ao plano do direito material nem a outros processos.⁴⁴⁰

Em que pese a relevância de tal atuação para a garantia do exercício dos direitos do incapaz, como sua vulnerabilidade não se restringe ao âmbito do processo (embora se estenda a ele), a curadoria processual servirá apenas para a finalidade de permitir o desenvolvimento regular do feito, suprindo a condição de suscetibilidade em uma demanda específica.⁴⁴¹

De se ressaltar, ademais, que a função de curador especial do incapaz, prevista no art. 9º, I, CPC, não era exercida pelo Ministério Público⁴⁴² porque, sendo a

⁴³⁹ Vide item 4.3.1.

⁴⁴⁰ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. In MARCATO, Antonio Carlos (coord). *Código de Processo Civil Interpretado*, cit., p. 31.

⁴⁴¹ “O curador do art. 9º, I, do Código de Processo Civil, é, de regra, curador *ad litem*; como vimos, não representa, mas substitui processualmente a parte”. (MAZZILLI, Hugo Nigro. *Manual do Promotor de Justiça*, cit., p. 387).

⁴⁴² Explicando porque não havia atuação do Ministério Público na hipótese prevista no art. 9º, I, CPC, por ser a lei expressa apenas nos casos de ausentes e de réu preso, Mazzilli argumenta que “a razão de ser da opção legislativa, de todo proposital, aliás, é bem clara. Em primeiro lugar, e mesmo afastada qualquer possível confusão com a curadoria exclusiva de direito material prevista no art. 84 do Código Civil, não podemos deixar de reconhecer que a curadoria especial de incapazes, ao revés do que sói acontecer com a curadoria especial de ausentes, não raro, embora não obrigatoriamente, envolve questões de caráter até mesmo extraprocessual, atinentes à própria representação material (como zelo da pessoa e dos bens do incapaz, que não tenha representante legal, ou cujos interesses colidam com os deste). Aliás, o próprio Código de Processo Civil nos dá um exemplo excepcional de curadoria ‘ad litem’ de incapaz, aqui obrigatoriamente exercida pelo Ministério Público ‘ope legis’, em que há inegáveis reflexos no campo material (art. 1.189 do CPC). Ora, é de todo desconveniente e inadequado que a instituição ministerial, fora das hipóteses em que a lei expressamente o dispôs, se ponha a exercer curadorias que extravasem o acompanhamento processual, sem estar legalmente destinada ou muito menos estruturada de forma adequada para tais misteres. E, em segundo lugar, porque, na tarefa tuitiva e processual, em todo e qualquer feito em que haja incapazes, já terá havido intervenção do Ministério Público em prol destes últimos, intervenção essa iluminada pelo interesse público evidenciado pela qualidade de parte (art. 82, inc. I, do CPC)”. (MAZZILLI, Hugo Nigro, *Curadoria de Ausentes e Incapazes*, cit., p. 69 e 70). Sobre assunto, havia inclusive Súmula da Procuradoria Geral de

legislação expressa apenas quanto à curadoria de ausentes, o entendimento predominante era o de que sua atuação não abrangeria a curadoria de incapazes.⁴⁴³ Outrossim, a função era tida por incompatível com as atribuições do *parquet*, tendo em vista a necessidade de sua atuação como fiscal da lei em todas as causas em que haja interesse de incapazes (a despeito de possuírem ou não representante legal).⁴⁴⁴ Parece-nos correta referida restrição, justamente em virtude da dificuldade de divisão das tarefas processuais (exercidas pelo curador especial) daquelas tarefas materiais (como, por exemplo, administração de bens, cuidado pessoal, e prestação de contas), que devem ser realizadas pelo representante legal e não pelo curador processual.

Infelizmente, a mesma restrição não se aplica atualmente, eis que a Lei Orgânica da Defensoria Pública estabelece ser função institucional a atuação em curadorias especiais nas hipóteses legais, sem qualquer restrição.

De todo modo, ainda que legalmente atribuída à Defensoria Pública, a restrição desta atuação deve ser ressaltada. Não pode o defensor público – tal qual não poderia o promotor de justiça – assumir o zelo pelo incapaz e por seus bens, por não possuir estrutura para o exercício de tais misteres, incompatíveis com o volume de trabalho e atendimento vivenciados. Não pode exercer estas atividades que implicariam responsabilidade pessoal e não se restringiriam à sua atuação funcional, exigindo o acompanhamento e cuidados quotidianos ao incapaz, impossíveis de serem prestados.⁴⁴⁵

Justiça do Estado de São Paulo, que estabelecia que “a curadoria especial prevista no art. 9º, inc. I, do CPC, não é função do Ministério Público”. (Súmula 4. DOE 8/03/1985. Seção I. p. 12 e 13. pt. 03604/84- PGJ).

⁴⁴³ Posicionamento diverso era sustentado por Costa Machado, para quem esta função era atribuída ao Ministério Público por Lei Federal (pelo próprio CPC), não valendo o argumento de que a Lei Orgânica estadual seria omissa. (MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 250 e 251). Também entendia que a atuação do MP abrangia os incisos I e II do art. 9º, CPC, José Fernando de Lima Lopes, baseando-se, principalmente, na redação do art. 35 do Decreto-lei Complementar Estadual n. 12, de 9 de março de 1970 (Lei Orgânica do Ministério Público da época), cuja redação estabelecia ser atribuição do curador de ausentes e incapazes funcionar como curador à lide nas causas em que o interessado fosse incapaz, ausente ou preso, nas duas últimas hipóteses apenas nos casos de revelia. (LOPES, José Fernando da Silva. *O Ministério Público e o Processo Civil*, cit., p. 25 e 26).

⁴⁴⁴ Mazzilli sustenta que as funções do art. 9º, I, e as do art. 82, I, ambas do Código de Processo Civil seriam incompatíveis e incompatíveis. (MAZZILLI, Hugo Nigro. *Manual do Promotor de Justiça*, cit., p. 386). No mesmo sentido: “nas comarcas, geralmente do interior, onde só existem um ou alguns promotores públicos, com funções múltiplas, o juiz deverá dar ao revel curador à lide escolhido entre os advogados militantes. A diversidade de funções exige diferenciação de representantes, e a omissão da formalidade implica na nulidade do procedimento”. (TUCCI, Rogério Lauria. *Da Contumácia no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 176).

⁴⁴⁵ Muitos autores, ainda hoje, entendem que a curadoria que se refere ao incapaz sem representante legal ou cujos interesses sejam colidentes com os de seu representante é de direito material. Nesse sentido Nelson Nery Jr., ao afirmar que, nesses casos, não é preciso que o curador especial seja advogado, pois “é figura de

Explica Fredie Didier que “a nomeação do curador especial não supre a incapacidade material; o representante é designado para suprimento da incapacidade processual”.⁴⁴⁶ No mesmo sentido, Helio Tornaghi sustenta que não se trata de dar curador especial para suprir para sempre a incapacidade, mas apenas para a atuação específica em determinado processo.⁴⁴⁷

A confusão ainda ocorre porque a condição de incapacidade da parte é aferida de acordo com as regras do direito material – ou seja, se incapaz nos termos da legislação civil, na falta de representante legal, lhe será nomeado curador especial. Conforme explicita Ligia Maria Bernardi, “a representação processual do incapaz, que não tem representante legal ou que o tenha tido mas perdido, é suprida pelo curador especial, que tem por finalidade fazer as vezes do representante legal, atuando na defesa dos interesses do incapaz. Com efeito, o conceito de incapacidade, como descrito no art. 9º, I, do código processual, é de direito material, bem como a representação que lhe falte, muito embora a atuação do curador se dê no plano processual”.⁴⁴⁸ O legislador indica a preocupação do Estado com o cuidado que deve ser prestado àqueles que de sua proteção necessitam, ao prever que o curador especial deve tutelar os interesses dos incapazes que não possuam representante legal, ou cujos interesses sejam conflitantes com os de seu representante.

Desta maneira, reconhecida a vulnerabilidade processual do incapaz, há a previsão de atuação do curador especial para garantir que ele participe do processo em condições equânimes, observado seu direito à ampla defesa.

Ainda que usualmente a substituição processual do incapaz ocorra com relação à sua defesa, há possibilidade desta atuação quando o incapaz estiver no pólo ativo, devendo o curador especial atuar da mesma maneira. Tal situação pode ser verificada, por exemplo, quando a incapacidade ou o conflito de interesses com o representante legal for apontado no curso do processo, ingressando o curador especial a partir deste momento. Pontes de Miranda ainda sustenta que a regra também pode ser utilizada nos casos em que

direito material e agirá como representante da parte, podendo contratar advogado”. (NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado*, cit., p. 191).

⁴⁴⁶ DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 253.

⁴⁴⁷ TORNAGHI, Hélio. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 1, cit., p. 112.

⁴⁴⁸ BERNARDI, Ligia Maria. *O Curador Especial no Código de Processo Civil*, cit., p. 2.

ainda não foi a juízo a questão, mas já tenha sido reconhecida a colisão de interesses, como fundamento para se pedir previamente a nomeação de curador à lide para ingressar com a demanda necessária.⁴⁴⁹

Diversas são as hipóteses elencadas no Código de Processo Civil em que há previsão de atuação de curador especial em razão da incapacidade da parte. Passaremos a analisar cada uma delas.

6.1. Curadoria especial do incapaz sem representante legal

A situação prevista no art. 9º, I, primeira parte, do Código de Processo Civil, refere-se à atuação de curador especial quando o incapaz que não possuir representante legal. A legislação não trata, neste ponto, da capacidade de ser parte (capacidade de direito), mas sim da capacidade de estar em juízo (capacidade processual), que determina que o incapaz deva ser representado nos atos processuais.

O representante legal do incapaz representa-o em todos os atos de sua vida civil, materiais ou processuais, dele cuidando e por ele se responsabilizando, administrando seus bens e sua vida enquanto a incapacidade perdurar. Reitera-se, uma vez mais, que possuindo o magistrado competência para tanto, desde logo poderá nomear um representante legal definitivo ao incapaz, observada a ordem de preferência estabelecida no Código Civil brasileiro. Não possuindo tal competência, deverá oficiar ao juízo competente para que proceda desta maneira. Esclarece Araken de Assis que “dotado o juiz da demanda de competência em razão da matéria, proverá de modo permanente, compromissado tutor ou curador para o incapaz, e, assim, cortando o problema pela raiz. Esta providência é útil e proveitosa inclusive fora do processo. Mostrando-se inviável a solução no momento, por qualquer motivo, então o juiz ordenará o comparecimento do curador especial”.⁴⁵⁰

⁴⁴⁹ MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. t. 1, cit., p. 290.

⁴⁵⁰ ASSIS, Araken de. Suprimento da Incapacidade Processual e da Capacidade Postulatória (I), cit., p. 157. No mesmo sentido: “Portanto, a atuação do curador especial se restringe aos limites do processo, não havendo como confundi-la com a representação material. Tanto que, se o juiz da causa for competente para a nomeação de representante legal definitivo – tutor ou curador – deve fazê-lo, pois caso contrário deverá limitar-se a dar um curador especial ao incapaz, com função restrita ao processo em que se fizer a nomeação”. (BERNARDI, Lúcia Maria. *O Curador Especial no Código de Processo Civil*, cit., p. 4).

A Defensoria Pública exerce a curadoria especial em sede processual e não como representante legal da parte, cuja previsão se dá pela norma substantiva. Atua para garantir a efetivação do contraditório e da ampla defesa em razão da vulnerabilidade constatada no âmbito do processo. A consequência disso é que “o defensor público não tem a missão de administrar interesses pessoais da parte, administrar patrimônio da parte – esta curadoria é dever do cônjuge e dos parentes, diretamente ligados aos fatos e sabedores da real situação dos bens, valores e interesses do curatelado”.⁴⁵¹ Ao defensor público cabe a defesa dos interesses em juízo, garantindo que a participação do incapaz seja isonômica e que seja exercida a ampla defesa de seus interesses no processo.

Em que pese a clareza do tipo de curadoria especial que será desempenhada - curadoria estritamente processual -, não raro notamos a dificuldade de compreensão desta restrita atuação.⁴⁵² Confunde-se com a do curador material, cujos deveres para com o incapaz são abrangentes. As funções não podem ser confundidas, pois “a nomeação do curador pelo art. 9º, I, em hipótese nenhuma supre a necessidade de nomeação de representante de direito material, providência que deve ser tomada pelos parentes do incapaz ou pelo próprio Ministério Público, caso aqueles se omitam”.⁴⁵³

Desta maneira, apenas enquanto não constituído representante legal definitivo, haverá a atuação do curador especial em favor do incapaz no processo em que for parte, para o fim específico de não prejudicar o andamento do feito e de garantir que seus direitos sejam observados e resguardados. Este tratamento diferenciado é decorrência da necessidade de não se impor ao autor o sacrifício de ter que esperar a superação de um óbice ao qual não deu causa, bem como permitir um julgamento justo. Para equilibrar a

⁴⁵¹ OLIVEIRA, José Aparecido Fausto de. *O Defensor Público e a Curadoria Especial*. Disponível em [http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6764]. Acesso em 06/10/2010.

⁴⁵² O argumento de que o curador especial não precisa ser advogado demonstra um pouco esta confusão. Por exemplo, Celso Agrícola Barbi, defende que “se o juiz não for competente para nomeação de tutor definitivo, deverá limitar-se a dar um curador especial ao incapaz, com função restrita ao processo em que se fizer a nomeação. *Esse curador não precisa ser advogado, que possa acompanhar a causa em juízo. Com frequência, na prática do foro, os juízes nomeiam curador que seja advogado, servindo esse, assim, como curador e como advogado*. Esse costume justifica-se quando se tratar de menor com poucos recursos financeiros e que não possa custear despesas com advogado. Mas se o menor tiver recursos que comportem esse pagamento, não se justifica que o advogado vá defender seus interesses gratuitamente”. (BARBI, Celso Agrícola. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 1, cit., p. 83). Destacamos. Entretanto, em que pesem as abalizadas considerações, salvo melhor juízo, se a incapacidade é somente processual, para o ato, não seria cabível a nomeação de pessoa que não possua capacidade postulatória.

⁴⁵³ MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 252.

posição de vulnerabilidade do incapaz e assegurar a tramitação regular do processo, há a atuação do curador especial no caso concreto.⁴⁵⁴

Sobre o equilíbrio entre a celeridade da prestação jurisdicional e a garantia do contraditório, explica Nicolò Trocker que “sul legislatore como sui giudici grava quindi il delicato compito di raggiungere un equilibrio dei valori in gioco: la garanzia della difesa e la speditezza del procedimento. Se da un lato desiderio di celerità non deve frustare la effettività del contraddittorio e la completezza degli accertamenti necessari ai fini di una reale giustizia, la garanzia della difesa non deve certo assurgere a comodo pretesto per una inutile quanto dannosa dilazione”.⁴⁵⁵ Está claro que o legislador busca equilibrar o processo mediante a atuação do curador, permitindo que ele não fique obstado, mas garantindo a defesa do vulnerável processual.

A curadoria especial é forma de desequiparação legítima em processo judicial em que figure como parte um incapaz que não possua representante legal. Permite suprir a suscetibilidade do litigante que o impede de praticar atos processuais em razão de sua limitação pessoal, além de assegurar a rapidez do procedimento que não pode ficar parado em razão desta condição do réu.

Importante chamar a atenção, ainda, para o fato de que a curadoria especial daquele que não possui representante legal, usualmente recai justamente sobre os necessitados. Isso significa que a vulnerabilidade jurídica muitas vezes se alia à hipossuficiência econômica, o que nos leva a concluir pelo acerto do desempenho desta função pela Defensoria Pública. Celso Agrícola Barbi esclarece que este tipo de curadoria “ocorre frequentemente com pessoas de classes mais pobres, em que, falecendo os pais, e não havendo patrimônio a ser administrado, ninguém se interesse em providenciar a nomeação de tutor. Ocorre, também nessas mesmas classes, com os filhos não reconhecidos pelo pai, e cuja mãe é menor”.⁴⁵⁶

⁴⁵⁴ Nesse sentido já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça: “Processual Civil. Autor da ação, portador de doença mental. Suspensão do processo para que seja sanado o defeito de incapacidade: desnecessidade, bastando a nomeação de curador especial. Precedentes. Recurso Provido”. (STJ. REsp 11993/MG. Rel. Min. Adhemar Maciel. j. 06/02/1997. DJU 16/06/1997).

⁴⁵⁵ TROKER, Nicolò. *Processo Civile e Costituzione*. Milano: Giuffré Editore, 1974. p. 506.

⁴⁵⁶ BARBI, Celso Agrícola. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 1, cit., p. 83.

Desta forma, com a finalidade de zelar pelos interesses do incapaz, que não conta com representante legal, o curador especial deverá atuar para a efetivação do direito de defesa e do contraditório.

6.2. Curadoria especial do incapaz com interesses colidentes com os de seu representante legal

Na curadoria especial exercida na hipótese do art. 9, I, segunda parte, do Código de Processo Civil, a função estritamente processual do curador especial é um pouco mais clara. A conflituosidade de interesses entre o incapaz e seu representante legal é pontual e específica, não alterando a circunstância de que ele possui um representante para os demais atos de sua vida civil, não estando em situação de vulnerabilidade permanente. Aqui, a capacidade de ser parte é integrada pela existência de representante legal (embora conflituosa), cabendo ao curador a atuação apenas no caso concreto em que foi vislumbrada a colidência de interesses. Trata-se de hipótese de curadoria especial estritamente processual (própria), regularmente incluída como função do defensor público pela Lei nacional da Defensoria Pública.

O representante legal, na ocorrência de conflito de interesses, fica circunstancialmente afastado, cabendo ao curador a atuação com vistas ao resguardo dos direitos do incapaz.⁴⁵⁷

O incapaz cujos interesses conflitem com os do representante legal está em situação de vulnerabilidade no processo específico em que a colidência de interesses foi identificada. No caso concreto não é possível garantir que a representação, embora legítima, seja suficiente para a tutela dos direitos do incapaz. O curador especial atua para garantir sua participação em iguais condições com os demais litigantes. Afastado seu representante legal (em razão da colidência de interesses), o curador especial substitui o incapaz processualmente, assegurando a efetividade de sua defesa.

⁴⁵⁷ MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 255.

Sobre o conceito de colidência de interesses, explicam Mitidiero e Marinoni que este ocorre quando o ganho de causa pelo incapaz puder influir negativamente na esfera jurídica ou moral dos representantes, sendo esta atuação temporária e cifrada à lide.⁴⁵⁸ Para Pontes de Miranda, o conflito de interesses está presente na “situação em que o ganho de causa por parte do incapaz diminuiria, direta ou indiretamente, qualquer interesse econômico ou moral do pai, tutor ou curador”.⁴⁵⁹ Tornaghi sustenta que os interesses colidem, sobretudo, quando a um deles convém o deferimento e ao outro a rejeição do pedido.⁴⁶⁰ O conflito de interesses deve ser real, pois afastar a atuação do representante legal é medida grave e que não pode ser adotada indiscriminadamente, até porque, no mais das vezes, o representante é quem melhor pode zelar pelos interesses do incapaz.⁴⁶¹

⁴⁵⁸ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil Comentado Artigo por Artigo*, cit., p. 105.

⁴⁵⁹ MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. t. 1, cit., p. 286 e 287. O autor, entretanto, sustenta que basta o mais leve choque ou possibilidade de choque de interesses para que seja necessária a nomeação de curador especial. Para Sílvio Venosa, a colisão de interesses deve ser vista objetivamente, sempre que as vantagens colimadas ou os direitos na berlinda possam afrontar ou ferir os interesses do incapaz. O autor também ressalta que, via de regra, ninguém melhor do que os próprios pais para aquilatar o que é melhor para o filho. (VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil – Direito de Família*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. p. 345). Washington de Barros elenca as seguintes hipóteses de colidência de interesses: receber em nome do menor doação que lhe vai fazer o pai, concordar com a venda que o genitor efetuará a outro filho, intervir na permuta entre o filho e o pai, levantar a inalienabilidade sobre o bem de família. (MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil: Direito de Família*. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 291). Fadel elenca a ação de prestação de contas da tutela e a ação de anulação de partilha entre filhos menores como exemplos de conflitos de interesses. (FADEL, Sérgio Sahione. *Código de Processo Civil Comentado*. vol. 1, cit., p. 61).

⁴⁶⁰ TORNAGHI, Hélio. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 1, cit., p. 112. Prossegue o autor, esclarecendo que os interesses também conflitam quando um deles pretende a extinção do processo e o outro não, quando a um deles aproveita a carência da ação e ao outro o acolhimento, quando os dois disputam um mesmo bem, material ou imaterial e quando o que prejudica um serve ao outro. (Ibid., p. 112).

⁴⁶¹ No sentido de que o conflito de interesses deve ser real, pois normalmente o representante legal é quem melhor pode atuar na defesa dos interesses do incapaz: “Preliminar de intempestividade de inventário. Menores. Defesa promovida por curador. Honorários. I. Incorre intempestividade, quando o recurso, à luz dos fatos certificados nos autos, é interposto no prazo legal. II. Em inventário, somente se nomeia curador para a defesa de menores, quando houver colisão de interesses, não se fazendo necessário quando os infantes, representados pela genitora inventariante, esta exerce o pátrio poder.” (STJ. REsp 139237. Rel. Min. Waldemar Zveiter. j. 15/02/2001. DJU 02/04/2011). No mesmo sentido: “A nomeação de curador especial supõe a existência de conflito de interesses entre o incapaz e seu representante. Isso não resulta do simples fato de este último ter se descuidado do bom andamento do processo. As falhas deste podem ser supridas pela atuação do Ministério Público, a quem cabem os mesmos poderes e ônus das partes”. (STJ. REsp 886.124. Rel. Min. Gomes de Barros. j. 20/09/2007). Vide, ainda: “Efetivação ao representante legal do menor – pagamento de seguro de vida e/ou acidentes pessoais – indenização – restrições à movimentação do numerário correspondente – inadmissibilidade – cabimento. Não se demonstrando conflito de interesses entre os filhos menores e sua mãe, presume-se que esta, melhor do que ninguém, zelará pelas coisas de sua prole e, não se tratando de alienação de bens imóveis, mas de mera movimentação de numerário recebido como capital concernente a seguro de vida, inexistem restrições à administração de tais valores. Conduta não sujeita à prestação de caução nem a render contas, decorrente do usufruto inerente ao pátrio poder”. (2º TACivilSP. AI 575.981-00/3. Rel. Juiz Soares Levada. j. 04/08/1999). Ainda: “Pátrio Poder - Administração legal dos bens dos filhos - Pedido de autorização judicial para prática de atos que extrapolam os limites da simples administração – Nomeação de curador especial – Providência justificada apenas quando demonstrado

Deste modo, verificada a colidência de interesses, a atuação de curador especial será fator de descrímen legítimo diante da situação de suscetibilidade do incapaz para a defesa de seus direitos, já que seu representante legal não estará apto para, no caso concreto, tutelar seus interesses no processo.

6.3. Interdição e curadoria especial

A curadoria especial de interditos é prevista naquelas situações em que a interdição for requerida pelo órgão do Ministério Público, nos termos dos art. 1.179 c/c 1.182, §1º, CPC. Quando a interdição for requerida pela parte interessada, não há necessidade de atuação do curador, porque o órgão ministerial atuará como *custos legis*, existindo, via de regra, interessado no exercício da curatela especial do interdito.⁴⁶²

Nas hipóteses em que o próprio Ministério Público for o requerente da interdição, quer por não haver interessados no exercício da curatela, quer porque o interessado não figura no rol dos legitimados previsto no art. 1.768, CC c/c 1.177, CPC, o promotor atua como parte autora e não como *custos legis*, ensejando a intervenção do curador especial para a tutela dos interesses do interditando. Nesse sentido, importante consignar que “quando a interdição é requerida por outro legitimado que não o Ministério Público não é necessária a nomeação de curador especial – a atuação do Ministério Público como *custos legis* supre aí a necessidade de proteção processual à esfera jurídica do interditando”.⁴⁶³

ou explicitado, para posterior comprovação, conflito de interesses entre o genitor e a prole. Colidência que não exsurge natural e automaticamente do fato de terem sido ultrapassados os limites de mero administrador. Inteligência dos arts. 386 e 387 do CC e 9º, I, do CPC”. (RT 792/409).

⁴⁶² Marinoni e Midiero explicam que “quando a interdição é requerida por outro legitimado que não o Ministério Público não é necessária a nomeação de curador especial - a atuação do Ministério Público como *custos legis* supre aí a necessidade de proteção processual à esfera jurídica do interditando”. (MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil Comentado Artigo por Artigo*, cit., p. 966).

⁴⁶³ (Ibid., p. 966). No mesmo sentido: “Ministério Público como defensor nato do suposto incapaz. Como o Ministério Público é a personificação do interesse geral na atuação jurídica, nos processos de interdição, por ele não promovidos, incumbir-lhe-á defender o incapaz, pugnando pela sua não-interdição, sem que haja necessidade de indicação de curador especial, e fiscalizar a regularidade processual. Sem sua participação, nulo será o processo”. (DINIZ, Maria Helena. *Código Civil Anotado*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 1.224).

Nery e Nery que explicitam que a atuação do curador especial nestas hipóteses “visa ao resguardo do equilíbrio das partes e dos interesses do interditando (CF, 5º, LV). Cabendo ao MP a função de defesa do interesse do interditando e de toda a sociedade e já tendo tomado partido pela conveniência e necessidade da interdição – diferentemente de quando exerce a função de *custos legis* – nomeia-se-lhe curador, para garantia do contraditório no procedimento”.⁴⁶⁴

Desta forma, decidindo o Ministério Público pela necessidade de interdição, se faz necessária a defesa do interditando, cabendo ao curador especial garantir a observância do devido processo legal. O curador especial deve manifestar-se principalmente quanto à intenção de interditar, buscando a produção ampla de provas que se façam necessárias à demonstração da capacidade (ainda que parcial), bem como da avaliação, sob o ponto de vista do interditando, da idoneidade daquele que se pretende nomear como seu representante legal e zelando, inclusive, pela necessidade de prestação de contas (se possuir bens).

Analizando a questão dos transtornados mentais, Campos e Frasseto explicam que “o sistema de justiça sempre tomou a loucura na dimensão da incapacidade e da periculosidade, impondo ou legitimando estratégias segregatórias de recolhimento institucional permanente. A afirmação da pessoa humana como titular de direitos fundamentais, o reconhecimento de direitos especiais para as minorias em condição especial de vulnerabilidade, a releitura crítica das práticas de apropriação e controle da loucura por meio da psiquiatria e da institucionalização, enfim, toda uma série de fatores, consolidados a partir do último quarto do século XX, foram aos poucos alçando o louco – tanto quanto crianças, adolescentes e mulheres - da condição de mero objeto de tutela para a condição de sujeito de direitos. Daí que, nesse novo cenário, totalmente diferente de suas funções clássicas de declaração de incapacidade e periculosidade do sujeito, assume o sistema de justiça a posição de garantidor de direitos e de controle rigoroso da limitação a direitos fundamentais que é imposta ao sujeito com ‘transtorno mental’ em nome da proteção da ordem pública ou, mais comumente, em nome de seu próprio bem e

⁴⁶⁴ NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado*, cit., p. 1.280.

tratamento. Assim, cabe à justiça garantir ao paciente o direito a um tratamento eficiente, permitindo a ele a escolha de estratégias não limitadoras de sua liberdade”.⁴⁶⁵

Também é relevante consignar que os princípios para a proteção de pessoas acometidas de transtorno mental e para a melhoria da assistência à saúde mental, aprovados pelas Nações Unidas em 17 de dezembro de 1991, preveem que sempre que houver uma decisão que possa acarretar a perda da capacidade civil do sujeito, este terá direito de ser representado por um advogado e, caso não possa garanti-lo por meios próprios, a representação deverá ser disponibilizada de forma gratuita. A normativa ainda prevê que referido advogado não deverá, no mesmo processo, representar membro da família ou estabelecimento de saúde mental.⁴⁶⁶ Para tal documento, o advogado é entendido como um representante legal ou outro representante qualificado.

Destarte, resta clara a necessidade, internacionalmente reconhecida, de que seja fornecido um defensor ao interditando, que possa zelar por seus interesses. Apesar da previsão legal de que poderá o interditando constituir advogado para defender-se ou que qualquer parente poderá constituir-lhe advogado (1.182, §§ 2º e 3º, CPC), não se pode olvidar que é justamente a condição de vulnerabilidade processual do interditando que garante a atuação do curador especial em seu favor.

Explica Canotilho, sobre a capacidade civil, que “(a) os casos de restrição devem estar tipificados na lei, não podendo ficar à disposição das autoridades públicas; (b)

⁴⁶⁵ CAMPOS, Florianita C. Braga; FRASSETO, Flávio Américo. *Em Defesa da Liberdade: Reforma Psiquiátrica e Defensoria Pública*. Disponível em [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/emdefesaflorianitaefrasseto.pdf]. Acesso em 01/11/2011.

⁴⁶⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Princípios para a proteção de pessoas acometidas de transtorno mental e para a melhoria da assistência à saúde mental, aprovados em 17 de dezembro de 1991. “§6. Qualquer decisão em que, em razão de um transtorno mental, a pessoa perca sua capacidade civil, e qualquer decisão em que, em consequência de tal incapacidade, um representante pessoal tenha que ser designado, somente poderão ser tomadas após uma audiência equitativa a cargo de um tribunal independente e imparcial estabelecido pela legislação nacional. A pessoa, cuja capacidade estiver em pauta, terá o direito de ser representada por um advogado. Se esta pessoa não puder garantir seu representante legal por meios próprios, tal representação deverá estar disponível, sem pagamento, enquanto ela não puder dispor de meios para pagá-la. O advogado não deverá, no mesmo processo, representar um estabelecimento de saúde mental ou seus funcionários, e não deverá também representar um membro da família da pessoa cuja capacidade estiver em pauta, a menos que o tribunal esteja seguro de que não há conflitos de interesses. As decisões com respeito à capacidade civil e à necessidade de um representante pessoal deverão ser revistas a intervalos razoáveis, previstos pela legislação nacional. A pessoa, cuja capacidade estiver em pauta, seu representante pessoal, se houver, e qualquer outra pessoa interessada terão o direito de apelar a um tribunal superior contra essas decisões.”. Disponível em [http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Portadores-de-Defici%C3%A2ncia/a-protecao-de-pessoas-acometidas-de-transtorno-mental-e-a-melhoria-da-assistencia-a-saude-mental.html]. Acesso em 30/10/2011.

os motivos de restrição devem ser pertinentes e relevantes sob o ponto de vista da capacidade da pessoa; (c) a restrição da capacidade civil não pode servir de pena ou efeito de pena”,⁴⁶⁷ do que podemos extrair a excepcionalidade da utilização dos meios que restringem a capacidade dos sujeitos.

Entretanto, a despeito dos esforços do sistema de justiça para colaborar com os princípios da reforma psiquiátrica, já há na doutrina e na jurisprudência entendimento de que a presença do Ministério Público como *custos legis* não afastaria a necessidade de atuação do curador especial em todas as hipóteses de interdição (não apenas quando o autor for o promotor de justiça). Em realidade, tratam-se de atuações distintas e não excludentes (a de fiscal da lei e a de curador especial). O fato de o Ministério Público atuar como fiscal da lei não afasta a necessidade de que o interditando seja efetivamente defendido, função esta que pode ser bem desempenhada pelo curador especial. Sobre o assunto Emerson Garcia defende que o art. 1.182, §1º, CPC, merece uma releitura face às finalidades do MP. Para ele o art. 1.179, CPC, “denota claramente que a representação do interditando se identifica com a função de curador especial, nos casos em que o incapaz não tiver representante legal ou os interesses deste colidirem com os daquele. Como essa função é incompatível com o atual perfil institucional do Ministério Público, a defesa do interditando, em qualquer caso, deve ser outorgada ao curador especial, *munus* que recai sobre a Defensoria Pública”.⁴⁶⁸ Campos e Frassetto argumentam, também, que a presença natural da Defensoria Pública nesse campo, operando a favor dos direitos das pessoas com transtorno mental, sem prejuízo do trabalho que já vem sendo realizado pelo Ministério Público, por certo poderá contribuir para a consolidação dos princípios da reforma psiquiátrica, na luta pelo respeito às diferenças e contra a estigmatização dos sujeitos.⁴⁶⁹

Cumprе ressaltar, nesse sentido, que andou bem o Projeto de Lei da Câmara n. 8.046, de 2010, que trata da reforma do Código de Processo Civil, ao estabelecer que, nos processos de interdição, além da atuação do Ministério Público como fiscal da lei, haverá a apresentação de defesa obrigatória pelo curador especial, ainda que o interditando

⁴⁶⁷ CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital. *Constituição da República Portuguesa Anotada*. 3. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1993. p. 180.

⁴⁶⁸ GARCIA, Emerson. *Ministério Público – Organização, Atribuições e Regime Jurídico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 267.

⁴⁶⁹ CAMPOS, Florianita C. Braga; FRASSETTO, Flávio Américo. *Em Defesa da Liberdade: Reforma Psiquiátrica e Defensoria Pública*. Disponível em [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/emdefesaflorianitaefrassetto.pdf]. Acesso em 01/11/2011.

constitua advogado para defender-se (art. 332, I e II). Esta ampliação da atuação, entretanto, apenas ocorrerá *de lege ferenda*, com a aprovação de referido Projeto de Lei.⁴⁷⁰

De todo modo, na atuação que lhe cabe atualmente, quando a interdição for ajuizada pelo Ministério Público, o curador especial deve zelar pelos interesses do interditando, pela necessidade de que a comprovação de sua eventual incapacidade seja feita de acordo com padrões médicos aceitos internacionalmente, garantindo que o reconhecimento do transtorno mental nunca seja feito com base no status econômico, político ou social, ou com base em pertencer a um grupo cultural, racial ou religioso determinado, ou por qualquer outra razão não diretamente relevante para seu estado de saúde mental. Além disso, deverá zelar para que não sejam admitidos como fatores determinantes para o diagnóstico de transtorno mental conflitos familiares ou profissionais, a não conformidade com valores morais, sociais, culturais ou políticos, ou com as crenças religiosas prevalentes na comunidade, tampouco eventuais históricos de tratamento anterior ou de hospitalização, que não podem, por si só, justificar qualquer determinação presente ou futura de um transtorno mental.⁴⁷¹

Outrossim, tal qual nas demais hipóteses em que há a previsão de atuação do curador especial, esta atividade deve ser realizada no interesse do próprio interditando, não podendo haver transação ou disponibilização de seus direitos. O curador especial, não

⁴⁷⁰ Atualmente, sempre que a interdição for requerida por parente do incapaz, deverá o Ministério Público atuar como fiscal da lei, não havendo a necessidade de atuação de curador especial, por ausência de previsão legal. Nesse sentido: “Interdição. Ministério Público. Representação judicial do interditando, quando não for esse órgão o requerente ou não houver constituição de advogado. Admissibilidade. Art. 1.182, § 2º, do CPC e art. 1.770, do CC. Atuação que não se mostra incompatível com as funções institucionais do MP. Decisão Mantida. Agravo não provido” (TJ/SP. AI 534.783-4/6-0. Rel. Des. José Roberto Bedran. j. 01/04/2008). Vide, ainda: “Interdição requerida por parente representado por advogado. Ministério Público requer nomeação de curador especial para o suposto incapaz. Inadmissibilidade, pois o disposto no art. 1.770 do Código Civil de 2002 especifica a matéria e impõe ao *parquet* a atribuição de funcionar como curador especial do interditando. Agravo desprovido”. (TJ/SP. AI 303.043-4/0-00. Rel. Des. Natan Zelinski de Arruda. j. 18/09/2003). Trazemos à colação também: “Interdição - Pedido formulado pelo Ministério Público no sentido de se nomear curador especial para defesa dos interesses da interditanda - Desacolhimento ante a previsão do art. 1.770 do Código Civil de 2002 - Atribuição que é do Ministério Público, quando não é o requerente do pedido - Decisão mantida - Recurso desprovido”. (TJ/SP. AI 615.372-4/0-00. Rel. Des. Silverio Ribeiro. j. 24/06/2009). Ainda: “Interdição - Ministério Público - Encaminhamento dos autos ao *parquet* para que ele atue como defensor do réu, já que não atua como requerente da medida judicial - Admissibilidade - Inteligência dos arts. 1.182, § 1º, do CPC e 1.770 do CC/2002”. (TJ/SP. AI 489.300-4/1-00. Rel. Des. Arthur Del Guércio. j. 07/03/2007. In *Revista dos Tribunais*. vol. 861, jul. 2007. p. 208).

⁴⁷¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Princípios para a proteção de pessoas acometidas de transtorno mental e para a melhoria da assistência à saúde mental. Determinação de um transtorno mental, §§ 2º, 3º e 4º. Disponível em [http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Portadores-de-Defici%C3%A7%C3%A3o-a-protecao-de-pessoas-acometidas-de-transtorno-mental-e-a-melhoria-da-assistencia-a-saude-mental.html]. Acesso em 30/10/2011.

possui função de fiscal da lei, mas sim a missão institucional de defesa dos interesses daquele a quem substitui processualmente, deles não podendo abrir mão. Sua atuação é realizada em benefício e em defesa do incapaz, sempre. O Ministério Público analisa a legalidade formal e as condições em que a interdição ocorre, enquanto cabe à Defensoria patrocinar os interesses manifestos do interditando, cuidando, caso a caso, para que sua opinião seja considerada nas decisões que o afetam, além de zelar pela utilização excepcional da interdição e de eventuais interações.⁴⁷²

Por exemplo, não pode o curador especial admitir que mera incapacidade laborial resulte em incapacidade civil; deve zelar pela não banalização da concessão de curatelas provisórias⁴⁷³ independentemente da realização de perícias necessárias; pela extensão dosada e limitada do caráter da interdição, de modo a permitir que o incapaz, dentro de suas possibilidades, possa exercer direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, possa trabalhar e viver, tanto quanto possível, em comunidade. O defensor público possui a função de defender o direito de ir e vir dos cidadãos, atuando em favor de sua desinstitucionalização, quando for possível, prezando pela possibilidade genuína de sua inclusão, do respeito às diferenças e à autonomia dos sujeitos.

⁴⁷² CAMPOS, Florianita C. Braga; FRASSETO, Flávio Américo. *Em Defesa da Liberdade: Reforma Psiquiátrica e Defensoria Pública*. Disponível em [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/emdefesaflorianitaefrasseto.pdf]. Acesso em 01/11/2011.

⁴⁷³ Em relatório do ano de 2005 do Conselho Federal de Psicologia, realizado em Parceria com a Comissão de Minorias e Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, intitulado “Banalização da Interdição Judicial no Brasil: Usos e Abusos da Psiquiatria. Uma violência contra a Democracia e os Direitos Humanos” há diversas comprovações da banalização e mau-uso das interdições judiciais, que são consideradas desnecessárias ou que poderiam ser parciais em muitos casos. Como exemplo, vale transcrever o seguinte trecho do referido relatório: “A questão da interdição judicial se tornou, de certa forma, banal e cotidiana. A solicitação de pareceres dos profissionais que trabalham na reforma psiquiátrica para instruírem os processos de interdição judicial dos usuários do serviço de saúde mental e a presença de usuários, que, atendidos nos serviços de saúde mental, em uma perspectiva da reforma psiquiátrica, que prevê sua reabilitação social, encontravam, na sua condição de interditados judiciais, um impedimento para evoluir na sua situação clínica, nos alertaram que algo não ia bem, ou seja, ocorria uma grande contradição entre o objetivo de todo o trabalho da reforma psiquiátrica, que é a ressocialização das pessoas, a reinserção social, e a condição frequente de que pessoas, de modo geral bastante pobres, passaram a ser interditadas judicialmente, sobretudo a partir do recebimento do benefício previsto na Lei Orgânica da Assistência Social. Um grande contingente de brasileiros que, repito, são pobres e são portadores de transtornos mentais. [...] Então, temos, na verdade, um fato de cultura que, aparentemente, é de boa vontade para com os pobres e portadores de transtornos mentais, mas que custa a eles o próprio exercício de sua cidadania. Podemos afirmar que, dentre esse grupo de portadores de transtornos mentais, é grande o número de pessoas que não necessitaria estar interditado judicialmente, mas que teria condições de ser enquadrado como beneficiário da prestação continuada porque são, de fato, portadores de dificuldades laborais importantes, de uma incapacidade para o exercício de sua vida laboral, mas não são incapazes para o exercício das demais atividades da vida civil”. Disponível em: [http://www.crprj.org.br/publicações/relatorios/interdicao-judicial.pdf]. Acesso em 01/11/2011. Destacamos.

A utilização da interdição, historicamente destinada à tutela de bens, tem cada vez mais se voltado à preservação do indivíduo e de seus direitos. Nesse sentido, aduz Patrícia Vieira que “em alguns países, como a Alemanha e a França, a interdição tem sido considerada como último recurso, por ser considerada solução drástica de restrição individual, sendo sempre desejável que se preserve a maior quantidade de direitos do portador de transtorno mental. No processo evolutivo das ciências jurídicas e da medicina, o enfoque da interdição tem se voltado cada vez mais para o incapaz, visando proteger seus interesses. Nas últimas décadas, as reformas legislativas, realizadas em vários países e corroboradas na atuação do Poder Judiciário, vêm adotando as medidas para a proteção do incapaz, sem despojá-lo, desnecessariamente, de sua liberdade de atuação e do exercício de seus direitos”.⁴⁷⁴

Assim, o tema da incapacidade deve ser encarado, também no âmbito processual, com vistas à garantia da maior autonomia possível e da proteção do sujeito, com observância dos direitos humanos. A função do curador especial nos termos dos art. 1.179 c/c 1.182, §1º, CPC, é, portanto, de suma relevância por tutelar os direitos do vulnerável que, em razão de suas limitações, não pode ou possui dificuldade de defender-se adequadamente e de exercitar os direitos legalmente previstos.

Não devemos esquecer, ademais, que o incapaz abandonado, que não possui familiares ou cuidadores de fato, comumente é pobre, às vezes até em situação de rua. Não há como negar sua condição de franca vulnerabilidade, inclusive social, devendo ser garantido a ele o amplo acesso à justiça.

Desta forma, ainda que o interditando constitua advogado ou alguém de sua família o faça, a lei poderá prever validamente a atuação do curador especial, para permitir que a suscetibilidade seja efetivamente suprida no caso concreto. Com o término do processo judicial e com a eventual procedência da interdição, cessará a atuação do curador, devendo o juiz atribuir representante definitivo ao incapaz, que cuidará de seus interesses, regendo sua vida e seus bens em todos os aspectos, a partir da sentença. Conforme já ressaltamos, não se confundem as atividades do curador processual, cuja obrigação é a de

⁴⁷⁴ VIEIRA, Patrícia Ruy. A Interdição Civil no Direito Brasileiro. In *Revista dos Tribunais*. vol. 826, ago. 2004. p. 93.

propiciar a correta defesa dos interesses do interditando *no processo* e a do curador material, cuja atuação se inicia no reconhecimento da incapacidade e se mantém enquanto esta perdurar.

6.4. Curadoria especial e sucessões

O artigo 1.042 do Código de Processo Civil, estabelece a nomeação de curador especial nas hipóteses de sucessões em duas situações. No inciso I, prevê a nomeação de curador especial ao ausente e, no inciso II, prevê a nomeação de curador especial ao incapaz, se concorrer na partilha com o seu representante legal.

O uso da expressão “ausente” pode causar confusão e incerteza pois, nos termos da lei civil, ao ausente deve ser nomeado curador material, no momento da respectiva declaração de ausência. Por esta razão, não haveria motivo para nova nomeação de curador em eventual concorrência sucessória. Para Ligia Maria Bernardi, neste caso, o Código referiu-se ao citado por edital ao utilizar o termo ausente, pois “de acordo com o inciso IV, do art. 5º do Código Civil, entende-se por ausente aquele que assim foi declarado pelo juiz. Neste caso, necessariamente, haverá sempre curador nomeado em consequência da declaração de ausência, porque o art. 1.160, da lei processual, determina que se proceda a esta providência ao mesmo tempo em que o juiz manda arrecadar os bens do ausente. Portanto, na prática, não vemos como se configurar a hipótese legal, conduzindo-nos ao raciocínio de ter o Código utilizado a palavra ausente não em sua acepção técnico jurídica mas, em sentido genérico, isto é, de não ser presente. Somente nesta circunstância, se entende a intenção protetiva do legislador, que se dirige para os casos em que ocorre citação por edital”.⁴⁷⁵

No mesmo sentido se manifesta Costa Machado, explicando que o ausente a que se refere o Código é qualquer pessoa que deva participar do inventário e que tenha sido citada por edital, de modo que a situação seria enquadrável na hipótese prevista no art. 9º, II, CPC.⁴⁷⁶

⁴⁷⁵ BERNARDI, Ligia Maria. *Curador Especial no Código de Processo Civil*, cit., p. 119.

⁴⁷⁶ MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *Código de Processo Civil Interpretado e Anotado: Artigo por Artigo, Parágrafo por Parágrafo*, cit., p. 1759. O autor adverte que a regra é necessária porque, em

A redação do antigo Código de Processo Civil de 1939 não deixa dúvidas de que o legislador, no artigo 1.042 do Código atual, ao referir-se ao ausente, pretendeu tratar do revel citado fictamente. Com efeito, o parágrafo único do artigo 479 do antigo Código estabelecia que o processo correrá com o curador, nos casos de herdeiros citados por edital.⁴⁷⁷

De fato, outra explicação não haveria para o emprego do termo “ausente”, exceto que o ausente, neste caso, é o citado por edital ou com hora certa que permaneceu revel, isto é, que não se manifestou no prazo fixado – hipótese equivalente àquela prevista no art. 9º, II, CPC.⁴⁷⁸

Quanto ao inciso II do art. 1.042, CPC, que estabelece que será nomeado curador especial ao incapaz, se concorrer na partilha com o seu representante, a justificativa para referida proteção consistiria em eventual conflito de interesses entre o incapaz e o seu representante legal. A hipótese seria idêntica, portanto, àquela prevista no art. 9º, I, CPC, segunda parte, já analisada no item 6.2.

Desta forma, a previsão de concorrência com o representante legal na partilha é apenas uma explicitação da hipótese prevista no artigo 9º, I, CPC, de modo que somente haverá a nomeação de curador especial em caso de conflito real de interesses, e não sempre que houver a concorrência.⁴⁷⁹ O poder familiar permite a administração dos

inventário, não seria possível se falar em réu, nem em revelia. Ressalva, ainda, que o Código poderia se referir ao ausente assim reconhecido em procedimento de jurisdição voluntária, cuja nomeação de curador especial pelo juízo ainda não tenha ocorrido. Não concordamos com tal posicionamento, entendendo que se trata, apenas, da hipótese de revelia em citação ficta.

⁴⁷⁷ BRASIL. Código de Processo Civil de 1939. CAPÍTULO III: Da Citação dos Herdeiros e Contestação da sua Qualidade. Art. 478. “Feitas as declarações da lei e juntada aos autos cópia do testamento, se houver, o juiz nomeará curador aos menores e às pessoas a eles equiparadas, e ordenará a citação dos herdeiros e representantes legais e, nos casos em que devam intervir, do representante da Fazenda Pública e do órgão do Ministério Público, para dizerem sobre aquelas declarações, no prazo de cinco (5) dias, e para os demais termos do inventário, e da partilha. §1º. Havendo o de cujus deixado testamento, citar-se-á também o testamentário. §2º. O representante legal do incapaz ou ausente será ouvido em todos os termos do processo, sob pena de nulidade”.

Art. 479. A citação será dispensada, se em petição os interessados se derem por cientes do inventário. Parágrafo único. *Serão citados por edital, com o prazo de trinta (30) a sessenta (60) dias, os herdeiros residentes fora do termo ou comarca, ou ausentes no estrangeiro ou em lugar incerto ou inacessível, correndo então o processo com o curador que lhes for dado pelo juiz*”. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1608.htm]. Acesso em 20/09/2011. Destacamos.

⁴⁷⁸ A redação não é alterada pelo Projeto de Lei da Câmara n. 8.046, de 2010, que trata da reforma do Código de Processo Civil, mantendo-se a previsão de nomeação de curador especial ao ausente (art. 657).

⁴⁷⁹ BERNARDI, Ligia Maria. *O Curador Especial no Código de Processo Civil*, cit., p. 121.

bens pelo representante legal – exigida autorização judicial para atos de disposição, não sendo imperiosa a atuação do curador em todos os casos de concorrência. Corrobora este entendimento o fato de que, nos casos de herdeiro incapaz ou ausente (art. 999, CPC), o Ministério Público atuará obrigatoriamente como fiscal da lei, zelando pela observância dos direitos do incapaz. Tanto esta deve ser a interpretação correta que o Projeto de Lei da Câmara n. 8.046, de 2010, que trata da reforma do Código de Processo Civil, estabelece que o juiz nomeará curador especial ao incapaz se concorrer na partilha com seu representante legal, *desde que exista colidência de interesses*.⁴⁸⁰ Esta é a interpretação adequada do dispositivo, que deve ser desde já adotada.

Além disso, a partilha de que trata o art. 1.042, CPC, é referente ao direito sucessório e não à meação dos cônjuges⁴⁸¹ - fato que se verifica pela própria localização do artigo no capítulo do inventário e da partilha, afastando a colidência na maioria das vezes. Conclui-se, portanto, que a nomeação de curador especial em processos sucessórios ocorrerá apenas nas hipóteses já previstas no art. 9º, I e II, CPC, quais sejam: nos casos de revelia decorrentes de citação ficta ou quando houver colidência real de interesses entre o incapaz e seu representante legal.

Assente a jurisprudência neste sentido, valendo trazer à colação o seguinte excerto: “Em inventário, somente se nomeia curador para a defesa de menores, quando houver colisão de interesses, não se fazendo necessário quando os infantes são representados pela genitora inventariante, que exerce o pátrio poder”.⁴⁸²

Desta forma, as hipóteses de curadoria especial em sucessões apenas explicitam e detalham aquelas situações gerais em que há necessidade de atuação do curador especial, cujas peculiaridades já foram abordadas em itens específicos do presente trabalho.

⁴⁸⁰ Projeto de Lei da Câmara n. 8.046/2010. Art. 657. Destacamos.

⁴⁸¹ Sobre o tema, Pontes de Miranda esclarece que “fica patente que a participação a que se refere o art. 1.042, I e II, é a partilha em que figura o menor ou o incapaz, e não a partilha dos bens dos cônjuges. Aí, não seria razoável que o pai ou a mãe supérstite não pudesse exercer o pátrio poder na partilha dos bens do premorto, posto que se tenha de proceder antes à partilha dos bens comuns”. MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. t. 12. Rio de Janeiro: Forense, 1974. p. 308.

⁴⁸² STJ. REsp 139.237/MG. Rel. Min. Waldemar Zveiter. j. 15/02/2001. Ainda: “Somente se justifica a nomeação de curador especial quando colidentes os interesses dos incapazes e os de seu representante legal”. (STJ. REsp 114.310/SP. Rel. Min. Barros Monteiro. j. 17/10/2003).

6.5. Curadoria especial do demente

O Código de Processo Civil prevê, no art. 218, §§ 2º e 3º, que ao réu demente ou impossibilitado de receber a citação será dado curador especial, com atuação restrita à causa.

A hipótese se equipara à do incapaz sem representante legal, pois, constatado pelo oficial de justiça que o réu não possui condições de ser citado pessoalmente em razão de incapacidade (demência), sua vulnerabilidade será suprida mediante a atuação do curador especial. O texto legal supõe que a incapacidade seja constatada no momento da citação, de parte que não seja ainda interditada, pois caso esta providência já tenha sido adotada a citação deverá ser feita na pessoa do curador (material) do interdito.⁴⁸³ Tendo em vista que a citação é forma de possibilitar a defesa do réu, supõe-se que, não estando em seu perfeito juízo estará impedido de constituir advogado e de se defender amplamente, razão pela qual o ato não pode ser aperfeiçoado.⁴⁸⁴

⁴⁸³ Sobre o assunto, Moniz de Aragão esclarece que “segundo a lei civil, somente após a interdição a pessoa mentalmente incapaz perde o autogoverno e passa a não poder receber a citação. Mas ao processo não poderia comparecer um demente, só porque não-interditado, e, por isso, aparentemente capaz de fazê-lo à luz da lei civil”. (ARAGÃO, Egas Moniz de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 2, cit., p. 187). Decidiu o STJ pela desnecessidade de suspensão do feito para a regularização da citação do incapaz, bastando a nomeação de curador especial: “Processual civil. Autor da ação portador de doença mental. Suspensão do processo para que seja sanado o defeito da incapacidade: desnecessidade, bastando a nomeação de curador especial. Precedentes. Recurso provido. I - não há que se falar em suspensão do processo, para que seja sanado o defeito relativo a incapacidade do autor, portador de doença mental. Basta a nomeação de curador especial, o qual zelará pelos interesses do amental no feito, até a decretação da interdição e a nomeação do curador. II - Inteligência do art. 9º, I, e do art. 13, ‘caput’, do CPC. III - Precedentes do extinto Tribunal Federal de Recursos: Ag 38.362/RJ, Ag 41.893/RS, Ag 43.250/RJ, Ag 49.833/RJ e Ag 49.834/RJ. IV - Recurso Especial conhecido e provido”. (STJ. REsp 11893/MG. Rel. Min. Adhemar Maciel. j. 06/02/1997. DJ. 16/06/1997). No mesmo sentido: “Agravos de instrumento. Ação de indenização por danos morais e materiais. Acidente de ônibus. Anulação de acordo. Incapacidade do autor. Perícia. Necessidade de nomeação de curador especial e participação do Ministério Público. Presença de advogado que não supre a incapacidade. Decisão mantida. 1. Formalização de acordo ocorrida após a elaboração de laudo pericial que demonstra que o autor possui ‘confusão mental de caráter permanente’. 2. Incapacidade mental da parte facilmente constatada pela leitura do depoimento pessoal prestado em audiência de instrução. Nulidade. Artigo 166, I, CC. 3. *Havendo dúvida quanto à capacidade, deve o magistrado se abster de homologar o acordo. Questão de ordem pública. Necessidade de participação do Ministério Público (art. 82, I, CPC) e de curador especial (art. 9º, I, CPC)*. 4. *Desnecessidade de prévio ajuizamento de ação de interdição para reconhecimento da incapacidade no momento da prática do ato e declaração de sua nulidade. Agravos de Instrumento não provido*. (TJ/SP. AI 0478940-65.2010.8.26.0000. Rel. Des. Alexandre Lazzarini. j. 19/10/2011). Destacamos. Contra, no sentido de que alguém apenas pode ser considerado incapaz após regular processo de interdição, cf. DINIZ, Maria Helena. *Código Civil Anotado*, cit., p. 12.

⁴⁸⁴ FADEL, Sergio Sahione. *Código de Processo Civil Comentado*. vol. 1, cit., p. 370. O autor ainda explica tratar-se de uma inovação do Código atual.

O dispositivo demonstra a preferência do legislador pelo suprimimento da incapacidade por representante legal definitivo, observada a ordem de preferência prevista na lei civil. Caso esta nomeação definitiva não seja possível, o curador especial processual atuará na defesa do hipossuficiente, apenas no processo específico.⁴⁸⁵

Segundo o disposto no Código, verificada pelo oficial de justiça a demência ou impossibilidade,⁴⁸⁶ deixará de realizar a citação, devendo certificar minuciosamente o fato ao juiz, que designará médico para avaliar a condição da parte através de laudo. Constatada a incapacidade pelo perito, o juiz dará curador ao incapaz (exceto nas hipóteses em que já houver representante legal designado) - observando-se a preferência legal -, para atuação restrita ao feito (art. 218, §2º, CPC),⁴⁸⁷ devendo ser regularizada sua representação em processo próprio de interdição.⁴⁸⁸ Além disso, a suspeita de incapacidade determina, ainda, a atuação interventiva do Ministério Público, nos termos do art. 82, I, CPC, que deve também diligenciar a instauração de processo para a interdição da parte, se for o caso.⁴⁸⁹

Nas hipóteses em que a incapacidade ou impossibilidade não ficar comprovada, a citação será realizada na própria pessoa do demandado, determinando o magistrado que o oficial de justiça cumpra o mandado normalmente.⁴⁹⁰

Esclarece Egas Moniz de Aragão que “não é qualquer insuficiência mental que provoca a incidência da regra do texto, pois há males que não impossibilitam o réu de receber a citação inicial e se defender eficazmente. O que preocupa ao Código é a

⁴⁸⁵ O art. 214, §3º, do Projeto de Lei da Câmara n. 8.046/2010, que trata da reforma do Código de Processo Civil, estabelece expressamente que a atuação do curador especial será restrita à causa, deixando claro tratar-se de curadoria estritamente processual.

⁴⁸⁶ Fadel elenca como causas de impossibilidade: embriaguez, acesso de loucura, forte emoção ou qualquer estado físico ou psicológico anormal. (FADEL, Sergio Sahione. *Código de Processo Civil Comentado*. vol. 1, cit., p. 370).

⁴⁸⁷ Acerca do curador especial previsto no art. 218, CPC, Dinamarco esclarece que “não se trata de instituir uma autêntica curatela, ou de instituir um curador, com toda a amplitude de atribuições e deveres inerentes à curatela regida pelo Código Civil (art. 1.767); a intenção do legislador limita-se a oferecer ao impossibilitado um representante que o defenda em contraditório no processo. Isso está bem claro na lei, ao estabelecer que na hipótese de demência do citando, ou de qualquer outra causa de impossibilidade de receber a citação, a ‘nomeação é restrita à causa’ (CPC, art. 218, §2º)”. (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Notas para um Dicionário de Direito Processual Civil*, cit., p. 78).

⁴⁸⁸ Sobre a atuação de curador especial em interdições vide item 6.3.

⁴⁸⁹ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Fundamentos do Processo Civil Moderno*, cit., p. 334.

⁴⁹⁰ KOMATSU, Roque; SANSEVERINO, Milton. *A Citação no Direito Processual Civil*, cit., p. 158.

demência, tomada como estado psíquico que impede ao destinatário da citação de recebê-la, porque é incapaz de se defender”.⁴⁹¹

Nos dizeres de Mitidiero e Marinoni, demente é aquele que por enfermidade ou deficiência mental não tem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil, ainda que por causa transitória de duração imprevisível, destacando que certificada esta condição pelo oficial de justiça e constatada por perícia médica, será dado curador ao incapaz, com atuação obviamente circunscrita à causa.⁴⁹²

A função do curador especial, nestas hipóteses, será restrita ao processo, em nada interferindo em outros assuntos pertinentes ao curatelado, ainda que o curador especial seja pessoa da família (já que a lei determina deva ser dada preferência à ordem legal). A representação definitiva do incapaz apenas advirá com a regular tramitação de posterior processo de interdição. Apenas na impossibilidade de atuação de familiares, a curadoria especial caberá à Defensoria Pública, cuja função também será restrita àquele processo.

Como a configuração da atuação do curador especial depende da constatação da incapacidade pelo oficial de justiça, provavelmente isso apenas ocorrerá nos casos em que a incapacidade for facilmente identificável,⁴⁹³ o que nem sempre ocorre. Para tanto, deve o oficial de justiça permanecer atento ao realizar o ato citatório.⁴⁹⁴ Destarte, na citação realizada pelo correio não é possível aferir esta condição da parte, de modo que a incapacidade pode não vir a ser constatada ou ser constatada apenas no curso do processo. Se isso ocorrer, o feito deverá ser suspenso, nos termos do artigo 265, I, CPC, para a realização do exame médico.⁴⁹⁵

⁴⁹¹ ARAGÃO, Egas Moniz de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 2, cit., p. 228 e 229.

⁴⁹² MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil Comentado Artigo por Artigo*, cit., p. 222.

⁴⁹³ Esse seria, inclusive, o motivo pelo qual o legislador teria utilizado o termo “demente”, anomalia psíquica intensa, que impede o sujeito passivo de receber a citação. (KOMATSU, Roque; SANSEVERINO, Milton. *A Citação no Direito Processual Civil*, cit., p. 158).

⁴⁹⁴ Chamam a atenção para a responsabilidade do oficial de justiça, que deve empregar todo seu esforço e diligência para cumprir seu dever com exatidão e equilíbrio, pois de sua dedicação, zelo, argúcia, perspicácia, desembaraço e empenho depende, frequentemente, o êxito da difícil tarefa de distribuir justiça: KOMATSU, Roque; SANSEVERINO, Milton. *A Citação no Direito Processual Civil*, cit., p. 173.

⁴⁹⁵ MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *Código de Processo Civil Interpretado e Anotado: Artigo por Artigo, Parágrafo por Parágrafo*, cit., p. 517.

Trata-se de mais uma hipótese de curadoria especial de incapaz que não possui representante legal, tendo em vista que a incapacidade é verificada no momento da citação ou no curso do processo. A hipótese apenas especifica o procedimento a ser adotado nos casos em que a incapacidade é verificada *a posteriori*, sendo explicitação daquela prevista na parte geral (art. 9º, I, CPC), analisada no item 6.1.

6.6. Atendimento do incapaz pelo curador especial

Tema que muito tem nos preocupado e que merece especial atenção refere-se ao atendimento da parte pelo curador especial. Principalmente nos casos em que a atuação do curador decorra de incapacidade, haverá possibilidade de contato - o que não é possível nos casos de réu revel citado fictamente, por exemplo.

Para que seja realizada defesa real e efetiva, que leve em consideração os interesses daquele a quem o curador especial substitui no processo, nos parece que deva haver, ao menos, tentativa de atendimento pessoal para buscar colher elementos que permitam o fiel desempenho da função de defender.

É claro que, em se tratando de incapaz, pode haver dificuldade de discernimento e de descrição de fatos, o que deverá ser considerado pelo curador. Entretanto, valendo-se de auxílio de equipe interdisciplinar,⁴⁹⁶ o defensor público poderá verificar se há questões relevantes de interesse do curatelado a serem arguidas no processo, zelando, caso a caso, para que sua opinião seja considerada nas decisões que o afetam, defendendo a possibilidade genuína de sua inclusão, de respeito às diferenças e à autonomia dos sujeitos. A Defensoria Pública deve criar um espaço de atenção a estas pessoas, mantendo formas de ouvir e identificar quais são seus reais interesses, a fim de poder defendê-los no âmbito processual.

⁴⁹⁶ A Lei Nacional da Defensoria Pública estabelece como função institucional prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições (art. 4º, IV, LC n. 80/94). No Estado de São Paulo, por exemplo, as Regionais da Defensoria Pública são dotadas de Centros de Atendimento Multidisciplinares – CAMs, compostos por psicólogos, assistentes sociais e defensores públicos, que prestam suporte ao atendimento dos usuários dos serviços da Defensoria Pública. Esses Centros possuem especial importância no que se refere ao tema da saúde mental, trabalhando para a articulação da compreensão, da recuperação de laços perdidos, da rede de tratamentos e de relações do sujeito com transtorno mental ou que sofra de outras incapacidades.

Explicam Campos e Frasseto que “nesse novo cenário, totalmente diferente de suas funções clássicas de declaração de incapacidade e periculosidade do sujeito, assume o sistema de justiça a posição de garantidor de direitos e de controle rigoroso da limitação a direitos fundamentais que é imposta ao sujeito com ‘transtorno mental’ em nome da proteção da ordem pública ou, mais comumente, em nome de seu próprio bem e tratamento. Assim, cabe à justiça garantir ao paciente o direito a um tratamento eficiente, permitindo a ele a escolha de estratégias não limitadoras de sua liberdade”.⁴⁹⁷ Daí porque, ainda que considerados incapazes e com discernimento limitado, estes sujeitos devam ser ouvidos, de modo que suas pretensões possam vir a (quicá) serem refletidas no processo judicial (independentemente do tipo de incapacidade que o acometa: transtorno mental, idade ou outras condições verificadas no caso concreto).

No Estado de São Paulo, o Conselho Superior da Defensoria Pública editou a Deliberação CSDP n. 219, de 11 de março de 2011,⁴⁹⁸ que regulamenta as hipóteses de atendimento ao usuário em sofrimento ou com transtorno mental, considerando, justamente, a necessidade de adequação da inafastabilidade do direito à assistência jurídica integral e gratuita à dificuldade de comunicação, expressão e compreensão do usuário em sofrimento mental.

Esta Deliberação prevê a possibilidade de atendimento conjunto entre defensores, psicólogos e assistentes sociais para facilitar a comunicação entre os envolvidos, seja para compreensão da pretensão jurídica pelo defensor público, seja para compreensão da orientação jurídica pelo usuário.

Além disso, a equipe multidisciplinar poderá adotar as providências necessárias e medidas que visem a atender à demanda que decorra da condição de vulnerabilidade do incapaz, tal como o encaminhamento à rede social de apoio ou aos serviços públicos de saúde e assistência social, registrando e arquivando relato de todos os atendimentos, das providências adotadas e construindo contrarreferências. A mesma Deliberação prevê o

⁴⁹⁷ CAMPOS, Florianita C. Braga; FRASSETO, Flávio Américo. *Em Defesa da Liberdade: Reforma Psiquiátrica e Defensoria Pública*. Disponível em [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/emdefesa_florianitaefrasseto.pdf]. Acesso em 01/11/2011.

⁴⁹⁸ DPE/SP. Deliberação CSDP n. 219, de 11 de março de 2011. Disponível em [http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Conteudos/Materia/MateriaMostra.aspx?idItem=32555&idModulo=5010]. Acesso em 02/11/2011.

livre acesso do usuário à Defensoria Pública, ainda que não seja vislumbrada nenhuma pretensão jurídica.

Explica Patrícia Vieira que “o instituto da representação é acolhido para suprir a falta de discernimento na prática de atos que envolvam questões patrimoniais e pessoais, mas não pode impedir que as manifestações dos incapazes sejam consideradas e admitidas quando resultem de situações relacionadas com o ‘querer pessoal’, envolvendo o seu bem-estar. Os avanços científicos e técnicos permitem que as circunstâncias caracterizadoras de incapacidade sejam atenuadas, e cada vez mais, as manifestações pessoais sejam valorizadas, em respeito à individualidade e dignidade das pessoas”.⁴⁹⁹

A curadoria especial é inerente à garantia do contraditório e à ampla defesa, possuindo a finalidade de preservar os interesses daqueles que estão em condições de especial suscetibilidade.⁵⁰⁰ A vulnerabilidade jurídica e social que permeia a condição de incapaz faz com que a atuação do curador especial garanta a paridade de armas no litígio, bem como que sejam observados os interesses reais da parte, mormente diante da função do curador de substituí-la processualmente e de dar voz a seus interesses. Com efeito, o constituinte previu que à Defensoria Pública cabe não apenas a defesa e atuação judicial, mas também a orientação jurídica aos necessitados (art. 134, CF). E orientação inclui atender e ouvir. De fato, “o termo *orientação* ressurge no dispositivo comentado com uma força ímpar, extrapolando a atitude meramente defensiva para significar, antes, durante e além do Juízo, uma postura dialógica verificada entre os necessitados e quem os orienta”.⁵⁰¹

É desejável, portanto, quando haja elementos que permitam ao defensor público o contato com o incapaz, que este contato seja realizado de modo a otimizar sua atuação no caso concreto. O atendimento direto do interessado permite a maior eficiência no desempenho da função pelo curador especial, pois a própria parte poderá indicar elementos para o melhor exercício de seu direito de defesa, apontando fatos relevantes e os meios de prová-los.

⁴⁹⁹ VIEIRA, Patrícia Ruy. *A Interdição Civil no Direito Brasileiro*, cit., p. 93.

⁵⁰⁰ BRASIL. Lei Complementar n. 80/94. Art. 3º. “São objetivos da Defensoria Pública: IV. A garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório”.

⁵⁰¹ CARVALHO. Pedro Armando Egydio de. *A Defensoria Pública: Um Novo Conceito de Assistência Judiciária*. In *Revista dos Tribunais*. vol. 689, mar. 1993. p. 303.

Logicamente o interessado pode não querer ou não ter condições de se comunicar, ainda que minimamente, com o curador especial. Neste caso, a atuação deve ser pautada pela proteção de seus interesses no processo e pela preservação do rigor dos atos processuais. Se o incapaz se negar ao contato, será importante mantê-lo informado do andamento processual através, por exemplo, de correspondência com aviso de recebimento, permanecendo o curador especial à disposição para seu atendimento pessoal a qualquer tempo.

7. CURADORIA ESPECIAL DO RÉU PRESO

O artigo 9º, II, CPC, determina a atuação de curador especial em favor do réu preso. O fator determinante para esta previsão não se refere à capacidade do preso de estar em juízo ou à dúvida quanto ao seu conhecimento do processo, mas à vulnerabilidade social e jurídica que acomete aquele que está em situação de prisão. Explicam Marinoni e Mitidiero que “o art. 9º, inciso II, CPC, nada tem a ver com o assunto capacidade processual, justificando-se a sua previsão conjuntamente com a hipótese do inciso I apenas pelo desiderato comum a ambas: prestar tutela à paridade de armas no processo civil”.⁵⁰²

O réu em situação de prisão possui endereço conhecido, sendo normalmente citado pessoalmente. Possui capacidade de estar em juízo e tem ciência do processo que corre contra si. A vulnerabilidade que se quer tutelar, neste caso, refere-se à dificuldade para oferecer defesa e acompanhar o processo, em razão da restrição à sua liberdade. Estando o réu preso, não se sabe se terá condições para defender-se eficazmente, razão pela qual o princípio do contraditório impõe que lhe seja dado um defensor.⁵⁰³

Explica Ligia Maria Bernardi que “a presunção legal de involuntariedade de atitude a ser desenvolvida pelo réu preso assemelha-se à hipótese do réu citado fictamente, devendo ambos receberem a mesma proteção, a curatela especial. Proteção esta que se justifica, no primeiro caso – réu preso – tão somente em razão da prisão, e no segundo caso – réu citado fictamente – em decorrência da modalidade de citação que acarreta incerteza quanto à ciência por parte do réu, do ato de comunicação – citação. São duas as presunções legais – cerceamento da liberdade e da ciência – a autorizarem a proteção legal através do curador, afastando o instituto da revelia e seus efeitos”.⁵⁰⁴

Para que se enquadre na previsão do Código de Processo Civil, bastará que o réu esteja tolhido em sua liberdade de locomoção, restringido no direito de ir e vir, não

⁵⁰² MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil Comentado Artigo por Artigo*, cit., p. 105.

⁵⁰³ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Fundamentos do Processo Civil Moderno*, cit., p. 329.

⁵⁰⁴ BERNARDI, Ligia Maria. *O Curador Especial no Código de Processo Civil*, cit., p. 50 e 51.

importando tratar-se de prisão definitiva, cautelar, criminal, civil ou administrativa.⁵⁰⁵ Enquanto estiver preso fará jus à atuação do curador especial.

A situação específica de privação da liberdade é óbice real à prática de atos processuais, que acarreta a necessidade de especial proteção do Estado. A simples restrição ao direito de ir e vir faz presumir a dificuldade no exercício do direito de defesa. Para garantir que o preso consiga superar os óbices enfrentados em razão da própria situação de prisão, e exercitar com plenitude o contraditório e a ampla defesa, a legislação determina que o curador especial atue em prol e na busca da garantia destes direitos.

7.1. Curadoria especial do réu preso revel e do réu preso não revel

O inciso II do art. 9º do Código de Processo Civil, prevê que será nomeado curador especial ao réu preso, bem como aos réus revéis citados por edital ou com hora certa.

Está claro que no caso dos réus citados fictamente, há necessidade de que estes permaneçam revéis para que lhes seja nomeado curador especial, de modo que, apenas após o transcurso do prazo para a contestação será aferida esta condição. Na hipótese do réu preso, entretanto, não há a condicionante expressa da revelia, razão pela qual há controvérsia na doutrina e na jurisprudência a este respeito.

Grande parte da controvérsia se refere ao fato de o Código de Processo Civil atual ter alterado a norma anterior que previa curador especial ao preso apenas nos casos em que permanecesse revel.⁵⁰⁶ A redação hodierna determina seja dado curador especial ao preso em todas as ocasiões, não restringindo esta atuação à condição de revel.

⁵⁰⁵ MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 206. O autor considera que, nas hipóteses de regime aberto, em razão da restrição à liberdade de locomoção ser limitada, não haveria a necessidade de atuação do curador especial, com o que concordamos, mormente se o preso tiver constituído advogado particular. Também nesse sentido: “O condenado em regime aberto, com recolhimento autorizado na própria residência ou em residência particular, não necessita de curador especial do CPC 9º, II, quando comparece a juízo acompanhado de advogado para a prática de qualquer ato judicial”. (RT 555/139).

⁵⁰⁶ BRASIL. Código de Processo Civil de 1939. Art. 80, §1º. “Nas comarcas onde não houver representante judicial de incapazes, ou de ausentes, o juiz dará curador à lide: b) ao preso e ao citado por edital, ou com

Celso Agrícola Barbi explica que houve “modificação em relação ao Código de 1939, porque, segundo o art. 80, §1º, alínea *b*, deste, o réu preso só teria curador especial quando revel. [...] Realmente, se o preso contestou a ação, sem reclamar ao juiz qualquer dificuldade para defesa de seu direito, não se vê justificativa para se lhe dar curador especial. A finalidade deste é permitir ampla atuação da parte no processo. Se o preso não alega dificuldades decorrentes de sua situação e que prejudiquem sua defesa, não se vê motivo para a nomeação do curador, a qual, em certos casos, lhe poderá até ser onerosa”.⁵⁰⁷ O mesmo autor explica que, de fato, houve a alteração redacional intencional, embora não concorde com esta metodologia.

Costa Machado, concordando com a alteração proposital do texto legal, lembra que o Anteprojeto Buzaid reproduzia a redação do Código de 1939, que foi alterada para prevalecer o texto tal qual publicado. A comissão revisora, sobre a emenda proposta para a ampliação da proteção ao preso, manifestou-se no sentido de que a “a tutela que se dá ao preso provém de razões diferentes daquelas que se aplicam ao revel. Restringida a sua liberdade e em alguns casos por restrições até nos seus direitos civis, presume-se que o preso necessite de tutela especial do Estado para a defesa de seus direitos. Faltando-lhe a liberdade, falta-lhe também a possibilidade de defender-se sem coações e com a amplitude que teria se livre estivesse”.⁵⁰⁸

Grande parte da doutrina, entretanto, continua argumentando que não se justifica a atuação do curador especial quando o réu preso se faz presente. José Fernando da Silva Lopes sustenta que esta alteração legislativa encontraria amparo apenas em um deslize técnico do legislador, uma vez que se o réu preso possui procurador que desempenha o *jus defensionis* não haveria porque designar-lhe, também, um curador especial com única e exclusiva finalidade de ratificar e ampliar aquilo que foi feito dentro do processo pelo procurador regularmente constituído.⁵⁰⁹

hora certa, *quando revéis*”. Destacamos. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De11608.htm]. Acesso em 13/09/2011.

⁵⁰⁷ BARBI, Celso Agrícola. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 1, cit., p. 83 e 84.

⁵⁰⁸ MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*, cit., p. 204. No trecho, o autor cita: PAULA, Alexandre de. *Código de Processo Civil Anotado*. vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986. p. 40.

⁵⁰⁹ LOPES, José Fernando da Silva. *O Ministério Público e o Processo Civil*, cit., p. 29.

Também Arthur Cesar de Souza justifica a nomeação de curador especial apenas nos casos em que o preso permanecer revel, embora aceite que a natureza de sua vulnerabilidade é diversa da do citado fictamente, que não possui ciência do processo porque “o motivo ensejador da nomeação de curador especial não decorre de eventual incerteza quanto à efetiva cientificação do réu, pois ele foi pessoalmente citado. O motivo está inserido na dificuldade de produção de sua defesa, em face de seu encarceramento. Trata-se de uma proteção normativa processual feita em prol daquele que se encontra preso e, muito embora devidamente citado, deixou de apresentar defesa no prazo estabelecido em lei”.⁵¹⁰

Pontes de Miranda também não concorda com a alteração legislativa, embora admita que não é possível negar vigência ao texto da lei sem alterá-lo. O autor explica que “o preso tem, hoje, curador especial, seja revel ou não. A prisão apenas cria dificuldades. Se o preso constitui advogado, argumentar-se-á que não precisa de proteção de que trata o art. 9º. Não se fez incapaz, nem se equiparou a incapaz, razão para que, *de iure condendo*, não se tivesse de riscar a referência à revelia, que estava no Código de 1939. Mas, *de iure conditio*, não podemos afastar o texto vigente, e talvez a *ratio legis* tenha sido estar o preso sob pressão para outorga de poderes ao advogado, ou a alguém a quem conferia o poder de nomeação”.⁵¹¹

⁵¹⁰ SOUZA, Artur Cesar de. *Contraditório e Revelia – Perspectiva Crítica dos Efeitos da Revelia em Face da Natureza Dialética do Processo*, cit., p. 211. Concorde com este argumento Fredie Didier Jr., para quem também não há motivo para que a norma proteja de tal maneira o réu preso: “No caso do réu preso, o CPC-73 dispensa a revelia para que se nomeie o curador especial, inovando em relação ao CPC-39 (art. 80, §1º, ‘b’). Assim, de acordo com a letra da lei, mesmo que o réu-preso constitua advogado, impõe-se a nomeação do curador especial. É discutível, atualmente, a permanência de regra semelhante (tratamento diferenciado do réu-preso). [...] Parece que a incapacidade processual do réu-preso deve ser averiguada *in concreto*, não se justificando a existência de uma presunção legal absoluta de sua fragilidade; diante de réu-preso que constitui advogado, apresentou defesa e vem participando ativamente do processo, não se justifica o reconhecimento dessa incapacidade processual”. (DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. vol. 1, cit., p. 254). No mesmo sentido: “Também para o réu preso justifica-se plenamente a intervenção da curadoria especial, salvo se este, sem restrições, comparecer normalmente a juízo para se defender. A ressalva não está na lei, mas é perfeitamente compreensível por razões óbvias”. (FADEL, Sergio Sahione. *Código de Processo Civil Comentado*. vol. 1, cit., p. 61).

⁵¹¹ MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. t. 1, cit., p. 261. No sentido de que não é necessária a nomeação de curador especial quando o preso tiver advogado constituído: “Processo civil. Execução. Praça. Intimação por edital. Possibilidade, desde que comprovada a existência de circunstância razoável que impeça a intimação pessoal. Réu preso. Nomeação de curador especial. Necessidade, desde que a parte não tenha advogado nomeado nos autos. Se a parte, mesmo estando presa, tem patrono nomeado nos autos, torna-se absolutamente despicienda a indicação de um curador especial para representá-la. Recurso Especial conhecido e provido”. (STJ. REsp 897682/MS. Rel. Min. Nancy Andrih. j. 17/05/2007. DJ 04/06/2007).

A necessidade de atuação do curador especial mesmo quando não houver revelia, estaria baseada no fato de que o preso sofre grande restrição pelo cerceamento de sua liberdade. Possui maior dificuldade na contratação de advogado, bem como está praticamente impossibilitado de acompanhar o andamento do processo em que figura como réu. Notadamente está em situação de vulnerabilidade diante dos demais litigantes que, livres para ir e vir, possuem facilidade na escolha de procurador, na indicação de provas, e na própria sistematização de sua defesa.

No sentido de que o curador sempre deve atuar, Hugo Nigro Mazzilli entende que “a legitimação extraordinária do curador de ausentes e incapazes para intervir como curador especial de réu preso se justifica para que não sofra este de uma possível limitação fática no exercício do contraditório, provocada pelas próprias restrições à sua liberdade”.⁵¹² E prossegue argumentando que “certas pessoas, em razão de peculiaridades, presumivelmente não têm a mesma possibilidade de se defender plenamente, como se não padecessem de tal limitação fática: é o caso do incapaz que não tem representante legal ou cujos interesses colidam com os seus; é o caso do réu preso; é o do revel citado com hora certa ou por edital”.⁵¹³

Araken de Assis também defende este entendimento ao asseverar que o simples fato de estar encarcerado leva à necessidade de nomeação de curador especial. O autor admite que o Código atual inovou relativamente ao anterior, motivo pelo qual é elemento necessário e suficiente o fato da prisão para que se imponha a atuação do curador especial.⁵¹⁴ Hélio Tornaghi justifica a opção legislativa pois, entre o risco de deixar desprotegido aquele que não poderia acompanhar a atividade do procurador, e o zelo por

⁵¹² MAZZILLI, Hugo Nigro. *Curadoria de Ausentes e Incapazes*, cit., p. 13.

⁵¹³ MAZZILLI, Hugo Nigro. *Curadoria Especial*, cit., p. 289.

⁵¹⁴ ASSIS, Araken de. *Suprimento da Incapacidade Processual e da Capacidade Postulatória (I)*, cit., p. 158. Também neste sentido: “No caso de réu preso, evidentemente será sempre citado pessoalmente, salvo se estiver incomunicável, caso em que não se efetivará a citação. Citado, o réu preso poderá ter duas atitudes: constituir ou não advogado. Constituído advogado, este poderá oferecer ou não, em Juízo, defesa em prol do seu constituinte preso. Se oferecida defesa, atuará concomitantemente o curador especial. Se não oferecida defesa, também atuará o curador especial. Seja como for, a atuação do curador especial é indispensável para concretizar a intenção do legislador de proteção ao réu preso em razão de estar com sua liberdade cerceada.” (BERNARDI, Ligia Maria. *O Curador Especial no Código de Processo Civil*, p. 49 e 50). Vide, ainda: “a nomeação de curador especial ao réu preso é condição imprescindível à validade do processo, mesmo que ele já tenha advogado constituído nos autos”. (RT 490/92).

encarregar alguém de cuidar de seus interesses no processo, a última alternativa seria preferível.⁵¹⁵

No mesmo sentido, leciona Bedaque que a dificuldade do preso participar do contraditório é evidente, não apenas por motivos econômicos ou dados os empecilhos para constituir advogado, mas pela própria condição em que se encontra. “Daí ser imprescindível a atuação do curador especial, independentemente da modalidade de citação. Ainda que cientificado pessoalmente, o preso será defendido em juízo pelo curador especial”.⁵¹⁶

A situação de prisão inegavelmente constitui limitação à possibilidade de prática adequada de atos processuais, em razão da limitação organizacional e de informação do sujeito, decorrentes da própria privação da liberdade. A dificuldade de constituir procurador de sua confiança, de organizar sua defesa, reunir provas, documentos, testemunhas, rememorar fatos, além da impossibilidade de acompanhar o andamento do processo são fatores que, considerados pelo legislador, levaram à imposição de atuação do curador especial enquanto a restrição à liberdade permanecer.⁵¹⁷

Entretanto, não há como negar que, nos casos em que o preso tenha contratado advogado, este zelo passe a ser excessivo e o discrimen não se justifique. Se a atuação do curador especial busca a equiparação no processo, estando a parte devidamente representada não haverá equilíbrio a ser restabelecido. Frise-se, ainda, que nem mesmo no âmbito criminal, em que o direito fundamental à liberdade está em jogo, a Defensoria Pública atua em favor de réus que constituam advogado.⁵¹⁸

⁵¹⁵ TORNAGHI, Hélio. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 1, cit., p. 113. O autor apenas questiona, na sequência, se esta atuação não seria uma forma de diminuir a capacidade de estar em juízo do preso, impondo-lhe uma interdição que a lei penal não cominou entre as penas acessórias. (Ibid., p. 113).

⁵¹⁶ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. In MARCATO, Antonio Carlos (coord.). *Código de Processo Civil Interpretado*, cit., p. 32.

⁵¹⁷ A especial vulnerabilidade do sujeito em situação de prisão levaram Hugo Nigro Mazzilli a sugerir que a atuação do curador deveria ser estendida também ao autor preso. O ilustre doutrinador aduz que o autor preso sofre das mesmas mazelas que o réu preso, pois, ainda que tenha constituído advogado para ajuizar a demanda, estará privado de acompanhá-la devidamente. Para ele, “o autor preso também sofre das mesmas limitações, e não seria despropositado sustentar solução analógica para intervir nesta hipótese”. (MAZZILLI, Hugo Nigro. *Curadoria de Ausentes e Incapazes*, cit., p. 13). A modificação, entretanto, apenas poderia ocorrer *de lege ferenda*, não podendo a curadoria especial ir além dos exatos termos previstos em lei.

⁵¹⁸ BRASIL. Lei Complementar n. 80/1994. Art. 4º. “São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras: XIV – acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, *quando o preso não constituir advogado*”. Destacamos.

A despeito de nosso entendimento, diante do texto legal e da evidente vontade do legislador de que o curador especial tutele os interesses do preso mesmo que ele constitua procurador, não há como afastar esta atuação. Por esta razão, sugerimos, *de lege ferenda*, a alteração do dispositivo legal, para a exclusão desta hipótese, mantendo-se a atividade do curador especial apenas em relação ao preso que permanecer revel.

Vale ressaltar, entretanto, que o Projeto de Lei da Câmara n. 8.046, de 2010, que trata da reforma do Código de Processo Civil, não propõe qualquer modificação neste sentido, mantendo a atuação do curador especial também nos casos em que o réu preso constitua advogado e apresente contestação tempestiva.

7.2. Momento da atuação do curador especial

Conforme esclarecemos no item anterior, embora não concordemos com tal determinação legal, haverá a atuação de curador especial quando o réu estiver em situação de prisão, ainda que constitua advogado e apresente defesa apta a afastar a revelia. Indaga-se, desta forma, qual o momento em que deve o curador especial iniciar sua atividade, apresentando a defesa do réu.

Embora a partir do momento em que constatada a situação de prisão já possa haver a atuação do curador especial,⁵¹⁹ entendemos mais conveniente que seja aguardado o decurso do prazo da contestação para que possa se manifestar. Isso porque, após eventual apresentação da defesa por patrono constituído, o curador poderá verificar se há algum aspecto formal do processo a ser impugnado, bem como se há alguma outra matéria fática a ser arguida, não abrangida pela contestação apresentada pelo advogado do preso.

Por este motivo, a remessa dos autos à Defensoria Pública para exercício da função de curador especial deverá ser realizada após o decurso do prazo para a

⁵¹⁹ Parece-nos que José Augusto Delgado entende que a nomeação do curador especial deva ser imediata, ao argumentar que esta não implica na impossibilidade de nomeação de advogado pelo réu: “algumas situações casuísticas têm merecido exame da doutrina e da jurisprudência. Apontam, para elas, as seguintes soluções: [...] Nomeado curador especial para o preso, este não fica impedido de constituir advogado”. (DELGADO, José Augusto. Sujeitos do Processo. In *Revista de Processo*. vol. 30, abr./jun. 1983. p. 61).

apresentação de defesa. Desta maneira, o curador especial irá verificar se o preso permaneceu ou não revel e poderá avaliar quais os aspectos relevantes a serem apontados, além daqueles já inseridos em eventual contestação tempestiva.

Se o réu tiver comparecido tempestivamente, a atuação do curador especial será complementar à defesa já apresentada por seu advogado. Caso tenha permanecido revel, caberá ao curador especial atuar diligentemente na busca de argumentos que afastem o êxito da demanda.

Da mesma maneira que ocorre com o ausente revel, ainda que configurada a revelia do preso, não haverá a incidência de seus efeitos, sendo inclusive possível a apresentação de defesa genérica, conforme passaremos a analisar.

7.3. A negativa geral nas hipóteses de réu preso

O curador especial, nas hipóteses de réu preso, deverá – assim como nos casos de réus revéis citados fictamente e de incapazes – apresentar defesa e atuar em prol de seus interesses.

Ainda que haja advogado constituído não será aplicável ao curador especial o ônus da impugnação especificada, tendo em vista que o parágrafo único do artigo 302, do Código de Processo Civil, refere-se genericamente à desnecessidade de impugnação específica pelo curador especial abrangendo, assim, todas as hipóteses de sua atuação.

Será lícito ao curador especial, nos casos em que o réu estiver preso, contestar por negativa geral se não houver outros argumentos a serem apresentados. Ressalte-se, entretanto, que em se tratando de réu em situação de prisão, diferentemente daqueles casos em que o réu é citado por edital ou com hora certa, seu paradeiro é conhecido, cabendo ao curador diligenciar na busca de elementos que permitam a apresentação de defesa efetiva. A negativa geral deve ser considerada tese subsidiária, utilizada nas hipóteses em que o réu negar contato com o curador especial, não houver possibilidade de contato com ele ou não existir matéria alguma a ser alegada. Também será

cabível a defesa genérica quando houver patrono constituído e este lograr êxito em esgotar toda a matéria de defesa.

De todo modo, ainda que a defesa apresentada seja por negativa geral, os fatos restarão controvertidos, não se aplicando os efeitos da revelia e mantendo-se ao autor o ônus de provar os fatos constitutivos de seu direito.

7.4. Atendimento do réu preso

O réu preso será citado pessoalmente para a apresentação de defesa no prazo legal. Apresentada ou não a defesa por advogado constituído, deverá atuar o curador especial para garantir que o cerceamento da liberdade não corresponda a uma diminuição da capacidade de se defender no processo.

Conhecido o paradeiro do demandado, deverá o defensor público buscar o contato com o réu no presídio em que estiver, visando colher elementos para a tutela de seus interesses no processo. Não há como afastar este imperioso atendimento pessoal, principalmente nos casos em que o preso permanecer revel.⁵²⁰ A importância do atendimento para que seja possível a apresentação de defesa efetiva não pode ser ignorada, principalmente face à possibilidade de obter informações que sirvam para combater os fatos alegados pelo autor.⁵²¹

⁵²⁰ Explica Cleber Francisco Alves que a atuação do defensor público deve ir além da mera atuação processual pois, “para cumprir essas funções institucionais, tanto as típicas como as atípicas, o defensor público pode - e deve! - valer-se de todo instrumental técnico-jurídico - e até mesmo de mecanismos de cunho político - que se façam disponíveis, numa amplitude igual ou até mais vasta do que poderia fazer um advogado particular para defender os interesses de seus clientes. Assim, é preciso ter presente que a atuação dos defensores vai muito além da mera postulação perante o Judiciário: deve abranger atuação perante órgãos da administração pública, que ainda é muito deficiente na grande maioria das Defensorias Públicas do país; e isto não apenas em defesas de acusados em processos disciplinares, mas também de uma maneira pró-ativa e criativa mediante toda e qualquer intervenção que possa resultar em preservação e ampliação de direitos e benefícios legalmente admissíveis em prol do cidadão”. (ALVES, Cleber Francisco. *Justiça para Todos - Assistência Jurídica Gratuita nos Estados Unidos, na França e no Brasil*, cit., p. 320 e 321).

⁵²¹ Para operacionalização do contato, sugere-se seja feita a requisição da presença do preso na Defensoria Pública, em atenção ao direito à ampla defesa. Caso isso não seja possível, caberá ao defensor público entrevistar-se com o preso no local de seu encarceramento ou, se estiver em comarca diversa, tentar contratar algum de seus parentes ou enviar correspondências.

Não havendo interesse do preso ou não sendo possível o contato com ele, porque, por exemplo, cumpre pena em comarca diversa, restará ao defensor público a análise das questões de direito e, na ausência de outros elementos, a defesa genérica. Outra possibilidade comum é conseguir contatar algum parente do preso que possa fornecer elementos para embasar a defesa que será ofertada, inclusive apontando provas a serem produzidas, como a indicação de testemunhas e a apresentação de documentos. A requisição do preso para comparecer à audiência e para prestar depoimento pessoal também são providências que têm demonstrado contribuir para a efetividade de sua defesa.

Eventuais obstáculos não devem afastar o curador da tentativa de atender pessoalmente o réu, bem como do dever de mantê-lo informado acerca do andamento do feito, mediante o encaminhamento de correspondências, por exemplo.

Tendo o legislador classificado o cerceamento da liberdade como cerceamento à própria possibilidade de defesa no processo civil, deve o defensor público, no exercício da curatela especial, buscar o contato que possa ensejar a real paridade de armas e a defesa efetiva do preso. A hipossuficiência jurídica e social justifica o tratamento diferenciado e o cuidado na apresentação da defesa cabível.

8. A EFETIVIDADE DA ATUAÇÃO DO CURADOR ESPECIAL

Nos capítulos anteriores apresentamos as hipóteses em que há atuação do curador especial e como esta atuação se operacionaliza. Doravante, passaremos a demonstrar como sua atividade pode mostrar-se efetiva.

O termo efetividade, segundo o Dicionário Houaiss, é a virtude ou a qualidade do que é efetivo, a faculdade de produzir um efeito ou atingir seu objetivo real, a possibilidade de algo ser utilizado para um fim, a qualidade do que atinge seus objetivos estratégicos, institucionais.⁵²²

No presente trabalho propomos uma análise de como a curadoria especial pode ser efetiva, no sentido de servir ao objetivo de garantir a igualdade das partes e o contraditório, bem como ser utilizada para o fim de resguardar a ampla defesa e manter o equilíbrio da relação processual.

Leciona Bedaque que o processo efetivo é aquele que proporciona às partes o resultado desejado pelo direito material, observado o equilíbrio entre os valores segurança e celeridade, ressaltando que não há efetividade sem contraditório e ampla defesa.⁵²³

Desta forma, não somente a curadoria especial é utilizada para o fim de garantir a isonomia e o devido processo legal, mas também colabora com a própria efetividade do processo, ao evitar que fique obstado em razão da ausência, da incapacidade ou da prisão. Além disso, garante que estas partes vulneráveis, que encontram especial dificuldade em exercitar com plenitude, perante o sistema de justiça, os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico, tenham a possibilidade de participação e possam influir na convicção do julgador.

⁵²² EFETIVIDADE. HOUAISS Antonio; VILLAR Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, cit., p. 1.102.

⁵²³ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do Processo e Técnica Processual*, cit., p. 49.

Conforme demonstramos, o conceito de vulnerabilidade, que normalmente é atrelado à condição pessoal do indivíduo, pode ser estendido a situações verificadas no âmbito do próprio processo, quando o sujeito encontra dificuldades para o exercício de direitos por conta de determinada condição processual. Em razão desta especial condição, o litigante deve receber atenção diferenciada do Estado, para que tenha as mesmas oportunidades de fazer valer em juízo as suas razões.

A hipótese do réu citado fictamente, que permanece revel, acarreta dúvida quanto ao aperfeiçoamento da “informação”, que permitiria sua reação e consequente participação. É por meio da atuação do curador especial que é possível o prosseguimento do feito, mesmo com sua ausência, garantindo à parte a redução da desigualdade causada pela citação presumida. Compensa-se sua vulnerabilidade através da atividade do curador especial, que supre esta diferença, garantindo a oportunidade de uma tutela decorrente de uma relação justa e equânime, com razoável igualdade entre os litigantes.

Além disso, diante da rigorosidade do regime da revelia no direito brasileiro, que faz com que sejam reputados verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, houve necessidade de, mitigando estes efeitos, permitir que o citado fictamente pudesse exercer seus direitos, ainda que substituído pelo curador especial.

A fragilidade do incapaz que não possui representante legal ou cujos interesses sejam conflitantes com os de seu representante é igualmente suprida pela atuação do curador especial, que permite a superação do óbice de sua falta de representação, garantindo a participação equânime no processo.

A situação de prisão também retira a ampla possibilidade de defesa da parte, que terá dificuldades tanto para constituir advogado, quanto para organizar sua defesa e reunir provas, além da limitação à possibilidade de prática de atos processuais e de acompanhamento do processo. A vulnerabilidade e a exclusão social são fatores determinantes para impedir a ampla defesa do preso, de modo que a atuação do curador especial visa justamente a garantir o pleno exercício de seus direitos.

Como se pode notar, as três hipóteses previstas no Código de Processo Civil, que determinam a atuação do curador especial, se referem à vulnerabilidade

processual do litigante. Diante de sua situação de fragilidade, a atuação do curador especial é legítima, justamente na medida em que visa compensar, por meio de tratamento diferenciado, a especial suscetibilidade da parte no processo específico.

O objetivo principal da curadoria especial, portanto, é o de colaborar para a justa prestação da tutela jurisdicional ao permitir a ampla defesa do vulnerável processual, garantindo sua participação no processo e a possibilidade real de influenciar na convicção do julgador.

A proposta deste capítulo é demonstrar, sob quatro aspectos diferentes, a efetividade do exercício da curadoria especial e suas implicações. No primeiro item abordamos a atuação do curador nas diversas fases do processo, apontando questões que devem ser observadas, bem como matérias que podem ser por ele arguidas, inclusive colacionando julgados sobre estes assuntos.

A segunda parte da abordagem consiste em um estudo sobre a jurisprudência referente ao curador especial no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça e no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Esta análise demonstra como ocorre a atuação do curador nestes Tribunais e quais as matérias mais comumente alegadas, aferindo, ainda, o êxito obtido nos recursos interpostos.

A terceira perspectiva apresentada é o perfil da curadoria especial no Estado de São Paulo, sopesando a efetividade desta atuação com as suas implicações quantitativas, econômicas e sociais.

No quarto item demonstramos a avaliação dos defensores públicos do Estado de São Paulo, que exercem a função de curadores especiais, a respeito desta atuação, por meio da análise de respostas a questionário a eles aplicado, colhendo assim as percepções daqueles que se responsabilizam pelo exercício desta atribuição.

Por fim, propomos uma síntese conclusiva do capítulo com o intuito de interligar os dados apresentados, afirmando a tese proposta e demonstrando que a curadoria especial é capaz de concretizar o objetivo de tutela adequada dos interesses dos processualmente vulneráveis.

8.1. As fases processuais e a atuação do curador especial

A proposta deste item é apontar como o curador especial pode atuar nas diversas fases do processo para que sua presença seja apta a garantir o devido processo legal e o direito ao contraditório. Sob esta ótica, demonstraremos, inclusive com o apontamento de julgados a respeito de cada assunto tratado, que sua presença pode ser especialmente valiosa na indicação de nulidades, pressupostos processuais e condições da ação, também podendo levar à produção de provas, influenciando decisivamente no resultado do julgamento. Alguns tópicos do trabalho serão repisados, com o intuito de demonstrar, na prática, como os assuntos abordados no presente estudo podem ser aplicados.

Além das observações aqui formuladas, cumpre ressaltar que os itens que tratam dos deveres, limites de atuação, intervenção de terceiros, prova e execução, abordados no capítulo 5, que trata do réu revel citado por edital ou com hora certa, são também aplicáveis no exercício da curadoria especial em favor de réus presos e incapazes.

8.1.1. Observância dos requisitos legais e da regularidade da citação

Ao iniciar sua atividade, a primeira providência do curador especial deve ser verificar a configuração da situação que determina sua presença. Desta forma, deve verificar se o réu está preso; analisar se há prova da incapacidade da parte, bem como se esta não possui representante legal ou se está configurado o conflito real de interesses com o representante. No que se refere ao réu revel, deve observar se foi aperfeiçoada a citação ficta, com a posterior caracterização da revelia.

Deverá, ainda, verificar se a citação realizada está correta e é válida, especialmente nas hipóteses em que for feita fictamente, diante das especificidades legais. Nestes casos, observará se foram esgotados todos os meios possíveis para a localização do réu, inclusive com a expedição de ofícios a órgãos públicos, bem como se há endereços constantes dos autos que ainda não foram diligenciados.

A ausência do esgotamento dos meios para a localização do réu leva à nulidade da citação ficta, conforme se pode verificar do seguinte excerto: “Citação - Efetivação por edital - Nulidade - Ocorrência - Execução fiscal - Arrematação - Espécie citatória que somente terá cabimento após esgotadas todas as possibilidades de localização do devedor”.⁵²⁴ Ainda: “Antes de proceder-se à citação por edital, deve-se tentar a localização pessoal do réu, com expedição de ofício ao TRE, DRF e outros órgãos públicos, indagando sobre seu paradeiro”.⁵²⁵

Se realizada com hora certa, o curador analisará a regularidade do ato citatório, devendo estar devidamente fundamentada a suspeita de ocultação, além do preenchimento dos demais requisitos legais.

Sobre a citação com hora certa, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, sendo a certidão do oficial de justiça omissa em demonstrar a suspeita da ocultação, esta será nula: “Certidão de hora certa incompleta – Citação anulada – Certidão do oficial de justiça que não explicita os horários em que as diligências foram realizadas nem os motivos que o fizeram suspeitar de que o réu estava se ocultando - Inadmissibilidade - Nulidade do ato citatório caracterizada”.⁵²⁶

Se a citação for realizada por editais, este deverá apresentar um resumo da inicial, que permita ao réu conhecer minimamente o teor da demanda, bem como ser publicado conforme mandamento legal. O edital deve ser afixado no cartório, em local de costume, sendo tal circunstância certificada nos autos pelo escrivão.⁵²⁷

⁵²⁴ TRF da 4ª Região. AI 2003.04.01.028402-4. Rel. Des. Wellington Mendes de Almeida. j. 01/12/2004. DJU 15/12/2004.

⁵²⁵ RJTJSP 124/46.

⁵²⁶ STJ. REsp 437.080. Rel. Min. Ari Pargendler. j. 21/11/2002. DJU 24/03/2003. In *Revista dos Tribunais*, vol. 815, set. 2003. p. 223.

⁵²⁷ Sobre a efetividade da atuação do curador especial na verificação do cumprimento dos requisitos legais para a efetivação da citação ficta, vale transcrever o seguinte trecho de acórdão: “Citação por edital: é nula, se o respectivo deferimento se fundou na circunstância de não se haver encontrado o citando no endereço fornecido na inicial, mas este continha erro imputável ao próprio autor. Não tendo os réus oferecido defesa, foi-lhes nomeado curador especial, na pessoa do dr. defensor público, o qual arguiu a nulidade da citação, porque: a) era incorreto o endereço dos réus, fornecido pela autora, o que explicaria não havê-los podido encontrar o oficial de justiça (certidão das fls. 64v.), sendo certo, por outro lado, que a autora tinha o verdadeiro endereço, constante da escritura; b) foi omitida no edital a advertência a que se refere o art. 232, V, do CPC. O Juízo *a quo*, acolhendo a primeira dessas alegações, anulou a citação (fls. 99). O equívoco não passou despercebido ao dr. defensor público, nomeado para funcionar como curador especial, ante o não oferecimento de defesa pelos réus. Reparou ele no endereço constante da escritura de promessa de compra e

A ausência de observância dos requisitos legais acarreta a nulidade da citação editalícia. Assim, havendo irregularidade na realização do ato citatório, deverá o curador especial argui-la, conforme o caso concreto.⁵²⁸

Em qualquer hipótese, a inobservância do preenchimento de qualquer dos requisitos da citação acarreta a nulidade do ato, que é absoluta, por se tratar de matéria de ordem pública, inclusive cominada (art. 247, CPC).

Neste primeiro momento, portanto, o curador especial verifica a situação que determina sua atuação no processo, sua adequação, bem como a regularidade do ato citatório. Verificada qualquer irregularidade, deverá impugná-la de plano, visto que tal circunstância pode macular a própria razão de sua atuação no processo.

Cabe ao curador especial, desta forma, observar a existência da situação de vulnerabilidade que enseja sua atuação, e a regularidade da citação. Nesta fase processual a efetividade de sua atividade consiste em garantir que a desequiparação que decorre do exercício de sua função apenas ocorra nas hipóteses legais, além de zelar para que sejam observados os requisitos que podem permitir a atuação direta da parte, como a citação pessoal e a nomeação de representante legal definitivo ao incapaz.

8.1.2. Apresentação de defesa

A apresentação de defesa pelo curador especial deve pautar-se, em um primeiro momento, nos aspectos formais. Deverá verificar se estão presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, podendo arguir sua falta.

venda, diverso do indicado na inicial, e arguiu a nulidade da citação, acrescentando que o edital omitira a advertência de que, não contestada a ação, se aceitariam como verdadeiros os fatos alegados pela autora. O Juízo a quo, sem pronunciar-se sobre esse segundo fundamento, anulou a citação pelo primeiro". (TJ/RJ. AI 742/86. Rel. Des. José Carlos Barbosa Moreira. j. 10/02/1987. In *Revista de Processo*. vol. 55, jul. 1989. p. 282).

⁵²⁸ MAZZILLI, Hugo Nigro. *Manual do Promotor de Justiça*, cit., p. 410.

A defesa, sempre que possível, deverá basear-se em argumentos de direito ou de fato, de modo que a negativa geral seja utilizada como tese subsidiária, ou naquelas situações em que não houver outros argumentos disponíveis.

Desta forma, a utilização da contestação genérica deve ser residual, apenas quando inexistir matéria que propicie a apresentação de defesa pormenorizada ou quando esta não se mostre conveniente.⁵²⁹

De se ressaltar que o defensor público, no exercício da curadoria especial, possui as mesmas prerrogativas previstas em Lei, tais como o prazo dobrado e a intimação pessoal de todos os atos do processo.

Estas prerrogativas são sempre aplicáveis ao defensor, ainda quando atue como curador especial. Neste sentido, “é evidente que os benefícios da intimação pessoal e do prazo em dobro levam em conta a natureza do serviço coletivo, sem os quais, seguramente, não haveria condições próprias para o desempenho de tais atividades. A assistência judiciária, assim, não deve ficar limitada ao serviço da gratuidade do necessitado, mas, alcançar todo tipo de assistência prestado, até mesmo, em apoio à necessária atividade jurisdicional do estado, o que ocorre quando age como curador especial por designação do magistrado. Trata-se, no caso, de assistência judiciária oferecida em benefício da prestação jurisdicional, não podendo, com todo respeito ao precedente da Turma, abandonar-se o princípio que inspira a regra protetiva dos órgãos públicos que agem em prol do funcionamento regular dos poderes organizados do estado e da defesa dos cidadãos, em suma, que colaboram para o bem comum”.⁵³⁰

Além do prazo dobrado, o prazo para a apresentação de defesa pelo curador especial é considerado impróprio, decorrência de sua obrigatoriedade. Explica Nelson Nery que “a razão de o prazo que o curador especial tem para contestar ser considerado como

⁵²⁹ SANSEVERINO, Milton. *Curadoria de Ausentes e Incapazes*. São Paulo: APMP, 1981. s/p.

⁵³⁰ STJ. REsp 235435. DJ 13/11/2000. Vide, ainda, STJ. REsp 314451. Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito. DJ 13/08/2001. No mesmo sentido: “Curador especial. Defensoria Pública. Prazo em dobro. I - O prazo em dobro, previsto no art. 5º, § 5º, da Lei n. 1.060/50 alcança o procurador do estado que atua na Defensoria Pública como curador especial na defesa de réu citado por edital, uma vez que o citado benefício é estabelecido em favor da Defensoria Pública, e não do réu. II - Recurso Especial conhecido e provido”. (STJ. REsp 314451/SP. Rel. Min. Antonio de Pádua Ribeiro. j. 19/06/2011. DJ. 13/08/2011).

impróprio, é porque, de qualquer modo, a contestação nos processos em que oficia é obrigatória”.⁵³¹

Embora o prazo para contestar seja impróprio, isto é, não seja peremptório, ele deve ser observado, sempre que possível, justamente porque a curadoria especial visa proporcionar a efetividade da defesa e da prestação jurisdicional, servindo ao equilíbrio da igualdade sem prejudicar tramitação célere do processo. Como é forma de impedir que fique obstado, não deve causar delongas desnecessárias em sua tramitação.⁵³²

No que se refere à defesa propriamente dita, poderá o curador especial arguir todas as matérias preliminares previstas no art. 301, Código de Processo Civil, além de poder apresentar as exceções legalmente estabelecidas.

Merece destaque a possibilidade de arguir a exceção de incompetência, inclusive no que se refere aos contratos de adesão, em que a cláusula de eleição de foro deve ser declarada nula, nos termos do parágrafo único do art. 112, Código de Processo Civil.

Isso porque, principalmente nos casos de citação ficta, haverá inegável prejuízo ao réu caso a citação seja feita em local diverso de seu domicílio. Não sem razão a lei prevê diversas formalidades para assegurar que o citando possa ter conhecimento da demanda que contra ele é movida (art. 232, CPC), tal como a publicação do edital, ao menos duas vezes, em jornais de circulação local, pois a experiência empírica demonstra que a maior parcela da população não se submete a leitura habitual de jornais, que dirá de jornais de outra cidade. A formalidade legal não resta cumprida com a publicação em jornal de localidade diversa da apontada em lei. Além disso, a previsão de que o edital

⁵³¹ NERY JR., Nelson. A Citação com Hora Certa e a Contestação do Curador Especial, cit., p. 10.

⁵³² Em nosso entendimento, apenas o prazo para contestar seria impróprio, eis que a contestação é imprescindível. Para os demais atos, o prazo dobrado fluirá da intimação pessoal e não deve haver extensão. Em sentido contrário, Ligia Maria Bernardi entende que todos os prazos do curador especial são impróprios, pois “a atuação do curador especial atende a uma questão de ordem pública, não podendo, por isso ser dispensada, tanto que sua ausência gera nulidade e tal indispensabilidade conduz à inafastável conclusão de que o prazo para a prática dos atos que lhe são atribuídos é impróprio. [...] O curador especial, por sua própria natureza, não tem faculdades no processo e sim deveres. Tal como juiz, os atos que pratica são indispensáveis à existência do devido processo legal e deverão ser praticados a qualquer tempo, por isso os prazos a que se submetem seus atos são impróprios”. (BERNARDI, Ligia Maria. *O Curador Especial no Código de Processo Civil*, cit., p. 172 e 173).

deva ser afixado na sede do juízo, também visa permitir ao réu que tome conhecimento da demanda, o que fica mitigado se a citação ficta ocorrer em local diverso de seu domicílio.

Por estes motivos, nos contratos que sejam de adesão, em que os réus tenham sido citados fictamente, é razoável que, ainda que não localizados, as diligências e formalidades necessárias ao aperfeiçoamento da citação ficta sejam realizadas no local em que reside, permitindo que possa vir a ter conhecimento da demanda através dos meios previstos em lei. Nesse sentido, decidiu o Superior Tribunal de Justiça: "Conflito de competência. Cláusula eletiva de foro lançada em contrato de adesão. Nulidade com base na dificuldade de acesso ao judiciário com prejuízo à ampla defesa do réu caráter de ordem pública da norma. Código de Defesa do Consumidor. Inaplicabilidade do Enunciado 33 da Súmula/STJ - Tratando-se de contrato de adesão, a declaração de nulidade da cláusula eletiva, ao fundamento de que estaria ela a dificultar o acesso do réu ao Judiciário, com prejuízo para a sua ampla defesa, torna absoluta a competência do foro do domicílio do réu, afastando a incidência do Enunciado 33 da Súmula/STJ".⁵³³

Além disso, pode o curador especial oferecer impugnação ao valor da causa, e as exceções de impedimento e de suspeição, quando cabíveis. Pode provocar, quando necessário, a intervenção de terceiros, conforme abordamos no item 5.5.2.

No mérito, o curador especial poderá alegar toda e qualquer matéria de fato ou de direito, que possa ser oposta ao pedido formulado pelo autor. Poderá apresentar fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do demandante. Contrariamente ao litigante, que possui a faculdade de apresentar defesa, sua apresentação pelo curador especial é ato necessário, pois visa justamente garantir o contraditório.

Não raras vezes o curador especial dispõe de elementos que possibilitam a defesa efetiva do réu, no sentido de resguardar seus direitos e de influenciar na tutela jurisdicional que será prestada.⁵³⁴ Cabe trazer à colação alguns exemplos, colhidos da jurisprudência pátria, que demonstram como esta atuação pode ser efetiva.

⁵³³ STJ. CC 19105-MS. Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira. DJ. 15/03/1999.

⁵³⁴ Sabiamente, Mazzilli adverte sobre a importância da defesa apresentada pelo curador especial, inclusive quanto ao seu conteúdo, recordando que "trabalhando diversos anos em curadoria especializada na proteção de ausentes, podemos constatar que *raras vezes não se tem absolutamente nenhum argumento*, nenhuma

Em ação de indenização movida por família de jovem chapeador falecido em serviço, que trabalhava na Embraer, esta denunciou a lide ao vigia que fazia guarda na data dos fatos, que poderia ter desferido os disparos fatais. Admitida a denunciação da lide, o vigia foi citado por edital, tendo permanecido revel. A atuação do curador especial, cuja defesa apresentada arguiu matéria de fundo, levou à improcedência da litisdenúnciação.⁵³⁵

Em ação possessória de reintegração de posse, o curador especial da corre apresentou recurso sob o argumento de que a Caixa Econômica Federal não teria realizado a notificação premonitória necessária à sua constituição em mora, tendo apenas o seu companheiro sido notificado. O Tribunal entendeu, conforme aduzido pelo curador, que a notificação prévia ao arrendatário constitui requisito essencial ao ajuizamento da ação de reintegração de posse, tendo em vista conferir-lhe o direito de ser informado do valor do débito, permitindo a purga da mora ou a defesa contra a pretensão recuperatória. Por esta razão, decidiu que a notificação deve ser feita pessoalmente, mostrando-se ineficaz a cientificação de terceiro, ainda que endereçada à residência do arrendatário. Desta maneira, a liminar concedida pelo juízo “a quo” foi revogada, determinando-se a restituição do imóvel e de todos os bens que o guarneciam e haviam sido levados a depósito.⁵³⁶

A atuação em substituição a fiador de contrato locatício, também motivada pela revelia em virtude de citação ficta, causou a exclusão do fiador em razão da prorrogação do contrato realizada sem a sua anuência. Este resultado pode ser aferido na seguinte ementa: “Cobrança de alugueres. Citação por edital. Legalidade, ante a dificuldade em encontrar a corre. Inexistência de nulidades. Cláusula que obriga a fiadora até a efetiva entrega das chaves. Inaplicabilidade após o término do prazo contratado.

prova a produzir em prol do ausente; somente nesses casos extremos é que a contestação por negação geral deve ser exercitada”. (MAZZILLI, Hugo Nigro. *Manual do Promotor de Justiça*, cit., p. 393). Destacamos.

⁵³⁵ A litisdenunciante restou condenada, como se percebe da ementa de referido julgado: “Responsabilidade civil do estado - Indenização - Pedido formulado por pais de filho adulto que faleceu em virtude de disparo de arma de fogo por servidor público - Admissibilidade - Hipótese em que a vítima contribuía concretamente para a manutenção do lar comum”. (TRF da 3ª Região. 95.03.010727-0. Rel. Des. Roberto Haddad. j. 20/05/1997. DJU 20/08/1997. In *Revista dos Tribunais*. vol. 747, jan. 1988. p. 438).

⁵³⁶ TRF da 4ª Região. 2007.04.00.020502-9. Rel. Des. Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz. j. 14/08/2007. DJU 23/08/2007. In *Revista dos Tribunais*. vol. 867, jan. 2008. p. 419.

Fiança extinta. Entendimento pacificado no STJ. Sucumbimento recíproco. Apelo parcialmente provido”.⁵³⁷

O curador especial também logrou êxito, em sede de apelação, em anular sentença de divórcio que determinou que a meação pertencente ao ex-marido no imóvel que possuía em condomínio com sua ex-mulher fosse doada aos filhos, como meio de compensação de verba alimentar. A decisão levou em consideração que tal determinação, além de ferir frontalmente o direito fundamental da propriedade, garantido no art. 5º, XXII, da Constituição Federal, negaria vigência ao art. 1.165 do Código Civil, que estabelece que a doação deve partir de ato de liberalidade. Vale transcrever o seguinte trecho do acórdão: “o réu, por seu digno curador, ofertou apelação, a f., com razões às f., combatendo o acerto do digno Juízo, ao dar as procedências do r. decisum que, penalizando o vencido, impõe condições do divórcio, a sujeitar-se à doação de bem (o regime do casamento fora em comunhão universal de bens, mediante pacto antenupcial) e suportar alimentos aos filhos, na série de prejuízos, que se não coadunava com o direito que se procurava impor, devendo-se reformar *in totum* a r. decisão recorrida”.⁵³⁸

Em ação de anulação de casamento em que o marido foi citado por edital, o curador especial sustentou a impossibilidade desta anulação, tendo em vista que mesmo após o conhecimento do concubinato pela autora, o casal continuou vivendo bem, pretendendo a autora apenas valer-se de subterfúgio para não ter que partilhar seu patrimônio. Tal fato restou reconhecido no acórdão, conforme a seguinte ementa: “Casamento - Ação de anulação - Erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge - Inocorrência - Concubinato anterior ao matrimônio e existência de filhos dessa união irregular - Fatos que não implicam desonra e má fama a ponto de tornarem insuportável a

⁵³⁷ TJ/SP. Apelação s/ Revisão 902647-0/3. Rel. Des. Nestor Duarte. j. 22/11/2006. In *Revista de Direito Privado*. vol. 29, jan. 2007. p. 378. Ainda no que se refere à fiança, estando os fiadores substituídos pela atuação de curador especial, verifica-se o seguinte acórdão: “Locação - Fiança - Ação de cobrança - Demanda interposta contra os fiadores - Formulação de pedido genérico, desacompanhado de planilha de cálculo e especificação do período de inadimplência - Inadmissibilidade - Violação ao disposto no art. 286 do CPC - Extinção do processo sem julgamento do mérito que se impõe”. (TJ/RJ. Apelação 36.049/07. Rel. Des. Nascimento Antônio Povoas Vaz. j. 19/03/2008. DORJ 26/03/2008).

⁵³⁸ TJ/SP. Apelação 083.630-4/7-00. Rel. Des. Benini Cabral. j. 25/11/1998. In *Revista dos Tribunais*. vol. 762, abr. 1999. p. 248.

vida em comum - Convivência do casal, ademais, após a descoberta de tais fatos - Ação improcedente - Inteligência dos arts. 218 e 219, I, do CC”.⁵³⁹

Também coube ao curador especial arguir a existência de cláusula compromissória, que acarretou o seguinte julgado: “Ação de cobrança - Cláusula compromissória de arbitramento validamente ajustada em contrato de afretamento - Pacto firmado entre a autora e as duas rés - Ação ajuizada em face das devedoras - Oposição pela litisconsorte de preliminar de submissão da controvérsia à Lei de Arbitragem - Constitucionalidade da Lei da Arbitragem já reconhecida pelo Plenário do STF - Desprovidimento do apelo”.⁵⁴⁰

O curador especial ainda afastou a pretensão de aplicação da desconsideração da personalidade jurídica de sociedade comercial, nos termos da decisão a seguir: “Desconsideração da Personalidade Jurídica - Sociedade comercial - Pretensão de que o patrimônio de sócio responda pelas dívidas da empresa - Admissibilidade somente se demonstrado de forma inequívoca que agiu com excesso de poderes, infração da lei ou do contrato social - Disregard doctrine que é exceção e não regra geral”.⁵⁴¹

Em ação rescisória, o membro do Ministério Público, atuando como curador especial, arguiu ilegitimidade passiva de réus citados por edital, exceto com relação a um deles, em que sustentou a improcedência da demanda, o que foi acolhido integralmente pelo Tribunal.⁵⁴²

Outro recurso do curador especial logrou êxito em reduzir a patamar aceitável indenização por dano moral fixada em primeira instância, conforme se depreende do seguinte julgado: “Corolário da devolução recursal e considerando mais que a apelação

⁵³⁹ TJ/MG. Rel. Des. Lincoln Rocha. j. 10/02/1987. In *Revista dos Tribunais*. vol. 622, ago. 1987. p. 177.

⁵⁴⁰ TJ/RJ. Apelação Cível 2007.001.21338. Rel. Des. Ernani Klausner. j. 31/07/2007. In *Revista de Arbitragem e Mediação*. vol. 16, jan. 2008. p. 255.

⁵⁴¹ 1º TACivilSP. AI 1.058.965-4. Rel. Des. Carlos Alberto Lopes. j. 05/12/2001. In *Revista dos Tribunais*. vol. 799, mai. 2002. p. 274.

⁵⁴² Trecho do julgado: “Isto posto: a) declaram extinto o processo, com fundamento no art. 267, VI, do CPC, por ilegitimidade passiva ad causam, com relação a Madeireira Pinho Rosa Ltda., Ney Luiz do Monte e sua mulher, Rosy Valente do Monte, e José Garajal Sabino (Espólio) e Irma Pereira Domingues Sabino que, revéis, não fazem jus a honorários e b) julgam improcedente a ação com relação a Hideo Miyamoto”. (1º TACivilSP. AR 364.880. Rel. Des. Hamilton Elliot Akel. j. 23/04/1990. In *Revista dos Tribunais*. vol. 654, abr. 1991. p. 107.

foi interposta por curador especial que, em princípio, está desobrigado da impugnação especificada e tendo em conta, por fim, cuidar-se de matéria que se afina com critério de fixação de valores, como se dá com o arbitramento do dano moral, um só ponto da sentença merece reparo. O valor do dano moral, com efeito, foi fixado em 2.000 salários mínimos (hoje R\$ 272.000,00), mostrando-se realmente demasiado e muito além da média de 200 (duzentos) salários mínimos habitualmente arbitrada por esta C. Corte em casos dessa natureza. Ante o exposto e adotados, no mais, os fundamentos da r. sentença do douto magistrado titular da 27.^a Vara Cível Central, dou provimento parcial ao recurso da ré para fixar os danos morais em 200 (duzentos) salários mínimos, negando o adesivo do autor”.⁵⁴³

Os julgados colacionados são apenas exemplos para ilustrar que a atuação do curador especial, quando realizada de maneira dedicada e determinada, bem como quando lhe é dada a oportunidade de se manifestar adequadamente, pode interferir decisivamente na decisão que será proferida, servindo à finalidade de garantir a ampla defesa e a prestação de uma tutela jurisdicional justa.⁵⁴⁴

As decisões que demonstram como pode o curador especial atuar na defesa efetiva da parte servem para retratar o tamanho de sua missão e a necessidade de que esta atividade seja desempenhada com o afincamento que lhe é inerente. O fato de o litigante estar em situação de suscetibilidade deve acarretar grande atenção do substituto processual e, também, do magistrado. Não pode prevalecer a ideia de que a atuação do curador especial é meramente formal e deve restringir-se à apresentação de defesa por negativa geral, sob pena de subversão de sua função institucional e da missão de garantia da ampla defesa daqueles que já estão em situação desfavorável no processo. O intuito do legislador não foi o de criar um personagem figurativo, mas o de permitir a desequiparação legítima que propicie o verdadeiro equilíbrio processual.

A despeito da ausência do ônus de impugnação especificada dos fatos constitutivos do direito do autor, a negativa geral deve ser utilizada como tese residual, de

⁵⁴³ 2º TACivilSP. Apelação c/ Revisão 570.216-00/0. Rel. Des. Sebastião Oscar Feltrin. j. 23/02/2000. In *Revista dos Tribunais*. vol. 780, out. 2000. p. 283.

⁵⁴⁴ O Apêndice A ao trabalho apresenta banco de dados contendo a totalidade dos julgados analisados pela autora. Para verificação de outros julgados que demonstrem decisões favoráveis ou parcialmente favoráveis ao curador, confrontar na coluna “resultado”, julgados identificados como “favorável” ou “parcial”.

modo que o curador especial se valha de todos os argumentos possíveis para a melhor defesa da parte. Some-se a isso a atuação positiva do juiz, que deve servir para garantir o equilíbrio entre os litigantes, culminando na justa prestação da tutela jurisdicional.

8.1.2.1. A defesa no rito sumário

Ao contrário do procedimento ordinário, em que a revelia do réu citado fictamente é verificada logo após o decurso do prazo para a sua defesa, no rito sumário a revelia apenas se caracteriza com sua ausência em audiência, não podendo intervir o curador especial antes dela por absoluta falta de legitimidade. Apenas no momento da realização da audiência a revelia restará configurada, de modo que somente aqui ocorre o fato determinante para a atuação do curador especial.

Há divergência quanto à configuração da revelia quando comparece advogado devidamente constituído.⁵⁴⁵ Para afastá-la, o réu deve precaver-se comparecendo pessoalmente ou atribuindo a um representante poderes específicos para transigir em seu nome.

Configurada a revelia, atuará o curador especial, havendo redesignação da audiência. Nesta segunda audiência o curador especial apresentará a defesa cabível.

Embora se pudesse sugerir a intimação do curador especial *ad cautelam* nos casos de citação ficta no rito sumário, necessário ressaltar que a configuração da revelia é *conditio sine qua non* para sua atuação.⁵⁴⁶ Entendimento contrário onera indevidamente o

⁵⁴⁵ Neste sentido: “Por expressa disposição legal, a revelia, no procedimento sumário, não existe só se o réu deixar de contestar a ação, mas também se houver ausência da pessoa do réu ou de seu representante com poderes para transigir à audiência de conciliação, presumindo-se verdadeiros os fatos afirmados pelo autor na inicial, ou seja, presunção relativa. Trata-se de severa disposição normativa, mas que, inegavelmente, trouxe um ônus a mais ao réu”. (MIRANDA, Gilson Delgado. In MARCATO, Antonio Carlos (coord.). *Código de Processo Civil Interpretado*, cit., p. 871). Em sentido contrário: “Daí autorizada doutrina concluir que, a rigor, é a ausência injustificada do advogado na audiência que caracteriza a revelia no processo de conhecimento de rito sumário. Por esta razão, se o advogado comparecer à audiência representando o réu, mesmo que este último não esteja presente nem envie preposto, não há que se falar em revelia”. (BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e Seus Efeitos*, cit. p. 91).

⁵⁴⁶ Sobre o assunto: “Pode ocorrer que, de pronto, compareça o substituto à audiência e ofereça resposta, muito embora não esteja obrigado a tanto. Cuida-se de uma contribuição espontânea, prestada quando possível, para impedir que se comprometa a celeridade processual, ponto de preocupação do legislador no procedimento sumaríssimo. O normal, contudo, será a designação de outra audiência (e no procedimento

curador, que tem que analisar todo o processo para elaborar a defesa, além de eventualmente acarretar ônus indevido ao erário, caso a parte compareça na audiência representada por advogado constituído. Assim, apenas após a consumação da revelia deve o curador especial ser intimado para a apresentação da defesa.

Embora os efeitos da revelia não sejam aplicáveis ao revel citado fictamente nem no procedimento ordinário, de se ressaltar que o art. 227, §2º, CPC, valoriza o livre convencimento do juiz no procedimento sumário, em detrimento do efeito de considerar verdadeiros os fatos alegados na inicial quando houver prova que o convença de que estes se passaram de forma diversa da narrada pelo autor.⁵⁴⁷

Além disso, com exceção do momento em que se verifica a necessidade de atuação do curador especial no rito sumário (apenas após a realização da audiência), as demais considerações formuladas sobre o exercício desta função são aplicáveis também a tipo de rito.

8.1.2.2. Atuação concomitante de mais de um curador especial

A necessidade de atuação de mais de um curador especial em razão de situações distintas no mesmo processo é controversa. É possível aventar esta possibilidade, por exemplo, quando houver mais de um réu revel citado fictamente. Também pode existir, no mesmo processo, um réu revel citado por edital e um incapaz sem representante legal, além de várias outras situações.

Prevalece o entendimento de que a atuação de mais de um curador especial apenas ocorre quando os interesses das partes sejam contrastantes, de modo que não poderia o mesmo curador especial substituí-las concomitantemente. Com efeito, a Lei Complementar Federal n. 80/94, com redação conferida pela Lei Complementar n. 132/09,

sumaríssimo a contestação é sempre oferecida em audiência)". (LOPES, José Fernando da Silva. *O Ministério Público e o Processo Civil*, cit., p. 32).

⁵⁴⁷ BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e Seus Efeitos*, cit. p. 117.

estabelece que é direito dos assistidos a atuação de defensores públicos diferentes quando seus interesses forem colidentes ou antagônicos.⁵⁴⁸

Justamente para evitar ônus desnecessários ao erário, deve-se ressaltar que o conflito de interesses verificado entre as partes deve ser real e não apenas hipotético. Como exemplo, citamos partes que estejam em pólos diferentes da demanda, ou teses excludentes que não possam ser logicamente sustentadas pelo mesmo defensor. A existência de argumentos de defesa apenas diferentes não impede que o mesmo curador atue na tutela dos interesses de mais de um litigante, inclusive em consideração à unidade e indivisibilidade da Defensoria Pública.⁵⁴⁹

8.1.3. Curador especial e audiência

Nas hipóteses de réu revel citado fictamente, a audiência preliminar para a tentativa de conciliação deve ser afastada, porque o curador especial não possui poderes para transigir em nome da parte. Da mesma forma, o curador não presta depoimento pessoal, pois não possui qualquer conhecimento acerca dos fatos discutidos na demanda.

Por outro lado, pode haver a necessidade de realização de audiência de instrução para a oitiva de testemunhas ou depoimento pessoal do autor ou de litisconsortes.

⁵⁴⁸ BRASIL. Lei Complementar n. 80/94. Art. 4º-A. “São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos: V. a atuação de defensores públicos distintos, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções”.

⁵⁴⁹ No que se refere à atuação de mais de um defensor público, um exercendo a função de curador especial e outro em representação à parte contrária, já restou decidido que, em razão da atribuição legal da curadoria especial competir à Defensoria Pública, bem como da autonomia administrativa da Instituição e da independência funcional do defensor, haveria esta possibilidade. Neste sentido: “Agravante tem razão. Em tese, nada impede que cada uma das partes de um mesmo processo seja representada por membros diferentes da Defensoria Pública, até porque os fatos jurídicos que ensejaram a atuação dos agentes públicos são distintos: assistência jurídica integral e gratuita, num caso; noutro, função de curador especial em decorrência de citação por edital e não oferecimento de resposta no prazo de lei. Entendo que somente a demonstração em concreto de conflito de interesses poderia afastar a nomeação do segundo procurador óbice que, porém, não observo na espécie. Isto posto, defiro o efeito suspensivo”. (TJ/SP. AI 990.10.173597-0. Rel. Luiz Antonio Costa. j. 26/04/2010). Vide, ainda, no mesmo sentido: “Agravamento de instrumento contra a r. decisão copiada a fls. 91, que determinou que a Defensoria Pública indicasse curador especial, ‘observando-se que a entidade já patrocina os interesses da credora, de forma que não poderá atuar na defesa do executado, citado por edital’. O recurso merece provimento. A decisão da M.M. Juíza não merece prosperar, pois, de acordo com artigo 4º-A, V, da LC n. 80/94, alterado pela LC 132/2009, admite-se que a Defensoria Pública patrocine ambas as partes, desde que o faça por defensores distintos”. (TJ/SP. AI 990.10.173603-9. Rel. Des. Adilson de Andrade. j. 25/05/2010).

O próprio curador especial poderá requerer a produção de prova testemunhal ou quaisquer outras provas. Nestes casos, deverá acompanhar a produção da prova e formular reperguntas que visem ao esclarecimento dos fatos.

A situação é diversa nas hipóteses de réu em situação de prisão, em que a realização de audiência preliminar é salutar, desde que requerida sua presença em juízo. Muitas vezes, nesta ocasião, haverá o primeiro contato do curador com o preso, razão pela qual a audiência pode ser de suma importância inclusive para que o curador possa obter informações pertinentes à defesa do réu.⁵⁵⁰

Estando o preso presente à audiência será cabível a conciliação, desde que com sua expressa anuência e com a constatação, pelo curador, de que os termos do acordo são razoáveis e de que não há prejuízo aos seus interesses. Além disso, quando a conciliação restar infrutífera, poderá o interessado ajudar na especificação das provas pertinentes a serem produzidas, indicando testemunhas ou outras informações que possam contribuir para o bom exercício de seu direito de defesa.

No que se refere ao incapaz, como este não pode dispor de seus direitos validamente, eventual tentativa de conciliação fica obstada. Entretanto, há possibilidade de o curador especial indicar as provas que pretende produzir (com o que o incapaz pode contribuir). Além disso, o interrogatório do interdito, previsto no art. 1.181, CPC, será feito diretamente a ele, ainda que atue o curador como substituto processual.⁵⁵¹

8.1.4. Produção de provas

Na fase instrutória o curador especial deve participar ativamente da produção de provas, especificando aquelas que pretende produzir, quando pertinentes.

⁵⁵⁰ Embora reconheçamos que o contato deveria ocorrer antes da apresentação de defesa, muitas vezes isso não é possível na prática, de modo que a presença do preso na audiência preliminar é importante para o melhor exercício de seus direitos.

⁵⁵¹ Para Costa Machado este ato possui natureza de inspeção judicial. (MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *Código de Processo Civil Interpretado e Anotado: Artigo por Artigo, Parágrafo por Parágrafo*, cit., p. 1.873).

Poderá pleitear a realização de qualquer meio de prova legal e cabível, sem exceção, desde que relevante para o caso concreto. Poderá, inclusive, requerer a produção de prova pericial, quando for o caso.

O curador especial, embora aja como substituto processual, não prestará depoimento pessoal porque desconhece os fatos discutidos no processo. Entretanto, nas hipóteses de réu preso, haverá a possibilidade de colheita de seu depoimento pessoal, devendo ser requisitada sua presença em juízo para tal finalidade.

As provas requeridas pelo curador especial devem ser produzidas, desde que pertinentes, sob pena de cerceamento do direito de defesa. Já decidiu neste sentido o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em recurso de apelação interposto por curador especial: “Sentença - Nulidade - Ocorrência - Exibição de documentos - Medida de instrução do processo (produção de prova), prevista no ordenamento jurídico (cf. arts. 355-363 e 381-382, do CPC), e não de ação cautelar de exibição de documentos (cf. arts. 844-845, do CPC) - Manifesto o interesse jurídico dos apelantes para a exibição de documento, como incidente da fase probatória, no que concerne aos contratos firmados pelas partes, os quais são objeto da ação revisional, bem como os extratos deles derivados, desde o início da relação contratual - Determinação de exibição pelo banco dos documentos requeridos pelos réus embargantes, nos embargos monitórios, deve se dar em prazo razoável, a ser fixado pelo MM. Juízo da causa - *Cerceamento do direito de defesa, o julgamento antecipado da lide, sem a exibição de todos contratos firmados pelas partes e respectivos extratos, desde o início da relação contratual, objeto de pedido de exibição formulado pelos apelantes - Anulação da sentença recorrida, para que outra seja proferida após regular instrução do processo, com a produção de prova pericial e determinação de que o apelado exhiba todos os contratos firmados pelas partes e respectivos extratos, objetos da ação monitoria, em prazo razoável, a ser fixado pelo MM Juízo da causa, processando-se o pedido de exibição ora deferido, com observância do procedimento previsto no art. 355 e seguintes do CPC. Recurso provido*”.⁵⁵²

Além disso, cumpre ressaltar que, nos casos em que ocorre a atuação do curador especial, há a manutenção da regra referente ao ônus da prova, nos termos do art.

⁵⁵² TJ/SP. Apelação 0021915-58.2006.8.0564. Rel. Des. Rebello Pinho. j. 06/06/2011. Destacamos.

333, I, CPC, cabendo ao autor provar os fatos constitutivos de seu direito. Caso não se desincumba de tal ônus, a demanda deverá ser julgada improcedente, conforme se verifica dos seguintes julgados, frutos de recursos interpostos pela parte contrária, em processos em que o réu ausente foi substituído por curador especial: “Declaratória de nulidade de protesto - Pretensão fundada na devolução de mercadorias objeto de nota fiscal que deu origem à duplicata protestada. Inicial que afirma que houve devolução das mercadorias no próprio ato de entrega - Prova que compete à compradora porque a retenção dos originais da nota fiscal em seu poder indica a existência do negócio jurídico. Devolução, em ato subsequente, que depende de ato do próprio comprador, não comprovado nos autos. Aplicação do art. 333, I, do Código de Processo Civil. Recurso improvido”.⁵⁵³ Ainda, neste mesmo sentido: “Locação - Devolução do imóvel - Suposta existência de danos - Cobrança. Desnecessária a produção de outras provas, tendo em vista que os próprios apelantes informaram em audiência que não havia mais provas a serem produzidas. *Além disso, os autores não lograram êxito em demonstrar o fato constitutivo de seu direito, tarefa que lhes cumpria* (art. 333, I, do CPC) - Não há razão para alterar a decisão agravada, tendo em vista a ocorrência de preclusão temporal. Agravo retido e apelação desprovidos”.⁵⁵⁴

Assim, a atuação ativa do curador especial na fase instrutória é fundamental para a tutela dos direitos do vulnerável processual. Pode requerer a produção das provas pertinentes e acompanhar a produção de todas elas - inclusive as requeridas pela parte contrária -, formulando quesitos, reperguntas etc. Deve, também, postular a observância da correta distribuição do ônus da prova quando do julgamento da ação.

8.1.5. Interposição de recurso pelo curador especial

Conforme veremos no item 8.2., a interposição de recursos pelo curador especial, quando cabível, pode contribuir para o exercício da ampla defesa dos direitos do réu ausente, do preso e do incapaz.

⁵⁵³ TJ/SP. Apelação 9285764-36.2008.8.26.0000. Rel. Des. Ricardo Negrão. j. 28/03/2011.

⁵⁵⁴ TJ/SP. Apelação 9132644-41.2006.8.26.0000. Rel. Des. Lino Machado. j. 01/06/2011. Destacamos.

A interposição de recursos pelo curador especial pode servir tanto para a reversão integral de julgados desfavoráveis, como também para eventual reforma parcial de decisão proferida. A questão da incidência de juros, multa e comissão de permanência, por exemplo, tem sido uma das matérias mais comumente alegadas pelos curadores especiais em recursos, com grande possibilidade de êxito. Outros assuntos frequentemente apontados são a prescrição, a redução de valor de condenação de danos, a invalidade da citação, o indeferimento da produção de provas, dentre tantos outros.

Embora não seja obrigatória a interposição de recurso pelo curador especial, trata-se de uma faculdade que deve ser exercida sempre que houver elementos que permitam esta atuação, principalmente quando levado em consideração o fato de que ao curador especial não é dado dispor de qualquer direito da parte.

8.1.6. Fase executiva

O curador especial pode opor embargos à execução, embargos à execução fiscal, ao mandado monitório e embargos de terceiro.

No que se refere ao cumprimento de sentença de títulos judiciais, o curador especial que atuou na fase cognitiva continuará a exercer esta função na fase executiva, podendo apresentar impugnação nos termos do art. 475-L, CPC, bem como pleitear a concessão de efeito suspensivo a esta impugnação nas hipóteses cabíveis (art. 475-M, CPC).

Deverá, ainda, requerer a intimação pessoal do devedor para cumprimento voluntário da sentença, sob pena de incidência de multa, nos termos do disposto no art. 475-J, CPC, não sendo válida a mera intimação do curador especial para esta finalidade.

Feitas estas breves considerações, remetemos o leitor ao item 5.7. do presente trabalho, em que os temas relativos à fase executiva são abordados especificamente, sendo as considerações ali tecidas aplicáveis a todas as hipóteses de atuação de curador especial (réu ausente, preso e incapaz).

8.1.7. Consequências da ausência de curador especial

A ausência de atuação do curador especial nas hipóteses legalmente previstas acarreta a nulidade dos atos processuais a partir do momento em que esta atividade deveria ter ocorrido. Trata-se de vício cognoscível de ofício pelo juiz, mas que não impede a iniciativa da parte interessada.

Sentenciado o feito sem a presença do curador e, sendo o julgamento desfavorável ao vulnerável processual, caberá ao Tribunal anular o processo, determinando a nomeação de curador especial para a apresentação da defesa cabível. Desta forma, o vício aplicável é a nulidade que, entretanto, pode ser sanada no curso do processo.

Por ser inerente à garantia do contraditório e da ampla defesa, a não observância da necessidade de atuação de curador especial que acarrete prejuízo, leva à nulidade dos atos realizados anteriormente ao seu exercício. Conforme explica José Roberto Dantas Oliva, “no processo civil é (a curadoria especial) uma das formas de manifestação do princípio do contraditório, gerando, a sua inobservância, nulidade absoluta”.⁵⁵⁵

A ausência do curador especial apenas não causará nulidade se o desfecho for favorável ao curatelado, em razão da incidência do princípio da instrumentalidade e da *pas de nullite sans grief* (arts. 244 e 249, §1º, CPC).⁵⁵⁶

⁵⁵⁵ OLIVA, José Roberto Dantas. Revel Citado por Edital: Nomeação de Curador Especial é Imanente ao Princípio do Contraditório? cit., p. 84.

⁵⁵⁶ Neste sentido, aplicáveis à ausência de curador especial os ensinamentos de José Roberto dos Santos Bedaque acerca da ausência do réu: “Se é assim, porque não estender o mesmo raciocínio para outras hipóteses em que, embora o réu não tenha comparecido, ele foi beneficiado pelo resultado do processo? Não parece haver óbice no sistema”. (BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do Processo e Técnica Processual*, p. 468). No sentido de que não há anulação de atos processuais em razão da não atuação de curador especial, por ausência de prejuízo: “Agravado de instrumento - Execução de título extrajudicial - Nulidade - Citação por hora certa - Alegação de falta de cumprimento de requisitos formais previstos na lei processual, vez que não teria sido enviada a carta, nem nomeado curador especial nos termos dos arts. 9º, II, e 229, do CPC - Inexistência de nulidade - Ausência de prejuízo ao contraditório e à ampla defesa - Caso em que o direito de defesa foi exercido de maneira plena por todos os interessados no curso do processo - Recurso improvido”. (TJ/SP. AI 0055462-59.2011.8.26.0000. Rel. Des. Salles Vieira. j. 16/06/2011).

Outra consequência de sua ausência consiste no fato de que, ainda que não seja exercida esta atividade, não podem ser aplicados os efeitos da revelia ao réu, devendo o processo ser suspenso pelo tempo necessário ao saneamento do defeito.

A necessidade de atuação do curador especial é tema recorrente em recursos que versam sobre esta matéria, como podemos verificar nas seguintes decisões: “Locação de imóvel - Despejo por falta de pagamento c/c rescisão contratual e cobrança - Preliminar acolhida - Citação por hora certa - *Nomeação de curador especial* - *Ausência* - *Nulidade absoluta* - *Inteligência do artigo 9º, II, do CPC*. - *Sentença anulada* - Recurso provido”. No mesmo sentido: “Ação anulatória - *Ausência de nomeação de curador ao réu e à esposa do executado, citado por edital* - *Nulidade reconhecida* - *Anulação do processo desde a intimação, por edital, do arresto efetivado* - Ofensa à ampla defesa e ao contraditório - observância do art. 9º, II do Código de Processo Civil - Recurso improvido”.⁵⁵⁷

Desta forma, a não atuação do curador especial nas hipóteses legais fulmina de nulidade os processos em que esta providência não foi adotada, salvo na inexistência de prejuízo para a parte que deveria ter sido por ele substituída.

8.2. A atuação do curador especial na jurisprudência

Para verificar a efetividade da atuação do curador especial nos Tribunais, foi realizada uma análise de jurisprudência sobre este tema, buscando retratar as matérias mais comumente arguidas pelo curador, bem como aquelas que se referem à sua atuação.

Foram analisados julgados do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, mediante a realização de pesquisa nos respectivos bancos de dados informatizados. Em todos os bancos de dados

⁵⁵⁷ TJ/SP. Apelação 0052563-59.2009.8.26.0000. Rel. Des. Melo Bueno. j. 14/03/2011; TJ/SP. Apelação 9162492-10.2005.8.26.0000. Rel. Des. Maria Lúcia Pizzotti. j. 17/02/2011. Destacamos. Vide, ainda: “Plano de saúde. Contrato coletivo. Cobertura. Condenação solidária da estipulante e da operadora. Citação por edital da primeira, sem apresentação de defesa e sem subsequente nomeação de curador especial. Artigo 9º, II, do CPC. Sentença anulada de ofício”. (TJ/SP. Apelação 9175359-69.2004.8.26.0000. Rel. Des. Claudio Godoy. j. 11/01/2011).

analisados, o critério de busca adotado foi o emprego da expressão livre “curador especial”. A pesquisa não restringiu-se aos textos das ementas, abrangendo o conteúdo integral do relatório e do voto proferidos no julgamento do recurso.

No que se refere ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, todos os julgados localizados com a palavra chave foram analisados. A possibilidade de tal abrangência deveu-se à diminuta quantidade de decisões envolvendo o termo “curador especial”, bem como ao fato de que os julgados destes Tribunais servem de parâmetro para as decisões dos demais Tribunais pátrios.

Além dos assuntos versados nas Cortes superiores, entendemos relevante a pesquisa em um Tribunal estadual, eis que nem todas as matérias que podem ser ali tratadas são aptas a serem questionadas nas instâncias especial e extraordinária.

A escolha pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo levou em consideração o local em que o presente estudo foi desenvolvido, além do fato de que este Tribunal de Justiça é o que concentra o maior número de processos do país, respondendo, juntamente com os Tribunais de Justiça de Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, por 60% (sessenta por cento) do movimento processual brasileiro. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é considerado o maior em quantidade de juízes e de processos, e enfrenta um crescente número de complexas ações.⁵⁵⁸

Desta forma, pela sua grandiosidade e pelo local em que o trabalho é desenvolvido, o estudo dos julgados deste Tribunal Estadual está apto a demonstrar as principais questões que permeiam a curadoria especial, propiciando a verificação de como esta função é desempenhada na prática.

Além disso, a verificação dos julgados do Tribunal bandeirante permitiu correlacionar as informações obtidas com a atuação da Defensoria Pública no mesmo Estado, que será discorrida nos itens 3 e 4 deste capítulo. A junção de todos estes dados

⁵⁵⁸ Planejamento estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para o período de 2010 a 2014. Disponível em [http://www.tj.sp.gov.br/Download/PlanejamentoEstrategico/PlanejamentoEstrategicoTj.jsp Final.pdf]. Acesso em 20/11/2011.

permitiu um diagnóstico completo e bastante acurado da curadoria especial no Estado de São Paulo.

Diante da grande quantidade de resultados obtidos pelo emprego da palavra chave no banco de dados virtual do Tribunal de Justiça, foi necessário fixar um recorte temporal que viabilizasse a consulta a todos os julgados selecionados no período (inclusive a íntegra do acórdão). Assim, a pesquisa restringiu-se ao primeiro semestre do ano de 2011. Importante ressaltar que todos os dados abordados no item 3 do presente capítulo também são referentes a este período, para que a correlação das informações possa ser feita de maneira metodologicamente válida.

Os julgados do STF, STJ e TJ/SP foram incluídos em um banco de dados digital elaborado pela autora, em formato de planilha Excel, contendo as seguintes informações:

Tribunal	Número do Recurso	Tipo de Recurso	Relator	Ementa	Assunto Principal	Classificação do Assunto Principal	Resultado
----------	-------------------	-----------------	---------	--------	-------------------	------------------------------------	-----------

As 5 (cinco) primeiras colunas referem-se a dados colhidos dos acórdãos, enquanto as 3 (três) últimas colunas referem-se à conclusões extraídas pela autora após a análise das decisões. A coluna “assunto principal” descreve brevemente qual o assunto versado no julgado que se refere à atuação do curador especial e a coluna “classificação do assunto principal” elenca em que categoria referido julgado foi inserido para fins de inclusão em gráficos, planilhas e demonstração de resultados. A coluna “resultado” foi utilizada para demonstrar a posição adotada pelo julgador a respeito do assunto tratado (sim/não, favorável/negativo, possibilidade/impossibilidade, conforme o caso).

O banco de dados virtual está parcialmente transcrito no Apêndice A deste trabalho. A transcrição parcial refere-se à omissão da coluna que colaciona a ementa do julgado. Esta coluna contendo as ementas teve que ser omitida para viabilizar, em termos de extensão, anexar o documento à presente tese.

Desta forma, o Apêndice A apresenta, para consulta, o rol de todos os recursos analisados no STF, STJ e TJ/SP, sua numeração, o tipo de recurso, o relator, a data de julgamento, o assunto principal, a classificação e o resultado.

8.2.1. Atuação do curador especial no Supremo Tribunal Federal

No âmbito do Supremo Tribunal Federal, a busca utilizando a palavra-chave “curador especial” retornou o total de 49 (quarenta e nove) decisões, tendo todas elas sido analisadas. A decisão mais recente é do ano de 2006, enquanto a mais antiga do ano de 1963.

No gráfico abaixo é possível verificar a incidência de decisões que tratam da atuação do curador especial a cada ano:

Gráfico 01 – Número de processos com referência à curadoria especial no STF ano a ano

Fonte: STF.⁵⁵⁹

Como se nota, em quase 50 (cinquenta) anos de julgamento, as decisões que contém referência ao curador especial são raríssimas. Nos anos em que houve maior incidência de julgados 4 (quatro) decisões foram proferidas. Além disso, causa espécie que não tenha havido nenhum julgado envolvendo curador especial nos últimos 5 (cinco) anos,

⁵⁵⁹ *Até outubro de 2011.

principalmente se cotejarmos com o gráfico n. 09, que demonstra um aumento vertiginoso das questões envolvendo curadoria especial no Tribunal de Justiça Estadual. Uma das explicações pode ser a atribuição da competência originária para julgar a homologação de sentenças estrangeiras (grande parte dos recursos analisados) ao Superior Tribunal de Justiça, pela Emenda Constitucional n. 45, de 8 de dezembro de 2004.

No que se refere ao tipo de recurso envolvido nas decisões analisadas, verificamos que, na grande maioria (73% - setenta e três por cento), são Habeas Corpus, Recursos Extraordinários e Sentenças Estrangeiras Contestadas. Isso demonstra, de plano, que há parcela das decisões que não concerne ao tema do presente trabalho (HCs) e que grande parte das decisões concernentes versam sobre homologação de sentenças estrangeiras. A incidência dos demais tipos de recurso é mínima, como demonstra o seguinte gráfico:

Gráfico 02 – Tipos de recurso analisados no STF

Fonte: STF.

De fato, verificando o conteúdo dos 49 (quarenta e nove) julgados localizados, temos que, deste total, 14 (quatorze) decisões referem-se a processos penais, 6 (seis) não dizem respeito diretamente ao assunto estudado (sendo que destas, 2 – duas – se

referem à atuação do Advogado Geral da União como curador da presunção da constitucionalidade das leis em ADINs ou ADCON's). Ainda, 1 (uma) das decisões trata de curadoria material.

Isso significa que, do total, 21 (vinte e uma) decisões não se referem, de nenhum modo, à atuação de curador especial. Tais decisões atingem 42% (quarenta e dois por cento) dos julgados analisados neste Tribunal.

A maioria dos resultados pertinentes (14 - quatorze) refere-se à homologação de sentenças estrangeiras, em que o demandado permaneceu revel. Esta conclusão já podia ser obtida da simples análise do gráfico que apresenta os tipos de recurso objeto do estudo.

Cumpre ressaltar que a atuação de curador especial nos processos de homologação de sentença estrangeira ocorre sempre que o réu permanecer revel, ainda que não tenha sido citado fictamente, em razão de previsão constante do Regimento Interno do STF.⁵⁶⁰ Esta circunstância também justifica a frequência da atuação e a quantidade elevada de julgados sobre o assunto, em comparação com os demais tipos de recurso.

Do total de processos de homologação de sentença estrangeira, apenas um não foi provido, justamente em virtude das alegações do curador especial de que não estariam preenchidos os requisitos formais necessários à homologação.⁵⁶¹ Entendemos que o baixo índice de êxito decorre da natureza deste tipo de processo, em que cumpridos os requisitos formais a demanda é julgada procedente.

⁵⁶⁰ BRASIL. Regimento Interno do STF. Art. 221. §1º. "Revel ou incapaz o requerido, dar-se-lhe-á curador especial que será pessoalmente notificado". Neste sentido, cf. "Curador especial - Sentença estrangeira - Regência. A designação de curador especial no caso de processo que envolva pedido de homologação de sentença estrangeira faz-se tendo em vista não o preceito do artigo 9º, do Código de Processo Civil, mas a norma do artigo 221, par. 1º, do Regimento Interno. Suficiente é que tenha ficado configurada a revelia, pouco importando a espécie de citação - se pessoal ou ficta". (STF. SEC 4469/Grã Betanha. Rel. Min. Marco Aurélio. j. 10/12/1993. DJU 11/03/1994).

⁵⁶¹ O curador especial opôs, em fundamentada contestação, que não estaria demonstrado o trânsito em julgado da sentença estrangeira, requisito indispensável para sua homologação. A manifestação foi colhida, após a realização de diligência, nos seguintes termos: "Sentença estrangeira - natureza do processo de homologação - Pressupostos de homologabilidade - Falta do texto integral da sentença homologanda - Prova do trânsito em julgado - Súmula 420/STF - Homologação indeferida - Não é suscetível de homologação a sentença estrangeira que, além de desacompanhada da certidão do respectivo trânsito em julgado, não é exibida em seu texto integral". (STF. SEC 4646/República Argentina. Rel. Min. Celso de Mello. j. 21/10/1994. DJU 07/04/1995).

5 (cinco) decisões tratam, como assunto principal, da necessidade ou não de atuação de curador especial no caso concreto, mas 3 (três) dos recursos interpostos não foram conhecidos. Dos que foram conhecidos, um aborda a desnecessidade de nomeação de curador especial ao réu citado por hora certa que, comparecendo tempestivamente, limitou-se a pleitear o prazo dobrado, deixando de apresentar contestação.⁵⁶²

Há, ainda, 1 (uma) decisão que se refere à necessidade de nomeação de curador especial ao executado citado por edital (precedente da Súmula STF n. 196).

As 8 (oito) decisões restantes, tratam de assuntos diversos relacionados à curadoria especial. Vejamos:

3 (três) decisões referem-se à não admissibilidade de recursos interpostos perante o STF.⁵⁶³

1 (uma) das decisões determinou a anulação de processo por atuação insuficiente do curador especial em favor de incapazes com interesses conflitantes com os de sua mãe, em ação de reconhecimento de união estável *post mortem*. Na demanda eram discutidos os direitos sobre a herança do falecido. Como fundamento da anulação, a Corte concluiu que teria havido omissão na defesa dos incapazes, pois ao curador especial não seria dado dispor dos direitos pelos quais é incumbido de velar, devendo apresentar defesa, ainda que por negativa geral.⁵⁶⁴

Além disso, há uma decisão que trata da possibilidade de atuação de advogado dativo como curador nas localidades em que não houver órgão do Ministério Público instalado,⁵⁶⁵ e outra que aborda a não aplicabilidade da prerrogativa de intimação

⁵⁶² “Recurso Extraordinário. Art. 9º, II, do CPC. Agravo regimental. Razoabilidade do acórdão recorrido. É razoável o entendimento de que não se nomeia curador especial se o citado com hora certa comparece no prazo e deixa, no entanto, de contestar. Agravo regimental improvido”. (STF. AI 89954 AgR/RJ. Rel. Min. Rafael Mayer. j. 07/12/1982).

⁵⁶³ Em um dos recursos a decisão era benéfica ao litigante substituído pelo curador, por tratar-se de Recurso Especial em processo em que o réu, citado fictamente, foi vencedor. No caso específico, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo pretendia discutir a atualização de débito em precatórios. Conforme adiantado, o Recurso Especial não foi admitido, por votação unânime. (STF. RE 117639/SP. Rel. Min. Octavio Gallotti, j. 11/10/1988. DJU 04/11/1988).

⁵⁶⁴ STF. RE 106826/PR. Rel. Min. Aldir Passarinho. j. 31/03/1987. DJU 15/05/1998.

⁵⁶⁵ STF. RE 63548/GO. Rel. Min. Aliomar Baleeiro. j. 28/05/1968.

pessoal ao advogado dativo que atue como curador.⁵⁶⁶ Um terceiro processo visa destrancar recurso contra decisão que indeferiu a prisão civil de réu defendido por curador especial.⁵⁶⁷

Por fim, o último julgado ratifica a impossibilidade de aplicação dos efeitos da revelia ao réu revel citado por edital.⁵⁶⁸

Em um plano geral, os assuntos abordados nos recursos interpostos perante o Supremo Tribunal Federal são retratados pelo do seguinte gráfico:

Gráfico 03 – Assunto principal dos recursos do STF

Fonte: STF.

O gráfico demonstra que, excluídas as decisões que não se referem à curadoria especial (21 - vinte e uma), o maior volume de assuntos concentra-se nos processos de homologação de sentença estrangeira. Em razão do disposto no regimento

⁵⁶⁶ STF. HC 79488/SP. Rel. Min Octavio Gallotti. j. 18/11/1999.

⁵⁶⁷ STF. Pet 3223 MC/GO. Rel. Min. Carlos Britto. j. 05/10/2004.

⁵⁶⁸ “Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, salvo, porém, se a contestação for feita por curador especial do réu (artigos 302, parágrafo único, e 319, combinados, do Código de Processo Civil), caso em que não se aplica a presunção legal de verdade dos fatos constantes da petição inicial. Recurso Extraordinário conhecido e provido”. (STF. RE 93234/RJ. Rel. Min. Firmino Paz. j. 20/10/1981. DJU 06/11/1981).

interno, a atuação do curador especial nestas hipóteses ocorre sempre que houver revelia. Pela própria natureza da demanda, normalmente o réu está em outro país, de modo que a atuação do curador especial ocorre com frequência, justificando a quantidade de julgados sobre este assunto.

Conforme já ressaltado, justamente por se tratar de processo que depende apenas da verificação de requisitos formais, em apenas um deles a manifestação do curador contribuiu para a improcedência da demanda.

Em termos percentuais, o gráfico que demonstra os assuntos abordados nos recursos do STF apresenta-se da seguinte maneira:

Gráfico 04 – Percentual de recursos no STF por assunto

Fonte: STF.

Dos recursos analisados, percebemos que 29% (vinte e nove por cento) tratam especificamente da atuação do curador especial em homologações de sentença estrangeira, enquanto outros 43% (quarenta e três por cento) não dizem respeito ao tema do presente estudo (não relacionados, penal e curadoria material).

Dos 28% (vinte e oito por cento) restantes, 10% (dez por cento) tratam da necessidade ou não de atuação de curador especial e suas implicações. Apenas uma decisão, equivalente a 2% (dois por cento) do total, trata de questão de fundo, isto é, da não incidência dos efeitos da revelia nas hipóteses de atuação de curador especial.

Do quanto verificado, podemos concluir que a diminuta quantidade de julgados que se refere à atuação de curador especial na mais alta corte do País demonstra que, dificilmente, processos envolvendo litigantes substituídos por curador especial são levados até esta instância. Quando realizada a comparação com o percentual total das decisões proferidas pelo STF, ano a ano, resta demonstrado que a incidência de decisões que tratam da atuação do curador especial é ínfima, se comparada à demanda total deste Tribunal.

Para ilustrar esta afirmação, vale observar a tabela abaixo, que apresenta um comparativo das decisões ano a ano:

Tabela 01 – Proporção de processos versando sobre curadoria especial no STF

STF			
Ano	Número de processos com referência a curadoria especial	Número de processos total	%
1998	4	1746	0,23
1999	2	1683	0,12
2000	0	2262	0,00
2001	1	2983	0,03
2002	3	3794	0,08
2003	1	2325	0,04
2004	2	3560	0,06
2005	0	4479	0,00
2006	1	3976	0,03
2007	0	4546	0,00
2008	0	4917	0,00
2009	0	4469	0,00
2010	0	4810	0,00
2011*	0	4979	0,00
total	14	50529	0,03

Fonte: STF.⁵⁶⁹

⁵⁶⁹ * Até outubro de 2011.

Fica cristalino que a curadoria especial não é tema que tenha sido abordado com grande relevância pelo Supremo Tribunal Federal, tanto pela pequena quantidade de julgados sobre o assunto (apenas 49 – quarenta e nove), quanto principalmente pela sua absoluta insignificância quando comparada à quantidade de demais processos julgados pela Corte no decorrer dos anos.

A quantidade de processos que trata de curadoria especial nos últimos quatorze anos equivale a 0,03% (três centésimos por cento) do total de recursos analisados pela mais alta corte do País.

Atribuímos duas principais razões para esta limitação: o fato de que a atuação do curador especial, embora atrelada ao contraditório e à ampla defesa, normalmente não seja tida como questão constitucional que permita sua análise pelo Supremo Tribunal Federal, bem como ao fato de que o curador especial, ao atuar em substituição de parte vulnerável, normalmente limita sua atividade às Primeira e Segunda Instâncias, pois, a partir deste momento, entende que seu mister está cumprido e que tutelou, na medida do possível, os interesses do ausente, do incapaz e do preso.

A análise dos dados também atende ao objetivo de demonstrar que a atuação do curador especial, no âmbito do STF, não implica, para o Estado, na destinação de significativos recursos públicos e materiais, tampouco servindo para contribuir para com o acúmulo de processos e crise de quantidade que vivencia nossa Suprema Corte.

8.2.2. Atuação do curador especial no Superior Tribunal de Justiça

A pesquisa realizada no Superior Tribunal de Justiça localizou 374 (trezentas e setenta e quatro) decisões contendo a palavra-chave “curador especial”, tendo todas elas sido analisadas. A decisão mais recente é do ano de 2011, e a mais antiga do ano de 1990.

No gráfico abaixo é possível verificar a incidência de decisões proferidas em recursos do Superior Tribunal de Justiça que abrangem a atuação do curador especial a cada ano:

Gráfico 05 – Número de processos com referência à curadoria especial no STJ ano a ano

Fonte: STJ.⁵⁷⁰

É possível notar que houve um crescimento gradativo da quantidade de recursos que envolvem a atuação do curador especial, com uma grande incidência nos anos de 2005 e 2006 (88 – oitenta e oito – julgados, equivalente a 23% - vinte e três por cento - do total).

Mais da metade (45 – quarenta e cinco) dos julgados analisados nestes anos de 2005 e 2006 referem-se à possibilidade de atuação de curador especial em execução fiscal, bem como sua legitimidade para arguir prescrição intercorrente neste tipo de processo. A grande incidência de decisões sobre o assunto demonstra que se tratava de tema divergente à época, que acabou sendo pacificado. Por tratar-se de questão atinente à legislação federal e, diante da quantidade de julgados sobre o tema, a controvérsia sobre este assunto pode justificar a maior quantidade de recursos nos dois anos referidos.

Nos anos seguintes, a incidência deste tema nos recursos julgados diminuiu gradativamente, até chegar à zero no ano de 2011.⁵⁷¹

⁵⁷⁰ *Até outubro de 2011.

Estes dados reforçam a conclusão de que a grande maioria dos julgados analisados no STJ refere-se à possibilidade de atuação de curador especial em processos de execução, execuções fiscais e ações monitórias, bem como à possibilidade de o curador especial alegar prescrição intercorrente nas ações de execução fiscal (121 – cento e vinte e uma – decisões versam sobre estes assuntos).

Deste total, 83 (oitenta e três) decisões tratam da prescrição intercorrente em execuções fiscais, e 3 (três) referem-se à possibilidade de atuação de curador especial em ação monitória. Identificamos, em diversos julgados, que primeiro era abordada a legitimidade do curador para atuar na execução fiscal para, após, decidir sobre a possibilidade de arguir a prescrição intercorrente, de modo que a classificação em espécies diferentes acabou restando prejudicada, tendo tais assuntos sido reunidos.

Vale destacar que, nesta categoria, ainda foi identificada decisão no sentido de que ao curador especial é inexigível a prévia garantia do juízo em ações de execução. Os demais julgados tratam da possibilidade de sua atuação em processos de execução e execução fiscal.

Ressalte-se que estes itens, por abordarem de assuntos semelhantes e, também porque muitas vezes se confundem, foram agrupados em uma única categoria. Somados, respondem por quase 1/3 (um terço) dos julgados analisados no âmbito do STJ. De se ressaltar que, em apenas 1 (um) desses processos, datado de 1994, não foi admitida a atuação de curador especial em processo de execução.

Também há grande quantidade de decisões que versam, de maneira principal, acerca de questões relacionadas a custas, verbas sucumbenciais e honorários, em razão da atuação de curador especial (32 – trinta e duas – decisões). Além destas, que abordam o tema de maneira principal, há diversos outros julgados em que referidos assuntos são abordados de maneira incidental e que, por esta razão, foram classificados em outras categorias.

⁵⁷¹ Em 2007 identificamos 10 (dez) decisões versando sobre a atuação de curador especial em execuções fiscais e possibilidade de arguir prescrição intercorrente. Em 2008 foram 12 (doze) decisões sobre o assunto. Em 2009 a quantidade diminui para 7 (sete), em 2010 para 3 (três), e, em 2011 não identificamos nenhuma decisão sobre este tema.

Sobre julgados que não são relevantes para o nosso estudo, verificamos 55 (cinquenta e cinco) decisões que abordam questões criminais e 17 (dezesete) que tratam da atuação de curador especial no âmbito do direito material. Há, ainda, 55 (cinquenta e cinco) recursos classificados como “não relacionados à curadoria especial”, ou seja, outros assuntos que não dizem respeito diretamente à atuação do curador ou em que não foi possível aferir em que medida sua atividade influenciou a decisão proferida.⁵⁷²

18 (dezoito) julgados tratam de homologação de sentenças estrangeiras em que o curador especial atuou em favor de réus revéis.⁵⁷³ Em 3 (três) destes processos sua atividade contribuiu para a sentença de improcedência proferida, que afastou a homologação por ausência de preenchimento dos requisitos legais.⁵⁷⁴

Número expressivo de julgados (32 – trinta e dois) refere-se à necessidade ou não de atuação de curador especial em casos concretos, bem como ao fato de sua ausência acarretar prejuízo que enseje a anulação de atos processuais. Em 14 (quatorze) desses recursos, a necessidade de atuação do curador especial foi reconhecida (inclusive em alguns houve a anulação de atos processuais já realizados),⁵⁷⁵ enquanto em 17 (dezesete) não foi reconhecida a necessidade desta atividade no caso concreto, em razão de, por exemplo, não restar reconhecido o conflito de interesses entre o incapaz e o

⁵⁷² Para exemplificar, citamos julgados que se referem ao conselho curador de FGTS, à atuação do Ministério Público como curador de fundações, curador de vínculo, em processos de acidente de trabalho, em processos em que há interesse de incapazes, em Mandado de Segurança, dentre outros. Além disso, muitas vezes ocorre a citação de textos de lei ou de outros julgados em que há menção à palavra chave “curador especial”, mas em que não houve sua atuação no processo em examinado. Ademais, em algumas decisões, mesmo quando consultado seu inteiro teor, não é possível aferir como o curador atuou, a favor de quem, ou qual o assunto versado.

⁵⁷³ A competência para processar e julgar originalmente homologação de sentenças estrangeiras foi atribuída ao Superior Tribunal de Justiça pela Emenda Constitucional n. 45, de 8 de dezembro de 2004.

⁵⁷⁴ “Sentença estrangeira. Homologação. Requisitos não atendidos. Julga-se extinto o processo, sem o conhecimento do mérito, uma vez não satisfeitos os requisitos de caráter formal aventados pelo dr. curador especial e pela Procuradoria-Geral da República”. (STJ. SEC 882/CA. Rel. Min. Barros Monteiro. j. 05/10/2005). Vide, ainda: STJ. SEC 833/US. Rel. Min. Eliana Calmon. j. 16/08/2006; e STJ. SEC 295/US. Rel. Min. José Delgado. j. 04/05/2005.

⁵⁷⁵ Neste sentido: “Processual Civil e Tributário. Embargos de terceiro. Executado revel citado por edital. Nomeação de curador especial. Necessidade. Fraude à execução. Alienação posterior à citação. Existência de *consilium fraudis* verificada pelo tribunal *a quo*. Inaplicabilidade da Súmula n. 375/STJ. Bem de família descaracterizado em virtude da presunção absoluta da fraude. Art. 185 do CTN. Precedentes regidos pela sistemática do art. 543-C, do CPC. *Na hipótese, houve citação por edital do executado, porém não lhe foi nomeado curador especial. Portanto, devem ser anulados todos os atos executórios a partir do momento em que deveria ter ocorrido a nomeação do curador*. Ressalte-se que tal anulação não compreende o ato citatório, uma vez que o vício ocorreu após a citação do executado”. (STJ. REsp 77829/RS. Rel. Min. Mauro Campbell Marques. j. 16/12/2010. DJe 10/02/2011). Destacamos. Vide, ainda: “Processo Civil. Nulidade. É nulo o processo por falta de citação de litisconsortes necessários; também, por ausência de nomeação de curador especial para quem, citado por edital, não acudiu ao chamado judicial. Recurso Especial conhecido e provido”. (STJ. REsp 488712/RJ. Rel. Min. Ari Pargendler. j. 06/06/2003).

representante legal,⁵⁷⁶ não haver a caracterização da revelia,⁵⁷⁷ não ter havido prejuízo,⁵⁷⁸ dentre outros.

5 (cinco) processos versam sobre a prerrogativa do prazo em dobro, sendo que em 2 (dois) deles este benefício foi reconhecido ao defensor público atuando como curador especial⁵⁷⁹ e, em três, houve negativa de sua aplicação.⁵⁸⁰

3 (três) decisões tratam da necessidade de atuação de curador especial em processos de falência, quando houver revelia em razão de citação ficta.

Em 6 (seis) processos aborda-se a atuação do Ministério Público como curador especial. 2 (dois) tratam da atuação simultânea de órgãos do Ministério Público no mesmo processo, 3 (três) cuidam da possibilidade ou não do Ministério Público atuar como

⁵⁷⁶ “Inventário. Adjudicação. Nulidade. Herdeiro preterido. Prescrição. Nomeação de curador especial. Somente se justifica a nomeação de curador especial quando colidentes os interesses dos incapazes e os de seu representante legal. Precedentes do STJ. Recurso Especial não conhecido”. (STJ. REsp 114310/SP. Rel. Min. Barros Monteiro. j. 17/10/2002). Ainda, no mesmo sentido: “Menor. Curador Especial. A nomeação de curador especial supõe a existência de conflito de interesses entre o incapaz e seu representante. Isso não resulta do simples fato desse último ter-se descurado do bom andamento do processo. As falhas desse podem ser supridas pela atuação do Ministério Público, a quem cabem os mesmos poderes e ônus das partes”. (STJ. REsp 34377/SP. Rel. Min. Eduardo Ribeiro. j. 09/09/1997).

⁵⁷⁷ “Processual Civil. Intimação por hora certa. Ciência da parte acerca da intimação via carta, telegrama ou radiograma. Necessidade. Nulidade da intimação. Inexistência. Manobra procrastinatória da parte. Certeza quanto à intimação da executada acerca da penhora e da nomeação de advogado. Ausência de procuração. Nomeação de curador especial. Desnecessidade. [...] Inexistindo dúvida de que a executada estava ciente da penhora, bem como de que contratou o advogado que subscreve petição pugnando pela sua nulidade, mostra-se absolutamente inaceitável que, mais de um ano depois, a executada argumente a ausência de outorga de procuração ao patrono para se dizer revel e reclamar que o juiz deveria ter nomeado curador especial. Do contrário, a executada estaria se beneficiando de sua própria negligência, em detrimento do exequente. Não tendo ficado caracterizada a revelia, incabível falar-se na nomeação de curador especial, inexistindo ofensa ao art. 9º, II, do CPC. Recurso Especial não conhecido”. (STJ. REsp 687115/GO. Rel. Min. Nancy Andrighi. j. 28/06/2007).

⁵⁷⁸ “Processual Civil. Normas sobre nulidade. Interpretação teleológica. Proteção do incapaz. Ausência de prejuízo. Nulidade afastada. CPC, Art. 249, parágrafo 1º. As normas processuais pertinentes a nulidade devem ser interpretadas, em se tratando de ato praticado por incapaz, teleologicamente. A outorga de mandato procuratório por pessoa supostamente incapaz, sendo-lhe favorável o resultado da demanda, afasta o vício na representação. Inteligência do art. 249, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil. Recurso Especial conhecido”. (STJ. REsp 277932/RJ. Rel. Min. Nancy Andrighi. j. 07/12/2004).

⁵⁷⁹ “Curador especial. Defensoria Pública. Intimação pessoal e prazo em dobro. Interpretação do art. 5º, § 5º, da Lei n. 1.060/50. Precedentes. 1. Tratando-se do exercício da curadoria especial, por designação do magistrado, pela Defensoria Pública, devem ser aplicados os benefícios do art. 5º, § 5º, da Lei n. 1.060/50, na linha de interpretação que considera a natureza do órgão público, a sua destinação social e a referência ao serviço de assistência judiciária de modo amplo. 2. Recurso Especial conhecido e provido”. (STJ. REsp 235435/PR. Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito. j. 25/09/2000).

⁵⁸⁰ Vide: STJ. REsp 78346/RJ. Rel. Min. Costa Leite. j. 23/04/1996. Não aplicou o prazo dobrado à parte que interveio nos autos enquanto ainda atuava curador especial: STJ. AgRg no REsp 1050250/DF. Rel. Min. Laurita Vaz. j. 21/09/2010. Refere-se a advogado dativo atuando como curador especial, ao qual não se aplica prazo em dobro: STJ. REsp 74226/SP. Rel. Min. Aldir Passarinho Jr. j. 12/09/2006.

curador especial (sendo duas contrárias⁵⁸¹ e uma favorável) e, o último, da possibilidade de atuação de terceiro, que não o *parquet*, como curador especial.

6 (seis) recursos foram classificados como: recursos do curador (3 - três) e recursos da parte contrária (3 - três). São recursos em que são questionados o mérito ou questões processuais da demanda. Enquanto nenhum dos recursos interpostos pela parte contrária foi acolhido,⁵⁸² sendo o resultado favorável ao curador, apenas um dos recursos do curador foi provido.⁵⁸³ Desta forma, no panorama total, 4 (quatro) decisões foram favoráveis e 2 (duas) negativas aos interesses do vulnerável processual.

7 (sete) processos abordaram, como assunto principal, os poderes do curador especial, pois tratam da possibilidade de o curador propor ação,⁵⁸⁴ ajuizar mandado de segurança,⁵⁸⁵ recorrer, arguir prescrição, se opor à desistência da ação e embargar em prazo impróprio.

⁵⁸¹ “Incapaz - Curador especial - Ministério Público - Art. 9º, parágrafo único do Código de Processo Civil. A representação judicial dos incapazes não é de ser exercida por membro do Ministério Público, salvo se existir norma local nesse sentido. Em processos em que figurem pessoas incapazes, a atuação do Ministério Público só é obrigatória como fiscal da lei (art. 82, II, do CPC)”. (STJ. REsp 67278/SP. Rel. Min. Eduardo Ribeiro. j. 30/09/1999).

⁵⁸² Para exemplificar, cf. “Ação de cobrança. Prova ausente. Réu defendido por defensor público na função de curador especial. Honorários de advogado. 1. Não provando o autor a existência do empréstimo alegado na inicial, tal e qual reconhecido no Acórdão recorrido, não há como dar espaço ao especial, presente a Súmula n. 07 da Corte. 2. Feita defesa pelo defensor público na condição de curador especial, não há como impor a verba honorária, diante da vedação afirmada pelo próprio Tribunal local. 3. Recurso Especial conhecido e provido, em parte”. No relatório do recurso consta que o Tribunal de Alçada de Minas Gerais deu provimento, em parte, à apelação. Considerou que mesmo revel o réu, diante da citação editalícia, feita a defesa por curador especial, cabe ao autor da ação de cobrança a prova da existência do débito, não se aplicando os efeitos do art. 319 do Código de Processo Civil. (STJ. REsp 505061/MG. Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito. j. 21/10/2003).

⁵⁸³ No recurso o curador especial buscava a produção de prova pericial, o que lhe foi deferido: “Ação de Desapropriação – Citação editalícia – Expropriados defendidos por curador especial – Poderes geral de foro – Decisão fundamentada em laudo oferecido pelo expropriante – Imprescindibilidade do laudo oficial diante da ausência de concordância ante o valor ofertado. 1. O art. 14 do Decreto-Lei n. 3365/41 impõe ao magistrado a obrigação de designar perito oficial para proceder à avaliação do bem. Tal medida objetiva que o julgador possa ter um parâmetro mais imparcial na análise do valor que deve ser atribuído à desapropriação e, assim, busque ao máximo a justa indenização. 2. Com efeito, não havendo consenso entre as partes, é imperioso que o juiz tenha acesso a uma perícia oficial como base técnica para decidir a demanda, em contraponto com os valores oferecidos pelo expropriante, ainda que a ela não fique adstrito. 3. *In casu*, a presença do curador especial na defesa dos expropriados impede qualquer reconhecimento ou concordância quanto aos valores apresentados no laudo do expropriante, tendo em vista que a curadoria especial não dispõe, nos termos do art. 38 do CPC, de poderes de disposição sobre o bem litigioso. Por esse motivo, o laudo oficial se mostra imprescindível. Recurso Especial provido”. (STJ. REsp 981169/11. Rel. Min. Humberto Martins. j. 18/08/2009).

⁵⁸⁴ O referido recurso não foi conhecido.

⁵⁸⁵ “Curadoria especial, art. 9º, parágrafo único, do CPC. Ajuizamento de mandado de segurança contra ato judicial. Possibilidade. O curador ‘ad litem’, inclusive quando integrante do Ministério Público (CPC, art. 9º, parágrafo único), representa com plenitude a parte (quer demandante, quer demandada), considerada merecedora de especial tutela jurídica, cabendo-lhe impugnar as decisões judiciais tanto mediante recursos,

8 (oito) processos foram classificados na categoria validade da citação e contestação. Desses, 5 (cinco) admitem a atuação de defensores públicos como curadores especiais, anteriormente ao advento da legislação federal (Lei Complementar n. 80/1994), bem como que a eles não se aplica o ônus da impugnação específica, sendo válida a apresentação de contestação por negativa geral.⁵⁸⁶ Em apenas 1 (um) dos recursos há reconhecimento de nulidade da citação.⁵⁸⁷

Dos 9 (nove) processos classificados como outros-diversos, 1 (uma) decisão anulou atos processuais por ausência de intimação pessoal do curador.⁵⁸⁸ Outras 2 (duas) decisões ressaltam que, constatada a demência/incapacidade de uma das partes, o processo não deve ficar suspenso, mas seguir com a nomeação do curador ao incapaz. 1 (uma) das

como utilizando ações autônomas de impugnação, tais como o mandado de segurança contra ato judicial. Recurso provido, a fim de que o tribunal de origem aprecie a ação mandamental, afastada a prefacial de ilegitimidade da curadoria especial para ajuizá-la". (STJ. RMS 1768/RJ. Rel. Min. Athos Carneiro. j. 20/03/1993).

⁵⁸⁶ Vale transcrever o seguinte trecho do voto: "Além disso, não há nulidade do processo em virtude de o pedido haver sido contestado por negação geral. A defesa, nos moldes em que oferecida, é permitida pela lei processual civil (art. 302, § único). Segundo o magistério de Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery, 'a curadoria especial é munus público, incumbindo ao curador o dever de, necessariamente, contestar o feito. Na falta de elementos, pode contestar genericamente (CPC 302, parágrafo único), não se lhe aplicando o ônus da impugnação especificada. Contestando genericamente, o curador especial controverte todos os fatos descritos na petição inicial, incumbindo ao autor o ônus de provar os fatos constitutivos de seu direito (CPC, 333, I). Não há, neste caso, inversão do ônus da prova, mas aplicação ordinária da teoria do ônus da prova. Caso o curador não conteste, o juiz pode destituí-lo e nomear outro para que efetivamente apresente contestação na defesa do réu'. (Código de Processo Civil e Legislação Processual Civil Extravagante em Vigor, pág. 231, ed. 1994). Desassiste razão, pois, ao recorrente ao insurgir-se contra a defesa simplesmente genérica apresentada pelo dr. curador especial". (STJ. REsp 111863/DF. Rel. Min. Barros Monteiro. j. 19/12/2002).

⁵⁸⁷ "Execução hipotecária - defeito de citação editalícia - nulidade. O edital de citação expediu-se sem prévia certidão, nos autos, de que o executado estivesse em lugar incerto e não sabido ou fora da jurisdição do imóvel objeto da execução. Não houve intimação do curador especial nomeado e ele não teve qualquer atuação em defesa do autor. A questão foi bem examinada pela sentença. Recurso improvido". (STJ. REsp 47227/MG. Rel. Min. Garcia Vieira. j. 16/05/1994).

⁵⁸⁸ "Recurso Especial do Ministério Público do Estado do Rio Grande Do Sul - Alínea 'a' - Ação de Ressarcimento de Dano Decorrente de Ato de Improbidade Administrativa - Defensor público nomeado curador especial do município - Intimação pessoal da sentença e para contra-razões de apelação - Necessidade. É pacífico o entendimento no sentido da necessidade de intimação pessoal do defensor público, que atua na qualidade de curador especial, na forma do art. 4º, inciso VI, c/c art. 128, I, da Lei Complementar n. 80/94, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados. Ao contrário do que entendeu a Corte de origem, a atuação do Ministério Público, como fiscal da lei, não dispensa a intimação pessoal do curador do Município, visto que, na forma do artigo 247 do CPC, *é nula a intimação quando realizada irregularmente. Impõe-se, dessarte, a anulação do feito após a prolação da sentença para regular intimação pessoal do curador especial do teor da sentença e para eventual apresentação de contra-razões de recurso*. Precedente: REsp 235.435/PR. Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito. DJU 13/11/2000. Recurso Especial provido". (STJ. REsp 476471/RS. Rel. Min. Franciulli Netto. j. 04/09/2003).

decisões anula atos realizados por curador especial cujos interesses eram conflitantes com os do curatelado.⁵⁸⁹

Neste rol de julgados classificados como diversos, também há uma (1) decisão que determina que a intimação para a incidência da multa prevista no art. 475-J, CPC, seja pessoal, e outra no sentido de que a intimação para o depositário infiel também deve ser pessoal. Dois processos mencionam a não incidência dos efeitos da revelia ao citado por edital, que recebe o processo no estado em que se encontrar.

Em um plano geral, os recursos analisados no Superior Tribunal de Justiça podem ser divididos da seguinte maneira, conforme o assunto principal abordado, relativo ao curador especial:

Gráfico 06 – Assunto principal dos recursos do STJ

Fonte: STJ.

⁵⁸⁹ “Recurso Especial. Processo civil. Curadoria especial. Nulidade. Patrocínio simultâneo de causas. Configuração. Conflito de interesses. Nulidade da citação editalícia. Falta de prequestionamento. 1. A nomeação de uma das advogadas constituídas da parte autora, como curadora da parte ré, por si só, evidencia um desvirtuamento do real propósito do instituto da curatela, porquanto patente o conflito de interesses. 2. A questão relativa à nulidade da citação editalícia não foi objeto de exame pela Corte de origem, restando ausente, portanto, o requisito do prequestionamento. 3. Recurso parcialmente conhecido para anular o processo desde a nomeação da curadora especial”. (STJ. REsp 1006833/RJ. Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura. j. 22/08/2011. DJe 05/09/2011).

O gráfico demonstra que o maior número de julgados versa sobre a atuação do curador em execuções, execuções fiscais e monitórias abordando, na maioria das decisões, a possibilidade de arguir prescrição intercorrente. Também de relevo a quantidade de decisões envolvendo a questão das custas e o pagamento de honorários advocatícios, bem como versando sobre a necessidade ou não de atuação de curador especial no caso concreto, o que, em algumas hipóteses, acarretou a nulidade dos atos processuais realizados sem a sua presença.

Também há grande quantidade de processos que abordam questões penais e outros assuntos que não são pertinentes para o presente trabalho, seguidos das decisões proferidas em processos de homologação de sentença estrangeira.

Em termos percentuais, o gráfico apresenta-se da seguinte maneira:

Gráfico 07 – Percentual de recursos no STJ por assunto

Fonte: STJ.

Os processos envolvendo a atuação em execuções, execuções fiscais e ações monitórias, somados, equivalem a 32% (trinta e dois por cento) das decisões. Também é expressiva a quantidade de decisões que trata da questão de custas e honorários (8% - oito por cento). Além disso, há grande incidência de demandas em que se verifica a necessidade ou o cabimento da atuação de curador especial.

Do total, 35% (trinta e cinco por cento) dos julgados não se referem ao assunto deste estudo ou não pode ser analisada a atuação do curador especial (processos penais, não relacionados à curadoria especial e curador de direito material).

A visão geral demonstra que as questões analisadas pelo Superior Tribunal de Justiça referem-se mais a assuntos formais (possibilidade de atuação do curador, valor das custas, validade da citação, homologação de sentenças estrangeiras etc), do que a recursos interpostos que busquem a reforma de decisões proferidas nos Tribunais *a quo*.

No que se refere ao tipo de recurso objeto do estudo no STJ, predominam os Recursos Especiais e Agravos Regimentais em Recursos Especiais. Há também significativa incidência de Habeas Corpus, bem como de Sentenças Estrangeiras contestadas. O total das decisões analisadas, dividido por tipo de recurso, pode ser verificado no seguinte gráfico:

Gráfico 08 – Tipos de recurso analisados no STJ

Fonte: STJ.

Assim como ocorre com o Supremo Tribunal Federal, embora a quantidade total de julgados localizados contendo a palavra-chave tenha sido maior, verificamos que a incidência de processos que tratam de curadoria especial, ou em que há atuação de curador especial, no Superior Tribunal de Justiça, também é muito baixa. Se comparada ao total de recursos julgados por esta Corte no decorrer dos anos, a proporção é mínima. A tabela abaixo demonstra a quantidade total de processos julgados ano a ano, e a proporção comparativa em relação àqueles em que há referência ao curador especial:

Tabela 02 – Proporção de processos versando sobre curadoria especial no STJ

STJ			
Ano	Número de processos com referência a curadoria especial	Número de processos total	%
1998	11	19844	0,06
1999	7	19317	0,04
2000	10	16755	0,06
2001	13	16126	0,08
2002	7	21750	0,03
2003	12	20929	0,06
2004	31	28049	0,11
2005	48	31116	0,15
2006	40	27493	0,15
2007	32	23095	0,14
2008	23	23206	0,10
2009	25	19592	0,13
2010	22	20324	0,11
2011*	18	19239	0,09
total	299	306895	0,10

Fonte: STJ.⁵⁹⁰

A média total anual de processos que fazem referência ao curador especial equivale a 0,10% (um décimo por cento) nos últimos 14 (quatorze) anos.

Resta demonstrado, portanto, que não há grande incidência de recursos em que seja verificada a atuação de curador especial, ou em que este tema seja abordado.

A despeito de divergências jurisprudenciais verificadas (por exemplo, a prescrição intercorrente nas execuções fiscais e a fixação de verba honorária ao curador), bem como da atuação em homologação de sentenças estrangeiras, as decisões que tratam do assunto são escassas e não servem ao fim de orientar os Tribunais locais sobre os assuntos que permeiam a curadoria especial.

A dificuldade no preenchimento dos requisitos de admissibilidade do Recurso Especial e a conformação do curador especial com as Instâncias ordinárias podem, novamente, ser apontadas como eventuais causas da pequena quantidade de decisões sobre este assunto.

⁵⁹⁰ * Até outubro de 2011.

Cumprе ressaltar que a atuação do curador, na busca da garantia da paridade de armas e da ampla defesa da parte processualmente vulnerável, no que se refere ao Superior Tribunal de Justiça, não implica, para o Estado, a destinação de significativos recursos, tampouco servindo para contribuir com o acúmulo de processos neste Tribunal.

8.2.3. Atuação do curador especial no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em razão do grande número de decisões que continham a palavra chave “curador especial”, foi necessário aplicar um recorte temporal à pesquisa, que foi realizada nos julgados relativos ao primeiro semestre do ano de 2011, tendo em vista a intenção de análise integral do texto dos acórdãos localizados no período, para diagnosticar os principais assuntos tratados quando há a atuação de curador especial.

A busca geral de recursos no Tribunal de Justiça demonstrou a inviabilidade de uma pesquisa que abrangesse todos os julgados disponíveis em seu banco de dados digital, mormente em razão do crescimento vertiginoso da quantidade de decisões versando sobre o assunto com o passar dos anos. O gráfico abaixo demonstra a evolução quantitativa das decisões que contém referência ao curador especial ano a ano:

Gráfico 09 – Número de processos com referência à curadoria especial no TJ/SP ano a ano

Fonte: TJ/SP.⁵⁹¹

⁵⁹¹ * Até outubro de 2011.

Nos últimos 14 (quatorze) anos houve um total de 17.994 (dezessete mil novecentos e noventa e quatro) julgados contendo a expressão “curador especial”. Apenas nos últimos 5 (cinco) anos foram quase 11.000 (onze mil) decisões sobre este tema. Para tentar retratar e mostrar um recorte atual dos assuntos que envolvem a curadoria especial no Tribunal, principalmente em razão da intenção de abordar a efetividade desta atuação, optamos pelo recorte temporal referente ao ano de 2011, limitando-se ao primeiro semestre.

O mesmo recorte temporal foi aplicado aos dados que retratam a atuação de curadores especiais no Estado de São Paulo, analisados no item 3 deste capítulo, o que nos permitiu tratar de informações contextualizadas e de mesmo período.

Aplicado o recorte temporal, a pesquisa retornou, de janeiro a junho de 2011, o total de 1.285 (mil duzentas e oitenta e cinco) decisões, tendo todas elas sido analisadas na íntegra (ementa, voto e relatório). Frise-se que o próprio banco de dados informa a existência de outros processos não disponibilizados, protegidos por segredo de justiça, razão pela qual a pesquisa limitou-se aos documentos que podem ser publicamente examinados.

A opção pela pesquisa da íntegra da decisão, tal qual fizemos com relação ao STF e ao STJ, decorreu do receio de apresentar resultados distorcidos caso houvesse apenas a análise de textos de ementas embora, para tanto, os esforços envidados tenham sido mais significativos, pois a quantidade de decisões localizadas na busca pelo texto integral da decisão é bastante superior. Para ilustrar, a busca realizada apenas nas ementas retornou apenas 299 (duzentas e noventa e nove) decisões, isto é, cerca de 23% (vinte e três por cento) do total de julgados efetivamente analisados.

A adoção desta metodologia mostrou-se acertada ao final da pesquisa, pois ao comparar os resultados que seriam obtidos se tivéssemos reduzido nossa investigação ao teor das ementas, o retrato da atuação do curador especial no âmbito do Tribunal de Justiça não seria fiel. No gráfico abaixo indicamos a distorção que apresenta o estudo apenas do texto das Ementas e o estudo do inteiro teor do acórdão:

Gráfico 10 – Comparativo do conteúdo relativo à atuação do curador especial nas ementas e no inteiro teor dos acórdãos no TJ/SP

Fonte: TJ/SP.

O gráfico demonstra que, embora a quantidade total de decisões que não se relacionam à curadoria especial fosse muito menor caso analisássemos apenas as ementas que contivessem esta expressão (o que seria uma vantagem), haveria significativas diferenças nos resultados apresentados. Apenas para exemplificar, a quantidade de recursos interpostos pelo curador especial superaria a quantidade de recursos interpostos pela parte contrária, o que não ocorre quando analisamos o texto integral dos julgados.

Os gráficos a seguir permitem visualização mais clara da referida distorção:

Gráfico 11 – Conteúdo dos recursos que contém a palavra chave “curador especial” na íntegra do acórdão

Fonte: TJ/SP.

Gráfico 12 – Conteúdo dos recursos que contém a palavra chave “curador especial” na ementa

Fonte: TJ/SP.

No primeiro gráfico, que demonstra a incidência dos tipos de decisão baseado na busca que abrangeu a íntegra do acórdão, os temas que possuem maior incidência são os recursos da parte contrária, do curador e não relacionados.

Já no segundo gráfico, que trata apenas da busca da palavra chave nas ementas dos acórdãos, a maior incidência de julgados refere-se à verba honorária, custas e sucumbência, seguidas pelos recursos do curador.

Determinada a metodologia, o conteúdo das decisões foi classificado em 18 (dezoito) categorias, que abrangem os temas recorrentes encontrados: recurso do curador, recurso da parte contrária, recurso de litisconsorte, recurso da parte ausente, recurso de ambas as partes, verba honorária/custas/sucumbência, validade da citação, atuação do MP como curador em interdições, necessidade de atuação do curador especial, atuação do curador em execução/execução fiscal e monitória, intimação pessoal para incidência da multa prevista no art. 475-J, CPC, curadoria de direito material, prazo em dobro, processo penal, poderes do curador especial, outros – diversos, e não relacionados à curadoria especial.

Com relação ao tipo de recursos analisados, grande parte das decisões (72% - setenta e dois por cento) foi proferida em recursos de apelação, o que demonstra que são recursos interpostos contra sentenças de primeiro grau, isto é, contra decisões proferidas após o trâmite regular do feito.

O segundo tipo de recurso mais recorrente foi o Agravo de Instrumento (21% - vinte e um por cento). Após, aparecem os Embargos de Declaração (4% - quatro por cento), seguido pelos demais tipos, cuja representação é pequena. O gráfico a seguir demonstra a proporção dos tipos de recurso analisados na pesquisa:

Gráfico 13 – Tipos de recurso analisados no TJ/SP

Fonte: TJ/SP.

No que se refere ao conteúdo das decisões, conforme já explicitamos, houve a classificação em categorias diversas, de acordo com o assunto abordado.

Após o diagnóstico geral do material de pesquisado, buscou-se separar, dentre os julgados pesquisados, aqueles que demonstram que a atuação do curador especial surtiu diretamente efeitos na decisão proferida, tendo sido apta a manter ou reverter a decisão de Primeira Instância em prol do vulnerável processual. Conforme já asseveramos, nem todas as decisões tratam da questão central discutida na lide, muitas vezes servindo para tutelar determinado direito da parte no curso do processo (como por exemplo, fixação de competências, produção de provas, verbas honorárias, dentre outros).

O gráfico a seguir retrata o conteúdo da totalidade das decisões objeto de nosso estudo, já divididas por categorias:

Gráfico 14 – Assunto principal dos recursos no TJ/SP

Fonte: TJ/SP.

A maior incidência das decisões está nos recursos da parte contrária (326 – trezentas e vinte e seis) e nos recursos do curador especial (280 – duzentas e oitenta). Os julgados assim classificados envolvem questões de mérito ou preliminares que não dizem respeito especificamente ao curador especial, mas ao próprio processo. Deste modo, decisões que envolvam outros assuntos específicos já elencados foram classificadas em tópicos diversos.

Somados, estes julgados correspondem a 47% (quarenta e sete por cento) das decisões analisadas, o que demonstra que, no âmbito do Tribunal Estadual, grande quantidade dos recursos interpostos, em que há a atuação do curador especial, refere-se ao processo em si, e não a questões formais acerca da atuação do curador (diferente do que ocorre no STF e no STJ).

Do total dos recursos interpostos pelo curador especial (280 - duzentos e oitenta), 24 (vinte e quatro) decisões foram favoráveis, isto é, com resultado totalmente positivo (sentenças de improcedência ou de extinção de processos sem julgamento de

mérito).⁵⁹² Além disso, em 65 (sessenta e cinco) julgados, o recurso do curador especial acarretou resultado parcialmente favorável, ou seja, em alguma medida a decisão proferida no recurso interposto mitigou os efeitos da decisão negativa do Juízo *a quo* (normalmente de procedência ou parcial procedência do pedido).

Como resultados parcialmente favoráveis comumente obtidos, podemos elencar a redução de taxas de juros e valores de multas,⁵⁹³ o afastamento de comissão de permanência,⁵⁹⁴ a redução do valor de indenizações,⁵⁹⁵ o afastamento da condenação em danos morais, o afastamento da prisão civil,⁵⁹⁶ dentre tantos outros.

⁵⁹² Para exemplificar, vale trazer à colação: “Responsabilidade civil - Reparação de danos. Municipalidade de Alto Alegre adquiriu equipamento hospitalar da empresa ré, que alega não ter sido entregue ou, entregue, foi devolvido por apresentar defeito, sem que retornasse à Administração. Ação julgada parcialmente procedente. Prescrição afastada. Fato ocorrido em 1996. Aplicabilidade do Código Civil de 1916, Art. 2028, do CC/02. Improcedência, contudo, da ação, pelo fato de existir prova suficiente da entrega do equipamento, sem qualquer evidência de que tenha sido devolvido à empresa, para conserto. Quatro anos depois da compra foi que a Administração se deu conta da falta e instaurou sindicância para apuração dos fatos, sobrevivendo a presente ação. Recursos providos”. (TJ/SP. Apelação 0001642-87.2002.8.26.0438. Rel. Des. Urbano Ruiz. j. 30/05/2011). Ainda: “Monitoria - Embargos monitórios - Ausência de recolhimento do preparo recursal - Deserção - Inocorrência - O recurso interposto por curador especial nomeado para defesa da ré revel citada com hora certa prescinde do recolhimento do preparo recursal, diante do exercício de um múnus público - Precedentes - Mera cópia do cheque prescrito não pode ser considerada como documento idôneo capaz de demonstrar a existência do crédito nele representado, a fim de se evitar eventual fraude - levando em consideração o fato do autor/apelado ter afirmado estar na posse dos originais dos cheques apresentados com a inicial e em atenção ao princípio da economia processual, concedeu-se prazo ao autor para a apresentação dos originais, que, no entanto, transcorreu *in albis* - Carência de ação por falta de interesse de agir - Extinção do processo, sem resolução do mérito (CPC, art. 267, VI). Preliminar rejeitada. Recurso da ré provido”. (TJ/SP. Apelação 0132339-50.2005.8.26.0000. Rel. Des. Berenice Marcondes Cesar. j. 26/04/2011). Também: “Prestação de serviços - Mensalidade escolar - Prescrição. Artigo 178, § 6º, inciso VII, do Código Civil de 1916. Um ano, contado do vencimento de cada parcela. Ação proposta em junho de 2003. Mensalidades cobradas dos meses de fevereiro a dezembro de 1999. Ocorrência de prescrição”. (TJ/SP. Apelação 9079677-19.2006.8.26.0000. Rel. Des. Sá Moreira de Oliveira. j. 23/05/2011).

⁵⁹³ “Cobrança - Cobrança de saldo devedor de contrato de abertura de crédito em conta corrente (cheque especial) e ‘creficheck’ - Divergência entre os critérios utilizados na evolução da dívida - Impossibilidade de incidência de juros desconhecidos e flutuantes no contrato - Ausente a fixação, limitam-se a 6% ao ano, nos termos do art. 1.063 do CC/16, vigente à época - Possibilidade de capitalização mensal de juros somente em contratos celebrados após a edição da Medida Provisória 1963-17, desde que expressamente prevista no contrato - Cabível a cobrança de comissão de permanência desde que prevista no contrato, não cumulável com correção monetária e juros remuneratórios - Súmula 294 do STJ - Sentença de procedência - Recurso parcialmente provido”. (TJ/SP. Apelação 9177176-66.2007.8.26.0000. Rel. Des. Windor Santos. j. 22/03/2011). No mesmo sentido: Apelação - Ação revisional - Cartão de crédito - Inexistência de nulidade da r. sentença proferida - Relação de consumo - Impossibilidade de fixação dos juros às taxas de mercado - Dever do fornecedor de serviços esclarecer os encargos cobrados e taxa de juros a ser aplicada no contrato - Art. 52, do CDC - Ausência de previsão expressa de cobrança de juros capitalizados - Inadmissibilidade de sua cobrança - Inadmissibilidade de cobrança cumulada de comissão de permanência com outros encargos - Recurso parcialmente provido”. (TJ/SP. Apelação 9085890-07.2007.8.26.0000. Rel. Des. Mauro Conti Machado. j. 07/02/2011). Ainda, dentre tantas: TJ/SP. Apelação 0029971-86.2001.8.26.0554. Rel. Des. Melo Colombi. j. 27/04/2011; TJ/SP. Apelação 0071146-39.2002.8.26.0000. Rel. Des. Sergio Shimura. j. 09/02/2011.

⁵⁹⁴ “Embargos à execução - Contrato de desconto de título - Relação de consumo caracterizada - Súmula 297 do STJ. Comissão de permanência - A Súmula 294-STJ admite a cobrança da comissão de permanência desde que esteja em conformidade com a taxa média de mercado estabelecida pelo Banco Central - Daí a necessária informação dessa cláusula para que seja possível a verificação da legalidade da comissão de

Isso demonstra que aproximadamente 32% (trinta e dois por cento) dos recursos interpostos pelo curador especial lograram êxito em beneficiar, ainda que de maneira parcial, o litigante vulnerável.

No que se refere aos recursos interpostos pela parte contrária (326 – trezentos e vinte e seis), temos que 136 (cento e trinta e seis) decisões proferidas foram favoráveis ao curador especial⁵⁹⁷ e 47 (quarenta e sete) decisões foram parcialmente favoráveis,⁵⁹⁸ nos mesmos termos do descrito acima.

permanência cobrada - Vedação de cumulação com outros encargos moratórios. Recurso provido. Litigância de má-fé - Não verificação - Aplicação de pena por litigância de má-fé, que só é possível se ficar evidenciado o dolo processual da parte - Falta de provas do intuito malicioso do banco embargado. Recurso desprovido”. (TJ/SP. Apelação 9218874-86.2006.8.26.000. Rel. Des. Sergio Shimura. j. 27/04/2011).

⁵⁹⁵ “Indenização - Dano moral - Autor que teve indevidamente seu nome incluído nos cadastros de inadimplentes em razão de título sacado indevidamente e levado a protesto - Ato que acarreta a presunção dos prejuízos sofridos pelo autor - Dever de indenizar que é de rigor - Dano moral caracterizado - Verba, entretanto, que deve ser fixada em consonância com os princípios da moderação e proporcionalidade - Redução - Recurso provido, em parte, tão somente para reduzir o ‘quantum’ indenizatório, com observação”. (TJ/SP. Apelação. 9181922-40.2008.8.26.0000. Rel. Des. Ligia Araújo Bisogni. j. 23/02/2011). Ainda: “Apelação - Responsabilidade civil - Indenização - Danos materiais e morais reclamados em decorrência de protesto de títulos emitidos com vistas a efetivação de negócio que não se concretizou - Procedência, com condenação dos réus, solidariamente, a pagar para o autor R\$ 120.000,00 (R\$ 80.000,00 por danos materiais e R\$ 40.000,00 por danos morais), corrigidos a partir do ajuizamento da ação e acrescidos de juros moratórios legais de 0,5% a partir da citação, além das custas, despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 20% sobre o valor da condenação atualizada - Recursos dos demandados - Preliminares de ilegitimidade passiva e de inépcia da inicial - Pedido juridicamente possível e adequação da via eleita pelo autor para a defesa de seus direitos - Fato de ter sido tirado por iniciativa do Banco Itaú S/A o protesto dos títulos que lhe foram entregues pelos demais corréus é suficiente ao reconhecimento da legitimidade passiva - Empresa originalmente credora que comunicou a não concretização do negócio à instituição financeira, à qual havia transferido os títulos por endosso-caução - Protesto tirado- Responsabilização solidária do banco e da credora original pelos danos causados ao emitente - Credora que apesar da comunicação feita ao Banco, nada mais fez para resgatar os títulos - Instituição financeira que, apesar de avisada da não efetivação do negócio, levou os títulos a protesto que nem se fazia necessário - Danos materiais não impugnados - Protesto indevido que enseja reparo por danos morais - *Valor a título de danos morais reduzido para dez mil reais, compatível com o grau de reprovabilidade da conduta dos demandados, o caráter pedagógico da condenação, repercussão na vida do autor e a capacidade econômica dos responsabilizados - Repartição proporcional da sucumbência e redução do percentual de honorários advocatícios de 20% para 10% do valor corrigido da condenação*- Sentença parcialmente reformada - Recursos dos réus providos, em parte”. (TJ/SP. Apelação 9251837-79.2008.8.26.0000. Rel. Des. Viviani Nicolau. j. 29/03/2011). Destacamos.

⁵⁹⁶ “1. Ação de depósito resultante da conversão de ação de busca e apreensão fundada em contrato garantido por alienação fiduciária. Citação por edital. Regularidade. Inúmeras tentativas infrutíferas de localização do devedor e certidões do oficial de justiça esclarecendo sobre o desaparecimento do réu, com presunção de fé pública inabalada. Cerceamento de defesa inócua. Preliminar rejeitada. 2. *Recurso do devedor visando afastar a decretação de prisão civil. Orientação e Súmula Vinculante nº 25, do STF, que afasta a possibilidade do decreto prisional para as hipóteses de depósito infiel*. Apelo provido em parte”. (TJ/SP. Apelação 9133153-69.2006.8.26.0000. Rel. Des. Soares Levada. j. 20/06/2011). Destacamos. Vide, também, dentre outros: TJ/SP. Apelação 9209228-52.2006.8.26.0000. Rel. Des. S. Oscar Feltrini. j. 04/05/2011; TJ/SP. Apelação 0033193-02.2006.8.26.0000. Rel. Des. Júlio Vidal. j. 15/02/2011.

⁵⁹⁷ Para exemplificar: “Adjudicação compulsória - Adquirente que doou o bem para os filhos - Ilegitimidade ativa bem decretada. Sentença que corretamente julgou extinto o processo, nos termos do artigo 267, VI, do CPC (ilegitimidade ativa) e deve ser mantida. Apelo a que se nega provimento”. (TJ/SP. Apelação 0007365-59.2009.8.26.0562. Rel. Des. Percival Nogueira. j. 24/03/2011). Ainda: “Cheque - Ação anulatória de cheque

Desta maneira, em 56% (cinquenta e seis por cento) das decisões em que o recurso foi interposto pela parte contrária, o vulnerável processual, tutelado pelo curador especial, foi beneficiado em alguma medida. A porcentagem chama a atenção e nos parece significativa.

Não apenas porque a quantidade de recursos interpostos pela parte contrária, por si só, já demonstra a diversidade de decisões de Primeira Instância que favorecem, ainda que parcialmente, o vulnerável processual, a ensejar o inconformismo manifestado através do recurso, mas também porque mais da metade destas decisões favoráveis são mantidas após a análise do Tribunal de Justiça.

No que se refere aos recursos interpostos por litisconsortes do curador especial temos que, do total de recursos interpostos (49 – quarenta e nove), 9 (nove) são favoráveis e 5 (cinco) parcialmente favoráveis. Em todos os demais o resultado para o curatelado foi negativo. Isso demonstra que nos casos em que apenas o litisconsorte recorre, ficando o curador especial inerte, o êxito da atuação é baixo. Podemos sugerir (não científica, mas intuitivamente), que o curador tem agido de forma prudente, deixando de recorrer em situações em que vislumbra o acerto da decisão proferida. Entretanto, a quantidade de julgados interpostos por litisconsortes é pequena para permitir a extração de conclusões desta natureza.

- Lícito o jogo de bingo na data em que emitido o cheque objeto da ação, ou seja, em período posterior ao advento da LF 9.615/98 e antes da MP 168/2004, sendo certo que a legislação estadual ou municipal não pode dispor sobre a matéria (Súmula Vinculante 2/STF) - Cheques emitidos para pagamento de jogos legalmente permitidos são válidos e exigíveis - A autora não produziu prova do alegado funcionamento irregular da apelada, no exercício da atividade do jogo de bingo, ônus que era dela, uma vez que relativo à prova do fato constitutivo de seu direito (CPC, art. 333, I), bem como porque, na espécie, a contestação foi oferecida por curador especial (CPC, art. 9º, 302, § único, e 320) - Recurso desprovido”. (TJ/SP. Apelação 0139866-39.2008.8.26.0100. Rel. Des. Rebello Pinho. j. 18/04/2011). Vide, também: “Monitoria. Banco autor que apresenta documentos insuficientes para demonstração do débito. Nota Promissória vinculada a contrato bancário que não goza de autonomia e liquidez não sendo possível traduzir-se em objeto da pretensão deduzida, tampouco para demonstração do crédito. Recurso não provido”. (TJ/SP. Apelação 0121970-22.2004.8.26.0100. Rel. Des. Roberto Mac Cracken. j. 28/04/2011).

⁵⁹⁸ Afastou a incidência de comissão de permanência: “Arrendamento Mercantil. Rescisão contratual. Não se admite mais a cobrança da comissão de permanência cumulativa com a correção monetária e demais consectários de direito. Sentença mantida. Recurso desprovido”. (TJ/SP. Apelação 9204726-07.2005.8.26.0000. Rel. Des. Júlio Vidal. j. 15/02/2011). Não concedeu indenização por danos morais: “Apelação - Ação indenizatória - Apontado erro de valores na sentença - Inexistência - Decisão que observou os limites da inicial - Danos morais - Ausência de demonstração dos elementos que fundamentam o pedido ressarcitório - Recurso não provido”. (TJ/SP. Apelação 0140128-03.2005.8.26.0000. Rel. Des. Hugo Crepaldi. j. 15/02/2011).

Quando houve recurso simultâneo interposto por ambas as partes (pelo curador e pela parte contrária), que totalizaram 13 (treze) julgados, 9 (nove) foram negativos, 3 (três) foram parciais e apenas 1 (um) positivo. Identificamos, ainda, três recursos que foram interpostos pelo próprio interessado, que compareceu tardiamente ao processo (classificamos este tipo de julgado como “recursos da parte ausente”).

Do total destas decisões, abrangendo recursos do curador especial, da parte contrária, do litisconsorte, de ambas as partes e da parte ausente, extraímos o seguinte gráfico:

Gráfico 15 – Resultado das decisões proferidas pelo TJ/SP

Fonte: TJ/SP.

O gráfico acima demonstra que 45% (quarenta e cinco por cento) das decisões proferidas nos recursos analisados favorecem o vulnerável processual em alguma medida. Ainda, 27% (vinte e sete por cento) das decisões são totalmente favoráveis ao curador especial (ou seja, representam demandas julgadas improcedentes ou extintas, bem como favoráveis ao incapaz ou ao preso).

Quando separamos o êxito da atuação por tipo de recurso, verificamos que o resultado se repete. A análise exclusiva dos recursos de apelação, por exemplo, que correspondem a 72% (setenta e dois por cento) das decisões analisadas (conforme demonstrado no gráfico n. 13), reflete o resultado geral apresentado. O gráfico a seguir chama a atenção, principalmente se considerarmos que grande parte das decisões

proferidas em recurso de apelação são definitivas (ante a diminuta quantidade de recursos interpostos perante o STF e o STJ, como apontamos nos itens anteriores).

Gráfico 16 – Resultado dos recursos de apelação julgados pelo TJ/SP

Fonte: TJ/SP.

Desta forma, o índice de êxito equivalente a 45% (quarenta e cinco por cento) de decisões favoráveis ou parciais no Tribunal de Justiça demonstra que o papel do curador especial pode ser de fundamental importância para a defesa do vulnerável processual. A porcentagem apresentada é alta e indica que, a despeito do preconceito e incompreensão que permeiam a atuação do curador especial, sua presença repercute na tutela dos direitos do ausente, do preso e do incapaz.

Além dos julgados mencionados, foram classificadas em categorias diversas decisões que tratam de temas específicos, cuja incidência nos permitiu o agrupamento. Este agrupamento, diante da quantidade de decisões sobre um mesmo assunto, nos pareceu mais adequado para o cumprimento da finalidade de apresentar um “retrato” da atuação do curador especial no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Do total da pesquisa, 194 (cento e noventa e quatro) julgados não dizem respeito ao curador especial ou não foi possível verificar em que medida este influenciou na decisão.⁵⁹⁹ 17 (dezessete) julgados referem-se à curadoria de direito material e 7 (sete) a processos penais.

⁵⁹⁹ Estão incluídos aqui julgados em que houve mera transcrição de trecho de lei em que há menção ao curador especial ou citação de julgados no texto do acórdão em que há menção ao curador, mas em que não houve sua atuação no caso concreto. Além disso, há diversos julgados em que não é possível verificar em que medida houve atuação do curador especial como, por exemplo, nos casos de embargos de declaração, em que dificilmente é possível identificar o principal assunto versado na demanda, dentre outros.

Quantidade expressiva de julgados (121 – cento e vinte e um) trata de custas, honorários advocatícios ou sucumbência, sendo que destes, muitos se referem a pedido de antecipação de honorários formulados pelo curador especial.⁶⁰⁰ Cumpre ressaltar que a quantidade apontada apenas abrange decisões em que este tema é tratado de maneira principal, pois tais assuntos são comumente abordados em recursos de maneira cumulada ou incidental.

92 (noventa e dois) julgados versam sobre a validade da citação ficta, sendo que 56 (cinquenta e seis) decidem pela validade, e 36 (trinta e seis) declaram a nulidade da citação, inclusive com a anulação de atos processuais anteriores, quando necessário.

A divergência acerca da possibilidade de o Ministério Público atuar como curador especial nas ações de interdição, quando há familiar apto a exercer a curatela (art. 1.182, §1º, CPC), resta demonstrada nas 50 (cinquenta) decisões que abordam o assunto. A posição do Tribunal de Justiça de São Paulo ainda é bem dividida. Enquanto 27 (vinte e sete) julgados são contrários à possibilidade de atuação do Ministério Público como curador,⁶⁰¹ 23 (vinte e três) julgados a admitem.⁶⁰²

⁶⁰⁰ No sentido de que não cabe o adiantamento dos honorários ao curador especial: “Honorários advocatícios. Réu revel ou citado por edital. Defensor público nomeado curador especial. Adiantamento de honorários. Inadmissibilidade. Conquanto sejam espécie de despesa processual, a lei os trata de forma diferenciada. As despesas devem ser adiantadas pela parte (art. 19 § 2º CPC), os honorários não (art. 20 CPC). Recurso provido”. (TJ/SP. Apelação 0458290-94.2010.8.26.0000. Rel. Des. Teixeira Leite. j. 10/02/2011). No sentido de que seria cabível: “Ação monitória - Contrato bancário - Pretensão de imposição ao banco-autor-embargado dos honorários destinados à Defensoria Pública - Admissibilidade - Hipótese em que a atuação do defensor público é equiparada a do perito judicial - Aplicação do art. 19, §2º, do CPC - Embargos julgados improcedentes - Recurso provido”. (TJ/SP. Apelação 0053570-75.2007.8.26.0576. Rel. Des. Zélia Maria Antunes Alves. j. 23/03/2011).

⁶⁰¹ Vale trazer à colação, para exemplificar, os seguintes julgados: “Interdição - Nomeação de Curador Especial ao interditando - Pedido indeferido, nomeando-se o Ministério Público para o exercício do encargo, com lastro na disposição do artigo 1.182, §1º, CPC - Descabimento - Regra derogada pelo advento da Constituição Federal de 1988 - Vedação expressa trazida no artigo 129, IX, *in fine* - Necessidade de nomeação de curador especial ao interditando fora dos quadros da Instituição - Recurso provido. (TJ/SP. AI. 0098791-58.2010.8.26.0000. Rel. Des. Galdino Toledo Junior. j. 01/02/2011). No mesmo sentido: “Interdição - Nomeação de curador especial à interditanda - Impossibilidade de atuação do Ministério Público como defensor - Artigos 9º, parágrafo único, e 1182, §1º, do CPC, não foram recepcionados pela CF/88 - Necessidade de nomeação de advogado para exercer a função de curador especial - juiz deverá abrir nova vista ao defensor público, para desempenhar tal função, ou nomear advogado, nos termos do convênio com a OAB/SP - Agravo de instrumento provido”. (TJ/SP. AI 0442384-64.2010.8.26.0000. Rel. Des. Paulo Eduardo Razuk. j. 15/02/2011).

⁶⁰² Para ilustrar, colacionamos os seguintes julgados: “Direito Processual Civil - Agravo de Instrumento. Ação de Interdição - Insurgência contra decisão que nomeou curador provisório ao interditando - Ampliação das atribuições do Ministério Público reconhecida pelo E. STF - Inexistência de confronto entre o art. 1.182, §1º, do Código de Processo Civil e o art. 129 da Carta Magna - Interdição requerida por outro legitimado que não o Ministério Público - Desnecessidade de nomeação de curador especial, pois o Órgão Ministerial já

49 (quarenta e nove) decisões versam sobre a necessidade ou não de atuação de curador especial no caso concreto, sendo que em 27 (vinte e sete) esta necessidade foi descartada⁶⁰³ e, em 19 (dezenove) foi reconhecida a necessidade de sua atuação, com a declaração, em alguns casos, de nulidade dos atos processuais realizados anteriormente.⁶⁰⁴ Nos 3 (três) julgados restantes, embora este tenha sido o assunto abordado, não foi possível concluir o resultado.

Na categoria “atuação de curador especial em execução, execução fiscal e ação monitória”, foram agrupados 30 (trinta) julgados. Desses, 16 (dezesesseis) tratam especificamente do cabimento de citação ficta (por edital ou com hora certa) neste tipo de demanda, bem como da possibilidade de atuação de curador especial. Além disso, 11 (onze) abordam a prescrição intercorrente. As 3 (três) decisões restantes referem-se a assuntos diversos sobre este tipo de processo.

Grande número de decisões trata da necessidade ou não de intimação pessoal da parte acerca do início da fase de cumprimento de sentença, para a incidência da multa prevista no art. 475-J, CPC. Dos 29 (vinte e nove) julgados que abordam o assunto, 22 (vinte e dois) entendem que é necessária a intimação do próprio interessado para a

cumprir esse mister na qualidade de fiscal da aplicação da lei - Decisão reformada - Recurso provido”. (TJ/SP. AI 0393985-04.2010.8.26.0000. Rel. Des. Luiz Antonio Costa. j. 09/02/2011). Vide, também: “Agravado de instrumento - Despacho que considera desnecessária a nomeação de curador especial para atuar como defensor da interdita. Aplicação do art. 1.182 §1º do Código de Processo Civil e art. 1.770 do Código Civil. Precedente da Turma Julgadora considerando possível a representação judicial pelo próprio Ministério Público. Negado provimento”. (TJ/SP. AI 0360276-75.2010.8.26.0000. Rel. Des. Enio Zuliani. j. 03/02/2011).

⁶⁰³ “Agravado de instrumento - Execução de título extrajudicial - Nulidade - Citação por hora certa - Alegação de falta de cumprimento de requisitos formais previstos na lei processual, vez que não teria sido enviada a carta, nem nomeado curador especial nos termos dos arts. 9º, II, e 229 do CPC - Inexistência de nulidade - Ausência de prejuízo ao contraditório e a ampla defesa - Caso em que o direito de defesa foi exercido de maneira plena por todos os interessados no curso do processo - Recurso improvido”. (TJ/SP. AI 0055462-59.2011.8.26.0000. Rel. Des. Salles Vieira. j. 16/06/2011). Vide, ainda: “Execução - Executadas citadas pessoalmente por oficial de justiça - Renúncia dos advogados constituídos e não regularização da representação processual - Desnecessidade de nomeação de curador especial, no caso de intimação editalícia - Artigo 9º, II, CPC, que se aplica somente no caso de citação por edital - Artigo 13, II, do CPC - A regularização da representação processual cabe às partes, devendo elas arcar com o ônus da não regularização - Recurso provido”. (TJ/SP. AI 0073704-66.2011.8.26.0000. Rel. Des. Sergio Shimura. j. 29/06/2011).

⁶⁰⁴ “Locação de imóvel - Despejo por Falta de Pagamento c/c Rescisão Contratual e Cobrança - Preliminar acolhida - Citação por hora certa - Nomeação de curador especial - Ausência - Nulidade absoluta - Inteligência do artigo 9º, II, DO CPC. - Sentença anulada - Recurso provido”. (TJ/SP. Apelação 0052563-59.2009.8.26.0000. Rel. Des. Melo Bueno. j. 14/03/2011). No mesmo sentido: “Ação anulatória - ausência de nomeação de curador ao réu e à esposa do executado, citado por edital - nulidade reconhecida - anulação do processo desde a intimação, por edital, do arresto efetivado - ofensa à ampla defesa e ao contraditório - observância do art. 9º, II do Código de Processo Civil - Recurso improvido”. (TJ/SP. Apelação 9162492-10.2005.8.26.0000. Rel. Des. Maria Lucia Pizzotti. j. 17/02/2011).

incidência de referida multa, pessoalmente ou mesmo que de forma ficta, não sendo cabível a intimação do curador especial para esta finalidade.⁶⁰⁵ Em sentido contrário, as 7 (sete) decisões restantes são no sentido de que é suficiente a intimação do curador especial para que a multa seja devida, caso o pagamento não se efetue no prazo legal.⁶⁰⁶

7 (sete) decisões referem-se a prazo em dobro, sendo que destas, apenas uma reconhece a aplicação do prazo em dobro ao advogado dativo atuando como curador especial.⁶⁰⁷ As outras 6 (seis) não reconhecem a extensão deste benefício ao advogado dativo, mas apenas ao defensor público.⁶⁰⁸

⁶⁰⁵ No sentido de que é necessária a intimação da parte interessada: “Agravos de instrumento - Ação de cobrança - Cumprimento de sentença - Citação por hora certa - Curador Especial - Decisão que declarou desnecessária a intimação pessoal do devedor para o início da fase de cumprimento de sentença - Incidência automática da multa do Art. 475-J do CPC - Impossibilidade - Necessidade de intimação pessoal do executado representado por Curador Especial - Precedentes - Recurso provido”. (TJ/SP. AI 0583846-09.2010.8.26.0000. Rel. Des. Hugo Crepaldi. j. 26/04/2011). No mesmo sentido: “Cumprimento de sentença - Monitoria - Intimação pessoal da executada revel representada pela Defensoria Pública, que atua na qualidade de curadora especial - Necessidade - Descabimento intimação da executada na pessoa da curadora especial - Recurso provido”. (TJ/SP. AI 0504600-61.2010.8.26.0000. Rel. Des. Alvaro Torres Junior. j. 14/03/2011). Vide, ainda: “Monitoria - Cumprimento de sentença - Insurgência contra decisão que determinou a expedição de carta intimando a executada a pagar o débito atualizado - Existência de curador especial - Situação que exige a intimação para fluência do prazo contido no art. 475-J do CPC - Recurso não provido”. (TJ/SP. AI 0528620-19.2010.8.26.0000. Rel. Des. Rubens Cury. j. 15/03/2011).

⁶⁰⁶ No sentido de que basta a intimação do curador especial: “Execução - Título judicial - Citação por edital na ação de conhecimento - Intimação do defensor público para início da fase de cumprimento de sentença - pretensão de intimação pessoal do executado. Desnecessidade. Agravo desprovido”. (TJ/SP. AI 0118909-21.2011.8.26.0000. Rel. Des. Andrade Neto. j. 29/06/2011). Vide, no mesmo sentido: “Cumprimento de sentença - Intimação para pagamento nos termos do artigo 475-J, do CPC - Ré revel, citada por edital e assistida por curador especial - Defensoria Pública - Inconformismo sustentando a necessidade da intimação pessoal do devedor - Inadmissibilidade - Medida inócua e não constante da lei, que compromete a celeridade da execução - Decisão mantida - Recurso improvido”. (TJ/SP. AI 0545334-54.2010.8.26.0000. Rel. Des. Mario de Oliveira. j. 28/02/2011).

⁶⁰⁷ “Ação ordinária - Contestação - Assistência judiciária - Inteligência do § 5º, do artigo 5º, da Lei nº 1.060/50 (com a redação dada pela Lei n. 7.781/79) - Prazos dobrados - Advogado, enquanto defende pessoas carentes munidas de provisão de assistência judiciária gratuita, goza de prazo em dobro para praticar todos os atos do processo, inclusive interpor recursos - Recurso não provido”. (TJ/SP. AI 0584207-26.2010.8.26.0000. Rel. Des. Paulo Hatanaka. j. 11/04/2011).

⁶⁰⁸ Vide: “Acidente de veículo - Ação de indenização por danos materiais e morais - Sentença de procedência - Apelação do réu - A intempestividade da resposta ofertada pelo Apelante foi ditada com amparo na firme orientação do C. STJ, segundo a qual o privilégio do prazo em dobro previsto no art. 5º, §5º da Lei n. 1.060/50 é reservado às Defensorias Públicas criadas pelos Estados ou cargo equivalente, não se estendendo ao patrocínio de causas por profissional constituído no encargo de curador especial, ainda que em face de convênio firmado entre aquele órgão e a OAB local, daí que não comporta qualquer reparo - revel, por isso, o recorrente, de ser admitida verídica a dinâmica do acidente como trazida pela recorrida, da qual decorre a culpa daquele, a suportar, consequentemente, as condenações que lhe foram impostas, inclusive a relativa ao dano moral, que minoração não desafia, pois já considerada no seu arbitramento a ficta pobreza de seu devedor - Recurso improvido”. (TJ/SP. AI 9106137-43.2006.8.26.0000. Rel. Des. Palma Bisson. j. 30/06/2011). No mesmo sentido: “Embargos à execução rejeitados liminarmente. Inconformismo do devedor lastreado na sustentação de que seu advogado lhe foi nomeado por força do convênio OAB/PGE e, portanto, goza de prazo em dobro, conforme a Lei 1.060/50. Não acolhimento. Aos advogados conveniados entre a OAB e a PGE não se aplicam as regras da Lei 1.060/50, art. 5º, §5º, conforme entendimento esposado pelo Col. STJ. Sentença mantida. Recurso não provido. Segundo a jurisprudência consolidada no seio do Col.

Quatro (4) decisões abordam, como assunto principal, os poderes do curador especial (pode denunciar a lide,⁶⁰⁹ não é obrigado a recorrer⁶¹⁰ e pode requerer a produção de provas), e outras 4 (quatro) são decisões proferidas em ação rescisória.⁶¹¹ Por fim, 10 (dez) decisões foram classificadas como outros - diversos.⁶¹²

A quantidade total de acórdãos contendo a palavra-chave “curador especial” no primeiro semestre de 2011 (1.285 - mil duzentos e oitenta e cinco) enseja a falsa impressão de que a jurisprudência que trata de sua atuação é muito ampla. Entretanto, quando esta quantidade de decisões é cotejada com o volume total de recursos em tramitação perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nos últimos 14 (quatorze) anos, constatamos que a porcentagem representativa é bem pequena.

Esta proporção é ilustrada pela tabela a seguir, que demonstra o total de processos que tramitou perante o TJ/SP e, dentre estes, o percentual que se refere a recursos atinentes ao curador especial:

STJ, os advogados nomeados por força do convênio firmado entre a OAB e a PGE não gozam da contagem de prazo em dobro”. (TJ/SP. AI 0008963-63.2009.8.26.0363. Rel. Des. Moura Ribeiro. j. 12/05/2011).

⁶⁰⁹ “Ação de cobrança - Serviços médico- hospitalares e hemoterápicos - Admissível denunciação da lide ao convênio médico - Não comprovada recusa dele no pagamento das despesas da paciente - Nulidade da sentença - Recurso provido”. (TJ/SP. Apelação 0024405-62.2007.8.26.0000. Rel. Des. Jovino de Sylos. j. 31/05/2011).

⁶¹⁰ “Agravamento de instrumento contra decisão que deixou de receber a apelação do agravante diante do trânsito em julgado da sentença. A sentença transitou em julgado em maio de 2010 e somente em setembro o agravante constituiu advogado e interpôs apelação. Alegação de omissão e negligência do curador especial. O agravante foi citado por hora certa e ficou revel. *O curador especial não tem o dever de recorrer. O simples fato de não apresentar recurso não significa omissão ou negligência na atuação no processo e mesmo que tenha havido desídia do profissional, essa circunstância não é suficiente para provocar modificação da sentença, diante da coisa julgada*”. (TJ/SP. AI 0547051-04.2010.8.26.0000. Rel. Des. Carlos Alberto Garbi. j. 13/04/2011). Destacamos.

⁶¹¹ Todas as ações rescisórias foram julgadas improcedentes ou extintas, razão pela qual o resultado sempre foi favorável ao curador, que atuou, em todos os casos, em substituição a réu revel citado fictivamente.

⁶¹² Os recursos classificados como “outros-diversos” tratam dos seguintes assuntos: 1) ônus da prova; 2) recurso de terceiro não conhecido; 3) recurso de terceiro, em que restou consignado que apenas o interessado pode arguir nulidade por ausência de atuação de curador especial; 4) cabimento de penhora *on line* quando há defesa apresentada pelo curador especial; 5 e 6) necessidade de intimação pessoal para a realização da penhora (que não pode ser feita na pessoa do curador); 7) não se aplica a prerrogativa da intimação pessoal ao advogado dativo, atuando como curador; 8) não se intima das praças pessoalmente se o executado foi citado por edital; 9 e 10) desnecessidade de suspensão da ação em razão da incapacidade de uma das partes, bastando a nomeação de curador especial para prosseguimento.

Tabela 03 – Proporção de processos que versam sobre curadoria especial no TJ/SP

TJ-SP			
Ano	Número de processos com referência a curadoria especial	Número de processos total	%
1998	30	4017	0,75
1999	467	87632	0,53
2000	605	95829	0,63
2001	593	89307	0,66
2002	666	106558	0,63
2003	929	156726	0,59
2004	868	147766	0,59
2005	1418	188292	0,75
2006	1421	185531	0,77
2007	1369	253571	0,54
2008	1961	495914	0,40
2009	2514	540552	0,47
2010	2363	507915	0,47
2011*	2790	508255	0,55
total	17994	3367865	0,53

Fonte: TJ/SP.⁶¹³

Desta forma, embora a quantidade de decisões permita traçar um panorama geral dos temas mais comumente relacionados à atuação do curador especial, bem como do êxito dos processos em que ele atua, verificamos que esta atuação não causa impacto significativo no montante de feitos processados anualmente pelo Tribunal de Justiça.

Diante de todos os dados expostos neste item, avaliamos que a atuação do curador especial é efetiva, no sentido de servir ao objetivo de garantir a igualdade das partes e a ampla defesa do vulnerável processual, bem como de resguardar o equilíbrio da relação processual. Isso porque, em termos gerais, quase metade das decisões proferidas nos recursos em que houve a atuação do curador especial mostrou-se favorável ao interessado, em alguma medida. Além disso, são discutidos (na maioria das vezes incidentalmente) temas como a validade da citação ficta, o cabimento e a necessidade de atuação do curador especial no caso concreto, a necessidade de intimação pessoal do ausente sobre atos processuais específicos, dentre outros assuntos já indicados, que também tutelam, de maneira ampla, o direito ao devido processo legal do vulnerável processual.

⁶¹³ * Até outubro de 2011.

Neste contexto, o curador especial consegue intervir de maneira ativa na convicção do magistrado, inclusive recorrendo de decisões proferidas, sempre na busca do melhor interesse do réu revel, do incapaz ou do preso.

Em que pese o estudo realizado e a quantidade total de processos envolvidos, mais uma vez comprovou-se que a proporção de julgados que versam sobre a atuação do curador especial não é significativa se globalmente comparada. Deste modo, o binômio “custo X benefício”, que deve ser sempre cotejado quando é abordada a efetividade de determinado mecanismo, fica bastante equilibrado.

O benefício é visualizado na obtenção de resultados positivos ao vulnerável processual, garantindo que o desequilíbrio da relação processual não lhe seja nocivo. O custo empregado mostra-se baixo, no sentido de representar parcela pequena do montante total da demanda que assola o Poder Judiciário, principalmente do Estado de São Paulo, que enfrenta crônica dificuldade de lidar com o grande volume de processos em tempo razoável.

Com o recorte realizado pelo presente estudo, buscamos demonstrar que a atuação do curador especial, se realizada com o afinho e o cuidado que lhe são inerentes, pode resultar em decisões exitosas ou que, ao menos, evitem a imposição de gravames excessivos e injustos ao vulnerável processual. A análise demonstrou que, no primeiro semestre de 2011, em quantidade significativa de processos, a atuação do curador especial foi apta a fazer diferença na tutela dos direitos do réu revel citado por edital ou com hora certa, do preso e do incapaz sem representante legal ou cujos interesses sejam colidentes com os de seu representante

8.3. A Atuação do curador especial no Estado de São Paulo

A curadoria especial, no Estado de São Paulo, é desempenhada pela Defensoria Pública do Estado desde sua criação (ano de 2006), nos locais em que possui sede própria. Atualmente, a Defensoria Pública está instalada em 29 (vinte e nove) Comarcas.

Nos demais Municípios, a função de curador especial é exercida por advogados dativos nomeados nos termos de convênio mantido entre a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo. Os custos desta atuação são arcados pela Defensoria, com recursos do Fundo de Assistência Judiciária - FAJ, por ela gerido.

A coleta dos dados objetivos apresentados neste item, em sua grande maioria, foi extraída de informações esparsas constantes do processo do Conselho Superior da Defensoria Pública n. 134/2011, que versa sobre a atuação de defensores públicos em curadorias especiais, além do portal da transparência da Defensoria Pública e do Sistema de Pagamento de Advogados (SPA), gerenciado pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP.⁶¹⁴ As informações disponíveis foram sistematizadas, correlacionadas e planilhadas para os fins específicos deste trabalho.

Optamos por apresentar dados relativos ao primeiro semestre do ano de 2011, porque as informações sobre o volume de atuação em curadorias especiais passaram a ser especificadas na Instituição a partir de janeiro do referido ano, bem como para utilizar dados atualizados. Além disso, este período foi o mesmo aplicado no estudo dos acórdãos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, apresentado no item 8.2.3, o que permite correlacionar os dados obtidos.

De janeiro a junho de 2011, uma média de 245 (duzentos e quarenta e cinco) defensores públicos, do total de 500 (quinhentos), atuou em curadorias especiais. Neste período, os defensores exerceram a função de curador especial em 10.300 (dez mil e trezentos) processos. A média de atuação verificada no período é de 7 (sete) curadorias especiais por defensor público/mês.⁶¹⁵

⁶¹⁴ Informações disponíveis em [<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=5139>]. Acesso em 02/10/2011.

⁶¹⁵ Cumpre ressaltar que a quantidade de curadorias especiais realizadas mensalmente por cada defensor público é bastante variável e depende de suas demais atribuições. Há Unidades em que as curadorias especiais são concentradas em um único defensor e locais em que estes processos são diluídos entre todos os órgãos de execução.

Também no primeiro semestre de 2011, a Defensoria Pública pagou 10.262 (dez mil duzentas e sessenta e duas) certidões, referentes a processos em que houve atuação de advogados dativos como curador especial.

Somando estes números, temos que o total de processos em que houve a atuação de curador especial no Estado de São Paulo, de janeiro a julho de 2011, equivale a 20.562 (vinte mil, quinhentos e sessenta e dois) processos, tendo a Defensoria atuado, diretamente, em 50,1% (cinquenta por cento e dez décimos) deles.

O gráfico abaixo demonstra a evolução da atuação em curadorias especiais durante o primeiro semestre de 2011, mês a mês:

Gráfico 17 – Número de curadorias realizadas no primeiro semestre de 2011 mês a mês

Fonte: DPE/SP.

Como a atuação em curadorias especiais é, por expressa previsão legal, função institucional da Defensoria Pública, e nos locais em que ela não está instalada ocorre a nomeação de advogados dativos por meio do convênio, a quantidade indicada tende a refletir o número total de curadorias especiais em todo o Estado de São Paulo durante o período.⁶¹⁶

⁶¹⁶ Ainda que tenha havido a atuação de advogados não inscritos no convênio ou de membros do Ministério Público como curadores especiais, estimamos que a quantidade de processos em que isso tenha ocorrido seja pequena, de modo que os dados apresentados tendem a refletir a realidade do Estado de São Paulo.

Como justificativa plausível para a quase equivalência da quantidade de curadorias especiais em que houve a atuação da Defensoria Pública e daquelas em que houve a atuação de advogados dativos, cumpre ressaltar que a despeito de a Defensoria Pública estar presente em apenas 29 (vinte e nove) das Comarcas, nesses Municípios encontra-se domiciliada quase 56% (cinquenta e seis por cento) da população total do Estado de São Paulo.

Deste modo, a proporção da quantidade de habitantes presentes nas cidades em que a Defensoria Pública está instalada e naquelas em que não há sede da Instituição é muito semelhante, o que justifica a atuação em número equivalente de processos por defensores públicos e advogados dativos. O gráfico a seguir demonstra o comparativo dos locais em que a Defensoria Pública está instalada e o correspondente número de habitantes, potencialmente atendidos por sua atuação:

Gráfico 18 – Locais em que a Defensoria Pública está instalada e número de habitantes correspondente

Fonte: Fundação SEADE

Assim, embora grande parte das cidades seja atendida pelos advogados dativos, tratam-se de cidades menos populosas. Além disso, cidades menores normalmente são menos suscetíveis a fenômenos migratórios, prisionais e de abandono de incapazes. Embora tal condição não possa ser empiricamente comprovada, é senso comum que em cidades pequenas a tendência à não localização de pessoas, que leva à citação por edital, bem como à existência de pessoas incapazes e que não tenham representantes legais é muito menor do que nos grandes centros.

Outro dado de relevo para o presente estudo é o fato de que a duração média entre a nomeação do advogado dativo e o pagamento da respectiva certidão de honorários pelo exercício da curadoria especial, que ocorre apenas com o encerramento do feito, é de 8,7 (oito inteiros e sete décimos meses). Nos processos mais longos, esta atuação durou cerca de 16 (dezesesseis) meses.

Esta informação demonstra que, na maioria dos processos em que há atuação de curador especial, o julgamento ocorre de maneira célere e não há interposição de recurso para instância superior. Se associarmos o fato de que, no primeiro semestre de 2011, foram julgados apenas 1.285 (mil duzentos e oitenta e cinco) processos pelo Tribunal de Justiça em que houve a atuação de curador especial, notamos que a interposição de recurso é, de fato, muito rara (em apenas 6,25% - seis por cento e vinte e cinco décimos - dos processos haveria a interposição de recurso, se considerarmos a quantidade de recursos julgados e de processos em que houve a atuação de curador especial no período indicado).

Segundo o movimento judiciário de feitos cíveis distribuídos no semestre em análise, foram distribuídos 1.079.793 (um milhão, setenta e nove mil, setecentos e noventa e três) novos processos.⁶¹⁷ Se compararmos com a quantidade total de curadorias especiais apontada, elas equivaleriam a apenas 1,9% (um por cento e nove décimos) do total de processos distribuídos no mesmo período.

Somados todos os processos em que houve a atuação de advogados conveniados no período de janeiro a junho de 2011, verificamos que ocorreu o pagamento de um total 295.847 (duzentas e noventa e cinco mil, oitocentas e quarenta e sete) certidões, sendo que apenas 3,47% (três por cento e quarenta e sete décimos) eram referentes à atuação em curadorias especiais, conforme demonstra o gráfico a seguir:

⁶¹⁷ Disponível em [<http://www.tj.sp.gov.br/Corregedoria/Estatisticas/>]. Acesso em 20/10/2011.

Gráfico 19 – Atuação de advogados dativos

Fonte: DPE/SP.

No que se refere ao emprego de recursos públicos, embora o montante utilizado para custear diretamente o exercício da curadoria especial seja alto (R\$ 5.436.126,24 – cinco milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, cento e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos), quando inserido no contexto da execução orçamentária total da Defensoria Pública, verifica-se que a despesa corresponde a apenas 2,16% (dois por cento e dezesseis décimos) do orçamento total da Instituição:

Gráfico 20 – Execução orçamentária DPE/SP e proporção de recursos empregados diretamente para custear a curadoria especial

Fonte: DPE/SP.

Ainda neste contexto, cumpre observar que o valor gasto com curadorias especiais, por semestre, para cada mil habitantes do Estado de São Paulo corresponde a R\$ 129,62 (cento e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos), o que equivale a, aproximadamente, R\$ 0,13 (treze centavos) por habitante/a cada seis meses.

Assim, a despeito do montante empregado com a curadoria especial, verifica-se que, proporcionalmente ao gasto total da Instituição, ele não possui impacto significativo. Além disso, o custo imposto para a sociedade, por cada mil habitantes, nos parece razoável. A clientela da curadoria especial atual não se mostra excessiva, mas em quantidade razoável e administrável, principalmente quando considerada a relevância desta atuação para a garantia do direito de ampla defesa.

Em que pesem estas considerações, conforme demonstrado, esta defesa dos vulneráveis processuais ocorre mediante o emprego de esforços e de dinheiro público, razão pela qual deve ser realizada da maneira mais efetiva possível. A relevância da atuação do curador especial deve ser reconhecida e o trabalho realizado deve ser cuidadoso e de qualidade.

A conscientização daqueles que desempenham tal função, dos advogados, dos litigantes em geral, dos magistrados e membros do Ministério Público, acerca das implicações que a atuação acarreta para o Estado, e dos benefícios que se espera sejam trazidos para o jurisdicionado, é de fundamental importância para que o exercício desta relevante função passe a ser reconhecido, seja cada vez mais eficaz e justifique o emprego dos recursos e a movimentação judiciária apontados.

8.4. A percepção dos defensores públicos sobre a atuação em curadorias especiais

Com o intuito de colher a impressão dos defensores públicos que atuam como curadores especiais no Estado de São Paulo, bem como verificar em que medida a curadoria especial é tida como meio apto à tutela dos vulneráveis processuais, foi aplicado um questionário àqueles que exercem esta atribuição institucional.

O questionário visou a, além de colher as percepções daqueles que desempenham quotidianamente esta função, obter informações sobre as principais hipóteses de atuação, as provas mais comumente produzidas e o êxito obtido nas demandas.

A aplicação do questionário contou com o apoio da Escola da Defensoria Pública, que se responsabilizou pelo envio dos formulários e pelo recebimento das respostas.⁶¹⁸ A elaboração do questionário, compilação e sistematização dos dados foi realizada pela autora.

O questionário compunha-se de 10 (dez) questões objetivas e, em quatro delas, havia um campo específico para a inclusão de impressões pessoais, além da possibilidade de agregar informações adicionais e observações ao final. O modelo de questionário empregado foi o seguinte:

⁶¹⁸ No ensejo, gostaríamos de registrar agradecimentos à Dra. Elaine Moraes Ruas de Souza, Diretora da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, pelo suporte prestado na realização de referida pesquisa com os defensores públicos.

1. Qual é a sua área de atuação?
☐ Cível
☐ Família

2. Você acha que a curadoria especial é importante?
☐ Sim
☐ Não

3. Você consegue estimar a porcentagem de sua atuação que se refere a réu revel, a incapaz e ao preso?
 ____% Revel
 ____% Incapaz
 ____% Preso

4. Quais são as matérias mais comumente alegadas em sua atuação como curador especial?
☐ Negativa Geral ☐ Honorários e Custas
☐ Nulidade da citação ☐ Condições da Ação e Pressupostos Processuais
☐ Desnecessidade de atuação de curador ☐ Necessidade de intimação pessoal para 475J
☐ Produção de provas ☐ Questões de mérito
☐ Legitimidade do Ministério Público e não da Defensoria
☐ Outros (especificar: _____)

5. Quando eu atuo como curador especial normalmente:
☐ Ocorre julgamento antecipado da lide
☐ Ocorre produção de prova ☐ documental
☐ pericial
☐ testemunhal

6. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do réu revel citado fictamente?
☐ Sim
☐ Não
 Por que: _____

7. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do preso?
☐ Sim
☐ Não
 Por que: _____

8. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do incapaz?
☐ Sim
☐ Não
 Por que: _____

9. Você acha que, como curador especial, é capaz de influir decisivamente na convicção do juiz e, consequentemente, na tutela jurisdicional que será prestada?
☐ Sim
☐ Não
 Por que: _____

10. Estime, se possível, a porcentagem de curadorias especiais ganhas? ____%

Observações Adicionais/Comentários: _____

A proposta do questionário foi a de permitir a colheita de percepções de maneira rápida e objetiva, garantindo-se o sigilo da identidade dos entrevistados. Algumas observações feitas pelos defensores sobre assuntos específicos serão mencionadas oportunamente, mantendo-se o sigilo de sua identidade. O resumo dos questionários aplicados está no Apêndice B do presente trabalho. Referido apêndice foi reduzido em relação ao banco de dados original, excluindo-se as opiniões e observações formuladas pelos respondentes, em razão de sua extensão.

Do total de defensores públicos que atuam como curadores especiais, 108 (cento e oito) responderam à pesquisa. Destes entrevistados, 72% (setenta e dois por cento) atua na área cível, 68% (sessenta e oito por cento) na área de família e 10% (dez por cento) na área de infância e juventude. As porcentagens consideram as respostas apresentadas, asseverando que há defensores que exercem a atividade em mais de uma área de atuação. O gráfico abaixo demonstra esta incidência:

Gráfico 21 – Área de atuação dos entrevistados

Fonte: Elaboração própria.

Em resposta à primeira indagação da pesquisa, a grande maioria dos entrevistados (88% - oitenta e oito por cento) demonstrou que entende que a curadoria especial é importante:

Gráfico 22 – Percentual de respostas sobre a importância da curadoria especial

Fonte: Elaboração Própria

Quando analisamos esta resposta por área de atuação do Defensor Público, concluímos que, independentemente desta, a quantidade de respostas que consideram a relevância da função é sempre alta:

Gráfico 23 – Importância da curadoria especial por área de atuação

Fonte: Elaboração própria.

O fato de a grande maioria dos defensores públicos considerar que a curadoria especial é importante demonstra, em linhas gerais, que a função é reconhecida como de relevância para a tutela dos direitos do curatelado, embora as respostas às perguntas seguintes ressaltem que há contrariedade sobre a medida da efetividade desta atuação.

A estimativa de porcentagem da atividade que se refere ao réu ausente, ao incapaz e ao preso, demonstrou que o exercício da função ocorre, em grande parte dos processos, em favor de réu revel citado por edital ou com hora certa (88% - oitenta e oito por cento). O gráfico a seguir demonstra esta incidência:

Gráfico 24 – Percentual de atuação referente ao réu revel citado fictamente, ao incapaz e ao preso

Fonte: Elaboração própria.

Cumpramos ressaltar que, dos entrevistados, 11 (onze) estimaram que a atuação relativa ao incapaz é igual a 0 (zero), e 12 (doze) nunca atuaram em favor de réus presos. Em um dos questionários foi relatada a impressão de que houve aumento da quantidade de atuações em favor de incapazes sem representante legal ou com interesses conflitantes com os de seu representante.

Alguns Defensores Públicos (9 - nove) não conseguiram estimar esta porcentagem, e, portanto, informaram isso no questionário, deixando a resposta em branco.

Ainda que as respostas sejam divididas por áreas de atuação, a incidência de defesas efetuadas em favor de réus revéis citados por edital é significativamente maior do que aquela realizada em favor de presos ou incapazes:

Gráfico 25 – Percentual por área de atuação do defensor público

Fonte: Elaboração própria.

As matérias mais comumente alegadas pelos defensores públicos no exercício da função de curador especial são a negativa geral e a nulidade da citação, seguidas pelas condições da ação e pressupostos processuais. Optamos por fornecer ao entrevistado algumas opções que consideramos mais frequentes - principalmente diante da análise da jurisprudência pertinente -, facilitando a resposta à pergunta, mas deixando a possibilidade de inclusão de outros assuntos.

O gráfico a seguir demonstra a incidência das matérias assinaladas como mais comumente alegadas:

Gráfico 26 – Matérias de defesa comumente alegadas pelo curador especial

Fonte: Elaboração própria.

Outros tipos de assuntos indicados, que não constam do rol previamente estabelecido, foram a prescrição (maior incidência de menções espontâneas), inclusive com indicação específica de cobranças de mensalidades escolares, títulos de crédito e prescrição intercorrente, e a correção de juros de mora apenas a partir da citação e do débito a partir do ajuizamento da ação. Além destes, também foram mencionadas a necessidade de citação pessoal prevista no art. 158, do ECA, a impugnação ao valor da causa, a inconstitucionalidade da taxa de incêndio cobrada pelo Município, a manutenção do ônus da prova ao autor, nulidades absolutas, normas de ordem pública e a legitimidade da Defensoria Pública para figurar como curador especial do réu, mesmo quando atua em defesa dos direitos do autor.

Indagados se quando atuam como curadores especiais normalmente ocorre o julgamento antecipado da lide ou a produção de provas, os defensores públicos, em sua maioria, aduziram que ocorre o julgamento antecipado da lide, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 27 – Produção de provas em curadorias especiais

Fonte: Elaboração própria.

Ainda sobre a questão do julgamento antecipado da lide, chamou a atenção o relato de um defensor público que aduz que, quando começou a atuar como curador especial esse tipo de julgamento era comum, mas que com a frequente interposição de recursos contra estas decisões o procedimento foi abolido em seu local de atuação.

Com relação ao tipo de prova mais comumente produzida nos processos em que exerce a função de curador especial, verificamos que a prova testemunhal corresponde a 43% (quarenta e três por cento) do total, enquanto a prova documental a 31% (trinta e um por cento) e a pericial a 25% (vinte e cinco por cento). Na área de Infância e Juventude a prova testemunhal corresponde à metade do total (50% - cinquenta por cento), enquanto na área de família corresponde a 42% (quarenta e dois por cento). O gráfico a seguir ilustra a incidência das respostas por área de atuação:

Gráfico 28 – Tipo de prova comumente produzida em curadorias especiais

Fonte: Elaboração própria.

Sobre a efetividade da atuação como curador especial, em relação ao réu revel citado fictamente, o índice de resultados demonstra a divergência entre os entrevistados, eis que praticamente metade entende que a atuação é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do ausente, enquanto a outra metade não vislumbra esta efetividade:

Gráfico 29 – Efetividade da atuação do curador especial na defesa do réu revel citado fictamente

Fonte: Elaboração própria.

Os defensores públicos que entendem que a atuação não é efetiva, na maioria das vezes, justificam sua opinião afirmando que, em grande parte dos processos, a defesa é feita por negativa geral, que acaba sendo recebida como incontrovérsia dos fatos. Alguns afirmam que o juiz sequer considera as matérias alegadas pelo curador e que raramente as acolhe, bem como que a ausência de elementos fáticos para rebater os argumentos da inicial prejudica sobremaneira o direito de defesa do réu. A atuação como curador especial é vista como uma obrigação legal, em que não há disponibilidade de meios para a produção de uma defesa técnica com a qualidade necessária à garantia da ampla defesa.

Informam que a ausência de contato com a parte acaba dificultando a possibilidade de defesa específica, que seria apta a afastar a procedência da ação, servindo apenas para sanear eventual nulidade do processo. A dificuldade de produzir provas em favor do revel também é apontada como óbice ao exercício de seus direitos.

Das afirmações colacionadas, aferimos que alguns defensores se sentem frustrados quando exercem curadoria especial, pois entendem atuar como fiscais da validade da citação e da regularidade formal do processo. Muitos ressaltam que a atuação se resume a alegar questões que poderiam ser conhecidas pelo magistrado de ofício.

Apenas três defensores invocam a sobrecarga de trabalho e a priorização a processos em que há interessados presentes para afastar a importância desta atividade.

Por outro lado, os defensores públicos que consideram efetiva sua atuação como curador especial em favor do réu revel citado fictamente sustentam, na maioria das vezes que, a despeito da dificuldade de apresentar defesa de mérito e fatos extintivos, modificativos ou impeditivos do direito do autor, no aspecto jurídico haveria a consecução de sua finalidade. Além disso, lembram que a atuação é efetiva no sentido de garantir a validade da citação ficta, ensejando nova tentativa de localização do ausente, que por vezes, é frutífera.

Afirma-se que a atuação do curador especial é importante também nas causas que versem apenas sobre direito. Com relação a matérias fáticas, em que há a necessidade de contato com a parte para obtenção de subsídios, a atuação não produziria muito resultado, mas mesmo assim sempre haveria benefícios. Diversos respondentes sustentam que sua atuação é capaz de influir decisivamente na convicção do magistrado que, não fosse isso, julgaria rapidamente o processo, bem como que há possibilidade de arguir questões de fundo em algumas ocasiões.⁶¹⁹

A garantia do devido processo legal foi invocada por grande quantidade deste grupo de defensores como um dos aspectos que tornam a curadoria especial efetiva. Alguns dos entrevistados informaram que sempre buscam a produção de provas. Além disso, a possibilidade de manter a criança no seio familiar, nos processos da infância e juventude, também foi invocada.

⁶¹⁹ Para ilustrar, transcrevemos o seguinte depoimento constante de um dos questionários: “Com minha atuação já obtive decisão favorável em execução de alimentos reconhecendo prescrição intercorrente e consegui o deferimento de pedido de diligências voltadas à localização do paradeiro do ausente. Em ações que envolvem alimentos, pedido de ofício à Caixa Econômica Federal para informar existência de conta vinculada de FGTS ativa permite a identificação da empresa depositante – é o atual empregador e permite a citação no endereço comercial. Pedido ao INSS sobre recolhimento de contribuição mensal indica a existência de vínculo empregatício e, também, a localização do endereço de trabalho”. Outra manifestação interessante é a seguinte: “Na área da família, normalmente é um pedido de divórcio ou alimentos. Na primeira ação, não há muito a se discutir no âmbito da curadoria especial. No caso da segunda, o pai é devedor de alimentos e só o fato de não se saber sua condição financeira já é argumento para requerer um percentual razoável na fixação da pensão. Assim, geralmente os valores estabelecidos são justos ou até inferiores ao que poderiam ser fixados, caso o pai fosse realmente encontrado. Na área cível, a grande maioria dos casos de curadoria refere-se a busca e apreensão ou dívidas de pessoas que há muito desapareceram. A discussão, em regra, é de direito e não sobre fatos”.

Para estes defensores, ainda que a defesa apresentada não seja ideal, ela serve para garantir o direito à ampla defesa do ausente em alguma medida. Compreendem eventual apontamento de nulidade ou de questões que ensejam julgamento parcialmente favorável como grande vitória para o jurisdicionado. Muitos dizem que se esforçam e fazem o possível para garantir o melhor resultado possível ao ausente, evitando excessos de condenação.⁶²⁰

No que se refere ao preso, diminui um pouco a quantidade de defensores públicos que entende ser efetiva a atuação do curador especial (45% - quarenta e cinco por cento), aumentando sobremaneira a quantidade de questionários em que esta pergunta não foi respondida (16% - dezesseis por cento).

Atribuímos a quantidade de ausências de resposta ao fato de que, em 12 (doze) questionários, foi apontado que o defensor público nunca exerceu a curadoria especial em favor de presos, razão pela qual a resposta a esta indagação ficou prejudicada.

O resultado das respostas a esta questão é ilustrado no gráfico abaixo:

Gráfico 30 – Efetividade da atuação do curador especial na defesa do réu preso

Fonte: Elaboração própria.

⁶²⁰ Como excessos, comumente são invocados a prisão civil, a condenação a juros de mora e correção monetária além do legalmente previsto, condenação excessiva a ressarcimento de danos, dentre outros.

Os comentários mais comuns, no que se refere à atuação como curador especial em substituição a réus presos, são no sentido de que deveria ser garantida a entrevista pessoal com o preso antes da realização da audiência, pois normalmente apenas neste momento é facultado o contato com ele.

A dificuldade do atendimento pessoal muitas vezes é atribuída ao fato de o preso estar em comarca distinta daquela em que tramita o processo.

Alguns entrevistados apontam a falta de entrevista pessoal como uma fragilidade, no sentido de que até o momento da audiência não há qualquer contato o preso. Entretanto, outros apontam esta oportunidade como positiva, ao argumento de que, em ao menos uma ocasião, é possível conversar com o preso e colher eventuais argumentos e provas para a garantia de sua ampla defesa.

Os defensores que admitem a efetividade desta atuação manifestam-se no sentido de que a possibilidade de contato prévio é muito importante, principalmente por ensejar a possibilidade de requerer a produção das provas indicadas pelo interessado. O simples fato de o preso poder prestar depoimento pessoal é apontado como garantia de ampla defesa e da oitiva de sua versão dos fatos. Um dos relatos indica que a presença física do réu também serve para inibir a tendência do julgador a desconsiderar a versão da parte ausente.

Muitos respondentes apontam que há ocasiões em que conseguem contatar e entrevistar algum parente próximo da pessoa em situação de prisão, que lhe fornece elementos (narrando a versão dos fatos, apresentando documentos, indicando testemunhas, dentre outros) para a apresentação da defesa. Assim, embora por vezes não seja possível o contato direto com o preso, esta entrevista com a família pode ser de grande valia.

Um dos entrevistados disse requerer a intimação pessoal do preso para indicar as provas que pretende produzir (inclusive testemunhas). Nos casos de ação de destituição do poder familiar, também requer a avaliação psicológica que, embora ocorra, muitas vezes é desconsiderada face à vulnerabilidade social, que acaba refletindo na sentença.

Alguns apontam, na área de família, que nas ações de alimentos, ao alegar a incapacidade financeira do réu, é possível tutelar seus interesses, assim como nas ações de guarda, garantindo a fixação do regime de visitas a ser exercido após o cumprimento da pena.

Na grande maioria das respostas, independentemente da impressão do defensor acerca da efetividade ou não de sua atuação, o senso comum demonstra que, estando a parte em local determinado, o contato prévio poderia servir para viabilizar o contraditório e a ampla defesa. O que se verifica, entretanto, é que este contato não tem sido garantido de maneira sistematizada.

Os entrevistados tentam suprir esta ausência contatando a família, enviando cartas, solicitando a requisição para audiência, bem como o depoimento pessoal do interessado. De fato, chama a atenção que não exista, até o momento, uma maneira que permita o contato apropriado entre o interessado e o defensor público antes da apresentação da defesa.

No que se refere ao incapaz, a proporção das respostas que reconhece a efetividade da atuação aumenta significativamente, chegando a 60% (sessenta por cento). O grande número de respostas em branco é atribuído ao fato de que 11 (onze) defensores públicos esclareceram nunca ter exercido a função de curador especial em favor de incapazes. O gráfico abaixo demonstra o percentual das respostas:

Gráfico 31 – Efetividade da atuação do curador especial na defesa dos incapazes sem representante legal ou cujos interesses sejam conflitantes com os de seu representante

Fonte: Elaboração própria.

Atribuímos a elevação da quantidade de respostas positivas ao contato que o defensor pode manter com o incapaz, obtendo elementos que permitam uma atuação mais efetiva em seu favor. Também é apontado como fator de efetividade a habitual realização de audiência nas demandas em que o curador atua na tutela dos direitos do incapaz.

A possibilidade de produção de provas é apontada como o grande diferencial da efetividade da atuação do curador especial nas situações que envolvem incapazes sem representante legal ou em conflito de interesses com o seu representante.

Com relação ao conflito de interesses, os entrevistados apontam que normalmente este conflito não é real, mas meramente processual, como por exemplo em ações de reconhecimento de união estável *post mortem*, em que o filho do casal figura no pólo passivo; ou em casos de investigação de paternidade movida em face de irmãos representados pela mesma genitora.

Sobre os processos de interdição, um dos respondentes afirma que o incapaz acaba sendo vítima de internações compulsórias, interdições provisórias sem laudos ou com laudos inconsistentes, interdições definitivas com perícia inconsistente e sem a realização de interrogatório. Neste sentido, a atuação do curador especial serviria para evitar estas condutas, contribuindo para a fixação, de forma mais precisa, dos limites de eventual interdição, além de ensejar a periódica prestação de contas.

Um dos entrevistados relata haver uma gradativa “mudança de postura” em relação ao direito de defesa do incapaz, sendo os argumentos apresentados considerados com mais cautela e, muitas vezes, inclusive acolhidos.

Outro relato demonstra a frustração diante da impossibilidade de suprir as demais necessidades do curatelado, principalmente quando desprovido de representante legal. Na ponderação, fica clara a dificuldade prática de dissociação da curadoria de direito material da curadoria processual, de modo que o sentimento de que esta última não é suficiente para tutelar toda a sua gama de direitos do incapaz evidencia que a atuação estritamente processual não exclui a vulnerabilidade daquele que permanece sem representação para os demais atos de sua vida civil.

Na área da Infância e Juventude os relatos demonstram que o curador tem agido na defesa de crianças e adolescentes em entidades de acolhimento institucional, que talvez não tivessem sua opinião considerada se não fossem substituídas por ele no caso concreto. Além disso, há manifestação sobre a importância de que o incapaz tenha voz própria no processo.

Dois entrevistados entendem que esta atuação em prol de incapazes deveria ser suprida pelo Ministério Público.

Com relação à possibilidade de influir decisivamente, de modo geral, na convicção do juiz e, conseqüentemente, na tutela jurisdicional que será prestada, quantidade significativa das respostas (57% - cinquenta e sete por cento) entende que sua atuação é capaz de interferir no resultado do julgamento do processo:

Gráfico 32 – Capacidade de influenciar na decisão judicial

Fonte: Elaboração própria.

A quantidade de respostas afirmativas diminui quando separamos os entrevistados que atuam na área da Infância e Juventude, onde a incidência de respostas em branco também superou a das demais áreas de atuação. O gráfico a seguir ilustra as respostas a esta pergunta, separadas por área de atuação:

Gráfico 33 – Capacidade de influenciar na decisão judicial por área de atuação

Fonte: Elaboração própria.

As respostas apresentadas no sentido de que a curadoria especial é efetiva afirmam que, quando exercida com o comprometimento e a qualidade que lhe são inerentes, os juízes a veem com outros olhos, inclusive com a perspectiva de que poderá haver a interposição de recursos contra as decisões proferidas.

Além disso, também é recorrente o argumento de que determinadas nulidades e questões processuais, a despeito de poderem ser conhecidas de ofício pelos magistrados, acabariam passando despercebidas se não houvesse a alegação pelo curador, que acaba sendo determinante para que haja maior cuidado na condução do processo. Por esta razão, a atuação do curador legitimaria a prestação da tutela jurisdicional, garantindo alguma equivalência entre os litigantes.

A possibilidade de influenciar na prestação da tutela jurisdicional é mencionada como fator determinante para garantir, ainda que esporádica ou parcialmente, a observância dos direitos da pessoa substituída.⁶²¹

⁶²¹ Nesse sentido, transcrevo o seguinte relato de um dos entrevistados: “Ainda que em pequena escala, temos conseguido algum sucesso na obtenção sentenças de improcedência, reconhecimentos de nulidade, principalmente de citação, prescrição, ordens de emenda de inicial e extinção sem julgamento de mérito por vícios processuais alegados em contestação”.

Para muitos, a possibilidade de influenciar ou não na tutela jurisdicional que será prestada depende do tipo de argumento utilizado, sendo recorrente a afirmação de que, quando há possibilidade de arguir nulidades ou outras questões processuais a atuação é mais eficaz. A atuação seria efetiva, portanto, para garantir a observância do devido processo legal.

No que se refere às respostas que consideram que a atuação não é efetiva, algumas afirmações foram no sentido de que: os juízes não levam em conta o afirmado pelo curador; a atuação chega a ser criticada por atrasar o processo; as preliminares invocadas sequer são analisadas; a ausência de contato com os interessados torna o curador mero fiscal do cumprimento das formalidades legais; a defesa apresentada normalmente é por negativa geral, de modo que os assuntos poderiam ser conhecidos de ofício pelo próprio magistrado. Foi dito, também, que o fato de ter ou não curador especial atuando não influi no resultado do julgamento da ação, pois o juiz analisa as provas disponíveis para decidir, sendo a atuação do curador mera formalidade.

A porcentagem média estimada de curadorias especiais ganhas é equivalente a 10,45% (dez por cento e quarenta e cinco décimos). Do total de entrevistados, 24 (vinte e quatro) não conseguiram estimar este índice. O menor índice de êxito indicado foi de 0% (zero por cento) e o maior de 40% (quarenta por cento). Em que pese esta diferença significativa, cumpre esclarecer que mais da metade das respostas oscilou entre 15 (quinze) e 5% (cinco por cento) de êxito estimado.

O gráfico abaixo demonstra o desvio das respostas dos entrevistados que responderam a esta pergunta, com a porcentagem indicada livremente e quantidade de respostas que a ela corresponde:

Gráfico 34 – Porcentagem de curadorias especiais ganhas e quantidade de respostas para cada percentual estimado

Fonte: Elaboração própria.

O índice de êxito diminui para 7,5% (sete e meio por cento) quando restringimos a área de atuação à infância e juventude, alcançando quase 12% (doze por cento) se considerada apenas a área cível de atuação. O gráfico subsequente demonstra as respostas divididas por área de atuação dos entrevistados:

Gráfico 35 – Porcentagem estimada de curadorias especiais ganhas por área de atuação

Fonte: Elaboração própria.

Sobre esta última pergunta, que solicita que o defensor público estime a porcentagem média de curadoria especial ganhas, além da dificuldade de aferir tal porcentagem e das diferenças entre as respostas apresentadas, percebemos que muitos dos entrevistados fizeram questão de deixar claro que o êxito baixo não corresponde à ausência

de efetividade de atuação. Vários dos questionários apontam não concordar com esta forma de gradação da importância do papel desempenhado pelo curador especial.

Foi afirmado que as vitórias podem ser parciais, sobre determinados assuntos, e que o êxito deve ser observado sob a ótica da promoção do devido processo legal, da regular citação do réu, da preservação dos direitos de incapazes, e da capacidade de influir em decisões que possam mitigar a situação de fragilidade do curatelado. Esses aspectos são considerados como grandes sucessos por parcela dos entrevistados.

Os êxitos, ainda que em pequena quantidade ou parciais, revelariam a aplicação da justiça, foi escrito por um dos entrevistados. Outro respondente afirmou que o resultado que considera favorável é o sentimento de ter feito o possível e zelado pelo cumprimento das normas processuais que garantem a ampla defesa e o contraditório. Ainda, em uma das respostas, foi afirmado que embora pareça contraditório, a despeito de não achar que sua atuação seja efetiva na maioria das vezes, entende que a curadoria especial é muito importante.

Observações e comentários frequentes seguiram esta mesma linha, de que a curadoria especial é importante não apenas para garantir a ampla defesa, mas também o devido processo legal e o regular andamento do feito, repetindo impressões já transcritas acima.

Para os mesmos 3 (três) respondentes que já haviam suscitado essa questão antes, foi invocada a sobrecarga de trabalho, falta de estrutura e a prioridade na atuação em processos em que as partes estão “presentes”. Um dos entrevistados inclusive sustentou que a atuação em favor de partes economicamente suficientes deveria ser prestada por advogados remunerados através de honorários fixados pelo juízo e não pela Defensoria Pública, que deveria cuidar apenas das causas em que a pessoa for economicamente hipossuficiente.

Os resultados demonstram que a grande maioria entende que a curadoria especial é importante, embora haja divergência quanto a sua efetividade, cujo grau varia quando abordamos a defesa do réu revel citado fictamente, do preso e do incapaz.

A ausência de possibilidade de contato com a parte (revel, presa ou incapaz) é comumente indicada como um dos desafios ao bom desempenho da curadoria especial, mas grande parcela dos entrevistados aponta que, mesmo com esta limitação, o exercício da curadoria especial colabora para a observância do devido processo legal e da ampla defesa. A maioria dos respondentes também admite que sua atuação seja relevante a ponto de influir na convicção do magistrado e, portanto, influenciar na tutela jurisdicional que será prestada, o que demonstra que a atuação não é apenas formal, mas envolve dedicação e empenho.

O percentual médio de êxito, embora de difícil aferimento (tanto que diversas respostas ficaram em branco) e, a despeito de contestado como forma de demonstrar a importância da curadoria especial, também serve, no nosso sentir, para ilustrar como este mecanismo pode ser diferencial para garantir o exercício, com plenitude, dos direitos do vulnerável processual. Conforme asseverado por diversos entrevistados, ainda que a curadoria especial seja eficiente apenas para a observância da regularidade processual ou para impedir excessos de condenação ou injustiças, esta parcela dos direitos do vulnerável que é tutelada por sua atuação é suficiente para justificar a existência desta função institucional.

8.5. Síntese do capítulo

Diante das informações colhidas e apresentadas neste capítulo, o presente item será utilizado para, além de correlacionar e sistematizar estes dados, tecer conclusões acerca dos resultados obtidos.

O levantamento de informações que pudessem subsidiar a tese de que a curadoria especial é mecanismo efetivo de tutela da vulnerabilidade processual foi dividida em quatro aspectos principais.

Primeiramente, apontamos como o curador especial pode atuar nas diversas fases do processo de modo que sua presença seja apta a garantir o devido processo legal e o direito ao contraditório. Sob esta ótica, demonstramos, inclusive com o apontamento de

julgados a respeito de cada assunto tratado, que a presença do curador pode ser especialmente valiosa na indicação de nulidades, pressupostos processuais e condições da ação, pode apontar matérias de direito e, às vezes, até de fato, e pode levar à produção de provas em favor do interessado, influenciando decisivamente no resultado do julgamento.

Em segundo lugar, demonstramos como a atuação do curador especial tem repercutido nos Tribunais pátrios, através da análise de julgados do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. No que se refere aos dois primeiros Tribunais, a pequena quantidade de julgados versando sobre este assunto demonstra a dificuldade no preenchimento dos requisitos legais de admissibilidade de Recursos Especiais e Extraordinários, bem como a baixa litigiosidade que permeia os processos em que há atuação de curador especial que, nos mais das vezes, contenta-se com a interposição de recurso às instâncias ordinárias, a despeito de sua atuação ter como objetivo tutelar valores constitucionais como o contraditório e a ampla defesa. Além disso, aponta que estes processos não oneram numericamente estas Cortes de maneira significativa.

No que se refere ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o panorama mostrou-se diferente. Foi identificada uma quantidade grande de decisões que tratam da curadoria especial, tendo sido extraídas informações significativas acerca da efetividade desta atuação.

A pesquisa foi especialmente importante para demonstrar que grande parte dos julgados analisados refere-se a recurso do curador especial ou da parte contrária sobre o mérito ou requisitos formais do processo, não atinentes ao próprio curador (47% - quarenta e sete por cento). Neste contexto, a quantidade elevada de acórdãos cujo resultado foi favorável ou parcialmente favorável ao curador especial (45% - quarenta e cinco por cento), demonstra que a sua atuação contribui sobremaneira para a tutela dos interesses do vulnerável processual, mormente quando consideramos que, na maioria dos casos, não há recursos contra as decisões proferidas pelos Tribunais de Justiça (em cotejo com a pequena quantidade de decisões sobre este tema encontradas no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça).

Além dos recursos mencionados, os principais assuntos tratados no Tribunal de Justiça versam sobre nulidades de citação, necessidade ou não da atuação do curador, verba honorária/custas e sucumbência, necessidade de intimação pessoal para a incidência da multa prevista no art. 475-J, CPC, dentre outros.

Em que pese a quantidade numérica de acórdãos que tratam da atuação do curador especial seja elevada, quando este número é comparado com dados totais de recursos julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nos últimos anos, verifica-se que a proporção é muito pequena, o que corrobora com a afirmação de que esta atuação não onera excessivamente o Estado.

A terceira abordagem correlacionou dados sobre a atuação do curador especial no Estado de São Paulo, a quantidade de processos em que esta atuação ocorre e os recursos empregados diretamente para o custeio desta atividade. Desta análise, percebemos que a quantidade de processos em que há a atuação do curador especial corresponde a pequena parcela do movimento judiciário total e das nomeações feitas a advogados dativos inscritos no convênio mantido entre a Defensoria Pública e a OAB/SP. Além disso, o custo comparativo mostrou-se moderado, tanto no que se refere ao orçamento total da Defensoria Pública, responsável pelo custeio do exercício desta função, quanto no que se refere ao valor médio empregado para cada mil habitantes no Estado.

Por fim, o quarto aspecto analisado baseou-se nas impressões pessoais e técnicas sobre a curadoria especial, de defensores públicos do Estado de São Paulo que exercem esta função.

Neste último tópico, as respostas às perguntas formuladas através de questionário aplicado aos defensores, demonstram que a curadoria especial é importante, na medida em que serve para a garantia da observância do devido processo legal, da paridade de armas e do contraditório. Além disso, não houve percentual significativo de entrevistados que a veem como sobrecarga de trabalho ou como atuação secundária mas, ao revés, é tida pela maioria como necessária para a tutela, ainda que mínima, dos direitos do vulnerável processual.

De todo o exposto, concluímos que há um senso comum de que a atividade do curador especial é importante, pois visa garantir direitos de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade. A relevância da atuação não tem sido diretamente associada à sua efetividade no sentido de obtenção de êxito (resultados favoráveis em sentenças e recursos), mas sim à busca da consecução dos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, bem como da obrigação legal, - e também moral -, de garantir a todos os litigantes uma defesa mínima.

Da análise dos questionários e dos julgados restou claro que esta defesa está ocorrendo e vem sendo desempenhada com afinco, embora faltem diretrizes e estratégias que pudessem melhor direcionar esta atuação e torná-la mais eficiente.

A grande maioria dos defensores públicos entrevistados não nega que esta função seja de competência da Instituição, nem invoca excesso de trabalho ou falta de estrutura para seu exercício, embora em algumas respostas fique nítida a falta de clareza sobre os objetivos desta atribuição institucional.

Conjugadas estas informações com aquelas colhidas sobre a quantidade da demanda que envolve a atuação de curadores especiais, bem como o gasto direto para com esta atividade, verificamos que o custo para sua manutenção, ao menos atual, não é impeditivo nem de grande vulto, principalmente se considerado que o exercício da curadoria especial destina-se à superação dos fatores de desigualação e de suscetibilidades no processo.

A baixa incidência de recursos no Tribunal de Justiça Estadual sobre o assunto, em comparação com a quantidade total de julgados, reflete não apenas a pequena demanda que envolve este tipo de atuação – tanto quando considerado o movimento judiciário total, como quando considerado o manejo de processos por defensores e advogados conveniados -, mas também demonstra que ainda há espaço para que a atuação do curador especial se torne mais efetiva, eficiente e, quiçá, combativa.

Verifica-se, ainda, uma dificuldade de compreensão, tanto daqueles que exercem a função de curador especial, como dos operadores de direito em geral. Este desconhecimento dos objetivos da atividade pode levar o juiz a desconsiderar seus

argumentos e diminuir sua importância, mormente diante dos anseios da parte contrária de ver seu processo celeremente decidido.

Por esta razão, a busca pela maior efetividade da atuação traz ínsita a necessidade de adoção de uma postura mais ativa do curador especial, no sentido de buscar argumentos para a defesa, requerer a produção de provas e de recorrer de decisões desfavoráveis, quando necessário. Diversos temas polêmicos que se referem à atuação do curador (como a possibilidade de demandar, de utilizar a intervenção de terceiros, dentre outros), encontram pouco respaldo na jurisprudência, o que leva a crer que são raramente suscitados na prática. Uma atuação ativa do curador e focada nos princípios constitucionais que busca assegurar, além de apta à defesa do vulnerável, também pode contribuir para a finalidade didática sobre a utilidade/necessidade desta função.

A tendência à celeridade da prestação jurisdicional pode induzir ao diagnóstico de que a curadoria é mera formalidade, despida de efetividade, e que apenas contribui para a sobrecarga do Judiciário. Pelo contrário, a curadoria é mecanismo que impede que os processos fiquem obstados, permitindo o seu curso normal, ainda que o réu não seja encontrado, ainda que o incapaz não tenha uma representação adequada e ainda que a parte esteja presa. Se a curadoria contribui para a regular tramitação do feito, o curador especial deve ter a oportunidade de manifestar-se com igualdade, ter suas alegações devidamente apreciadas, enfim, tutelar os direitos do vulnerável processual adequadamente, contando com a colaboração do magistrado, da parte contrária e de eventuais litisconsortes. A cooperação para que o processo transcorra de maneira adequada e para que seja prestada a tutela jurisdicional justa é de fundamental importância.

Explica Mancuso que o afã da inserção de “meios aceleratórios/obstativos voltados ao rápido deslinde de ações e de recursos, ou mesmo a impedir/dificultar sua formação ou prosseguimento, atrai perigosamente o risco de infringência ao núcleo duro dos direitos processuais das partes, sinteticamente representados no binômio contraditório-ampla defesa, mas que incluem, também, o respeito à igualdade no processo e perante ele; o direito à prova em simetria com a natureza dos fatos da lide; o direito à congruência entre a decisão e o objeto litigioso [...]”, dentre outros.⁶²²

⁶²² MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Acesso à Justiça. Condicionantes Legítimas e Ilegítimas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 9.

Isso demonstra que não é possível que, para enfrentar a crise numérica, as garantias legais sejam flexibilizadas ou ignoradas. Não é válido diminuir o tempo de tramitação do processo se isso ocorre em detrimento da certeza do direito. Se se trata de uma atividade que impede que os processos fiquem parados por motivos a que o autor não deu causa, deve ser adequadamente observada e respeitada. Por respeitada entendemos que tanto o julgador quanto as partes, como o próprio curador, devem compreender a razão de sua existência e permitir que, através desta substituição processual, o vulnerável processual possa expressar minimamente sua vontade.

A curadoria especial demonstra ser eficaz, ao atender ao interesse público e constitucional. É meio legítimo para garantir a ampla defesa. Entretanto, notamos que possui, ainda, uma eficácia potencial que não tem sido alcançada em sua totalidade. O consenso acerca de sua importância, ou melhor, da importância de existirem mecanismos que garantam o contraditório e a ampla defesa dos litigantes em juízo, acaba sendo flexibilizado diante de outras prioridades.

Além da questão da celeridade processual, o custo e o emprego de esforços também são invocados como desvantagens desta atuação, o que já demonstramos não ser o foco central do problema. A clientela atual é adequada, isto é, a quantidade de processos em que há a atuação de curadores especiais não é exacerbada. Além disso, cumpre ressaltar que esta clientela (ausente, preso e incapaz) não é passível de usufruir de meios alternativos de resolução de controvérsias, até pela condição inerente ao seu estado de vulnerabilidade. Ao autor não resta outra alternativa que não recorrer ao Poder Judiciário quando está diante de partes ausentes, presas ou incapazes. Mais um motivo a legitimar a defesa pelo curador especial.

A importância da atuação também não deve ser subestimada em comparação com as demais atribuições institucionais da Defensoria Pública, por exemplo. Como já demonstrado, a quantidade de processos que exige a presença do curador especial não serve para desbalancear a prestação do serviço, de modo que se dê mais atenção ao curatelado do que ao assistido economicamente hipossuficiente. Além disso, esta comparação não condiz com a prestação de assistência jurídica integral, em todos os graus, aos necessitados (entendidos em sentido amplo).

Outro ponto de fundamental importância é o fato de que, não é porque muitas vezes não é possível manter contato com o interessado, que a atuação deva ser tida como secundária ou deva ser preterida. É justamente esta circunstância que impede a parte de exercer com plenitude seus direitos que enseja a atuação do curador especial.

A maior efetividade da curadoria especial perpassa pela conscientização da relevância desta função. Uma atuação formal e descompromissada, encarada pelo Poder Judiciário como mera formalidade não cumpre, de fato, com os seus objetivos. Mas não é essa a conclusão que se extrai da aplicação do questionário aos defensores públicos, muito menos da análise da jurisprudência do Tribunal de Justiça. O curador especial faz a diferença e pode potencializar sua atividade se houver uma melhor gestão destes recursos, no sentido de unir as teses que são mais recorrentes, zelar pela produção de provas e pela aplicação das regras que regem a curadoria especial (como a não incidência dos efeitos da revelia, a não inversão do ônus da prova, dentre outras abordadas em capítulos anteriores).

Haveria alternativas ao legislador, caso preferisse optar por outros mecanismos, em detrimento da curadoria especial. Outras soluções possíveis seriam a suspensão do processo, a simples não incidência dos efeitos da revelia,⁶²³ cabendo ao juiz a justa condução do feito, a existência de recurso específico para a parte prejudicada,⁶²⁴ dentre tantas outras possibilidades.

⁶²³ A legislação espanhola prevê que “la declaración de rebeldía no será considerada como allanamiento ni como admisión de los hechos de la demanda, salvo los casos em que la ley expresamente disponga lo contrario”. Além disso, no processo civil espanhol, há expressa previsão de que o réu revel será pessoalmente intimado da sentença. Sobre este mecanismo sustenta Debora Fioratto que “garante o respeito ao devido processo, já que obriga o autor a provar os fatos alegados em juízo que constituem o seu pedido e a obrigação do réu e, não impõe um efeito danoso ao réu revel, como se verifica no processo brasileiro em que se admite o exame antecipado de mérito justamente porque o fato não contestado pelo réu será reputado como verdadeiro pelo juiz (art. 330, II, do CPC)”. (FIORATTO, Débora Carvalho. Estudo de Direito Processual Civil Comparado – o Instituto da Revelia nos Ordenamentos Jurídicos Brasileiro e Espanhol. *In Revista Ciência Jurídica*. vol. 152, mar./abr. 2010. p. 254). Embora, sobre este assunto, Leonardo Greco advirta que o contraditório participativo “precisa ser efetivado até em relação às questões que, por expressa previsão legal, deve apreciar de ofício, como as relativas às condições da ação ou à falta de pressupostos processuais que possam acarretar nulidades. Atualmente, os direitos francês, italiano e português possuem disposições expressas estabelecendo que os juízes não podem decidir de ofício nenhuma questão sem ouvir antes as partes”. (GRECO, Leonardo. *Instituições de Processo Civil*. vol. 1, cit., p. 541). Destacamos.

⁶²⁴ É o caso de França e Alemanha em que se concede o recurso de oposição, e do direito espanhol, que permite a rescisão da sentença transitada em julgado pelo revel. (CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 3, cit., p. 467). Explica Debora Fioratto que, no direito espanhol, “a ação de rescisão será procedente sempre que o revel tenha permanecido em constante revelia decorrente de força maior ininterrupta, impedindo que o réu comparecesse em todos os momentos do processo, ainda que tenha tomado conhecimento do processo por meio de citação ou intimação regular. Essa

Entretanto, o ordenador brasileiro elegeu a curadoria especial como a forma de tutela cabível ao vulnerável processual. Esta escolha não é atual, mas foi feita e vem sendo mantida desde as Ordenações do Reino. A manutenção do dispositivo demonstra que tem cumprido com o papel para o qual foi criado. Em nossa opinião, trata-se de mecanismo adequado e eficaz. É legítimo e atende ao interesse público de permitir a justa prestação da tutela jurisdicional. O curador especial zela, quer quando tutela o ausente, o preso ou o incapaz, pelo devido processo legal, além de equilibrar a relação processual e garantir a ampla defesa.

O direito ao contraditório e à ampla defesa – constitucionalmente previsto - é garantido pela atuação do curador especial. Aí está a maior demonstração da efetividade de sua atuação. A efetividade da curadoria especial é, justamente, sua aptidão para a defesa dos direitos daquele que está em condição de vulnerabilidade processual.

ação também será procedente desde que o réu comprove desconhecimento do processo e da ação, já que quando citado ou intimado por cartão (cédula) ele não obteve a posse desse cartão por não ser imputável. *E, finalmente, essa ação poderá ser proposta quando o réu permanecer em constante revelia por desconhecer a ação ou o processo, já que a citação ou intimação se efetivou por edital e o réu esteve ausente do lugar em que tenha sido tramitado o processo e de qualquer outro lugar do Estado cujos Boletins Oficiais tenham sido publicados*”. (FIORATTO, Débora Carvalho. Estudo de Direito Processual Civil Comparado – o Instituto da Revelia nos Ordenamentos Jurídicos Brasileiro e Espanhol, cit., p. 260 e 261). Destacamos. Sobre o ordenamento alemão, Umberto Bara Bresolin ressalta que “o réu contumaz deve ser intimado pessoalmente da sentença e pode, num prazo que varia em geral de uma a duas semanas a contar da intimação, interpor recurso de oposição (Einspruch – ZPO §338), pelo simples fato de ter sido proferida sentença contumacial contra ele, sem precisar justificar os motivos de sua ausência”. (BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e Seus Efeitos*, cit., p. 47). Na Itália, mesmo com a reforma de 1990, entende-se que a revelia não acarreta efeitos punitivos. “O processo civil italiano considera a contumácia como simples inatividade da parte, sem lhe atribuir efeitos específicos.” (CARVALHO, Milton Paulo de. *Efeitos da Revelia (Exame Comparativo do Assunto nas Legislações Processuais Cíveis Alemã, Italiana, Portuguesa e Brasileira)*, cit., p. 23).

9. CONCLUSÃO

1. A vulnerabilidade, que consiste na especial dificuldade do sujeito de exercitar seus direitos com plenitude perante o sistema de justiça, pode ser verificada no âmbito do processo, quando o litigante, em razão de situação determinada, esteja especialmente suscetível para a prática de atos processuais. A vulnerabilidade pode, portanto, ser reconhecida como decorrência de um aspecto particular da relação, que não condiz com o sujeito em si, mas com a sua inserção em determinado contexto. Sob este prisma, podemos falar em “vulnerabilidade processual”, que ocorre quando o litigante, em razão de circunstância processual determinada, está em condição de fragilidade na relação e, por esta razão, encontra dificuldades para o exercício de seus direitos. Trata-se de situação específica, que dificulta ou impede a parte de exercitar plenamente seus direitos no âmbito do processo.

2. Situações processuais específicas, em que princípios constitucionais não sejam observados ou sejam relativizados, podem levar à configuração da vulnerabilidade processual de determinado litigante, que deverá receber especial atenção do Estado em virtude desta condição.

3. O princípio da igualdade, reconhecido como orientador da democracia, norteia um sistema incluyente e que se preocupa com a tutela de grupos vulneráveis. O próprio reconhecimento da vulnerabilidade decorre do princípio da igualdade, na medida em que apenas pode ser considerado igual aquele que não está subjulgado por outro. No âmbito do processo, a igualdade implica no recebimento de tratamento igualitário pelos litigantes, para que tenham as mesmas oportunidades de fazer valer suas razões em juízo. O processo deve ser organizado de forma a evitar privilégios e a corrigir desigualdades, com o emprego de técnicas processuais, pelo legislador e pelo juiz, que possibilitem esta finalidade, principalmente porque as partes nem sempre possuem as mesmas condições econômicas, sociais e técnicas. Neste sentido, o tratamento desigual se justifica para permitir a superação de eventuais óbices e garantir a necessária paridade aos litigantes, mormente quando o desequilíbrio surge no próprio plano processual. A utilização de

critérios distintivos é válida, neste contexto, para a manutenção da isonomia, principalmente quando considerada a especial vulnerabilidade de uma das partes.

4. O princípio do contraditório, por sua vez, baseia-se na informação e na possibilidade de reação, garantindo à parte condições efetivas de participar da relação processual, influenciando na formação da convicção do magistrado, em igualdade de condições com os demais litigantes. As partes devem ser ouvidas e poder expor ao julgador os argumentos que pretendem ver acolhidos, de modo que sua participação colabore para a legitimação da decisão que será proferida. Eventual desequilíbrio no contraditório - que envolve os elementos informação, possibilidade de reação e participação - pode resultar na prestação de uma tutela jurisdicional injusta.

5. O art. 9º do Código de Processo Civil elenca as situações em que haverá a atuação do curador especial: réu revel citado fictamente, incapaz sem representante legal ou cujos interesses sejam colidentes com os de seu representante, e réu preso. Nestas hipóteses, há a configuração da vulnerabilidade processual da parte, diante da patente dificuldade de exercitar com plenitude seus direitos no processo.

6. No que se refere ao réu revel citado por edital ou com hora certa, verifica-se que estas formas de citação mitigam o princípio do contraditório, porque o elemento informação - que visa permitir a reação e, via de consequência a participação-, não está configurado de maneira confiável, pois não se pode assegurar que o réu possui conhecimento do processo contra ele ajuizado. Reconhecida a vulnerabilidade técnica e informacional, sua defesa é garantida mediante o exercício da curadoria especial, critério distintivo legítimo em razão da condição de desequilíbrio em que está o réu. A atuação do curador é forma de conferir efetividade ao contraditório obtido de maneira precária, por meio de uma presunção legal, além de evitar que o processo fique indeterminadamente obstado. Busca impedir o absoluto cerceamento do direito de defesa através do restabelecimento do equilíbrio processual, garantindo a isonomia processual e reduzindo a desigualdade gerada pela citação presumida. Permite um tratamento paritário que garanta que o processo se desenvolva segundo os princípios do contraditório e do devido processo legal. O curador especial, portanto, compensa a suscetibilidade causada pela ausência do réu.

7. A incapacidade é fator de vulnerabilidade que demanda especial atenção do Estado. Nas situações em que o incapaz não possua representante legal ou quando seus interesses colidam com os de seu representante, ser-lhe-á dado curador especial para a defesa de seus direitos no processo específico em que figura como parte, para que possa litigar em condições equânimes. É medida assecuratória dos interesses processuais do incapaz, que tutela sua vulnerabilidade (processual) constatada no caso concreto.

8. A privação da liberdade também acarreta limitação à possibilidade de prática de atos processuais. A previsão de atuação do curador especial em favor do réu preso decorre de sua dificuldade para contratar advogado, reunir provas e acompanhar o processo. A situação de prisão inegavelmente retira sua ampla possibilidade de defesa, de modo que a atuação do curador especial é forma de garantir a equalização da relação processual e o exercício desta defesa com plenitude.

9. O mecanismo da curadoria especial remonta às Ordenações do Reino, que estabeleciam que aos menores seria dado curador especial para a lide, que jurava defender-lhes o melhor que pudesse. A curadoria à lide foi mantida no Decreto n. 737, de 1850, que já previa a designação de curador especial ao réu citado por edital que permanecesse revel, e ao preso, ainda que possuísse advogado constituído. Tais dispositivos foram mantidos nas legislações posteriores, com pequenas alterações. O Código de Processo Civil de 1939 manteve a nomeação de curador especial ao incapaz sem representante legal ou cujos interesses conflitassem com os de seu representante e incluiu a nomeação de curador ao revel citado com hora certa, mantendo esta previsão caso a revelia decorresse da citação por edital. Além disso, restringiu a atuação do curador especial em favor do preso aos casos de revelia. No Código de Processo Civil atual, tais disposições foram reiteradas no art. 9º.

10. Embora a curadoria especial não constasse do rol de atribuições previsto na Lei Orgânica nacional do Ministério Público, esta atividade foi por ele desenvolvida em alguns Estados da Federação que, inclusive, a regulamentaram. No Estado de São Paulo ela foi exercida, a par da função de *custos legis*, até o ano de 1991. Principalmente em razão do advento da Constituição Federal de 1988, o exercício da curadoria especial tornou-se ainda mais incompatível com suas novas atribuições institucionais, o que deixou uma lacuna acerca da competência para o exercício desta função.

11. Posteriormente, a Lei Complementar Federal n. 80/1994, que regulamenta a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, incluiu a curadoria especial como uma das atribuições desta Instituição, suprimindo a omissão até então existente.

12. A dilatação do conceito de necessitado, que passa a incluir, além da ausência de recursos financeiros, a ausência de recursos jurídicos, sociais, informacionais, técnicos e organizacionais, ou seja, todos aqueles a quem o Estado deve assegurar o contraditório e a ampla defesa porque estão em condição de vulnerabilidade, propicia uma visão abrangente e multifacetada à garantia constitucional do acesso à justiça. A ampliação e modernização do conceito de necessitado estende a atuação da Defensoria Pública para a tutela daqueles considerados carentes sob o aspecto jurídico, o que inclui os vulneráveis processuais, como o réu revel citado fictamente, o incapaz e o preso.

13. Neste cenário, perde força a divisão entre funções típicas e atípicas da Defensoria Pública, que leva em consideração apenas a necessidade de avaliação da situação econômico-financeira da parte no caso concreto. A tipicidade de suas funções, na verdade, está correlacionada com a atuação que lhe é peculiar, que se volta para o atendimento dos necessitados em sentido amplo. A inclusão da curadoria especial no rol de atribuições da Defensoria Pública é decorrência da própria vocação institucional para a defesa dos desfavorecidos, ainda que a vulnerabilidade se dê no âmbito do processo. Sob este prisma, a curadoria especial figura como atribuição típica da Instituição, diante do escopo de garantia da igualdade e do direito ao contraditório e à ampla defesa de vulneráveis processuais.

14. Embora seja função institucional típica da Defensoria Pública, nos locais em que ela não está instalada, a curadoria especial pode ser exercida por membros do Ministério Público, quando houver autorização da lei local para tanto, ou por advogados nomeados pelo juízo.

15. A curadoria especial visa proporcionar o equilíbrio do processo em que uma das partes está em situação de vulnerabilidade, garantindo a observância do devido processo legal e dos princípios da isonomia, da ampla defesa e do contraditório. Tutela os

interesses daquele que está em condições de especial dificuldade para o exercício de seus direitos com plenitude.

16. A curadoria especial processual não se confunde com a curadoria especial de direito material, disciplinada pelo Código Civil. Essa última é instituto protetivo dos incapazes, e possui finalidade assistencial, de caráter supletivo da capacidade, de modo que cabe ao curador material reger a pessoa e administrar os bens do incapaz. Por outro lado, a curadoria especial processual leva em consideração a vulnerabilidade do litigante no processo específico, não abrangendo todas as hipóteses de incapacidade, mas apenas o incapaz que não possui representante legal e aquele cujos interesses sejam conflitantes com os de seu representante, estendendo-se, também, ao ausente e ao preso. Envolve questões eminentemente processuais e se restringe aos limites do processo em que é exercida.

17. A curadoria especial pode ser classificada, sob o prisma da vulnerabilidade, em própria e imprópria. A curadoria especial própria abrange as situações em que a vulnerabilidade se restringe ao âmbito do processo, de modo que esta condição está limitada à relação jurídica processual determinada (por exemplo: réu revel citado por edital ou com hora certa, incapaz com interesses colidentes com os de seu representante legal). A curadoria especial imprópria, por sua vez, ocorre nas hipóteses em que situação de vulnerabilidade está relacionada ao próprio sujeito, e não será suprida pela atuação do curador especial (por exemplo: incapaz sem representante legal e réu preso). Nestes casos, a situação de vulnerabilidade não é provisória, de modo que a atuação do curador especial, que é restrita ao caso concreto, não será apta a sanar esta condição, mas apenas mitigá-la no processo específico.

18. Sob o aspecto da possibilidade de contato com o interessado, a curadoria especial pode ser direta (possibilidade de contato) ou indireta (impossibilidade de contato). Será direta quando se referir ao preso e ao incapaz, e indireta quando tutelar os interesses do réu revel fictamente citado. Esta classificação demonstra as hipóteses em que o curador especial deve buscar o atendimento pessoal da parte, que pode influir diretamente na qualidade da defesa apresentada e na efetividade de sua atuação.

19. No que se refere à qualidade do sujeito, a curadoria especial pode ser dividida em: ausente, incapaz e preso. Este foi o critério adotado para a divisão dos capítulos desta tese.

20. Embora exista controvérsia acerca da natureza jurídica da curadoria especial, trata-se de forma de substituição processual, atuando o curador especial como parte. Ele exerce a função em nome próprio, defendendo direito alheio. Age, claramente, em defesa dos direitos do curatelado, sendo-lhe atribuídos apenas ordinariamente os poderes processuais relacionados à gestão do processo. A previsão legal expressa atende a requisito para a configuração da legitimação extraordinária e, sem esta outorga legal, os direitos do vulnerável processual poderiam sofrer inegáveis prejuízos. O curador especial atua como substituto da parte vulnerável, defendendo seus interesses, mas em nome próprio.

21. No que concerne à citação ficta, o Código de Processo Civil previu duas modalidades de citação no intuito de evitar que o processo fique obstado em razão da não localização de um dos litigantes. Com o escopo de assegurar o acesso à justiça, foi criada uma ficção jurídica que flexibiliza o direito de participação do réu e, em contrapartida, estabelece uma forma especial de tutela de seus direitos, mediante a atuação do curador especial. O curador especial preserva o direito à ampla defesa do réu que, se pessoalmente citado, provavelmente se defenderia. Como estas modalidades de citação ficta são excepcionais, devem ser observados diversos requisitos legais impostos para que se aperfeiçoem.

22. Para que se legitime a atuação do curador especial, além da realização da citação por edital ou com hora certa, o réu deve permanecer revel, isto é, deve manter-se inerte, desatendendo por completo ao ônus de responder e de comparecer ao processo. A falta de resposta no prazo legal, nos casos de citação ficta, leva à atuação do curador especial para a garantia do contraditório necessário.

23. Conforme o sistema adotado por cada legislação, a revelia pode acarretar diferentes efeitos. O legislador brasileiro filiou-se ao sistema da *ficta confessio*, de modo que, diante da revelia do réu, reputam-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor, que fica dispensado de prová-los. A revelia permite, ainda, que o juiz profira o julgamento

antecipado da lide diante da incontrovérsia dos fatos, além de correrem os prazos contra o revel independentemente de sua intimação.

24. Em que pesem os mencionados efeitos da revelia, sua incidência é afastada nas hipóteses em que esta decorra de citação realizada de maneira ficta, em razão da impossibilidade de certeza de que o revel conhece a ação contra ele proposta. Assim, a despeito da configuração da revelia, não há a incidência de seus efeitos. A não aplicação dos efeitos da revelia aos casos de citação ficta é garantia de contraditório efetivo e da manutenção da paridade de armas pois, de outra forma, a efetividade da atuação do curador especial ficaria sobremaneira mitigada.

25. Ao curador especial não se aplica o ônus da impugnação específica, porque desconhece os fatos narrados na exordial e, normalmente, não possui elementos para impugná-los detalhadamente. Por esta razão, os fatos apresentados na inicial restarão controvertidos, ainda que a defesa apresentada seja genérica. Admite-se, portanto, que o curador apresente defesa por negativa geral, embora seja recomendada sua utilização como tese subsidiária ou residual, apenas quando não houver elementos que possam ser apontados na defesa do fictamente citado. A negativa geral é mecanismo que permite a superação do óbice ao exercício do contraditório, afastando a presunção de veracidade das alegações do autor. Desta maneira, permanece com o demandante o ônus normal de provar os fatos constitutivos de seu direito, conservando-se a regra geral de distribuição do ônus da prova estabelecida no art. 333 do Código de Processo Civil. Também a possibilidade de julgamento antecipado da lide com base na revelia fica afastada, devendo ocorrer a adequada instrução probatória para a formação da convicção do magistrado que, quando não conseguir formá-la, deverá julgar improcedente a demanda. Em que pese a impossibilidade de julgamento antecipado da lide com base na revelia, este pode ocorrer quando a questão versada for exclusivamente de direito, ou não houver necessidade de produção de provas em audiência (art. 330, I, CPC).

26. O principal dever do curador especial é o de apresentar a defesa do vulnerável processual, na maioria das vezes sob a forma de contestação. Obrigatoriamente deverá fazê-lo, ainda que por meio de negativa geral (atividade mínima). Sua função, entretanto, deve ser desempenhada de maneira diligente, buscando elementos que possibilitem a apresentação da defesa mais efetiva possível.

27. O curador especial deve participar ativamente do processo, indicando as provas que pretende produzir, acompanhando a instrução probatória, manifestando-se e recorrendo, sempre que cabível. Não pode realizar nenhum ato que implique disposição de direitos, renúncia, confissão, transação ou reconhecimento jurídico do pedido, porque não possui poderes especiais para tanto, e também sob pena de ferir o contraditório e desequilibrar a relação processual. Não deve desistir de recursos interpostos e deve responder a eventuais recursos da parte contrária. Além disso, pode formular todo o tipo de exceção e oferecer impugnação ao valor da causa. Em prol da defesa do ausente, o curador especial tem ampla possibilidade de atuação, especialmente quando de sua omissão puder resultar prejuízo para a realização daquele ato, pelo interessado, em outra oportunidade. Assim, eventualmente poderá demandar, desde que seja necessário à tutela dos interesses do vulnerável processual, evitando o perecimento de seus direitos, mas sua atuação deve estar sempre cingida à lide. Os limites de sua atuação estão intimamente relacionados à amplitude da defesa que deve exercer, garantidos todos os meios possíveis e necessários para a manutenção da igualdade processual e da paridade de armas.

28. A possibilidade de o curador especial provocar a intervenção de terceiros é controversa. No que se refere à nomeação à autoria, por ter caráter defensivo e não implicar risco de prejuízo aos interesses do réu, o curador poderá fazê-la nas hipóteses cabíveis. A denunciação da lide, por sua vez, por estar associada ao direito de regresso e buscar a economia processual, deverá ser requerida pelo curador apenas nos casos de evicção, cuja omissão pode acarretar a perda do direito. Nas demais hipóteses, como não ocorre a perda do direito de regresso, a própria parte poderá exercê-lo oportunamente, de modo que o curador apenas deverá fazê-lo se verificar algum risco de perecimento, como a iminência de prescrição, por exemplo. Quanto ao chamamento ao processo, que amplia o pólo passivo em razão de fiança ou solidariedade, trata-se de mera convocação para a formação de litisconsórcio, que pode ser exercida pelo curador especial.

29. O curador especial atuará apenas em substituição a réus certos (determinados ou determináveis, ainda que em local incerto). Nos casos de réus incertos e desconhecidos, a citação por edital visa somente dar publicidade acerca da existência do processo a eventuais interessados, não havendo a atuação do curador especial porque sequer é sabido se tais pessoas efetivamente existem. Os interesses indeterminados são

tutelados pelo fiscal da lei, e não pelo curador especial. Também nos protestos, notificações e interpelações, que apenas buscam dar ciência de um fato, situação ou relação jurídica, promover a conservação e ressalva de direitos, ou manifestar qualquer outra intenção de modo formal, não haverá a atuação de curador especial, já que não existe sequer a previsão de apresentação de defesa neste tipo de processo, e tampouco o prossegue o feito após o cumprimento do ato determinado.

30. Como a apresentação de defesa pelo curador especial torna controvertidos os fatos aduzidos pelo autor na inicial, no mais das vezes não é cabível o julgamento antecipado da lide, devendo o autor provar e o réu contraprovar suas alegações. Para tanto, pode o curador especial indicar as provas que pretende produzir acerca das questões controversas e pertinentes. A produção das provas por ele requeridas, desde que relevante para o julgamento do processo, deve ser admitida, na medida em que se trata de instrumento hábil à demonstração de suas afirmações, além do meio apto a formar a convicção do julgador sobre a veracidade das alegações das partes. O direito de provar é inerente à garantia do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, pois permite a adoção da solução mais justa para o processo. Além da atuação do curador especial, pode o juiz também interferir ativamente na instrução probatória, garantindo a igualdade entre os litigantes, especialmente quando um deles estiver em posição de desvantagem, buscando equilibrar estas diferenças. Assim, ao magistrado cabe desenvolver atividades probatórias quando imprescindíveis à correta apuração dos fatos, propiciando a adequada prestação da tutela jurisdicional. Além disso, a teoria da carga dinâmica da prova permite a distribuição diferenciada do encargo de provar, atribuindo-se o ônus probatório à parte que possui melhores condições de suportá-lo, sendo especialmente valiosa nas hipóteses em que um dos litigantes é processualmente vulnerável. Desta forma, o curador especial possui a mesma possibilidade de requerer a produção de provas do que qualquer outra parte presente e deve participar ativamente da fase instrutória, devendo o julgador manter-se atento à condição de especial vulnerabilidade do ausente.

31. A atuação do curador especial em processos de execução já foi alvo de intensa controvérsia, principalmente quanto à possibilidade de oposição de embargos. A questão restou pacificada com a edição da Súmula 196 do STJ, que reconheceu a legitimidade do curador especial para a sua apresentação. O curador especial também está legitimado para opor embargos ao mandado monitório e embargos de terceiro. No que se

refere ao cumprimento de sentença, o curador especial que atuou na fase cognitiva continuará desempenhando suas funções na fase executiva, com a faculdade de apresentar impugnação nos termos do art. 475-L, CPC, podendo, ainda, requerer a atribuição de efeito suspensivo a esta impugnação, nas hipóteses legais. Apesar disso, haverá necessidade de intimação do próprio devedor para o cumprimento voluntário da sentença sob pena de incidência de multa, nos termos do disposto no art. 475-J, CPC, sendo ineficaz a intimação do curador especial para esta finalidade.

32. Haverá a atuação do curador especial quando o incapaz não possuir representante legal ou quando seus interesses forem colidentes com os de seu representante. Embora esta atividade não tenha sido exercida pelo Ministério Público, em razão da incompatibilidade com suas demais atribuições, a legislação não restringe a atuação da Defensoria Pública em curadorias especiais, de forma que esta hipótese também integra suas funções institucionais. Cumpre ressaltar que a curadoria especial restringe-se ao processo, e difere da curadoria de direito material, que abrange a responsabilização pela pessoa e pelos bens do incapaz. Nas situações de ausência de representante legal, o magistrado poderá, desde logo, nomear representante definitivo ao incapaz, se competente para tanto. Caso esta solução não seja possível, haverá a atuação do curador especial, impedindo que o processo fique obstado. O curador atua para garantir a efetivação do contraditório e da ampla defesa em razão da vulnerabilidade no âmbito do processo, bem como para não prejudicar o andamento do feito. Na hipótese de incapaz cujos interesses sejam conflitantes com os de seu representante legal, esta colidência normalmente será pontual e específica para a lide, não alterando a circunstância de que possui um representante definitivo para os demais atos de sua vida civil, não estando em situação de vulnerabilidade permanente. O conflito de interesses que enseja a atuação do curador deve ser real e não meramente hipotético, até porque, no mais das vezes, o representante é quem melhor pode zelar pelos interesses do incapaz.

33. Nas interdições requeridas pelo Ministério Público há a necessidade de atuação de curador especial para o resguardo dos interesses do interditando, garantindo a observância do contraditório e do devido processo legal, buscando a produção de provas, a avaliação da idoneidade daquele que se pretende nomear seu representante, bem como a necessidade de prestação de contas, se houver bens em seu nome. O curador especial zelará pelos direitos humanos do interdito, principalmente buscando a adoção de estratégias não

limitadoras de sua liberdade. Tal atuação se coaduna com os princípios para a proteção de pessoas acometidas de transtorno mental, aprovados pelas Nações Unidas, que preveem a necessidade de representação por advogado, sempre que houver uma decisão que possa acarretar a perda da capacidade civil do sujeito. O papel do curador especial, neste contexto, é o de zelar pelos interesses do interditando, pela comprovação de sua incapacidade de acordo com padrões médicos internacionais, cuidando para que sua opinião seja considerada nas decisões que o afetam, defendendo a não banalização das curatelas provisórias, a extensão limitada do caráter da interdição e a utilização excepcional de eventuais internações, tudo em respeito às diferenças e à autonomia dos sujeitos. Verifica-se tendência ampliadora da participação da Defensoria Pública nos processos de interdição, como forma de contribuir para a consolidação dos princípios da reforma psiquiátrica, conforme prevê o Projeto de Lei da Câmara n. 8.046/2010.

34. Ao réu demente ou impossibilitado de receber a citação será dado curador especial, com atuação limitada ao feito. A incapacidade, neste caso, é constatada no ato citatório e, após a comprovação desta condição pelo perito, se a nomeação de representante legal definitivo não for possível, atuará o curador especial na defesa do incapaz, de forma restrita ao processo.

35. A atuação do curador especial em substituição a incapaz sem representante legal ou cujos interesses sejam conflitantes com os de seu representante deve ser precedida de tentativa de contato pessoal com o interessado, para a obtenção de elementos que permitam o fiel desempenho do direito à ampla defesa. Para tanto, o defensor poderá valer-se de auxílio da equipe multidisciplinar para facilitar a comunicação entre os envolvidos, verificando se há questões relevantes de interesse da parte a serem arguidas no processo, zelando para que sua opinião seja considerada e admitida nas decisões que a afetem, de modo que sejam respeitadas as diferenças e sua autonomia. A curadoria especial, portanto, permite a observância dos interesses do incapaz, bem como garante a paridade de armas e o contraditório no litígio. O contato pessoal com o interessado, quando possível, otimiza a atuação do curador especial no caso concreto e permite a maior eficiência no exercício do direito de defesa.

36. O cerceamento da liberdade dificulta o exercício da ampla defesa em processos judiciais, além de tornar difícil a nomeação de advogado, a reunião de provas e o

acompanhamento processual. Por esta razão, o legislador previu a atuação de curador especial em favor do réu preso, que está em situação de grande vulnerabilidade decorrente da própria restrição ao seu direito de ir e vir. Tendo em vista que o preso está em local sabido, o curador especial deverá buscar contato direto com ele, visando colher elementos para a apresentação de uma defesa efetiva. Poderá requisitar a sua presença, além de poder entrevistar-se pessoalmente, no local em que estiver recolhido. Outras formas sugeridas de contato são a entrevista com seus familiares e as correspondências, principalmente quando o local da prisão for diverso do local em que tramita o processo. A atuação do curador especial em favor do réu preso que constitui advogado é controvertida. Embora a intenção do legislador tenha sido claramente determinar esta atuação, entendemos que não há justificativa para esta tutela se, mesmo diante da privação da liberdade, o preso contratou advogado para sua defesa. Por esta razão, sugerimos a alteração da redação do dispositivo legal para a exclusão desta hipótese, mantendo-se a atuação do curador especial apenas nos casos em que o réu preso permanecer revel.

37. A efetividade da atuação do curador especial está na consecução do objetivo de garantir a observância do contraditório e da ampla defesa dos vulneráveis processuais, colaborando com a própria efetividade do processo ao evitar que fique obstado em razão da não localização do réu, da incapacidade da parte ou de sua situação de prisão. Esta efetividade é demonstrada, no presente trabalho, sob quatro aspectos diferentes.

38. A efetividade da função do curador especial é abordada, primeiramente, nas diversas fases do processo, apontando-se a forma como pode atuar para que sua presença seja apta a garantir o devido processo legal e o direito ao contraditório. A presença do curador especial pode ser especialmente importante na verificação da vulnerabilidade do litigante que determina sua atuação, na indicação de nulidades de citação e outras que verificar no curso do processo, e na observância dos pressupostos processuais e condições da ação. Tem a faculdade de apresentar as exceções legalmente previstas e impugnação ao valor da causa. A defesa poderá abranger quaisquer matérias de fato e de direito que possam ser opostas ao pedido formulado pelo autor. A apresentação de defesa pelo curador especial é obrigatória, ainda que ofertada genericamente. Além disso, pode indicar provas a serem produzidas, participando da fase instrutória, e influenciando decisivamente no resultado do julgamento. Foram apontadas, também, decisões que

ilustram a efetividade desta atuação, que pode levar ao êxito total ou parcial em favor do vulnerável processual. A ausência do curador especial nas hipóteses legais acarreta a nulidade dos atos processuais a partir do momento em que esta atuação deveria ter ocorrido, salvo se não houver prejuízo ao interessado.

39. Sob o segundo aspecto, estudo da jurisprudência referente ao curador especial demonstrou que no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça há pequena quantidade de julgados que se referem a esta atividade e, em sua maioria, versam sobre questões formais, como a necessidade de atuação do curador no caso concreto, o cabimento de sua atuação em execuções, execuções fiscais e ações monitórias, honorários advocatícios, custas e verbas sucumbenciais, homologação de sentenças estrangeiras e validade da citação realizada. Isso demonstra tanto a dificuldade no preenchimento dos requisitos legais para a admissibilidade dos Recursos Especiais e Extraordinários, como a baixa litigiosidade desta atividade, que normalmente limita-se às Primeira e Segunda Instâncias. Além disso, a análise dos dados coletados demonstra que a atuação do curador especial nestes Tribunais não implica na destinação de significativos recursos públicos, nem contribui para o acúmulo de processos.

40. No Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a análise dos julgados referentes ao primeiro semestre do ano de 2011 demonstrou quadro diverso. Neste Tribunal, a grande maioria das decisões refere-se a recursos do curador ou da parte contrária envolvendo questões de mérito ou preliminares atinentes ao próprio processo. A quantidade elevada de recursos interpostos pela parte contrária demonstra a diversidade de decisões de Primeira Instância que favorecem, em alguma medida, o vulnerável processual. Do total das decisões que abrangem recursos do curador, da parte contrária, do litisconsorte, de ambas as partes e da parte ausente, 45% (quarenta e cinco por cento) favorecem o curador especial em alguma medida, sendo que destas, 27% (vinte e sete por cento) são totalmente favoráveis (isto é, representam demandas julgadas improcedentes, extintas ou cujo resultado favoreça integralmente o vulnerável processual). Como resultados parcialmente benéficos comumente obtidos, elencamos a redução de taxas de juros, multas, o afastamento de comissão de permanência, redução do valor de indenizações, afastamento da prisão civil etc. Outros assuntos de relevo identificados versam sobre custas, honorários advocatícios e sucumbência, necessidade de atuação de curador no caso concreto, validade da citação, possibilidade de o Ministério Público

exercer a curadoria especial, atuação em execuções, execuções fiscais e ações monitórias e necessidade de intimação pessoal para incidência da multa prevista no art. 475-J, CPC. Em que pese a quantidade elevada de decisões versando sobre a curadoria especial no Tribunal de Justiça, constatamos que, cotejada com a quantidade total de recursos julgados no mesmo período, este número não é significativo. Assim, a relação “custo X benefício” desta atuação é bastante positiva, pois apresenta grande perspectiva de êxito, no sentido de garantir a igualdade e a ampla defesa do vulnerável processual em decisões que, em alguma medida, são favoráveis a ele. O custo empregado é pequeno, tendo em vista que os recursos referentes à atuação do curador especial representam diminuta parcela do montante total de julgados no período.

41. O perfil da curadoria no Estado de São Paulo, terceira faceta abordada, demonstrou que esta função é exercida pela Defensoria Pública desde a sua criação e, nos locais em que não está instalada, é desempenhada por advogados dativos nomeados nos termos de convênio mantido com a Ordem dos Advogados do Brasil/SP. No primeiro semestre de 2011, defensores e advogados atuaram como curadores especiais em 20.562 (vinte mil quinhentos e sessenta e dois) processos. A quantidade de curadorias realizadas equivale a menos de 2% (dois por cento) do movimento judiciário total referente aos feitos cíveis distribuídos no período. Além disso, embora o valor diretamente utilizado para custear o exercício desta função seja alto, corresponde a apenas 2% (dois por cento) do orçamento total da Defensoria Pública. O valor gasto com curadorias especiais, no semestre, para cada mil habitantes do Estado de São Paulo corresponde a R\$ 129,62 (cento e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos). Desta forma, o montante empregado para custear o exercício da curadoria especial não se mostra excessivo. Além disso, a clientela revela-se razoável se comparada à quantidade de processos manejados pela Defensoria Pública, pelos advogados dativos e pelo Poder Judiciário, principalmente quando considerada a relevância desta atuação para a garantia do direito à ampla defesa e os benefícios que dela advém para o jurisdicionado.

42. A quarta perspectiva leva em consideração a percepção dos defensores públicos do Estado de São Paulo que exercem a função de curadores especiais, e foi obtida por meio da aplicação de questionário sobre o exercício desta atividade. Os resultados demonstram que a grande maioria dos entrevistados avalia que a curadoria especial é importante, embora as respostas relativas à efetividade desta atuação, no que se refere à

garantia da ampla defesa, sejam variáveis quando é abordada a tutela do réu revel citado fictamente, do incapaz e do preso. Também constatou-se que a maioria dos respondentes entende que sua atuação é capaz de influir decisivamente na convicção do juiz e, conseqüentemente, na tutela jurisdicional que será prestada, o que demonstra que o desempenho desta função não é apenas formal, mas envolve esforços e dedicação que lhe são inerentes. A porcentagem média estimada de curadorias especiais ganhas é de 10,45% (dez por cento e quarenta e cinco décimos). A ausência de contato com o interessado foi apontada como um dos grandes desafios ao bom desempenho desta atribuição. A maior parcela dos entrevistados avalia que, mesmo com eventuais limitações, o exercício da curadoria especial colabora para a observância do devido processo legal e da ampla defesa atingindo, portanto, seus objetivos.

43. As informações apresentadas demonstram, sob os quatro aspectos indicados, a efetividade da curadoria especial. A importância da atividade é reconhecida justamente por tutelar os direitos de pessoas em situação de vulnerabilidade processual. A efetividade pode ser verificada não somente diante da quantidade de êxitos obtidos (resultados favoráveis ou parcialmente favoráveis em sentenças e recursos), mas principalmente em razão da consecução dos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, com ênfase na possibilidade de garantir a todos os litigantes o direito a uma defesa, ainda que mínima. O exercício da função está ocorrendo e vem sendo desempenhado com afinco, embora faltem diretrizes e estratégias que poderiam melhor direcionar esta atuação. O custo para a manutenção da atividade é razoável, assim como a quantidade de processos em que esta atuação é necessária, especialmente se considerado que busca a superação de fatores de desigualação e de suscetibilidades no processo. A dificuldade de compreensão dos operadores do direito em geral, acerca dos objetivos da curadoria especial, é um dos maiores obstáculos ao bom desempenho desta função e, a partir de um trabalho de conscientização, vislumbramos a possibilidade de potencialização de sua efetividade. A curadoria especial, por impedir que os processos fiquem obstados em razão da não localização do réu, da incapacidade da parte ou da situação de prisão do demandado, deve ser encarada como uma contribuição à regular tramitação do processo e não como um elemento que agrava seu tempo de duração. A curadoria especial é mecanismo legítimo e atende ao interesse público de permitir a justa prestação da tutela jurisdicional. O direito ao contraditório e à ampla defesa dos que estão em condições de especial dificuldade para praticar atos processuais é preservado por meio

desta atuação. A efetividade da função do curador especial está demonstrada na aptidão para a defesa daqueles que estão em situação de vulnerabilidade processual: o réu revel citado por edital ou com hora certa, o incapaz sem representante legal ou cujos interesses sejam colidentes com os de seu representante, e o réu preso.

10. BIBLIOGRAFIA

ALVES, Cleber Francisco. *Justiça para Todos – Assistência Jurídica Gratuita nos Estados Unidos, na França e no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

_____. O Percurso Histórico da Consolidação do Direito de Acesso Igualitário à Justiça no Brasil. In *Revista de Processo*. vol. 184, jun. 2010. p. 329.

ALVES, Cleber Francisco; PIMENTA, Marília Gonçalves. *Acesso à Justiça em Preto e Branco: Retratos Institucionais da Defensoria Pública*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

ALVES, Cleber Francisco; SALLES, Sergio de Souza (orgs.). *Justiça, Processo e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

ALVIM, Arruda. *Manual de Direito Processual Civil*. 8. ed. vol. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

_____. Notas Atuais Sobre a Figura da Substituição Processual. In *Revista de Processo*. vol. 106, abr. 2002. p. 18.

_____. A Natureza Jurídica da Impugnação Prevista na Lei 11.232/2005. In WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (org.). *Aspectos Polêmicos da Nova Execução*. vol. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

ALVIM, José Eduardo Carreira. Revelia nos Juizados Especiais Estaduais e Federais. In *Revista de Processo*. vol. 109, jan./mar. 2003. p. 57.

ALVIM NETO, José Manoel de Arruda; MOREIRA, José Carlos Barbosa; RIZZI, Luiz Sérgio de Souza; PELUSO, Antônio César. O Gestor de Negócios e o Curador

Especial Diante da Revelia do Réu Assistido. In *Revista de Processo*. vol. 10, abr. 1978. p. 217.

ALVIM NETO, José Manoel de Arruda; MOREIRA, José Carlos Barbosa; PELUSO, Antônio Cézar. A Revelia e a Ação Declaratória Incidental. In *Revista de Processo*. vol. 10, abr. 1978. p. 213.

AMARAL FILHO, Adilson Paulo Prudente do. A Remessa Oficial e o Princípio da Igualdade. In *Revista de Processo*. vol. 80, out. 1995. p. 215.

ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. Citação por Edital de Pessoa Já Falecida – Extinção do Processo Sem Julgamento, por Falta de Pressuposto Necessário a sua Constituição. In *Revista Forense*. vol. 325, jan./fev./mar. 1994. p. 119.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2. ed. vol. 2. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

ARANTES, Rogério Bastos. *Ministério Público e Política no Brasil*. São Paulo: Sumaré/Educ, 2002.

ARAUJO, Francisco Fernandes de. O Curador Especial no Processo de Execução. In *Revista de Processo*. vol. 42, abr. 1986. p. 89.

ARMELIN, Donaldo. *Legitimidade para Agir no Direito Processual Civil Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.

ASSIS, Araken de. Substituição Processual. In *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*. vol. 26, nov./dez. 2003. p. 45.

_____. Suprimento da Incapacidade Processual e da Capacidade Postulatória (I). In *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*. vol. 7, set./out. 2000. p. 140.

_____. Suprimento da Incapacidade Processual e da Capacidade Postulatória (II). In *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*. vol. 8, nov./dez. 2000. p. 138.

- AZEVEDO, Luiz Carlos de. *O Direito de Ser Citado: Perfil Histórico*. São Paulo: Resenha Universitária/FIEO, 1980.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.
- BAPTISTA DA SILVA, Ovídio A. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2. ed. vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- BAPTISTA DA SILVA, Ovídio A.; GOMES, Fábio Luiz. *Teoria Geral do Processo Civil*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- BAPTISTA, José João. *Processo Civil*. 8. ed. vol. 1. Coimbra: Editora Coimbra, 2006.
- BARBI, Celso Agrícola. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 14. ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- BARBI, Humberto Agrícola. Advocacia Geral da União: Advocacia e Defensoria Pública. In *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*. vol. 33, 1991. p. 439.
- BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *O Novo Processo Civil Brasileiro*. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- _____. Desinformação Jurídica. In *Temas de Direito Processual*. 6ª série. São Paulo: Saraiva, 1997.
- _____. A Resposta do Réu no Sistema do Código de Processo Civil. In *Revista de Processo*. vol. 2, abr./jun. 1979. p. 249.
- _____. Alguns Problemas Atuais da Prova Civil. In *Revista de Processo*. vol. 53, jan./mar. 1989. p. 122.

- BASTOS, Jacinto Fernandes Rodrigues. *Notas ao Código de Processo Civil*. 3. ed. vol. 1. Lisboa, 1999.
- BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e Processo*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- _____. *Efetividade do Processo e Técnica Processual*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- _____. *Poderes Instrutórios do Juiz*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- _____. A Curadoria de Incapazes. In *Revista Justitia*. vol. 51, out./dez. 1989. p. 21.
- _____. Garantia da Amplitude de Produção Probatória, Garantias Constitucionais do Processo Civil. In TUCCI, José Rogério Cruz (coord.). *Garantias Constitucionais do Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- BEDAQUE, José Roberto dos Santos; CARMONA, Carlos Alberto. A Posição do Juiz: Tendências Atuais. In *Revista Forense*. vol. 349, jan./fev./mar. 2000. p. 85.
- BEDNARSKI, José Luiz. Execução de Alimentos: Citação Por Edital e Revelia. In *Revista APMP*. vol. 18, maio. 1998. p. 22.
- BELLANO, Silvio; BENEDETTO, Giorgio di. *I Linguaggi del Processo*. Milano: Giuffrè, 2002.
- BENUCCI, Renato Luís. Os Efeitos da Revelia na América Latina e nos Países da *Common Law*. In *Revista de Processo*. vol. 106, abr./jun. 2002. p.165.
- BERIZONCE, Roberto Omar. Algunos Obstáculos al Acceso a la Justicia. In *Revista de Processo*. vol. 68, out. 1992. p. 67.
- BERNARDI, Ligia Maria. *O Curador Especial no Código de Processo Civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

- _____. Artigo 5, inciso LV da Constituição da República Federativa do Brasil e o Curador Especial. In *Revista de Direito da Defensoria Pública do Rio de Janeiro*. vol. 4, 1990. p. 105.
- BODRITO, Andrea; FIORENTIN, Fabio; MARCHESELLI, Alberto; VIGNERA, Giuseppe. *Giusto Processo e Riti Speciali*. Milano: Giuffrè, 2009.
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- BORGES, Marcos Afonso. Intervenção de Terceiro. In *Revista de Processo*. vol. 68, out. 1992. p. 7.
- BRASIL. Decreto n. 737/1850. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1800-1850/d737.htm]. Acesso em 13/09/2011.
- BRASIL. Decreto n. 848/1890. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d848.htm]. Acesso em 13/09/2011.
- BRASIL. Decreto n. 3.084/1898. Disponível em [http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=3084&tipo_norma=DEC&data=18981105&link=s]. Acesso em 12/09/2011.
- BRASIL. Código de Processo Civil, 1939. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1608.htm]. Acesso em 13/09/2011.
- BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e Seus Efeitos*. São Paulo: Atlas, 2006.
- BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso Sistematizado de Direito Processual Civil*. 4. ed. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2010.
- _____. A Legitimidade Ativa no Mandado de Segurança Coletivo: Art. 5º, LXX, da CF/1988. In *Revista de Processo*. vol. 88, out. 1997. p. 185.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. Substituição Processual. Especificidade das Ações Coletivas e das Decisões de Mérito nelas Proferidas. In *Revista de Direito do Trabalho*. vol. 123, jul. 2006. p. 284.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 3. ed. vol. 3. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 8. ed. vol. 3. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. *Da Revelia do Demandado*. Salvador: Livraria Progresso, 1960.

CAMARA, Alexandre Freitas. Poderes Instrutórios do Juiz e Processo Civil Democrático. In *Revista de Processo*. vol. 153, nov. 2007. p. 33.

CAMARGO, Claudio Lima Bueno de. Da Curadoria Especial nas Execuções (Súmula n. 196 STJ). In *Revista LEX*. vol. 111, nov. 1998. p. 09.

CAMBI, Eduardo. *A Prova Civil: Admissibilidade e Relevância*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

CAMPO, Hélio Márcio. *Assistência Jurídica Gratuita, Assistência Judiciária e Gratuidade Judiciária*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

CAMPOS, Florianita C. Braga; FRASSETO, Flávio Américo. *Em Defesa da Liberdade: Reforma Psiquiátrica e Defensoria Pública*. Disponível em [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/emdefesa_florianitaefrasseto.pdf]. Acesso em 01/11/2011.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2006.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital. *Constituição da República Portuguesa Anotada*. 3. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1993.

- CARDOSO, Luciana Zaffalon Leme. *Uma Fenda na Justiça – A Defensoria Pública e a Construção de Inovações Democráticas*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- CARIGÉ, Washington Araújo. Sentença – Julgamento Antecipado com Base em Revelia – Relatório Incompleto, que Omite a Existência de Recurso – Nulidade. In *Revista do Ministério Público do Estado da Bahia*. vol. 4, jan./dez. 1995. p. 286.
- CARNEIRO, Athos Gusmão. Do Cumprimento de Sentença conforme a Lei 11.323/2005. Parcial Retorno ao Medievalismo? Por que não? In WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (org.). *Aspectos Polêmicos da Nova Execução*. vol. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- CARVALHO, Leandro Coelho de. As Atribuições da Defensoria Pública sob a Ótica do Acesso à Ordem Jurídica Justa. In *Revista de Processo*. vol. 156, fev. 2008. p. 204.
- CARVALHO, Milton Paulo de. Efeitos da Revelia (Exame Comparativo do Assunto nas Legislações Processuais Cíveis Alemã, Italiana, Portuguesa e Brasileira). In *Revista de Processo*. vol. 69, jan./mar. 1993. p. 21.
- CARVALHO, Pedro Armando Egydio. A Defensoria Pública: Um Novo Conceito de Assistência Judiciária. In *Revista dos Tribunais*. vol. 689, mar. 1993. p. 302.
- CASTRO, Aloísio Pires de; GIOSTRI, Paulo Fernando de Andrade. Direito ao Acesso à Ampla e Efetiva Assistência Jurídica. In *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*. vol. 11, mai./jun. 2001. p. 121.
- CASTRO LOPES, Maria Elizabeth de. Princípio do Contraditório. In: OLIVEIRA NETO, Olavo (org.). *Princípios Processuais Cíveis na Constituição*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*. Paolo Capitanio (trad.). 4. ed. Campinas: Bookseller, 2009.

CIANCI, Mirna. *O Acesso à Justiça e as Reformas do CPC*. São Paulo: Saraiva, 2009.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

COMOGLIO, Luigi Paolo. Garanzie Costituzionali e “Giusto Processo” (Modelli a Confronto). In *Revista de Processo*. vol. 90, abr./jun. 1998. p. 120.

COMOGLIO, Luigi Paolo; FERRI, Corrado; TARUFFO, Michele. *Lezione sul Processo Civile*. 5. ed. vol. 1. Bologna: Il Mulino, 2011.

CONFERÊNCIA JUDICIAL IBERO-AMERICANA. Regras de Brasília sobre Acesso à Justiça das Pessoas em Condição de Vulnerabilidade. Disponível em [<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/0/100%20Regras%20de%20Acesso%20%c3%a0%20Justi%c3%a7a.pdf>]. Acesso em 26/08/2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relatório em Parceria com a Comissão de Minorias e Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Banalização da Interdição Judicial no Brasil: Usos e Abusos da Psiquiatria. Uma Violência Contra a Democracia e os Direitos Humanos. Disponível em [<http://www.crprj.org.br/publicacoes/relatorios/interdição-judicial.pdf>]. Acesso em 01/11/ 2011.

CORNO, Giorgio. *Manuale Pratico del Diritto Processuale Civile*. 2. ed. Cedam: Padova, 1996.

COSTA, Coqueijo. *Revelia no CPC e na CLT*. Rio de Janeiro: Ed. Trabalhistas, 1975.

COUTURE, Eduardo Juan. *Fundamentos del Derecho Procesal Civil*. Buenos Aires: Depalma, 1974.

CRUZ, Alexandre Corrêa da. A Atuação do Ministério Público do Trabalho na Condição de Curador Especial e Curador de Incapazes. In *Revista do Ministério Público do Trabalho*. vol. 15, mar. 1998. p. 97.

CRUZ, José Raimundo Gomes. O Processo de Execução e a Reforma do Código de Processo Civil. In *Revista de Processo*. vol. 98, abr. 2000. p. 91.

CRUZ E TUCCI, José Rogério; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de História do Processo Civil Lusitano*. São Paulo: RT/Coimbra, 2009.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (DPE/SP). Deliberação n. 89 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, de 08 de agosto de 2008. Disponível em [<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Conteudos/Materia/MateriaMostra.aspx?idItem=2485&idModulo=5010>]. Acesso em 03/09/2011.

DELGADO, José Augusto. Aspectos Controvertidos da Substituição Processual. In *Revista de Processo*. vol. 47, jul. 1987. p. 7.

_____. Sujeitos do Processo. In *Revista de Processo*. vol. 30, abr./jun. 1983. p. 61.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. 12. ed. vol. 1. Salvador: Jus Podivm, 2010.

_____. O Princípio da Cooperação: Uma Apresentação. In *Revista de Processo*. vol. 127, set. 2005. p. 75.

DIDIER JR., Fredie; OLIVEIRA, Rafael. *Benefício da Justiça Gratuita*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2008.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Fundamentos do Processo Civil Moderno*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

_____. *Notas para um Dicionário de Direito Processual Civil*. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*. 6. ed. vol. 1. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 2. São Paulo: Malheiros, 2001.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*. 5. ed. vol. 3. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. 4. São Paulo, Malheiros, 2004.

DINIZ, Maria Helena. *Código Civil Anotado*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

ELIAS FILHO, Orlindo. Defensoria Pública e Curadoria Especial. In *Revista de Direito da Defensoria Pública do Rio de Janeiro*. vol. 4, 1990. p. 123.

FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. *Comentários ao CPC*. vol. 8. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

FADEL, Sergio Sahione. *Código de Processo Civil Comentado*. 7. ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

FAGUNDES, Cristiane Druve Tavares. O Instituto da Revelia Visto Sob o Enfoque da Instrumentalidade do Processo. In *Revista de Processo*. vol. 179, jan. 2010. p. 40.

FARIAS, Cristiano Chaves de. A Atividade Processual do Curador Especial e a Defesa do Revel Citado Fictamente (Garantia do Contraditório). In *Revista dos Tribunais*. vol. 791, set. 2001. p. 135.

FIORATTO, Débora Carvalho. Estudo de Direito Processual Civil Comparado – O Instituto da Revelia nos Ordenamentos Jurídicos Brasileiro e Espanhol. In *Ciência Jurídica*. vol. 152, mar./abr. 2010. p. 250.

FONTAINHA. Fernando de Castro. *Acesso à Justiça. Da Contribuição de Mauro Cappelletti à Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

FORNACIARI JR., Clito. Curador Especial – Revelia e Julgamento Antecipado da Lide. In *Revista de Processo*. vol. 1, jan. 1976. p. 182.

FRANCO, Ubirajara Batista. Pode o Curador Especial Oferecer Embargos à Execução? In *Revista dos Tribunais*. vol. 665, mar. 1991. p. 233.

FRIGINI, Ronaldo. Considerações sobre o art. 475-J do CPC. In BRUSCHI, Gilberto; SHIMURA, Sérgio (coord.). *Execução Civil e Cumprimento da Sentença*. vol. 2. São Paulo: Método, 2007.

GAIO JUNIOR, Antonio Pereira. *Direito Processual Civil*. 4. ed. vol. 1. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

GARCIA, Emerson. *Ministério Público. Organização, Atribuições e Regime Jurídico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

GIANESINI, Rita. *Da Revelia no Processo Civil Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

GONÇALVES, Helena de Toledo Coelho. *Contraditório e Ampla Defesa*. Curitiba: Juruá, 2010.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Novo Curso de Direito Processual Civil*. 3. ed. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. *Novo Curso de Direito Processual Civil*. 2. ed. vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Maria Dinair Acosta. Função Jurisdicional do Estado. A Defensoria Pública e o Acesso à Justiça. In *Estudos Jurídicos*. vol. 62, set./dez. 1991. p. 99.

- GOUVEIA, Lucio Grassi de. A Função Legitimadora do Princípio da Cooperação Intersubjetiva no Processo Civil Brasileiro. In *Revista de Processo*. vol. 172, jun. 2009. p. 32
- GRECO, Leonardo. *Instituições de Processo Civil*. 2. ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- _____. *O Processo de Execução*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- _____. *Teoria da Ação no Processo Civil*. São Paulo: Dialética, 2003.
- GRECO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil Brasileiro*. 22. ed. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GRINOVER. Ada Pellegrini. Assistência Judiciária e Acesso à Justiça. In *Novas Tendências do Direito Processual*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- _____. Acesso à Justiça e o Código de Defesa do Consumidor. In *O Processo em Evolução*. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
- _____. A Legitimidade da Defensoria Pública para Ação Civil Pública. In *Revista de Processo*. vol. 165, nov. 2008. p. 309.
- _____. O Controle de Políticas Públicas pelo Poder Judiciário. In *Revista de Processo*. vol. 164, out. 2008. p. 9.
- GUEDES, Heitor Nogueira. Curador Especial – Atribuição Legal (A Exegese do Art. 9º do Código de Processo Civil). In *Revista Forense*. vol. 251, jul./ago./set. 1975. p. 157.
- GUERRA, Marcelo Lima. *Execução Forçada - Controle de Admissibilidade*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

- HOFFMAN, Paulo. Inversão do Ônus da Prova Prevista no Código de Defesa do Consumidor – Critério de Julgamento (Sob a Ótica do Juiz) e Critério de Procedimento (Para o Fornecedor). In CARVALHO, Fabiano; BARIONI, Rodrigo (coord.). *Aspectos Processuais do Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- HOUAISS Antonio; VILLAR Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.
- KERCHE, Fabio. *O Ministério Público no Brasil. Autonomia, Organização e Atribuições*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.
- KOMATSU, Roque; SANSEVERINO, Milton. *A Citação no Direito Processual Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.
- LEITE, Evandro Gueiros. Da Nomeação de Curador Especial nos Embargos à Execução. In *Revista da Associação dos Magistrados do Paraná*. vol. 47, jul./set. 1987. p. 13.
- LEONEL, Ricardo de Barros. *Tutela Jurisdicional Diferenciada*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- LIEBMAN, Enrico Tullio. *Processo de Execução*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1968.
- LIMA, Alcides de Mendonça. A Revelia nos Embargos do Devedor. In *Revista de Processo*. vol. 33, jan. 1984. p. 192.
- LIMA, Edgard Pereira. Citação por Edital. In *FADAP Revista Jurídica*. vol. 4, 2001. p. 85.
- LINS, Carlos Francisco Bezerra da Rocha Bandeira. Curador Especial – Colidência de Interesses do Representante Legal com os do Incapaz. In *Revista de Processo*. vol. 18, abr./jun. 1980. p. 19.

LOBO, Arthur Mendes. Aspectos Polêmicos da Assistência Judiciária Gratuita. In *Revista de Processo*. vol. 161, jul. 2008. p. 243.

LOBO, Paulo. *Direito Civil. Famílias*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

LOPES, João Batista. Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa na Reforma da Execução Civil. In SANTOS, Ernani Fidelis et al. (coord.). *Execução Civil. Estudos em Homenagem ao Professor Humberto Theodoro Jr.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. *A Prova no Direito Processual Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

LOPES, José Fernando da Silva. *O Ministério Público e o Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 1976.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Embargos à Execução*. São Paulo: Saraiva, 1996.

LUZ, Vladimir de Carvalho. *Assessoria Jurídica Popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

MACEDO JR., Ronaldo Porto. A Evolução Institucional do Ministério Público Brasileiro. In SADEK, Maria Tereza (org.). *Uma Introdução ao Estudo da Justiça*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

MACHADO, Antonio Claudio da Costa. *Código de Processo Civil Interpretado e Anotado: Artigo por Artigo, Parágrafo por Parágrafo*. 3. ed. Barueri: Manole, 2011.

_____. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1989.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *A Resolução dos Conflitos e a Função Judicial no Contemporâneo Estado de Direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

- _____. *Acesso à Justiça. Condicionantes Legítimas e Ilegítimas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- MARCATO, Antonio Carlos. *Procedimentos Especiais*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- _____. (coord.). *Código de Processo Civil Interpretado*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de Processo Civil*. 4. ed. vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- _____. Da Teoria da Relação Jurídica Processual ao Processo Civil do Estado Constitucional. In *Revista dos Tribunais*. vol. 852, out. 2006. p. 11.
- _____. *Novas Linhas do Processo Civil*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil Comentado Artigo por Artigo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- _____. *O Projeto do CPC – Críticas e Propostas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- MARQUES, Wilson. O Papel do Curador Especial no Processo Civil. In *Revista da EMERJ*. vol. 5, 1999. p. 117.
- MATTOS, Fernando Pagani. *Acesso à Justiça. Um Princípio em Busca de Efetivação*. Curitiba: Juruá, 2009.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. Curadoria Especial. In *Revista dos Tribunais*. vol. 584, jun. 1984. p. 288.
- _____. Réus Incertos ou Desconhecidos no Processo Civil. In *Justitia*. vol. 47, jan./mar. 1985. p. 60.

_____. Ação Acidentária – Interesse de Incapazes – Necessidade ou Não da Intervenção do Curador de Incapazes – Papel do Curador de Acidentes do Trabalho e do Curador de Ausentes e Incapazes. In *Justitia*. vol. 50, jan./mar. 1988. p. 09.

_____. Curadoria de Ausentes e Incapazes. In *Série Cadernos Informativos APMP*. São Paulo: APMP, 1988.

_____. *Manual do Promotor de Justiça*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

_____. *O Acesso à Justiça e o Ministério Público*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. *Regime Jurídico do Ministério Público*. 6. ed. São Paulo: Saraiva: 2007.

MEDEIROS, Maria Lúcia Lins Conceição de. Citação Inválida e Revelia – Ação Rescisória. In *Revista de Processo*. vol. 65, jan./mar. 1992. p. 253.

_____. *A Revelia sob o Aspecto da Instrumentalidade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

_____. A Revelia e a Antecipação de Tutela. In *Revista de Processo*. vol. 113, jan./fev. 2004. p. 88.

MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Processo Civil Moderno*. 2. ed. vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Os Embargos à Execução de Título Extrajudicial. In SANTOS, Ernani Fidelis et al. (coord.). *Execução Civil. Estudos em Homenagem ao Professor Humberto Theodoro Jr.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. A Conexão de Causas no Processo Civil. In *Revista de Processo*. vol. 109, jan./mar. 2003. p. 63.

- MENDES, Francisco de Assis Filgueira. Declaração Ex Officio de Nulidade Absoluta em Sede de Ação Rescisória Rejeitada no Mérito. In *Revista de Processo*. vol. 164, out. 2008. p. 361.
- MENDES, José Manoel Frazão. A Nova Constituição, a Contumácia e a Curadoria Especial. In *Revista de Direito da Defensoria Pública do Rio de Janeiro*. vol. 4, 1990. p. 110.
- MENDONÇA, Marcello Rebello de. Curador Especial – Conceito – Formas de Atuação – Arts. 9º, I e 1.042, II, do CPC. In *Revista dos Tribunais*. vol. 562, ago. 1982. p. 270.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. III Diagnóstico da Defensoria Pública. Disponível em [<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={597BC4FE-7844-402D-BC4B-06C93AF009F0}>]. Acesso em 05/09/2011.
- MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. t. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1974.
- _____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. t. 2. Rio de Janeiro: Forense, 1974.
- _____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. t. 4. Rio de Janeiro: Forense, 1974.
- _____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. t. 5. Rio de Janeiro: Forense, 1974.
- _____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. t. 12. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
- MITIDIERO, Daniel. *Colaboração no Processo Civil*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

- MODESTO, Paulo Eduardo Garrido. Investigação de Paternidade – Revelia. In *Revista do Ministério Público do Estado da Bahia*. vol. 3, jan./jun. 1994. p. 260.
- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil: Direito de Família*. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
- MONTELEONE, Girolamo. *Diritto Processuale Civile*. vol. 2. Cedam: Padova, 1995.
- MONTENEGRO FILHO, Misael. *Curso de Direito Processual Civil*. 6. ed. vol. 1. São Paulo: Atlas, 2010.
- MORAES, Guilherme Braga Peña. *Assistência Jurídica, Defensoria Pública e o Acesso à Jurisdição no Estado Democrático de Direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.
- MORAES, Paulo Valério Dal Pai. A Vulnerabilidade Tributária do Consumidor. In *Revista de Direito do Consumidor*. vol. 51, jul. 2004. p. 198.
- _____. O Ministério Público e o Controle Prévio e Abstrato dos Contratos de Massa. In *Revista de Direito do Consumidor*. vol. 26, abr. 1998. p. 166.
- MORAES, Silvio Roberto Mello. *Princípios Institucionais da Defensoria Pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- MOREIRA, Jairo Cruz. *A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- NERY JR., Nelson. *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- _____. Intervenção do Ministério Público nos Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária. In *Revista de Processo*. vol. 46, abr. 1987. p. 7.
- _____. Legitimidade para Arguir Incompetência Relativa. In *Revista de Processo*. vol. 52, out. 1988. p. 214.

_____. Citação Pessoal de Surdo-Mudo. In *Revista de Processo*. vol. 53, jan. 1989. p. 217.

_____. A Citação com Hora Certa e a Contestação do Curador Especial. In *Revista de Processo*. vol. 55, jul./set. 1989. p. 54.

NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

NISHIYAMA, Adolfo Mamoru. A Proteção dos Consumidores Hipervulneráveis: Os Portadores de Deficiência, os Idosos, as Crianças e os Adolescentes. In *Revista de Direito do Consumidor*. vol. 76, out. 2010. p. 13.

NOGUEIRA, Antonio de Pádua Soubhie. Súmula 410 do STJ: Breve Análise Crítica. In *Revista de Processo*. vol. 190, dez. 2010. p. 231.

OLIVA, José Roberto Dantas. Revel Citado por Edital: Nomeação de Curador Especial é Imanente ao Princípio do Contraditório? In *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*. vol. 16, mar. 2002. p. 160.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro. *Teoria e Prática da Tutela Jurisdicional*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

OLIVEIRA, José Aparecido Fausto de. *O Defensor Público e a Curadoria Especial*. Disponível em [<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6764>]. Acesso em 06/10/2010.

OLIVEIRA, Waldemar Mariz de. *Substituição Processual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1971.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Princípios para a Proteção de Pessoas Acometidas de Transtorno Mental e para a Melhoria da Assistência à Saúde Mental.

Disponível em [<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Portadores-de-Defici%C3%Aancia/a-protecao-de-pessoas-acometidas-de-transtorno-mental-e-a-melhoria-da-assistencia-a-saude-mental.html>]. Acesso em 30/10/2011.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Resolução. n. 2656 (XLI-O/11). O Papel dos Defensores Públicos Oficiais. Disponível em [http://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/11698/AG_RES_2656_pt.pdf]. Acesso em 22/09/2011.

OTERO, Paulo. Pessoa Humana e Constituição: Contributo para uma Concepção Personalista do Direito Constitucional. In LEITE NETO, Diogo (coord.). *Pessoa Humana e Direito*. Coimbra: Almedina, 2009.

PAVAN, Dorival Renato. Cumprimento da Sentença em Face do Revel. In *Revista de Processo*. vol. 141, nov. 2006. p. 140.

PINTO, Nelson Luiz. Ação de Usucapião - Principais Aspectos Processuais. In *Revista de Processo*. vol. 65, jan. 1992. p. 19.

PIZA, Marcos Salvador de Toledo. Curador do Vínculo – Da Confusão Entre a Necessidade de Sua Atuação e a Liberdade de Sua Opinião. In *Revista dos Tribunais*. vol. 482, dez. 1975. p. 268.

PORTUGAL. Ordenações Afonsinas. Disponível em [<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>]. Acesso em 22/08/2011.

PORTUGAL. Ordenações Filipinas. Disponível em [<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>]. Acesso em 22/08/2011.

PORTUGAL. Ordenações Manuelinas. Disponível em [<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/>]. Acesso em 22/08/2011.

QUINTÃO, Cyntia Magalhães Pinto Godoi. Revelia e seus Efeitos – Aspectos Relevantes. In *Ciência Jurídica*. vol. 156, nov./dez. 2010. p. 137.

- RAMOS, Manuel Ortells; RUIZ, Juan Camara; SANCHEZ, Ricardo Juan. *Derecho Procesal. Introducción*. Valencia: Punto y Coma, 2000.
- REICHELTL, Luis Alberto. O Conteúdo da Garantia do Contraditório no Direito Processual Civil. In *Revista de Processo*. vol. 162, ago. 2008. p. 330.
- RODRIGUES, Rosalina Pinto da Costa. O Termo Inicial para a Contagem do Prazo de 15 Dias Previsto no Art. 475-J do CPC - Análise do Posicionamento do STJ. In *Revista de Processo*. vol. 183, mai. 2010. p. 289.
- SALVADOR, Antonio Raphael Silva. Ministério Público - Intervenção - Impossibilidade de haver dois Representantes Funcionando no mesmo feito em Posições Processuais Diversas. In *Revista dos Tribunais*. vol. 627, jan. 1988. p. 263.
- SANSEVERINO, Milton. *Curadoria de Ausentes e Incapazes*. São Paulo: APMP, 1981.
- SANTOS, Alberto Marques dos. Revelia no Procedimento Sumário. Estudo de Três Casuísmos. In *Revista dos Tribunais*. vol. 737, mar. 1997. p. 127.
- SANTOS, Cezar. O Ônus da Impugnação Específica do Novo CPC. In *Revista Brasileira de Direito Processual*. vol. 42, 1983. p. 11.
- SANTOS, Ernane Fidelis dos. *Manual de Direito Processual Civil*. 4. ed. vol. 2. São Paulo: Saraiva, 1996.
- SANTOS, Guilherme Luis Quaresma Batista. Algumas Notas sobre o Contraditório no Processo Civil. In *Revista de Processo*. vol. 194, abr. 2011. p. 69.
- SANTOS, Igor Raatz dos. Processo, Igualdade e Colaboração - Os Deveres de Esclarecimento, Prevenção, Consulta e Auxílio como Meio de Redução das Desigualdades no Processo Civil. In *Revista de Processo*. vol. 192, fev. 2011. p. 47.
- SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*. 7. ed. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 1980.

- SANTOS NETO, José Antonio de Paula. *Da Ausência*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.
- SÃO PAULO. Lei Estadual n. 2.421/1930. Disponível em [<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1930/lei%20n.2.421,%20de%2014.01.1930.htm>]. Acesso em 13/09 /2011.
- SÉGUIN, Elida. *Minorias e Grupos Vulneráveis: Uma Abordagem Jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- SILVA, Bruno Campos. Novos Rumos do Processo de Execução no Brasil - Aspectos Referentes à Defesa Endoprocessual do Executado. In *Revista de Processo*. vol. 118, nov. 2004. p. 119.
- SILVA, Fernanda Tartuce. *Vulnerabilidade como Critério Legítimo de Desequiparação no Processo Civil*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2011.
- SILVA, Luis Renato Ferreira da. Considerações sobre os Efeitos da Revelia na Citação por Edital. In *Revista dos Tribunais*. vol. 630, abr. 1988. p. 259.
- SILVA, Paulo Penteado de Faria. Curador à Lide em Ação de Usucapião. In *Revista dos Tribunais*. vol. 526, ago. 1979. p. 14.
- SILVA JR., Hédio. O Princípio da Igualdade e os Direitos de Igualdade na Constituição de 1988. In *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. vol. 38, jan. 2002. p. 168.
- SIQUEIRA, Cleanto Guimarães. *A Defesa no Processo Civil*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- SOUSA, José Augusto Garcia. Solidarismo Jurídico, Acesso à Justiça e Funções Típicas e Atípicas da Defensoria Pública: A Aplicação do Método Instrumentalista na Busca

de um Perfil Institucional Adequado. In *Revista de Direito da Defensoria Pública do Rio de Janeiro*. vol. 19, abr. 2004. p. 215.

_____. A Legitimidade da Defensoria Pública para a Tutela dos Interesses Difusos: Uma Abordagem Positiva. In *Revista de Processo*. vol. 175, set. 2009. p. 192.

SOUSA, José Augusto Garcia (coord.). *A Defensoria Pública e os Processos Coletivos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SOUSA, Miguel Teixeira de. *Estudos sobre o Novo Processo Civil*. 2. ed. Lisboa: Ed. Lex, 1997.

SOUZA, Artur César de. *Contraditório e Revelia – Perspectiva Crítica dos Efeitos da Revelia em Face da Natureza Dialética do Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

_____. A Parcialidade Positiva do Juiz (Justiça Parcial) como Critério de Realização no Processo Jurisdicional das Promessas do Constitucionalismo Social. In *Revista dos Tribunais*. vol. 857, mar. 2007. p. 29.

SOUZA, Gelson Amaro de. Da Revelia. In *Revista de Processo*. vol. 80, out. 1995. p. 186.

SOUZA, Silvana Cristina Bonifácio. *Assistência Jurídica Integral e Gratuita*. São Paulo: Método, 2003.

SPENGLER NETO, Theobaldo. A Citação Edital nas Ações Sob a Égide da Gratuidade Judiciária. In *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*. vol. 21, jan./fev. 2003. p. 119.

TALAMINI, Eduardo. A Objeção na Execução (Exceção de Pré- Executividade) e as Leis de Reforma no Código de Processo Civil. In SANTOS, Ernani Fidelis et al. (coord.). *Execução Civil. Estudos em Homenagem ao Professor Humberto Theodoro Jr.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

TESHEINER, José Maria Rosa. Ação Popular, Substituição Processual e Tutela do Direito Objetivo. In *Revista de Processo*. vol. 167, jan. 2009. p. 398.

THEODORO JR., Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 31. ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. *Curso de Direito Processual Civil*. 19. ed. vol. 2. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

_____. *Comentários ao CPC*. vol. 5. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

THEODORO JR., Humberto; NUNES, Dierle José Coelho. Uma Dimensão que Urge Reconhecer ao Contraditório no Direito Brasileiro: Sua Aplicação como Garantia de Influência, de não Surpresa e de Aproveitamento da Atividade Processual. In *Revista de Processo*. vol. 168, fev. 2009. p. 107.

TORNAGHI, Hélio. *Comentários ao Código de Processo Civil*. vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1974.

TRIOLA, Mario F. *Introdução à Estatística*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1999.

TROKER, Nicolò. *Processo Civile e Costituzione*. Milano: Giuffré Editore, 1974.

TUCCI, Rogério Lauria. *Da Contumácia no Processo Civil Brasileiro*. São Paulo: José Bushatsky Editor, 1964.

VARGAS, Cirilo Augusto. *Poderes Instrutórios do Curador Especial*. Disponível em [http://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=8717]. Acesso em 06/10/2010.

VELASCO, Ignácio M. Poveda. O Direito Nacional Português: As Ordenações do Reino. In *Revista da Faculdade de Direito da USP*, 1984.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil – Direito de Família*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

- VICENTE, Petrócio Malafaia. *Defensoria Pública. Princípios Institucionais*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- VIEIRA, Patrícia Ruy. A Interdição Civil no Direito Brasileiro. In *Revista dos Tribunais*. vol. 826, ago. 2004. p. 93.
- WAMBIER, Luiz Rodrigues e TALAMINI, Eduardo. *Curso Avançado de Processo Civil*. 11. ed. vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- WOOLDRIDGE, Jeffrey M. *Introdução à Econometria - Uma Abordagem Moderna*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- YARSHELL, Flavio Luiz. *Tutela Jurisdicional*. 2. ed. São Paulo: DPJ, 2006.
- YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. Revelia e Direito à Prova. In *Revista de Processo*. vol. 185, jul. 2010. p. 35.
- ZANETI JR., Hermes. O Problema da Verdade no Processo Civil: Modelos de Prova e de Procedimento Probatório. In *Revista de Processo*. vol. 116, jul./ago. 2004. p. 334.

APÊNDICE A – Banco de dados de jurisprudência

**APÊNDICE B – Banco de dados contendo as respostas
ao questionário aplicado aos defensores públicos**

JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL				
n	Processo nº	Relator - Ministro	data julgamento	classificação do assunto principal relativo ao curador
1	HC 88387 / MT	RICARDO LEWANDOWSKI	10/10/2006	processo penal
2	HC 84765 / SP	CELSO DE MELLO	30/11/2004	processo penal
3	Pet 3223 MC / GO	CARLOS BRITTO	05/10/2004	outros - diversos
4	SE 7101 AgR-AgR / PG	MAURÍCIO CORRÊA	15/10/2003	homologação sentença estrangeira
5	SEC 4835 / EU	NÉRI DA SILVEIRA	04/04/2002	homologação sentença estrangeira
6	SEC 5816 / AT	NELSON JOBIM	03/04/2002	homologação sentença estrangeira
7	SEC 5529 / SR	NELSON JOBIM	13/03/2002	homologação sentença estrangeira
8	HC 80912 / RJ	NÉRI DA SILVEIRA	05/06/2001	processo penal
9	HC 79488 / SP	OCTAVIO GALLOTTI	18/11/1999	cabimento ou necessidade de atuação
10	SEC 5661 / UK	MARCO AURÉLIO	19/05/1999	homologação sentença estrangeira
11	SEC 5116 AgR / PG	MARCO AURÉLIO	22/10/1998	não relacionados à curadoria especial
12	SEC 5627 / REPÚBLICA ARGENTINA	SEPÚLVEDA PERTENCE	22/10/1998	homologação sentença estrangeira
13	RE 215201 / RJ	MOREIRA ALVES	16/06/1998	resultado negativo
14	HC 76311 / SP	OCTAVIO GALLOTTI	28/04/1998	processo penal
15	SEC 4964 / ESTADO DE ISRAEL	MARCO AURÉLIO	28/11/1996	homologação sentença estrangeira
16	SEC 5157 / RFA	NÉRI DA SILVEIRA	19/06/1996	homologação sentença estrangeira
17	SEC 5093 / ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	CELSO DE MELLO	08/02/1996	homologação sentença estrangeira
18	SEC 4824 / ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	NÉRI DA SILVEIRA	11/10/1995	homologação sentença estrangeira
19	SEC 4646 / REPÚBLICA ARGENTINA	CELSO DE MELLO	21/10/1994	homologação sentença estrangeira
20	SEC 4512 / CONFEDERAÇÃO HELVÉTICA	PAULO BROSSARD	21/10/1994	homologação sentença estrangeira
21	HC 71293 / RJ	CELSO DE MELLO	14/06/1994	processo penal
22	MS 21969 MC / DF	ILMAR GALVÃO	28/03/1994	não relacionados à curadoria especial
23	SEC 4469 / I	MARCO AURÉLIO	10/12/1993	homologação sentença estrangeira
24	HC 68796 / RS	PAULO BROSSARD	15/09/1992	processo penal
25	ADI 72 QO / ES	SEPÚLVEDA PERTENCE	22/03/1990	não relacionados à curadoria especial
26	ADI 97 QO / RO	MOREIRA ALVES	22/11/1989	não relacionados à curadoria especial
27	RE 117639 / S	OCTAVIO GALLOTTI	11/10/1988	outros - diversos
28	RE 108821 / GO	SYDNEY SANCHES	02/10/1987	não relacionados à curadoria especial
29	AR 920 segunda / RJ	ALDIR PASSARINHO	19/08/1987	não relacionados à curadoria especial
30	RE 106826 / PR	ALDIR PASSARINHO	31/03/1987	anulação por não atuação
31	RE 108073 / MG	FRANCISCO REZEK	24/02/1987	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
32	HC 64196 / RS	OSCAR CORREA	30/09/1986	processo penal
33	RHC 62753 / RS	RAFAEL MAYER	16/08/1985	processo penal
34	HC 61413 / SP	OSCAR CORREA	14/02/1984	processo penal
35	RHC 61215 / RJ	SOARES MUNOZ	21/10/1983	processo penal
36	HC 61144 / SP -	ALDIR PASSARINHO	14/10/1983	processo penal
37	AI 89954 AgR / RJ	RAFAEL MAYER	07/12/1982	cabimento ou necessidade de atuação
38	RHC 60342 / PB	ALFREDO BUZAID	28/09/1982	processo penal
39	SE 2776 /	OSCAR CORREA	20/05/1982	homologação sentença estrangeira

n	Processo nº	Relator - Ministro	data julgamento	classificação do assunto principal relativo ao curador
40	RE 93234 / RJ	FIRMINO PAZ	20/10/1981	outros - diversos
41	RE 84687 embargos-AgR / PE	ANTONIO NEDER	29/11/1978	cabimento ou necessidade de atuação
42	RE 84687 / PE -	LEITAO DE ABREU	13/06/1978	cabimento ou necessidade de atuação
43	RE 86044 / MG	CORDEIRO GUERRA	02/09/1977	cabimento ou necessidade de atuação
44	HC 51891 / SP	BILAC PINTO	19/03/1974	processo penal
45	RE 74191 / MG	BARROS MONTEIRO	23/11/1972	cabimento ou necessidade de atuação
46	RE 68390 / CE	BARROS MONTEIRO	23/10/1969	não relacionados à curadoria especial
47	HC 45691 / GB	VICTOR NUNES	09/09/1968	processo penal
48	RE 63548 / GO	ALIOMAR BALEEIRO	28/05/1968	outros - diversos
49	RE 53027 / GB	EVANDRO LINS	12/12/1963	curador de direito material

JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA				
n	Processo nº	Relator - Ministro	data julgamento	classificação do assunto principal relativo ao curador
1	AgRg no REsp 1215428 / SP	MASSAMI UYEDA	15/09/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência
2	REsp 1205113	NANCY ANDRIGHI	06/09/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência
3	AgRg no REsp 817621 / ES	PAULO DE TARSO SANSEVERINO	23/08/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência
4	REsp 1006833 / RJ	MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA	22/08/2011	cabimento ou necessidade de atuação
5	SEC 4172 / EX	TEORI ALBINO ZAVASCKI	09/06/2011	homologação sentença estrangeira
6	AgRg no REsp 1247789 / RS	MASSAMI UYEDA	07/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência
7	REsp 1225453 / PR	MAURO CAMPBELL MARQUES	02/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência
8	HC 107253 / SP	MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA	31/05/2011	processo penal
9	AgRg no REsp 1099994 / RS	MASSAMI UYEDA	17/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência
10	REsp 1125954 / RS	LAURITA VAZ	03/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência
11	AgRg no REsp 1194795 / SP	SIDNEI BENETI	26/04/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência
12	REsp 1203312 / SP	NANCY ANDRIGHI	14/04/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência
13	REsp 1229361 / SP	VASCO DELLA GIUSTINA	12/04/2011	cabimento ou necessidade de atuação
14	REsp 1239257 / PR	MAURO CAMPBELL MARQUES	22/03/2011	resultado negativo
15	HC 158968	OG FERNANDES	17/03/2011	processo penal
16	AgRg no REsp 1060459 / MG	TEORI ALBINO ZAVASCKI	03/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência
17	REsp 1154767	LUIZ FUX	03/02/2011	não relacionados à curadoria especial
18	HC 148136	NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO	22/02/2011	processo penal
19	REsp 772829 / RS	MAURO CAMPBELL MARQUES	16/12/2010	cabimento ou necessidade de atuação
20	REsp 1104064	LUIZ FUX	14/12/2010	não relacionados à curadoria especial
21	REsp 1005587 / PR	LUIZ FUX	02/12/2010	não relacionados à curadoria especial
22	AgRg no REsp 1186284 / MS	SIDNEI BENETI	23/11/2010	verba honorária/ custas/ sucumbência
23	AgRg no REsp 1185908 / CE	ALDIR PASSARINHO JUNIOR	09/11/2010	verba honorária/ custas/ sucumbência
24	REsp 1137787	NANCY ANDRIGHI	09/11/2010	curador de direito material
25	AgRg no Ag 1061124 / SP	LUIZ FUX	21/10/2010	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
26	REsp 725456 / PR	LUIS FELIPE SALOMÃO	05/10/2010	cabimento ou necessidade de atuação
27	AgRg no REsp 1050250 DF	LAURITA VAZ	21/09/2010	prazo em dobro
28	AgRg no REsp 1140542 / MG	MAURO CAMPBELL MARQUES	19/08/2010	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
29	SEC 259	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	04/08/2010	homologação sentença estrangeira

n	Processo nº	Relator - Ministro	data julgamento	classificação do assunto principal relativo ao curador
30	AgRg no REsp 1191286 / SP	ALDIR PASSARINHO JUNIOR	03/08/2010	verba honorária/ custas/ sucumbência
31	REsp 1021919 / PR	CASTRO MEIRA	22/06/2010	cabimento ou necessidade de atuação
32	REsp 1125548 / RS	JORGE MUSSI	01/06/2010	cabimento ou necessidade de atuação
33	AgRg no Ag 1131197 / PR	LUIZ FUX	11/05/2010	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
34	AgRg no REsp 1176126 / RS	MASSAMI UYEDA	04/05/2010	verba honorária/ custas/ sucumbência
35	SEC 2019 / US	LAURITA VAZ	12/04/2010	homologação sentença estrangeira
36	REsp 1009293 / SP	NANCY ANDRIGHI	06/04/2010	intimação pessoal para multa do 475 J
37	REsp 1164558 / SP	CASTRO MEIRA	09/03/2010	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
38	REsp 1110548 / PB	LAURITA VAZ	25/02/2010	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
39	RHC 26077 / DF	FELIX FISCHER	09/02/2010	processo penal
40	AgRg no REsp 950884 / MG	HUMBERTO MARTINS	02/02/2010	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
41	REsp 764886 / MG	MAURO CAMPBELL MARQUES	15/12/2009	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
42	<u>REsp 859320</u>	ARNALDO ESTEVES LIMA	04/12/2009	processo penal
43	<u>REsp 784034 SP</u>	MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA	20/10/2009	processo penal
44	AgRg no Ag 1148322 / RJ	LUIS FELIPE SALOMÃO	29/09/2009	verba honorária/ custas/ sucumbência
45	<u>REsp 742186</u>	MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA	29/09/2009	processo penal
46	AgRg no REsp 844958 / MG	ELIANA CALMON	20/08/2009	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
47	HC 133874 / SP	LAURITA VAZ	19/08/2009	processo penal
48	EDcl no REsp 1081414 / MG	BENEDITO GONÇALVES	18/08/2009	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
49	REsp 981169 / RJ	HUMBERTO MARTINS	18/08/2009	resultado favorável
50	<u>REsp 963856</u>	ELIANA CALMON	18/08/2009	outros - diversos
51	HC 53540 / RJ	MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA	06/08/2009	processo penal
52	AgRg no Ag 1064395 / SP	LUIZ FUX	04/08/2009	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
53	AgRgno AgRg no REsp 805689 / MG	MAURO CAMPBELL MARQUES	23/06/2009	verba honorária/ custas/ sucumbência
54	EDcl no AgRg no REsp 765069 / MG	MAURO CAMPBELL MARQUES	23/06/2009	verba honorária/ custas/ sucumbência
55	SEC 3183 / DE	LUIZ FUX	17/06/2009	homologação sentença estrangeira
56	AgRg na CR 3202 / NO	CESAR ASFOR ROCHA	28/05/2009	cabimento ou necessidade de atuação
57	<u>REsp 681881</u>	HUMBERTO MARTINS	26/05/2009	não relacionados à curadoria especial
58	REsp 999901 / RS	LUIZ FUX	13/05/2009	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
59	AgRg no Ag 1085026 / SC	HERMAN BENJAMIN	12/05/2009	não relacionados à curadoria especial
60	AgRg no Ag 1089029 / DF	MAURO CAMPBELL MARQUES	28/04/2009	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria

n	Processo nº	Relator - Ministro	data julgamento	classificação do assunto principal relativo ao curador
61	REsp 899273 / GO	ALDIR PASSARINHO JUNIOR	02/04/2009	verba honorária/ custas/ sucumbência
62	AgRg no REsp 765069 / MG	MAURO CAMPBELL MARQUES	24/03/2009	verba honorária/ custas/ sucumbência
63	REsp 912049 / RS	ARNALDO ESTEVES LIMA	19/03/2009	processo penal
64	REsp 1081414 / MG	BENEDITO GONÇALVES	10/03/2009	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
65	REsp 924268 / RJ	ARNALDO ESTEVES LIMA	19/02/2009	cabimento ou necessidade de atuação
66	AgRg no REsp 952095 / MG	MAURO CAMPBELL MARQUES	18/12/2008	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
67	AgRg no REsp 800916 / MG	MAURO CAMPBELL MARQUES	18/12/2008	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
68	HC 52089 / SP	OG FERNANDES	04/12/2008	processo penal
69	REsp 819803 / MG	TEORI ALBINO ZAVASCKI	18/11/2008	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
70	REsp 632984 / MG	MAURO CAMPBELL MARQUES	11/11/2008	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
71	REsp 936516 / RS	ELIANA CALMON	21/10/2008	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
72	REsp 782655	FRANCISCO FALCÃO	14/10/2008	não relacionados à curadoria especial
73	REsp 1084930 / MG	ELIANA CALMON	14/10/2008	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
74	HC 102268 / SP	NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO	07/10/2008	processo penal
75	REsp 754309 / MG	TEORI ALBINO ZAVASCKI	16/09/2008	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
76	REsp 987535	OG FERNANDES	11/09/2008	processo penal
77	MS 10906 / DF	NILSON NAVES	10/09/2008	curador de direito material
78	REsp 771860 / RJ	CASTRO MEIRA	04/09/2008	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
79	REsp 892233	ELIANA CALMON	04/09/2008	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
80	AgRg no REsp 915605	ELIANA CALMON	04/09/2008	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
81	AgRg no Ag 1021490	SIDNEI BENETI	05/08/2008	não relacionados à curadoria especial
82	REsp 802048 / MG	CARLOS FERNANDO MATHIAS	19/06/2008	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
83	REsp 1016023	NANCY ANDRIGHI	27/05/2008	curador de direito material
84	REsp 1032974	CARLOS FERNANDO MATHIAS	06/05/2008	não relacionados à curadoria especial
85	AgRg no AgRg no REsp 890571 / MG	LUIZ FUX	22/04/2008	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
86	SEC 307 / IL	CESAR ASFOR ROCHA	05/03/2008	homologação sentença estrangeira
87	HC 89684 / MG	FELIX FISCHER	26/02/2008	processo penal
88	SEC 587 / CH	TEORI ALBINO ZAVASCKI	11/02/2008	homologação sentença estrangeira
89	REsp 957422 / RS	ARNALDO ESTEVES LIMA	13/12/2007	verba honorária/ custas/ sucumbência
90	REsp 852459 / RJ	LUIZ FUX	11/12/2007	verba honorária/ custas/ sucumbência
91	AgRg no Ag 619962 / MG	ARI PARGENDLER	04/12/2007	verba honorária/ custas/ sucumbência
92	SEC 1745 / DE	LAURITA VAZ	21/11/2007	homologação sentença estrangeira

n	Processo nº	Relator - Ministro	data julgamento	classificação do assunto principal relativo ao curador
93	SEC 414 / SE	GILSON DIPP	21/11/2007	homologação sentença estrangeira
94	REsp 859794 / ES	CASTRO MEIRA	20/11/2007	resultado favorável
95	REsp 899236 / MG	FRANCISCO FALCAO	06/11/2007	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
96	AgRg no REsp 838610 / MG	LUIZ FUX	04/10/2007	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
97	AgRg no REsp 850242 / RS	LUIZ FUX	04/10/2007	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
98	REsp 905212 / RJ	HUMBERTO GOMES DE BARROS	02/10/2007	pode atuar em falência
99	AgRg no REsp 894996 / MG	LUIZ FUX	02/10/2007	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
100	AgRg no REsp 914710 / MG	ELIANA CALMON	25/09/2007	verba honorária/ custas/ sucumbência
101	REsp 886124 / DF	CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO	20/09/2007	cabimento ou necessidade de atuação
102	HC 48709 / MG	ARNALDO ESTEVES LIMA	16/08/2007	processo penal
103	AgRg no Ag 863427 / MG	LUIZ FUX	14/08/2007	cabimento ou necessidade de atuação
104	REsp 627292 / MG	TEORI ALBINO ZAVASCKI	07/08/2007	verba honorária/ custas/ sucumbência
105	REsp 687115 / GO	NANCY ANDRIGHI	28/06/2007	cabimento ou necessidade de atuação
106	REsp 685251 / RS	DENISE ARRUDA	21/06/2007	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
107	REsp 626306 / RJ	CASTRO FILHO	19/06/2007	cabimento ou necessidade de atuação
108	REsp 897682 / MS	NANCY ANDRIGHI	17/05/2007	cabimento ou necessidade de atuação
109	REsp 799493	FELIX FISCHER	14/06/2007	processo penal
110	AgRg no AgRg no REsp 736179 / MG	LUIZ FUX	17/05/2007	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
111	HC 71309 / RS	GILSON DIPP	17/05/2007	processo penal
112	SEC 421 / BO	FELIX FISCHER	16/05/2007	homologação sentença estrangeira
113	AgRg no REsp 665414 / PR	HERMAN BENJAMIN	08/05/2007	não relacionados à curadoria especial
114	AgRg no Ag 736990 / MG	LUIZ FUX	03/05/2007	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
115	REsp 785090 / MG	ELIANA CALMON	10/04/2007	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
116	REsp 604761 / GO	HUMBERTO GOMES DE BARROS	20/03/2007	pode atuar em falência
117	RHC 14924 / GO	PAULO MEDINA	15/03/2007	processo penal
118	REsp 899343 / RS	CASTRO MEIRA	27/02/2007	cabimento ou necessidade de atuação
119	AgRg no REsp 865674 / MG	FRANCISCO FALCÃO	27/02/2007	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
120	REsp 785921 / MG	CASTRO MEIRA	13/02/2007	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
121	REsp 850930 / RJ	JOSÉ DELGADO	12/12/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
122	AgRg no REsp 658171 / MG	DENISE ARRUDA	07/12/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
123	SEC 530	NILSON NAVES	06/12/2006	homologação sentença estrangeira
124	SEC 820 / US	LAURITA VAZ	06/12/2006	homologação sentença estrangeira

n	Processo nº	Relator - Ministro	data julgamento	classificação do assunto principal relativo ao curador
125	REsp 783931 / MG	HUMBERTO MARTINS	21/11/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
126	REsp 620840 / RJ	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	21/11/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
127	AgRg no AgRg no Ag 756818 / RS	LUIZ FUX	14/11/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
128	Resp 735014 / SE	FRANCISCO FALCÃO	07/11/2006	cabimento ou necessidade de atuação
129	AgRg no REsp 852263 / MG	JOSÉ DELGADO	21/09/2006	verba honorária/ custas/ sucumbência
130	REsp 749226 / SP	ALDIR PASSARINHO JUNIOR	12/09/2006	prazo em dobro
131	REsp 511805 / MG	TEORI ALBINO ZAVASCKI	17/08/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
132	REsp 837050 / SP	LUIZ FUX	17/08/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
133	SEC 833 / US	ELIANA CALMON	16/08/2006	homologação sentença estrangeira
134	AgRg no REsp 604157 / MG	HUMBERTO MARTINS	15/08/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
135	REsp 849454 / RS	HUMBERTO MARTINS	15/08/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
136	REsp 812193 / MG	LUIZ FUX	03/08/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
137	SEC 573 / CH	JOSÉ DELGADO	01/08/2006	homologação sentença estrangeira
138	HC 51131 / SP	GILSON DIPP	12/06/2006	processo penal
139	REsp 820723 / RS	CASTRO MEIRA	06/06/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
140	REsp 833362 / MG	CASTRO MEIRA	06/06/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
141	REsp 819766	GILSON DIPP	06/06/2006	processo penal
142	AgRg no REsp 783024 / MG	LUIZ FUX	01/06/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
143	REsp 701927 / SP	NANCY ANDRIGHI	18/05/2006	pode atuar em falência
144	REsp 785281 / MG	CASTRO MEIRA	16/05/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
145	AgRg no Ag 735394 / RJ	JORGE SCARTEZZINI	04/05/2006	cabimento ou necessidade de atuação
146	REsp 793112 / RS	CASTRO MEIRA	25/04/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
147	REsp 789133 / RS	CASTRO MEIRA	25/04/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
148	HC 49515 / SP	FELIX FISCHER	11/04/2006	processo penal
149	REsp 782826 / MG	JOSÉ DELGADO	11/04/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
150	REsp 817659 / RS	TEORI ALBINO ZAVASCKI	06/04/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
151	AgRg no Ag 732211 / MG	TEORI ALBINO ZAVASCKI	28/03/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
152	REsp 820731 / RS	CASTRO MEIRA	28/03/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
153	REsp 588365 / DF	CESAR ASFOR ROCHA	28/03/2006	resultado negativo
154	EDcl no AgRg no REsp 756739 / SP	LUIZ FUX	16/03/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
155	SEC 57 / DF	LAURITA VAZ	15/03/2006	homologação sentença estrangeira
156	HC 47212 / MT	GILSON DIPP	16/02/2006	processo penal

n	Processo nº	Relator - Ministro	data julgamento	classificação do assunto principal relativo ao curador
157	AgRg no REsp 724091 / MG	LUIZ FUX	16/02/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
158	SEC 829 / US	JOSÉ DELGADO	15/02/2006	homologação sentença estrangeira
159	SEC 63 / US	ELIANA CALMON	15/02/2006	homologação sentença estrangeira
160	REsp 800907 / RS	CASTRO MEIRA	07/02/2006	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
161	REsp 538284 / RO	FRANCISCO PEÇANHA MARTINS	13/12/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
162	REsp 178245 / SC	ALDIR PASSARINHO JUNIOR	13/12/2005	não relacionados à curadoria especial
163	AgRg no REsp 756739 / SP	LUIZ FUX	06/12/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
164	REsp 723144 / MG	ELIANA CALMON	06/12/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
165	HC 46106 / SC	HAMILTON CARVALHIDO	29/11/2005	processo penal
166	REsp 686903 / MG	FRANCISCO PEÇANHA MARTINS	17/11/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
167	REsp 634176 / RN	CASTRO MEIRA	08/11/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
168	REsp 729513 / RN	ELIANA CALMON	08/11/2005	não relacionados à curadoria especial
169	EDcl no Ag 683660 / MG	JOSÉ DELGADO	25/10/2005	verba honorária/ custas/ sucumbência
170	REsp 694400 / RN	ELIANA CALMON	20/10/2005	não relacionados à curadoria especial
171	REsp 605825 / SP	CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO	20/10/2005	verba honorária/ custas/ sucumbência
172	REsp 115764 / GO	BARROS MONTEIRO	18/10/2005	não relacionados à curadoria especial
173	REsp 706454 / MG	ELIANA CALMON	11/10/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
174	SEC 882 / CA	BARROS MONTEIRO	05/10/2005	homologação sentença estrangeira
175	REsp 758739 / PR	CASTRO FILHO	20/09/2005	curador de direito material
176	REsp 584476 / BA	TEORI ALBINO ZAVASCKI	13/09/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
177	REsp 600713 / RS	NANCY ANDRIGHI	13/09/2005	curador de direito material
178	REsp 623432 / MG	ELIANA CALMON	01/09/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
179	REsp 686480 / MG	FRANCISCO PEÇANHA MARTINS	01/09/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
180	REsp 489182 / RO	FRANCISCO PEÇANHA MARTINS	18/08/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
181	REsp 698828 / MG	FRANCISCO PEÇANHA MARTINS	18/08/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
182	HC 38278 / SC	FELIX FISCHER	18/08/2005	processo penal
183	REsp 761085 / MG	TEORI ALBINO ZAVASCKI	16/08/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
184	REsp 755611 / MG	TEORI ALBINO ZAVASCKI	09/08/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
185	REsp 622366 / RJ	NANCY ANDRIGHI	21/06/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
186	AgRg no REsp 677000	LUIZ FUX	14/06/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
187	AgRg no REsp 710449 / MG	FRANCISCO FALCÃO	07/06/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria

n	Processo nº	Relator - Ministro	data julgamento	classificação do assunto principal relativo ao curador
188	AgRg no REsp 664406 / MG	FRANCISCO FALCÃO	19/05/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
189	REsp 723918 / RN	ELIANA CALMON	17/05/2005	não relacionados à curadoria especial
190	AgRg no REsp 705973 / RS	FRANCISCO FALCÃO	14/05/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
191	REsp 710788 / RS	JOSÉ DELGADO	05/05/2005	outros - diversos
192	SEC 295 / US	JOSÉ DELGADO	04/05/2005	homologação sentença estrangeira
193	REsp 632474 / RJ	ELIANA CALMON	03/05/2005	não relacionados à curadoria especial
194	REsp 480328 / PR	DENISE ARRUDA	03/05/2005	não relacionados à curadoria especial
195	REsp 472897 / MG	HÉLIO QUAGLIA BARBOSA	26/04/2005	processo penal
196	REsp 727172 / RR	TEORI ALBINO ZAVASCKI	19/04/2005	cabimento ou necessidade de atuação
197	AgRg no REsp 633427 / RJ	LUIZ FUX	19/04/2005	não relacionados à curadoria especial
198	HC 38489 / RJ	GILSON DIPP	12/04/2005	processo penal
199	REsp 716183 / RS	JOSÉ DELGADO	05/04/2005	não relacionados à curadoria especial
200	AgRg nos EDcl no REsp 488089 / SP	FRANCISCO FALCÃO	05/04/2005	não relacionados à curadoria especial
201	AgRg no Ag 631754 / MG	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	05/04/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
202	RMS 11064 / MG	JORGE SCARTEZZINI	22/03/2005	nulidade citação ficta
203	REsp 671627 / RS	LUIZ FUX	15/03/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
204	AgRg no Ag 621340 / MG	FRANCIULLI NETTO	15/03/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
205	REsp 575073 / RO	CASTRO MEIRA	15/03/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
206	EDcl no AgRg no Ag 611698 / MG	DENISE ARRUDA	22/02/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
207	EDcl no REsp 621601 / MG	ELIANA CALMON	22/02/2005	verba honorária/ custas/ sucumbência
208	REsp 625193 / RO	LUIZ FUX	15/02/2005	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
209	RHC 16872 / MT	CASTRO MEIRA	14/12/2004	processo penal
210	REsp 653720 / DF	NANCY ANDRIGHI	02/12/2004	cabimento ou necessidade de atuação
211	REsp 477789 / AC	DENISE ARRUDA	02/12/2004	não relacionados à curadoria especial
212	REsp 653720 / DF	NANCY ANDRIGHI	02/12/2004	cabimento ou necessidade de atuação
213	REsp 614262 / RJ	CASTRO MEIRA	23/11/2004	não relacionados à curadoria especial
214	AgRg no REsp 660577 / BA	FRANCISCO FALCÃO	18/11/2004	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
215	AgRg no REsp 631993 / AL	DENISE ARRUDA	16/11/2004	não relacionados à curadoria especial
216	REsp 652518 / PR	LUIZ FUX	09/11/2004	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
217	REsp 488089 / SP	FRANCISCO FALCÃO	26/10/2004	verba honorária/ custas/ sucumbência
218	AgRg no REsp 515139 / SP	DENISE ARRUDA	26/10/2004	não relacionados à curadoria especial

n	Processo nº	Relator - Ministro	data julgamento	classificação do assunto principal relativo ao curador
219	HC 33613 / SC	ARNALDO ESTEVES LIMA	21/09/2004	processo penal
220	REsp 604671 / SP	GILSON DIPP	16/09/2004	processo penal
221	REsp 652518 / PR	LUIZ FUX	09/11/2004	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
222	REsp 621601 / MG	ELIANA CALMON	02/09/2004	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
223	REsp 613041	LAURITA VAZ	03/08/2004	processo penal
224	AgRg no Ag 543946 / MG	DENISE ARRUDA	03/08/2004	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
225	REsp 502917 / RO	FRANCIULLI NETTO	22/06/2004	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
226	AgRg no REsp 621422 / MG	FRANCISCO FALCÃO	01/06/2004	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
227	AgRg no Ag 568522 / MG	LUIZ FUX	01/06/2004	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
228	HC 32708 / RJ	LAURITA VAZ	01/06/2004	processo penal
229	AgRg no Ag 565973 / MG	FRANCISCO FALCÃO	25/05/2004	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
230	REsp 486223 / SP	ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO	06/05/2004	verba honorária/ custas/ sucumbência
231	HC 32347 / MS	FELIX FISCHER	06/05/2004	processo penal
232	AgRg no REsp 600349 / RJ	LUIZ FUX	27/04/2004	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
233	AgRg no REsp 418156 / RO	FRANCIULLI NETTO	15/04/2004	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
234	REsp 221962 / BA	HUMBERTO GOMES DE BARROS	18/03/2004	atuação do MP como curador
235	HC 25690 / SP	JORGE SCARTEZZINI	18/03/2004	processo penal
236	AgRg no REsp 422892 / RO	FRANCIULLI NETTO	16/03/2004	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
237	RHC 15323 / RS	JOSÉ ARNALDO DA FONSECA	04/03/2004	processo penal
238	AgRg no REsp 494987 / RO	TEORI ALBINO ZAVASCKI	02/03/2004	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
239	HC 27434 / SC	LAURITA VAZ	03/02/2004	processo penal
240	REsp 543913 / RO	LUIZ FUX	09/12/2003	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
241	REsp 466703 / DF	FELIX FISCHER	04/12/2003	curador de direito material
242	HC 30127 / SP	GILSON DIPP	02/12/2003	processo penal
243	REsp 505061 / MG	CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO	21/10/2003	resultado favorável
244	REsp 493959 / RS	CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO	07/10/2003	curador de direito material
245	REsp 220172 / MG	RUY ROSADO DE AGUIAR	18/09/2003	poderes do curador especial
246	REsp 493835 / RS	LAURITA VAZ	16/09/2003	processo penal
247	REsp 476471 / RS	FRANCIULLI NETTO	04/09/2003	outros - diversos
248	REsp 316342 / SP	LAURITA VAZ	24/06/2003	outros - diversos
249	REsp 488712 / RJ	ARI PARGENDLER	06/06/2003	cabimento ou necessidade de atuação
250	REsp 433934 / MS	CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO	22/05/2003	outros - diversos
251	REsp 407913 / PR	ALDIR PASSARINHO J	20/05/2003	poderes do curador especial
252	REsp 111863 / DF	BARROS MONTEIRO	19/12/2002	nulidade citação ficta

n	Processo nº	Relator - Ministro	data julgamento	classificação do assunto principal relativo ao curador
253	REsp 114310 / SP	BARROS MONTEIRO	17/10/2002	cabimento ou necessidade de atuação
254	AgRg no Ag 415375 / MG	CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO	27/08/2002	cabimento ou necessidade de atuação
255	REsp 412053 / MG	RUY ROSADO DE AGUIAR	27/06/2002	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
256	REsp 28529 / SP	LAURITA VAZ	25/06/2002	não relacionados à curadoria especial
257	REsp 258087 / RJ	FERNANDO GONÇALVES	26/03/2002	curador de direito material
258	REsp 167811 / SP	FRANCIULLI NETTO	07/03/2002	não relacionados à curadoria especial
259	MS 7470 / DF	GARCIA VIEIRA	29/11/2001	não relacionados à curadoria especial
260	HC 17954 / PE	JOSÉ ARNALDO DA FONSECA	27/11/2001	processo penal
261	REsp 222967 / CE	FRANCISCO PEÇANHA MARTINS	18/10/2001	não relacionados à curadoria especial
262	REsp 299602 / SP	ARI PARGENDLER	13/09/2001	cabimento ou necessidade de atuação
263	REsp 314451 / SP	ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO	19/06/2001	prazo em dobro
264	REsp 187139 / RS	JOSÉ DELGADO	18/06/2001	não relacionados à curadoria especial
265	REsp 294724 / RS	JOSÉ DELGADO	07/06/2001	não relacionados à curadoria especial
266	REsp 259052 / MG	CESAR ASFOR ROCHA	15/05/2001	cabimento ou necessidade de atuação
267	REsp 297421 / MG	SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA	09/05/2001	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
268	REsp 180349 / SP	CESAR ASFOR ROCHA	03/05/2001	pode atuar em falência
269	REsp 142624 / SP	ARI PARGENDLER	19/04/2001	verba honorária/ custas/ sucumbência
270	REsp 252152 / MG	WALDEMAR ZVEITER	20/02/2001	outros - diversos
271	REsp 139237 / MG	WALDEMAR ZVEITER	15/02/2001	verba honorária/ custas/ sucumbência
272	REsp 147959 / SP	SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA	14/12/2000	curador de direito material
273	HC 10085 / MG	VICENTE LEAL	07/11/2000	processo penal
274	REsp 235435 / PR	CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO	25/09/2000	prazo em dobro
275	REsp 232506 / DF	ALDIR PASSARINHO JUNIOR	21/09/2000	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
276	REsp 101545 / DF	ALDIR PASSARINHO JUNIOR	29/08/2000	nulidade citação ficta
277	REsp 255365 / MG	EDSON VIDIGAL	15/08/2000	processo penal
278	REsp 138366 / PR	BARROS MONTEIRO	24/05/2000	não relacionados à curadoria especial
279	REsp 159080 / SP	FRANCISCO PEÇANHA MARTINS	09/05/2000	não relacionados à curadoria especial
280	REsp 243691 / MG	SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA	21/03/2000	não relacionados à curadoria especial
281	RHC 9136 / MG	JORGE SCARTEZZINI	02/03/2000	processo penal
282	REsp 111096 / AM	BARROS MONTEIRO	06/12/1999	não relacionados à curadoria especial
283	REsp 163912 / MG	GILSON DIPP	02/12/1999	processo penal
284	REsp 67278 / SP	EDUARDO RIBEIRO	30/09/1999	atuação do MP como curador

n	Processo nº	Relator - Ministro	data julgamento	classificação do assunto principal relativo ao curador
285	REsp 52723 / DF	BARROS MONTEIRO	28/09/1999	não relacionados à curadoria especial
286	REsp 162558 / AL	HUMBERTO GOMES DE BARROS	11/05/1999	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
287	REsp 112401 / SP	FRANCISCO PECANHA MARTINS	06/04/1999	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
288	REsp 101336 / DF	BARROS MONTEIRO	09/03/1999	nulidade citação ficta
289	REsp 115304 / PR	ANSELMO SANTIAGO	24/11/1998	processo penal
290	REsp 97004 / DF	CESAR ASFOR ROCHA	23/11/1998	nulidade citação ficta
291	REsp 175090 / MS	RUY ROSADO DE AGUIAR	29/10/1998	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
292	REsp 140369 / RS	CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO	22/09/1998	não relacionados à curadoria especial
293	REsp 122501 / SP	ANSELMO SANTIAGO	25/08/1998	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
294	AgRg nos EREsp 41855 / SP	JOSÉ DELGADO	12/08/1998	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
295	REsp 162114 / SP	RUY ROSADO DE AGUIAR	06/08/1998	não relacionados à curadoria especial
296	REsp 130402 / SP	CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO	04/06/1998	curador de direito material
297	REsp 140142 / RJ	SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA	19/05/1998	não relacionados à curadoria especial
298	REsp 136824 / SP	ARI PARGENDLER	28/04/1998	outros - diversos
299	REsp 85309 / SC	JOSÉ DANTAS	03/02/1998	processo penal
300	REsp 101337 / DF	WALDEMAR ZVEITER	05/12/1997	nulidade citação ficta
301	RHC 6637 / SP	WILLIAM PATTERSON	04/11/1997	processo penal
302	REsp 138599 / SP	RUY ROSADO DE AGUIAR	08/10/1997	curador de direito material
303	REsp 86432 / PE	VICENTE LEAL	15/09/1997	processo penal
304	REsp 95417 / BA	PEÇANHA MARTINS	15/09/1997	não relacionados à curadoria especial
305	REsp 34377 / SP	EDUARDO RIBEIRO	09/09/1997	cabimento ou necessidade de atuação
306	REsp 139266 / DF	FELIX FISCHER	25/08/1997	processo penal
307	REsp 123768 / BA	FERNANDO GONÇALVES	01/07/1997	processo penal
308	REsp 73777 / SP	CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO	06/05/1997	resultado favorável
309	REsp 113630 / DF	BARROS MONTEIRO	15/04/1997	nulidade citação ficta
310	REsp 108772 / RS	JOSÉ DE JESUS FILHO	07/04/1997	não relacionados à curadoria especial
311	REsp 56961 / RJ	JOSÉ ARNALDO DA FONSECA	03/04/1997	cabimento ou necessidade de atuação
312	REsp 37249 / SP	CESAR ASFOR ROCHA	24/03/1997	não relacionados à curadoria especial
313	REsp 28114 / RJ	ADHEMAR MACIEL	03/03/1997	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
314	REsp 41855 / SP	FRANCISCO PEÇANHA MARTINS	24/02/1997	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria
315	REsp 32586 / SP	SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA	18/02/1997	atuação do MP como curador
316	REsp 11893 / MG	ADHEMAR MACIEL	06/02/1997	outros - diversos
317	REsp 56162 / RJ	ARI PARGENDLER	16/12/1996	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitoria

n	Processo nº	Relator - Ministro	data julgamento	classificação do assunto principal relativo ao curador
318	REsp 62347 / RJ	EDUARDO RIBEIRO	10/10/1996	cabimento ou necessidade de atuação
319	REsp 53063 / PE	NILSON NAVES	28/05/1996	curador de direito material
320	REsp 78346 / RJ	COSTA LEITE	23/04/1996	prazo em dobro
321	REsp 79423 / RJ	RUY ROSADO DE AGUIAR	26/02/1996	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
322	REsp 25496 / MG	VICENTE LEAL	06/02/1996	cabimento ou necessidade de atuação
323	REsp 58106 / SP	CLÁUDIO SANTOS	28/11/1995	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
324	REsp 36075 / SP	ASSIS TOLEDO	25/10/1995	não relacionados à curadoria especial
325	REsp 39374 / SP	BARROS MONTEIRO	24/10/1995	atuação do MP como curador
326	RMS 5756 / MS	RUY ROSADO DE AGUIAR	19/09/1995	curador de direito material
327	REsp 31916 / RS	ARI PARGENDLER	06/09/1995	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
328	REsp 44654 / SP	JOSÉ DANTAS	07/08/1995	não relacionados à curadoria especial
329	REsp 3365 / MG	BUENO DE SOUZA	09/06/1995	curador de direito material
330	RHC 4350 / PA	ANSELMO SANTIAGO	24/04/1995	processo penal
331	REsp 35061 / RJ	MILTON LUIZ PEREIRA	20/03/1995	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
332	REsp 24254 / RJ	FRANCISCO PEÇANHA MARTINS	06/02/1995	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
333	REsp 41809 / SC	ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO	14/12/1994	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
334	REsp 20973 / AL	AMÉRICO LUZ	23/11/1994	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
335	REsp 7757 / SP	CESAR ASFOR ROCHA	16/11/1994	não relacionados à curadoria especial
336	REsp 21573 / SP	AMÉRICO LUZ	26/10/1994	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
337	RMS 4757 / PE	SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA	11/10/1994	atuação do MP como curador
338	REsp 33207 / SP	CLAUDIO SANTOS	29/08/1994	não relacionados à curadoria especial
339	REsp 11806 / RJ	BARROS MONTEIRO	13/06/1994	cabimento ou necessidade de atuação
340	REsp 32213 / SP	ANTONIO TORREÃO BRAZ	30/05/1994	curador de direito material
341	REsp 47227 / MG	GARCIA VIEIRA	16/05/1994	nulidade citação ficta
342	REsp 44621 / SP	ADHEMAR MACIEL	12/04/1994	não relacionados à curadoria especial
343	REsp 38662 / RJ	ANTONIO TORREÃO BRAZ	29/03/1994	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
344	REsp 3255 / BA	MILTON LUIZ PEREIRA	16/03/1994	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
345	REsp 27103 / RJ	BARROS MONTEIRO	14/12/1993	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
346	REsp 33998 / SP	EDSON VIDIGAL	01/12/1993	processo penal
347	REsp 32265 / PR	PEDRO ACIOLI	11/10/1993	processo penal
348	REsp 21377 / MG	BARROS MONTEIRO	05/10/1993	cabimento ou necessidade de atuação

n	Processo nº	Relator - Ministro	data julgamento	classificação do assunto principal relativo ao curador
349	REsp 37652 / RJ	COSTA LEITE	30/09/1993	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
350	REsp 35314 / SP	ADHEMAR MACIEL	21/09/1993	não relacionados à curadoria especial
351	REsp 25824 / RJ	WALDEMAR ZVEITER	21/09/1993	cabimento ou necessidade de atuação
352	REsp 35166 / SP	JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO	13/09/1993	não relacionados à curadoria especial
353	REsp 36430 / SP	GARCIA VIEIRA	10/09/1993	não relacionados à curadoria especial
354	RHC 2885 / GO	ASSIS TOLEDO	01/09/1993	processo penal
355	REsp 33100 / RS	LUIZ VICENTE CERNICCHIARO	01/06/1993	curador de direito material
356	REsp 7959 / SP	MILTON LUIZ PEREIRA	19/05/1993	não relacionados à curadoria especial
357	REsp 32623 / RJ	WALDEMAR ZVEITER	04/05/1993	atuação do curador em execução, execução fiscal e monitória
358	REsp 6536 / SP	MILTON LUIZ PEREIRA	26/04/1993	não relacionados à curadoria especial
359	RMS 1768 / RJ	ATHOS CARNEIRO	23/03/1993	poderes do curador especial
360	RHC 2577 / DF	ADHEMAR MACIEL	09/03/1993	processo penal
361	REsp 23495 / RJ	BARROS MONTEIRO	09/02/1993	poderes do curador especial
362	REsp 17556 / MG	WALDEMAR ZVEITER	17/11/1992	não relacionados à curadoria especial
363	REsp 6663 / SP	FONTES DE ALENCAR	06/08/1992	cabimento ou necessidade de atuação
364	AgRg no Ag 22026 / DF	MILTON LUIZ PEREIRA	05/08/1992	não relacionados à curadoria especial
365	REsp 8780 / SP	CLÁUDIO SANTOS	09/03/1992	atuação do MP como curador
366	REsp 5446 / RJ	CLÁUDIO SANTOS	25/02/1992	não relacionados à curadoria especial
367	REsp 9996 / SP	CLAUDIO SANTOS	25/11/1991	cabimento ou necessidade de atuação
368	REsp 9961 / SP	ATHOS CARNEIRO	31/10/1991	poderes do curador especial
369	REsp 5333 / SP	NILSON NAVES	22/10/1991	poderes do curador especial
370	REsp 9097 / SP	SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA	13/08/1991	curador de direito material
371	REsp 1895 / SP	PAULO COSTA LEITE	13/11/1990	processo penal
372	REsp 652 / SP	ARMANDO ROLEMBERG	01/10/1990	não relacionados à curadoria especial
373	REsp 4113 / SP	ARMANDO ROLEMBERG	03/09/1990	não relacionados à curadoria especial
374	REsp 2049 / RJ	ASSIS TOLEDO	18/06/1990	processo penal

JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO						
	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
1	9075280-14.2006.8.26.0000	Ap	Souza Geishofer	05/04/2011	validade de citação	validade
2	9175096-66.2006.8.26.0000	Ap	Mario de Oliveira	13/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
3	9199664-49.2006.8.26.0000	Ap	Mario de Oliveira	13/06/2011	recurso do curador	negativo
4	9144478-36.2009.8.26.0000	EI	Mario de Oliveira	13/06/2011	recurso do curador	negativo
5	0073922-48.2008.8.26.0114	Ap	Luiz Sabbato	29/06/2011	recurso da parte contrária	negativo
6	0182334-27.2008.8.26.0000	Ap	Jarbas Gomes	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
7	9161493-23.2006.8.26.0000	Ap	Piva Rodrigues	28/06/2011	recurso da parte contrária	parcial
8	0047703-44.2011.8.26.0000	AI	Rodolfo César Milano	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
9	9061077-47.2006.8.26.0000	Ap	Gonçalves Rostey	30/06/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
10	9203071-34.2004.8.26.0000	Ap	João Alberto Pizarini	14/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
11	9098778-13.2004.8.26.0000	Ap	João Alberto Pizarini	26/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
12	9088248-08.2008.8.26.0000	Ap	Mauro Conti Machado	28/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
13	9172874-57.2008.8.26.0000	Ap	Campos Mello	30/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
14	9203694-59.2008.8.26.0000	Ap	Mauro Conti Machado	28/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
15	9236229-41.2008.8.26.0000	Ap	Mauro Conti Machado	28/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
16	0500179-15.2008.8.26.0318	Ap	Jarbas Gomes	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
17	0191619-78.2007.8.26.0000	Ap	Jarbas Gomes	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
18	0007837-63.2010.8.26.0000	Ap	Jarbas Gomes	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
19	0025897-17.2000.8.26.0071	Ap	Jarbas Gomes	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
20	9133826-91.2008.8.26.0000	Ap	Jarbas Gomes	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
21	9098803-26.2004.8.26.0000	Ap	João Alberto Pizarini	30/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
22	0003108-59.2000.8.26.0318	Ap	Jarbas Gomes	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
23	0005141-22.2000.8.26.0318	Ap	Jarbas Gomes	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
24	9088248-08.2008.8.26.0000	Ap	Mauro Conti Machado	28/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
25	0047019-93.2010.8.26.0602	Ap	Geraldo Xavier	16/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
26	0051399-35.2004.8.26.0000	Ap	Marino Neto	30/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
27	9160185-49.2006.8.26.0000	Ap	Gonçalves Rostey	19/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
28	9230965-43.2008.8.26.0000	Ap	Luis Carlos de Barros	27/06/2011	recurso da parte contrária	resultado parcial
29	0103518-56.2007.8.26.0100	Ap	Roque Antonio Mesquita de Oliveira	29/06/2011	não relacionados à curadoria especial	

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
30	0055462-59.2011.8.26.0000	AI	Salles Vieira	16/06/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
31	9233915-25.2008.8.26.0000	Ap	Francisco Giaquinto	13/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
32	0084132-10.2011.8.26.0000	AI	Roque Antonio Mesquita de Oliveira	15/06/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	citação
33	0240491-56.2009.8.26.0000	Ap	Venicio Salles	22/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
34	0014350-76.2003.8.26.0005	Ap	Luiz Sabbato	29/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
35	0122982-32.2008.8.26.0100	Ap	Rebello Pinho	06/06/2011	recurso da parte contrária	parcial
36	0021915-58.2006.8.26.0564	Ap	Rebello Pinho	06/06/2011	recurso do curador	favorável
37	0053405-68.2011.8.26.0000	AI	Correia Lima	06/06/2011	validade de citação	validade
38	9085114-70.2008.8.26.0000	Ap	Gioia Perini	03/06/2011	recurso da parte contrária	parcial
39	9097036-45.2007.8.26.0000	Ap	Gioia Perini	03/06/2011	recurso da parte contrária	resultado parcial
40	9096599-04.2007.8.26.0000	Ap	Gioia Perini	03/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
41	9266526-31.2008.8.26.0000	Ap	Correia Lima	30/05/2011	recurso da parte contrária	parcial
42	9121736-22.2006.8.26.0000	Ap	Mauro Conti Machado	11/04/2011	recurso da parte contrária	favorável
43	9120317-59.2009.8.26.0000	Ap	Mauro Conti Machado	13/06/2011	recurso da parte contrária	negativo
44	0101229-28.2008.8.26.0000	Ap	Paulo Hatanaka	09/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
45	9086198-43.2007.8.26.0000	Ap	Paulo Roberto de Santana	29/06/2011	recurso do curador	parcial
46	9139806-53.2007.8.26.0000	Ap	Jovino de Sylos	31/05/2011	recurso do curador	parcial
47	0000598-20.2006.8.26.0106	Ap	Ricardo Negrão	13/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
48	9194196-02.2009.8.26.0000	Ap	Ricardo Negrão	13/06/2011	recurso da parte contrária	negativo
49	9162960-71.2005.8.26.0000	Ap	Mario de Oliveira	04/04/2011	recurso do curador	favorável
50	0024405-62.2007.8.26.0000	Ap	Jovino de Sylos	31/05/2011	poderes do curador especial	
51	0009498-59.2010.8.26.0006	Ap	Luiz Sabbato	15/06/2011	validade de citação	invalidade
52	0105529-62.2010.8.26.0000	AçãoR	Geraldo Xavier	14/04/2011	validade de citação	validade
53	9140231-12.2009.8.26.0000	Ap	J. B. Franco de Godoi	29/06/2011	recurso da parte contrária	negativo
54	9190937-96.2009.8.26.0000	Ap	J. B. Franco de Godoi	29/06/2011	recurso do curador	negativo
55	9140249-33.2009.8.26.0000	Ap	J. B. Franco de Godoi	29/06/2011	recurso do curador	parcial
56	0302906-41.2010.8.26.0000	AR	Melo Colombi	29/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
57	0342027-76.2010.8.26.0000	Ap	Tasso Duarte de Melo	30/06/2011	recurso da parte contrária	parcial
58	0025441-03.2011.8.26.0000	AI	Rebello Pinho	30/05/2011	recurso da parte ausente	favorável

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
59	0151192-10.2005.8.26.0000	Ap	Gonçalves Rostey	28/04/2011	recurso do curador	favorável
60	0058851-23.2009.8.26.0000	Ap	Walter Fonseca	01/06/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	
61	9055294-69.2009.8.26.0000	Ap	Walter Fonseca	01/06/2011	recurso do curador	negativo
62	0017936-31.1999.8.26.0048	Ap	Geraldo Xavier	14/04/2011	recurso da parte contrária	negativo
63	0090942-79.2003.8.26.0000	Ap	Marino Neto	28/04/2011	recurso da parte contrária	favorável
64	9209240-95.2008.8.26.0000	Ap	Francisco Giaquinto	23/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
65	9107080-60.2006.8.26.0000	Ap	Jovino de Sylos	26/04/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
66	0073704-66.2011.8.26.0000	AI	Sérgio Shimura	29/06/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
67	9200547-25.2008.8.26.0000	Ap	J. B. Franco de Godoi	15/06/2011	recurso da parte contrária	negativo
68	9226850-86.2002.8.26.0000	Ap	Maria Lúcia Pizzotti	16/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
69	0019720-29.2005.8.26.0114	Ap	Antonio Nascimento	16/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
70	9135743-53.2005.8.26.0000	Ap	Jovino de Sylos	12/04/2011	recurso do curador	negativo
71	9061658-28.2007.8.26.0000	Ap	Jovino de Sylos	24/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
72	0051980-06.2011.8.26.0000	AI	Carlos Giarusso Santos	30/06/2011	outros- diversos	
73	0025509-66.2002.8.26.0032	Ap	Francisco Olavo	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
74	0025002-08.2002.8.26.0032	Ap	Francisco Olavo	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
75	0033469-26.1999.8.26.0405	Ap	Francisco Olavo	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
76	0001085-28.2004.8.26.0116	Ap	Francisco Olavo	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
77	0028594-60.2002.8.26.0032	Ap	Francisco Olavo	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
78	0027484-26.2002.8.26.0032	Ap	Francisco Olavo	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
79	0026738-61.2002.8.26.0032	Ap	Francisco Olavo	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
80	0026337-62.2002.8.26.0032	Ap	Francisco Olavo	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
81	0026265-75.2002.8.26.0032	Ap	Francisco Olavo	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
82	0026317-71.2002.8.26.0032	Ap	Francisco Olavo	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
83	0026256-16.2002.8.26.0032	Ap	Francisco Olavo	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
84	0026034-48.2002.8.26.0032	Ap	Francisco Olavo	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
85	0025410-96.2002.8.26.0032	Ap	Francisco Olavo	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
86	0024989-09.2002.8.26.0032	Ap	Francisco Olavo	30/06/2011	não relacionados à curadoria especial	

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
87	0109680-37.2011.8.26.0000	AI	Francisco Olavo	30/06/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	prescrição
88	9133844-49.2007.8.26.0000	Ap	Paulo Roberto de Santana	15/06/2011	recurso do curador	parcial
89	9185447-64.2007.8.26.0000	Ap	Berenice Marcondes Cesar	28/06/2011	recurso do curador	favorável
90	0050803-07.2011.8.26.0000	AI	Ademir Benedito	22/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
91	0084907-30.2008.8.26.0000	ED	Lucila Toledo	16/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
92	9292965-79.2008.8.26.0000	Ap	Lucila Toledo	16/06/2011	recurso do curador	negativo
93	0052984-20.2007.8.26.0000	Ap	Luis Carlos de Barros	28/03/2011	recurso da parte contrária	negativo
94	0040895-23.2011.8.26.0000	AI	Geraldo Xavier	14/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
95	9106968-91.2006.8.26.0000	Ap	Cunha Garcia	30/05/2011	recurso do curador	parcial
96	0046952-33.2006.8.26.0000	Ap	Luis Carlos de Barros	11/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
97	3003065-18.1997.8.26.0014	Ap	Corrêa Vianna	21/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
98	3002702-55.2002.8.26.0014	Ap/RN	Corrêa Vianna	21/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
99	9260501-07.2005.8.26.0000	Ap	Palma Bisson	30/06/2011	recurso do curador	negativo
100	0035726-53.2001.8.26.0114	Ap	Romeu Ricupero	30/06/2011	recurso do curador	parcial
101	9217980-08.2009.8.26.0000	Ap	Marcos Ramos	29/06/2011	recurso do curador	negativo
102	9093505-19.2005.8.26.0000	Ap	Palma Bisson	30/06/2011	outros- diversos	
103	9095409-69.2008.8.26.0000	Ap	Paulo Alcides	30/06/2011	recurso do curador	negativo
104	0121228-23.2006.8.26.0004	Ap	Jacob Valente	15/06/2011	recurso da parte ausente	negativo
105	9106137-43.2006.8.26.0000	Ap	Palma Bisson	30/06/2011	prazo em dobro	
106	9136506-54.2005.8.26.0000	Ap	Coutinho de Arruda	28/06/2011	recurso do curador	negativo
107	0032646-88.2008.8.26.0000	Ap	Vianna Cotrim	29/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
108	0057157-48.2011.8.26.0000	AI	Rômulo Russo	30/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
109	0111864-96.2007.8.26.0002	Ap	Orlando Pistoresi	29/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
110	9200674-26.2009.8.26.0000	Ap	Francisco Thomaz	29/06/2011	recurso do curador	negativo
111	0067572-90.2011.8.26.0000	AI	Helio Faria	28/06/2011	validade de citação	sim
112	9231784-14.2007.8.26.0000	Ap	Andrade Neto	29/06/2011	validade de citação	validade
113	0118909-21.2011.8.26.0000	AI	Andrade Neto	29/06/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	desnecessidade
114	0122870-77.2005.8.26.0000	Ap	Andrade Neto	29/06/2011	recurso curador	parcial
115	9050178-87.2006.8.26.0000	Ap	Andrade Neto	29/06/2011	recurso da parte contrária	negativo
116	0010580-11.2008.8.26.0196	Ap	Orlando Pistoresi	29/06/2011	recurso do curador	negativo

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
117	0003214-66.2008.8.26.0568	Ap	Pereira Calças	29/06/2011	recurso da parte contrária	negativo
118	0065098-49.2011.8.26.0000	AI	Dimas Rubens Fonseca	28/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
119	0076633-72.2011.8.26.0000	AI	Renato Sartorelli	29/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
120	0005364-60.2007.8.26.0566	Ap	Marcondes D'Angelo	29/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
121	0026591-19.2011.8.26.0000	AI	Francisco Loureiro	30/06/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
122	9204749-84.2004.8.26.0000	Ap	Silvia Rocha	29/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
123	0078264-27.2006.8.26.0000	Ap	Gilberto Leme	28/06/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
124	0069303-24.2011.8.26.0000	AI	Amorim Cantuária	29/06/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
125	0122836-68.2006.8.26.0000	Ap	Luís Francisco Aguilar Cortez	21/06/2011	recurso da parte contrária	negativo
126	0027119-29.2006.8.26.0000	Ap	Vanderli Álvares	29/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
127	0397046-67.2010.8.26.0000	Ap	Pereira Calças	29/06/2011	recurso do curador	negativo
128	3003065-18.1997.8.26.0014	Ap	Corrêa Vianna	21/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
129	9000001-20.1982.8.26.0014	RN	Corrêa Vianna	28/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
130	9000020-93.2000.8.26.0014	Ap	Corrêa Vianna	28/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
131	9000009-30.2001.8.26.0014	Ap	Corrêa Vianna	28/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
132	9000012-82.2001.8.26.0014	Ap/RN	Corrêa Vianna	28/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
133	9000027-17.2002.8.26.0014	Ap	Corrêa Vianna	28/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
134	9000111-52.2001.8.26.0014	Ap	Corrêa Vianna	28/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
135	3002702-55.2002.8.26.0014	Ap/RN	Corrêa Vianna	21/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
136	0560103-67.2010.8.26.0000	AI	Christine Santini	29/06/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
137	0003257-50.2004.8.26.0242	Ap	Carlos Alberto Garbi	29/06/2011	validade de citação	invalidade
138	0153343-95.2009.8.26.0100	Ap	Carlos Alberto Garbi	29/06/2011	recurso do curador	negativo
139	9090305-62.2009.8.26.0000	Ap	Francisco Occhiuto Júnior	30/06/2011	recurso do curador	negativo
140	0494286-56.2010.8.26.0000	AI	Luiz Ambra	15/06/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
141	0003272-96.2006.8.26.0032	Ap	Cesar Lacerda	21/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
142	9079610-83.2008.8.26.0000	Ap	Cesar Lacerda	21/06/2011	recurso do curador	negativo
143	9089820-33.2007.8.26.0000	Ap	Júlio Vidal	21/06/2011	recurso do curador	negativo
144	9132037-28.2006.8.26.0000	Ap	Júlio Vidal	21/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
145	0075414-24.2011.8.26.0000	AI	Natan Zelinschi de Arruda	30/06/2011	validade de citação	validade
146	9141154-14.2004.8.26.0000	ED	Adherbal Acquati	28/06/2011	recurso da parte contrária	favorável

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
147	9245871-38.2008.8.26.0000	Ap	Luis Fernando Nishi	30/06/2011	recurso do curador	parcial
148	9129716-15.2009.8.26.0000	Ap	Luis Fernando Nishi	30/06/2011	recurso do curador	negativo
149	0190786-80.2009.8.26.0100	Ap	Castro Figliolia	29/06/2011	recurso da parte contrária	negativo
150	9292616-76.2008.8.26.0000	AR	Virgilio de Oliveira Junior	29/06/2011	recurso do curador	negativo
151	9119736-49.2006.8.26.0000	Ap	Neves Amorim	28/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
152	0233799-41.2009.8.26.0000	Ap	Venicio Salles	22/06/2011	recurso do curador	negativo
153	0018091-94.2007.8.26.0099	Ap	James Siano	29/06/2011	cabimento ou necessidade de atuação	sim
154	0004833-48.2008.8.26.0627	Ap	James Siano	29/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
155	0219452-94.2009.8.26.0002	Ap	James Siano	29/06/2011	recurso da parte contrária	resultado parcial
156	0002467-30.2009.8.26.0456	Ap	Borelli Thomaz	29/06/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
157	9216975-53.2006.8.26.0000	Ap	Cerqueira Leite	08/06/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
158	0006913-34.2010.8.26.0297	Ap	Melo Colombi	15/06/2011	cabimento ou necessidade de atuação	sim
159	9198206-89.2009.8.26.0000	Ap	Gomes Varjão	20/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
160	9154344-78.2003.8.26.0000	Ap	James Siano	15/06/2011	recurso do curador	negativo
161	9111354-62.2009.8.26.0000	Ap	Regina Capistrano	28/06/2011	recurso do curador	negativo
162	0025128-42.2011.8.26.0000	AI	Itamar Gaino	22/06/2011	curador de direito material	
163	9064250-45.2007.8.26.0000	Ap	Francisco Giaquinto	04/04/2011	recurso do curador	negativo
164	9246359-90.2008.8.26.0000	Ap	Gomes Varjão	20/06/2011	recurso do curador	negativo
165	0015671-83.2011.8.26.0000	AI	Salles Vieira	09/06/2011	recurso do curador	negativo
166	0117810-21.2008.8.26.0000	Ap	Luiz Ambra	11/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
167	9078045-60.2003.8.26.0000	ED	João Carlos Saletti	24/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
168	9145424-76.2007.8.26.0000	Ap	Helio Faria	21/06/2011	rescisoria	favorável
169	9207141-31.2003.8.26.0000	Ap	Claudio Godoy	28/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
170	9122785-93.2009.8.26.0000	Ap	Manoel Justino Bezerra Filho	27/06/2011	recurso do curador	parcial
171	9069601-96.2007.8.26.0000	Ap	Rui Cascaldi	07/06/2011	recurso do curador	negativo
172	0028934-56.2009.8.26.0000	Ap	Mauro Conti Machado	09/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
173	0005961-58.2010.8.26.0587	Ap	João Camillo de Almeida Prado Costa	30/05/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
174	0162239-10.2007.8.26.0000	Ap	Rui Stoco	20/06/2011	recurso do curador	negativo

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
175	0001915-41.2004.8.26.0068	Ap	Paulo Hatanaka	30/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
176	0005284-28.2010.8.26.0587	Ap	João Camillo de Almeida Prado Costa	30/05/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
177	0203036-53.2006.8.26.0100	Ap	Ademir Benedito	02/06/2011	recurso do curador	negativo
178	0079836-42.2011.8.26.0000	AR	José Malerbi	20/06/2011	recurso do curador	negativo
179	0030468-86.2006.8.26.0114	Ap	Melo Bueno	20/06/2011	recurso do curador	favorável
180	9133153-69.2006.8.26.0000	Ap	Soares Levada	20/06/2011	recurso do curador	parcial
181	9229517-06.2006.8.26.0000	Ap	Soares Levada	20/06/2011	validade de citação	invalidade
182	3004935-64.1998.8.26.0014	Ap/RN	Corrêa Vianna	21/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
183	3003001-81.1992.8.26.0014	Ap	Corrêa Vianna	21/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
184	0084967-66.2009.8.26.0000	Ap	Roque Antonio Mesquita de Oliveira	08/06/2011	recurso do curador	negativo
185	0243686-45.2006.8.26.0100	ED	Eduardo Siqueira	09/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
186	9101504-91.2003.8.26.0000	Ap	Walter Fonseca	16/06/2011	recurso do curador	negativo
187	0338041-17.2010.8.26.0000	AI	Vera Angrisani	14/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
188	0458681-49.2010.8.26.0000	AI	Jovino de Syllos	26/04/2011	recurso da parte ausente	negativo
189	0112198-97.2011.8.26.0000	AI	João Pazine Neto	21/06/2011	outros- diversos	
190	0129430-98.2006.8.26.0000	Ap	Alvaro Passos	15/06/2011	recurso do curador	negativo
191	0281660-23.2009.8.26.0000	Ap	Alvaro Passos	15/06/2011	recurso da parte contrária	negativo
192	0031858-45.2006.8.26.0000	AI	Jurandir de Sousa Oliveira	08/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
193	9067223-07.2006.8.26.0000	ED	Miguel Brandi	15/06/2011	validade de citação	validade
194	0008155-56.1999.8.26.0477	Ap	Theodoreto Camargo	15/06/2011	recurso da parte contrária	negativo
195	9052500-80.2006.8.26.0000	Ap	Cunha Garcia	02/05/2011	recurso do curador	favorável
196	0119117-20.2007.8.26.0008	Ap	Alexandre Lazzarini	08/06/2011	validade de citação	invalidade
197	0096595-81.2011.8.26.0000	AI	Alexandre Lazzarini	08/06/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	citação
198	0048199-49.2006.8.26.0000	Ap	Soares Levada	20/06/2011	recurso do curador	parcial
199	0172397-21.2007.8.26.0002	Ap	Elmano de Oliveira	08/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
200	0064238-48.2011.8.26.0000	AI	Egídio Giacoia	21/06/2011	validade de citação	validade
201	9139255-15.2003.8.26.0000	AR	William Marinho	11/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
202	0563177-32.2010.8.26.0000	Ap	Ana de Lourdes Coutinho Silva	25/05/2011	recurso do curador	negativo
203	0025278-39.2002.8.26.0032	Ap	Francisco Olavo	09/06/2011	não relacionados à curadoria especial	

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
204	9120581-81.2006.8.26.0000	Ap	Maria Lúcia Pizzotti	09/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
205	0003940-18.2005.8.26.0286	Ap	Sebastião Flávio	15/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
206	9218740-54.2009.8.26.0000	Ap	Edgard Rosa	15/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
207	9155329-08.2007.8.26.0000	Ap	Paulo Roberto de Santana	08/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
208	9165005-09.2009.8.26.0000	Ap	Marcos Ramos	15/06/2011	recurso da parte contrária	resultado parcial
209	0027016-62.2003.8.26.0344	Ap	Carlos Giarusso Santos	09/06/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	prescrição
210	0009248-43.2002.8.26.0576	Ap	Cristiano Ferreira Leite	20/06/2011	recurso do curador	negativo
211	0029166-86.2009.8.26.0576	Ap	Aroldo Viotti	13/06/2011	curador de direito material	
212	0002892-88.2008.8.26.0457	Ap	Carlos Alberto Garbi	15/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
213	0008759-12.2009.8.26.0624	Ap	Fabio Tabosa	07/06/2011	recurso do curador	negativo
214	0012693-91.2009.8.26.0554	Ap	Mario A. Silveira	15/06/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
215	0116402-24.2010.8.26.0000	Ap	Mario A. Silveira	15/06/2011	recurso do curador	negativo
216	0561508-41.2010.8.26.0000	AI	Hugo Crepaldi	31/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
217	0585428-44.2010.8.26.0000	AI	Luis Carlos de Barros	02/05/2011	recurso da parte contrária	
218	0333754-11.2010.8.26.0000	AI	Elcio Trujillo	15/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
219	9079955-49.2008.8.26.0000	Ap	Campos Petroni	14/06/2011	recurso da parte contrária	negativo
220	0393981-64.2010.8.26.0000	AI	Silvério Ribeiro	15/06/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
221	0076861-33.2000.8.26.0000	Ap	José Luiz Gavião de Almeida	14/06/2011	recurso do curador	negativo
222	0352280-26.2010.8.26.0000	AI	Testa Marchi	14/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
223	0588698-76.2010.8.26.0000	AI	Pedro Baccarat	15/06/2011	recurso do curador	interlocutória favorável
224	9198664-14.2006.8.26.0000	Ap	Correia Lima	02/05/2011	recurso de litisconsorte	favorável
225	9102119-76.2006.8.26.0000	Ap	Júlio Vidal	07/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
226	9194644-77.2006.8.26.0000	Ap	Júlio Vidal	07/06/2011	recurso do curador	negativo
227	9263605-07.2005.8.26.0000	Ap	Júlio Vidal	07/06/2011	recurso do curador	negativo
228	0111095-55.2011.8.26.0000	AI	Kioitsi Chicuta	16/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
229	9181591-63.2005.8.26.0000	Ap	Silvério Ribeiro	08/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
230	0455336-75.2010.8.26.0000	AI	Percival Nogueira	09/06/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
231	0098045-30.2009.8.26.0000	Ap	Rebello Pinho	09/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
232	9096070-92.2001.8.26.0000	Ap	Coutinho de Arruda	07/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
233	0089675-91.2011.8.26.0000	AI	Simões de Vergueiro	07/06/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	citação
234	0035520-20.2007.8.26.0602	Ap	Cesar Lacerda	07/06/2011	recurso do curador	negativo
235	0000027-40.2003.8.26.0434	Ap	Irineu Fava	15/06/2011	recurso de litisconsorte	negativo
236	0061022-84.2008.8.26.0000	Ap	J. B. Franco de Godoi	25/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
237	0001902-42.2010.8.26.0000	Ap	Sebastião Carlos Garcia	09/06/2011	recurso do curador	negativo
238	9152060-92.2006.8.26.0000	Ap	Mello Pinto	07/06/2011	recurso do curador	negativo
239	9210352-36.2007.8.26.0000	Ap	Eduardo Sá Pinto Sandeville	07/06/2011	validade de citação	invalidade
240	0000469-71.1998.8.26.0663	Ap	Roberto Solimene	02/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
241	0008282-03.2005.8.26.0309	Ap	Irineu Fava	15/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
242	0588709-08.2010.8.26.0000	ED	Natan Zelinschi de Arruda	09/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
243	0545334-54.2010.8.26.0000	AI	Mario de Oliveira	28/02/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	desnecessidade
244	0334356-02.2010.8.26.0000	Ap	Carlos Nunes	13/06/2011	validade de citação	sim
245	9122921-95.2006.8.26.0000	Ap	Soares Levada	06/06/2011	recurso do curador	parcial
246	0584207-26.2010.8.26.0000	AI	Paulo Hatanaka	11/04/2011	prazo em dobro	
247	9215109-44.2005.8.26.0000	Ap	Eduardo Braga	02/06/2011	recurso do curador	negativo
248	9072691-49.2006.8.26.0000	Ap	Mario de Oliveira	28/03/2011	recurso do curador	negativo
249	0023379-69.2004.8.26.0053	Ap	José Luiz Germano	14/06/2011	recurso da parte contrária	negativo
250	9119657-12.2002.8.26.0000	Ap	Claudio Godoy	14/06/2011	validade de citação	invalidade
251	0098155-92.2010.8.26.0000	ED	Paulo Ayrosa	14/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
252	9151318-96.2008.8.26.0000	Ap	Orlando Pistoresi	14/06/2011	validade de citação	invalidade
253	9230956-81.2008.8.26.0000	Ap	Ricardo Negrão	28/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
254	9285764-36.2008.8.26.0000	Ap	Ricardo Negrão	28/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
255	9108434-52.2008.8.26.0000	Ap	Ricardo Negrão	28/03/2011	recurso de litisconsorte	negativo
256	0032595-79.2004.8.26.0562	Ap	Luiz Sabbato	18/05/2011	recurso do curador	negativo
257	9084650-46.2008.8.26.0000	Ap	Ricardo Negrão	28/03/2011	recurso da parte contrária	negativo
258	0023425-76.2011.8.26.0000	Ap	Moreira de Carvalho	13/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
259	9211988-71.2006.8.26.0000	Ap	Piva Rodrigues	03/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
260	0535046-47.2010.8.26.0000	ED	Elcio Trujillo	08/06/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
261	0576855-17.2010.8.26.0000	Ap	Sá Moreira de Oliveira	13/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
262	9190524-35.1999.8.26.0000	Ap	Alfredo Attié	08/06/2011	recurso do curador	negativo

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
263	0003994-23.2005.8.26.0564	ED	Rubens Cury	18/05/2011	recurso do curador	negativo
264	0008993-55.2001.8.26.0565	Ap	Pereira Calças	08/06/2011	recurso do curador	parcial
265	9078328-49.2004.8.26.0000	Ap	Sérgio Shimura	08/06/2011	recurso do curador	negativo
266	0019482-22.2009.8.26.0000	Ap	Roque Antonio Mesquita de Oliveira	01/06/2011	recurso do curador	parcial
267	0287996-97.2005.8.26.0577	Ap	Elmano de Oliveira	01/06/2011	recurso da parte contrária	negativo
268	0333615-93.2009.8.26.0000	AI	Rui Cascaldi	31/05/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	desnecessidade
269	9101253-34.2007.8.26.0000	Ap	Andrade Neto	08/06/2011	recurso da parte contrária	parcial
270	0007925-50.2010.8.26.0114	Ap	Pereira Calças	08/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
271	9206769-77.2006.8.26.0000	ED	Ferraz Felisardo	08/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
272	0071206-94.2011.8.26.0000	AI	Sebastião Junqueira	16/05/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	citação
273	9178473-11.2007.8.26.0000	Ap	Sérgio Shimura	08/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
274	9132644-41.2006.8.26.0000	Ap	Lino Machado	01/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
275	0084247-65.2010.8.26.0000	AI	Francisco Olavo	26/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
276	0318185-67.2010.8.26.0000	AI	Francisco Olavo	26/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
277	0106657-25.2007.8.26.0000	Ap	Helio Faria	31/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
278	9102719-63.2007.8.26.0000	Ap	Helio Faria	31/05/2011	recurso da parte contrária	parcial
279	9198656-32.2009.8.26.0000	Ap	Marcos Ramos	08/06/2011	recurso da parte contrária	parcial
280	9151505-46.2004.8.26.0000	Ap	Silvério Ribeiro	01/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
281	0010799-64.2005.8.26.0152	Ap	Francisco Loureiro	26/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
282	0006774-21.2009.8.26.0070	Ap	Fabio Tabosa	31/05/2011	recurso do curador	parcial
283	9048522-71.2001.8.26.0000	Ap	José Luiz Gavião de Almeida	31/05/2011	validade de citação	validade
284	0023734-12.2008.8.26.0224	Ap	Clóvis Castelo	06/06/2011	validade de citação	sim
285	0116455-92.2007.8.26.0005	Ap	Andrade Marques	02/06/2011	recurso do curador	redistribuído
286	9147412-98.2008.8.26.0000	Ap	Luiz Eurico	30/05/2011	recurso do curador	negativo
287	9172522-36.2007.8.26.0000	Ap	Viviani Nicolau	07/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
288	9086659-78.2008.8.26.0000	Ap	Ligia Araújo Bisogni	25/05/2011	recurso do curador	parcial
289	9086597-04.2009.8.26.0000	Ap	Cauduro Padin	08/06/2011	recurso do curador	negativo
290	0180102-76.2007.8.26.0000	Ap	Nogueira Diefenthaler	06/06/2011	recurso do curador	negativo
291	9136823-18.2006.8.26.0000	Ap	Antonio Vilenilson	31/05/2011	cabimento ou necessidade de atuação	sim

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
292	9062305-23.2007.8.26.0000	Ap	Erson T. Oliveira	11/05/2011	recurso do curador	negativo
293	9200298-45.2006.8.26.0000	Ap	Andrade Marques	02/06/2011	recurso da parte contrária	negativo
294	9173263-81.2004.8.26.0000	Ap	Gilberto de Souza Moreira	25/05/2011	recurso do curador	negativo
295	9295108-41.2008.8.26.0000	ED	Cardoso Neto	25/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
296	0012286-77.2005.8.26.0602	Ap	Melo Bueno	06/06/2011	validade de citação	invalidade
297	0040050-56.2008.8.26.0562	Ap	Melo Bueno	06/06/2011	validade de citação	invalidade
298	0417566-48.2010.8.26.0000	AI	Miguel Petroni Neto	02/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
299	9176339-11.2007.8.26.0000	Ap	Antonio Nascimento	19/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
300	9209190-79.2002.8.26.0000	Ap	Maria Lúcia Pizzotti	26/05/2011	recurso da parte contrária	parcial
301	9053686-41.2006.8.26.0000	Ap	Sérgio Shimura	01/06/2011	validade de citação	invalidade
302	0003731-68.2008.8.26.0084	Ap	Roberto Solimene	02/06/2011	recurso do curador	negativo
303	0116079-58.2006.8.26.0000	Ap	Jesus Lofrano	31/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
304	9234879-91.2003.8.26.0000	Ap	Erickson Gavazza Marques	01/06/2011	validade de citação	não
305	0000754-26.2007.8.26.0412	Ap	Theodureto Camargo	25/05/2011	validade de citação	invalidade
306	0056909-97.2002.8.26.0000	Ap	Sérgio Shimura	01/06/2011	validade de citação	sim
307	0042321-12.2007.8.26.0000	ED	J. B. Franco de Godoi	18/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
308	0272693-86.2009.8.26.0000	Ap	Percival Nogueira	02/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
309	0265662-74.2007.8.26.0100	Ap	Roberto Solimene	02/06/2011	recurso da parte contrária	negativo
310	0088329-08.2011.8.26.0000	AI	Manoel Justino Bezerra Filho	06/06/2011	recurso de litisconsorte	negativo
311	0023922-90.2011.8.26.0000	AI	Mendes Gomes	06/06/2011	outros- diversos	
312	0000783-93.2007.8.26.0374	Ap	Clóvis Castelo	06/06/2011	recurso do curador	negativo
313	0263303-58.2010.8.26.0000	Ap	Mendes Gomes	06/06/2011	recurso da parte contrária	negativo
314	9098622-49.2009.8.26.0000	Ap	Clóvis Castelo	06/06/2011	recurso da parte contrária	parcial
315	9183720-02.2009.8.26.0000	Ap	Melo Bueno	06/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
316	0011660-97.2008.8.26.0361	Ap	Magalhães Coelho	06/06/2011	outros- diversos	
317	0062105-33.2011.8.26.0000	AI	Décio Notarangeli	08/06/2011	validade de citação	não
318	0065699-26.2009.8.26.0000	Ap	Francisco Casconi	07/06/2011	recurso da parte contrária	parcial
319	0040594-02.2008.8.26.0576	Ap/RN	Peiretti de Godoy	08/06/2011	curador de direito material	
320	0099599-29.2011.8.26.0000	AI	Francisco Casconi	07/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
321	9163938-14.2006.8.26.0000	Ap	Jesus Lofrano	31/05/2011	recurso da parte contrária	negativo

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
322	0019956-22.2011.8.26.0000	AI	Rebello Pinho	02/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
323	0263479-37.2010.8.26.0000	Ap	Roberto Mac Cracken	19/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
324	0113486-41.2006.8.26.0005	Ap	Adilson de Araujo	07/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
325	0057621-72.2011.8.26.0000	AI	Paulo Pastore Filho	04/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
326	9119065-89.2007.8.26.0000	Ap	Hugo Crepaldi	31/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
327	0139866-39.2008.8.26.0100	Ap	Rebello Pinho	18/04/2011	recurso da parte contrária	favorável
328	0118472-10.2007.8.26.0003	Ap	Rebello Pinho	02/05/2011	recurso de litisconsorte	favorável
329	0171309-45.2007.8.26.0002	Ap	Luiz Sabbato	11/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
330	0075314-70.2005.8.26.0100	ED	Itamar Gaino	18/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
331	0180574-34.2008.8.26.0100	Ap	Roberto Mac Cracken	19/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
332	0112487-29.2008.8.26.0002	Ap	Sebastião Flávio	01/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
333	0067788-22.2009.8.26.0000	Ap	Walter Fonseca	04/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
334	0105460-29.2007.8.26.0002	Ap	Roberto Mac Cracken	19/05/2011	recurso da parte contrária	parcial
335	9075992-04.2006.8.26.0000	Ap	Palma Bisson	02/06/2011	recurso do curador	prejudicado
336	9203196-65.2005.8.26.0000	Ap	Jayme Queiroz Lopes	02/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
337	9196653-07.2009.8.26.0000	Ap	Marcondes D'Angelo	01/06/2011	recurso da parte contrária	favorável
338	0204906-16.2009.8.26.0008	Ap	Roberto Mac Cracken	19/05/2011	recurso do curador	negativo
339	0014568-41.2011.8.26.0000	AI	Paulo Pastore Filho	04/05/2011	recurso da parte contrária	interlocutória negativo
340	0159074-80.2006.8.26.0002	Ap	Paulo Ayrosa	07/06/2011	recurso do curador	negativo
341	0326387-33.2010.8.26.0000	Ap	Itamar Gaino	25/05/2011	validade de citação	validade
342	0111123-85.2009.8.26.0002	Ap	Vianna Cotrim	01/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
343	0027353-54.2006.8.26.0309	Ap	Roberto Mac Cracken	19/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
344	0033416-44.2008.8.26.0562	Ap	Felipe Ferreira	01/06/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
345	9197290-60.2006.8.26.0000	Ap	Renato Rangel Desinano	02/06/2011	recurso da parte contrária	parcial
346	0030477-26.2011.8.26.0000	AI	Pedro Baccarat	01/06/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
347	0178124-31.2002.8.26.0100	Ap	Eduardo Siqueira	26/05/2011	recurso do curador	negativo
348	0243602-10.2007.8.26.0100	Ap	Gilberto dos Santos	02/06/2011	recurso do curador	negativo
349	0025905-62.1998.8.26.0071	Ap	Pereira Calças	01/06/2011	recurso de litisconsorte	negativo
350	0104352-54.2010.8.26.0100	Ap	Carlos Alberto Garbi	01/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
351	0113741-96.2006.8.26.0005	Ap	Maia da Rocha	25/05/2011	recurso da parte contrária	favorável

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
352	0241938-41.2007.8.26.0100	Ap	Eduardo Siqueira	26/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
353	0060672-96.2008.8.26.0000	Ap	Carlos Russo	01/06/2011	recurso do curador	negativo
354	0093537-70.2011.8.26.0000	AI	Vianna Cotrim	01/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
355	0002616-10.2008.8.26.0408	Ap	Elcio Trujillo	01/06/2011	não relacionados à curadoria especial	
356	0134139-79.2006.8.26.0000	Ap	Lino Machado	17/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
357	9149871-44.2006.8.26.0000	Ap	Renato Rangel Desinano	02/06/2011	recurso do curador	negativo
358	9112233-79.2003.8.26.0000	Ap	Renato Rangel Desinano	02/06/2011	recurso do curador	negativo
359	0019943-23.2011.8.26.0000	AI	Jovino de Syllos	03/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
360	0000508-63.2011.8.26.0000	AI	Luis Carlos de Barros	04/04/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
361	0024705-83.2005.8.26.0100	Ap	Tasso Duarte de Melo	19/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
362	9152361-78.2002.8.26.0000	Ap	João Alberto Pizarini	24/03/2011	recurso do curador	negativo
363	0001959-26.2011.8.26.0000	AI	Salles Vieira	12/05/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	citação
364	9132289-94.2007.8.26.0000	Ap	Jovino de Syllos	26/04/2011	recurso da parte contrária	parcial
365	0092802-09.2003.8.26.0100	Ap	Elmano de Oliveira	04/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
366	0007735-06.2008.8.26.0196	Ap	Rosa Maria de Andrade Nery	30/05/2011	recurso do curador	negativo
367	0101650-68.2006.8.26.0006	Ap	Tasso Duarte de Melo	19/05/2011	recurso de ambas as partes	negativo
368	9192222-66.2005.8.26.0000	Ap	Salles Vieira	05/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
369	9121489-41.2006.8.26.0000	Ap	Claudio Teixeira Villar	25/04/2011	recurso da parte contrária	negativo
370	9108549-10.2007.8.26.0000	Ap	Claudio Teixeira Villar	25/04/2011	validade de citação	sim
371	9158758-80.2007.8.26.0000	Ap	Claudio Teixeira Villar	25/04/2011	cabimento ou necessidade de atuação	sim
372	0023708-61.2008.8.26.0564	Ap	Luiz Sabbato	04/05/2011	recurso do curador	negativo
373	9209862-87.2002.8.26.0000	Ap	Fernandes Lobo	19/05/2011	recurso do curador	negativo
374	0205294-65.2008.8.26.0100	Ap	Ligia Araújo Bisogni	01/06/2011	recurso do curador	negativo
375	9154459-26.2008.8.26.0000	Ap	Claudio Teixeira Villar	25/04/2011	recurso da parte contrária	negativo
376	0585546-20.2010.8.26.0000	AI	Simões de Vergueiro	27/04/2011	recurso da parte contrária	interlocutória favorável
377	0007000-13.2007.8.26.0291	Ap	Luiz Sabbato	04/05/2011	recurso de litisconsorte	negativo
378	0001642-87.2002.8.26.0438	Ap	Urbano Ruiz	30/05/2011	recurso do curador	favorável
379	0183389-38.2007.8.26.0100	Ap	Kioitsi Chicuta	02/06/2011	recurso do curador	favorável
380	0084198-87.2011.8.26.0000	AI	Vito Guglielmi	26/05/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
381	0062913-38.2011.8.26.0000	AI	Mello Pinto	24/05/2011	validade de citação	validade
382	0530082-11.2010.8.26.0000	AI	Claudia Lúcia Fonseca Fanucchi	19/05/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
383	0534200-30.2010.8.26.0000	AI	Claudia Lúcia Fonseca Fanucchi	19/05/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
384	0029908-56.2010.8.26.0001	Ap	Irineu Fava	01/06/2011	validade de citação	validade
385	9099213-50.2005.8.26.0000	Ap	Osvaldo Magalhães	23/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
386	0001241-69.2007.8.26.0420	Ap	A. C. Mathias Coltro	25/05/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
387	0183118-38.2007.8.26.0000	Ap	Rui Stoco	23/05/2011	cabimento ou necessidade de atuação	
388	0022555-67.2009.8.26.0625	Ap	Roberto Martins de Souza	12/05/2011	validade de citação	sim
389	0366208-44.2010.8.26.0000	AI	Erickson Gavazza Marques	25/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
390	0165924-50.2006.8.26.0100	Ap	Heraldo de Oliveira	11/05/2011	recurso da parte contrária	parcial
391	9060497-80.2007.8.26.0000	Ap	Mello Pinto	24/05/2011	recurso do curador	parcial
392	9157161-76.2007.8.26.0000	Ap	Mello Pinto	24/05/2011	recurso do curador	parcial
393	0449582-55.2010.8.26.0000	ED	Celso Pimentel	24/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
394	0006366-82.2008.8.26.0452	Ap	João Pazine Neto	31/05/2011	recurso do curador	negativo
395	9221752-13.2008.8.26.0000	Ap	Oswaldo Luiz Palu	01/06/2011	recurso da parte contrária	negativo
396	0002368-03.2010.8.26.0011	ED	Armando Toledo	31/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
397	0032692-72.2011.8.26.0000	AI	Ademir Benedito	11/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
398	0479096-53.2010.8.26.0000	AI	Ricardo Pessoa de Mello Belli	25/05/2011	recurso do curador	negativo
399	0547309-14.2010.8.26.0000	Ap	Carlos Nunes	30/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
400	0117054-41.2010.8.26.0000	Ap	Carlos Nunes	30/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
401	9195170-39.2009.8.26.0000	Ap	Rubens Cury	04/05/2011	recurso do curador	negativo
402	0166192-02.2009.8.26.0100	Ap	Carlos Nunes	30/05/2011	validade de citação	validade
403	9272364-52.2008.8.26.0000	Ap	Campos Petroni	24/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
404	0046432-09.2002.8.26.0002	Ap	Ligia Araújo Bisogni	25/05/2011	recurso de litisconsorte	parcial
405	0016893-69.2003.8.26.0161	Ap	Melo Colombi	25/05/2011	recurso de litisconsorte	negativo
406	0001696-88.2008.8.26.0035	Ap	Desembargador Decano	23/05/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
407	9082295-68.2005.8.26.0000	Ap	José Marcos Marrone	18/05/2011	recurso do curador	negativo
408	0110876-86.2009.8.26.0008	Ap	Sebastião Flávio	25/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
409	0201158-88.2009.8.26.0100	Ap	Sebastião Flávio	25/05/2011	validade de citação	invalidade

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
410	0564023-49.2010.8.26.0000	Ap	Roberto Martins de Souza	12/05/2011	validade de citação	invalidade
411	9049287-61.2009.8.26.0000	Ap	Antonio Rigolin	31/05/2011	recurso do curador	negativo
412	9090937-93.2006.8.26.0000	Ap	Adilson de Andrade	31/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
413	9136842-24.2006.8.26.0000	Ap	Adilson de Andrade	31/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
414	0003822-93.2010.8.26.0568	Ap/RN	Francisco Bianco	23/05/2011	curador de direito material	
415	0022394-21.2011.8.26.0000	AR	Francisco Thomaz	25/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
416	0086828-19.2011.8.26.0000	AI	Andrade Neto	25/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
417	0157668-53.2008.8.26.0002	Ap	Orlando Pistoresi	25/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
418	9153668-91.2007.8.26.0000	Ap	Francisco Giaquinto	11/04/2011	recurso da parte contrária	favorável
419	0086152-71.2011.8.26.0000	AI	Reinaldo Caldas	25/05/2011	validade de citação	validade
420	9163119-43.2007.8.26.0000	Ap	Andrade Neto	25/05/2011	recurso do curador	negativo
421	0150243-49.2006.8.26.0000	Ap	Neves Amorim	24/05/2011	recurso do curador	negativo
422	9198194-75.2009.8.26.0000	Ap	Marcos Ramos	25/05/2011	recurso do curador	parcial
423	0207050-21.2008.8.26.0000	Ap	Antonio Carlos Villen	24/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
424	0059448-21.2011.8.26.0000	AI	Júlio Vidal	24/05/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	citação
425	9211090-24.2007.8.26.0000	Ap	Júlio Vidal	24/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
426	0614105-36.2000.8.26.0000	Ap	A. C. Mathias Coltro	18/05/2011	recurso de litisconsorte	negativo
427	0034498-45.2011.8.26.0000	AI	Thiago de Siqueira	25/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
428	0035464-73.2008.8.26.0562	Ap	Sá Moreira de Oliveira	30/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
429	0477492-57.2010.8.26.0000	AR	Mendes Gomes	23/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	negativo
430	0003371-82.2007.8.26.0274	Ap	Mendes Gomes	23/05/2011	recurso do curador	negativo
431	9144983-27.2009.8.26.0000	Ap	Melo Bueno	23/05/2011	recurso da parte contrária	parcial
432	0332287-94.2010.8.26.0000	AI	Sandra Galhardo Esteves	25/05/2011	recurso da parte contrária	resultado parcial
433	9169591-89.2009.8.26.0000	Ap	Melo Bueno	23/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
434	0086208-42.2004.8.26.0100	Ap	Clóvis Castelo	23/05/2011	recurso de litisconsorte	negativo
435	0028429-28.2009.8.26.0562	Ap	Ademir Benedito	18/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
436	0002193-29.2007.8.26.0491	Ap	Mendes Gomes	23/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
437	0014292-62.2010.8.26.0576	Ap/RN	Luciana Bresciani	25/05/2011	curador de direito material	
438	0584063-52.2010.8.26.0000	AI	Luis Fernando Nishi	26/05/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
439	0254284-56.2009.8.26.0002	Ap	Eros Piceli	23/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	necessidade

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
440	9143048-49.2009.8.26.0000	Ap	Cauduro Padin	25/05/2011	recurso do curador	parcial
441	9212642-53.2009.8.26.0000	Ap	Roque Antonio Mesquita de Oliveira	04/05/2011	recurso do curador	parcial
442	9268071-39.2008.8.26.0000	Ap	Roque Antonio Mesquita de Oliveira	04/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
443	0105905-79.2009.8.26.0001	Ap	José Malerbi	23/05/2011	recurso do curador	negativo
444	9162514-29.2009.8.26.0000	Ap	Roque Antonio Mesquita de Oliveira	04/05/2011	recurso do curador	parcial
445	0016542-28.1996.8.26.0554	Ap	Rebello Pinho	04/04/2011	cabimento ou necessidade de atuação	sim
446	0552226-76.2010.8.26.0000	AI	Salles Rossi	18/05/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
447	9090241-52.2009.8.26.0000	Ap	João Carlos Garcia	24/05/2011	recurso do curador	negativo
448	0028282-61.2004.8.26.0114	Ap	Rebello Pinho	04/04/2011	recurso da parte contrária	negativo
449	0002820-22.2009.8.26.0084	Ap	João Pazine Neto	24/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
450	0224011-62.2007.8.26.0100	Ap	Castro Figliolia	25/05/2011	cabimento ou necessidade de atuação	sim
451	0274653-77.2009.8.26.0000	Ap	João Carlos Garcia	24/05/2011	cabimento ou necessidade de atuação	sim
452	0137033-28.2006.8.26.0000	Ap	Douglas Iecco Ravacci	29/04/2011	recurso da parte contrária	favorável
453	9099085-35.2002.8.26.0000	Ap	Maria Lúcia Pizzotti	12/05/2011	validade de citação	validade
454	9121426-16.2006.8.26.0000	Ap	Álvaro Torres Júnior	04/04/2011	recurso do curador	negativo
455	0043412-98.2011.8.26.0000	AI	Zélia Maria Antunes Alves	25/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	negativo
456	9108515-64.2009.8.26.0000	Ap	João Carlos Garcia	24/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
457	0121603-02.2007.8.26.0000	Ap	João Carlos Garcia	24/05/2011	recurso de litisconsorte	negativo
458	0022957-51.2006.8.26.0562	Ap	Tersio Negrato	27/04/2011	recurso do curador	negativo
459	9127018-70.2008.8.26.0000	Ap	Campos Mello	05/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
460	0034345-70.2002.8.26.0309	Ap	Reinaldo Miluzzi	23/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
461	9219455-96.2009.8.26.0000	Ap	Edgard Rosa	19/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
462	0034900-29.2011.8.26.0000	AI	Luiz Ambra	18/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
463	9175371-10.2009.8.26.0000	Ap	Percival Nogueira	19/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
464	0087211-94.2011.8.26.0000	AI	Dyrceu Cintra	19/05/2011	curador de direito material	
465	9209974-12.2009.8.26.0000	Ap	Francisco Thomaz	18/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
466	0000504-73.2005.8.26.0505	Ap	Paulo Hatanaka	28/03/2011	recurso do curador	negativo
467	0037649-95.2007.8.26.0602	Ap	Sebastião Junqueira	09/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
468	0016016-43.1998.8.26.0602	Ap	Boris Kauffmann	17/05/2011	recurso da parte contrária	favorável

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
469	0120519-34.2005.8.26.0000	Ap	Neves Amorim	17/05/2011	recurso do curador	parcial
470	9064319-14.2006.8.26.0000	Ap	Neves Amorim	17/05/2011	recurso da parte contrária	parcial
471	0149652-10.2008.8.26.0100	Ap	Boris Kauffmann	17/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
472	0014428-08.2010.8.26.0011	Ap	Paulo Hatanaka	28/03/2011	recurso da parte contrária	negativo
473	9272030-18.2008.8.26.0000	Ap	Luiz Eurico	23/05/2011	recurso do curador	parcial
474	9079677-19.2006.8.26.0000	Ap	Sá Moreira de Oliveira	23/05/2011	recurso do curador	favorável
475	0035907-56.2011.8.26.0000	AI	Alvaro Passos	18/05/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
476	0053215-08.2011.8.26.0000	AI	Neves Amorim	10/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
477	0076977-58.2008.8.26.0000	Ap	Lucila Toledo	12/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
478	9208640-74.2008.8.26.0000	Ap	Lucila Toledo	12/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
479	0006391-58.2006.8.26.0584	Ap	Xavier de Souza	04/05/2011	processo penal	
480	0103402-04.2008.8.26.0007	Ap	Melo Colombi	11/05/2011	recurso da parte contrária	parcial
481	9192195-44.2009.8.26.0000	Ap	Ligia Araújo Bisogni	11/05/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
482	9286771-63.2008.8.26.0000	Ap	Cardoso Neto	04/05/2011	recurso de litisconsorte	favorável
483	0007363-34.1999.8.26.0047	Ap	Miguel Brandi	18/05/2011	recurso de litisconsorte	negativo
484	9082011-60.2005.8.26.0000	Ap	José Marcos Marrone	04/05/2011	recurso da parte contrária	parcial
485	9061862-72.2007.8.26.0000	Ap	Moura Ribeiro	19/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
486	0108089-07.2006.8.26.0100	Ap	Maia da Rocha	11/05/2011	recurso de litisconsorte	parcial
487	0080858-38.2011.8.26.0000	AI	Francisco Casconi	17/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
488	9150170-16.2009.8.26.0000	Ap	Antônio Benedito Ribeiro Pinto	11/05/2011	recurso do curador	negativo
489	0586171-54.2010.8.26.0000	AI	Vanderici Álvares	11/05/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
490	0090392-16.2005.8.26.0000	Ap	Amorim Cantuária	11/05/2011	recurso de litisconsorte	negativo
491	0557413-65.2010.8.26.0000	AI	Vanderici Álvares	11/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
492	0077824-26.2009.8.26.0000	Ap	Marcondes D'Angelo	11/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
493	9098171-92.2007.8.26.0000	Ap	Amorim Cantuária	11/05/2011	recurso do curador	negativo
494	0114162-53.2010.8.26.0100	Ap	Maurício Ferreira Leite	18/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
495	0501437-73.2010.8.26.0000	AI	Luiz Ambra	11/05/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
496	9131320-21.2003.8.26.0000	Ap	James Siano	23/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
497	0468222-09.2010.8.26.0000	AI	Roque Antonio Mesquita de Oliveira	27/04/2011	validade de citação	não
498	9228950-38.2007.8.26.0000	Ap	Paulo Pastore Filho	13/04/2011	recurso do curador	favorável

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
499	0174510-31.1996.8.26.0002	Ap	Alexandre Lazzarini	04/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
500	0016223-20.2009.8.26.0032	Ap	Fabio Tabosa	03/05/2011	recurso do curador	favorável
501	9180536-48.2003.8.26.0000	Ap	Jesus Lofrano	10/05/2011	recurso de litisconsorte	favorável
502	9135609-89.2006.8.26.0000	Ap	Arthur Del Guércio	28/04/2011	validade de citação	não
503	9196844-28.2004.8.26.0000	Ap	Silvério Ribeiro	04/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
504	9057158-50.2006.8.26.0000	Ap	Piva Rodrigues	08/02/2011	recurso do curador	favorável
505	0034144-20.2011.8.26.0000	AI	Alexandre Lazzarini	04/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
506	0005391-11.2008.8.26.0048	Ap	Alexandre Lazzarini	04/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
507	0108255-82.2005.8.26.0000	Ap	Silvério Ribeiro	04/05/2011	recurso de litisconsorte	negativo
508	9189296-78.2006.8.26.0000	Ap	Jesus Lofrano	10/05/2011	recurso do curador	negativo
509	0127407-42.2007.8.26.0002	Ap	Carlos Alberto Garbi	11/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
510	0494096-93.2010.8.26.0000	Ap	Pereira Calças	11/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
511	9229159-70.2008.8.26.0000	Ap	J. B. Franco de Godoi	27/04/2011	validade de citação	validade
512	0012497-16.2008.8.26.0568	Ap	Orlando Pistoresi	11/05/2011	validade de citação	invalidade
513	0008411-83.2009.8.26.0562	Ap	Edgard Rosa	11/05/2011	validade de citação	validade
514	0011395-45.2006.8.26.0562	Ap	Spencer Almeida Ferreira	04/05/2011	recurso do curador	favorável
515	0000407-39.2008.8.26.0450	Ap	Celso Pimentel	10/05/2011	recurso do curador	parcial
516	0031890-80.2001.8.26.0564	Ap	Felipe Ferreira	11/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
517	0178574-95.2007.8.26.0100	Ap	Eduardo Siqueira	28/04/2011	recurso do curador	parcial
518	0027565-56.2011.8.26.0000	AI	Spencer Almeida Ferreira	04/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
519	9197546-32.2008.8.26.0000	Ap	J. B. Franco de Godoi	27/04/2011	recurso de litisconsorte	parcial
520	0082062-71.2008.8.26.0114	Ap	Vianna Cotrim	11/05/2011	recurso do curador	negativo
521	9263000-61.2005.8.26.0000	Ap	Andrade Neto	11/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
522	9219845-66.2009.8.26.0000	Ap	Edgard Rosa	11/05/2011	curador de direito material	
523	0142453-72.2010.8.26.0000	AI	Testa Marchi	10/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
524	0034507-07.2011.8.26.0000	AI	Clóvis Castelo	09/05/2011	validade de citação	validade
525	9079127-53.2008.8.26.0000	Ap	Manoel Justino Bezerra Filho	09/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
526	9053030-79.2009.8.26.0000	Ap	Moura Ribeiro	12/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
527	0032977-65.2011.8.26.0000	AI	Elcio Trujillo	11/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
528	0008963-63.2009.8.26.0363	Ap	Moura Ribeiro	12/05/2011	prazo em dobro	

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
529	0452401-62.2010.8.26.0000	AI	Percival Nogueira	05/05/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
530	0555550-74.2010.8.26.0000	AI	Paulo Alcides	05/05/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
531	9221816-91.2006.8.26.0000	Ap	Jovino de Sylós	12/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
532	9177176-66.2007.8.26.0000	Ap	Windor Santos	22/03/2011	recurso do curador	parcial
533	0010062-32.2005.8.26.0291	Ap	Enio Zuliani	12/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
534	0500901-62.2010.8.26.0000	Ap	Alexandre Lazzarini	13/04/2011	recurso de litisconsorte	negativo
535	9163686-45.2005.8.26.0000	Ap	Fernandes Lobo	28/04/2011	recurso da parte contrária	redistribuído
536	9178903-60.2007.8.26.0000	Ap	Windor Santos	29/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
537	0003135-68.2006.8.26.0306	Ap	Enio Zuliani	12/05/2011	recurso da parte contrária	parcial
538	0013634-31.2008.8.26.0019	Ap	Enio Zuliani	12/05/2011	processo penal	
539	9123020-94.2008.8.26.0000	Ap	Leme de Campos	09/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
540	0000668-78.1996.8.26.0238	Ap	Grava Brazil	10/05/2011	cabimento ou necessidade de atuação	sim
541	0081308-78.2011.8.26.0000	AI	Luciana Bresciani	11/05/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
542	0435603-26.2010.8.26.0000	AI	Galdino Toledo Júnior	10/05/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
543	0568582-49.2010.8.26.0000	AI	Claudia Lúcia Fonseca Fanucchi	28/04/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
544	0352654-42.2010.8.26.0000	AI	Galdino Toledo Júnior	10/05/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
545	0102442-68.2005.8.26.0002	Ap	Luís Fernando Lodi	28/04/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
546	0029971-86.2001.8.26.0554	Ap	Melo Colombi	27/04/2011	recurso do curador	parcial
547	9133495-46.2007.8.26.0000	Ap	Miguel Petroni Neto	28/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
548	0053072-58.2007.8.26.0000	Ap	Miguel Petroni Neto	28/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
549	0121970-22.2004.8.26.0100	Ap	Roberto Mac Cracken	28/04/2011	recurso da parte contrária	favorável
550	0037293-31.2004.8.26.0562	Ap	José Tarciso Beraldo	27/04/2011	recurso da parte contrária	negativo
551	9231953-74.2002.8.26.0000	Ap	Thiago de Siqueira	27/04/2011	recurso da parte contrária	negativo
552	9141448-32.2005.8.26.0000	Ap	Egídio Giacoia	10/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
553	0056674-57.2007.8.26.0000	Ap	Miguel Petroni Neto	04/04/2011	recurso do curador	parcial
554	9095200-71.2006.8.26.0000	ED	Miguel Petroni Neto	04/04/2011	validade de citação	não
555	9155558-65.2007.8.26.0000	Ap	Miguel Petroni Neto	14/03/2011	recurso do curador	negativo
556	0023702-65.2008.8.26.0625	Ap	Rebello Pinho	28/03/2011	recurso de litisconsorte	negativo
557	9130378-47.2007.8.26.0000	Ap	Erson T. Oliveira	06/04/2011	recurso da parte contrária	negativo
558	9069002-60.2007.8.26.0000	Ap	Paulo Alcides	05/05/2011	recurso da parte contrária	favorável

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
559	9174086-50.2007.8.26.0000	Ap	Paulo Alcides	05/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
560	9121862-48.2001.8.26.0000	Ap	Maria Lúcia Pizzotti	28/04/2011	recurso do curador	negativo
561	9163670-57.2006.8.26.0000	Ap	Egídio Giacoia	10/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
562	0117263-78.2008.8.26.0000	Ap	Grava Brazil	10/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
563	0160979-52.2008.8.26.0002	Ap	Cristiano Ferreira Leite	09/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
564	9245004-45.2008.8.26.0000	Ap	Carlos Nunes	09/05/2011	recurso do curador	negativo
565	9177718-55.2005.8.26.0000	Ap	Lino Machado	04/05/2011	recurso do curador	parcial
566	9142837-81.2007.8.26.0000	Ap	Lino Machado	04/05/2011	recurso do curador	negativo
567	0013661-73.2010.8.26.0009	Ap	Marcia Regina Dalla Déa Barone	03/05/2011	curador de direito material	
568	0020738-29.2011.8.26.0000	AI	Gomes Varjão	02/05/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	desnecessidade
569	9215351-95.2008.8.26.0000	Ap	Manoel Justino Bezerra Filho	02/05/2011	recurso do curador	parcial
570	9194384-97.2006.8.26.0000	ED	Paulo Pastore Filho	23/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
571	0084280-56.2004.8.26.0100	ED	Salles Rossi	27/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
572	9210236-59.2009.8.26.0000	Ap	Antônio Benedito Ribeiro Pinto	04/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
573	9213320-05.2008.8.26.0000	Ap	Gomes Varjão	02/05/2011	recurso do curador	negativo
574	9187977-70.2009.8.26.0000	Ap	Mendes Gomes	02/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
575	9187994-09.2009.8.26.0000	Ap	Melo Bueno	02/05/2011	recurso da parte contrária	favorável
576	9219773-79.2009.8.26.0000	Ap	Mendes Gomes	02/05/2011	não relacionados à curadoria especial	
577	9122020-59.2008.8.26.0000	Ap	Carlos Russo	04/05/2011	recurso do curador	negativo
578	9051940-36.2009.8.26.0000	Ap	Edgard Rosa	04/05/2011	recurso de litisconsorte	negativo
579	9208849-43.2008.8.26.0000	Ap	Roque Antonio Mesquita de Oliveira	13/04/2011	recurso de litisconsorte	negativo
580	9209228-52.2006.8.26.0000	Ap	S. Oscar Feltrin	04/05/2011	recurso do curador	parcial
581	0087321-06.2005.8.26.0000	Ap	Berenice Marcondes Cesar	26/04/2011	recurso da parte contrária	redistribuído
582	0048170-38.2010.8.26.0071	Ap	Israel Góes dos Anjos	09/05/2011	curador de direito material	
583	0132339-50.2005.8.26.0000	Ap	Berenice Marcondes Cesar	26/04/2011	recurso do curador	favorável
584	0003929-74.2006.8.26.0505	Ap	Roberto Solimene	28/04/2011	recurso do curador	favorável
585	9295497-26.2008.8.26.0000	Ap	Ligia Araújo Bisogni	27/04/2011	recurso da parte contrária	negativo
586	0118467-60.2008.8.26.0000	Ap	Rui Cascaldi	19/04/2011	recurso do curador	negativo
587	9228654-16.2007.8.26.0000	Ap	Coutinho de Arruda	03/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
588	9171782-49.2005.8.26.0000	Ap	Campos Petroni	03/05/2011	recurso da parte contrária	favorável

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
589	0038959-36.2006.8.26.0000	Ap	Thiago de Siqueira	27/04/2011	recurso da parte contrária	favorável
590	9086093-32.2008.8.26.0000	Ap	Ligia Araújo Bisogni	27/04/2011	recurso do curador	parcial
591	0427597-30.2010.8.26.0000	AI	Luiz Antonio Costa	23/03/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
592	0047989-61.2007.8.26.0000	AçãoR	Silveira Paulilo	04/05/2011	rescisoria	favorável
593	9106805-09.2009.8.26.0000	ED	Eduardo Siqueira	14/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
594	0005091-63.2009.8.26.0032	Ap	Alexandre Lazzarini	29/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
595	0019293-73.2011.8.26.0000	AI	Jacob Valente	04/05/2011	cabimento ou necessidade de atuação	sim
596	0018804-36.2011.8.26.0000	AI	Cristiano Ferreira Leite	02/05/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
597	0398750-18.2010.8.26.0000	AI	Miguel Brandi	27/04/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
598	0070781-67.2011.8.26.0000	AI	Francisco Casconi	03/05/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
599	9086146-13.2008.8.26.0000	Ap	Lucila Toledo	28/04/2011	recurso da parte contrária	favorável
600	0050051-06.2009.8.26.0000	Ap	Edgard Rosa	28/04/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
601	9067223-07.2006.8.26.0000	Ap	Miguel Brandi	27/04/2011	recurso da parte contrária	favorável
602	9139825-25.2008.8.26.0000	Ap	Lucila Toledo	28/04/2011	recurso do curador	negativo
603	9041051-14.1995.8.26.0000	Ap	Antonio Carlos Villen	26/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
604	9102280-23.2005.8.26.0000	Ap	Palma Bisson	28/04/2011	recurso do curador	negativo
605	0031946-10.2011.8.26.0000	AI	Coutinho de Arruda	26/04/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	citação
606	0241367-07.2006.8.26.0100	Ap	Alexandre Lazzarini	29/03/2011	recurso da parte contrária	negativo
607	9218874-86.2006.8.26.0000	Ap	Sérgio Shimura	27/04/2011	recurso do curador	parcial
608	0274136-38.2010.8.26.0000	AI	Francisco Olavo	03/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
609	9124829-61.2004.8.26.0000	Ap	Rezende Silveira	07/04/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	prescrição
610	0584581-42.2010.8.26.0000	AI	Theodoreto Camargo	27/04/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
611	0154303-31.2007.8.26.0000	Ap	Silva Russo	24/03/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	prescrição
612	0362671-40.2010.8.26.0000	AI	Luiz Ambra	27/04/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
613	9209752-78.2008.8.26.0000	Ap	Carlos Nunes	02/05/2011	validade de citação	validade
614	0007092-80.2008.8.26.0541	Ap	Natan Zelinschi de Arruda	28/04/2011	recurso do curador	negativo
615	0019657-14.2003.8.26.0004	Ap	Paulo Ayrosa	03/05/2011	recurso da parte contrária	negativo
616	0098155-92.2010.8.26.0000	Ap	Paulo Ayrosa	03/05/2011	recurso da parte contrária	favorável

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
617	0489974-37.2010.8.26.0000	ED	Silva Russo	17/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
618	9125540-90.2009.8.26.0000	Ap	Edgard Rosa	27/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
619	0531187-23.2010.8.26.0000	AI	Salles Rossi	17/03/2011	validade de citação	validade
620	0010696-18.2011.8.26.0000	AI	Sá Duarte	02/05/2011	validade de citação	validade
621	9122187-76.2008.8.26.0000	Ap	Cesar Lacerda	26/04/2011	recurso do curador	negativo
622	0074487-29.2009.8.26.0000	Ap	Renato Sartorelli	27/04/2011	recurso do curador	negativo
623	0234877-66.2006.8.26.0100	Ap	Pereira Calças	27/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
624	0606012-75.2000.8.26.0100	Ap	Pereira Calças	27/04/2011	recurso do curador	negativo
625	9206769-77.2006.8.26.0000	Ap	Ferraz Felisardo	27/04/2011	recurso da parte contrária	negativo
626	0023317-51.2005.8.26.0196	Ap	Poças Leitão	03/02/2011	processo penal	
627	0584346-75.2010.8.26.0000	AI	Teixeira Leite	28/04/2011	recurso da parte contrária	negativo
628	0541544-62.2010.8.26.0000	AI	Sandra Galhardo Esteves	27/04/2011	recurso do curador	negativo
629	0583846-09.2010.8.26.0000	AI	Hugo Crepaldi	26/04/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
630	0585765-33.2010.8.26.0000	AI	Hugo Crepaldi	26/04/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
631	0586244-26.2010.8.26.0000	AI	Hugo Crepaldi	26/04/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
632	0568581-64.2010.8.26.0000	AI	Francisco Loureiro	28/04/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
633	9108460-84.2007.8.26.0000	ED	Paulo Roberto de Santana	13/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
634	0101526-06.2006.8.26.0000	Ap	Ana Luiza Liarte	18/04/2011	recurso do curador	negativo
635	9193904-22.2006.8.26.0000	Ap	Paulo Roberto de Santana	13/04/2011	validade de citação	validade
636	0100157-94.2008.8.26.0100	Ap	Elmano de Oliveira	13/04/2011	recurso da parte contrária	favorável
637	9220197-34.2003.8.26.0000	ED	Mario de Oliveira	07/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
638	9141190-56.2004.8.26.0000	Ap	Gil Coelho	28/04/2011	recurso do curador	parcial
639	0112771-68.2007.8.26.0100	Ap	Gilberto dos Santos	28/04/2011	recurso da parte contrária	negativo
640	0122258-42.2005.8.26.0000	Ap	Adilson de Andrade	26/04/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
641	0014930-44.2005.8.26.0100	Ap	Mendes Gomes	18/04/2011	recurso do curador	negativo
642	0000609-10.2005.8.26.0001	Ap	Mendes Gomes	18/04/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
643	9223642-55.2006.8.26.0000	Ap	Moura Ribeiro	28/04/2011	recurso da parte contrária	parcial
644	0091579-88.2007.8.26.0000	AçãoR	José Reynaldo	27/04/2011	rescisoria	favorável
645	9251650-71.2008.8.26.0000	Ap	Mauricio Vidigal	17/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
646	0001895-45.2003.8.26.0663	Ap	Matheus Fontes	14/04/2011	recurso da parte contrária	parcial

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
647	9049290-21.2006.8.26.0000	Ap	Nestor Duarte	18/04/2011	recurso do curador	negativo
648	76-08.2009.8.26.0000	Ap	Walter Cesar Exner	28/04/2011	recurso do curador	parcial
649	0560029-13.2010.8.26.0000	AI	Mario de Oliveira	07/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
650	0501436-88.2010.8.26.0000	AI	Silvério Ribeiro	13/04/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
651	9264648-71.2008.8.26.0000	Ap	Cauduro Padin	30/03/2011	recurso do curador	negativo
652	0030814-83.2009.8.26.0000	Ap	Cauduro Padin	27/04/2011	validade de citação	não
653	9210843-43.2007.8.26.0000	Ap	Ricardo Pessoa de Mello Belli	18/04/2011	recurso do curador	negativo
654	9232393-60.2008.8.26.0000	ED	Cauduro Padin	27/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
655	9120288-14.2006.8.26.0000	Ap	João Camillo de Almeida Prado Costa	28/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
656	9126908-71.2008.8.26.0000	Ap	Mauro Conti Machado	28/02/2011	recurso do curador	negativo
657	00-46.2010.8.26.0000	Ap	Paulo Hatanaka	14/03/2011	recurso da parte contrária	negativo
658	9179394-33.2008.8.26.0000	Ap	Amorim Cantuária	18/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
659	9094569-25.2009.8.26.0000	EI	Paulo Hatanaka	28/02/2011	recurso da parte contrária	parcial
660	0151974-66.2009.8.26.0100	Ap	Ulisses do Valle Ramos	27/04/2011	recurso da parte contrária	favorável
661	0035790-65.2011.8.26.0000	AI	Fábio Quadros	07/04/2011	curador de direito material	
662	0063172-33.2011.8.26.0000	AI	Ulisses do Valle Ramos	27/04/2011	recurso da parte contrária	interlocutória favorável
663	0461781-12.2010.8.26.0000	AI	Mauro Conti Machado	28/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
664	0341975-80.2010.8.26.0000	AI	Antonio Vilenilson	26/04/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
665	0504600-61.2010.8.26.0000	AI	Álvaro Torres Júnior	14/03/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
666	0533665-04.2010.8.26.0000	AI	Claudia Lúcia Fonseca Fanucchi	07/04/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
667	0019279-89.2011.8.26.0000	AI	Adherbal Acquati	12/04/2011	recurso da parte contrária	interlocutória negativo
668	9145004-08.2006.8.26.0000	Ap	Álvaro Torres Júnior	28/02/2011	recurso do curador	negativo
669	9140609-41.2004.8.26.0000	Ap	Rezende Silveira	24/03/2011	recurso da parte contrária	negativo
670	0005290-90.2006.8.26.0032	ED	Araldo Telles	12/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
671	0271196-03.2010.8.26.0000	AI	Roberto Solimene	14/04/2011	recurso da parte contrária	interlocutória favorável
672	9185642-54.2004.8.26.0000	Ap	Rezende Silveira	24/03/2011	recurso da parte contrária	parcial
673	0057550-39.1999.8.26.0114	Ap	Adilson de Araujo	26/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
674	0352528-89.2010.8.26.0000	Ap	Spencer Almeida Ferreira	06/04/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
675	0581298-11.2010.8.26.0000	AI	José Marcos Marrone	30/03/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
676	0542134-39.2010.8.26.0000	AI	Thiago de Siqueira	30/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
677	9095898-14.2005.8.26.0000	Ap	José Marcos Marrone	06/04/2011	recurso de litisconsorte	negativo
678	0083690-83.2007.8.26.0000	Ap	J. B. Franco de Godoi	30/03/2011	recurso do curador	parcial
679	9120886-65.2006.8.26.0000	Ap	Cunha Garcia	28/03/2011	recurso de litisconsorte	favorável
680	9200806-20.2008.8.26.0000	Ap	J. B. Franco de Godoi	06/04/2011	recurso da parte contrária	negativo
681	9029160-15.2003.8.26.0000	MS	Boris Kauffmann	16/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
682	0488737-65.2010.8.26.0000	HC	Eduardo Braga	12/04/2011	processo penal	
683	0013987-26.2011.8.26.0000	AI	Mauro Conti Machado	28/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
684	15-33.2006.8.26.0100	Ap	Roberto Mac Cracken	03/03/2011	recurso de litisconsorte	negativo
685	0208619-82.2007.8.26.0100	AR	Sebastião Junqueira	28/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
686	0002594-32.2002.8.26.0223	Ap	Coelho Mendes	05/04/2011	recurso de litisconsorte	negativo
687	0055906-92.2011.8.26.0000	AI	Cristiano Ferreira Leite	18/04/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
688	0011355-27.2011.8.26.0000	AI	Israel Góes dos Anjos	18/04/2011	validade de citação	não
689	0547051-04.2010.8.26.0000	ED	Carlos Alberto Garbi	13/04/2011	poderes do curador especial	
690	9199829-91.2009.8.26.0000	Ap	Marcos Ramos	13/04/2011	recurso do curador	negativo
691	0004460-36.2002.8.26.0236	Ap	Carlos Abrão	18/04/2011	validade de citação	não
692	9195026-36.2007.8.26.0000	Ap	Mauricio Vidigal	05/04/2011	prazo dobro	
693	0005426-33.2004.8.26.0590	Ap	Silveira Paulilo	13/04/2011	recurso da parte contrária	negativo
694	0002570-37.2006.8.26.0587	Ap	Reinaldo Miluzzi	18/04/2011	recurso da parte contrária	negativo
695	0010100-47.2007.8.26.0526	Ap	Franco Cocuzza	18/04/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
696	9092138-86.2007.8.26.0000	Ap	Gomes Varjão	11/04/2011	recurso da parte contrária	negativo
697	0004531-38.2002.8.26.0236	Ap	Maria Laura Tavares	04/04/2011	recurso da parte contrária	negativo
698	0360454-24.2010.8.26.0000	AI	Xavier de Aquino	14/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
699	9207302-41.2003.8.26.0000	Ap	José Joaquim dos Santos	05/04/2011	recurso de ambas as partes	negativo
700	0005611-72.2000.8.26.0344	Ap	Clóvis Castelo	11/04/2011	validade de citação	não
701	0091673-07.2005.8.26.0000	Ap	Luiz Antonio Costa	13/04/2011	recurso da parte contrária	favorável
702	0015301-81.2005.8.26.0011	ED	Heraldo de Oliveira	13/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
703	9247186-04.2008.8.26.0000	Ap	Oswaldo Luiz Palu	11/04/2011	recurso da parte contrária	favorável
704	0563683-08.2010.8.26.0000	AI	Fabio Tabosa	05/04/2011	cabimento ou necessidade de atuação	sim
705	0008354-54.2007.8.26.0168	Ap	Grava Brazil	12/04/2011	recurso do curador	negativo

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
706	0008464-33.2011.8.26.0000	AI	Grava Brazil	05/04/2011	validade de citação	validade
707	0535046-47.2010.8.26.0000	AI	Elcio Trujillo	13/04/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
708	0032956-89.2011.8.26.0000	AI	Vito Guglielmi	07/04/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
709	0396797-19.2010.8.26.0000	AI	Viviani Nicolau	12/04/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
710	0046019-84.2011.8.26.0000	AI	Walter Cesar Exner	14/04/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
711	0552200-78.2010.8.26.0000	AI	Elcio Trujillo	13/04/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
712	0472083-03.2010.8.26.0000	AI	Viviani Nicolau	12/04/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
713	0000982-69.2003.8.26.0370	Ap	Elcio Trujillo	13/04/2011	cabimento ou necessidade de atuação	sim
714	0116552-78.2005.8.26.0000	Ap	Piva Rodrigues	22/03/2011	recurso do curador	negativo
715	9151550-45.2007.8.26.0000	Ap	Jacob Valente	13/04/2011	recurso do curador	negativo
716	0042289-04.2006.8.26.0562	Ap	Jacob Valente	06/04/2011	recurso da parte contrária	favorável
717	0010359-48.2005.8.26.0191	Ap	Ademir Benedito	16/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
718	0002669-15.2009.8.26.0615	Ap	Carlos Alberto Garbi	13/04/2011	recurso da parte contrária	parcial
719	9078091-73.2008.8.26.0000	Ap	Walter Cesar Exner	14/04/2011	recurso do curador	negativo
720	9292692-03.2008.8.26.0000	Ap	Ligia Araújo Bisogni	30/03/2011	recurso do curador	parcial
721	0003462-12.2004.8.26.0038	Ap	Ulisses do Valle Ramos	30/03/2011	recurso da parte contrária	parcial
722	0000343-32.2004.8.26.0268	Ap	Elcio Trujillo	13/04/2011	recurso da parte contrária	favorável
723	9159917-87.2009.8.26.0000	Ap	Elcio Trujillo	13/04/2011	recurso do curador	negativo
724	0059417-74.2006.8.26.0000	Ap	Simões de Vergueiro	23/03/2011	recurso da parte contrária	negativo
725	9199730-92.2007.8.26.0000	Ap	Jacob Valente	13/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
726	9235214-13.2003.8.26.0000	Ap	Viviani Nicolau	12/04/2011	recurso da parte contrária	favorável
727	0381520-60.2010.8.26.0000	AI	Natan Zelinski de Arruda	07/04/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
728	0588709-08.2010.8.26.0000	AI	Natan Zelinski de Arruda	07/04/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
729	0020018-62.2011.8.26.0000	AI	Andrade Neto	06/04/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
730	0510796-47.2010.8.26.0000	AI	Erson T. Oliveira	16/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
731	0202566-51.2008.8.26.0100	Ap	Maurício Ferreira Leite	13/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
732	36-54.2009.8.26.0000	Ap	Cauduro Padin	13/04/2011	recurso do curador	negativo
733	0009118-03.1999.8.26.0562	Ap	Dyrceu Cintra	07/04/2011	recurso de litisconsorte	negativo
734	9107203-58.2006.8.26.0000	ED	Erson T. Oliveira	16/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
735	9062890-75.2007.8.26.0000	Ap	Luis Carlos de Barros	28/02/2011	recurso da parte contrária	favorável

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
736	9158252-07.2007.8.26.0000	Ap	Rocha de Souza	07/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
737	0002368-03.2010.8.26.0011	Ap	Armando Toledo	12/04/2011	recurso do curador	negativo
738	0215484-92.2005.8.26.0100	Ap	Maurício Ferreira Leite	13/04/2011	recurso do curador	favorável
739	21-47.2009.8.26.0000	Ap	Edgard Rosa	07/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
740	9150946-16.2009.8.26.0000	Ap	Francisco Thomaz	06/04/2011	recurso de litisconsorte	negativo
741	9169462-84.2009.8.26.0000	Ap	Antônio Benedito Ribeiro Pinto	07/04/2011	curador de direito material	
742	0036121-47.2011.8.26.0000	AI	Maurício Bottesini	06/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
743	9176187-94.2006.8.26.0000	Ap	Vanderlei Álvares	07/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
744	0151801-19.2007.8.26.0583	Ap	Elmano de Oliveira	06/04/2011	recurso da parte contrária	parcial
745	0036021-26.2009.8.26.0562	Ap	Francisco Olavo	17/03/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	prescrição
746	0006755-72.2008.8.26.0224	Ap	Cristiano Ferreira Leite	11/04/2011	outros- diversos	prerrogativa
747	0049916-23.2011.8.26.0000	AI	Maurício Ferreira Leite	13/04/2011	validade de citação	não
748	9054066-06.2002.8.26.0000	Ap	Zélia Maria Antunes Alves	13/04/2011	recurso da parte contrária	favorável
749	9146369-92.2009.8.26.0000	Ap	Paulo Ayrosa	12/04/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
750	9294814-86.2008.8.26.0000	Ap	Luís Fernando Lodi	12/04/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
751	9049839-26.2009.8.26.0000	Ap	Paulo Ayrosa	12/04/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
752	0039179-58.2011.8.26.0000	AI	Sá Moreira de Oliveira	11/04/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
753	0410811-08.2010.8.26.0000	AI	Luís Fernando Lodi	31/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
754	0104642-49.2008.8.26.0000	Ap	Luís Fernando Lodi	31/03/2011	recurso da parte contrária	redistribuído
755	9163025-66.2005.8.26.0000	Ap	Sérgio Shimura	06/04/2011	recurso da parte contrária	parcial
756	0372486-95.2009.8.26.0000	AI	Carlos Henrique Miguel Trevisan	05/04/2011	recurso da parte contrária	interlocutória negativo
757	0521530-57.2010.8.26.0000	AI	Moura Ribeiro	07/04/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
758	0440153-64.2010.8.26.0000	AI	Christine Santini	30/03/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
759	0479880-30.2010.8.26.0000	AI	Júlio Vidal	11/04/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	
760	0038965-43.2006.8.26.0000	Ap	Christine Santini	30/03/2011	recurso do curador	favorável
761	9237563-86.2003.8.26.0000	Ap	Renato Rangel Desinano	07/04/2011	recurso de ambas as partes	favorável
762	9113896-92.2005.8.26.0000	Ap	Campos Petroni	05/04/2011	recurso do curador	negativo
763	0273294-92.2009.8.26.0000	AI	Fortes Barbosa	06/04/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
764	9188484-02.2007.8.26.0000	Ap	Júlio Vidal	05/04/2011	recurso de litisconsorte	negativo
765	0114217-57.2003.8.26.0000	Ap	José Joaquim dos Santos	29/03/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
766	9096114-33.2009.8.26.0000	ED	Eduardo Siqueira	31/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
767	0351758-26.1997.8.26.0009	ED	Souza Geishofer	05/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
768	0110901-36.2003.8.26.0000	Ap	Silvério Ribeiro	23/03/2011	recurso do curador	parcial
769	0053183-03.2011.8.26.0000	AI	Percival Nogueira	31/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
770	0140114-43.2010.8.26.0000	AçãoR	A. C. Mathias Coltro	23/03/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
771	9185574-65.2008.8.26.0000	Ap	Cesar Lacerda	05/04/2011	recurso da parte contrária	favorável
772	0008444-79.2000.8.26.0565	Ap	Celso Pimentel	05/04/2011	recurso do curador	negativo
773	0025241-93.2011.8.26.0000	Ap	Celso Pimentel	05/04/2011	recurso do curador	favorável
774	9196103-51.2005.8.26.0000	Ap	Aliende Ribeiro	11/04/2011	recurso da parte contrária	parcial
775	9158394-11.2007.8.26.0000	Ap	Gomes Varjão	04/04/2011	cabimento ou necessidade de atuação	sim
776	9050182-22.2009.8.26.0000	Ap	Mendes Gomes	04/04/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
777	9169577-08.2009.8.26.0000	Ap	Melo Bueno	04/04/2011	cabimento ou necessidade de atuação	sim
778	0016601-10.2008.8.26.0032	Ap	Rebello Pinho	28/02/2011	recurso do curador	negativo
779	0001897-81.2004.8.26.0565	Ap	Mendes Gomes	04/04/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
780	9056069-55.2007.8.26.0000	Ap	Gomes Varjão	04/04/2011	recurso do curador	parcial
781	0339864-85.1999.8.26.0008	Ap	Luis Fernando Nishi	07/04/2011	recurso da parte contrária	negativo
782	9231691-17.2008.8.26.0000	ED	Gil Coelho	07/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
783	0037024-82.2011.8.26.0000	AçãoR	Luis Fernando Nishi	07/04/2011	não relacionados à curadoria especial	
784	9193281-89.2005.8.26.0000	Ap	Gil Coelho	07/04/2011	recurso de ambas as partes	negativo
785	0528620-19.2010.8.26.0000	AI	Rubens Cury	15/03/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
786	0550464-25.2010.8.26.0000	AI	Vito Guglielmi	31/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
787	0042289-04.2006.8.26.0562	Ap	Jacob Valente	06/04/2011	recurso da parte contrária	favorável
788	0072270-18.2006.8.26.0000	Ap	Ricardo Pessoa de Mello Belli	05/04/2011	recurso do curador	favorável
789	0028360-62.2011.8.26.0000	AI	Ulisses do Valle Ramos	06/04/2011	validade de citação	sim
790	0030336-59.2010.8.26.0576	Ap	Israel Góes dos Anjos	28/03/2011	curador de direito material	
791	9131196-33.2006.8.26.0000	Ap	Nestor Duarte	28/03/2011	recurso da parte contrária	parcial

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
792	0530041-44.2010.8.26.0000	ED	José Marcos Marrone	16/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
793	0024503-47.2007.8.26.0000	ED	Roque Antonio Mesquita de Oliveira	15/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
794	0004531-38.2002.8.26.0236	Ap	Maria Laura Tavares	04/04/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	prescrição
795	9207133-44.2009.8.26.0000	Ap	João Carlos Garcia	29/03/2011	recurso de litisconsorte	parcial
796	9160049-18.2007.8.26.0000	Ap	Paulo Pastore Filho	16/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
797	0026527-77.2009.8.26.0000	ED	Eduardo Siqueira	17/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
798	0260685-77.2009.8.26.0000	Ap	Sérgio Gomes	23/03/2011	recurso do curador	negativo
799	9169124-47.2008.8.26.0000	Ap	Cauduro Padin	23/03/2011	recurso da parte contrária	negativo
800	0397291-78.2010.8.26.0000	AI	Álvaro Torres Júnior	21/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
801	9251837-79.2008.8.26.0000	Ap	Viviani Nicolau	29/03/2011	recurso do curador	parcial
802	0011082-58.1999.8.26.0068	Ap	José Luiz Germano	29/03/2011	recurso da parte contrária	negativo
803	0008501-50.2007.8.26.0566	Ap	Eros Piceli	04/04/2011	recurso do curador	negativo
804	0002150-86.2004.8.26.0236	Ap	Antonio Carlos Villen	21/03/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	prescrição
805	0008786-41.2008.8.26.0038	Ap	Erson T. Oliveira	02/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
806	0039237-29.2008.8.26.0562	Ap	Pereira Calças	30/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
807	0317333-77.2009.8.26.0000	Ap	Elliot Akel	29/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
808	0004062-46.2000.8.26.0564	Ap	Eros Piceli	04/04/2011	recurso da parte contrária	negativo
809	0027660-86.2011.8.26.0000	AI	Theodoreto Camargo	30/03/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
810	0112475-17.2005.8.26.0100	ED	Reinaldo Caldas	30/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
811	0002705-43.2006.8.26.0589	Ap	Lineu Peinado	22/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
812	0111311-50.2010.8.26.0000	AI	Eutálio Porto	17/03/2011	recurso da parte contrária	interlocutória negativo
813	9054790-05.2005.8.26.0000	Ap	Hugo Crepaldi	29/03/2011	recurso do curador	favorável
814	0118660-66.2008.8.26.0100	Ap	Mario A. Silveira	30/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
815	9171050-68.2005.8.26.0000	Ap	Berenice Marcondes Cesar	22/03/2011	recurso do curador	parcial
816	9110714-30.2007.8.26.0000	Ap	Berenice Marcondes Cesar	22/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
817	9213736-70.2008.8.26.0000	Ap	Campos Petroni	29/03/2011	recurso do curador	negativo
818	0488404-16.2010.8.26.0000	AI	Candido Alem	08/02/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	citação
819	0042085-21.2011.8.26.0000	AI	Adherbal Acquati	29/03/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	citação

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
820	0012521-94.2011.8.26.0000	AI	Gilberto dos Santos	31/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
821	0460655-24.2010.8.26.0000	AI	João Carlos Saletti	29/03/2011	poderes do curador especial	
822	9081190-85.2007.8.26.0000	Ap	Erson T. Oliveira	02/03/2011	recurso do curador	parcial
823	0558180-06.2010.8.26.0000	AI	Elcio Trujillo	30/03/2011	validade de citação	validade
824	0256315-55.2009.8.26.0000	AI	Amorim Cantuária	29/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
825	0505853-84.2010.8.26.0000	AI	Caetano Lagrasta	30/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
826	0003216-86.2011.8.26.0000	AI	Caetano Lagrasta	30/03/2011	validade de citação	validade
827	0569304-83.2010.8.26.0000	AI	Maury Bottesini	23/03/2011	recurso da parte contrária	interlocutória negativo
828	9119599-38.2004.8.26.0000	Ap	Gil Coelho	31/03/2011	recurso de litisconsorte	negativo
829	0372520-36.2010.8.26.0000	AI	Luis Fernando Nishi	31/03/2011	recurso da parte contrária	interlocutória favorável
830	0448723-39.2010.8.26.0000	AI	Itamar Gaino	30/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
831	0131926-60.2007.8.26.0002	Ap	Rosa Maria de Andrade Nery	28/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
832	0288404-34.2009.8.26.0000	AI	Viviani Nicolau	29/03/2011	cabimento ou necessidade de atuação	
833	0552100-26.2010.8.26.0000	AI	Rosa Maria de Andrade Nery	28/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
834	0053570-75.2007.8.26.0576	Ap	Zélia Maria Antunes Alves	23/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
835	9084683-07.2006.8.26.0000	Ap	Soares Levada	28/03/2011	recurso da parte contrária	negativo
836	0032130-73.2008.8.26.0451	Ap	Maia da Rocha	23/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
837	9051397-33.2009.8.26.0000	Ap	Mendes Gomes	28/03/2011	recurso do curador	negativo
838	9198967-28.2006.8.26.0000	ED	Moura Ribeiro	31/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
839	9272923-09.2008.8.26.0000	Ap	José Malerbi	28/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
840	0034350-34.2011.8.26.0000	AI	Ulisses do Valle Ramos	23/03/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	citação
841	9188139-70.2006.8.26.0000	Ap	De Santi Ribeiro	29/03/2011	recurso da parte contrária	negativo
842	9200873-19.2007.8.26.0000	Ap	Ricardo José Rizkallah	25/03/2011	recurso do curador	favorável
843	0513179-95.2010.8.26.0000	AI	Walter Fonseca	23/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
844	9099552-67.2009.8.26.0000	Ap	Melo Bueno	28/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
845	9166466-16.2009.8.26.0000	ED	Donegá Morandini	29/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
846	0005576-91.2011.8.26.0000	AR	Palma Bisson	24/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
847	0152357-15.2007.8.26.0100	Ap	Pedro Ablas	16/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
848	0246021-07.2010.8.26.0000	AI	Tasso Duarte de Melo	24/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
849	0002190-44.2007.8.26.0210	Ap	Castro Figliolia	30/03/2011	recurso do curador	negativo
850	0152098-59.2003.8.26.0100	Ap	Adilson de Araujo	29/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
851	0180786-29.2006.8.26.0002	ED	Romeu Ricupero	24/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
852	0139377-31.2010.8.26.0100	Ap	Virgílio de Oliveira Junior	30/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
853	0007389-56.2011.8.26.0000	HC	Paulo Rossi	28/03/2011	processo penal	
854	0173215-76.2007.8.26.0000	Ap	Moacir Peres	14/03/2011	recurso da parte contrária	negativo
855	0119852-10.2008.8.26.0011	ED	Romeu Ricupero	24/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
856	0023820-68.2011.8.26.0000	AR	Palma Bisson	24/03/2011	recurso da parte contrária	interlocutória favorável
857	0055082-32.2007.8.26.0564	Ap	Luís Fernando Lodi	17/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
858	0007365-59.2009.8.26.0562	Ap	Percival Nogueira	24/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
859	0007410-41.2008.8.26.0322	Ap	Percival Nogueira	30/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
860	0449582-55.2010.8.26.0000	Ap	Celso Pimentel	22/03/2011	recurso do curador	favorável
861	0103762-77.2010.8.26.0100	Ap	Maurício Ferreira Leite	30/03/2011	recurso do curador	parcial
862	0124501-08.2009.8.26.0100	Ap	Eros Piceli	28/03/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
863	0010147-61.2008.8.26.0566	Ap	Heraldo de Oliveira	09/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
864	0033931-14.2011.8.26.0000	AI	Sá Moreira de Oliveira	28/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
865	9161222-09.2009.8.26.0000	Ap	Luiz Antonio Costa	23/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
866	0143619-07.2008.8.26.0002	Ap	Sebastião Flávio	15/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
867	9179545-04.2005.8.26.0000	Ap	Campos Petroni	22/03/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	citação
868	0098783-28.2003.8.26.0000	EI	Tersio Negrato	09/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
869	0012977-44.2011.8.26.0000	AI	Paulo Pastore Filho	23/02/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	citação
870	0013028-31.2006.8.26.0000	ED	Paulo Pastore Filho	23/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
871	0000567-02.2000.8.26.0238	Ap	Paulo Roberto de Santana	16/03/2011	recurso de litisconsorte	favorável
872	9182224-74.2005.8.26.0000	Ap	Galdino Toledo Júnior	22/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
873	0291363-41.2010.8.26.0000	AçãoR	Salles Rossi	23/03/2011	validade de citação	validade
874	0021266-63.2011.8.26.0000	AI	Ulisses do Valle Ramos	16/03/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	citação
875	0042321-12.2007.8.26.0000	Ap	J. B. Franco de Godoi	16/03/2011	recurso da parte contrária	parcial
876	0249976-42.2007.8.26.0100	Ap	Itamar Gaino	16/02/2011	recurso da parte contrária	parcial

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
877	9185144-16.2008.8.26.0000	Ap	Paulo Ayrosa	29/03/2011	curador de direito material	
878	9191596-76.2007.8.26.0000	Ap	Jesus Lofrano	29/03/2011	recurso da parte contrária	negativo
879	0396795-49.2010.8.26.0000	Ap	Celso Pimentel	22/03/2011	recurso do curador	negativo
880	0384643-66.2010.8.26.0000	AI	José Carlos Ferreira Alves	15/03/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
881	0004808-36.1996.8.26.0116	Ap	Francisco Olavo	17/03/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	prescrição
882	9106555-78.2006.8.26.0000	Ap	Ferraz Felisardo	23/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
883	9219078-62.2008.8.26.0000	Ap	Pedro Baccarat	23/03/2011	recurso do curador	negativo
884	0108877-75.2007.8.26.0006	Ap	Tasso Duarte de Melo	17/03/2011	recurso do curador	negativo
885	9098630-36.2003.8.26.0000	Ap	Silvério Ribeiro	16/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
886	0103709-52.2003.8.26.0000	Ap	Pedro Baccarat	23/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
887	0043866-54.2006.8.26.0000	Ap	Ferraz Felisardo	23/03/2011	recurso da parte contrária	redistribuído
888	9077986-67.2006.8.26.0000	Ap	Ferraz Felisardo	23/03/2011	recurso do curador	parcial
889	0579358-11.2010.8.26.0000	AI	Júlio Vidal	22/03/2011	validade de citação	validade
890	0620975-93.1997.8.26.0100	Ap	Dimas Rubens Fonseca	22/03/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
891	0247155-06.2009.8.26.0000	Ap	Sérgio Gomes	23/03/2011	curador de direito material	
892	9181938-96.2005.8.26.0000	Ap	Luiz Antonio Costa	23/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
893	0220726-27.2003.8.26.0577	Ap	Melo Colombi	16/03/2011	recurso de litisconsorte	negativo
894	0127864-77.2007.8.26.0001	Ap	Orlando Pistoresi	23/03/2011	recurso do curador	negativo
895	0013564-98.2000.8.26.0405	Ap	Francisco Olavo	03/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
896	0021192-02.2004.8.26.0405	Ap	Francisco Olavo	03/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
897	0322748-07.2010.8.26.0000	AI	Francisco Olavo	03/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
898	0550064-11.2010.8.26.0000	AI	Edgard Jorge Lauand	22/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
899	0554358-09.2010.8.26.0000	AI	Edgard Jorge Lauand	22/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
900	0407923-66.2010.8.26.0000	AI	Alexandre Lazzarini	01/03/2011	validade de citação	validade
901	0048233-52.2005.8.26.0002	Ap	Enio Zuliani	24/03/2011	recurso do curador	parcial
902	0056955-39.2008.8.26.0562	Ap	Magalhães Coelho	21/03/2011	recurso da parte contrária	negativo
903	0061662-70.2007.8.26.0114	Ap	Cristiano Ferreira Leite	14/03/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
904	9166402-40.2008.8.26.0000	Ap	Roque Antonio Mesquita de Oliveira	15/03/2011	recurso do curador	negativo
905	0125852-88.2010.8.26.0000	AI	Testa Marchi	22/03/2011	não relacionados à curadoria especial	

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
906	0002926-16.2010.8.26.0062	Ap	Beatriz Braga	03/03/2011	recurso do curador	negativo
907	0586614-05.2010.8.26.0000	AI	Correia Lima	14/02/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
908	0008111-27.2010.8.26.0000	AçãoR	Ruy Coppola	24/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
909	0533823-59.2010.8.26.0000	AI	Correia Lima	14/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
910	9183200-81.2005.8.26.0000	Ap	Galdino Toledo Júnior	15/03/2011	recurso do curador	negativo
911	0000671-26.2006.8.26.0224	Ap	Venicio Salles	16/03/2011	recurso de litisconsorte	favorável
912	0544228-57.2010.8.26.0000	AI	Castro Figliolia	23/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
913	0469186-02.2010.8.26.0000	Ap	Castro Figliolia	23/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
914	0516402-56.2010.8.26.0000	AI	Jovino de Syllos	22/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
915	0031523-57.2005.8.26.0001	Ap	Melo Bueno	21/03/2011	recurso de litisconsorte	negativo
916	9103893-39.2009.8.26.0000	Ap	Clóvis Castelo	21/03/2011	recurso do curador	favorável
917	9099361-22.2009.8.26.0000	Ap	Mendes Gomes	21/03/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
918	0001152-76.2001.8.26.0575	Ap	Eduardo Siqueira	03/03/2011	recurso do curador	parcial
919	0011597-33.2008.8.26.0568	Ap	Eduardo Siqueira	03/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
920	0243686-45.2006.8.26.0100	Ap	Eduardo Siqueira	03/03/2011	recurso do curador	parcial
921	9079260-08.2002.8.26.0000	Ap	Sérgio Shimura	09/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
922	9187813-76.2007.8.26.0000	Ap	Vanderci Álvares	21/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
923	0570178-68.2010.8.26.0000	Ap/RN	Corrêa Vianna	15/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
924	0111673-05.2008.8.26.0006	Ap	Melo Bueno	21/03/2011	validade de citação	validade
925	9173702-19.2009.8.26.0000	Ap	Mendes Gomes	21/03/2011	recurso de litisconsorte	negativo
926	0187034-75.2010.8.26.0000	Ap	Eduardo Siqueira	03/03/2011	validade de citação	não
927	0002732-38.2007.8.26.0315	Ap	Marcondes D'Angelo	21/03/2011	recurso do curador	negativo
928	9142477-78.2009.8.26.0000	Ap	Antônio Benedito Ribeiro Pinto	21/03/2011	recurso da parte contrária	parcial
929	0470852-38.2010.8.26.0000	AI	Dimas Rubens Fonseca	15/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
930	0473469-68.2010.8.26.0000	AI	Dimas Rubens Fonseca	15/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
931	0032493-21.2009.8.26.0000	Ap	Elcio Trujillo	16/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
932	0003480-03.2004.8.26.0048	Ap	Salles Rossi	16/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
933	0538471-82.2010.8.26.0000	AI	Sá Duarte	21/03/2011	validade de citação	validade
934	0020282-79.2011.8.26.0000	AI	Hugo Crepaldi	15/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
935	0000661-86.2008.8.26.0587	Ap	Rosa Maria de Andrade Nery	14/03/2011	validade de citação	validade

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
936	0065780-09.2008.8.26.0000	Ap	João Camillo de Almeida Prado Costa	28/02/2011	recurso da parte contrária	redistribuído
937	0150011-37.2006.8.26.0000	Ap	Octavio Helene	18/01/2011	não relacionados à curadoria especial	
938	0114729-94.2004.8.26.0100	Ap	Carlos Alberto Garbi	16/03/2011	recurso da parte contrária	redistribuído
939	0002943-73.2006.8.26.0553	Ap	Felipe Ferreira	16/03/2011	recurso do curador	negativo
940	0001475-42.2010.8.26.0001	Ap	Rosa Maria de Andrade Nery	14/03/2011	recurso de litisconsorte	favorável
941	0125166-24.2009.8.26.0100	Ap	Rocha de Souza	17/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
942	0301313-74.2010.8.26.0000	AI	Antonio Nascimento	14/03/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
943	0052563-59.2009.8.26.0000	Ap	Melo Bueno	14/03/2011	cabimento ou necessidade de atuação	sim
944	9085847-70.2007.8.26.0000	Ap	Moura Ribeiro	17/03/2011	recurso da parte contrária	negativo
945	0222283-49.2008.8.26.0100	Ap	Francisco Occhiuto Júnior	17/03/2011	recurso do curador	negativo
946	9079318-98.2008.8.26.0000	Ap	Manoel Justino Bezerra Filho	14/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
947	0000234-84.1989.8.26.0319	Ap	Laerte Sampaio	15/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
948	0367750-97.2010.8.26.0000	AI	Amorim Cantuária	15/03/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
949	0131987-81.2008.8.26.0002	Ap	Eros Piceli	14/03/2011	recurso do curador	negativo
950	0122007-19.2008.8.26.0000	Ap	Adilson de Andrade	15/03/2011	prazo em dobro	
951	9093209-26.2007.8.26.0000	Ap	Amorim Cantuária	15/03/2011	recurso do curador	parcial
952	0338286-62.2009.8.26.0000	Ap	Neves Amorim	01/03/2011	recurso do curador	parcial
953	0565011-70.2010.8.26.0000	AI	Luis Fernando Nishi	17/03/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
954	9122285-61.2008.8.26.0000	Ap	Walter Cesar Exner	17/03/2011	recurso do curador	negativo
955	9080327-61.2009.8.26.0000	Ap	Walter Zeni	17/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
956	0578249-59.2010.8.26.0000	AI	Francisco Casconi	15/03/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
957	0553973-61.2010.8.26.0000	AI	Luís Fernando Lodi	24/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
958	0094190-82.2005.8.26.0000	Ap	Jesus Lofrano	15/03/2011	recurso da parte contrária	negativo
959	0253448-51.2007.8.26.0100	Ap	Ana de Lourdes Coutinho Silva	23/02/2011	validade de citação	não
960	9097226-08.2007.8.26.0000	Ap	Windor Santos	08/02/2011	validade de citação	validade
961	0265445-35.2010.8.26.0000	ED	Rebello Pinho	14/02/2011	curador de direito material	
962	0000476-82.2009.8.26.0047	Ap	Irineu Fava	16/02/2011	validade de citação	não
963	0014313-94.2009.8.26.0019	Ap	Heraldo de Oliveira	23/02/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
964	9166505-47.2008.8.26.0000	Ap	Cauduro Padin	09/02/2011	recurso da parte contrária	negativo

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
965	9232393-60.2008.8.26.0000	Ap	Cauduro Padin	16/02/2011	recurso do curador	parcial
966	0072251-70.2010.8.26.0000	ED	Elliot Akel	01/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
967	0104352-54.2010.8.26.0100	Ap	Ana de Lourdes Coutinho Silva	16/02/2011	cabimento ou necessidade de atuação	
968	9089680-62.2008.8.26.0000	Ap	Cauduro Padin	23/02/2011	recurso de litisconsorte	negativo
969	9112955-45.2005.8.26.0000	Ap	Eduardo Sá Pinto Sandeville	01/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
970	0442384-64.2010.8.26.0000	AI	Paulo Eduardo Razuk	15/02/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
971	0348385-57.2010.8.26.0000	AI	Tasso Duarte de Melo	24/02/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
972	9081338-96.2007.8.26.0000	Ap	J. B. Franco de Godoi	16/02/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
973	9162492-10.2005.8.26.0000	Ap	Maria Lúcia Pizzotti	17/02/2011	cabimento ou necessidade de atuação	sim
974	0017901-98.2011.8.26.0000	AI	Sérgio Gomes	02/03/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	prescrição
975	0125218-92.2010.8.26.0000	AI	Maria Lúcia Pizzotti	17/02/2011	validade de citação	não
976	0021160-82.2008.8.26.0590	Ap	Spencer Almeida Ferreira	23/02/2011	prazo em dobro	
977	0033235-36.2009.8.26.0068	Ap	Spencer Almeida Ferreira	23/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
978	0212063-60.2006.8.26.0100	ED	Jurandir de Sousa Oliveira	01/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
979	9224202-94.2006.8.26.0000	Ap	Moura Ribeiro	03/03/2011	recurso da parte contrária	negativo
980	0418136-34.2010.8.26.0000	AI	Pedro Baccarat	02/03/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
981	0214642-44.2007.8.26.0100	Ap	Eduardo Siqueira	10/02/2011	recurso do curador	negativo
982	9218860-44.2002.8.26.0000	Ap	J. L. Mônico da Silva	23/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
983	9181922-40.2008.8.26.0000	Ap	Ligia Araújo Bisogni	23/02/2011	recurso do curador	parcial
984	0051504-06.2004.8.26.0002	Ap	Gilberto dos Santos	03/03/2011	recurso do curador	negativo
985	9122323-73.2008.8.26.0000	Ap	Edgard Rosa	02/03/2011	recurso da parte contrária	parcial
986	0013946-32.2007.8.26.0604	ED	Ademir Benedito	23/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
987	0006401-24.2008.8.26.0070	Ap	Neves Amorim	22/02/2011	recurso do curador	negativo
988	0010564-67.2008.8.26.0322	Ap	Percival Nogueira	03/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
989	9141266-12.2006.8.26.0000	Ap	Silvério Ribeiro	23/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
990	0263061-02.2010.8.26.0000	AI	José Luiz Gavião de Almeida	18/01/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
991	0104885-52.2006.8.26.0100	Ap	Heraldo de Oliveira	16/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
992	0381475-56.2010.8.26.0000	Ap	Alexandre Lazzarini	15/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
993	0016498-94.2011.8.26.0000	AI	Ricardo Pessoa de Mello Belli	01/03/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
994	0562568-49.2010.8.26.0000	AI	Sá Duarte	28/02/2011	recurso da parte contrária	interlocutória negativo
995	9119078-88.2007.8.26.0000	Ap	Ricardo Pessoa de Mello Belli	01/03/2011	recurso do curador	negativo
996	0017614-63.2010.8.26.0003	Ap	Lino Machado	23/02/2011	validade de citação	validade
997	0474074-14.2010.8.26.0000	AI	Lino Machado	23/02/2011	validade de citação	validade
998	9150172-83.2009.8.26.0000	Ap	Clóvis Castelo	28/02/2011	recurso do curador	negativo
999	9290123-29.2008.8.26.0000	Ap	Manoel Justino Bezerra Filho	28/02/2011	recurso da parte contrária	redistribuído
1000	9113953-08.2008.8.26.0000	Ap	Roque Antonio Mesquita de Oliveira	15/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1001	0033676-32.2006.8.26.0000	Ap	Soares Levada	28/02/2011	recurso do curador	negativo
1002	0019671-29.2011.8.26.0000	AI	Sá Duarte	28/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1003	0028611-90.2008.8.26.0451	Ap	Melo Colombi	23/02/2011	recurso de litisconsorte	negativo
1004	9212449-72.2008.8.26.0000	Ap	Francisco Occhiuto Júnior	03/03/2011	recurso da parte contrária	negativo
1005	9201944-32.2002.8.26.0000	Ap	Gil Coelho	03/03/2011	recurso do curador	negativo
1006	0075314-70.2005.8.26.0100	Ap	Itamar Gaino	02/03/2011	recurso de ambas as partes	negativo
1007	9070517-67.2006.8.26.0000	Ap	Moura Ribeiro	03/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
1008	0085911-98.2005.8.26.0100	Ap	Walter Cesar Exner	03/03/2011	recurso do curador	negativo
1009	9199943-35.2006.8.26.0000	Ap	Moura Ribeiro	03/03/2011	recurso da parte contrária	negativo
1010	0014048-75.1998.8.26.0602	ED	Moura Ribeiro	03/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
1011	9141642-90.2009.8.26.0000	Ap	Cardoso Neto	09/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1012	0030224-15.2007.8.26.0344	Ap	Elmano de Oliveira	16/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
1013	9011215-05.2009.8.26.0000	AI	Jayme Queiroz Lopes	24/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1014	9247030-89.2003.8.26.0000	Ap	Palma Bisson	24/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1015	9085890-07.2007.8.26.0000	Ap	Mauro Conti Machado	07/02/2011	recurso do curador	parcial
1016	9226414-54.2007.8.26.0000	Ap	Mauro Conti Machado	07/02/2011	validade de citação	validade
1017	9154035-81.2008.8.26.0000	Ap	Roque Antonio Mesquita de Oliveira	08/02/2011	recurso do curador	negativo
1018	9139680-03.2007.8.26.0000	ED	Ligia Araújo Bisogni	09/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1019	0119482-21.2009.8.26.0100	Ap	Tasso Duarte de Melo	10/02/2011	validade de citação	não
1020	0013035-73.2007.8.26.0554	Ap	Tasso Duarte de Melo	10/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1021	9136546-02.2006.8.26.0000	Ap	Paulo Alcides	17/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
1022	0121968-81.2006.8.26.0100	Ap	Carlos Alberto Lopes	08/02/2011	recurso da parte contrária	favorável

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
1023	0211483-97.2010.8.26.0000	ED	Grava Brazil	01/03/2011	não relacionados à curadoria especial	
1024	9071095-98.2004.8.26.0000	Ap	Piva Rodrigues	01/03/2011	recurso da parte contrária	favorável
1025	0027762-14.1994.8.26.0224	Ap	João Carlos Garcia	22/02/2011	recurso de litisconsorte	negativo
1026	0196176-31.2009.8.26.0100	Ap	Maurício Ferreira Leite	02/03/2011	validade de citação	validade
1027	0443580-69.2010.8.26.0000	AI	Luis Carlos de Barros	07/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1028	9107139-14.2007.8.26.0000	Ap	Jurandir de Sousa Oliveira	01/02/2011	recurso do curador	negativo
1029	0380286-43.2010.8.26.0000	AI	Antonio Vilenilson	01/03/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
1030	9086733-06.2006.8.26.0000	Ap	Ricardo Feitosa	21/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1031	9126593-09.2009.8.26.0000	Ap	Sá Duarte	21/02/2011	recurso do curador	negativo
1032	0584336-31.2010.8.26.0000	AI	Antônio Benedito Ribeiro Pinto	24/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1033	0005869-83.2007.8.26.0038	Ap	Matheus Fontes	17/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1034	0015301-81.2005.8.26.0011	Ap	Heraldo de Oliveira	02/02/2011	recurso de litisconsorte	negativo
1035	0471544-37.2010.8.26.0000	AI	Roberto Solimene	03/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1036	9098763-68.2009.8.26.0000	Ap	Mendes Gomes	21/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1037	9107061-49.2009.8.26.0000	Ap	Mendes Gomes	21/02/2011	recurso do curador	negativo
1038	9149414-07.2009.8.26.0000	Ap	Marcondes D'Angelo	24/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1039	9132714-24.2007.8.26.0000	Ap	Jurandir de Sousa Oliveira	01/02/2011	recurso do curador	negativo
1040	9217550-90.2008.8.26.0000	Ap	James Siano	16/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
1041	0418885-51.2010.8.26.0000	AI	Luis Carlos de Barros	07/02/2011	validade de citação	não
1042	0057292-02.2007.8.26.0000	Ap	Vianna Cotrim	23/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
1043	0474320-10.2010.8.26.0000	AI	Dimas Rubens Fonseca	22/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1044	0324050-71.2010.8.26.0000	AI	Elcio Trujillo	23/02/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
1045	0369322-88.2010.8.26.0000	AI	Elcio Trujillo	23/02/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
1046	0017574-56.2011.8.26.0000	AI	Alvaro Passos	23/02/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
1047	0483755-08.2010.8.26.0000	AI	Alvaro Passos	23/02/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
1048	9190339-79.2008.8.26.0000	Ap	Alvaro Passos	23/02/2011	recurso do curador	negativo
1049	0002207-71.2007.8.26.0019	Ap	Castro Figliolia	16/02/2011	recurso do curador	negativo
1050	0049319-25.2009.8.26.0000	Ap	Pedro Ablas	09/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1051	9129228-31.2007.8.26.0000	Ap	Araldo Telles	22/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
1052	9081693-09.2007.8.26.0000	Ap	Araldo Telles	22/02/2011	recurso da parte contrária	favorável

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
1053	0164728-83.2008.8.26.0000	Ap	Ricardo Anafe	16/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1054	0010850-36.2011.8.26.0000	AI	Hugo Crepaldi	22/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1055	0080874-53.2002.8.26.0405	Ap	Francisco Olavo	17/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1056	0021897-73.1999.8.26.0405	Ap	Francisco Olavo	17/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1057	0004973-87.2009.8.26.0032	Ap	Luiz Sabbato	02/02/2011	recurso do curador	negativo
1058	0376764-08.2010.8.26.0000	Ap	Alexandre Lazzarini	08/02/2011	recurso do curador	negativo
1059	0362625-51.2010.8.26.0000	AI	Jacob Valente	09/02/2011	validade de citação	validade
1060	0534409-96.2010.8.26.0000	ED	Luiz Antonio Costa	23/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1061	0302160-76.2010.8.26.0000	Ap	Alexandre Lazzarini	08/02/2011	recurso de ambas as partes	negativo
1062	0275179-10.2010.8.26.0000	Ap	Matheus Fontes	31/01/2011	recurso da parte contrária	parcial
1063	0166452-54.2010.8.26.0000	Ap	Jacob Valente	09/02/2011	recurso do curador	negativo
1064	0019367-38.1995.8.26.0405	Ap	Lineu Peinado	15/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1065	0544600-06.2010.8.26.0000	AI	Lineu Peinado	15/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1066	0002683-75.2009.8.26.0137	Ap	Roberto Mac Cracken	10/02/2011	recurso do curador	parcial
1067	0034786-92.2002.8.26.0554	Ap	Jacob Valente	09/02/2011	recurso do curador	parcial
1068	0006431-35.2003.8.26.0361	Ap	Silvério Ribeiro	09/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
1069	0048162-72.2007.8.26.0554	Ap	Matheus Fontes	31/01/2011	recurso do curador	negativo
1070	0003937-90.2009.8.26.0070	Ap	Matheus Fontes	31/01/2011	recurso do curador	parcial
1071	0030502-19.2009.8.26.0482	Ap	José Tarciso Beraldo	09/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
1072	0144960-65.2008.8.26.0100	ED	Melo Colombi	09/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1073	0448893-11.2010.8.26.0000	AI	Rebello Pinho	07/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1074	0336875-47.2010.8.26.0000	Ap	Alexandre Lazzarini	01/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1075	0008053-87.2011.8.26.0000	AI	Mauri Bottesini	16/02/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	desnecessidade
1076	0150454-11.2008.8.26.0002	Ap	Antônio Benedito Ribeiro Pinto	17/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1077	0005799-44.2011.8.26.0000	AI	J. L. Mônaco da Silva	09/02/2011	curador de direito material	
1078	9065224-19.2006.8.26.0000	Ap	Carvalho Viana	16/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
1079	0036778-58.2003.8.26.0100	EI	Cauduro Padin	02/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1080	0094010-27.2009.8.26.0000	Ap	Cauduro Padin	02/02/2011	recurso do curador	negativo
1081	0575288-48.2010.8.26.0000	Ap	Heraldo de Oliveira	02/02/2011	recurso do curador	negativo
1082	0488211-98.2010.8.26.0000	AI	Antônio Benedito Ribeiro Pinto	17/02/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
1083	0114051-09.2009.8.26.0002	Ap	Castro Figliolia	09/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1084	0006720-57.2003.8.26.0590	Ap	Heraldo de Oliveira	02/02/2011	validade de citação	validade
1085	9110761-72.2005.8.26.0000	Ap	Christine Santini	09/02/2011	recurso do curador	negativo
1086	9155235-31.2005.8.26.0000	Ap	Silvério Ribeiro	09/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1087	0491392-10.2010.8.26.0000	HC	Eduardo Braga	22/02/2011	processo penal	
1088	0345949-28.2010.8.26.0000	AI	Luiz Antonio de Godoy	15/02/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
1089	9082138-56.2009.8.26.0000	Ap	Marcondes D'Angelo	17/02/2011	recurso do curador	negativo
1090	9141154-14.2004.8.26.0000	Ap	Antonio Ribeiro	15/02/2011	recurso de litisconsorte	negativo
1091	9102476-95.2002.8.26.0000	Ap	Fernandes Lobo	10/02/2011	recurso do curador	parcial
1092	0016424-15.2009.8.26.0322	Ap	Cesar Lacerda	15/02/2011	recurso do curador	negativo
1093	0033193-02.2006.8.26.0000	Ap	Júlio Vidal	15/02/2011	recurso do curador	parcial
1094	0078142-14.2006.8.26.0000	Ap	Mello Pinto	15/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1095	0586783-89.2010.8.26.0000	AI	Andrade Marques	17/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1096	9172860-39.2009.8.26.0000	Ap	Francisco Thomaz	16/02/2011	recurso de litisconsorte	negativo
1097	0026306-65.2007.8.26.0000	Ap	Salles Rossi	16/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1098	9204726-07.2005.8.26.0000	Ap	Júlio Vidal	15/02/2011	recurso da parte contrária	parcial
1099	9196640-08.2009.8.26.0000	Ap	Marcondes D'Angelo	17/02/2011	recurso do curador	negativo
1100	9073640-73.2006.8.26.0000	Ap	S. Oscar Feltrin	16/02/2011	recurso da parte contrária	redistribuído
1101	9110633-52.2005.8.26.0000	Ap	Luiz Antonio Costa	16/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1102	9084158-25.2006.8.26.0000	ED	J. B. Franco de Godoi	02/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1103	0006561-21.2008.8.26.0629	Ap	Luiz Sabbato	28/01/2011	recurso da parte contrária	redistribuído
1104	9121772-93.2008.8.26.0000	Ap	Cesar Lacerda	15/02/2011	recurso do curador	negativo
1105	9206260-78.2008.8.26.0000	Ap	Cesar Lacerda	15/02/2011	prazo em dobro	
1106	9150503-41.2004.8.26.0000	Ap	Alvaro Passos	16/02/2011	recurso de ambas as partes	negativo
1107	9185668-52.2004.8.26.0000	Ap	Renato Rangel Desinano	17/02/2011	recurso da parte contrária	parcial
1108	9128028-18.2009.8.26.0000	Ap	Melo Bueno	14/02/2011	recurso do curador	negativo
1109	0550458-18.2010.8.26.0000	AI	Vito Guglielmi	10/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1110	9149072-30.2008.8.26.0000	Ap	Carlos Nunes	14/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1111	9164290-69.2006.8.26.0000	Ap	Paulo Alcides	10/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1112	9155072-80.2007.8.26.0000	Ap	Campos Mello	17/01/2011	recurso do curador	negativo

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
1113	0588173-94.2010.8.26.0000	AI	Eros Piceli	14/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1114	9000501-20.2008.8.26.0000	AçãoR	Melo Colombi	09/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1115	9231691-17.2008.8.26.0000	Ap	Gil Coelho	10/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1116	9102664-88.2002.8.26.0000	Ap	Gil Coelho	10/02/2011	recurso da parte contrária	parcial
1117	0138507-63.2008.8.26.0000	Ap	Caetano Lagrasta	16/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1118	9124913-57.2007.8.26.0000	Ap	Alvaro Passos	16/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
1119	0021917-95.2002.8.26.0005	Ap	Adilson de Araujo	22/02/2011	recurso do curador	negativo
1120	0138822-96.2005.8.26.0000	Ap	Milton Carvalho	22/02/2011	recurso do curador	negativo
1121	0029755-26.2010.8.26.0000	AI	Andrade Neto	16/02/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	desnecessidade
1122	9139505-48.2003.8.26.0000	Ap	José Marcos Marrone	02/02/2011	validade de citação	validade
1123	0396803-26.2010.8.26.0000	AI	Piva Rodrigues	15/02/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
1124	0503225-25.2010.8.26.0000	AI	Renato Rangel Desinano	03/02/2011	outros- diversos	
1125	9108460-84.2007.8.26.0000	Ap	Paulo Roberto de Santana	27/01/2011	recurso do curador	negativo
1126	0082252-51.2009.8.26.0000	Ap	Cristina Zucchi	14/02/2011	recurso do curador	negativo
1127	0140128-03.2005.8.26.0000	Ap	Hugo Crepaldi	15/02/2011	recurso da parte contrária	parcial
1128	0027713-94.2003.8.26.0405	Ap/RN	Wanderley José Federighi	21/02/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	prescrição
1129	0451523-40.2010.8.26.0000	CC	Martins Pinto	21/02/2011	curador de direito material	
1130	0098791-58.2010.8.26.0000	AI	Galdino Toledo Júnior	01/02/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
1131	0174261-23.2009.8.26.0100	Ap	Jacob Valente	16/02/2011	cabimento ou necessidade de atuação	sim
1132	0134257-84.2008.8.26.0000	Ap	Testa Marchi	18/01/2011	recurso do curador	negativo
1133	9119139-46.2007.8.26.0000	Ap	Ricardo Pessoa de Mello Belli	15/02/2011	recurso de litisconsorte	negativo
1134	0128055-24.2004.8.26.0100	ED	Romeu Ricupero	10/02/2011	recurso de litisconsorte	negativo
1135	0060583-70.2007.8.26.0562	Ap/RN	Teresa Ramos Marques	07/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1136	9067058-28.2004.8.26.0000	Ap	Galdino Toledo Júnior	01/02/2011	recurso de ambas as partes	negativo
1137	0504455-05.2010.8.26.0000	AI	Maia da Rocha	02/02/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
1138	0477778-35.2010.8.26.0000	AI	Luiz Antonio Costa	09/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1139	0417951-93.2010.8.26.0000	AI	Spencer Almeida Ferreira	02/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1140	9120351-39.2006.8.26.0000	Ap	Andrade Marques	10/02/2011	recurso do curador	negativo
1141	9119027-48.2005.8.26.0000	ED	Berenice Marcondes Cesar	08/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
1142	0133169-05.2008.8.26.0002	Ap	Itamar Gaino	16/02/2011	validade de citação	não
1143	0393985-04.2010.8.26.0000	AI	Luiz Antonio Costa	09/02/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
1144	0508191-31.2010.8.26.0000	AI	Ademir Benedito	02/02/2011	validade de citação	
1145	0029328-29.2010.8.26.0000	Ap	Andrade Marques	10/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1146	0000036-21.2008.8.26.0565	Ap	Itamar Gaino	16/02/2011	recurso do curador	negativo
1147	0554041-11.2010.8.26.0000	AI	Luis Fernando Nishi	17/02/2011	validade de citação	não
1148	0008431-51.2000.8.26.0510	Ap	Orlando Pistoresi	09/02/2011	recurso do curador	negativo
1149	9091125-52.2007.8.26.0000	Ap	Rocha de Souza	10/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
1150	9089667-97.2007.8.26.0000	Ap	Rocha de Souza	10/02/2011	recurso de litisconsorte	parcial
1151	9159702-82.2007.8.26.0000	Ap	Rocha de Souza	10/02/2011	recurso do curador	negativo
1152	0457417-94.2010.8.26.0000	AI	Ademir Benedito	02/02/2011	recurso da parte contrária	interlocutória negativo
1153	9128955-18.2008.8.26.0000	Ap	Marcos Ramos	09/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1154	0023760-41.2001.8.26.0002	Ap	Andrade Marques	10/02/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	citação
1155	9124916-41.2009.8.26.0000	Ap	Antônio Benedito Ribeiro Pinto	10/02/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
1156	9071709-40.2003.8.26.0000	Ap	Eduardo Braga	03/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1157	9124295-59.2000.8.26.0000	Ap	Carlos Henrique Miguel Trevisan	18/01/2011	recurso da parte contrária	negativo
1158	0015351-87.2003.8.26.0008	ED	Irineu Fava	02/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1159	0165969-24.2010.8.26.0000	ED	Kioitsi Chicuta	17/02/2011	validade de citação	validade
1160	0355016-17.2010.8.26.0000	Ap	Itamar Gaino	16/02/2011	recurso do curador	negativo
1161	0165334-43.2010.8.26.0000	AI	Luiz Eurico	07/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1162	0000020-95.2003.8.26.0095	Ap	De Santi Ribeiro	04/02/2011	cabimento ou necessidade de atuação	sim
1163	0002647-85.2011.8.26.0000	AI	Andrade Neto	09/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1164	0071146-39.2002.8.26.0000	Ap	Sérgio Shimura	09/02/2011	recurso do curador	parcial
1165	9243903-46.2003.8.26.0000	Ap	Rodrigo Enout	20/01/2011	recurso da parte contrária	favorável
1166	9228261-28.2006.8.26.0000	Ap	Ferraz Felisardo	09/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1167	0451448-98.2010.8.26.0000	AI	Vicentini Barroso	08/02/2011	outros- diversos	
1168	9116566-35.2007.8.26.0000	Ap	Francisco Casconi	15/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
1169	0005903-95.2008.8.26.0079	Ap	Adilson de Araujo	15/02/2011	validade de citação	validade
1170	0006446-76.2007.8.26.0615	Ap	Adilson de Araujo	15/02/2011	recurso da parte contrária	negativo

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
1171	0458290-94.2010.8.26.0000	AI	Teixeira Leite	10/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1172	0154624-61.2010.8.26.0000	Ap	Francisco Olavo	03/02/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	prescrição
1173	0004131-76.2003.8.26.0272	Ap	Gilberto dos Santos	10/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
1174	0003994-23.2005.8.26.0564	Ap	Rubens Cury	18/01/2011	recurso do curador	negativo
1175	0130633-91.2003.8.26.0100	Ap	Jacob Valente	02/02/2011	recurso do curador	parcial
1176	0539323-09.2010.8.26.0000	AI	Roberto Martins de Souza	03/02/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	citação
1177	9094339-80.2009.8.26.0000	Ap	Pedro Ablas	26/01/2011	recurso da parte contrária	negativo
1178	709-96.2007.8.26.0000	Ap	Pedro Baccarat	09/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
1179	0360276-75.2010.8.26.0000	AI	Enio Zuliani	03/02/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
1180	9133841-65.2005.8.26.0000	Ap	Fábio Quadros	03/02/2011	recurso do curador	parcial
1181	9093006-64.2007.8.26.0000	Ap	Amorim Cantuária	08/02/2011	recurso de ambas as partes	parcial
1182	9076422-82.2008.8.26.0000	Ap	Carlos Nunes	07/02/2011	recurso do curador	parcial
1183	0107443-08.2008.8.26.0009	Ap	Fabio Tabosa	01/02/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
1184	0525233-93.2010.8.26.0000	Ap	Ulisses do Valle Ramos	02/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
1185	0416260-44.2010.8.26.0000	AI	Maury Bottesini	02/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1186	0002284-57.2001.8.26.0127	Ap	Maury Bottesini	02/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
1187	0025509-67.2009.8.26.0405	Ap	Melo Bueno	07/02/2011	recurso do curador	negativo
1188	0024916-49.2006.8.26.0597	Ap	Neves Amorim	01/02/2011	validade de citação	não
1189	9295108-41.2008.8.26.0000	Ap	Cardoso Neto	26/01/2011	recurso de ambas as partes	negativo
1190	9079753-43.2006.8.26.0000	Ap	Rocha de Souza	03/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1191	9205772-26.2008.8.26.0000	Ap	Manoel Justino Bezerra Filho	07/02/2011	recurso de litisconsorte	negativo
1192	0018812-91.2009.8.26.0320	Ap	Otávio Henrique	03/02/2011	validade de citação	validade
1193	9050520-93.2009.8.26.0000	Ap	Melo Bueno	07/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
1194	9224202-94.2006.8.26.0000	Ap	Moura Ribeiro	10/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
1195	0089763-18.2000.8.26.0000	AçãoR	Natan Zelinschi de Arruda	03/02/2011	rescisoria	favorável
1196	0489524-94.2010.8.26.0000	AI	Pereira Calças	01/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1197	0003642-68.2008.8.26.0238	Ap	Romeu Ricupero	03/02/2011	recurso do curador	negativo
1198	0876563-33.1999.8.26.0100	Ap	Maurício Ferreira Leite	09/02/2011	recurso do curador	negativo
1199	0281068-42.2010.8.26.0000	AI	Boris Kauffmann	01/02/2011	validade de citação	validade

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
1200	9143969-47.2005.8.26.0000	Ap	Walter Zeni	03/02/2011	recurso de ambas as partes	parcial
1201	9090011-78.2007.8.26.0000	Ap	Francisco Occhiuto Júnior	03/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1202	0119852-10.2008.8.26.0011	Ap	Romeu Ricupero	03/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1203	9166466-16.2009.8.26.0000	Ap	Donegá Morandini	08/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1204	0026211-76.2006.8.26.0224	Ap	Virgílio de Oliveira Junior	09/02/2011	recurso do curador	negativo
1205	0249139-88.2010.8.26.0000	AI	Beretta da Silveira	08/02/2011	atuação do MP como curador em interdição	impossibilidade
1206	0396808-48.2010.8.26.0000	AI	Luiz Antonio Costa	02/02/2011	atuação do MP como curador em interdição	possibilidade
1207	0160597-59.2008.8.26.0002	Ap	Kioitsi Chicuta	03/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1208	0005701-59.2011.8.26.0000	AI	S. Oscar Feltrin	02/02/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	desnecessidade
1209	0011088-51.2009.8.26.0606	Ap	Júlio Vidal	01/02/2011	validade de citação	validade
1210	0112475-17.2005.8.26.0100	Ap	Reinaldo Caldas	02/02/2011	recurso da parte contrária	negativo
1211	9097080-64.2007.8.26.0000	Ap	Edgard Jorge Lauand	01/02/2011	recurso do curador	negativo
1212	9082222-96.2005.8.26.0000	Ap	Antonio Ribeiro	01/02/2011	recurso da parte contrária	parcial
1213	9172597-12.2006.8.26.0000	Ap	Edgard Jorge Lauand	01/02/2011	recurso da parte contrária	parcial
1214	0523720-90.2010.8.26.0000	AI	Antonio Ribeiro	01/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1215	9054517-31.2002.8.26.0000	ED	Antonio Ribeiro	01/02/2011	recurso do curador	negativo
1216	0519018-04.2010.8.26.0000	AI	S. Oscar Feltrin	02/02/2011	validade de citação	validade
1217	9213033-08.2009.8.26.0000	Ap	Jurandir de Sousa Oliveira	11/01/2011	recurso de litisconsorte	favorável
1218	0333256-12.2010.8.26.0000	AI	Rubens Cury	11/01/2011	recurso da parte contrária	interlocutória negativo
1219	0550053-79.2010.8.26.0000	Ap	Corrêa Vianna	01/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1220	0548086-96.2010.8.26.0000	Ap	Corrêa Vianna	01/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1221	0553410-67.2010.8.26.0000	Ap	Corrêa Vianna	01/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1222	0548670-66.2010.8.26.0000	Ap/RN	Corrêa Vianna	01/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1223	0000093-20.1989.8.26.0625	Ap	Erickson Gavazza Marques	28/01/2011	cabimento ou necessidade de atuação	não
1224	0227754-84.2010.8.26.0000	ED	Presidente da Seção de Direito Público	17/01/2011	outros- diversos	
1225	0369578-65.2009.8.26.0000	Ap	Rosa Maria de Andrade Nery	31/01/2011	recurso do curador	parcial
1226	0122680-37.2007.8.26.0003	Ap	Rosa Maria de Andrade Nery	31/01/2011	validade de citação	validade
1227	9200972-23.2006.8.26.0000	Ap	Nestor Duarte	31/01/2011	recurso do curador	negativo
1228	0548460-15.2010.8.26.0000	AI	Felipe Ferreira	02/02/2011	validade de citação	não
1229	0221979-16.2009.8.26.0100	Ap	James Siano	28/01/2011	não relacionados à curadoria especial	

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
1230	0406902-55.2010.8.26.0000	AI	Walter Cesar Exner	03/02/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
1231	0200750-43.2008.8.26.0000	Ap	Franco Cocuzza	07/02/2011	não relacionados à curadoria especial	
1232	9212979-13.2007.8.26.0000	Ap	Amorim Cantuária	01/02/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1233	0003895-07.2010.8.26.0361	Ap	Dimas Carneiro	27/01/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1234	0505385-23.2010.8.26.0000	AI	Carlos Nunes	31/01/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
1235	0163666-96.2008.8.26.0100	Ap	Gilberto dos Santos	03/02/2011	recurso do curador	negativo
1236	0458688-41.2010.8.26.0000	AI	Melo Colombi	26/01/2011	validade de citação	validade
1237	0048575-30.2009.8.26.0000	Ap	Sá Duarte	31/01/2011	recurso do curador	negativo
1238	9178480-37.2006.8.26.0000	Ap	Mello Pinto	20/01/2011	não relacionados à curadoria especial	
1239	0115673-94.2007.8.26.0002	Ap	Dimas Carneiro	27/01/2011	recurso da parte contrária	favorável
1240	9081312-64.2008.8.26.0000	Ap	Luiz Eurico	31/01/2011	recurso do curador	negativo
1241	0011359-70.2001.8.26.0564	Ap	Gilberto dos Santos	03/02/2011	recurso da parte contrária	favorável
1242	0557242-11.2010.8.26.0000	AI	Antonio Nascimento	31/01/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1243	0521638-86.2010.8.26.0000	AI	Silveira Paulilo	02/02/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
1244	0473556-24.2010.8.26.0000	AI	Antônio Benedito Ribeiro Pinto	20/01/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1245	9150635-25.2009.8.26.0000	Ap	Mendes Gomes	31/01/2011	validade de citação	validade
1246	0187568-19.2010.8.26.0000	AI	Viviani Nicolau	01/02/2011	recurso da parte contrária	interlocutória negativo
1247	0009012-83.2009.8.26.0176	Ap	Fernando Torres Garcia	27/01/2011	processo penal	
1248	0004036-70.2009.8.26.0196	Ap	Mario A. Silveira	01/02/2011	validade de citação	não
1249	0103899-33.2008.8.26.0002	Ap	Mario A. Silveira	01/02/2011	recurso do curador	negativo
1250	9116569-87.2007.8.26.0000	Ap	José Malerbi	31/01/2011	validade de citação	validade
1251	0003594-86.2007.8.26.0451	Ap	José Reynaldo	19/01/2011	cabimento ou necessidade de atuação	sim
1252	9122298-60.2008.8.26.0000	Ap	Cesar Lacerda	20/01/2011	recurso do curador	negativo
1253	9198967-28.2006.8.26.0000	Ap	Moura Ribeiro	20/01/2011	recurso de ambas as partes	parcial
1254	0585168-64.2010.8.26.0000	AI	Adherbal Acquati	18/01/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	citação
1255	0360310-50.2010.8.26.0000	AI	Vanderci Álvares	20/01/2011	outros- diversos	
1256	9150639-96.2008.8.26.0000	Ap	Cesar Lacerda	20/01/2011	recurso do curador	parcial
1257	9123044-25.2008.8.26.0000	Ap	Antônio Benedito Ribeiro Pinto	20/01/2011	não relacionados à curadoria especial	
1258	0569604-45.2010.8.26.0000	AI	Moura Ribeiro	20/01/2011	validade de citação	validade

	julgado	tipo recurso	relator	data julgamento	classificação do assunto principal	resultado
1259	0001670-64.2003.8.26.0068	Ap	Kioitsi Chicuta	20/01/2011	recurso do curador	negativo
1260	9232214-63.2007.8.26.0000	Ap	Rocha de Souza	20/01/2011	recurso do curador	parcial
1261	0005290-90.2006.8.26.0032	Ap	Araldo Telles	18/01/2011	não relacionados à curadoria especial	
1262	0340047-94.2010.8.26.0000	AI	Kioitsi Chicuta	20/01/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1263	0180786-29.2006.8.26.0002	Ap	Romeu Ricupero	20/01/2011	recurso da parte contrária	favorável
1264	0152042-24.2006.8.26.0002	Ap	Romeu Ricupero	20/01/2011	recurso da parte contrária	negativo
1265	0054351-79.2007.8.26.0000	Ap	Rocha de Souza	20/01/2011	recurso da parte contrária	negativo
1266	0449775-70.2010.8.26.0000	Ap	Corrêa Vianna	18/01/2011	não relacionados à curadoria especial	
1267	9233060-80.2007.8.26.0000	Ap	20/01/2011	20/01/2011	não relacionados à curadoria especial	
1268	9181712-86.2008.8.26.0000	Ap	Edgard Rosa	19/01/2011	recurso da parte contrária	negativo
1269	0131468-40.2007.8.26.0100	Ap	Kioitsi Chicuta	20/01/2011	recurso de ambas as partes	negativo
1270	0010841-88.2007.8.26.0073	Ap	Orlando Pistoresi	19/01/2011	recurso da parte contrária	favorável
1271	0547051-04.2010.8.26.0000	AI	Carlos Alberto Garbi	18/01/2011	poderes do curador especial	
1272	0004477-42.2008.8.26.0566	Ap	Carlos Alberto Garbi	18/01/2011	recurso do curador	negativo
1273	0134410-49.2010.8.26.0000	Ap	Mario A. Silveira	18/01/2011	recurso do curador	negativo
1274	9194211-39.2007.8.26.0000	Ap	Marrey Uint	11/01/2011	não relacionados à curadoria especial	
1275	0547138-57.2010.8.26.0000	AI	Antonio Nascimento	17/01/2011	verba honorária/ custas/ sucumbência	
1276	9213051-39.2003.8.26.0000	Ap	Egídio Giacoia	18/01/2011	recurso do curador	negativo
1277	0042921-87.2007.8.26.0564	Ap	Magalhães Coelho	11/01/2011	recurso do curador	negativo
1278	9097698-77.2005.8.26.0000	Ap	Egídio Giacoia	18/01/2011	atuação de curador em execução / execução fiscal/ monitória	
1279	0473069-54.2010.8.26.0000	AI	Jesus Lofrano	18/01/2011	recurso da parte contrária	interlocutória negativo
1280	0113832-33.2008.8.26.0001	Ap	Paulo Ayrosa	18/01/2011	intimação pessoal para multa do 475 J	necessidade
1281	0506978-87.2010.8.26.0000	AI	Antonio Rigolin	18/01/2011	recurso da parte contrária	interlocutória negativo
1282	9090476-87.2007.8.26.0000	Ap	Antonio Rigolin	18/01/2011	recurso da parte contrária	favorável
1283	0327297-60.2010.8.26.0000	Ap	Paulo Ayrosa	18/01/2011	não relacionados à curadoria especial	
1284	9119836-33.2008.8.26.0000	Ap	Paulo Ayrosa	18/01/2011	recurso da parte contrária	parcial
1285	9175359-69.2004.8.26.0000	Ap	Claudio Godoy	11/01/2011	cabimento ou necessidade de atuação	sim

Nº	1. Qual é a sua área de atuação			2. Você acha que a curadoria especial é importante?		3. Você consegue estimar a porcentagem se sua atuação que se refere a:			4. Quais são as matérias mais comumente alegadas em sua atuação como curador especial?									
	Infância e Juventude	Cível	Família	sim	não	réu revel	incapaz	preso	Negativa Geral	Honorários e Custas	Nulidade da citação	Condições da Ação e Pressupostos Processuais	Desnecessidade de atuação de curador	Necessidade de intimação pessoal para 475-J	Produção de provas	Questões de mérito	Legitimidade do Ministério Público e não da Defensoria	Outros
1																		
2		x		x		95	0	5	x		x	x			x	x		
3		x	x	x		99	0,8	0,2	x		x	x		x	x	x		
4	x		x	x		80	5	15	x		x							
5		x	x		x	95	2,5	2,5	x		x							
6		x		x		92	6	2	x		x		x	x		x		x
7		x	x	x		75	20	5			x							
8		X	X	X		95	4	1	X		X	X		X		X		
9		x		x		não consigo estimar a porcentagem, até porque dou seguimento também às curadorias já existentes na banca. A maioria é de réu revel			x		x	x		x	x			
10		x	x	x		80	10	10	x	x	x		x	x				
11		x	x	x		90	9	1	x	x	x	x		x		x		
12		x	x		x	90	5	5	x		x							

Nº	1. Qual é a sua área de atuação			2. Você acha que a curadoria especial é importante?		3. Você consegue estimar a porcentagem se sua atuação que se refere a:			4. Quais são as matérias mais comumente alegadas em sua atuação como curador especial?									
	Infância e Juventude	Cível	Família	sim	não	réu revel	incapaz	preso	Negativa Geral	Honorários e Custas	Nulidade da citação	Condições da Ação e Pressupostos Processuais	Desnecessidade de atuação de curador	Necessidade de intimação pessoal para 475-J	Produção de provas	Questões de mérito	Legitimidade do Ministério Público e não da Defensoria	Outros
13		x			x	98	2	0	x		x	x	x					
14		x	x		x	95	4	1	x		x							
15			x	x		80	10	10	x	x	x		x	x				
16		x		x		97	1	2	x	x		x				x		
17		x	x	x		80	15	5	x	x	x	x						x
18		x	x	x		70	15	15	x		x	x		x		x		
19		x		x		90	5	5	x		x	x						
20		x	x		x	80		20	x		x		x	x				
21	x		x	x					x						x			
22		x	x	x		90	5	5	x	x	x					x		
23			x	x		70	10	20	x		x							
24			x	x		95	4	1	x	x	x	x						
25	x			x		Não tenho dados estatísticos, mas atuo nos três casos. Recentemente, houve aumento dos casos de incapaz			x	x					x			x
26	x			x		80	10	10	x		x		x		x			
27		x		x		90	5	5	x		x	x						

Nº	1. Qual é a sua área de atuação			2. Você acha que a curadoria especial é importante?		3. Você consegue estimar a porcentagem se sua atuação que se refere a:			4. Quais são as matérias mais comumente alegadas em sua atuação como curador especial?									
	Infância e Juventude	Cível	Família	sim	não	réu revel	incapaz	preso	Negativa Geral	Honorários e Custas	Nulidade da citação	Condições da Ação e Pressupostos Processuais	Desnecessidade de atuação de curador	Necessidade de intimação pessoal para 475-J	Produção de provas	Questões de mérito	Legitimidade do Ministério Público e não da Defensoria	Outros
28		x	x	x		96	1	3	x		x	x			x			x
29		x	x	x		99	0	1	x		x		x			x		x
30			x	x		75	10	15	x		x	x			x	x		
31		x	x	x		80	5	15	x		x	x		x	x			
32		x	x	x		75	15	10	x		x	x						
33		x	x	x		70	10	20	x	x	x			x				
34		x	x	x		90	4	6	x	x	x	x		x	x	x		
35			x	x		99	1	0	x	x	x							
36		x		x		0	3	3	x	x	x			x			x	
37			x	x		90	8	2	x		x	x		x	x			
38		x		x		100	0	0			x		x			x		
39			x	x		60	40	0	x		x	x						
40	x	x		x		60	30	10	x		x	x						
41		x	x	x		96	1	3	x		x		x	x				
42		x		x		70	15	15	x	x	x			x		x		
43		x	x	x		90	1	9	x		x	x		x				

Nº	1. Qual é a sua área de atuação			2. Você acha que a curadoria especial é importante?		3. Você consegue estimar a porcentagem se sua atuação que se refere a:			4. Quais são as matérias mais comumente alegadas em sua atuação como curador especial?									
	Infância e Juventude	Cível	Família	sim	não	réu revel	incapaz	preso	Negativa Geral	Honorários e Custas	Nulidade da citação	Condições da Ação e Pressupostos Processuais	Desnecessidade de atuação de curador	Necessidade de intimação pessoal para 475-J	Produção de provas	Questões de mérito	Legitimidade do Ministério Público e não da Defensoria	Outros
44			x	x		100	0	0	x	x	x					x		
45			x	x		70	15	15	x		x				x		x	
46		x		x		100	0	0	x		x		x	x				
47		x		x		65	10	25	x		x							
48		x		x		90	5	5	x		x	x						
49		x	x	x		80	15	5	x		x			x				
50			x	x		90	5	5	x		x	x			x	x		
51		x	x	x		60	10	30	x		x	x		x				
52			x	x		70	25	5	x		x							
53		x	x	x		60	25	15	x	x	x					x		
54		x		x		90	7	3		x	x	x		x				
55			x	x		85	5	15	x		x							
56	x		x			90	5	5	x		x							
57		x	x	x		70	20	10	x						x	x		x
58			x	x		94	5	1	x		x		x					
59			x	x		70	20	10	x		x						x	

Nº	1. Qual é a sua área de atuação			2. Você acha que a curadoria especial é importante?		3. Você consegue estimar a porcentagem se sua atuação que se refere a:			4. Quais são as matérias mais comumente alegadas em sua atuação como curador especial?									
	Infância e Juventude	Cível	Família	sim	não	réu revel	incapaz	preso	Negativa Geral	Honorários e Custas	Nulidade da citação	Condições da Ação e Pressupostos Processuais	Desnecessidade de atuação de curador	Necessidade de intimação pessoal para 475-J	Produção de provas	Questões de mérito	Legitimidade do Ministério Público e não da Defensoria	Outros
60			x		x	85	10	5	x	x	x				x			
61		x	x	x					x		x	x						
62		x	x	x		90	5	5	x		x			x				
63		x	x	x		90	5	5	x	x	x	x		x				
64		x	x	x		80	5	15	x	x	x							
65		x	x	x		92	8	0	x		x							
66		x	x	x		85	10	5	x		x							
67	x			x		90	5	5	x		x							
68		x		x		95	5	0	x		x	x		x				
69		x	x	x		95	1	4	x		x							
70		x			x	95	0	5	x		x							
71		x	x	x					x	x	x							
72			x	x		70	10	20	x		x			x				
73			x	x		70	25	5	x	x	x			x		x		
74		x	x	x		80	15	5	x		x	x		x		x		x

Nº	1. Qual é a sua área de atuação			2. Você acha que a curadoria especial é importante?		3. Você consegue estimar a porcentagem se sua atuação que se refere a:			4. Quais são as matérias mais comumente alegadas em sua atuação como curador especial?									
	Infância e Juventude	Cível	Família	sim	não	réu revel	incapaz	preso	Negativa Geral	Honorários e Custas	Nulidade da citação	Condições da Ação e Pressupostos Processuais	Desnecessidade de atuação de curador	Necessidade de intimação pessoal para 475-J	Produção de provas	Questões de mérito	Legitimidade do Ministério Público e não da Defensoria	Outros
75		x	x	x		80	15	5	x		x	x						
76		x	x	x		80	5	15	x	x						x	x	x
77		x	x															
78	x	x	x	x		90	10	0	x		x			x				x
79		x	x	x		95	1	4	x		x							
80		x	x			85	10	5	x	x	x						x	x
81		x		x		100	0	0	x		x		x	x				
82	x		x	x		90	0	10	x		x			x				
83		x	x	x		80	10	10	x	x	x				x	x		x
84		x	x		x	95	2,5	2,5	x	x	x	x				x		
85			x	x		60	33	7	x		x	x			x	x		
86			x	x		90	5	5	x		x			x				x
87		x	x	x					x		x			x	x	x		
88		x		x		100			x		x	x				x		
89		x	x	x		80	10	10	x		x					x		
90		x	x	x		75	20	5	x		x							
91		x	x	x		90	5	5	x		x	x		x	x	x		
92			X	X		90	2	8	x		x	x						
93			x	x		99	1	0	x		x				x			
94			x	x		80	10	10	x		x							x
95		x		x		70	10	20	x			x						
96	x					80	5	15	x		x							
97			x	x		70	20	10	x		x	x						
98		x	x	x		45	50	5	x		x	x			x		x	

Nº	1. Qual é a sua área de atuação			2. Você acha que a curadoria especial é importante?		3. Você consegue estimar a porcentagem se sua atuação que se refere a:			4. Quais são as matérias mais comumente alegadas em sua atuação como curador especial?									
	Infância e Juventude	Cível	Família	sim	não	réu revel	incapaz	preso	Negativa Geral	Honorários e Custas	Nulidade da citação	Condições da Ação e Pressupostos Processuais	Desnecessidade de atuação de curador	Necessidade de intimação pessoal para 475-J	Produção de provas	Questões de mérito	Legitimidade do Ministério Público e não da Defensoria	Outros
99			x	x		85	5	10	x		x			x				
100		x	x	x		80	10	10	x	x	x							
101		x		x		30	40	30	x									
102		x		x		100	0	0	x	x	x	x				x		
103	x			x		Faço toda curadoria da infância e juventude, além de cível e família. Não consigo estimar estes dados, mas com certeza mais da metade corresponde a réu revel.			x		x	x						
104		x		x		99	0,5	0,5	x		x					x		
105		x		x		90	8	1	x		x					x		
106		x	x	x		95	3	2	x		x			x	x			
107		x	x	x		80	15	5	x		x			x				
108		x	x	x		não			x		x		x				x	

Nº	5. Quando atua como curador especial normalmente:					6. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do réu revel citado fictamente?		7. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do preso?		8. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do incapaz?		9. Você acha que, como curador especial, é capaz de influir decisivamente na convicção do juiz e, consequentemente, na tutela jurisdicional que será prestada?		10. Estime, se possível, a porcentagem de curadorias especiais ganhas
	Ocorre julgamento antecipado da lide	Ocorre produção de prova:	documental	pericial	testemunhal	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
1														
2	x						x		x		x		x	10%
3	x						x		x	x			x	menos de 1%
4		x		x	x	x			x		x	x		tive apenas um processo findo, qual seja, um divórcio litigioso em que o réu era revel.
5	x						x		x		x		x	5%
6	x					x		x		x		x		10
7		x	x			x		x		x			x	10
8	X					X		X		X		X		10
9	não há como saber ao certo porque aqui na Fazenda pegamos curadorias em diversas fases processuais. alguns na fase recursal, outros inclusive já nos tribunais superiores, outros fazemos as contestações. Há diversas curadorias de ACPs, então a dilação probatória é grande.									x		x		não consigo estimar porque os processos aqui na Fazenda demoram muito
10	x						x	x		x			x	A maioria das ações refere-se a execuções fiscais ou de título executivo extrajudicial, onde a dívida realmente existe e foi constituída por pessoa que desapareceu. Raros são os casos onde não havia motivo para a promoção da ação por parte do autor
11	x					x		x		x		x		10
12	x						x		x		x		x	5

Nº	5. Quando atua como curador especial normalmente:					6. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do réu revel citado fictamente?		7. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do preso?		8. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do incapaz?		9. Você acha que, como curador especial, é capaz de influir decisivamente na convicção do juiz e, consequentemente, na tutela jurisdicional que será prestada?		10. Estime, se possível, a porcentagem de curadorias especiais ganhas
	Ocorre julgamento antecipado da lide	Ocorre produção de prova:	documental	pericial	testemunhal	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
13		x	x		x		x		x		x	x		Cerca de 35 % das curadorias que atuei promoveu-se nova citação ou tentativa de localização do Réu, com outros ofícios, que localizado promoveu sua defesa
14	x						x	x			x	x		não sei dizer
15		x												
16	x					x		x						25
17	x	x			x	x		x		x		x		não conseguiriam mensurar
18	x					x		x		x		x		40
19	x					x		x		x		x		20
20	x						x		x	x			x	1
21		x			x		x		x				x	0
22	x					x		x		x		x		10
23	x						x				x		x	5
24		x	x	x		x		x				x		7a 10%
25		x			x	x				x				Não tenho dados estatísticos, mas são poucas
26	x	x		x			x	x		x		x		15
27		x					x	x		x			x	15

Nº	5. Quando atua como curador especial normalmente:					6. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do réu revel citado fictamente?		7. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do preso?		8. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do incapaz?		9. Você acha que, como curador especial, é capaz de influir decisivamente na convicção do juiz e, consequentemente, na tutela jurisdicional que será prestada?		10. Estime, se possível, a porcentagem de curadorias especiais ganhas
	Ocorre julgamento antecipado da lide	Ocorre produção de prova:	documental	pericial	testemunhal	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
28		x	x	x	x	x		x		x		x		40_%. Na maioria das demandas, o curador especial tem a possibilidade de influir em alguns aspectos da sentença, ao menos melhorando a situação jurídica do réu que adviria de integral sucumbência. Isso é considerada vitória da curadoria especial, embora exista causas integralmente ganhas pela parte patrocinada pelo curador especial em percentual muito menor, algo em torno de 5% das causas.
29	x					x		x			x	x		5
30	x	x	x	x	x		x	x				x		10
31	x					x		x		x		x		10
32	x						x	x		x			x	5
33	x						x	x		x			x	10
34		x			x	x		x		x		x		30
35	x						x			x			x	
36	x						x		x		x		x	1
37	x						x		x			x		10
38	x						x					x		Não consigo estimar
39		x		x		x				x		x		5
40	x						x		x	x			x	Não é possível estimar
41	x					x		x		x		x		10
42		x	x	x		x		x		x			x	15
43	x					x			x	x		x		5

Nº	5. Quando atua como curador especial normalmente:					6. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do réu revel citado fictamente?		7. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do preso?		8. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do incapaz?		9. Você acha que, como curador especial, é capaz de influir decisivamente na convicção do juiz e, consequentemente, na tutela jurisdicional que será prestada?		10. Estime, se possível, a porcentagem de curadorias especiais ganhas
	Ocorre julgamento antecipado da lide	Ocorre produção de prova:	documental	pericial	testemunhal	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
44						x						x		Não tenho como aferir
45	x	x			x	x		x				x		
46	x						x		x		x		x	0,3
47		x			x		x	x		x		x		0
48	x					x		x		x		x		10
49	x						x		x	x			x	5
50	x					x		x		x		x		não tenho essa ideia
51	x					x			x	x			x	30
52						x		x		x		x		15
53	x					x		x			x			15
54	x						x	x		x		x		15
55		x					x		x		x		x	5
56	x						x		x					Desde que entrei na Defensoria, acredito que no máximo umas cinco curadorias. Não tenho como colocar em percentual
57		x	x			x								A Curadoria é importante para garantir o princípio constitucional do contraditório. Existem casos em que a falta de subsídios realmente prejudica a defesa efetiva, mas em outros a visão técnica do Defensor pode garantir a legalidade e o regular andamento processual
58	x						x		x		x		x	0
59	x					x		x		x		x		10

Nº	5. Quando atua como curador especial normalmente:					6. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do réu revel citado fictamente?		7. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do preso?		8. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do incapaz?		9. Você acha que, como curador especial, é capaz de influir decisivamente na convicção do juiz e, consequentemente, na tutela jurisdicional que será prestada?		10. Estime, se possível, a porcentagem de curadorias especiais ganhas
	Ocorre julgamento antecipado da lide	Ocorre produção de prova:	documental	pericial	testemunhal	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
60		x	x	x	x		x		x	x			x	
61	x					x		x		x		x		3
62		x	x	x	x		x		x	x		x		30
63	x						x		x	x			x	1
64		x			x	x		x		x		x		Difícil avaliar. Por exemplo, em uma ação de divórcio na qual o réu não foi encontrado, ainda que seja procedente, não há perdedor. O mesmo em relação à alimentos.
65	x					x				x		x		3
66	x					x		x		x		x		5
67		x	x	x	x		x		x		x	x		5
68	x					x					x	x		
69	x					x		x		x		x		cerca 10% no cível. Com relação ao direito de Família, fica difícil conceituar quando se ganhou ou se perdeu uma curadoria especial. Ex: esposa pede divórcio do marido citado por edital. O pedido é julgado procedente. Não houve nem perdedor nem ganhador.
70	x						x	x		x			x	10
71		x	x		x	x			x	x		x		Não consigo estimar
72	x						x		x	x			x	1
73	x						x		x	x		x		20% (Obs. Muitas vezes há vitórias "parciais").
74	x					x		x			x	x		20

Nº	5. Quando atua como curador especial normalmente:					6. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do réu revel citado fictamente?		7. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do preso?		8. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do incapaz?		9. Você acha que, como curador especial, é capaz de influir decisivamente na convicção do juiz e, consequentemente, na tutela jurisdicional que será prestada?		10. Estime, se possível, a porcentagem de curadorias especiais ganhas
	Ocorre julgamento antecipado da lide	Ocorre produção de prova:	documental	pericial	testemunhal	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
75		x		x	x	x		x		x		x		5
76	x						x		x		x		x	20
77														
78	x					x				x		x		de 10 a 15 por cento
79	x						x		x	x		x		5
80							x	x		x			x	5
81	x						x						x	0,1
82	x					x		x				x		menos de 10%
83	x					x		x		x		x		5
84		x	x		x		x		x	x		x		30
85		x	x	x	x		x		x		x	x		
86	x					x		x		x		x		10
87	x						x		x		x		x	Apesar de ter cópias das decisões, não tenho esse dado, pois nunca fiz tal contagem, mas a porcentagem é pequena.
88		x			x		x		x		x		x	10
89		x	x		x	x		x		x		x		40
90	x					x		x		x		x		5
91	x						x		x		x	x		30
92	x						x		x		x		x	10
93	x						x		x	x			x	2
94	x	x				x		x		x			x	5
95	x						x		x		x	x		No momento não posso precisar
96		x			x	x		x				x		15
97	x					x			x	x		x		15
98		x	x	x		x		x		x		x		10

Nº	5. Quando atua como curador especial normalmente:					6. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do réu revel citado fictamente?		7. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do preso?		8. Você acha que sua atuação como curador especial é efetiva, no sentido de garantir a ampla defesa do incapaz?		9. Você acha que, como curador especial, é capaz de influir decisivamente na convicção do juiz e, consequentemente, na tutela jurisdicional que será prestada?		10. Estime, se possível, a porcentagem de curadorias especiais ganhas
	Ocorre julgamento antecipado da lide	Ocorre produção de prova:	documental	pericial	testemunhal	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
99	x						x		x	x			x	5
100		x		x	x		x		x	x			x	10
101		x			x	x		x		x		x		10
102	x						x					x		25
103	x						x		x	x		x		5
104		x	x				x						x	Até o momento, poucas curadorias em que atuei foram julgadas. Contudo, em todas em que já há sentença foram julgadas procedentes.
105		x	x				x		x		x		x	não sei precisar a quantidade de êxito.
106	x					x		x		x		x		0
107	x						x		x	x			x	5
108		x			x		x		x		x	x		